

ANAIS DO ENCONTRO DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Secretaria Nacional
de Juventude

Brasília, DF
2014

**ANAIS DO ENCONTRO DE PESQUISADORES E
PESQUISADORAS DE POLÍTICAS DE
JUVENTUDE**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Michel Temer

Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe

Diogo de Sant'Ana

Secretário Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

Secretária Nacional de Juventude

Ângela Cristina Santos Guimarães

Secretária Adjunta

Francisco Rodrigo Josino Amaral

Chefe de Gabinete

Elisa Guaraná de Castro

Coordenadora-Geral de Políticas Transversais



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

ANAIS DO ENCONTRO DE PESQUISADORES E
PESQUISADORAS DE POLÍTICAS DE
JUVENTUDE

Brasília, 2014



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. O sítio da Internet no qual
pode ser encontrado o original em: www.participatorio.juventude.gov.br/revista

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio,
se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original
em: participatorio.juventude.gov.br

Informações

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ

Pavilhão das Metas

Via VN1 - Leste - s/nº Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa

Telefone: [55 61] 3411-1160

CEP 70150-908 - Brasília - DF

Ficha Catalográfica

E56a Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude (1. : 2013 :
Brasília, DF)

Anais do Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas Juventude –
Brasília : Presidência da República, 2014.

538 p. : il.

ISBN 978-85-85142-69-8

1. Juventude – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I. Título.

CDD 305.230981

Índice para catálogo sistemático:

1. Juventude- Brasil 2014

Todos os direitos reservados desta publicação reservados à Secretaria Nacional
de Juventude.

[juventude@presidencia.gov.br]

Telefone: [55 61] 3411-1160

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
A PROFISSIONALIZAÇÃO ARTÍSTICA DE JOVENS EM SALVADOR/BAHIA: TENSÕES ENTRE MERCADOS E POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS - Ivan Faria.....	8
LABIRINTOS: A CONDIÇÃO JUVENIL EM TERESINA - Tâmara Feitosa Oliveira....	19
DESCONSTRUÇÃO DO PROCESSO DA VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE: POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO - Walfrido Menezes e Natália Farias	39
OS FAVORITOS PRECÁRIOS: JUVENTUDE, TRABALHO E PROJETOS DE VIDA - Maria Isabel Silva Bezerra Linhares	66
JOVENS DA EJA E A CIDADANIA – POR UMA OUTRA EDUCAÇÃO - Noelia Rodrigues Pereira Rego	77
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: LIGAS JUVENIS ALEMÃS E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL - Cristiane Sander	94
AS NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE – CONJUVE, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS/AS SEUS/AS CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS - Beronicy Paula de Moraes Farias e Renísia Cristina Garcia-Filice	111
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM: A ESCOLHA É SUA! - Rafael Romagnoli	130
OS AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CAPÃO DO LEÃO NO RIO GRANDE DO SUL - Douglas Ferreira dos Santos e Daniel Porciuncula Prado.....	147
PRIMAVERA CARIOCA E ENGAJAMENTO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA DE UMA JOVEM MILITANTE - Ana Beatriz Pinheiro e Silva	163
FORMAÇÃO DE AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO GOVERNO LULA - Heber Silveira Rocha.....	175
ESTATUTO DA JUVENTUDE NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS (2004- 2013) - Mirlene Simões Severo.....	192
REDE DE ATORES PASTORAIS E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: CONSTITUIÇÃO DE UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA - Rodrigo de Andrade	207
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ORGANISMOS DE JUVENTUDE NOS MUNICÍPIOS - Anderson Ávila	219
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UM OLHAR A PARTIR DAS VERTENTES TEÓRICAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - Vanessa Barbosa Messina.....	233
A CONSTRUÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA JUVENTUDE: CULTURAS JUVENIS E REDES DE SOCIABILIDADE - José Anierivson Souza dos Santos.....	244
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAINÓPOLIS: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE - Antonio de Souza Nascimento.....	259
O PROTAGONISMO DOS JOVENS E O TURISMO EM ÁREAS RURAIS - Mayara Roberta Martins e Célia Fudemma	271

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E PROJETOS JUVENIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES DO RECÔNCAVO DA BAHIA - Maria Alice Gomes Alves e Nilson Weisheimer.....	291
JUVENTUDES NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ E SUA PERCEPÇÃO SOBRE PERMANECER (OU NÃO) NO MEIO RURAL - Luciana Soares de Moraes e Wânia Rezende Silva	309
JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS EM TERESINA - Lila Cristina Xavier Luz.....	331
JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES QUANTO A GARANTIA DO DIREITO ÀS SEGURANÇAS - Giovane Antonio Scherer.....	350
MARGEM ADENTRO: NOTAS PRELIMINARES.....	361
DE UMA PESQUISA EM CURSO - Milena Mateuzi Carmo.....	361
AS “JUVENTUDES” VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS: A CLIVAGEM ETÁRIA, RAÇA/COR E SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MORTES EM PERNAMBUCO E BAHIA - Rogéria Martins, Paulo Fraga e Elisabeth Murilo	372
RESTAURANDO CONFLITOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO PARA VIOLÊNCIA JUVENIL - Iara da Silva Ferrão.....	385
A JUVENTUDE FORA DA CASA: OS JOVENS EGRESSOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rosângela Teixeira Gonçalves.....	400
PERCURSOS DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS - Daniel Dall’Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Carolina dos Reis	413
DOS ESPAÇOS DE IDENTIDADE AOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE - Mário Pires Simão	430
A JUVENTUDE TELEVISIONADA: REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÕES, DISCURSOS E A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME DE VERDADE SOBRE O SER JOVEM ATRAVÉS DO JORNALISMO - Gabrielli Siqueira Dala Vechia.....	445
ARTE, CULTURA E POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: UMA COMBINAÇÃO NECESSÁRIA - Renato da Silva Della Vechia	457
JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM PALMAS/TO - Edisselma dos Santos Alecrim	471
A GERAÇÃO DIGITAL ESPELHADA NOS BLOGS: COMBINAÇÕES E IMAGENS - Marilene Alencastro da Silva.....	487
JUVENTUDES EM CÂMERA E AÇÃO QUANDO É PRECISO FOMENTAR O ROTEIRO DA PRÓPRIA HISTÓRIA - Ed Anderson Mascarenhas Silva	513
OLHARES CULTURAIS: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E MÍDIA - Stelamaris Rosa Cabral e Sônia Lucas.....	527

PREFÁCIO

A ampliação da participação dos jovens nos processos políticos e enquanto um recorte específico de políticas públicas tem se ampliado de maneira significativa nas últimas décadas. Tivemos marcos institucionais importantes ao longo desse período. Desde quando a Organização das Nações Unidas definiu 1985 como o Ano Internacional da Juventude, até 2013 quando foi aprovado a Lei 12.852 – o Estatuto da Juventude, passando pela criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a aprovação da Emenda Constitucional nº 65, que incluiu na Constituição Federal os jovens como público como prioridade das políticas públicas.

Paralelamente a implementação desses marcos institucionais, assistimos a ampliação, reconhecimento e fortalecimento de um grande número de movimentos sociais de jovens, que foram a força motriz daqueles processos e que passaram a reivindicar o acesso a políticas públicas e reconhecimento dos seus direitos de cidadania. E que se fizeram presente no cenário político e na sociedade com as mais diferentes formas de atuação e com as mais diferentes pautas e bandeiras.

Essa enorme diversidade, veio acompanhado da necessidade – cada vez mais atual e premente – de ampliar a produção científica, que nos ajude a compreender esses processos. Também foram sendo ampliados o número de análises a respeito das políticas públicas constituídas e implementadas neste período.

Entendemos que cabe a Secretaria Nacional de Juventude estimular essa reflexão crítica a respeito desses fenômenos sociais, sobre as instituições e políticas públicas. E foi com esse objetivo que realizamos o Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede, em Brasília, nos dias 2, 3 e 4 de setembro de 2013.

O objetivo do encontro foi compartilhar experiências a fim de constituir uma rede de pesquisadores em políticas de juventude. Dentre os mais de 300 inscritos por meio de chamada pública, foram selecionados 90 participantes entre graduados, mestres e doutores, divididos em diversas temáticas: Identidades e Diversidade, Participação Política, Juventude e Políticas Públicas, Educação e Trabalho, Cultura e Comunicação, e por fim, Violência, Segurança e Periferia.

Registramos aqui os 35 artigos selecionados e esperamos que eles ajudem na reflexão sobre os mais diferentes temas abordados, e que possam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas.

A PROFISSIONALIZAÇÃO ARTÍSTICA DE JOVENS EM SALVADOR/BAHIA: TENSÕES ENTRE MERCADOS E POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS - Ivan Faria

Universidade Federal de Minas Gerais¹

RESUMO: O presente artigo analisa as condições e possibilidades de formação profissional na área artística na Bahia, bem como aponta alguns desafios enfrentados por estudantes e egressos de instituições educativas ligados ao mundo das artes. O trabalho caracteriza o cenário da oferta de projetos sociais e cursos de educação profissional e de políticas públicas para o setor, articulando-o ao complexo campo da inserção profissional e do trabalho no mundo das artes. Os dados mostram que o setor é marcado pela incerteza, sendo bem menos organizado e formalizado do que outras áreas técnicas. A transição para o mundo do trabalho apresenta tensões relacionadas à remuneração, à informalidade e à flexibilidade necessárias para transitar no mercado cultural.

Palavras-chave: formação artística; trabalho artístico; juventude

ABSTRACT: This article analyzes the conditions and opportunities for professional training in the artistic field in Bahia, and it points out some challenges faced by students and graduates of educational institutions connected to the art world. The work features scenery of provision of social projects and training courses and public policies for the sector, linking it to the complex field of employability and work in the arts. The data shows that the sector is characterized by uncertainty, being well organized and less formalized than other technical fields. The transition to the world of work presents tensions related to remuneration, informality and flexibility required to switch on the cultural market.

Keywords: artistic training; artwork; youth

Introdução

Num contexto de expansão global da economia da cultura, Salvador é uma cidade conhecida por sua “vocação” artística, mas também por seus acentuados índices de desigualdades e problemas sociais (desemprego, violência contra a juventude etc.). O município tem construído sua imagem social em torno da arte e da cultura do entretenimento, mesclando signos de “africanidade”, da musicalidade e da festividade, em que o carnaval é uma das suas representações mais fortes (RODRIGUES, 2006; MARIANO, 2009).

Esse imaginário muitas vezes mobiliza desejos e cria expectativas entre os mais jovens. É comum na adolescência e juventude, o envolvimento com atividades artísticas em grupos escolares, religiosos ou comunitários, desempenhando um papel importante nas experiências de sociabilidade juvenil (DAYRELL, 2005).

No entanto, para alguns jovens a relação com a arte ultrapassa os eventos cotidianos e a cultura de tempo livre, para se constituir em uma possibilidade de profissionalização. Para os sujeitos que constroem planos de inserção social no meio artístico, em algum momento, tais intenções manifestam-se na forma de uma pergunta mais elaborada e crítica: É possível viver de arte? Quais são os caminhos para se inserir e se manter no mundo artístico?

Desde meados da década de 1980, o fortalecimento da indústria do entretenimento na Bahia permitiu que artistas locais ganhassem maior visibilidade nos mercados regionais, nacionais e até internacionais. Esse cenário tem mobilizado desejos e criado expectativas entre os mais jovens de encontrar um meio de inserção (ou ascensão?) social no mercado artístico, particularmente nos campos da música e da dança (LIMA, 2002), e também gerado demandas para a formação de mão de obra para sustentar tal mercado.

¹ Doutorando em Educação (UFMG), Professor Assistente (UEFS), membro dos grupos de pesquisa Observatório da Juventude (UFMG) e TRACE (UEFS).

A formação artística de jovens tem uma trajetória extensa na Bahia, que passa pelas propostas de educação integral da Escola Parque – idealizadas por Anísio Teixeira – , pelas ações do Liceu de Artes e Ofícios, pelo pioneirismo na oferta de cursos de nível superior em artes plásticas, teatro, música e teatro, até a expansão significativa de projetos sociais com enfoque artístico a partir dos anos 1980.

No mesmo período, o estado também foi precursor na criação de cursos técnicos de nível médio em música e dança, e posteriormente, em artes dramáticas. Tanto o terceiro setor quanto os cursos técnicos têm como público prioritário, adolescentes e jovens de baixa renda

Apesar da existência de um número significativo de iniciativas no estado, são escassas as avaliações e pesquisas sobre as repercussões sociais de tais iniciativas. Embora o campo de estudos sobre o mundo do trabalho e a juventude seja amplo e sólido no Brasil (FRIGOTTO, 2008; CORROCHANO; NAKANO, 2009), as investigações com recorte específico sobre o meio artístico e o mercado cultural são mais escassas. E não apenas isso, a própria discussão teórica sobre profissionalização artística ainda ocupa pouco espaço em campos diversos como a educação, a economia e a sociologia (da cultura, da juventude, das profissões etc.).

Diante desses desafios teóricos e empíricos, o presente estudo pretende problematizar as seguintes questões: como tem se dado os processos de formação profissional para atuar no mercado cultural? Que papel instituições públicas e do terceiro setor têm tido na promoção de qualificação profissional nessa área? Quais os desafios e limites para a atuação profissional de egressos de tais projetos?

A formação artística em projetos sociais

Hoje, as linguagens artísticas se tornaram quase um “lugar comum” nas propostas e práticas de projetos sociais voltados para a juventude. A identificação acrítica entre os termos *juventude*, *projeto social* e *arte*, muitas vezes contribui para a banalização dessa complexa relação, ora reduzindo a arte a uma função instrumental, ora aproximando-a de lenitivo para os mais diversos problemas que afligem este grupo social.

As organizações não governamentais (ONGs) ocupam um lugar relevante na formação de jovens nas áreas da educação e da cultura, oferecendo uma ampla gama de atividades, inclusive antecipando-se ou se destacando em relação ao setor público em alguns contextos.

Diante das lacunas nas ações públicas de formação nas áreas da educação e da cultura, as ONGs passaram a ocupar um lugar importante na oferta de atividades educativas para jovens pobres, desde o final da década de 1980, criando uma rede de formação paralela à escola, que é muito diversa, em termos de infraestrutura, qualificação dos educadores, duração e objetivos. As propostas vão desde projetos em que a arte é utilizada como recurso de sensibilização, de ampliação dos sentidos estéticos e de promoção do autoconhecimento (FERNANDES et al, 2004) até cursos com pretensões explicitamente profissionalizantes.

A partir da década de 1990, as ONGs também se envolveram com a formação e qualificação profissional, muitas vezes articulados a programas governamentais como o Capacitação Solidária e o Consórcio Social da Juventude.

Neste mesmo período, o crescimento da economia da cultura e da arte no Brasil também produziu novas demandas de formação e de postos de trabalho não apenas para os artistas, mas também para a cadeia produtiva envolvida na organização da cultura (produção e gestão cultural, captação de recursos etc.).

No entanto, a inserção sócio-profissional no campo artístico ainda pode ser bastante tortuosa num país com muitas limitações nos processos de produção e formação artística e de

acesso a bens e serviços culturais, ainda que tenha havido alguns avanços nas políticas de investimento no setor cultural (SILVA; ARAÚJO, 2010).

Na Bahia, desde o final da década de 1990, houve também uma multiplicação da oferta de cursos e projetos sociais na área artística. Na música, associações culturais como o Bagunção e a Pracatum e blocos afros (Olodum, Ilê Aiyê, Araketu, Muzenza etc.) formaram e profissionalizaram uma geração de artistas. No teatro e na dança, o Bando de Teatro Olodum, o CRIA, o Projeto Axé e o Balé Folclórico têm sido instituições importantes para a qualificação de adolescentes e jovens.

Muitas dessas instituições defendiam a indissociabilidade entre formação artística e política, considerada fundamental para a transformação de seu público-alvo, que têm em comum, além de serem jovens, viverem quase sempre em condições de relativa vulnerabilidade social.

Projetos que funcionam mais distantes do controle do Estado, seus resultados são bastante imprecisos e não permitem uma avaliação mais consistente. Num estudo realizado pelo Programa *Juventude Transformando com Arte*, coordenado pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), foram avaliadas mais de 1.200 experiências nacionais de formação cultural de jovens, com quase um milhão de pessoas diretamente inseridas nas atividades artísticas, em especial, jovens de até 18 anos e moradores de comunidades de baixa renda (AZEREDO; NOGUEIRA, 2011). No Nordeste, dentre as mais de 570 experiências analisadas, notou-se que as equipes dos projetos são de pequeno porte (cerca de 50% delas contam com até 10 mil reais por ano e apenas 40% geram alguma receita própria), compostas em sua grande maioria por jovens e profissionais do mundo artístico, que atuam como voluntários em quase 50% dos casos. Apenas 50 delas, ou seja, menos de 10%, foram de iniciativas diretamente empreendidas por instituições governamentais, sendo as demais conduzidas por ONGs, com parcerias variadas com associações, pessoas físicas, organizações privadas, universidades e, principalmente, com o poder público.

Azeredo e Nogueira (2011) identificaram um grande contraste entre o amadurecimento profissional e a fragilidade financeira dos projetos, convivendo com poucos recursos e interrupções constantes das atividades, principalmente por falta de recursos financeiros.

Quando comparadas com as iniciativas protagonizadas pelo terceiro setor, a presença do Estado nesse campo de formação, ainda que mais restrita, merece um aprofundamento, dado seu caráter recente, com destaque para o pioneirismo da Bahia no investimento em educação profissional na área de artes.

Políticas públicas e formação artística

O país não possui grande tradição na formulação de políticas culturais, tanto nos períodos de regime autoritário quanto nos intervalos de experiência democrática². As políticas

2 Os dois grandes marcos iniciais foram a passagem de Mario de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), privilegiando o cultivo das artes eruditas, e a criação do Ministério da Saúde e Educação, com a gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), criticada pela sua associação ao autoritarismo do Estado em seu projeto de construção de uma “identidade nacional”. De 1945 a 1964, apesar de ser um período de regime democrático, as políticas culturais foram bastante marginais ao modelo de desenvolvimento em vigor. De 1968 a 1984, existiu um permanente tensionamento entre as ações de repressão e cooptação das classes artísticas, a expansão das mídias de massa – capitaneada pela televisão – e a as iniciativas de resistência ao regime ditatorial e contraculturais. Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), que instituiu a primeira lei de incentivo fiscal, a Lei Sarney (1986), substituída posteriormente pela Lei Rouanet (1991). Já na gestão de Francisco Weffort (1995-2002), se caracterizou por ampliar o papel da iniciativa privada na decisão do que deveria ser financiado, sob

para o setor tradicionalmente privilegiaram determinados produtos e serviços da denominada “alta cultura” e modelos de difusão cultural do tipo *top-down*, que simplesmente consideravam que as culturas tidas como legítimas tinham que ser “difundidas” para o “povo”. As iniciativas geralmente se focaram no investimento na produção ou na conservação de bens culturais, mas muito pouco na educação para a fruição, o consumo e a produção culturais. As políticas culturais instituídas a partir da década de 1980 se fundamentaram amplamente nas “leis de incentivo”, que estimulavam empresas a financiar produções culturais recebendo como contrapartida os dividendos relativos ao marketing cultural, além dos benefícios da renúncia fiscal por parte do Estado.

As gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) frente ao Minc instituíram um modelo de política cultural baseado num conceito mais amplo de cultura, não mais assentado apenas nas artes ou nos grandes eventos e produções culturais. As políticas se fundamentaram numa noção mais abrangente de cultura, compreendida não apenas na sua dimensão simbólica, mas também como um direito e parte importante da economia (NUSSBAUMER, 2012).

É um período de maior descentralização dos recursos, já que o eixo Rio-São Paulo concentrava quase 70% do montante nacional, com institucionalização dos editais para seleção de projetos e forte participação de empresas estatais no financiamento de ações. Ampliaram-se espaços de produção e difusão culturais, sendo que, no final de 2010, existiam no país, cerca de 2.500 Pontos de Cultura, mais de 1.600 Cines Mais Cultura, 1.275 Pontos de Leitura e 122 Pontos de Cultura Indígena (BRASIL, 2010).

No entanto, apesar do desenvolvimento do setor cultural e da ampliação dos investimentos públicos e privados no setor, o orçamento do Minc, ainda era em 2010, o segundo menor dentre todos os ministérios (NUSSBAUMER, 2012).

Nos últimos dez anos, o Ministério da Cultura também traçou metas ambiciosas para impactar a formação cultural no país. O Programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva³, implantado pelo Ministério da Cultura, em 2004, teve como objetivo oferecer alguns instrumentos para promoção e potencialização de atividades artísticas culturais no território nacional. O eixo central do Cultura Viva foi organizado em torno dos Pontos de Cultura, que partiram do reconhecimento e apoio a iniciativas associativistas e comunitárias culturais já existentes, por meio de transferências de recursos e dotação dos grupos com equipamentos de informática, câmeras, *kit* multimídia e uma pequena ilha de edição.

Os Pontos de Cultura buscaram atuar tanto nas lacunas formativas deixadas pela escola nas esferas artístico-culturais, quanto pelo reconhecimento que “a produção cultural brasileira é concentrada e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social” (BARBOSA; ARAÚJO, 2009, p. 231). O programa tinha entre suas metas, realizar uma aproximação com a educação básica, favorecer a produção e difusão de grupos culturais e, o mais ambicioso deles, favorecer a formação e a profissionalização.

Vilutis (2011) estudou as experiências dos Pontos de Cultura, pensado como uma política para a juventude, identificando que 67% público participante das atividades e 64% dos trabalhadores permanentes dos Pontos eram jovens. Ela focou particularmente no programa *Agentes Cultura Viva*, que visou qualificar agentes culturais, por meio de formação

o slogan “cultura é um bom negócio” (NUSSBAUMER, 2012).

³ O programa envolve ações distribuídas em cinco eixos: Pontos de Cultura (eixo central- unidades de produção, recepção e disseminação culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais); Cultura Digital; Agentes Cultura Viva; Griôs – mestres dos saberes e Escola Viva (BARBOSA; ARAÚJO, 2009).

em linguagens artísticas, tecnológicas, produção cultural e para o empreendedorismo, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As metas do programa previam a inserção de cerca de 30% dos jovens qualificados no mercado de trabalho. No entanto, Vilutis identificou que apenas 2,8% do total dos jovens conseguiram ingressar no mercado de trabalho, mostrando o quão é difícil a promoção da inserção profissional por meio da arte, além de colocar em questão a qualidade da formação ofertada pelo programa.

A formação artística em instituições públicas baianas

Como fora dito, durante muitos anos, o Estado pouco investiu em formação artística e, quando o fez, quase sempre se voltou para o campo das artes eruditas (música clássica, balé, pintura, etc.), em particular nos cursos de nível ensino superior, enquanto a oferta de cursos de nível médio sempre foi ainda mais escassa.

A implantação dos primeiros cursos de nível superior em artes, no Brasil, se deu na primeira metade do século passado, mas sua expansão foi muito limitada por anos. Na última década, a ampliação da oferta de vagas⁴ na área tem se dado não apenas em tradicionais áreas (música, teatro, dança e artes plásticas) e habilitações (licenciatura e bacharelado), mas também aberto novas interfaces, como nos cursos de *design*, moda, jogos digitais, restauração e conservação. A formação em cinema, fotografia e produção cultural, habitualmente ofertadas e “diluídas” nos bacharelados de comunicação social tem se constituído como campos autônomos.

A Bahia tem uma longa trajetória de formação artística de nível superior. A Academia de Belas Artes da Bahia foi fundada em 1877 e incorporada à UFBA, em 1946. As Escolas de Música, de Dança e de Teatro foram criadas na década de 1950. E, mesmo que a formação de jovens em cursos universitários não seja objeto deste estudo, a existência de instituições que ofertem cursos de nível superior é bastante relevante para a constituição do meio artístico (BECKER, 1977), formando docentes, artistas, produtores e críticos, profissionais essenciais para a movimentação do mundo cultural das cidades.

Já a oferta de cursos de nível médio na área de artes é bastante limitada, mas, outrora, já foi ainda mais restrita. Durante a década de 1990, o ensino técnico profissionalizante passou por período de grande desmobilização e estagnação na rede pública, restando pouco espaço para a área artística, que não é vista como prioritária⁵.

Nos últimos anos, vem acontecendo um processo de reestruturação da rede de ensino técnico e profissionalizante, com a criação do Sistema Nacional de Informações da Educação

4 Hoje, além da formação em música oferta nas licenciaturas, existem os bacharelados que se desdobram em múltiplas habilitações, como canto, composição, regência, música popular e instrumentos (de corda, sopro e percussão). Considerando estas várias possibilidades, hoje, há aproximadamente 30 cursos de formação musical, em sua maioria, ofertados em universidades públicas. Nas artes visuais predominam as licenciaturas, mas os cursos de bacharelado existem em mais de 20 instituições, oferecendo habilitações em artes plásticas, pintura, desenho, escultura, gravura e arte e tecnologia. Formações específicas em fotografia são mais raras, com poucos cursos consolidados. Os cursos de teatro são oferecidos por mais de 20 instituições, que além da licenciatura em artes cênicas, oferecem habilitações em direção teatral, interpretação, cenografia/indumentária e teoria do teatro. Cursos superiores em dança são mais raros, ofertados em cerca de dez instituições brasileiras, sendo que a formação muitas vezes se encontra diluída em bacharelados em artes cênicas.

5 A reforma da Educação Profissional (Decreto 2208/1997) instituiu a progressiva separação entre as formações geral e profissionalizante, tendência que só foi revertida ser revertida em 2004, com a revogação do decreto e instituição da oferta do Ensino Médio Integrado – EMI (Decreto 5154/2004) (OLIVEIRA, 2009).

Profissional e Tecnológica – SISTEC, que registra, cadastra e informa dados sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio no Brasil. Ocorre uma expansão sem precedentes dos Institutos federais de educação profissional, saindo de 140 escolas técnicas, em 2002, para 336 instituições, em 2010. Os cursos são quase sempre focados na área industrial, e menor escala, no setor de serviços (MEC, 2011).

Para um público com fluxo escolar mais irregular e/ou em condição de maior vulnerabilidade social, também houve uma expansão de iniciativas como a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Trilhas das Artes e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Tanto o PROEJA quanto o PRONATEC têm oferecido alguns cursos correlatos ao campo das artes. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que regulamenta os sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal do país, tem como em um dos seus eixos, denominado *Produção cultural e design*, projetos com focos diversos como: Artes circenses, Artes dramáticas; Artes visuais; Canto; Cenografia, Composição e arranjo; Conservação e restauro; Dança; Fabricação de instrumentos musicais; Instrumento musical; Multimídia; Processos fonográficos; Processos fotográficos; Produção de áudio e vídeo; Produção de moda; Publicidade, dentre outros.

O governo do Estado da Bahia criou, em 2009, o programa “Trilha das Artes”, nos moldes do PROJÓVEM, oferecendo cursos, sobretudo nos campos de organização e apoio técnico às atividades culturais, em áreas como: agente de cultura e animador cultural, costura cênica, introdução à produção cultural, introdução à fotografia, introdução ao vídeo, cenotécnica. O público prioritário inicialmente era de jovens de baixa renda, com atraso escolar e integrantes do cadastro do Bolsa-família, mas posteriormente, também incluiu concluintes e egressos do ensino médio. Iniciativas como o PRONATEC e o Trilha das Artes, ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades de qualificação profissional para compor a cadeia produtiva da indústria cultural, o fazem, alocando a juventude mais pobre em lugares predominantemente secundários na economia da cultura.

O ensino técnico, depois de ser praticamente extinto da rede estadual no final da década de 1990, vem ampliando de forma significativa a oferta de cursos no estado. Em 2006, existiam 4.016 matriculados em cursos técnicos de nível médio, enquanto que em 2013, este número chegou a 64.087 matriculados, um aumento de cerca de 1.500%. Só entre 2007 e 2010, houve um aumento de quase 300% no número de matrículas em Educação profissional na rede estadual da Bahia, número bem superior à média nacional, que foi de 64,3% (BAHIA, 2013).

Em Salvador é possível notar, consultando o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) (MEC, 2011), que das 118 instituições cadastradas para oferta de formação técnica nas redes pública e privada, apenas três escolas mantêm cursos relacionados ao eixo “Produção Cultural e Design”. A FUNCEB oferece o curso técnico em dança, e também ofertou cursos ligados ao PRONATEC (assistente de coreógrafo, brincante de rua, assistente de produção cultural, agente cultural, fotógrafo, auxiliar de costura cênica, auxiliar de cenotecnia, iluminador cênico). O Centro Estadual de Educação Profissional em Artes e Design (CEEP) ofereceu cursos técnicos em artes visuais, gestão de projetos culturais, regência, documentação musical e instrumento musical (subsequente, integrado e ligado ao PROEJA), mas hoje, oferta apenas os dois últimos. E, por fim, o Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes (CEDMN), que trabalha com cursos

técnicos em instrumentos musicais (integrado ao ensino médio e ao PROEJA) e o de arte dramática (apenas, no PROEJA) (BAHIA, 2013).

Juntos, os cursos disponibilizam cerca de 240 vagas por ano, mas enfrentam taxas de evasão elevadas, que podem ultrapassar os 80%, em algumas turmas. Para compreender esse índice crítico de evasão seria necessária uma investigação mais aprofundada acerca das suas causas, mas, as instituições oferecem algumas hipóteses que ajudam a problematizar tal fenômeno. Dentre as possíveis explicações para o número reduzido de alunos formados estariam: a natureza do trabalho artístico, que muitas vezes envolve trabalho noturno, disponibilidade para ensaios, turnês, viagens; a não regulamentação do trabalho artístico, que permite a inserção no mercado de trabalho, sem a exigência de diplomas.

A juventude e os desafios do trabalho artístico

O mundo do trabalho na área artística tem relações complexas com o mercado cultural e a indústria cultural. No campo das relações de trabalho, as mutações dos sistemas de produção capitalistas, vêm desde a década de 1970, avançando na direção de regimes de trabalho mais flexíveis e/ou precarizados (subcontratações, contratos de curto prazo, trabalhos em regimes parciais, temporários ou autônomos, informalidade), além de um produzir uma massa de sujeitos que não conseguem ingressar no mercado.

Os dados sobre evasão se associam a outros problemas presentes no mundo do trabalho juvenil. As elevadas taxas de desemprego juvenil – sempre superiores às da população adulta – são um traço estrutural não apenas na sociedade brasileira⁶. Os vínculos laborais da juventude tendem a serem mais curtos, em ocupações que exigem pouca qualificação, com identidades profissionais pouco definidas e valorizadas e crescente alocação no setor de serviços⁷. Além disso, são grandes os desafios para a conquista do primeiro emprego, a oferta predominante de trabalhos pouco qualificados e repetitivos são alguns dos problemas enfrentados pelos jovens no mundo do trabalho.

No trabalho artístico questões como a dúvida e a insegurança podem ser conjugadas com outras como a criatividade e a originalidade, constituindo um campo ao mesmo tempo inibidor e sedutor para a juventude. Particularmente, para os jovens pobres, para quem as oportunidades de trabalho frequentemente são pouco atraentes em termos de remuneração, escopo e estabilidade, a opção de declinar de uma ocupação precarizada no setor de serviços para apostar na carreira artística talvez não seja absurda.

Isso fica evidente, em alguns depoimentos de pesquisas com jovens artistas (NASCIMENTO, 2005; REIS, 2012). No primeiro estudo, um baterista começa a dar aulas particulares de instrumento e, gradativamente, percebe que com pouco mais de 20 horas mensais de ensino de música, seus ganhos eram superiores ao que recebia trabalhando o mês inteiro como *office boy*; isso o fez abandonar esta ocupação em troca de um trabalho mais prazeroso, flexível e, nesse caso, melhor recompensado financeiramente. No segundo, um percussionista pontua que na área artística, além da remuneração – que não costuma ser elevada – a carreira artística tem outros atrativos, como o reconhecimento na comunidade, no

6 Segundo pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional da Juventude, em 2013, o número de jovens brasileiros (15 a 29 anos de idade) é de 51,3 milhões, correspondente a 26,1% da população total. Destes, 53% desenvolvem algum trabalho remunerado, com carga horária média de 37,7 horas semanais. Dentre os outros 47% que não trabalham 55% deles não estão procurando emprego no momento. Além disso, 26% da população jovem compõem um grupo de alta vulnerabilidade social que não trabalha nem estuda (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2013).

7 Os dados mostram ainda que quase 80% dos jovens trabalham como assalariados no setor privado, embora grande parte sem carteira assinada (DIEESE, 2012).

mercado, na mídia e possibilidades de expansão de horizontes culturais, ao realizar viagens nacionais e internacionais.

No entanto, para Coelho (2010), não obstante sua enorme expansão, a área da cultura é um espaço social permanentemente em crise e repleto de incertezas, tanto para o público consumidor, que se pergunta sobre sua necessidade, seu valor material e simbólico, quanto para quem produz arte, que se indaga acerca dos desejos do público, da qualidade e da acessibilidade daquilo que produz.

Flexibilidade e polivalência são uma constante no mundo artístico, assim como a existência de contratos de trabalho “apalavrados” ou por projetos. A cooperação não remunerada também é comum, uma vez que a maioria dos atores se conhecem e/ou tem algum nível de confiança e afinidade que permitem esse tipo de trabalho. Esta última forma de trabalho depende em grande medida da disponibilidade de tempo e do interesse pelos projetos que podem permitir novos aprendizados, possibilidades de mostrar habilidades ou mesmo, “não ficar parado”.

No mercado de trabalho da cultura convivem um seletivo grupo de artistas e de produtores culturais, que obtêm altíssimos rendimentos, e diversos grupos de agentes culturais, que operam em atividades voluntárias ou mal remuneradas. Segundo Coelho (2010, p. 55), no Brasil, “os que vivem da cultura ou o trabalhador médio da cultura – têm uma renda média inferior à dos demais trabalhadores inseridos na economia de mercado”, e quase 60% da população ocupada na área de cultura não tinha carteira assinada ou trabalhava por conta própria.

Esse mercado também é segmentado por marcadores de gênero e raça. Na Bahia, isso fica evidente no estudo de Reis (2012). Ao analisar o mercado da percussão e de danças tradicionais nota que 96% dos sujeitos de sua pesquisa se auto-declararam negros. Reis (2012) também notou que os percussionistas são claramente discriminados em relação àqueles que tocam instrumentos harmônicos (baixo, guitarra, teclado), recebendo sempre cachês inferiores em relação a outros músicos. No mercado baiano, os poucos lugares reservados às dançarinas negras são os blocos afros, os grupos folclóricos e as bandas de pagode, sendo que estas últimas, segundo uma entrevistada, muitas vezes desvalorizam e expõem demasiadamente a mulher. Tanto na dança quanto na música, a maioria dos sujeitos da pesquisa expõe as dificuldades em se moverem num campo marcado pela alta concorrência e a baixa remuneração.

Borges (2011) identifica que no contexto português, a remuneração tanto de homens quanto de mulheres igualmente é muito limitada quando considerados os níveis de qualificação dos profissionais de teatro e a dança⁸. Rendimento e tempo de inserção no trabalho artístico (integral, parcial) podem ser indicadores importantes para compreender a longevidade e a persistência na carreira artística.

Na área artística, em que empregos são raros e a informalidade predomina, as redes de relações são ainda mais decisivas para a construção de possibilidades e relações virtuosas de trabalho. Para prosseguir nas carreiras de teatro, dança e música, é importante combinar talento com a capacidade de se relacionar com colegas de profissão, grupos artísticos, produtores, diretores são habilidades decisivas para a sobrevivência e reconhecimento, longevidade do artista. Segundo Borges (2003), “os actores que resistem no mercado de

8 No período de realização do estudo (2009-2010) os rendimentos médios variavam entre 501 e 1000 euros mensais, sendo que cerca de dois terços deles tinham nível superior completo e cerca de 30% deles continuam a estudar em cursos de mestrado ou doutorado.

trabalho durante mais tempo são considerados talentosos e a sua reputação tende a consolidar-se” (p.130). A aproximação com profissionais mais experientes são decisivas para a inserção em redes profissionais.

Segundo Alberto e Borges (2010), que estudaram a formação e inserção de atores no mundo do trabalho no Brasil e em Portugal, dentre as diferentes trajetórias analisadas, um traço comum é o destaque dado à importância da associação dos iniciantes a outros profissionais mais experientes, não apenas por proporcionar aprendizagens específicas da profissão (formação do ator, direção, produção), mas também por oportunizar a inserção em redes de contato profissionais. Além dessa experiência “intergeracional” de formação, jovens artistas apontam que para “sobreviver” no incerto mundo do trabalho artístico, é necessário o envolvimento e apropriação de múltiplas tarefas e funções profissionais, o deslocamento por diferentes grupos e ainda exercer outras atividades fora do campo artístico.

Ao estudar a dança como trabalho, Gomes (2008) destaca a condição *sui generis* desse campo artístico, por ter no corpo seu principal instrumento de trabalho. Especialmente na dança clássica e moderna, a corporeidade estaria mais sujeita à perenidade e à desvalorização. “A relação entre o envelhecimento do corpo, a falta de expectativa profissional em um futuro próximo e, conseqüentemente, a reconversão necessária para outra atividade é um dos aspectos que fazem da dança uma prática, desde sempre, marcada pela incerteza” (GOMES, 2008, p.10).

Analisando os estudos de Menger (1997 apud BORGES, 2011), Borges identifica uma ótima receptividade para o ingresso de jovens do sexo feminino na televisão e no teatro. A questão geracional, novamente aparece ao notar que, quando as atrizes se aproximam dos 50 anos de idade, o mercado se torna extremamente restritivo e as mulheres praticamente “desaparecem de cena”. Na dança – clássica, especialmente – o fenômeno é semelhante, mudando um pouco nos estilos contemporâneos, que são mais abertos e permeáveis a pessoas mais maduras e/ou com biotipos mais diversos.

Considerações finais

O cenário aqui traçado mostra, que de modo geral, o campo de formação artística é menos organizado e formalizado do que em outras áreas técnicas ou acadêmicas. O papel importante desempenhado pelas práticas de educação não formal, mostra que há um amplo sistema de formação profissional ainda pouco estudado, mas também que o Estado tem avançado na construção de organizações públicas que consigam enfrentar os desafios da formação artística em espaços institucionalizados e formais.

No entanto, as elevadas taxas de evasão, as dificuldades de conciliar estudo e trabalho artístico e a valorização da certificação profissional são alguns elementos importantes para se repensar propostas educativas que atendam às especificidades do público jovem que busca formação profissional em artes.

Os estudos analisados apontam a heterogeneidade do trabalho no meio artístico, que em que seus diversos campos e linguagens apresentam seus códigos e regras próprias. Tais questões apontam para a complexidade das relações de trabalho no campo artístico, em que predominam a informalidade, a flexibilidade e os contratos e projetos de curto prazo, mas que mesmo assim não deixa de atrair jovens de diferentes condições sociais. Os sistemas de recompensa na área parecem incluir não apenas benefícios materiais, já que a carreira artística tem outros atrativos, como o reconhecimento na comunidade, no mercado, na mídia e possibilidades de expansão de horizontes culturais, incluindo a realização de viagens nacionais e internacionais.

Por fim, o conjunto dos dados analisados aponta que, ainda que tenha havido alguns avanços nas políticas culturais e de formação artística, a inserção socioprofissional no campo artístico ainda pode ser bastante tortuosa num país com muitas limitações nos processos de produção, difusão e acesso a bens e serviços culturais.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, Maria Angélica; BORGES, Vera. Vocação, formação e mercado de trabalho no teatro: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. In GOMES, A. C. et al. **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: estudos em Portugal, África e Amazônia. Belém: UFPA, 2010.

AZEREDO, Beatriz; NOGUEIRA, Ângela. O mapa da expressão. **Onda Jovem**, a.7, n.21, p. 28-31, fev. 2011.

BAHIA, 2013. Secretaria de Educação da Bahia. Educação Profissional. Disponível em: < <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional/> >. Acesso em: 20 mar 2014.

BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton. Juventude e cultura. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 221-242.

BECKER, H. Mundos artísticos e tipos sociais. In: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade**: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p.9-26.

BORGES, Vera. A arte como profissão e trabalho: Pierre-Michel Menger e a sociologia das artes. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, n.67, p.129-134, dez 2003.

_____. Trabalho, gênero, idade e arte: estudos empíricos sobre o teatro e a danç . **E-cadernos CES**, v.10, 2011, p. 110-127. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/5%20-%20Vera%20Borges.pdf> >. Acesso em: 15 out 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Oito anos de cultura**: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: Minc, 2010.

CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, Marilia (coord.) **O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira**: educação, serviç o social e Ciências Sociais (1999-2006). Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

COELHO, Teixeira. Entrar na crise da cultura e enxergar a próxima crise. In: REIS, Affonso et al. **A cultura na crise**. Recife: Fund Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FERNANDES, A. M. D. et al. Arte, educação e projetos de intervenção social no Rio de Janeiro. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 29-44, jul./dez. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A contradição aparente entre a falta e a sobra de jovens trabalhadores qualificados no Brasil. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Novas e antigas faces do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. v. 1, p. 145-162.

- GOMES, Juliana Neves Simões. Capital corpo: Mercado de trabalho, discurso e forma artística da dança. **32ª Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambu. Anais..., Rio de Janeiro: ANPOCS, 2008.
- LIMA, Ari. Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre juventude e música negra na cidade de Salvador. **Caderno Cedec**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 77-96, ago. 2002.
- MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: AnnaBlume, 2009.
- MEC. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. 2011. Disponível em: < http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2 > Acesso: 10 out 2013.
- NASCIMENTO, Aurélio Eduardo do. **Fazer arte entre jovens: escolha, formação e exercício profissional**. 2005. 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Fac. de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- NUSSBAUMER, Gisele M. . Cultura e Políticas para as artes. In: RUBIM, A; ROCHA, R. (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 89-111.
- OLIVEIRA, Ramon de. Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 51-66, jan./abr. 2009.
- REIS, Cacilda F. dos. **Sonhos, incertezas e realizações: as trajetórias de músicos e dançarinos afro-brasileiros no Brasil e na França**. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. **Os ritmistas e a cidade: sobre o processo de formação da música baiana contemporânea orientada para a diversão**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Pesquisa de opinião pública - **Agenda Juventude Brasil – 2013**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> >. Acesso em 23 out 2013.
- SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (Org.). **Cultura viva: avaliação do programa Arte, Educação e Cidadania**. Brasília: Ipea, 2010.
- VILUTIS, Luana. Ação agente cultura viva: contribuições para uma política cultural de juventude. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (Org.). **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011. p. 111-138

LABIRINTOS: A CONDIÇÃO JUVENIL EM TERESINA - Tâmara Feitosa Oliveira

Universidade Federal do Piauí⁹

RESUMO: O artigo objetiva apresentar elementos para compreensão da condição juvenil de jovens trabalhadores em bares da cidade de Teresina. Para tanto me apoio em alguns autores e recorro à escuta dos/ das jovens pela realização de onze entrevistas. Em um primeiro momento trago algumas considerações sobre o modo como a juventude tem sido destacada na sociedade e na mídia. Apresento quem são os “protagonistas dos labirintos”, os jovens entrevistados. Eles narram sobre algumas de suas características: como idade, sexo, transporte que utilizam, entre outras. É possível encontrar no trabalho precário a condição que os une, além disso, observar que condição juvenil na cidade é marcada pela invisibilidade das estratégias de enfrentamento das dificuldades cotidianas e que tal condição pode ser vivenciada de inúmeras maneiras e analisada, também, de diversas formas, o que me permite questionar até quando a vida deve ser demarcada em fases.

PALAVRAS-CHAVES: Condição Juvenil, Trabalho, Protagonismo Juvenil.

ABSTRACT: The article presents elements for understanding the juvenile condition of young workers in bars of Teresina. To support both me and some authors resort to the listening / young women for carrying eleven interviews. At first I present some considerations about how the youth has been highlighted in the media and society. Present who are the "protagonists of labyrinths," the young people interviewed. They narrate about some of their characteristics: age, sex, transportation they use, among others. You can find casual work in the condition that unites them, moreover, noted that youth condition in the city is marked by invisibility of coping strategies and the daily difficulties that such a condition can be experienced in many ways and also analyzed in various ways, which allows me to question when life should be demarcated in phases.

KEYWORDS: Juvenile Condition, Work, Youth Protagonism.

Introdução

Antes de mim vieram os velhos/ Os jovens vieram depois de mim/ E estamos todos aqui/ No meio do caminho dessa vida/ Vinda antes de nós/ E estamos todos a sós/ No meio do caminho dessa vida/ E estamos todos no meio/ Quem chegou e quem faz tempo que veio/ Ninguém no início ou no fim.

(Adriana Calcanhoto, música: Velhos e Jovens)

Este artigo é oriundo de uma pesquisa que realizei com jovens que trabalhavam em bares na cidade de Teresina/PI. A pesquisa que tinha por objetivo compreender os lazeres de jovens demandou uma análise mais profunda sobre a juventude na contemporaneidade. Aqui pretendo apontar elementos para a compreensão da condição juvenil em Teresina para jovens que trabalham em bares, partindo da narrativa dos mesmos/as. Deste modo, apresento quem são os “protagonistas desses labirintos”, os jovens entrevistados. Eles narram sobre algumas de suas características: como idade, sexo, transporte que utilizam, entre outras. Além disto,

⁹ Assistente Social, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí em 2014.

recorro a alguns teóricos para uma melhor discussão sobre o “perfil” dos jovens entrevistados nesta pesquisa.

Nas considerações finais é possível observar que condição juvenil na cidade é marcada pela invisibilidade das estratégias de enfrentamento das dificuldades cotidianas e que tal condição pode ser vivenciada de inúmeras maneiras e analisada, também, de diversas formas. E nesse sentido questionar sobre a validade da segmentarização da vida.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, considerei necessário realizar pesquisa de campo, além das leituras de autores/autoras referenciados na temática. A escolha pelo estudo de campo e por técnicas que oferecessem oportunidades aos sujeitos de expressarem suas realidades destacou-se na metodologia da pesquisa que resultou neste artigo.

Para conferir visibilidade aos jovens a partir do que têm a dizer foi necessário realizar uma pesquisa qualitativa, realizando assim um estudo aprofundado, que não tinha por fim trazer estatísticas, mas reflexões que partiam dos próprios sujeitos de pesquisa, da literatura acessada e atenta à complexidade das relações sociais. Realizei onze entrevistas com jovens trabalhavam em bares.

Convido o leitor a continuar a leitura e avaliar os desafios e possibilidades de uma jovem estudar outros jovens. Escolha atraente, bem como angustiante. Estudar, refletir sobre as juventudes já tem sido na contemporaneidade um desafio por si só, frente a preconceitos e problemáticas envolvidas. Isso é agravado quando a pesquisadora é outra jovem. Fica então uma inquietação: como fazer uma reflexão intermediária entre o “de perto e de dentro” e o de “longe e o de fora”? Foi e é necessário um esforço e compromisso ético e acima de tudo, estranhar o familiar.

Labirintos

Nas últimas décadas, na sociedade brasileira, o segmento juvenil tem sido objeto de atenção da mídia e de discussão em várias áreas do conhecimento social. No entanto, apenas no ano de 2013 é que vemos aprovado e sancionado o Estatuto da Juventude¹⁰, Lei Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, instrumento legal que visa consolidar, do ponto de vista legal, a garantia de direitos a esse segmento social.

Sem dúvida, a sanção do Estatuto representa uma conquista imprescindível para a consolidação de políticas públicas destinadas aos segmentos juvenis. Entretanto, somente este fato não garante a consolidação de uma Política de/para a Juventude. Todavia, representa um avanço histórico e denota a visibilidade que a juventude tem conquistado como resultado da luta dos movimentos sociais, do engajamento de jovens como protagonistas no embate pelo atendimento de suas demandas e das contribuições que as reflexões teóricas possibilitam para a compreensão da realidade do segmento juvenil.

Do ponto de vista quantitativo, a população juvenil tem uma visibilidade indubitável. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios-PNAD do ano de 2012, no país havia 48,85 milhões de jovens, correspondendo cerca de 1/4 da população brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE do ano de 2010 apontam que, no universo de 814.439 mil habitantes de Teresina, cerca de 30% (244,331) são formados por jovens¹¹. A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial informa em site

¹⁰ De acordo com informações adquiridas no *site* da Secretaria Nacional da Juventude, o Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade.

¹¹ Não tive acesso a quantidade de jovens em Teresina em 2013.

de monitoramento do Programa Juventude Viva¹², que a cidade em 2011 era composta por 245, 996 de jovens.

Outra visibilidade sobre a juventude é aquela encontrada nos diversos espaços das mídias. Neste sentido, cotidianamente somos bombardeados com notícias sobre a quantidade de homicídios provocados por jovens, suicídios de jovens, envolvimento de jovens com tráfico e dependência de drogas. Pouco se noticia sobre as capacidades de criação artístico-cultural dos jovens, como suas produções musicais, no teatro, na dança, suas atuações nos movimentos sociais reivindicando respostas às suas necessidades sociais.

Essa (in) visibilidade juvenil tem sido objeto de reflexão de alguns autores das Ciências Sociais. Abramo (1997), em artigo sobre a tematização social da juventude, também destaca o aumento da “aparição” da juventude tanto na mídia como nos produtos dos noticiários, na academia e nas instituições governamentais e não governamentais que prestam serviços sociais. A autora aponta dois diferentes focos: um primeiro que destaca a cultura e o comportamento dos jovens, isso ocorre quando se trata dos produtos a ser vendidos. Portanto, buscam construir consumidores com determinado perfil.

O segundo foco é encontrado nos noticiários, em que os jovens são relacionados a problemas sociais. A compreensão da juventude como problema social, como chama a atenção Luz (2007), permaneceu por bastante tempo, reproduziu-se no senso comum e ganhou força em diferentes espaços e instituições da sociedade. A influência dessas ideias como elemento definidor da implementação de programas sociais, destinadas aos jovens no Brasil durante muitas décadas, aponta a dimensão desse “problema”, a insistência em tratar os jovens como “problema” também foi abordada por Carrano em 1999:

A juventude é tratada muito mais como um problema do que enquanto um campo possível de problematização. As análises sobre as condições concretas de existência e os sentidos culturais das ações dos jovens, em suas realidades cotidianas, são comprometidas por esta monocultura analítica. (p.130).

Do ponto de vista das reflexões teóricas, Abramo (1997) afirma que a juventude ficou alguns anos sem ser discutida. Porém, voltou a ser alvo de pesquisas em dissertações e teses, ainda tendo como enfoque as instituições: escolas, família, igreja e instituição de privação de liberdade. A autora reconhece ainda como exceção, a existência de trabalhos percorrendo outras abordagens teórico-metodológicas, tendo os próprios jovens como sujeitos de pesquisa. O exercício empreendido neste trabalho vem no sentido de contribuir com novas formas de abordagens sobre juventude.

Neste sentido, Reis e Freitas (2009), ao discutirem a condição juvenil no Nordeste do Brasil, reconhecem que nos últimos anos, após algumas conquistas, há no país “[...] um olhar um pouco mais consistente para as juventudes brasileiras [...]” (p.385). No entanto, destacam que os esforços estão “[...] muito aquém das demandas sociais.” (p.385).

Como estratégia para uma melhor compreensão da juventude, recorri aos próprios jovens. Busquei suas narrativas, para saber sobre seus modos de viver com vistas a realizar

¹²O Programa Juventude Viva foi concebido pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). É direcionado aos jovens que vivem em territórios com os mais altos índices de violência na juventude que tem como objetivo reduzir essa difícil realidade, sobretudo da juventude negra. As ações do Programa são voltadas para o fortalecimento da trajetória dos jovens e transformação dos territórios, promoção dos valores da igualdade e da não discriminação, o enfrentamento ao racismo e ao preconceito geracional, que contribuem com os altos índices de mortalidade da juventude negra brasileira.

uma análise e discussão pautadas também nas pistas daqueles autores, conforme pode ser acompanhado no tópico seguinte.

Os protagonistas deste labirinto

Os sujeitos entrevistados para fundamentar as reflexões desta pesquisa, apresentam uma diversidade de modos de viver suas juventudes, lazeres, trabalho, entre outras dimensões da vida, conforme está expresso em suas narrativas. No entanto, existe um elo entre eles: suas juventudes estão fora da lógica que a sociedade impõe como a trajetória única para a vida adulta. É neste sentido que Pais (2006) afirma “[...] nem todos os jovens se enquadram nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe.” (p.7). As trajetórias incertas, com diferentes indefinições. Idas e vindas têm sido um dos elementos unificadores na compreensão da juventude hoje. No caso dos jovens entrevistados suas trajetórias não desenham uma seta, uma reta. Todavia, um labirinto.

Nas narrativas os jovens apontam a fluidez que os tempos contemporâneos impõem à juventude, sobretudo a que se encontra em classes de baixo poder aquisitivo. Uma exigência para estar pronto para “arrumar” a vida a qualquer momento. Também para estar preparado para enfrentar o fato de que da mesma maneira, a vida se desarruma. A certeza é a incerteza!

“Arrumar a vida” tem se tornado possível, para os jovens aqui ouvidos, a partir de um trabalho em que possa existir uma remuneração, é necessária para sobreviver na sociedade capitalista. Os jovens aqui entrevistados começaram a trabalhar bem cedo, dos onze entrevistados quatro tiveram acesso ao Ensino Superior, desses apenas dois em Universidade Pública. Esta realidade, de acordo com Spósito (1997), é vivenciada no Brasil pela maioria dos jovens empobrecidos:

Mas, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho — típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto — tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos. (p.39).

Esta e algumas outras pesquisas têm evidenciado que bem diferente é a realidade da maioria dos jovens de classe média e alta, pois não precisam “correr atrás de um trampo” para ajudar nas despesas da casa dos pais ou mesmo para sustentar sua própria família. Para aqueles que possuem uma situação financeira mais confortável, os estudos podem ser atividades exclusivas na juventude. Desta maneira, é possível vivenciar a moratória social; essa que foi e ainda tem sido utilizada para caracterizar a condição juvenil, encontra-se limitada a jovens de classe menos favorecidas economicamente. Silva (2007), ao discutir acerca da moratória social e suas possibilidades para as juventudes a partir da classe social, esclarece:

Pela sua própria natureza, a moratória social realiza-se de modo variado dentre as demais classes e segmentos sociais. Certamente, para os jovens de setores populares a possibilidade de dispor da moratória social é bem mais restrita, uma vez que o tipo de inserção sócio-político-econômica das famílias, e deles próprios, no mais das vezes lhes retira essa possibilidade, encurtando-lhes o período de juventude. Por outro lado, a moratória social é ostensivamente presente quanto-qualitativamente entre os segmentos médios e altos da sociedade, fazendo com que atualmente o tempo a eles destinado sofra constante ampliação. (p.139).

Portanto, a moratória social é esse período em que o sujeito deve se preparar para a

vida adulta. Este preparo ocorre, na maioria das vezes, por meio da dedicação aos estudos e ao lazer. A concepção de moratória social possibilita compreender a associação entre juventude e imaturidade, porque é nesse tempo da moratória que jovens podem experimentar, por ser considerada essa uma fase para viver um processo de amadurecimento.

Entre os jovens desta pesquisa, apenas Tiago teve a possibilidade de vivenciar os estudos no período considerado de moratória social. O jovem possui um cotidiano diferenciado, pois mesmo sendo garçom, ele também é o dono do estabelecimento, possibilitando-lhe outras (mais) oportunidades as quais lhe garantem experiências distintas das dos jovens que não tem condições financeiras iguais as suas. Conforme Geraldo Leão (2007) afirma, ter um tempo sem trabalhar, mas para investir na formação geral ou profissional tem sido possível para jovens que tem melhores condições econômicas, sociais e culturais.

Na contemporaneidade, a juventude como momento para preparação à entrada no mundo adulto, ainda é privilégio de filhos e filhas de pessoas de classe econômicas mais abastadas. É neste sentido que Silva (2007) afirma que a constituição da juventude surge como: “[...] redefinição dos espaços familiares e a proteção que as camadas abastadas passaram a oferecer a seus filhos, retirando-os da vida social e produtiva rotineira e preparando-os para o exercício da vida adulta futura.” (p. 126).

A dedicação apenas ao estudo continua não sendo possível para vários. Muitos jovens de ambos os sexos, precisam inserir-se no mercado de trabalho precocemente, em funções e profissões que não exigem qualificação profissional, afinal isso não é possível para eles terem acesso a outras possibilidades. São trabalhos que, em geral, oferecem baixa remuneração, proporcionando, um ciclo repetitivo, o qual garante que a juventude como tempo de experimento de moratória social continue a ser um privilégio decorrente da situação econômica da família.

Tiago tem 30 anos, já possui um curso superior e no momento decidiu por investir em um “pub”. O jovem antes trabalhava em uma grande empresa da cidade, porém não estava feliz, desejava mais desafios e o incomodava não ascender na empresa por não ser parente do dono, mesmo tendo mérito para tanto. Diante disso, pensou em abrir uma empresa na área do que já estava trabalhando, usinagem. Neste mesmo período sua mãe saiu do emprego em que se encontrava na esfera estadual e o jovem sugeriu que ela abrisse um restaurante, já que ela e suas tias cozinham muito bem.

O jovem, mesmo com condições financeiras de abrir uma empresa, o que já indica que possui condição financeira diferenciada dos outros jovens entrevistados, entretanto, assim como eles, também trabalha em bares e trabalha muito. Ao narrar a história de seu cotidiano é possível visualizarmos a grande quantidade de atividades que executa referentes ao seu trabalho:

-Tiago: Exatamente. Hoje eu ajudo muito, eu faço de tudo, desde a parte de compras, parte administrativa, servir as pessoas. [...] Geralmente, parte da manhã e tarde a gente trabalha fazendo tanto a parte de compra, como todos os preparativos para um restaurante. Um restaurante, um bar, ele não funciona só naquela parte de atendimento ao público, aquele espaço de tempo. A gente tem, por exemplo, a panelada. A panelada é um tipo de produto que ela não é boa feita no dia, você tem que fazer ela antes. Paçoca: nossa paçoca é especial, pisada no pilão, então você não faz na hora. Tem uma série de coisinhas: receber cervejas. Cerveja você não recebe na hora [de vender], você recebe antes. Geralmente, as cervejarias trabalham durante o dia a entrega delas. Tem todos esses serviços, serviço administrativo,

questão de burocracia, tudo isso é feito fora do horário de atendimento ao público.

Esta é a condição que os une: o trabalho. Neste artigo, não é possível discutir essa dimensão de forma aprofundada, contudo é possível apontar que uma característica da juventude, aqui em análise, é o fato de terem um emprego, ou mesmo um “trampo”. Diante disso, é necessário apontar algumas questões, para uma melhor compreensão da juventude aqui em destaque. Maria D’alva Macedo Ferreira, em Relatório da pesquisa “A Condição Juvenil em Teresina” (2009), ao estudar o trabalho na juventude teresinense, discorre como esta questão tem sido discutida nas pesquisas e estudos no Ocidente:

[...] os estudos já desenvolvidos nessa área apresentam a construção social do trabalho no Ocidente não apenas como produção e reprodução dos meios de subsistência, mas como valor para que homens e mulheres sejam reconhecidos em seu meio social. É através do trabalho que o homem se dignifica, mesmo que este valor não seja um princípio orientador para todos os indivíduos na sociedade moderna. E, como valor, o homem tem possibilidades de construir os seus próprios meios de produção e reprodução de suas necessidades objetivas e subjetivas. (p. 65).

A partir de trechos das entrevistas, é possível entender que o trabalho encontra-se presente nos modos de viver dos jovens, como dignificador, necessidade, virtude, valorização, entre outros sentidos. Desta maneira, contrariando Claus Offe (1989) que afirma:

O trabalho foi deslocado de seu status de fator vital central e óbvio não apenas em termos objetivos, mas também perdeu tal status na motivação dos trabalhadores – em consonância com tal desenvolvimento objetivo, mas em discrepância com os valores oficiais e os padrões de legitimação da sociedade. (p.33).

Não podemos perder de vista que as reflexões do autor estão situadas em um tempo-espaço, Europa do século XX. Todavia, suas reflexões influenciaram teóricos da sociologia do trabalho e, de certa forma, alimentaram certa “cegueira” sociológica, pois serviram de referências para ler realidades muito distantes daquelas de contextos de *capitalismo desenvolvido*. Desta maneira, é imprescindível trazer autores que analisam a realidade brasileira. Dentre diversos autores, Nádyá Guimarães (2005) contraria Claus Offe em artigo elaborado a partir de pesquisa nacional feita com os jovens brasileiros, “Perfil da Juventude brasileira” realizada em 2003. Conforme foi anunciado anteriormente, a autora aponta e conclui que o trabalho ainda é referência central para os jovens no Brasil.

Outro autor que estuda o trabalho e a inserção do jovem brasileiro no trabalho, na realidade brasileira é Marcio Pochmann (2000). O autor aponta algumas diferenças entre o nosso contexto e o de outros países, por exemplo, ele informa que nos países desenvolvidos, a cada 10 jovens, seis, em média, encontram-se na situação de inatividade, enquanto nos anos 1970, eram apenas quatro a cada 10 na mesma situação. Este alongamento da idade para ingresso no mercado de trabalho deve-se a uma maior ocupação das faixas etárias inferiores da população com a educação, por meio de programas de treinamento profissional de iniciação ao trabalho. Diferentemente do Brasil, aqui o fluxo tem sido outro, “a atividade da população juvenil aumentou, alcançando sete a cada 10 pessoas com idade de 15 a 24 anos.” (p.75), o que necessariamente não significa emprego, mas trabalho.

Além de evidenciar o lugar do trabalho na vida dos jovens, também busco chamar a atenção para elementos como cor, idade e nível de escolaridade, por serem estes elementos inerentes às condições juvenis aqui analisadas.

O jovem Ribeiro tem 27 anos, autodeclara-se negro. Concluiu o ensino médio e está há dois anos sem estudar. Chama a atenção a afirmação de Ribeiro de ter estudado “só” até o ensino médio. O termo “só” é um indicativo de que Ribeiro queria mais. Um indicio que evidencia que ele não gostaria de ter interrompido os estudos. Entretanto, a necessidade de trabalhar por conta da sua situação de classe, impossibilitou-lhe de continuar os estudos.

O jovem que é garçom na cidade há menos de um ano, já teve outros empregos, como auxiliar administrativo em um hospital e frentista em posto de gasolina. Ribeiro trabalha desde os 18 anos:

- *Pesquisadora*: Você trabalhou a primeira vez com quantos anos?

- *Ribeiro*: Dezoito anos. Eu trabalhei como menor aprendiz em um hospital. Foi minha primeira experiência. Durou de seis a sete meses. Que foi o que eu não gostei tanto. Porque como lá era de aprendiz que eu trabalhava, a gente não tinha muito o que fazer. Era um turno só, um período, eu ficava com o chefe do setor e ele repassando umas coisas pra gente, ora sim, ora não. A gente ficava muito sentado, eu não gosto tanto, eu gosto de me mexer. Tive outras experiências, trabalhei em uma eletrônica como atendente, fazendo comandas, mas não foram dois meses. Depois, no posto, em outro posto, um período menor. Aí trabalhei aqui. Não cheguei a mudar muito de empresa, passo mais tempo, mas não mudo tanto. Se eu gostar, eu continuo naquele setor que eu me senti bem, que eu consegui desenvolver melhor.

Todas as atividades que necessitam de alta qualificação. O pouco estudo limita a inserção em empregos que necessitam de habilidades relacionadas ao intelecto. Esta razão, talvez justifique a inserção dos jovens entrevistados em trabalhos nos bares na cidade de Teresina, ao exigirem baixa escolaridade. Sobre esta realidade, Márcio Pochmann (2000) afirma que no Brasil a colocação do jovem no mercado de trabalho revela direta e indiretamente “as condições prévias da vida familiar, quanto à raça, origem geográfica (meio urbano ou rural) e à base socioeconômica.” (p.31).

Rafaela exerce a função de caixa de um bar. Tem 26 anos. Também se autodeclara negra e fez o ensino médio completo. Interrompeu os estudos há quatro anos. O motivo que impulsionou tomar esta “decisão” de abandonar os estudos, foi a maternidade. Era necessário continuar trabalhando, mas ter um tempo para a filha. Desta forma, a realidade impôs que interrompesse seus estudos. A jovem relatou sobre sua relação com o trabalho, desde muito cedo:

Olha, trabalhar, trabalhar de carteira assinada, eu comecei com dezoito anos. Só que antes disso, desde os meus catorze anos, eu faço “bicos”: eu já entreguei panfleto no sinal. Eu já fiz salgadinhos pra vender. Eu já vendi docinhos, fazia docinho pra deixar nos comércios. Desde os meus catorze anos eu sempre dei um jeito de ganhar meu próprio dinheiro; nunca fiquei parada assim não. Mas, carteira assinada foi a partir dos meus 18 anos, que eu arrumei meu primeiro emprego!

Trabalhar aos 14 anos não foi uma escolha de Rafaela, pelo contrário, a experiência surge na narrativa como fazendo parte de uma necessidade para se sentir socialmente melhor, além da necessidade financeira. É sobre isso que Guy Bajoit & Abraham Franssen (1997) discorrem ao abordarem acerca do sentido do trabalho para a juventude:

Contra as apreciações lapidares (“*os jovens perderam o sentido do valor do trabalho*”) é preciso sublinhar que o trabalho continua sendo uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização. Trabalhar — quer dizer, exercer uma atividade produtiva com caráter social assegurando uma independência financeira — permanece, para todos os jovens que entrevistamos, uma expectativa básica, por vezes essencial, sempre importante.” (p.79).

A necessidade de trabalhar para se sustentar e contribuir com o sustento da casa é frequente na realidade de jovens de classes menos abastadas economicamente. Os motivos são vários. No caso de Rafaela foi a condição financeira da avó que a levou ao trabalho precoce:

Logo minha mãe biológica e meu pai se separaram. Eu era muito pequena, tinha sete anos, e fiquei morando com minha avó. Na casa da minha avó, eram dez pessoas. Só minha avó aposentada e minha tia trabalhando. Então, ela não tinha condição de me dar as coisas que eu precisava. Eu tive, eu sentia a necessidade de ir atrás daquilo que eu queria, de comprar minhas próprias coisas, de ter meu próprio dinheiro; foi mais a questão de necessidade.

Esta necessidade já foi ressaltada por Pochmann (2000) também, o autor afirma que a decisão de entrada no mercado de trabalho encontra-se vinculada diretamente com as dificuldades financeiras da família, conclui que quanto menor a renda familiar, maior a necessidade de inserção do jovem no mercado de trabalho. Esta demanda também implica uma breve passagem pela escola.

Interromper os estudos também surgiu como necessário na narrativa do jovem Ném. Com 23 anos, autodeclara-se pardo. Trabalha como garçom em bar da cidade. Em relação aos estudos, afirmou ter concluído o ensino médio e chegou a fazer cursinho pré-vestibular. Seu sonho era cursar Medicina. Entretanto, não conseguiu realizar vestibular, pois veio a paternidade sem planejamento, fato que lhe exigiu o ingresso no mundo do trabalho:

Eu não fiz curso devido ao fato de ter engravidado minha namorada, tive que trabalhar pra poder sustentar ela. Meu pai faleceu, e era separado da minha mãe – que não trabalha de carteira assinada – então tive que arcar com isso.

Ném já trabalhava antes de se tornar pai. Conciliava estudos e trabalho. No entanto, por conta da paternidade sentiu necessidade de ter sua própria casa e, assim, assumiu mais despesas relacionadas, provavelmente, com o sustento do filho. Desta maneira, o trabalho prevaleceu, não sendo possível conciliar trabalho e estudo:

Antes disso [de ser pai], eu trabalhava e estudava. Trabalhava durante o dia e estudava durante a tarde. Quando eu fazia pré-vestibular, trabalhava à tarde e estudava à noite. Fui conhecendo ela [*a mãe do filho*], em questão de meses eu engravidei ela.

As juventudes aqui em análise não têm tido essa possibilidade de prolongamento dos estudos. A necessidade de se sustentarem tem imposto uma inserção “precoce” no mercado de trabalho. Esta foi também a conclusão de Leão (2007), sobre a relação dos jovens brasileiros com o trabalho. Segundo ele, há uma experiência precoce do trabalho precário e do desemprego.

A precocidade com o ingresso no mercado de trabalho é uma situação que traz alguns prejuízos como uma menor qualificação, o que não possibilita o alcance de empregos considerados de maiores *status*, do ponto de vista social. Esta situação já vem sendo discutida por Carla Coelho Andrade (2008): “Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.” (p.27).

Em relação aos estudos, a discussão é bem mais complexa, pois é necessário ainda trazer ao debate elementos como as condições estruturais e conjunturais do ensino público no Brasil, a valorização dos estudos pelas famílias, dentre outras questões, as quais não são aprofundadas nesta pesquisa.

A necessidade de ter uma renda também foi mencionada pelo jovem Wesley, em razão das mesmas condições de Ném, a paternidade: “Quando o meu filho nasceu, tive que começar a trabalhar.”.

Wesley tem 26 anos, se autodeclara pardo, é garçom há nove anos, no entanto já havia trabalhado com a família. Segundo ele o: “[...] pai tinha uma venda no centro, e era vigia. No dia que ele estava de serviço, eu ia pra lá, passava o dia no lugar. Mas não todo dia; no máximo duas, três vezes por semana, por assim dizer.”.

É importante chamar atenção para a forma de como “ter filhos” interferiu de maneira diferente no cotidiano dos jovens e das jovens. No primeiro caso, Ném e Wesley explicitaram nas entrevistas que tinham com quem deixar as crianças, o foco da preocupação é com o sustento. Em garantir o dinheiro para arcar as contas. Suas falas apresentam indícios para afirmarmos que sua preocupação está relacionada à função do macho na ordem patriarcal de gênero.

Já no caso das jovens, o foco também é o sustento quando não há o pai para assumir esse papel. Esta situação fica clara na narrativa de Carminha. A jovem tem 31 anos, se autodeclara parda e parou de estudar há onze anos, após concluir o ensino médio. A necessidade de trabalhar e ter uma renda veio com a separação do companheiro, fato que a levou a assumir sozinha o sustento da filha:

-*Pesquisadora*: Você trabalha há quanto tempo?

- *Carminha*: Desde os dezenove anos. Quando eu me separei do meu marido, passei uns sete meses desempregada, mas nunca deixei faltar nada, nada. Porque eu aprendi a fazer docinhos, bolos, pegava uma encomenda. Eu nunca deixei faltar nada, me virava. Consegui esse outro emprego e depois vim pra cá. E gosto muito! Porque eu só falto nesse serviço se ela estiver doente ou não aguentar trabalhar, o que é muito difícil.

Este trecho da entrevista deixa claro quem era o responsável pelo “sustento do lar”, antes e a partir do momento da separação. Carminha, além do cuidado com a filha, assume o papel de provedora da casa.

Na entrevista Ivete, jovem de 25 anos, se autodeclara negra e mãe. Também explicitou a necessidade do trabalho para o sustento da filha e ainda a procura de alguém para compartilhar o cuidado com a mesma. Para esta jovem, o suporte emocional é necessário para que ela possa trabalhar:

Falei pro meu primo que precisava conversar com minha mãe pra saber se ela poderia ficar com minha filha e poder vir trabalhar à noite. Ele disse “tudo bem, espero a resposta até amanhã”. Conversei com minha mãe – nesse tempo, me separei do pai da neném – estava passando por um momento difícil, minha colega me acolheu na casa dela, fui morar com ela, e ela disse que mesmo que a mãe não ficasse com a neném, ela ficaria pra eu ir trabalhar. Só fiz ligar pro meu primo e disse que aceitava a proposta. Dali em diante, estou aqui.

Na verdade, a jovem já trabalhava antes de ser mãe:

Faz muito tempo, uns seis anos. De lá pra cá, fiquei trabalhando só em casas de família, dormia nas casas das famílias. Fui babá, fui doméstica, fui serviços gerais. Depois, trabalhei no Centro de Artesanato, localizado no Centro de Teresina, fui vendedora. Passei três meses lá, porque a mulher disse que era uma coisa, passaram dois meses era outra, atrasou o dinheiro, também não fui mais. Não tinha carteira assinada, não tinha obrigação nenhuma, não fui mais.

Entretanto, quando se tornou mãe e sem o companheiro, foi necessário assumir além do cuidado o seu próprio sustento, o da filha. Desta maneira, era preciso voltar a trabalhar e dividir com alguém o cuidado, que foi assumido, pela avó. A propósito, o apoio de avós é bastante comum entre as famílias pobres. Na entrevista com Wesley, ficou explícito que sua avó também se responsabiliza pelo cuidado do filho dele. No caso do jovem, talvez por ser homem, somente a avó é responsável pelo cuidado do neto. Diferentemente, na situação de Ivete, o cuidado é compartilhado entre mãe e avó.

Desta maneira, é notório que na nossa sociedade, ainda sustentada por relações patriarcais¹³, os papéis são definidos: o pai é provedor material e a mãe, a provedora emocional. Roberto da Matta (1995), na obra “A casa e a rua”, também chama a atenção para o lugar do homem e da mulher, esta última assume destaque na casa e o primeiro na rua: “O mundo diário pode marcar a mulher como centro de todas as rotinas familiares, mas os ritos políticos do poder ressaltam apenas os homens.” (p.39).

Para algumas mães, há um aumento da sobrecarga quando não há com quem dividir as responsabilidades relacionadas à “produção antroponômica¹⁴” que Daniel Bertaux (1979) define como elemento inovador na discussão sobre a produção do ser humano, indo além da produção biológica. As jovens aqui em análise se sentem responsáveis tanto pelo provimento material como emocional, já que assumem os dois papéis: de pai e de mãe.

Porém, a sobrecarga para as mulheres, incluindo mães ou avós, não poderia ser minimizada apenas com a existência de um companheiro. Outros elementos são estratégicos como suporte no cuidado com as crianças, dentre estes, existência e funcionamento adequado de creches públicas, uma jornada de trabalho reduzida, salários compatíveis com as necessidades de sustento da família. Estes e outros suportes minimizariam a sobrecarga de trabalho da mulher com o cuidado com as crianças.

Entretanto, tanto para os jovens do sexo masculino, quanto para aquelas do sexo feminino, a maternidade e a paternidade, por conta da situação de classe, torna inviável conciliar estudos e trabalho. Esta dificuldade é manifestada na narrativa de Wesley:

- *Pesquisadora*: Você ainda estuda?

- *Wesley*: Parei, até comecei a... é estudar, concluir o terceiro ano do ensino médio, esse ano, mas em termos de serviço não deu para concluir, tá muito cansativo. Mas eu fui até o segundo ano do ensino médio.

- *Pesquisadora*: Você parou este ano?

- *Wesley*: Não, eu já tinha parado há algum tempo e aí retornei esse ano, com o intuito de tentar concluir o ensino médio, mas aí devido ao horário, à noite, acabei... enfada muito...[...]. Eu ainda estudei até o meio do ano. Agora não tem concentração, tu passa a noite trabalhando, o dia dormindo,

¹³ A concepção sobre relações patriarcais neste trabalho, parte das compreensões de Carole Pateman (1993) e Heleieth Saffioti (2004). Essas autoras consideram o patriarcado como “[...] o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.” (SAFIOTTI, 2004, p.44). A escolha por esta compreensão ocorre por considerar o conceito de patriarcado o mais coerente ao tratar das desigualdades entre homens e mulheres.

¹⁴ Daniel Bertaux na obra “Destinos Pessoais e Estruturas de Classe” (1978) apresenta como as relações resultantes da classe da família conjugal interfere e define a classe social que aquela criança ocupará quando adulta. Para tanto, o autor utiliza o termo “produção antroponômica”, ao tratar do processo de criação das crianças. A produção antroponômica é definida da seguinte maneira: “[...] é a produção da energia humana, ao mesmo tempo em quantidade e em qualidade, ao mesmo tempo como fonte pura (bruta) e como modos específicos de concretização[...] É a produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais.” (p.56).

aí chego, passo aqui mais cedo e ajeito as coisas, e vou pra lá e fico com sono. O professor tá explicando você não...não tem como, é muito cansativo[...].

Entretanto, a realidade de Wesley é encontrada na vida de outros jovens. Autores como Pochmann informam que a transição do sistema escolar para o mundo do trabalho não é direta e objetiva, podendo ter idas e vindas, o que fica claro quando observamos as tentativas de conciliação entre essas duas atividades. Essa conciliação, muitas vezes não é possível, de acordo com o autor, o que se agrava para os jovens do sexo masculino, pois esses muitas vezes assumem postos de trabalho “incompatíveis” com o horário e rotina escolar.

Entre os jovens entrevistados encontrei alguns que conseguem conciliar estudos e trabalho, mesmo com algumas dificuldades como tempo e cansaço. Mas, ainda assim consideram satisfatória essa possibilidade. É o caso de Ricardo.

Ricardo, jovem de 29 anos, se autodeclara branco, se encontra fazendo o curso técnico de Hotelaria e Turismo e está desenvolvendo o trabalho de *cheff* em um bar da cidade:

Durante a semana, de manhã e de tarde, eu estou na escola, fazendo um curso técnico de turismo. E quando não são quinze dias de aula, são quinze dias de estágio, então estou num restaurante, estagiando. [...]. Estou adorando o curso, o conhecimento, porque lá da escola, a única pessoa que trabalha sou eu. Todos, somos dezoito. Todos estão procurando vaga ainda. Todo mundo fica “o Ricardo está aqui na escola só pelo certificado”. E nem é, estou aprendendo muito, até pela convivência, porque é um regime de alternância: quinze dias em casa, quinze dias na escola. [...] Então, estou aprendendo muito, mais do que o certificado, eu vou ter a experiência. Como diz a história: o importante de uma trajetória não é a chegada, é o percurso, é a experiência do percurso. Está bom demais, conhecendo outras cozinhas, fazendo novas amizades do ramo que eu trabalho.

Outro jovem que busca conciliar estudo e trabalho é Tarcísio. Ele se considera negro, tem 18 anos e trabalha como garçom em um bar da cidade. Além disto, cursa Enfermagem em uma Universidade da cidade. O jovem relatou a dificuldade enfrentada ao iniciar o curso. Hoje, no segundo período, lida melhor com a “correria do dia a dia”, mas antes considerava muito cansativo:

Quando começaram as aulas, foi ruim, ficou difícil. Com o tempo, a gente vai se adaptando. No começo é ruim, perder sono, só de lembrar. Às vezes, eu ficava doze horas acordado, colocava o celular para despertar quatro horas da manhã. Quando eu acordava, eu estudava, ia pra escola seis e meia, era ruim demais! Ainda hoje eu faço isso: quando estou com muito sono, coloco o celular pra despertar, faço a tarefa só até a metade e penso “eu acordo cedo e termino”.

No trecho acima, fica explícito que a rotina de trabalho e estudo, do jovem, não mudou com o passar do tempo. No entanto, ele considera menos cansativa. Tudo isso nos faz inferir que seu corpo habituou-se ao cansaço e que seu modo de enfrentar tal circunstância é criar estratégia de fazer a “tarefa só até a metade”.

No entanto, é preciso ressaltar que uma boa escolarização já não garante um emprego com melhor remuneração e pouca exploração, visto que no sistema capitalista não há vagas para todos no mercado de trabalho. Assim, mesmo investindo em qualificação não há certeza de emprego, conforme foi destacado por alguns autores. Tendo como referência Castro e Aquino (2008), Andrade (2008) afirmam que uma maior escolarização é importante, entretanto, ela não garante automaticamente “aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão-de-obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados.” (p.27).

No mesmo sentido, Pochmann (2000) afirma que mesmo o segmento não-organizado, o qual se caracteriza pela elevada rotatividade no mercado de trabalho, múltiplas formas de contratação, constantes rompimentos nos contratos de trabalho, essa realidade não diz respeito somente aos jovens que não conseguiram finalizar o ensino obrigatório, ela atualmente também chegou para o jovem com maior escolaridade.

Esta realidade também foi verificada por Pais (2001) em Portugal. Segundo o autor, a “profecia” sobre a formação profissional já não acontece. Todavia, o autor não deseja com essa constatação negar a importância do valor profissional sustentado em uma formação de maior *status* social. Também nessa pesquisa foi possível entender que estar empregado não é apenas uma questão de mérito pessoal, desta maneira concordo com Daniel Bertaux (1978) ao afirmar que a meritocracia “[...] desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de condição, tais como resultam da estrutura de classe.” (p.45).

Entre os jovens entrevistados, há um assistente administrativo de um bar da cidade: David. O jovem tem 20 anos, se autodeclara pardo, está solteiro e encontra-se cursando Administração em uma Faculdade da cidade. Apesar de o jovem não estar fisicamente no bar no período da noite ele, além do trabalho durante o período da tarde, deve estar “ligado” para algum chamado no período da noite, pois é o responsável por tudo que acontece no estabelecimento, mesmo na sua ausência:

Hoje, eu trabalho de doze às cinco. Eu trabalho cinco horas hoje. Hoje, que eu digo, é a semana toda. Atualmente eu trabalho de doze às cinco. Antes, eu trabalhava de nove às cinco, antes de começar a estudar. Mas assim: como lá só abre à noite, e eu trabalho à tarde, tenho que estar dentro dele. Não fisicamente, mas qualquer coisa que acontecer, é culpa minha. Se acontecer uma coisa errada, é culpa minha. Hoje, eu não estou fisicamente, mas está fechado, então está tranquilo. Mas eu não estou fisicamente à noite, mas estou com minha mente dentro do [nome do bar]. Eu sempre tenho que estar dentro dele, pelo fato de eu fazer, ser o cabeça, o cérebro do [nome do bar], eu tenho que estar lá. Tudo que acontecer lá, se faltar alguma coisa, vão me perguntar por que faltou. Vão me ligar perguntando o que aconteceu com o fornecedor, vão me ligar “ah, você pagou isso e aquilo outro?”.

Apesar dos vinte anos de idade, o jovem tem muitas responsabilidades, e as cumpre. Os donos do local onde trabalha confiam nele e tentam convencê-lo de que o emprego é uma espécie de estágio. Esse argumento favorece a baixa remuneração e o grande trabalho que tem a cumprir. Essa realidade com esse argumento tem possibilitado o aumento de estágios em vários campos de trabalho da cidade. David deixa claro o posicionamento do seu chefe: “Eu faço tudo. Não tem como sair de Teresina. Meu tio, como te falei, ele fala muito ‘estou te treinando, e tal’, só queixo¹⁵. Mas eu não ligo.”

Este trecho da entrevista pode ser entendido tendo por referência às reflexões de Ferreira (2009) sobre o modo como a necessidade de trabalhar determina a ocupação em um trabalho precário ou informal:

A informalidade e o trabalho precário são possibilidades que os indivíduos, em geral, acessam como meio que possa contemplar suas necessidades, perdendo de vista os direitos conquistados e definidos historicamente nas relações entre o capital e o trabalho, preocupando-se apenas com o imediato, com a sua sobrevivência. (p.65).

No caso de David, ele tem carteira assinada, entretanto em frente a sua remuneração e quantidade de trabalho e responsabilidades assumidas, é possível considerar seu emprego

¹⁵ “Queixo” é uma gíria utilizada bastante pelos jovens e faz referência ao ato de ludibriar.

como precário. O jovem tem a dimensão da realidade em que está inserido, entretanto precisa trabalhar, até porque esta lógica de arcar com algumas de suas despesas já vem de algum tempo.

A similaridade encontrada entre os jovens entrevistados para este estudo é a instabilidade em seus empregos. Mesmo a maioria tendo sua carteira assinada, isso não garante uma estabilidade. Essa característica não é privilégio da juventude que trabalha em bares. A marca da instabilidade atinge qualquer trabalho precário, o que tem sido preponderante na maioria dos empregos para a juventude de baixo poder aquisitivo. Ao tratar da inserção no mercado de trabalho, Andrade (2008) chama a atenção para a incerteza dessa inserção:

No que tange à inserção no mercado de trabalho, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. (p.29).

O jovem Ném abordou sobre a instabilidade na profissão. Além disso, em pesquisa de campo pude identificar a rotatividade dos jovens trabalhadores de bares:

Há essa questão de entrosamento, de interesses financeiros, como “em outro lugar, vou ganhar mais”, então saem de um lugar, vão pra outro, e nesse outro não dá muito certo. Havia um colega meu, que era do Mocambinho – [nome dele] – trabalhava naquele outro bar perto daqui, estava com seis meses lá, indo bem, o pessoal gostando dele. Então, um outro colega dele, que trabalhava no [nome de outro Bar], ofereceu uma oportunidade pra ele, disse que lá era melhor, mesmo ele estando bem aqui, entrosado com os meninos, bom relacionamento. Ele se empolgou com a história e foi... No mês passado, estive no Mocambinho, tomando uma Coca-Cola com meu primo, esse meu amigo passou. Vi ele, chamei e perguntei “não vai mais trabalhar não?”. Ele respondeu “não, não estou mais trabalhando, não”. [...] Acho que lá ele não trabalhou nem dois meses. Chegou a proposta que era pra ganhar mais. Mas você tem que ir quando a proposta é certa. [...]. Pois é. Financeiramente ele se empolgou... E essas casas vão abrindo, se empolgam no começo, logo com três meses vão e mandam os funcionários embora... *Logo a rotatividade garçonária é muito grande.* Se você for num restaurante, habitualmente, nunca vão ser os mesmos garçons que estarão lá. Pode haver alguns que demoram mais – principalmente na área onde há muitos, sempre muda. [Grifo meu].

Na narrativa de Ném, a rotatividade não foi ocasionada pelo “patrão” de forma direta. No entanto, o atrativo para o pedido de demissão de um bar e se empregar em outro bar, é a possibilidade de conseguir um salário melhor ou condições melhores de trabalho. Entretanto, assim como outros bares da cidade, a certeza é a precariedade, tanto em relação aos salários como à carga horária de trabalho elevada, comprometendo o tempo para os estudos, como Wesley explicitou em sua entrevista.

As afirmações de Cassilda Ferreira dos Reis (2011) sobre a posição desfavorável que o jovem enfrenta no mercado de trabalho ajudam-nos a compreender as incertezas que os jovens enfrentam quanto são “convidados” para trabalhar em novos estabelecimentos. De acordo com a autora, há um menor ingresso da juventude no mercado de trabalho e uma menor permanência, aliada a isso, as condições de trabalho são precárias tanto em relação à remuneração como à carga horária.

Desta maneira, o desemprego é frequente para na vida dos jovens, que fazem da incerteza a grande marca da inserção de jovens no mercado de trabalho. As pesquisas indicam que o desemprego tem atingido ainda mais a juventude, informação também destacada por Bruno Ranieri (2012) e Andrade (2008). Além disso, outro fato que comprovam tal realidade foi a pesquisa realizada em 2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, denominada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD contínua, que avalia o mercado de trabalho no Brasil. Esta pesquisa apontou que a taxa de desemprego diminuiu nos últimos anos, entretanto, para a faixa etária considerada juventude, 15 a 29 anos, ela aumentou.

No caso dos jovens entrevistados para o presente estudo, o trabalho encontra-se, sobretudo, como uma necessidade, mas também como uma virtude, um valor. A necessidade existe tanto relacionada à sobrevivência, como à realização pessoal e social. Assim referido pelos jovens aqui abordados. Em outros contextos, realidade semelhante foi tratada no trabalho de Guy Bajoit e Abraham Franssen (1997). Na obra desses autores é possível encontrar indícios de que o trabalho também tem “[...] uma forte dimensão expressiva realizar-se social e pessoalmente” (p.79).

Ainda assim, alguns jovens reconheceram que existem empregos em que se trabalha mais e se ganha menos. Entre eles, temos Ricardo, Ribeiro e Wesley. Este último ao justificar sua preferência pelo trabalho na noite, aponta algumas dessas questões:

-Wesley: [...]Por enquanto, eu não tenho outro serviço. Estou começando a ter meu ensino médio completo, pra sair daqui e da noite, pra passar o dia todo trabalhando, oito horas por dia, pra ganhar um salariozinho velho suado? Não dá, não me acostumo. E também eu gosto de trabalhar de garçom. Me acostumei. Há quem diga que é chato, mas eu gosto.

Ricardo, que possui experiência de trabalho durante o dia, narrou seu prazer em trabalhar no período da noite, chegou a justificar sua preferência. O trabalho à noite além de aumentar seu salário com o adicional noturno, facilita suas práticas de lazer:

-Ricardo: O salário do dia não é bom. Não é bom. E quando você sai do trabalho, você vai direto pra casa, que de manhã cedo você tem que estar na loja. E na noite, não. A gente sai do trabalho, pode passar num barzinho, tomar uma cervejinha, encontrar com os amigos que trabalham em outros bares, e pode chegar em casa seis da manhã e dormir até meio-dia, acordar e vir trabalhar de novo. É melhor trabalhar à noite. E o salário é melhor também, porque tem adicional noturno. É bem melhor. O trânsito não é aquela correria, é melhor à noite.

Portanto, mesmo sendo um trabalho instável, de certa forma, precário, ainda assim alguns dos jovens encontram-se satisfeitos. A postura de Tiago se contrapõe a dos outros jovens, ele não gosta de trabalhar no período noturno, pois não consegue descansar de forma adequada:

-Tiago: Fora que é cansativo: você mudar sua rotina pra trabalhar de noite, você nunca está completamente descansado. Nem se você dormisse dez horas por dia você se sentiria descansado. Você vai dormir mais tarde, o sono durante o dia não é normal.

A instabilidade, a incerteza também tem caracterizado os modos de viver juvenis. Entre os jovens entrevistados alguns interromperam os estudos e já pensam em voltar a estudar. Outros saíram da casa dos pais para casar e já retornam para compartilhar o cuidado com os filhos. Essas idas e vindas que Pais (2001; 2006) denomina de labirinto encontram-se explícitas em trecho da entrevista de Ricardo:

Eu estava trabalhando no Bompreço na época, aí eu tenho um amigo que estava pra lá. Ele me ligou, me convidando, dizendo que estava precisando, “vem, Ricardo, aqui você vai ganhar muito mais, pagam em dólares”. Eu, doido como sou – ainda vou matar minha mãe do coração, qualquer dia

desses – resolvi ir. Botei a mochila nas costas, fui, só com a cara e a coragem. Fui pro Suriname, a patroa pagou minha viagem aérea e eu paguei de Teresina pra Belém e ela pagou a passagem aérea. Cheguei lá, foi muito diferente, foi uma aventura, aventura mesmo.

Ricardo não tem filhos e a proposta de viajar vem aliada com uma proposta de emprego, o que possibilita vivenciar mais “aventuras”, estar em Teresina e em poucos dias ir para Suriname, outro país. No entanto, essa partida não é definitiva, sentiu vontade de voltar, voltou ao Brasil:

Eu vim, passei um ano, estava morrendo de saudades do Brasil, dos amigos, eu vim. Quando estava aqui com uma semana, liguei pros meus colegas de restaurante e digo “sim, vamos tomar uma pra matar a saudade, daquele tempo que a gente trabalhava à noite”, fomos! Encontrei com o Jean, que foi meu gerente, ele me perguntou “e aí, Ricardo, você vai ficar em Teresina ou vai viajar de novo? ”, eu disse: “Jean, eu vou descansar”. “Pois se você resolver ficar em Teresina, já tem emprego pra ti”. “Pois não sei se vou ficar, não”. “Vamos pelo menos conhecer os donos do projeto”, que são os donos aqui do [atual bar em que trabalha]. Eu vim, fui com a cara deles, eles me fizeram uma proposta boa, resolvi ficar. Liguei pra minha patroa do Suriname e despachei, não voltei mais pra lá.

O retorno ao Brasil ocorre diante da garantia de um emprego, o que, aliado à saudade dos amigos, fortalece sua decisão em ficar aqui. Contudo, o tempo de sua permanência na cidade de Teresina tem por base a indefinição. Na verdade, Ricardo não deseja se prender em um lugar, o seu desejo é estar sempre conhecendo novos lugares, vivenciando novas experiências em cidades diferentes:

Voltei pra cá. Fui naquela noite encontrar com o Jean e vim encontrar com os donos do [nome do bar que atualmente trabalha]. Mas está sendo bom, uma experiência nova. Gratificante. Estou tendo oportunidade de fazer o curso – não me arrependo – mas aí no ano que vem eu quero botar a mochila nas costas de novo. Não pro Suriname, lá eu quero ir visitar os amigos, ir pras festas, passar uns quinze dias. Mas eu quero ir pra outro canto.

As idas e vindas desenham o labirinto a que se refere Pais (2001), ao analisar a juventude portuguesa, partindo da ótica do trabalho precário. O curso de vida de Ricardo e dos outros jovens que têm suas narrativas aqui analisadas, caracteriza-se por uma trajetória “[...] iô-iô”, também denominação de Pais (2001) ao se referir a não linearidade das trajetórias de vida dos jovens portugueses, o que pode ser verificado também nas trajetórias dos jovens entrevistados para este estudo.

Nada é definitivo, tudo pode ser modificado, reversível, sobretudo para jovens homens e sem filhos, pois no caso das mulheres, a maternidade aliada à condição de classe social e às relações patriarcais impõe limitações para as aventuras das mudanças de espaços físicos. Porém, é possível a reversibilidade no emprego, na volta à casa dos pais, na retomada dos estudos, entre outras ações antes consideradas como demarcatórias do fim da fase da juventude e inserção no mundo adulto.

Nas narrativas aqui apresentadas, outra questão se destaca, a qual não se encontra na pesquisa do referido autor. A raça dos jovens entrevistados. A maioria se autodeclarou negro e pardo. Esta realidade é coerente com a história do país, quando analisamos a força da escravidão ainda no período colonial e a dificuldade de ascensão social dos negros por conta de um preconceito historicamente construído e contemporaneamente pouco enfrentado.

O fato de a maioria dos jovens abordados para este estudo se encontrar trabalhando à noite e se autodeclararem negros ou pardos, chama a atenção a quantidade de jovens negros trabalhando em outros bares da cidade, para além dos entrevistados. Isto nos remete à ideia de escravo ainda bastante presente na contemporaneidade, sobretudo quando verificamos um trabalho precário, com uma remuneração baixa e alta carga horária de trabalho.

É importante ressaltar que a juventude negra tem sido destaque nos dados sobre homicídios. O Programa Juventude Viva traz informações do Ministério da Saúde, as quais evidenciam que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Em Teresina, no ano de 2011, foram 123 jovens negros assassinados. Com este índice, a capital do Piauí encontra-se no vigésimo nono (29º) lugar do ranking das cento e quarenta e duas (142) cidades brasileiras que possuem o maior número de jovens negros vítimas de homicídio. Foram registrados em Teresina nos treze primeiros dias do ano de 2014, quando estava finalizando a escrita deste capítulo, o assassinato de vinte e cinco (25) jovens, todos pobres, residentes em zonas periféricas da cidade e, em sua maioria negros.

Ao levar em conta a quantidade de jovens entrevistados não é possível e, não foi intenção deste estudo, apresentar estatísticas sobre o lugar no mercado de trabalho dos jovens negros e pardos. Todavia, o fato de a maioria dos entrevistados, desta pesquisa, se autodeclarar negro ou pardo exige uma reflexão. A cor ainda é um dos fatores preponderantes para inserção no mercado de trabalho? Ser negro no Brasil ainda limita possibilidades no acesso ao mercado de trabalho, no acesso à educação e revela possivelmente sua classe social.

Além disso, é possível apontar uma questão sobre o lugar de trabalho e o lugar de moradia. Os bairros onde moram - bairros, periféricos, com poucos equipamentos sociais - e a zona onde trabalham - conhecida como zona nobre - é outro fator que indica a existência de notórias desigualdades sociais na cidade. Embora na zona leste não residam apenas famílias de alto poder aquisitivo, há preponderância das mesmas.

Ademais, mesmo não tendo realizado um diagnóstico preciso dos bairros em que os entrevistados jovens residem, todavia meu conhecimento acerca das condições de mobilidade na cidade, permitem-me afirmar que esses jovens enfrentam muitas dificuldades para se deslocarem de casa para o trabalho, do trabalho para casa e ainda para suas práticas de lazer na cidade.

O transporte público é precário e ainda tem um horário de funcionamento que não supre a demanda dos jovens aqui entrevistados. A circulação dos ônibus encerra em média às 22 horas. Grande parte dos jovens relataram que voltam de mototáxi para suas casas ao final do expediente e ainda há casos, como de Ivete, que volta de bicicleta, mesmo cansada ao final do dia, essa é a sua “saída”. O transporte também compromete as práticas de lazer dos mesmos jovens, eles muitas vezes têm que se articular com outros colegas, ou pedir o carro do sogro, como é o caso de Ribeiro para conseguir se deslocar no domingo.

Acerca do mercado de trabalho para a juventude negra, Andrade (2008) chama a atenção para o aumento dos obstáculos na inserção no mundo do trabalho quando se trata de mulheres e jovens negros: “Inquieta igualmente a persistência das desigualdades de gênero e raça/cor: piores rendas são exatamente as das jovens mulheres e as dos jovens negros (pretos e pardos). Ainda que os dados mostrem uma redução destas desigualdades, elas permanecem gritantes [...]” (p.29).

Entre as jovens entrevistadas, Ivete é *barman*, portanto realiza trabalho que geralmente é visto como sendo de exclusividade de pessoas do sexo masculino por envolver o manuseio de bebida alcoólica. A palavra *man* é uma palavra inglesa que traduzida para o português

significa homem. Portanto, o próprio nome da profissão que executa já é questionável, afinal, neste caso é uma mulher que realiza, por que não usar o termo *barwoman*? Encontrar uma mulher nesse posto geralmente é uma exceção, o que pode ser reafirmado com o nome que consta de sua carteira de trabalho. Nessa sua ocupação no bar está como copeira.

Outro elemento que reafirma a exclusividade de pessoas do sexo masculino para o trabalho com o manuseio de bebida alcoólica, identifiquei na narrativa de Ribeiro quando se referiu ao fato de os donos de bares preferirem as mulheres para trabalhar em pizzarias e os homens para trabalhar em bares. O jovem não apresentou justificativas para esta escolha. Todavia, obviamente, há indício de que as determinações de papéis sociais em que à mulher é atribuída a responsabilidade com o preparo de alimento e ao homem a labuta em atividade que exige força física e o manuseio de bebida alcoólica, é um elemento definidor da escolha.

Sustentado neste mesmo argumento, Tiago, que é garçom e dono do seu próprio empreendimento, na entrevista relatou sobre o contrato de profissionais garçons e garçonetes em seu bar:

Eu queria garçonetes, só que sem querer ser “sexista”, os homens em geral são mais dinâmicos do que as mulheres. Todas as representantes que vieram aqui do sexo feminino são “mortas”. Teve uma que parecia que dormia. Fora que o garçom homem, tem que colocar a cerveja, ele vai lá, pega a caixa e coloca. A mulher diz que está pesado, uma série de coisas que a gente acha besteira, mas não é. Você tem que colocar alguma coisa mais pesada. O homem vai lá, e coloca, está embutido na cabeça dele. A mulher muitas vezes se acha vulnerável. O outro problema maior que eu tive era com o horário de saída das mulheres. Elas se sentiam mais fragilizadas do que os homens ao saírem daqui de noite. Mas eu experimentei aqui quatro garçonetes diferentes.

O que Tiago aponta como motivos da escolha por garçons pode ser analisado a partir das reflexões desenvolvidas por Thomas Laqueur (2001). Este autor realiza pesquisas e reflexões que apontam indícios de que o biológico foi determinado pelo social, quando a Ciência Moderna com seu método cartesiano buscava provar pela biologia que as mulheres eram inferiores aos homens.

O autor recorre a diversos exemplos, ao realizar um resgate histórico sobre os estudos desenvolvidos por homens dos corpos dos homens e das mulheres. Estudos realizados em laboratórios, mas como deixa claro, em um contexto histórico que era conveniente aos homens considerar as mulheres como inferiores. Era essa posição que determinava os resultados das pesquisas. Esses estudos alcançaram visibilidade na Ciência, pesquisas que buscavam comprovar o que os pensadores (homens, brancos e da elite) daquele momento acreditavam e defendiam. É importante lembrar que não é fácil para os dominadores abrir mão da sua condição, portanto nada mais confortável que ‘comprovar’ que as mulheres são inferiores, assim, justificam a dominação masculina.

Acreditar que as garçonetes “são mortas”, sem força para transportar caixas de cerveja, na verdade reflete quanto as mulheres ainda são concebidas como o “sexo frágil”, incapazes de realizar atividades que demandam um maior esforço físico. Esta concepção é fortalecida por diversos fatores, entre eles a responsabilidade imposta socialmente às mulheres, por meio da atribuição de atividades domésticas e cuidado com os filhos, fato que demanda energia e influencia diretamente no cansaço no final do dia. Ademais, as mulheres foram historicamente poupadas de atividades físicas que exigiam uma força maior, o que pode ter influenciado diretamente o seu condicionamento físico atualmente. Entretanto, esta situação pode ser

convertida, conforme pode ser observado nas fisiculturistas, por exemplo.

Além disto, entre as próprias entrevistadas é possível encontrar mulheres dispostas a carregar caixas de cerveja, como é o caso de Ivete:

Porque aqui está muito puxado, e meu ajudante tem problema na coluna, quem puxa as caixas de cervejas sou eu. Quem abaixa e desce sou eu. E é um trabalho muito pesado. Puxar caixas de cervejas é pesado. Aqui, sexta de noite eu tenho que sair daqui e deixar tudo abastecido. Tenho que “topar” freezer de cerveja, de refrigerante, deixar tudo realmente sem nenhum erro pro outro dia.

A jovem mulher e mãe que “puxa” caixas de cerveja e deixa o “freezer topado” não seria contratada por Tiago, pois é mulher. Desta maneira, mesmo com a presença de mulheres em espaços antes considerados somente de homens, o que muitos consideram como avanço, ainda assim, como bem coloca Heleieth Saffioti (2004): “[...] a base material do patriarcado não foi destruída [...]”.

A situação das três jovens aqui entrevistadas pode ser analisada sob a perspectiva do nó de que trata Saffioti (2004). A autora destaca o nó que existe entre gênero, classe social e raça/etnia. Nó que a autora que ressalta não ser um nó apertado, mas frouxo, o que possibilita a cegueira em frente a este novelo: patriarcado-racismo-capitalismo. Esta compreensão da existência de um novelo na sociedade capitalista construído historicamente é fundamental para a análise da condição de jovens mulheres, negras e pardas, mães e trabalhadoras em bares da cidade. É imprescindível levar em consideração os outros determinantes, todas essas três subestruturas estão presentes na sociedade e as contradições que revelam estão imbricadas como um novelo e juntas fortalecendo a sociedade capitalista que tem como marca a exploração e a perpetuação das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O trabalho na condição da juventude aqui em análise se apresenta como um contraponto à ideia de que é o indicador de inserção no mundo adulto. Os jovens aqui trabalham, desta maneira, é preciso repensar sobre os elementos antes considerados como demarcatórios no processo de “transição” da juventude para o mundo adulto, sobretudo em frente à diversidade das trajetórias e modos de vida das juventudes.

Ciente da complexidade que as próprias correntes teóricas não têm conseguido “dar conta” proponho como saída estudar os sujeitos não tomando como referência a “fase da vida” em que são identificados, mas sim suas práticas sociais, partindo de uma postura de não segmentarização da vida, de defesa pela não divisão da vida em etapas estabelecidas. Diante disso, compartilho as ideias de Groppo (2011) quando destaca sentir necessidade de uma análise da vida social em que não haja mais a segmentarização do curso da vida e sim:

[...] pensar a possibilidade de uma forma de vida social emancipada, sem a dependência de estruturas institucionais e estatais homogeneizadoras e disciplinarizadoras, em que se permitirá, realmente, a generalização da liberdade e a flexibilidade de composição do curso da vida, e a democratização das relações etárias, ‘privilégios’, hoje, restritos a poucos grupos sociais e, em geral, como função do consumo. (p.27)

Portanto, diante da dificuldade em encontrar aquilo que unifica, considero cada vez mais pertinente refletirmos sobre o fim da segmentarização da vida, compreendendo que este seria mais um elemento para a possibilidade de uma vida emancipada, afinal como Pais (2000) afirma, determinadas fases da vida são reconhecidas em “[...] períodos nos quais essas fases de vida são socialmente vistas como geradoras de problemas sociais.” (p.29). Considero

cada vez mais pertinente a proposta de Canevacci (2005) de considerar as juventudes como intermináveis. Quando analiso as entrevistas, percebo o quanto um jovem pode “[...] perceber sua própria condição de jovem como não terminada ou inclusive não-terminável.” (p.29).

Enquanto esta emancipação não é alcançada e a condição juvenil se fortalece como interminável, entendo como necessário estudar as juventudes a partir de suas realidades, dos seus modos de vida, enfim de suas materialidades como nos sugere Margullis e Urresti (2000). E assim como as juventudes têm sido preparadas para “arrumarem e desarrumarem” a vida a qualquer momento precisamos estar atentos para as complexidades que têm caracterizado esta condição na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

ABRAMO, W. H.. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun/jul/ago, nº 5; set/ou/nov/dez, nº6. Número especial Juventude e Contemporaneidade, 1997. p. 25-36.

ANDRADE, C. C. (2008). Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, novembro de 2008, nº 37, p. 25-30. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA72BFE670D28/bmt_37.pdf - >>>Acessado em julho de 2013

CANEVACCI, M. **Culturas extremas: Mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. (Alba Olim- tradução). Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.7-55.

CARRANO, C. P. **Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra (n) çados da cidade**. 1999.460 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Niterói: [s.n], 1999.

BAJOIT, G.; FRANSEN, A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 76-96, maio-dez. 1997.

BERTAUX, D. **Destinos pessoais e estrutura de classe-** para uma crítica da antroponomia política. Tradução: Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FERREIRA, M. D. Significado do trabalho para os jovens de Teresina. In: Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC) / Universidade Federal do Piauí-UFPI. **Relatório da pesquisa A Condição Juvenil em Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2009.

GUIMARÃES, A. N. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

GROPPO, A. L. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: _____; Sousa, Janice Tirelli Ponte. **Dilemas e contestações da juventude no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC. 2011. p.11-29.

LUZ, X. C. L.. **Vozes de rappers: experiências juvenis em Teresina**. 2007. 261 p.Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

MARGULIS, M.; E URRESTI, M.. La juventud es más que una palabra. In: Margulis, Mario. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires, Biblos, 2000, p. 13-30.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? **Trabalho e sociedade**, v.I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.13-41.

PAIS, M. J. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

_____. “Prefácio- Busca de si: expressividades e identidades juvenis”. In: MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel & EUGÊNIO, Fernanda (Orgs). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 7-21.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil. 2000.

REIS, F. C. Projetos Culturais e mercado de trabalho para jovens. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Paraná, 2011.

SAFFIOTI, B. I. H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, V. M. Juventude (s): Considerações teóricas sobre materialidades em transição. **Serviço Social e Contemporaneidade**: Revista do Departamento de Serviço Social/ Universidade Federal do Piauí. Ano V, nº.5. Teresina: EDUFPI, 2007. p.125-146.

DESCONSTRUÇÃO DO PROCESSO DA VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE: POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO - Walfrido Menezes e Natália Farias

Faculdade Estácio do Recife

RESUMO: O presente relato de experiência, sobre a sexualidade, no tocante a gênero e o abuso sexual, tem como objetivo resgatar e favorecer o processo de crescimento do sujeito adolescente, em seu contexto sociocultural. Sua ação foi desenvolvida nas comunidades populares circunvizinhas à Instituição, ou em outras comunidades externas, onde a vulnerabilidade é profunda. Primeiro, como uma pesquisa de campo, para trazer considerações sobre a violência de gênero. No segundo momento, utilizando-se da dinâmica e do sociodrama, desenvolveu junto às adolescentes, vítimas do abuso sexual, o projeto de extensão em sexualidade, resgatando a autoestima e promover o processo de resiliência. O programa foi realizado no bairro de Candeias, na cidade metropolitana do Jaboatão dos Guararapes, envolvendo um grupo de jovens moradores da comunidade, isto é, meninas retiradas, temporariamente, do seio familiar, por serem vítimas de abuso sexual e maus-tratos. No processo ocorreu a interação das participantes, com muita naturalidade e interesse. Foi construído não só um grupo de aprendizado, mas também de apoio mútuo para se desmistificar todo preconceito, criando assim, uma rede de solidariedade, possibilitando uma maior liberdade para algumas falarem de experiências marcantes e traumáticas, dando apoio umas às outras, ao se perceberem nas histórias alheias. Diante do exposto, percebe-se a importância desta experiência que, além de propiciar novas aprendizagens para as participantes, contribuiu para o desenvolvimento de novas percepções e atuações na comunidade e em sua vida pessoal e social, através do resgate da autoestima e autonomia.

PALAVRAS-CHAVES: Extensão e sexualidade; educação sexual; gênero; abuso sexual; juventude.

ABSTRACT: This an experience report, on sexuality in relation to gender and sexual abuse, and aims to rescue and foster the growth process of the adolescent subject in their sociocultural context, enabling a new reading and rereading the prejudices, taboos and dogmas, oppression and sexual violence etc. His action was developed in popular communities surrounding the institution, or other external communities where vulnerability is deep. First as a field research, aiming to raise, pointing and bring considerations of gender violence. In the second phase, this paper, using the dynamic and sociodrama, developed with adolescent victims of sexual abuse, the extension project on sexuality, aiming to provide a knowledge about sexuality, self-esteem rescue and promote the process of resilience. The program was conducted in the Candeias district in the metropolitan city of Jaboatão dos Guararapes, involving a group of young community residents, girls, temporarily, withdrawn from the family as victims of sexual abuse and mistreatment at home. The actions were divided into six sequential steps that once a week was applied a specific topic within the theme of sexuality. Issues were addressed: sexuality and its history; we are equals, but different, in that it was every form of diversity; dating, marriage, abortion, family, pregnancy, menstruation, sexual abuse and violence. Process occurred in the interaction of the participants with great ease and interest. They were teenagers and enjoyed every moment as unique, being shared their doubts, fears and expectations of all. Was built, not only a group of learning, but also mutual support to demystify all prejudice. Already the subject of sexual abuse was made with extreme caution, respecting its limits and pains, since it touches the personal and social identity, since the verbalized and expressed in sociodrama expression allows the

knowledge that other unfortunately experienced such situations, and thus created a solidarity network, enabling greater freedom to speak some striking voluntarily and traumatic experiences, supporting each other when they realize the stories of others. Given the above, we can realize the importance and learning in the lives of participants, as well as contribute new insights to the formation and activities of the community and in their personal and social lives, through the recovery of self-esteem and autonomy.

KEYWORDS: sexuality extension, education sexual, gender, sexual abuse, young people.

Introdução

O Projeto de Extensão em Sexualidade Humana, realizado na Faculdade Estácio do Recife, é o resultado do trabalho e compromisso social da Psicologia, em atuação junto às classes populares, que buscam informações sobre educação sexual, sendo desenvolvido desde 2005. Contemplam tanto crianças, adolescentes, mães, pais, como os demais moradores das comunidades circunvizinhas e, até mesmo, a externa à área da Instituição.

Neste momento, contemplou um grupo de adolescentes do sexo feminino, da comunidade de Candeias, na cidade da Região Metropolitana, Jaboatão dos Guararapes, vítimas do abuso sexual intrafamiliar, portanto participaram da ação um grupo de meninas na faixa etária de 11 a 16 anos.

O presente trabalho foi realizado em um abrigo provisório de uma Organização Não Governamental - ONG, que tirava as meninas da família por estar sofrendo abusos e maus tratos. Algumas meninas foram adotadas por um casal do próprio abrigo, outras continuam no abrigo, pois sofrem ameaças dos irmãos por terem denunciado e a mãe ter sido presa. Outras retornaram a família e o agressor foi afastado do lar.

As adolescentes que participaram, inicialmente, da pesquisa e que, posteriormente, foram contempladas no Projeto de Extensão, estavam e estão no grupo da população de maior vulnerabilidade social. Além da pobreza, ainda são vítimas de violências ininterruptas, isto é, verbal, física, sexual e de gênero, dado o contexto de sociedade patriarcal, sexista e machista. No presente trabalho se tratará da forma de se construírem conhecimentos sobre os jovens, sua identidade e situá-los no contexto de uma violência imposta e suas possíveis ações de prevenção e resiliência.

A vulnerabilidade pela qual passam as jovens está ligada a laços frágeis, organizados em torno do ambiente de pobreza, pela baixa condição de vida e pelo desemprego, além das exclusões simbólicas que atingem, principalmente, as adolescentes, o objeto dessa intervenção. Em uma sociedade com uma proposta político-econômica nitidamente neoliberal, o Estado priva os indivíduos de terem acesso a melhores condições de vida para alcançar a cidadania e o processo de saúde mental, pela inexistência e/ou precarização das políticas públicas voltadas para as populações das classes populares, o que gera uma pseudocidadania. Sem a concretização do Estado de bem-estar social no país, não se pode contemplar a cidadania democrática, igualitária e da saúde mental. Vive-se, assim, um processo de exclusão, diante do leque de desigualdades, injustiças e opressões que pesam sobre as adolescentes, neste caso, em específico, as vítimas do abuso sexual, da violência física e simbólica.

Assim, entende-se que a violência permeia todo o contexto comunitário e familiar, aparecendo, principalmente, na juventude, os traços do sexismo, do poder patriarcal e da conseqüente violência sexual.

Segundo Ventura (2014), a violência sexual seria qualquer forma de prática sexual ou erótica com crianças e adolescentes por agressor, com desenvolvimento psicossocial traumático. À violência do ato sexual, soma-se a violência da situação de dominação – é o poder exercido pelo grande sobre o pequeno, baseado na confiança que o pequeno tem no grande. É a imposição da vontade, do desejo sobre o outro, submetendo a criança e/ou adolescente.

Para o rompimento do ciclo de violência, o presente projeto estabeleceu o elo de referência, permitindo momentos e situações de superação de agressividade, ódio, desamor, angústia e mal-estar; e, por outro lado, que as adolescentes pudessem desenvolver fatores de resiliência, tais como: autonomia, afetividade, autoestima e aprendizagem de limites saudáveis etc.

A autonomia, aqui, é entendida como o processo em que os pais ou quem cria as crianças lhes dá possibilidade de buscarem e trilharem seus caminhos. Já a autoestima passa pela própria valorização e decorre de referências positivas que se adquirem do nascimento em diante, criando espaço para a construção valorativa de sua pessoa, em relação a si e de como os outros o percebem.

A afetividade seria o processo em que as relações familiares se estabelecem a partir de relações amorosas e carinhosas dos pais entre si, com os filhos e entre irmãos. Relações estabelecidas no amor desenvolvem potenciais humanos e promovem o equilíbrio e bem-estar humano e social.

Assim, o Projeto de Extensão em Sexualidade Humana tem como objetivo viabilizar uma ação em torno da sexualidade e da educação sexual, de forma dinâmica e participativa, possibilitando às participantes serem protagonistas de suas questões. Dessa maneira, as mesmas passaram a interagir nas atividades falando sobre o cotidiano que envolve a questão da sexualidade.

A tentativa do projeto foi e é a de ampliar a visão da função da educação sexual, mostrando que esta é capaz de promover uma reflexão sobre o amor, relacionamentos afetivos, condutas diante das diversidades sexuais, aborto, violência sexual, papéis de gênero e a gravidez na adolescência, não planejada e não desejada, dentre outros; aqui em específico foram trabalhados a violência de gênero e o abuso sexual, no contexto das políticas públicas voltadas para a juventude.

Para tanto, é preciso entender que a juventude é uma fase que implica profundas transformações que vão dos aspectos físicos ao psicológico, estruturando-se e recebendo influência do e no social. Ela é marcada por conflitos, diante da busca de identidade pessoal, social, sexual e de gênero (MENEZES, 2002).

Partindo do pressuposto de que esta fase vem impregnada de dúvidas e ideias preconcebidas, e em particular, com esse grupo de jovens trabalhadas em torno da violência de gênero, elaborou-se um projeto formativo e informativo sob uma ótica educacional, a qual visou ao esclarecimento das questões concernentes à sexualidade humana e à violência de gênero.

Especificamente, em torno da violência de gênero, buscou-se junto às jovens, vítimas de tais situações, ações no sentido de resgatar a autoestima, a identidade, tendo como objetivo resgatar e promover o processo de crescimento do sujeito adolescente em seu contexto sociocultural, possibilitando nova leitura e releitura dos preconceitos, tabus e dogmas, da opressão e da violência sexual etc.

Sexualidade, na concepção de Menezes (2002), é a essência da vida humana, envolvendo o conjunto de características biológicas, psicológicas e socioculturais que permitem à pessoa compreender o mundo e vivê-lo através do seu corpo e em torno do prazer saudável e harmonioso com a vida, como mulher e homem. Do ponto de vista psicossocial, ampliam-se os sentimentos e as emoções, a partir das novas relações sociais que se travam entre os adolescentes e os grupos de amigos. O flerte, o desejo, o namoro aumenta, saindo do autoerotismo – relação consigo – para o heteroerotismo – relação com o outro. As e os adolescentes fogem das relações parentais e egocêntricas, buscando uma abertura maior em relação ao grupo, pela busca de sua identidade como cidadão, em seus aspectos pessoais e sociais (MENEZES, 2002).

Os instrumentos utilizados como via de discussão foram os vídeos didáticos, slides, dinâmicas de grupo, sociodrama e reflexões sobre o esclarecimento de dúvidas no campo da sexualidade. Importante ressaltar que todos os debates e esclarecimentos de dúvidas têm embasamento teórico, adquirido através das capacitações contínuas que os monitores recebem do seu orientador.

Desse modo, o trabalho em sexualidade humana, numa ótica educacional, passa por uma fusão com o todo e precisa da reflexão do “Eu” indivíduo para se chegar à relação ‘Eu-Tu’, ou seja, o estabelecimento das relações humanas, de maneira dinâmica, construtiva e saudável.

Configura-se, portanto, em uma atividade complexa, uma vez que aborda a temática da sexualidade, a qual pode mobilizar certas resistências, por ser um assunto pouco difundido no cotidiano dos indivíduos, tendo em vista a escassez de informações e formações que essas pessoas possuem.

Método

O presente trabalho de extensão é realizado, semestralmente, numa proposta metodológica participativa, construtiva e social, através de técnicas da dinâmica de grupo, observação não participante, o sociodrama, haja vista tais processos permitirem uma aproximação maior com o cotidiano e os sentimentos vivenciados pelas participantes, tanto da pesquisa inicial, como do projeto de extensão.

A observação não participante ocorre desde o primeiro momento, quando do encontro como o grupo das adolescentes integradas ao trabalho e ocorre durante todo o processo, a fim de se incorporar, sempre que necessário, a percepção e o entendimento do grupo de adolescentes envolvidos, isto é, de ver o mundo através do olhar das próprias jovens, que vivenciaram as questões postas.

O início do trabalho, ocorrido através da observação não participante, permitiu uma leitura do grupo, para a organização da prática de intervenção; com os dados oriundos dessa observação são elaborados as dinâmicas e os sociodramas. Para uma maior compreensão da observação não participante, utilizamos a compreensão de Haguette, apontada por Bruyne.

Bruyne (apud HAGUETTE, 1991, p. 58) diz:

A observação representa um processo de interação entre teoria e métodos dirigidos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento não só da ‘perspectiva humana’ como da própria sociedade (...) enfatiza a necessidade de se reconhecer em primeira instância o caráter peculiar dos seres humanos, seu comportamento e sua vida em grupo.

Ao apontar a visão coletiva, têm-se dados significativos para o desenvolvimento das demais atividades. Já que se trata de uma ação voltada para a questão da sexualidade, gênero e violência tiveram-se como foco, em um primeiro momento, refletir sobre como se organizou a história da sexualidade e, assim, contextualizá-la no processo inserido na cultura patriarcal e androcêntrica. Dessa maneira, é promovida no segundo momento a dinâmica de grupo em que se trabalham os papéis sociais e sexuais, voltados para o universo feminino e masculino.

A utilização da dinâmica de grupo ou do sociodrama permite uma sessão de grupo que aponta o tema de discussão, a exemplo da violência sexual, a história da sexualidade etc. Depois de uma breve reflexão, o grupo aponta sua visão do processo, dentro de seus conhecimentos – em outro momento, trabalha-se a visão histórica da sexualidade, no contexto de gênero e sua violência.

A dinâmica de grupo possibilita uma participação de todas as adolescentes, pois ao trabalharmos em círculo, cada participante pode olhar para todas e interagirem de maneira dinâmica.

Por último, utiliza-se o sociodrama, isto é, a dramatização das temáticas do projeto, com a finalidade de estimular e desenvolver a interação do grupo diretamente com as questões propostas. A vivência possibilita a abertura de uma reflexão criativa e participante.

O sociodrama foi apontado por Moreno, e traz a oportunidade das dramatizações das questões, onde as adolescentes não só expressam suas atitudes, costumes e conflitos, bem como são participantes atuantes, quando são as protagonistas, a plateia, e/o trocam de papéis, permitindo um outro olhar atuante.

Sendo as vivências das participantes verbalizadas, sentidas e expressas através do sociodrama, ocorre a criação de uma rede de solidariedade, permitindo uma maior liberdade para que as pessoas possam falar, voluntariamente, sobre suas experiências traumáticas, apoiando-se uns nos outros, quando percebem as outras histórias semelhantes às suas.

Assim, procura-se trazer à tona, através dos grupos e do sociodrama, o contexto da sexualidade, promovendo uma reflexão acerca da discriminação e violência. As jovens, em conjunto, dramatizam e vivenciam as atitudes e comportamentos discriminatórios, permitindo uma proximidade maior com a situação vivida, de forma a vislumbrar novas concepções de vida.

Ao vivenciar, no sociodrama, os contextos sociais, as ações ocorrem de maneira mais presente, promovendo o envolvimento do grupo e a reflexão crítica, o que possibilita e possibilitou novas atitudes no conjunto de suas expressões e atitudes sociais.

Tudo isso reflete o quadro, no Brasil, em Pernambuco, o qual espelha como é grande ainda o preconceito e a distância em torno da sexualidade, no tocante à violência sexual, terminando por se refletirem essas distorções que, em vez de somar, afastam e provocam mal-estar para as adolescentes.

O presente trabalho de intervenção foi dividido em seis etapas sequenciais, aplicadas uma vez por semana, em que foi trabalhado um tema específico dentro da temática da sexualidade. No processo foram abordados: Sexualidade e sua história; Somos iguais, mas diferentes; Eu e o outro; Meu corpo, minha mente; Eu posso dizer não!; E agora?, e a Violência sexual.

Fundamentação teórica

Trabalhar tal temática na fase da adolescência foi o caminho escolhido. Isso porque ocorrem constantes implicações emocionais, que são marcantes nessa fase, visto que os adolescentes ainda não elaboraram suficientemente seus afetos – devido às características do seu desenvolvimento psicológico anterior aos 12 anos, quando passam por uma ação bastante egocêntrica, como nos mostra Freud em seus estudos “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade Humana”. Ficam os mesmos, em sua maioria, perplexos, assustados e angustiados, diante dessas situações prematuras e/ou agressivas e quase sempre indesejadas para o momento de vida em que as jovens se encontram.

Os adolescentes ainda estruturam sua identidade como sujeito, portanto, essa ruptura entre o mundo adolescente e a entrada precoce no mundo adulto termina por provocar uma desestruturação psicossocial que irá influenciar suas atitudes, visto que os mesmos ainda apresentam relações instáveis, aspecto normal dessa fase, porém diante da violência sexual, tais processos sofrem rupturas identitárias, baixa autoestima e fragmentação do EU.

A fragmentação do EU ocorre diante do processo de violência física e simbólica, decorrente da agressão proveniente do mundo adulto, violência intrafamiliar, em geral, que rompe com o equilíbrio psíquico e emocional, de um ser em fase de elaboração do processo identitário.

A identidade se constrói no espaço social, familiar e escolar, porém de maneira distinta, conforme o sexo da pessoa. Portanto, pode-se dizer que a identidade social feminina direciona-se para o atendimento ao outro e não a si própria, através dos modelos pré-estabelecidos que vão sendo incorporados pela menina, das atividades domésticas e da maternagem – a função materna é aproveitada pela sociedade mediante as condições biológicas que a determinam.

Na maioria das residências das classes populares, é comum as crianças/meninas arrumarem a casa e cuidarem dos mais novos – irmãs ou irmãos. Portanto, gradativamente as meninas vão internalizando inconscientemente e até mesmo consciente os modelos de exclusões de gênero; enquanto mulheres a identidade social de gênero, vão sendo construídas de maneira discriminatórias.

Para que se compreenda o processo de organização e estruturação da identidade social de gênero, recorre-se a concepção de Bleichmar (apud CECHIN 1996, p.18), a partir de três aspectos: atribuição de gênero, papel e identidade de gênero.

A atribuição de gênero ocorre no nascimento quando, com base no sexo genital, nos atributos físicos do bebê, os adultos o denominam menino ou menina. Além de esse ser o primeiro critério de identificação do indivíduo, é determinante para a sua identidade.

O papel de gênero aparece no cotidiano diante da atenção e dos cuidados em relação a cada um dos sexos, se "menina, geralmente, é tratada e até trazida nos braços com muito mais cuidado; é comum o adulto se referir a ela como 'doçura', 'fofura', 'gracinha', etc., expressões que sempre conotam fragilidade e ternura. A forma de tratamento dispensada ao menino, quase sempre, é mais firme; utilizam-se expressões tais como: 'que menino forte', 'que menino esperto', 'é a cara do pai'" (CECHIN, 1996, pp. 19 - 20).

E, por último, a identidade de gênero que é subdividida em núcleo da identidade e identidade propriamente dita:

Por núcleo da identidade entende-se a auto percepção primitiva que o indivíduo tem de pertencer a um dos gêneros. A percepção do ser macho/ser fêmea atende o sentir-se masculino e/ou sentir-se feminina.

A identidade propriamente dita refere-se às cognições¹⁶ e aos sentimentos de ser masculino ou feminino, os quais são construídos a partir do núcleo da identidade e se consolidam na interação da criança com modelos significativos, em geral, com base na sua compreensão da maneira como os seus próximos desejam que ela expresse sua feminilidade ou masculinidade.

Com a concepção arbitrária do biológico – “pseudocientífica” -, o modelo social volta-se para o masculino, "legitima uma relação de dominação, inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada" (BOURDIEU, 1999, p. 33).

Com base nessa direção, percebemos que as sociedades ocidentais, "sob a influência do desenvolvimento das Ciências 'naturais' e da Medicina ligaram-se, a partir do século XVIII, à identidade sexual, ao sexo biológico e, especialmente, as mulheres foram ancoradas a seus corpos, entregando-os ao destino de uma feminilidade natural" (LAQUER, apud PERROT, 1998, p. 140).

Esse processo cria no imaginário social e pessoal a concepção de papéis, supostamente “naturais”, que impõem tais condições para o universo feminino, gerando uma servidão feminina no sentido mais amplo; a mulher é idealizada como mãe, esposa, meiga e dócil, sentimental, leal e complemento do homem. Estão, assim, as mulheres mais vulneráveis à violência de gênero.

Por sua vez, a identidade masculina organiza-se dentro do contexto patriarcal e machista, estimulado pela sociedade e pela cultura na qual está inserido; assim, o homem ainda é visto, idealmente, no contexto real como viril, corajoso, forte, provedor e protetor da família. Os homens, historicamente, se apropriaram do poder¹⁷, que lhes concede o pleno e total direito sobre a mulher e a prole, imbuídos do machismo que, segundo Bourdieu (1989), representa relações de poder simbólicas. Poder esse que, ao refletir-se em todos os âmbitos da sociedade, utiliza, nos casos de violência, o argumento da dominação masculina.

A escola (somada à família), por sua vez, funciona como o segundo local de socialização, reforçando esse processo discriminatório, percebido no discurso, na linguagem, no conteúdo, no espaço, nas brincadeiras, etc. Na escola, "as meninas têm liberdade para serem cozinheiras, cabeleireiras, fadas madrinhas, mães que limpam seus filhos, enfermeiras, etc., e os meninos são livres para serem índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, 'super-homens', tigres ferozes ou qualquer outro elemento da fauna agressiva tolerada ou estimulada pelo ambiente (grifo nosso)" (MORENO, 1999, p. 32).

Portanto, "as imagens da mulher e do homem que se passam aos alunos por meio dos conteúdos do ensino contribuem, intensamente, para formar seu eu social, seus padrões diferenciais de comportamento, o modelo com o qual devem identificar-se para ser 'mais mulher' ou 'mais homem' e informá-los, por sua vez, da diferente valorização que nossa sociedade atribui aos indivíduos de cada sexo" (MORENO, 1999, pp. 35 - 6).

¹⁶ Segundo o Dicionário Aurélio, cognição é “Aquisição de um conhecimento” (1995, p.158).

¹⁷ Poder-sobre, da agressividade, da desqualificação de quem ele se opõe ou contraria. Procura assim neutralizar o medo e a ansiedade que o diferente lhe provoca “ (SCHVINGER, 1994, p. 18)”.

Qualquer escola ilustra e reproduz o predomínio dos homens sobre as mulheres, pois eles estão sempre em primeiro plano, em maior número, em guerras, descansando etc., enquanto as mulheres, quando aparecem, é arrumando a casa, tomando conta dos filhos, etc., embora. Na atualidade, já possam ser encontrados alguns livros com outras propostas¹⁸.

Por sua vez, até mesmo e, principalmente, nas brincadeiras infantis, em sala de aula, ou na hora do recreio, as atividades já começam com a separação entre meninos e meninas; ambos reclamam de brincadeiras conjuntas; as meninas dizem que os meninos são grossos e estúpidos, e esses, por sua vez, que as garotas são bobocas e não sabem brincar.

Essa "maneira de encarar o mundo dos brinquedos é construída pelas crianças a partir de suas vivências em uma sociedade que define padrões de comportamento específicos para cada um dos gêneros (...) impostos de maneira declarada, manifesta ou de uma forma quase subliminar (...)" (CECHIM, 1996, p. 157).

Os meninos vão incorporando a visão de durões, fortes etc. e não incorporam ou se esquecem do comportamento afetivo, da docilidade - sempre passada pelas mães ou a mulher que os cria -, atitudes naturalmente estimuladas e reforçadas junto às meninas. Assim, "a desigualdade de gênero é, evidentemente, uma questão de educação. Desde a infância, meninos e meninas são educados dentro de rígidos padrões de comportamento" Carvalho (2000, p. 18). Assim, se enaltece o processo agressivo do mundo masculino, bloqueando o mesmo nas mulheres, já que ele é inerente a ambos os sexos.

Isto ocorre porque o processo educacional se apresenta de maneira dúbia na escola, pois por um lado o ensino é masculino e por outro é feminino. A educação é feminina no trato da docilidade e sensibilidade, pois está relacionada ao aspecto cultural em que a escola deve reproduzir as relações familiares e femininas da docilidade, do carinho, do afeto, etc., isto é, o papel feminino no lar; e é masculina quando lida com o conhecimento, que sempre em sua grande maioria foi produzido e elaborado pelos homens, daí uma maior ênfase na discriminação.

Balizado pelo patriarcado, fortalecido pela religião e pelo Estado, o processo androcêntrico e capitalista perpetuou e continua perpetuando atitudes e posturas sexistas, que restringem tanto as mulheres como os homens. Assim, as meninas e os meninos, desde a mais tenra idade, vão incorporando os procedimentos e realizando as interpretações dos papéis sociais de gênero que cada um deve desempenhar em seu meio - já preestabelecidos nos seus contextos de vida e apreendidos e internalizados na educação familiar, bem como ampliados e reforçados no processo de socialização e de educação escolar.

Para Bourdieu (1999), tal processo surge em função de uma visão "interacionista" ou mecanismo de vocação/cooptação psicossociológica, que ignora as condições sociais de produção e ajusta os agentes ao seu posto ou às suas atitudes.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de

¹⁸ No final da década de 1960, o sistema predominante — patriarcal — começa a perder forças através dos movimentos de liberação social e feminista, inicialmente nos Estados Unidos, posteriormente na Europa e por fim no Brasil.

conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 1999, p. 22).

Para tanto, é preciso entender que o conceito de papéis de gênero refere-se ao conjunto de expectativas sociais sobre os comportamentos ‘adequados’ e ‘claramente’ distintos que a pessoa deverá manifestar, conforme o sexo a que pertence. Os gêneros, ao longo da história da humanidade, sempre foram pautados por relações que implicam uma constante desigualdade e segmentação entre o feminino e o masculino. Embora essas relações tenham passado por mudanças significativas, a partir da segunda metade do século XX e atualmente no século XXI, com o avanço dos movimentos feministas, estas ainda não contemplam a totalidade do universo feminino.

As mulheres, no Brasil, apesar de terem hoje maior tempo de permanência na escola do que os homens, como apontado por Rosenberg (2001), ainda não concretizaram, na prática, ações igualitárias, respeitosas e longe da dominação do masculino.

Embora com a maior escolarização, maior participação social e presença das mulheres no mercado de trabalho, as estruturas patriarcais ainda não foram rompidas totalmente, permanecendo fortes elementos discriminatórios e/ou de exclusões econômicas e simbólicas sobre as mesmas; o caso do abuso sexual, exemplo deste estudo.

Assim, pode-se constatar que o processo de violência de gênero tem amplitudes significativas na esfera pessoal e coletiva, tendo em vista que não se trata apenas de condições momentâneas, mas de um conjunto de violências sistemáticas, rompidas quando denunciadas e as jovens, afastadas do seu ambiente violentador.

A vulnerabilidade pela qual passam os indivíduos está ligada a laços frágeis organizados em torno do ambiente de pobreza, pela baixa condição de vida e pela violência, além das exclusões simbólicas, pelas quais passam, principalmente as mulheres, em uma sociedade patriarcal, sexista e machista.

Dados da atividade

No campo da atividade desenvolvida no bairro de Candeias, na cidade metropolitana de Jaboatão dos Guararapes, envolvendo um grupo de jovens moradores da comunidade, ou seja, meninas temporariamente retiradas do seio familiar e inseridas em um abrigo, por serem vítimas de abuso sexual e maus-tratos em casa, se expressa uma visão de como essa violência se institui e transforma emocionalmente a afetividade, dessas jovens, vítimas de tais processos abusivos.

Pesquisa do DataSenado (2013), apontam que

Mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofre algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira¹, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

Essa mesma pesquisa, em 2013, indicou que em relação à violência sexual, apesar de ser uma das menos mencionadas, apontou em direção a 12% das vítimas dessa pesquisa, quando em 2011 eram 4%.

Portanto, percebe-se que tais violências estão presentes no cotidiano das mulheres, expressando uma posição de exclusão de gênero, em uma sociedade sexista. O

“sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Além do mais, “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado.” (SAFFIOTI, 2004, p. 54). De acordo com a autora:

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. (2004, p. 130).

Como o poder é também simbólico, reflete-se em todos os âmbitos da sociedade, gerando desigualdades, na maioria das vezes, difíceis de serem modificadas. De acordo com Bourdieu (1989), o poder é um processo invisível, que ocorre onde menos se espera e no mais profundo do ser, isto é, “[...] pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 8). Dessa forma, o machismo não se organiza unicamente em torno do homem, mas faz parte também do discurso de muitas mulheres. Ele raramente é questionado por grande parte delas. Como apontou Saffioti:

Imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (2004, p. 102).

A partir de uma abordagem sistematizada, aliada à troca de informações que facilitaram as adolescentes a viverem com mais consciência e autonomia a sua própria sexualidade (formação), o trabalho em campo apontou para que a sociedade assumisse sua função educadora e coerente com a vida social, afetiva, cultural, política e educacional; promoveu uma ação por parte das participantes como protagonistas de suas questões, fazendo com que elas interagissem umas com as outras e falassem sobre o cotidiano que envolve a questão da temática aqui proposta, a violência sexual em meninas.

Para tanto, podemos perceber na fala de uma das adolescentes, as mesmas avançaram no sentido de quebrarem alguns tabus correspondentes ao tema da sexualidade, por exemplo, no depoimento abaixo tal compreensão por parte de uma das adolescentes, participantes da pesquisa:

o ato de expressar-se com respeito e liberdade.

O que lhes abriu as portas para se perceberem não como vítimas únicas, bem como mudando uma visão comum e errônea de se sentirem culpabilizadas pelo abuso promovido pelo outro ou outra. Diante do exposto, percebe-se nos depoimentos, já uma nova leitura de tirar a culpa de si, e direcionar para o rela culpado, no caso de uma adolescente, em sua visão sobre a atitude do pai:

Eu não entendo como o meu pai conseguia ser bom e ser ruim ao mesmo tempo, hoje sei que ele é doente. (D., 15 anos).

Portanto, pode-se apontar que as adolescentes, quando abusadas pelo cuidador, seja pai, padrasto ou avô, desenvolvem a inabilidade de confiar e estabelecer vínculos saudáveis em qualquer outra relação seja de parentesco ou não. Tornam-se, em muitos casos, desafetuosas em qualquer relação de cuidado, seja de alguém para com elas ou

delas para com alguém, objeto ou, mesmo, um animal. Os sentimentos de amor e ódio se intercalam em suas vivências cotidianas. A cada novo relacionar é uma oportunidade de amar e odiar, de tentativa ao apego, mas resultando no desapego.

O isolamento social em que a criança se coloca deve ser lentamente rompido através de laços afetuosos de confiança, amabilidade e segurança, propiciando novos caminhos e desdobramentos em que deixam de ser vítimas do abuso e passam a ser sobreviventes a ele.

Percebeu-se, na comunidade trabalhada, um ambiente de vulnerabilidade frente a uma estrutura familiar adoecida pelo rompimento do tabu do incesto, em que estas adolescentes e seus pares vivem, em constantes exposições a toda a forma de violência, sejam: sexual, emocional, psicológica e física.

No projeto de extensão, utiliza-se o enfoque tanto biológico, quanto psicológico, social, cultural, político, ideológico e educacional, viabilizando ao ser humano a paixão, o afeto, o desejo, à vontade, o amor e o prazer, para que a mulher e o homem sejam sujeitos construtores dos seus valores, ideias, ternura e afeto, nas ações de oficinas e capacitações com as jovens.

A utilização de vários enfoques possibilita, na prática de trabalho, uma visão interdisciplinar, uma vez que a utilização do enfoque biológico permite uma visão do processo de desenvolvimento humano, uma visão do corpo e seus aspectos significativos, bem como da violência sexual.

A violência é expressa de várias maneiras e sob muitos aspectos. Nesta experiência, em específico, apontam-se o abuso sexual e o processo de resiliência alcançado pelas adolescentes participantes da pesquisa e agora no campo do projeto de extensão.

No aspecto psicológico, o Projeto permite uma leitura emocional, proporcionando às participantes a busca pelo processo de resiliência, no contexto do abuso sexual, resgatando as emoções e a autoestima.

O social e cultural, por sua vez, permitem uma compreensão dos hábitos, atitudes, valores, preconceitos, discriminações, machismo, sexismo, etc., que envolvem as adolescentes vítimas de tais violências.

O viés político, ideológico norteia a prática de intervenção, ampliando as possibilidades de uma leitura crítica da realidade, de maneira reflexiva e transformadora, de modo a permitir o encaminhamento de propostas voltadas para as políticas públicas de juventude.

O processo ocorreu com a interação das participantes, com grande facilidade e interesse, na medida em que, conforme os relacionamentos os aproximavam, maior era o desejo de expor suas vivências mutuamente. Com a continuidade, a cada encontro elas falavam de seus medos, traumas e angústias em que viveram.

Elas viviam cada momento como único, sendo compartilhados dúvidas, medos e expectativas, o que permitiu construir não só um grupo de aprendizagem, mas também o apoio mútuo para desmistificar todo o preconceito.

Além disso, o tema do abuso sexual foi dado com muita cautela, respeitando seus limites e dores, uma vez que toca a sua própria identidade pessoal e social. Foi percebido que o conceito machista e o medo induz a uma tolerância a se continuar experienciando a vivência abusiva, já que em muitas comunidades se acredita que a mulher foi feita para

satisfazer ao homem, sendo 90% os abusadores do sexo masculino; ela, então, deve suportar calada estas traumáticas experiências. O depoimento abaixo, aponta a questão do medo:

O que mais me doeu foi a minha mãe ser presa, pois o juiz falou que ela sabia que o meu padrasto abusava de nós e não fez nada, mas eu não acho que ela sabia e ela nos deixava sozinha porque tinha que trabalhar. O meu padrasto não gostava de trabalhar, portanto ele ficava 'cuidando de nós'. "Assim, que minha mãe saia ele mandava agente tomar banho e passar leite de rosa e daí acontecia, e quando agente não fazia o que ele queria, ele falava que ia matar a minha mãe". (R., 11 anos).

A participação e a dramatização do processo de violência permitiu uma ruptura com os dogmas da submissão, e a compreensão da possibilidade de as adolescentes buscarem novos caminhos, por exemplo, quebrarem alguns tabus da sexualidade, o que foi entendido por uma delas como um ato de "expressar-se com respeito e liberdade"; não se considerarem como uma vítima única do tabu, além de alterarem a tão comum visão errônea de se sentirem culpadas pelo abuso promovido por outros.

Outro benefício decorrente do Projeto de Extensão foi o desenvolvimento, pelas adolescentes, da capacidade de demonstrarem resiliência, elemento importante na busca de saídas frente ao adoecimento psíquico e que se constitui em um conjunto de processos de interação social, psicológica e cognitiva que possibilitam o desenvolvimento sadio e o bem-estar da pessoa, mesmo sob condições de risco psicossocial. O depoimento abaixo, expressa esse poder de resignificar a dor.

Hoje eu acredito que posso ter um homem que me ame de verdade, mas antes achava que todo homem era mau (M, 13 anos).

A resiliência se dá na possibilidade de construir novas relações em contextos diversos, mesmo a pessoa já tendo passado pela experiência traumática do abuso. Novas pessoas e perspectivas relacionais são inseridas de forma respeitosa e não invasiva, sempre deixando na mão da criança ou adolescente a bandeira de aproximação dentro deste novo relacionamento.

A ferida do abuso se faz em relacionamentos, mas a resiliência também se reconstrói em novos relacionamentos. A criança ferida procura o isolamento, mas a possibilidade de se reinventar depois do trauma se reconstrói em comunidade. Nesse sentido, podemos compreender na prática, tais ações, no depoimento de uma delas, como podemos constatar abaixo:

Enquanto meu avô abusava só de mim, eu aguentava, porque sabia que era forte para suportar, mas quando ele começou a pegar a minha irmã de 4 anos, não suportei mais. Comecei a ser agressiva com ele, até que junto com o projeto que eu fazia parte armamos um flagrante para ele. Graças a Deus minha irmãzinha está salva dele". (R., 16 anos).

O depoimento acima evidencia a capacidade que elas vão adquirindo em seu cotidiano, levando mesmo diante dos traumas e dores, a buscarem estratégias de superação, a agressão a irmã mais nova, despertou os elementos internos de superação, evidenciando a capacidade de resiliência que os seres humanos tem.

No processo de resiliência é de extrema importância deixar que a criança ou adolescente se sintam responsáveis, voluntariamente, por funções lúdicas, animais de estimação, pequenas tarefas em que se envolvam, em contato e cuidado consigo e com os outros.

Não podemos esquecer que outras pesquisas de Menezes (2002, 2007), já apontaram também nessa direção, isto é, tanto nos medos, problemas e conflitos de gênero, por estarmos em um modelo de sociedade, que mesmo diante das grandes transformações do século XXI, ainda apontam profundas e inconscientes processos de disseminação e exclusão de gênero, diante de uma sociedade, ora conservadora, ora liberal, em seus comportamentos, e patriarcal em suas atitudes.

Na pesquisa mencionada acima, fica nítido que o processo sexista da sociedade começa logo cedo, no espaço familiar, como podemos observar dentre outras, em pesquisa de campo realizada em Caruaru (1999/2002)¹⁹, junto às vinte adolescentes (MENEZES, 2002), em que as mesmas assumem junto com a mãe e/ou irmãs, sogras, avó e cunhadas as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos.

Tal processo é tão bem internalizado pelas mulheres que, na fala das adolescentes, muitas delas gostam de realizar as tarefas domésticas, e ainda dizem mais:

é uma coisa de mulher mesmo, portanto tem que ser realizada sem discussão.

Esse depoimento espelha nitidamente a questão da desigualdade criada por toda a formação e educação da mulher, que espelha uma realidade no grupo social bastante incorporada pelo machismo.

Esse universo estudado conta também com o envolvimento direto de outras quatorze mulheres da família: mães, sogras, avó, irmãs e cunhadas. As adolescentes dizem que o companheiro, na maioria dos casos, não se propõe a ajudar nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, a não ser se a companheira estiver doente ou no pós-parto:

Quando estou doente o meu marido faz as coisas (lava, varre e faz a comida). Porque o marido não ajuda, só se eu tiver doente ou quando for ter o nenê. Eu peço nos sábados e domingos, mas ele não concorda. Ele diz que é assim, a mulher é quem tem que fazer, porque acha que é obrigação da mulher, não sabe se todos os homens são assim, mas o meu é, Luiza (19 anos).

Meu marido de vez em quando ajuda. Mas homem — ele não gosta muito de fazer estas coisas, o meu não gosta, diz que é serviço para mulher — é diferente para estas coisas, ele trabalha, almoça e sai, e à noite está cansado. Dia de domingo ajuda, Ana (17 anos).

Tais depoimentos espelham nitidamente a questão da desigualdade criada por toda a formação e educação da adolescente. Assim, a discriminação feminina já começa a ocorrer no próprio espaço da casa, quando o homem não interage com sua companheira e nem partilha com ela no amor, no trabalho interno e nos cuidados com o filho.

Isso encobre os valores simbólicos do machismo, ao mesmo tempo em que implica a desvalorização do trabalho feminino, embora a mulher trabalhe muito mais tempo, e exerça uma jornada de trabalho sem retorno financeiro e sem autonomia frente ao companheiro.

Na verdade, a força de trabalho feminina não passa por nenhuma valorização, já que na maioria dos casos as mulheres trabalham em casa, o que não é considerado como um trabalho real, e sim como atividade "inata" e "natural" da condição de ser mulher. Diante

¹⁹ Pesquisa para a Dissertação de Mestrado em Serviço Social: A Barriga Cresceu...Adeus Meninas! – Exclusão Social: o real e o simbólico na gravidez adolescente (MENEZES, 2002).

disso, podemos perceber que o "trabalho parece significar alugar sua força ou capacidade de trabalho a outro (a)" (DUQUE-ARAZOLA, 1997, p. 374).

Assim, podemos apontar que,

O conceito de patriarcado marca o caráter opressivo, explorador e discriminatório que as relações de gênero têm instituído na organização sexuada da sociedade, cujo comando, direção e organização configuram-se tendo como centro e referência 'natural' o homem e o masculino, concebidos como essencialmente superiores à mulher e ao feminino (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 353).

Algumas palavras

Através desses procedimentos observou-se a possibilidade de interrelação do grupo, na medida em que a juventude se posiciona sobre a temática da violência sexual. À proporção que alguém se coloca, outro aprofunda e traz à tona outras reflexões, complementando as informações dadas. Permite-se a livre expressão dos sujeitos através da apropriação de seu discurso.

A partir de uma abordagem sistematizada, aliada à troca de informações que facilitem aos educandos vivenciarem com mais consciência e autonomia a sua própria sexualidade (formação), o trabalho de Educação Sexual apontou para que a família e a escola assumam sua função educadora e coerente com a vida social, afetiva, cultural, política e educacional.

As atividades desenvolvidas buscaram e viabilizaram uma ação em torno da educação sexual, de forma dinâmica e participativa; promover uma ação por parte dos participantes como protagonistas e suas questões, fazendo com que eles interajam uns com os outros, falando sobre o cotidiano que envolve a questão da sexualidade.

Pode-se dizer, ainda, que a educação é o princípio básico para que o sujeito tenha a vivência da cidadania ativa, portanto, torna-se importante reformular na própria pedagogia tais aspectos e procedimentos, levando para dentro da escola o estudo de gênero para modificar as atuações na prática, frente às alunas e aos alunos, como já se percebe em algumas ações isoladas de escolas e instituições de Ensino Superior que preparam os futuros professores e professoras.

O ator social transforma e é transformado em seu processo histórico, mas consciente e atuante nestas transformações, sendo ele mesmo o sujeito do seu crescimento e desenvolvimento e, assim, atingir o pleno exercício de sua Cidadania - direitos e deveres iguais para todos, independentemente da classe social da qual se faz parte, garantidos por lei – a Constituição.

Em seu artigo 5º da Constituição Federal aponta que: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”* (grifo nosso)

repetido

A revisão crítica e pesquisada pode estimular os jovens em sua busca para a vivência plena do processo de Cidadania, onde o mesmo é elemento de construção dos seus caminhos e dos elementos de sua história, facilitando aos mesmos e a sua família uma nova leitura do mundo, de maneira orgânica e saudável, e com isto os jovens participantes possam trilhar as situações inerentes à vivência plena da mesma, sem

obstáculos, estimulando a compreensão da dinâmica social no estabelecimento das relações humanas.

Nesse contexto, é importante referir que o desenvolvimento de políticas públicas para as adolescentes, com destaque para o público da presente ação, é fundamental para o processo de construção de sua autonomia e cidadania. Assim, a solução proposta leva à reorientação no campo da pesquisa, visando subsídios para a prática cotidiana das mulheres, em torno de seus valores, atitudes e numa busca de compreensão de ações no cotidiano.

As ações da esfera social contribuiram para o enriquecimento da prática de organização coletiva, ampliando, assim, o espaço do grupo de mulheres para a obtenção de uma atitude participativa, para o desenvolvimento de senso crítico e a sistematização do saber.

A tomada de consciência é o primeiro passo para a modificação de qualquer comportamento, ideia, atitude, para as mulheres construírem o seu empoderamento. O exercício pleno da cidadania facilita ao ser humano uma nova leitura e análise crítica da sociedade, dada a sua relevância para a organização social das mulheres que, sem esse princípio básico, terminam por estruturar aspectos de marginalidade e exclusão.

Reverter a situação atual é um passo lento e longo. A história não se fez e nem se faz de um dia para o outro, mas é na luta cotidiana e permanente que se poderá construir uma história participativa, consciente, dinâmica e afetiva.

Portanto, resgatar a história dos indivíduos – especialmente das adolescentes – é o caminho para um desenvolvimento saudável das mesmas favorecendo, assim, o processo de crescimento do sujeito. A partir de uma ótica biopsicossocial, política, afetiva, ideológica, cultural e educacional, contemplada pela tríade autonomia, autoestima e afetividade, seria dado o passo essencial para a formação de sua identidade de gênero, que possibilita ao indivíduo equilíbrio, conhecimento e consciência de si.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa, Editora Difel, 1989.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 ago. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria de Transparência /DataSenado, 2013.

BRUYNE, H. P.; SCHOUTHEETE, J. Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CECHIN, A. **O cotidiano de uma escola infantil e a construção da identidade de Gênero das crianças**. Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, Mestrado em Educação, 1996.

DUQUE-ARRAZOLA. O Cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. IN: Madeira, F. (org.) **Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos – UNICEF, 1997.

FREUD, S. **Obras Completas**. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.

MENEZES, W. **A barriga cresceu... adeus meninas! Exclusão social: do real ao simbólico na gravidez adolescente**. João Pessoa: Idéia, 2002.

_____. **Mulheres (In) visíveis: um estudo da representação social acerca da cidadania feminina**. São Paulo: Iglu, 2011.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina na escola: o sexismo na escola**. Rio de Janeiro, Editora Moderna, 1999.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSEMBERG, F. **Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.2, p. 515-540,2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielopop?sci_arttex&pid=S0104-026X2001000200011>. Acesso em: 12 nov. 2004.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURA, Renato Nabas. **Fundamentação Teórica: Abuso sexual na criança**. Disponível http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/casos_complexos/Wilson/Complexo_08_Wilson_Abuso.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2014

SCHVINGER, Amaryllis. **Home/Mulher: uma relação complicada**. Rio de Janeiro: Centro Cultural banco do Brasil, 1994.

O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE: UMA AVALIAÇÃO DO PROJovem TRABALHADOR EM CARUARU-PE - Émerson Silva Santos e Anderson Diego Farias da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade compreender como ocorre o processo de execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens no Município de Caruaru-PE, assim como, analisar os resultados obtidos a partir da experiência do Projovem Trabalhador na modalidade Juventude Cidadã, executado pela Prefeitura deste Município, no ano de 2010. O intuito dessa política pública é preparar os jovens entre 18 e 29 anos para o mundo do trabalho por meio da capacitação e qualificação social/profissional. A partir da aplicação de uma estratégia e método de pesquisa que considerou características presentes nas abordagens qualitativas e quantitativas, utilizamos uma análise documental e constatamos que ao todo foram 511 jovens qualificados e 173 atendidos por este programa e inseridos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Juventude; Projovem Trabalhador; Juventude; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT: This study aims to understand how the process of implementing the National Youth Inclusion Program in the Municipality of Caruaru-PE occurs, as well as analyze the results obtained from experience Projovem Worker at Youth Citizenship mode, run by the City of this County, in 2010. the purpose of this policy is to prepare young people between 18 and 29 years for the world of work through training and social / professional qualification. From the application of a strategy and research method that considered features present in the qualitative and quantitative approaches, we use a document analysis and found that in all were 511 young people and 173 serviced by qualified this program and entered the world of work.

Keywords: Public Policy for Youth; Projovem Worker; Youth; Labour market.

Introdução

Por muitos anos, o Brasil e a comunidade dos países latino-americanos, conviveram com o forte dilema da desigualdade social, associada a um conjunto de processos históricos que originaram tal contexto (GIANINI, 1995). Apesar dos avanços significativos registrados na região nos últimos anos, especialmente no Brasil, a América Latina continua marcada por esse cenário delicado. De acordo com os estudos de Tapajós *et al.* (2010, p. 39), “A América Latina continua sendo quase 20% mais desigual do que África subsaariana, 37% mais desigual do que o leste asiático e 65% mais desigual do que os países desenvolvidos” .

Essa desigualdade presente no continente sul-americano fica evidente quando observamos o perfil da população jovem, com idade entre 15 a 29 anos, que convivem permeados por diversos conflitos e contextos biológicos, psicológicos, econômicos, culturais e sociais.

Entretanto, antes de tratarmos do contexto do qual esta inserida esta juventude, torna-se necessário defini-la. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirma que o termo juventude refere-se

“Ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes e o gênero” (2004, p. 17).

A própria faixa etária de juventude compreende um momento conflituoso na vida do ser humano, pois, é o período em que se abandona a infância e tem início a vida adulta com todas as suas particularidades e responsabilidades, somando-se a isso, a vulnerabilidade social em que esses jovens acabam por enfrentar. Nesse sentido, a ausência de uma educação pública, gratuita e de qualidade, minimizam as chances dessa camada social, sobretudo os mais pobres, de terem acesso à cidadania e ao mercado de trabalho.

Entretanto, sobretudo nos últimos anos, o Brasil tem registrado um elevado crescimento demográfico da população jovem. Segundo o estudo “Juventude levada em Conta Demografia”, coordenado pela Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Brasil conta com “o total de 51 milhões de jovens hoje, o que representa pouco mais de ¼ ou (26%) dos quase 200 milhões de habitantes do país” (2013, p. 16).

Todas essas informações enunciadas evidenciam a necessidade em se promover políticas públicas que reduzam as elevadas taxas de desocupação que atingem a população jovem, inclusive, os auxiliando a ter acesso e permanência no mundo do trabalho. Os jovens que são atingidos por esse problema tem um perfil bem definido: em geral são filhos de trabalhadores assalariados ou autônomos, da cidade e do campo, que possuem baixa renda para prover o sustento da família.

Diante desse quadro, nos é apresentado um dado significativo, a questão do trabalho surge como a segunda preocupação da juventude, conforme é demonstrando na pesquisa do Perfil da Juventude Brasileira (2004). Não obstante, observando o cenário internacional, constatasse que ao aumento dos índices relacionados ao desemprego que tem se acentuando nos últimos dez anos, sobretudo nos países situados na zona do euro, corrobora para o agravamento dessa situação, pois, já atinge 47% dos jovens de 15 a 24 anos, demonstrando que se comparado com a realidade vivida pelos adultos, às ocupações dos jovens, em geral, apresentam situação bastante preocupantes. Essas ocupações são caracterizadas pelo subemprego, baixa qualidade, ausência de segurança, precariedade dos vínculos empregatícios e por menor remuneração, além disso, estão localizadas nos setores informais e comprometem significativamente a escolarização dos jovens.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009), mostrou que a taxa de desemprego juvenil é três vezes maior que a taxa de desemprego entre os adultos. Dessa forma, observamos o quão crucial é a questão do trabalho para os jovens, sobretudo, para aqueles inseridos nas camadas mais populares e simples, que precisam cada vez mais cedo ingressar no mundo do trabalho, tendo em vista que suas famílias não dispõem de recursos necessários para mantê-los apenas estudando a fim de concluírem a educação básica. A fragilidade econômica das famílias de baixa renda é um dos fatores cruciais para a procura pelo emprego cada vez mais cedo.

Segundo Pochmann (2001, p. 88),

A crescente quantidade de jovens sem emprego pode ser distinguida por intermédio de quatro categorias novas de desemprego: desemprego de inserção, ou seja, do jovem que está na condição de procura, por um longo tempo, de seu primeiro emprego; desemprego recorrente, que se refere à situação de jovens que, na ausência de emprego estável, encontram uma ocupação temporária, parcial e provisória; desemprego de reestruturação, decorrente do forte ajuste estrutural promovido pelas empresas; desemprego de exclusão, onde o jovem permanece na condição de sem-emprego por um longo período.

Diante desse quadro de dificuldades, o jovem precisa entrar no mundo do trabalho para conseguir um rendimento que lhe proporcione acesso, conquistas e aquisições mínimas. Segundo dados indicados pelo IPEA (2005) a remuneração média dos jovens brasileiros na

época da pesquisa era de aproximadamente R\$ 300,00, inferior a R\$ 620,00 que é média dos trabalhadores adultos. Mais da metade dos jovens ganham menos que um salário mínimo e mais de 50% dos jovens de até 17 anos realizam atividades familiares não remuneradas, através de atividades domésticas ou colaborativas nas atividades dos pais.

Além disso, precisamos ponderar que,

Trabalho e rendimento faz parte do jogo de busca por autonomia que os jovens jogam com as instituições – principalmente a instituição família. A pressão dos mercados de consumo e a demanda por lazeres também são elementos que precisam ser levados em consideração na análise desta relação entre emprego, desemprego e inatividade dos jovens. (CARRANO, 2007, p. 31).

A partir dessa realidade tão complexa da juventude brasileira, constatasse que o Governo Federal e o Congresso Nacional vêm desenvolvendo esforços institucionais, através de ações e políticas públicas, visando à superação dos problemas relatados para com os jovens. Nesse sentido, destaca-se a inclusão do termo “JUVENTUDE” no capítulo dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional de 13 de julho de 2010, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, onde se equipara os jovens a outros importantes segmentos sociais como as crianças, os adolescentes e idosos que já estavam amparados na Carta Magna. Outrossim, foi à criação da lei do estágio, promulgada em 25 de setembro de 2008, que sinaliza uma conquista para a população juvenil, tendo em vista que estágios remunerados são realizados majoritariamente por jovens estudantes do ensino médio, técnico e superior.

Outro marco legal significativo para os jovens foi à aprovação da Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, que cria o Estatuto da Juventude, do qual dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude (PPJ) e do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Em síntese, as políticas públicas são, no Estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, direitos estes estabelecidos numa Constituição Nacional. (QUEIROZ, 2009, p. 86).

Uma dessas políticas públicas é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens Trabalhador - Projovem Trabalhador. Segundo informações coletadas na página institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), seus principais objetivos são o de preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Uma das modalidades do Projovem Trabalhador é a Juventude Cidadã, que oferece qualificação social e profissional.

O Projovem Trabalhador é um programa do Governo Federal realizado em parceria com estados e municípios mediante a celebração de termo de adesão entre o Ministério do Trabalho e Emprego governos estaduais e municipais. Foi a partir da assinatura de um termo de adesão que a Prefeitura de Caruaru executou o programa no município no segundo semestre de 2010.

Esta pesquisa se propõe a compreender como ocorre o processo de implementação dessa política pública, considerando os resultados obtidos pelo programa. O método de pesquisa utilizado para a construção do presente estudo foi à aplicação de um estudo de caso, que buscou analisar a execução do PROJOVEM Trabalhador no município de Caruaru-PE, por meio de uma análise documental, com base na legislação específica do programa e, no Relatório Técnico Pedagógico e da Prestação de Contas do programa, ambos fornecidos pela Prefeitura de Caruaru-PE. Dessa forma, este estudo buscará responder a seguinte questão: Como a promoção de políticas públicas afirmativas, a exemplo do

Projovem Trabalhador implantando em Caruaru-PE, poderá corroborar para emancipação do jovem brasileiro?

Metodologia

Utilizamos a abordagem quantitativa-qualitativa, por compreender que esta perspectiva corrobora para o desenvolvimento de estudos no campo das ciências sociais aplicadas, onde a Administração Pública está inserida. Essa abordagem quantitativa-qualitativa emerge da perspectiva que no campo de estudos da administração há um contexto favorável para utilização de uma metodologia que tenha múltiplas abordagens, possibilitando o entendimento tanto questões humanas nas suas concepções sociais, como também sendo possível quantificar os resultados encontrados.

May faz uma defesa da abordagem quantitativa-qualitativa, apontando que

[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social (2004, p. 146).

Tomando como base a proposta metodológica apresentada por Gil (2008), utilizaremos a pesquisa documental como técnica de coleta de dados. As fontes documentais dão a possibilidade ao pesquisador de investigar os dados em quantidade e qualidade suficiente, evitando a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos através da aplicação de entrevistas e questionários diretamente com as pessoas.

Para a coleta de dados teremos duas fontes principais: 1- O Relatório Técnico Pedagógico do Programa; 2- A Prestação de Contas, enviada pela Prefeita de Caruaru ao Ministério do Trabalho e Emprego, e aprovada; ambos os documentos foram elaborados pela Prefeitura de Caruaru no ano de 2010.

A avaliação de políticas públicas no Brasil ainda é uma tarefa que aponta desafios. Quando essa análise é feita sobre políticas públicas de emprego para a juventude, temos então um desafio ainda maior.

Avaliação é uma análise pondera e sistemática (systematic assessment) de operação e ou resultados de uma política ou programa em confronto com um conjunto de padrões implícitos ou explícitos tendo como objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento desses programas ou política (HOLANDA; NILSON. 2005, p.3).

Assim, para esse estudo faremos uma avaliação da execução do Projovem Trabalhador e seus resultados no município de Caruaru-PE, a partir dos dados e indicadores fornecidos pela Prefeitura Municipal. A análise do programa utilizando esses indicadores irá possibilitar medir se os objetivos previstos no programa foram atingidos. Avaliar políticas públicas é uma tarefa importante, pois além de verificar se os recursos foram utilizados de forma correta, também é possível, a partir de uma avaliação, dar respostas a sociedade.

Na gestão das políticas públicas, a avaliação tem importância fundamental e contribui para um aprendizado crescente do processo de gestão, para a melhoria da alocação dos recursos e para a melhoria das decisões a serem tomadas, além de possibilitar a necessária prestação de contas aos cidadãos e às instituições responsáveis pelo controle social. (QUEIROZ. 2009, p.190)

Conforme refletido por Queiroz (2009), avaliar a execução das políticas públicas oferece respostas tanto ao governo, quanto aos cidadãos sobre os impactos e resultados dessas políticas.

Contextualizando: O Caso da Implantação do Projovem Trabalho em Caruaru

No ano de 2003, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), instituído pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. O PNPE tinha como objetivo principal, a criação de postos de trabalho para jovens ou ainda prepará-los para o mercado do trabalho, através de ações de qualificação profissional, ocupações alternativas e inclusão social, por meio das seguintes linhas de ação: subvenção econômica, consórcios sociais da juventude, juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social.

O programa foi criado para atender jovens, compreendidos na faixa etária de 16 a 24 anos, que estivessem em situação de desemprego involuntário e atendessem aos seguintes critérios: nunca tivessem tido vínculo empregatício, estivessem matriculados e cursando o ensino fundamental ou médio, fossem membros de família com renda per capita de até meio salário mínimo e que estivessem cadastrados nas unidades executoras do programa. Ou seja, o PNPE foi desenhado como uma combinação de ações para o estímulo à geração de vagas para jovens no mercado de trabalho, intermediação de mão-de-obra, qualificação e preparação para o trabalho, além de estímulo a formas alternativas de geração de trabalho e renda.

Entre os programas, um dos que mais se destacou foi o Juventude Cidadã, o qual aglutinava qualificação profissional e social com trabalho comunitário, onde os jovens recebiam um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 pela prestação de trabalho comunitário. Além disso, existia a meta de 30% de inserção no mercado de trabalho, tendo uma carga horária total de 350 horas de qualificação profissional. Inicialmente, o programa buscou atender de forma mais prioritária jovens das localidades mais distantes do mercado de trabalho das regiões metropolitanas.

Já em 10 de julho de 2008, a Lei nº. 11.692, estabeleceu a unificação de seis programas já existentes, tais como: Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica - em um único Programa. Dessa forma, foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), subdividido em quatro modalidades: PROJOVEM Adolescente, PROJOVEM Urbano, PROJOVEM Campo e PROJOVEM Trabalhador, cada um com ações e público-alvo bem definidos, nos termos da Medida Provisória nº. 411, de 28 de dezembro de 2007 e no Decreto nº. 6.629, de 04 de novembro de 2008.

Para fins de delimitação, interessa-nos, no presente estudo, a compreensão de como ocorreu o processo de implantação do PROJOVEM Trabalhador, concentrando suas ações e esforços para inserir os jovens no mundo do trabalho. A legislação do programa, estabelece que o público-alvo deverá ser constituído por jovens, que estejam compreendidos na faixa etária de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, em situação de desemprego e vulnerabilidade social, que sejam membros de famílias com renda mensal de até 1 (um) salário mínimo e estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio ou fundamental. A faixa etária da população a qual o programa se propõe a atender é a mais penalizada pelo desemprego.

Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva (BRASIL, 2008, p.1).

A lei 11.692 de 10 de junho de 2008, que instituiu o programa, autorizou a União a transferir recursos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, para que estes entes federativos pudessem executar o programa sem a necessidade do estabelecimento de convênio, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósitos a serem realizados

em conta corrente específica, ficando os entes federados obrigados a apresentar a devida prestação de contas da aplicação dos recursos disponibilizados pela União. Tais recursos financeiros que a lei se refere são repassados através de parcelas, o cálculo dos repasses é realizado com base no número de jovens que são atendidos pelo programa, conforme estabelecido em regulamentação própria.

Os recursos repassados pela União têm finalidade de promover a elevação da escolaridade e a qualificação social dos jovens, como também a contratação, remuneração e formação dos profissionais (professores, monitores, técnicos, coordenadores, entre outros) que atuam no programa.

O Projovem Trabalhador é composto por quatro submodalidades: Escola de Fábrica, Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude e Empreendedorismo (BRASIL, 2008). No município de Caruaru-PE, o programa foi executado na submodalidade Juventude Cidadã, estabelecido por 350 horas/aula de qualificação social/profissional, no período de seis meses, sendo dividido entre 100 horas/aula de qualificação social e 250 horas/aula de qualificação profissional. Além dessa qualificação profissional, o jovem que tiver cumprido a carga horária mínima de 75% (setenta e cinco por cento) todos os meses, receberá uma bolsa auxílio no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), sendo R\$ 100,00 (cem reais) a cada mês.

Do total de jovens que concluem o curso de qualificação, cerca de 30% deverão ser inseridos no mercado formal, seja através da ocupação de postos de trabalho as empresas, formação de cooperativas ou de formalização de micro empreendimentos. O não cumprimento da meta mínima obrigatória de 30% de inserção dos jovens atendidos pelo programa no mundo do trabalho obrigará o ente federado executor do programa a restituir a União com 50% (cinquenta por cento) do valor gasto na qualificação social e profissional gasto na qualificação social/profissional de cada jovem que não foi inserido no mercado de trabalho. (BRASIL, 2008).

A Execução do Projovem Trabalhador em Caruaru-PE

Em fevereiro de 2010, a Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Caruaru-PE, assinou o Termo de Adesão ao PROJOVEM Trabalhador junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Foram ofertadas 700 (setecentas) vagas, distribuídas em seis arcos ocupacionais de acordo com a demanda do mercado de trabalho da cidade. Após a realização de um levantamento acerca das necessidades do mercado de trabalho local, os arcos ocupacionais escolhidos foram: telemática (informática), administração, alimentação, construção, reparos e vestuário.

A Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia de Caruaru-PE, indicou a Diretoria de Juventude (órgão interno ligado a estrutura desta secretaria) a coordenação, supervisão e execução técnica do programa. A coordenação foi dividida em três cargos de atuação, sendo eles: a supervisão de inserção, o monitoramento e o desenvolvimento pedagógico.

Conforme informações apresentadas pelo Relatório Técnico Pedagógico do PROJOVEM Trabalhador (2010), o processo seletivo buscou atender a orientação nacional, privilegiando o público-alvo da faixa etária de alto potencial economicamente ativo e que se encontravam fora do mundo do trabalho. Para isso, a Diretoria de Juventude utilizou uma estratégia sistêmica de divulgação do programa, promovendo anúncios nos principais veículos de comunicação da cidade, além de realizar visitas a associações de moradores, comunidades, organizações do terceiro setor e as escolas da rede estadual e municipal.

Obedecendo a legislação vigente do PROJOVEM Trabalhador, a execução pedagógica do programa ficou sobre responsabilidade da unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial de Pernambuco (SENAI/PE). A instituição dispõe de uma escola na cidade de Caruaru-PE, cabendo a ela oferecer os cursos de qualificação profissional, transporte e alimentação para esses jovens.

A proposta pedagógica do programa foi desenvolvida com base em três dimensões centrais: elevação da escolaridade, qualificação social/profissional e a participação cidadã. Segundo o Termo de Adesão do PROJOVEM Trabalhador/ Juventude Cidadã, os conteúdos programáticos devem ser alinhados de acordo com o Arco Ocupacional, de maneira interdisciplinar, permitindo a integração entre as dimensões das qualificações social e profissional.

O processo de qualificação foi dividido da seguinte forma: 1- Qualificação social com 100 horas/aula (Ética e Cidadania; Estimulo e apoio a elevação da escolaridade; Formação de Cooperativas; Educação Ambiental; Noções de Direito Trabalhista). 2- Qualificação profissional com 250 horas/aulas com os conteúdos de cada arco ocupacional, além de temas transversais a todos os cursos (Gestão Pública e Terceiro Setor; Equidade de Gênero; Empreendedorismo e Economia Solidária).

As aulas do PROJOVEM Trabalhador/Juventude Cidadã foram conduzidas por 40 educadores no período de junho a dezembro de 2010. A contratação dos docentes foi realizada pela executora pedagógica, SENAI/PE, e se deu por meio de seleção simplificada (análise de currículo/aula prática).

Abaixo, na **Tabela 1** podemos verificar informações extraídas da Prestação de Contas do PROJOVEM Trabalhador em Caruaru.

Tabela 1. Recursos Financeiros.

Recursos Financeiros - PROJOVEM Trabalhador/Juventude Cidadã - Caruaru/PE - 2010.	
Origem	Valor (R\$)
Contrapartida do município	63.595,00
Transferência do Ministério do Trabalho e Emprego	604.152,50
Rendimentos decorrentes de aplicação financeira	5.819,55
Valor total dos recursos aplicados	673.567,05

Fonte: Elaborada pelos autores. 2014.

Conforme demonstrado na **tabela 1**, os recursos para execução financeira do programa perfazem um total de R\$ 673.567,05, com a seguinte origem: 1- R\$ 63.595,00 provenientes da contrapartida do município; 2- R\$ 604.152,50 provenientes da transferência realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego; 3- R\$ 5.819,55 de rendimentos bancários da aplicação financeira, isso ocorreu devido aos recursos terem sido depositados em conta bancária específica como determina a legislação do programa.

Análise e Discussão dos Resultados

A partir da análise dos dados presentes no Relatório Técnico Pedagógico do PROJOVEM Trabalhador (2010), desenvolvemos uma tabela cujo objetivo foi o de evidenciar dados importantes que estão relacionados aos jovens atendidos pelo programa.

Tabela 2. Resultados do programa

Resultados PROJOVEM Trabalhador/Juventude Cidadã - Caruaru/PE - 2010.	
Situação	Quantidade
Jovens cadastrados	934
Jovens fora do perfil	10
Jovens aptos/cadastro de reserva	153
Jovens encaminhados a qualificação social	724
Jovens encaminhados a qualificação profissional	602
Jovens evadidos	210
Jovens qualificados	511
Jovens não qualificados	50
Jovens inseridos no mundo do trabalho	173

Fonte: Elaborada pelos autores. 2014.

Inicialmente, com base nos dados da **tabela 2**, cabe ponderar o número de jovens cadastrados para concorrer às vagas promovidas pelo programa. Foram 934 jovens que buscaram a oportunidade de participar, ou seja, um número superior ao total de vagas iniciais que foram disponibilizadas. Isso evidencia que na cidade de Caruaru-PE existe uma demanda superior a ofertada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assim como, demonstra o número significativo de jovens que estão fora do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Além disso, nesses números também estão inseridos aqueles jovens que apesar de não estarem em situação de vulnerabilidade social, enxergam o programa como uma oportunidade para obter uma melhor qualificação profissional, reciclar e atualizar seus conhecimentos.

Outro aspecto relevante a ser observado, é que a quantidade de jovens evadidos, ao todo foram 210, o que representa 30% do total de vagas previstas, inicialmente, que era de 700. Entre possíveis motivos da evasão, estão: aprovação em vestibulares; ingresso no mercado de trabalho no turno onde o curso era realizado; desinteresse pelos cursos; além de outros fatores como a própria metodologia dos cursos.

Além disso, dos 511 jovens que concluíram a qualificação social/profissional, a Prefeitura Municipal de Caruaru-PE, deverá inserir, pelo menos, 154 desses jovens qualificados pelo programa no mercado de trabalho, sob pena de ter que devolver 50% dos recursos gastos com cada jovem não inserido. A meta de inserção foi superada, pois, ao todo 173 jovens foram encaminhados no mercado de trabalho, o que representa um percentual de aproximadamente 34% do total de jovens que foram qualificados.

As atividades de inserção dos jovens tiveram início com o mapeamento das empresas localizadas na Cidade de Caruaru-PE, esse levantamento foi realizado pela equipe de coordenação do programa e a Diretoria de Juventude, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico deste município. Além disso, foram estabelecidas parcerias com importantes órgãos e instituições, tais como: Câmara de Dirigentes Lojistas de Caruaru – CDL; Associação Comercial de Caruaru – ACIC; Rotary Club Caruaru Sul; Sindicato dos

lojistas do Comércio Varejista de Bens, Serviços e Turismo de Caruaru – SINDLOJA; Sistema Nacional de Emprego – Agência do Trabalho – SINE e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE; com a finalidade de mapear vagas disponíveis no mercado local e encaminhar os jovens.

Além do mapeamento das vagas de trabalhos existentes na região, também foi realizada a 1º EXPOJOVEM – DIVERSIDADE DO CONHECIMENTO, evento ocorrido no mês de novembro de 2010, com vistas a dar visibilidade às habilidades dos jovens estudantes.

O Relatório Técnico Pedagógico do PROJOVEM Trabalhador (2010) aponta que os arcos ocupacionais de administração e alimentação foram os que mais facilitaram a inserção de jovens no mercado de trabalho. Isso se deve ao fato do curso de administração possuir certa abrangência de conteúdos, o que lhe possibilita vantagem na inserção, enquanto que o curso de alimentação conseguiu inserir bastantes jovens, devido a grande presença de franquias da área de alimentação na Cidade. Apesar de Caruaru ser uma das cidades que compõe o 2º maior polo de confecções do Brasil, juntamente com Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, municípios pernambucanos, o arco ocupacional do curso de vestuário não conseguiu inserir uma quantidade relevante de jovens no mundo do trabalho, tendo em vista a grande informalidade presente nesse setor.

Conclusões

Este trabalho buscou compreender como o processo de execução do PROJOVEM Trabalhador no município de Caruaru-PE, apontando suas potencialidades e limites.

A execução do PROJOVEM Trabalhador, neste município, se constituiu de uma iniciativa importante para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Entretanto, devemos considerar que a baixa carga horária da qualificação social/profissional constitui um fator a ser aperfeiçoado pelo programa.

Cabe lembrar que, programas que se destinam a qualificação dos jovens elevam as habilidades produtivas dos trabalhadores mais jovens e oferecem chances concretas de adquirir conhecimento sobre determinadas oportunidades de emprego. Além disso, os registros analisados mostram que os estudantes receberam formação e além dela, tiveram a oportunidade de conviver com profissionais dos arcos ocupacionais já citados, recebendo ensinamentos e aprendendo a respeitar os profissionais.

Uma das potencialidades do programa é que ele oferece a possibilidade da formação, despertando o desejo de ampliar os estudos e prosseguir. Nesse contexto, políticas como o PROJOVEM Trabalhador também inserem a juventude no cenário político e social, trazendo a juventude para o centro do debate da sociedade. Dessa forma, as políticas públicas para a juventude se configuram como uma alternativa de combate a crise do desemprego e aos problemas vivenciados pelos jovens cotidianamente.

No entanto é preciso ponderar até que ponto essa inserção no mundo do trabalho tem garantido direitos econômicos plenos, dignidade, autonomia e emancipação social. Além disso, constatamos que não houve uma consulta posterior, por parte da Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Caruaru, sobre quais as condições desses vínculos empregatícios.

Comprendemos que esse estudo em formato de suas características e limites não responde a todas as questões relativas aos pontos positivos e negativos da execução do PROJOVEM Trabalhador em Caruaru. O tempo decorrente a execução do programa e a realização do estudo foi um fator limitador, pois impossibilitou colher informações mais efetivas.

No entanto, esse estudo sinaliza questões importantes principalmente em relação a busca dos jovens por qualificação e o desafio do ingresso e permanência dos mesmos no mundo do trabalho.

Após o término do curso cabe refletir em que medida o PROJOVEM Trabalhador contribuiu para manter esses jovens no mundo do trabalho, e para além disso, quais os níveis de dignidade essas ocupações oferecem a juventude, ambas as questões merecerem estudos e desdobramentos futuros.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Unificados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm. Acesso em: 2 de fevereiro de 2014.

_____. **Lei nº 10.748**, de 22 de outubro de 2003. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em: 16 de abril de 2014.

CARRANO, Paulo. **Juventude sem emprego**. Observatório Jovem da UFF, Rio de Janeiro, 2007.

CARUARU, Prefeitura Municipal. **Projovem Trabalhador**. Relatório Técnico Pedagógico. Caruaru, 2010.

_____. **Prestação de Contas**. Demonstrativo da Execução Financeira (Receita e Despesa). Caruaru, 2011.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento**: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO, 2010.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Trabalho, Educação e Tecnologia**: alguns dos seus enlances. Curitiba, 2010.

HOLANDA, Antônio NC; NILSON, Craveiro. **Avaliação de políticas públicas**: conceitos básicos, o caso do ProInfo ea experiência brasileira. In: VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá. 2003. p. 28-31. Disponível em: no site: www.unpan1.un.org/intradoc/groups/public/.../clad0047616.pdf. Acesso em 16 de março de 2014.

IPEA. **Brasil**: o estado de uma nação. Capítulo VIII – Juventude no Brasil. Brasília, 2005.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. Sociologia da juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POCHAMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo. 2001.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. CURITIBA, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano Nacional de Educação**: Por uma outra política educacional. Campinas, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. **A Face Oculta da Transferência de renda para os jovens no Brasil**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n° 2. 2005

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília. 2004.

OS FAVORITOS PRECÁRIOS: JUVENTUDE, TRABALHO E PROJETOS DE VIDA - Maria Isabel Silva Bezerra Linhares

Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Este artigo teve como objetivo conhecer as perspectivas de jovens universitários na constituição das narrativas e projetos de vida a partir das novas configurações assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, de modo a compreender a relação entre a formação do ensino superior e aquilo que imaginam que venham a ser seu futuro profissional. Apresenta, inicialmente, as concepções teóricas centrais que nortearam a pesquisa: as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a precarização do homem que trabalha, a juventude universitária e seus projetos de vida. Expõe, a seguir, o estudo empírico realizado, através de entrevistas narrativas, com jovens universitários na cidade de Sobral – Ceará. Constatou-se que as percepções, vivências e experiências relatadas pelos universitários sobre suas experiências, que remeteram, de maneira direta ou indireta, a um aprendizado de construção pessoal e/ou de adequação a um determinado perfil valorizado e reconhecido no atual mercado de trabalho. A abordagem da entrada na vida adulta e a concepção de futuro apresentado pelos jovens apresentam-se como um mosaico de possibilidades, mesmo reconhecendo as dificuldades em constituir um futuro promissor. Concluiu-se que os universitários tendem a formular a necessidade de alterações em certas práticas, alterações essas incompatíveis com o próprio rumo que a universidade tomou em função da política de aviltamento profissional coerente com a internacionalização da economia. A educação superior, portanto, por si só, é hoje incapaz de garantir ocupação específica, emprego estável, *status* social, prestígio e rendimento nos moldes até poucos anos vigentes no país.

PALAVRAS-CHAVES: juventude universitária. precariado. mundo do trabalho. projetos de vida.

ABSTRACT: This article aimed to understand the perspectives of university students in the creation of narratives and life projects from the new configurations assumed by the contemporary work in order to understand the relationship between the formation of higher education and what they think will be your professional future. First, it presents the core theoretical concepts that guided the research: the changing world of work and the precariousness of the working man, the university students and their life projects. Exposes, then the empirical study through narrative interviews with university students in the city of Sobral - Ceará. It was found that the perceptions, experiences and experiences reported by college students about their experiences, which remitted, directly or indirectly, to a personal learning construction and / or fitness for a particular valued and recognized in the current labor market profile. The approach of entry into adulthood and the design of future presented by young people present themselves as a mosaic of possibilities, while recognizing the difficulties in constituting a promising future. It was concluded that college tend to formulate the need for changes in certain practices which are not compatible with the way that the university itself took on the role of professional vilification policy consistent with the internationalization of the economy. Higher education, therefore, by itself, is today unable to guarantee specific occupation, stable employment, social status, prestige and income in the mold until a few years existing in the country.

KEYWORDS: university youth. precariat. world of work. life projects.

Introdução

O presente estudo procura elucidar as relações que se estabeleceram entre a formação de jovens ingressos ou egressos do ensino superior e as mudanças econômicas sociais impostas pelo poder do capital, que mesmo com o crescimento do PIB ocorrido na década de 2000, a partir de 2003, não se alterou de forma significativa, a precariedade salarial entre os jovens-adultos altamente escolarizados.

Segundo Alves (2012) na temporalidade histórica do capitalismo global, com a ofensiva das políticas neoliberais, afirma-se como traço estrutural do sistema mundial do capital a precarização estrutural do trabalho (MÉSZÁROS, 2007). No Brasil, apesar do crescimento do emprego por tempo indeterminado e da redução da taxa de informalidade a partir de 2003, a precariedade salarial se manifestou pelo aumento, em termos absolutos e relativos, da presença de “trabalhadores periféricos” inseridos em relações de trabalho precárias. A nova precariedade salarial no Brasil se manifesta não apenas pelo aumento da contratação flexível, mas também pela adoção, nos locais de trabalho reestruturados, da flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração salarial. Deste modo, os novos ambientes de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas na década de 2000 constituem-se sob a nova morfologia social do trabalho flexível.

O trabalho precário e a informalidade social caracterizaram historicamente o mercado de trabalho no Brasil com seu amplo contingente de trabalhadores urbanos e rurais pobres sem proteção social, em contraste com o contingente de operários e empregados assalariados urbanos, inseridos no mercado de trabalho formal com vínculo empregatício por tempo indeterminado e cobertos pela legislação trabalhista. Com a nova precariedade salarial, o núcleo formal do mercado de trabalho deparou-se com novas opções de modalidades flexíveis de contratação laboral para as empresas. Apesar das contratações atípicas serem pouco expressivas no mercado de trabalho formal no Brasil, elas aumentaram nas últimas décadas nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas.

A partir da década de 2000 no Brasil, uma série de jovens trabalhadores e trabalhadoras altamente escolarizados incorporou-se em relações salariais que, apesar de formalizadas, são precárias no sentido de terem baixa remuneração, alta rotatividade e falta de perspectivas de carreira – sem falar nos contratos atípicos de trabalho subnotificados nas estatísticas sociais, como os estágios, trabalho temporário, pessoa jurídica (PJ), cooperativas de trabalho, entre outros. Nesse período, constituiu-se a nova precariedade salarial engendrada pelo capitalismo flexível que surgiu no País com a reorganização do capitalismo brasileiro. No plano do metabolismo social, a nova condição salarial produz precocemente, na camada de jovens proletários altamente escolarizados imersos na nova precariedade social, estresse e transtornos mentais por conta da nova dinâmica do capitalismo flexível com sua carga de pressão, ansiedade e frustração.

As mudanças havidas nesses últimos anos, tanto no que diz respeito ao ensino superior como no que diz respeito ao mercado de trabalho e desempenho profissional, só têm sentido se considerada a nova qualidade da demanda imposta pelo desenvolvimento capitalista do país sob interesse e égide do capital oligopolista internacional. A interpenetração entre o desenvolvimento industrial e o capitalismo internacional rearticula a funcionalidade do ensino superior no Brasil de tal modo, que "universidade praticamente passa, em uma só década, do estágio de formação das elites nacionais, como concepção, para o de formação de força de trabalho para o capital internacional... a velha universidade dá lugar à nova, como o velho capital é substituído pelo novo". (PRANDI, 1982, p. 47).

As universidades públicas e privadas, que formam, todo ano, milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados, são, conforme Alves (2012) “incubadoras do precariado”. Em dez anos, o Brasil mais que dobrou o número de concluintes na educação superior, segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011, o crescimento de universitários no País foi de 110%. Por outro lado, no decorrer da década de 2000, o desemprego aumentou significativamente entre aqueles com mais de 11 anos de estudos: 36,82% em 2002, 39,84% em 2003; 43,16% em 2004; 46,19% em 2005; 47,81% em 2006; 50,70% em 2007; 52,92 em 2008; e 56,46% em 2009, segundo dados do IBGE/PME), com um leve decréscimo entre aqueles de 18 a 24 anos (1,5% entre 2002 e 2009) e um pequeno crescimento entre aqueles de 25 a 49 anos (2,4% entre 2002 e 2009).

Acompanhando o debate nacional sobre juventude, qualificação profissional e empregabilidade tenho percebido uma permanente preocupação sobre as perspectivas dessa juventude no que se refere às mais diversas formas de inserção no mundo do trabalho. A partir de minha experiência com os jovens universitários, bolsistas ou não, de modo especial com aqueles inseridos nos grupos de estudo e pesquisa, passei a identificar as diversas situações vivenciadas por esses jovens, como preocupações, medos e dificuldades com relação ao futuro profissional, especialmente pela sua condição de jovens “mais qualificados” e, conseqüentemente, aptos para ingressarem no mercado de trabalho.

Pesquisas recentes demonstram que o pessoal de nível universitário passa a ocupar funções anteriormente identificadas como próprias do ensino de nível médio bem como para o recrudescimento do subemprego para este segmento. Isso nos leva a pensar que a universidade, por si só, é hoje incapaz de garantir ocupação específica, emprego estável, status social, prestígio e rendimento nos moldes até poucos anos vigentes no país.

Alves (2012) reconhece esses jovens como o novo “precariado”, que é a expressão de classe do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social descartabilizadas pelas relações sociais de produção capitalista. Neste sentido, aplica-se o que Mézáros caracterizou como “produção destrutiva” e a taxa de utilização decrescente do valor de uso. Para o autor, o precariado é expressão do sistema social da produção do desperdício generalizado, já que se desperdiça a futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social.

Frente ao exposto, o presente artigo teve como objetivo conhecer as perspectivas de jovens universitários na constituição das narrativas e projetos de vida a partir das novas configurações assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, de modo a compreender a relação entre a formação do ensino superior e aquilo que imaginam venham a ser seu futuro profissional. Parto dos questionamentos levantados acerca das expectativas e avaliações que estudantes da universidade de hoje apresentam nos seus percursos de formação educacional/profissional.

Diante dessa realidade que envolve a juventude brasileira, e de modo especial os jovens do ensino superior, senti-me instigada a realizar um estudo com jovens universitários do Curso de Licenciatura em Pedagogia e integrantes dos grupos de estudo da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na cidade de Sobral-Ceará, no período de agosto a dezembro de 2013.

Analisei as narrativas dos jovens considerando-as como interpretações individuais de suas experiências acerca de suas trajetórias enquanto estudantes da universidade, bem como suas expectativas e projetos com relação ao ensino superior e naquilo que

imaginam venham a ser seu próprio futuro profissional. Evidentemente nestes casos trata-se do levantamento de uma parcela da vida de um indivíduo, em cujas análises remeti a contextos estruturais contemporâneos. Tratei, portanto, de relatos motivados pela pesquisadora e implicando sua presença como ouvinte e interlocutora, sendo um material restrito à situação de entrevista. Vale ressaltar que considere apenas o que foi narrado à pesquisadora pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes, no que diz respeito ao tema desta pesquisa: precariado universitário.

Nesta pesquisa utilizei como instrumentos: entrevista narrativa, observação do cotidiano dos jovens na Universidade, como situação social, no período de agosto à dezembro de 2012; levantamento de material em jornais sobre a situação da juventude brasileira e dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Recorri aos trabalhos de Alves (2011, 2012), Mészáros (2012), Bourdieu (1989), entre outros. Os relatos das experiências de jovens foram aqui considerados como narrativas das histórias de vida, portanto, contêm informações, evocações e reflexões.

O artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira trata especificamente do processo de “precarização do trabalho” decorrente da crise estrutural do capital, em cujo processo reestruturativo do capitalismo global emerge uma nova precariedade salarial, que implica uma nova morfologia social do trabalho. A partir das pesquisas de Alves (2012; 2013), Mészáros (2011), entre outros, procuro mostrar que as mudanças havidas nestes últimos anos, tanto no que diz respeito ao ensino superior como no que diz respeito ao mercado de trabalho e desempenho profissional, só têm sentido se considerada a nova qualidade da demanda imposta pelo desenvolvimento capitalista do país sob interesse e égide do capital oligopolista internacional.

Na segunda parte do artigo são apresentados os relatos que compõem as narrativas de jovens universitários acerca das expectativas e avaliações que estudantes da universidade de hoje apresentam com relação ao ensino superior e aquilo que imaginam venham a ser seu próprio futuro profissional, sendo que na maior parte dos depoimentos os estudantes apresentam seus medos e esperanças relacionados às suas futuras oportunidades de trabalho.

O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha

Segundo Alves (2012) na temporalidade histórica do capitalismo global, com a ofensiva das políticas neoliberais, afirma-se como traço estrutural do sistema mundial do capital a precarização estrutural do trabalho (MÉSZÁROS, 2009). No Brasil, apesar do crescimento do emprego por tempo indeterminado e da redução da taxa de informalidade a partir de 2003, a precariedade salarial se manifestou pelo aumento, em termos absolutos e relativos, da presença de “trabalhadores periféricos” inseridos em relações de trabalho precárias. A nova precariedade salarial no Brasil se manifesta não apenas pelo aumento da contratação flexível, mas também pela adoção, nos locais de trabalho reestruturados, da flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração salarial. Deste modo, os novos ambientes de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas na década de 2000 constituem-se sob a nova morfologia social do trabalho flexível.

O trabalho precário e a informalidade social caracterizaram historicamente o mercado de trabalho no Brasil com seu amplo contingente de trabalhadores urbanos e rurais pobres sem proteção social, em contraste com o contingente de operários e empregados assalariados urbanos, inseridos no mercado de trabalho formal com vínculo empregatício por tempo indeterminado e cobertos pela legislação trabalhista. Com a nova precariedade salarial, o núcleo formal do mercado de trabalho deparou-se com

novas opções de modalidades flexíveis de contratação laboral para as empresas. Apesar das contratações atípicas serem pouco expressivas no mercado de trabalho formal no Brasil, elas aumentaram nas últimas décadas nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas.

O crescimento das modalidades de contratação atípicas no Brasil na década de 2000 apontam para aquilo que Robert Castel denominou de corrosão da condição salarial (CASTEL, 1995). É bem verdade que as contratações atípicas possuem, em termos quantitativos, pouca expressividade no conjunto do mercado de trabalho formal no Brasil, que se expandiu na década de 2000 por meio do crescimento dos contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Na década de 2000 no Brasil, uma série de jovens trabalhadores e trabalhadoras altamente escolarizados incorporou-se em relações salariais que, apesar de formalizadas, são precárias no sentido de terem baixa remuneração, alta rotatividade e falta de perspectivas de carreira, sem falar nos contratos atípicos de trabalho subnotificados nas estatísticas sociais como os estágios, trabalho temporário, pessoa jurídica (PJ), cooperativas de trabalho, trabalho/estágio, “autônomos”, trabalho em domicílio e teletrabalho, entre outras tantas modalidades. Nesse período, constituiu-se a nova precariedade salarial engendrada pelo capitalismo flexível que surgiu no País com a reorganização do capitalismo brasileiro. No plano do metabolismo social, a nova condição salarial produz precocemente, na camada de jovens proletários altamente escolarizados imersos na nova precariedade social, estresse e transtornos mentais por conta da nova dinâmica do capitalismo flexível com sua carga de pressão, ansiedade e frustração.

Para Alves, a nova precariedade salarial implica não apenas a precariedade do emprego, como a presença de modalidades atípicas de contratação salarial, mas também a precariedade do trabalho no sentido da “precarização do homem-que-trabalha” (ALVES, VIZZACCARO-AMARAL e MOTA, 2011). Nesse caso, trata-se do desgaste mental do trabalho dominado, que atinge tanto os contingentes “estáveis”, com emprego por tempo indeterminado, e, portanto, cobertos pela legislação trabalhista, como também contingentes de trabalhadores assalariados “precários” do mercado de trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1994).

A educação do precariado é movida a sonhos de realização profissional e ascensão social. No Brasil, capitalismo hipertardiado com modernidade insólita o “descompasso” entre educação e mercado de trabalho vem de longa data. Um dos jovens entrevistados ao narrar sobre a escolha do curso “dos sonhos”, assim afirma “[...] não pretendo fazer como alguns colegas de curso que não se identificam, mas pelo mercado exigir um diploma de ensino superior se vêm obrigados a fazer qualquer curso com o intuito apenas de obter o diploma.”

Já em 1982, José Reginaldo Prandi constatava no livro “*Os favoritos degradados*”, a existência, naquela época, de um contingente de jovens com ocupação estranha à formação universitária, jovens formandos com inserção ocupacional que, diz ele, “corrói a anteriormente sólida base dos projetos de vida individuais e familiares das classes médias urbanas órfãs do milagre brasileiro”. O autor os denomina de “favoritos degradados”. Naquela época, há cerca de trinta anos (1982), o Brasil amargava a “crise do milagre”, com a estagnação da economia que prosseguiria por quase duas décadas.

Embora nos últimos vinte anos (1990-2012), a economia brasileira tenha se reestruturado e reorganizado de acordo com os parâmetros neoliberais, tendo retomado um crescimento no bojo da liquidez do capitalismo global da década de 2000, o

fenômeno dos “favoritos degradados” assume hoje outras dimensões. Não se trata apenas de fazer a economia brasileira crescer. Na verdade, a promessa de mobilidade social se inverteu na ideologia de resignação à proletariedade flexível, o que explica, de certo modo, atitudes de pragmatismo que visam tão somente se adequar às exigências do capitalismo perverso, que, incapaz de validar as promessas civilizatórias da vida digna, cultiva o ideal da “vida fluída”, que carrega o estigma da incerteza sob o esteio da flexibilidade, que quebra, no plano da subjetividade, as possibilidades de estratégia coletiva e acirra as estratégias individuais de sobrevivência na “selva” do mercado (ALVES, 2012).

“Penso que, se a universidade ofertasse mais bolsas e com uma quantia mais elevada muitos dos meus amigos poderiam ter tido a experiência que tive com a pesquisa e extensão, mas infelizmente o valor pago não possibilita muitos alunos a quererem ser bolsistas”, assim afirmou um jovem universitário ao narrar sua experiência enquanto estudante e bolsista, para se referir às mais diversas dificuldades de enfrentamento da formação educacional até a chegada no mundo do trabalho.

“A dialética entre o feijão e o sonho”

Aqui apresento as expectativas e avaliações que estudantes da universidade de hoje apresentam com relação ao ensino superior e aquilo que imaginam venham a ser seu próprio futuro profissional. A partir das narrativas de suas experiências sociais e individuais de (03) três jovens universitários, no curso de sua formação universitária. São estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, cujos nomes não serão identificados, recorrendo à utilização de siglas, para expressar suas falas e percepções. O objetivo será identificar características, expectativas e discursos sobre as situações vividas pelos jovens em relação a escolarização e expectativas de futuridade, no que se refere a inserção no mundo do trabalho, pós-formação superior, bem com suas relações sociais em decorrência dessas experiências.

Ressalto que privilegiei em minhas observações e análises as relações que os jovens estabelecem a partir da “opção” pela formação superior. Também busco compreender os laços que os unem, tanto nas práticas dos indivíduos como em suas relações nestes dois mundos em comunicação, que são a Universidade e seu exterior, o local da produção do conhecimento e aquele dos modos de vida, o que em termos marxistas chamaríamos o local da produção e da reprodução, respectivamente.

Ao dispor desses dois tipos de materiais, para a vivência na Universidade, pude confrontar os discursos que ouvi com as práticas observadas. Para os ideais de futuridade²⁰ (sonhos e expectativas quanto ao futuro profissional), tive que passar pela mediação das representações que me forneciam.

À pergunta inicial, sobre a sua condição de jovem e estudante, como vivencia essa condição, levantando as dificuldades e esperanças. O universitário MAB, 27 anos, assim respondeu:

20 Para Alves (2012) o capital em sua dimensão exacerbada no plano do mercado mundial, “queima” trabalho vivo altamente qualificado incapaz de ser absorvido pelo modo de produção de mercadorias. O precariado é o sintoma perverso das contradições radicais da ordem burguesa hipertardia (a perda da futuridade e a frustração das promessas civilizatórias ampliam-se com a vigência da financeirização da riqueza capitalista e a hegemonia do capital financeiro). Segundo o autor, a ideia de futuridade é crucial para delimitar a camada social do precariado. É uma camada social caracterizada especificamente pela frustração com suas expectativas de carreira profissional e realização salarial.

A dificuldade de muitos jovens hoje está na hora de conseguir emprego e ter que conciliar com os estudos. Hoje para os jovens tem vários projetos e programas que visam ocupar o ócio presente no seu cotidiano, o que vejo como positivo, sem falar nas várias vias que surgido para facilitar o ingresso da juventude no ensino superior, mas percebo que deve-se tomar cuidado para que tipo de educação estamos direcionando nossos jovens, estamos orientado-os para uma formação humanizadora ou desumanizadora? São questões que muitas vezes não são levada em conta. O desafio que vejo que muito jovem presencia hoje é ter condições de terminar seus estudos, muitos são obrigados a largar a escola para ajudar no sustento da família ou a escola não faz sentido para ele, os conteúdos que estudei durante minha vida escolar vejo que muitos deles até hoje pra mim não tem nenhum significado e importância.

A universitária ANPAG, 25 anos, assim respondeu:

Desde muito cedo, ainda no ensino médio, já estudava e trabalhava. Acredito que pela postura da minha mãe, interesse e participação na minha vida escolar, sempre me senti motivada a estudar, com o objetivo também de buscar ascensão profissional. As dificuldades quando se trabalha e estuda são muitas. Quando se tem um filho a coisa complica ainda mais, mas é, ao mesmo tempo, um incentivo, uma motivação... durante o curso não tive oportunidade de ser bolsista, pois a bolsa exige dedicação exclusiva e o valor é baixo, para quem tem que sustentar a família. Ainda que não fosse por isso, o valor é baixo mesmo para quem tem que manter a apenas a si mesmo. Quando eu digo dificuldades me refiro também ao comprometimento de atividades importantes para quem deseja seguir carreira acadêmica.

Observo que nas condições de crise do mercado de trabalho no capitalismo global, quanto às perspectivas da juventude, os jovens estudantes aparecem como sonhadores, ansiosos e pragmáticos, expressando-se, algumas vezes, com humor, ora com temor, sua condição existencial de proletariedade. A universidade continua tendo a função de manter por mais tempo a população jovem afastada do escasso mercado de trabalho, retardando a entrada dos estudantes na vida ativa. Entretanto, tem-se a percepção da desvalorização do diploma de graduação, que exige mais tempo de estudo para capacitar-se e melhor se inserir no mercado de trabalho. A tendência que se impõe é que se produzam cérebros para exercerem trabalhos simples e rotineiros em atividades de emprego e trabalho precário, como, por exemplo, os *call centers*. Apesar disso, os jovens profissionais continuam acalentando o sonho da realização profissional, conforme expressa a universitária IVAMS, 22 anos:

[...] logo após terminar o ensino médio, passei no Vestibular, foi então que começou uma grande e árdua luta, pois todos os dias tinha que me deslocar do interior para a cidade, enfrentando chuva e sol, não importando a hora. (...) decidi vir para Sobral procurar emprego ou mesmo uma bolsa de estudos. Antes já havia me interessado mais não foi possível, pois na Universidade ainda eram poucas as bolsas que existiam. Quando cheguei aqui, passei dois meses sem ganhar nada, pois não tinha experiência nenhuma em Escola e a única vaga que tinha pra mim era na Grendene, e não queria pois sabia que meu “pique” para estudar iria diminuir, portanto esperei uma bolsa da Universidade.

A maioria dos jovens coloca a necessidade de fazer especialização ou aprimoramento, como eles dizem. Enfim, uma pós-graduação capaz de lhes garantir a dita “empregabilidade”: “Para ter um bom emprego, você precisa estar se atualizando,

continuar se aprimorando, para ter uma boa oportunidade”. Mas a escolha do aprimoramento continuado ou cursos de especialização e pós-graduação tornou-se a versão atual do alongamento da escolarização, não apenas como a alternativa mais recorrente dos jovens diante do desemprego, mas como necessidades de qualificar-se melhor para acesso a certos postos de trabalho melhor remunerados, que não são para todos. A universitária ANPAG assim reflete sobre sua trajetória:

Como já adiantei, quero fazer mestrado logo. Busco também estabilidade, o que é muito importante para alguém que tem as responsabilidades que eu tenho. Busco encontrar prazer na minha profissão e reconhecimento, o que também se reflete na remuneração (já que é uma coisa, infelizmente, tão enraizada no que se refere ao magistério).

Os jovens formandos que sonham com o sucesso profissional são obrigados “a remar contra a maré”, para indicar que cada vez está mais difícil o mercado de trabalho. Bourdieu (1983), ao comparar o sistema escolar do passado com o da atualidade, no que diz respeito aos seus desdobramentos, que entendia como relativamente claros e hierarquizados, afirma que “indo-se além do primário, entrava-se num curso complementar, numa escola técnica, num colégio ou num Liceu.” (BOURDIEU, 1983, p. 5). No entanto, tais desdobramentos eram claramente hierarquizados e não confundiam. Quanto aos desdobramentos do sistema escolar na atualidade, como estes são muitos e pouco diferenciados entre si, alerta que é preciso ser muito consciente para escapar dos “jogos dos becos sem saída” ou das “ciladas”, e também da “armadilha das orientações e títulos desvalorizados”, entendendo que isto contribuirá para favorecer certa defasagem das aspirações em relação às chances reais.

No curta *Galera* (Projeto CineTrabalho/Práxis vídeo, 2012,), um dos jovens questiona acerca das possibilidades de alcançar o mercado de trabalho: “Está cada vez está mais difícil o mercado de trabalho”. E prossegue comentando suas perspectivas de trabalho: “Quem sabe, tentar a pós-graduação, porque hoje, com o diploma, não é igual há trinta anos, quando você tinha mais chance; era uma pessoa mais seleta que hoje. Hoje é seleta, mas não é tanto. Hoje em dia é preciso fazer uma pós-graduação, uma especialização; hoje o mercado leva você a essas especializações que demandam muito sempre da pessoa”.

Para Bourdieu (1983) o antigo estado do sistema escolar tornava os limites fortemente interiorizados e fazia com que se aceitasse o fracasso ou os limites como justos ou inevitáveis. Já o sistema atual encoraja estes jovens e suas famílias a esperar aquilo que o sistema escolar assegurava aos estudantes secundaristas no tempo em que eles não tinham acesso a estas instituições.

Como a maioria dos estudantes de Universidade Pública advém de família de baixa renda, não recebo tanto ajuda em dinheiro até mesmo por que não peço a eles, prefiro procurar uma solução, pra não ter que dá preocupação para eles, essa minha saída do ambiente familiar me ajudou e vem me ajudando a encarar os desafios que a vida me oferece, o maior apoio deles já recebo através de incentivos para continuar os estudos, palavras de motivação e sempre a frase “o que precisar se a gente puder, a gente lhe ajuda”. (MAB)

No documentário *Galera*, outra saída individual apontada pelos jovens universitários no último ano de graduação para driblar a inserção no “precariado” seria prestar concurso público. De modo pragmático, um das universitárias afirma categoricamente:

Sempre achei que um trabalho a gente tem que gostar para fazer bem feito, é muito difícil para um jovem conseguir um trabalho digno, precisamos primeiro ter uma boa formação, isso nem todos têm. É necessário que tenhamos certificados que comprovem nossas qualidades, pois o que falamos não é acreditado, não adianta mais você dizer que esta cursando Pedagogia, por exemplo, é preciso pelo menos um ano de experiência, ou ter algum parente trabalhando em um determinado setor. Se não for isso não conseguimos mesmo, o que sei é que, o que garante a gente é um concurso público. (IVAMS)

A educação do precariado é movida a sonhos de realização profissional e ascensão social. Assim diz uma das jovens universitárias:

Pretendo terminar a Graduação e ter pronto logo meu Projeto de Mestrado, para que futuramente seguir um Doutorado, já sendo professora universitária... Tenho meu desejo próprio de crescer para me sentir realizada, não paro mesmo nenhum momento. Estudar e trabalhar pra mim é lazer (IVAMS).

Entretanto, o sonho de ser professora universitária torna-se difícil de ser realizado quando se pondera as dificuldades do presente de precariedade salarial

Meu trabalho quase nunca esteve relacionado a minha formação, o que por vezes causava um certo desconforto... E a esperança, na verdade, a certeza de que o plantio que eu venho fazendo terá repercussão mais adiante... Bons frutos. Mas tenho planos de investir na minha carreira como Pedagoga, fazer mestrado e atuar na Educação, no ensino superior... (ANPAGS).

Na verdade, a escolarização na ordem burguesa é um lastro de ilusões e decepção da condição de classe. O cultivo de sonhos, expectativas e valores de mercado pela juventude proletária altamente escolarizada persegue o precariado, confundindo sua condição de classe e disseminando nele a cultura do individualismo próprio do *ethos* da sociedade das mercadorias. Ao mesmo tempo, a profunda manipulação da ordem do capital os inquieta radicalmente, levando-os a se expressarem:

As dificuldades que os jovens enfrentam para ter uma formação profissional e um trabalho digno não é apenas a educação, mas junto a ela vêm vários outros elementos, a população não desfruta de direitos sociais assegurados constitucionalmente serviços públicos como saúde, saneamento básico entre outros, em nosso país vivemos mais com as privações de certos direitos do que com o uso deles. (MAB).

Importante salientar que a precarização do trabalho não se reduziu tão-somente à precarização da condição salarial, mas tendeu a assumir novas formas com aquilo que Alves (2012) vem denominando “precarização do homem-que-trabalha”, isto é, a corrosão da vida pessoal e da saúde do trabalhador, inclusive daqueles com estatuto salarial “estável”. “Deste modo, a precarização do trabalho implicou não apenas mudanças disruptivas no modo de exploração da força de trabalho, mas alterações no metabolismo social do trabalho com impactos na dinâmica da reprodução social do trabalho vivo” (ALVES, 2012, p. 5). A dialética entre o “feijão e o sonho”, afirma o autor, sonho contingente do proletariado de uma vida boa, está expressa na afirmação de outro estudante: “ O medo é de virar um profissional desonesto, medíocre, pois vivemos num mundo que a vontade crescer e se dar bem em tudo terminam por corromper as pessoas, tenho esperança de que não é por ser quem eu sou que vou conseguir os meus sonhos, vou consegui-los através da minha competência e profissionalismo” (MAB).

Considerações finais

Parti da ideia de que uma interpretação aprofundada dos acontecimentos microscópicos, como as experiências que cada jovem vem tecendo nas instituições de ensino, nas instituições de qualificação e nos locais onde aprendem a ser trabalhadores, podem torná-los exemplares. Remetem aos diferentes fenômenos que estudo: as relações com a família e com a sociedade, o ser jovem, a separação entre experiência e trabalho, enfim, a construção de trajetórias nas quais se combinam a formação escolar, as relações sociais que envolvem amigos e familiares, as mutações corporais e comportamentais, elementos fundamentais para a constituição de um ser trabalhador.

Assim, como os jovens são um grupo social heterogêneo, composto por sujeitos concretos, optou-se por adotar duplamente a perspectiva da heterogeneidade para captar os diversos mecanismos mobilizados por diferentes tipos jovens, a fim de se qualificarem e conquistarem um lugar no mercado de trabalho: de um lado, a heterogeneidade entre contextos, entre diferentes grupos de jovens, ou seja, heterogeneidade estrutural, para contemplar as diferenças advindas da condição de origem e, simultaneamente, as possíveis analogias que explicitariam os elementos de uma vivência que é propriamente juvenil; de outro, a heterogeneidade dentro de um mesmo segmento juvenil, de modo a captar tanto diferenças comportamentais quanto padrões e regularidades entre idéias, práticas e contextos sociais semelhantes.

Assim, tenho em mente que: a problemática da qualificação situa-se, na maioria das vezes, justamente na transição entre escola e trabalho; o mercado tem requerido a conclusão do ensino superior como pré-requisito mínimo para considerar uma pessoa qualificada, por isso, mas também por um fenômeno de coorte, as novas gerações possuem hoje mais escolaridade; mas também vivem a transição ao trabalho de forma mais tensa, pois o desemprego cresce mesmo para os mais escolarizados; daí a promessa de mobilidade social se interverteu “na ideologia de resignação à proletariedade flexível” (ALVES, 2012), o que explica, de certo modo, atitudes de pragmatismo que visam tão somente se adequar (para sobreviver) às exigências do capitalismo.

Como o precariado é constituído por jovens altamente escolarizados, o peso da ansiedade é maior, tendo em vista que, quanto mais escolarizados, mais alimentam expectativas de uma “vida melhor”. Talvez não se trate propriamente de expectativas ou anseios pessoais, mas sim da aceitação das estratégias de mobilização subjetiva para competências específicas alicerçadas mais em atitudes e habilidades comportamentais do que técnicas, sobretudo sob o “espírito do toyotismo”, no qual se faz imperiosa a necessidade de desenvolver aptidões como capacidade de resolver problemas, de se relacionar em trabalho em grupo, criatividade, comunicação, improviso e adaptabilidade.

Os estudos dos autores abordados, em especial os de Reginaldo Prandi, sugerem pensar a universidade em sua funcionalidade para a sociedade brasileira na forma como esta se reproduz como sociedade capitalista dependente. E neste sentido, levando em conta os dados disponíveis e analisando-os sob o prisma da relação existente entre esta instituição fornecedora de força de trabalho qualificada e o mercado de trabalho o autor demonstra com muita clareza que o desempenho do ensino superior no Brasil tem sido mais do que satisfatório. A expansão verificada no ensino superior e a queda na qualidade deste ensino são elementos constitutivos desta nova universidade que está aí, elementos, estes associados tanto à formação de um exército de reserva de trabalhadores de nível universitário como a alienação deste trabalhador.

Quanto aos jovens universitários, estes apresentam sentimentos e crenças contraditórias, por vezes pessimismo e decepção relacionados às suas futuras

oportunidades de trabalho, ou depositam confiança no conhecimento e “oportunidade” que vêm construindo ao longo de sua formação escolar. Mas é a partir daí que situam as suas críticas, colocando a universidade como instituição hoje incapaz de acompanhar as mudanças que se dão na sociedade, especialmente aquelas referidas ao trabalho do profissional de nível universitário. Ao apresentarem suas críticas, os estudantes passam a tomar consciência da relação dos rebatimentos estruturais à sua formação individual e grupal, relacionando-a ao processo geral de transformação a que está submetida a sociedade brasileira. Tanto assim, que tendem a formular a necessidade de alterações em certas práticas, alterações essas incompatíveis com o próprio rumo que a universidade tomou em função da política de aviltamento profissional coerente com a internacionalização da economia.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. **A educação do proletariado.** Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>. Publicado em 17/12/2012. Acessado em 24/06/2013.

_____. **Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: a morfologia social do trabalho na década de 2000 (2000-2010).** Coimbra, Portugal: Oficina do CES nº 381, 2012.

_____. **Trabalho e subjetividade – O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.**

ALVES, G.; Vizzaccaro-Amaral, André Luiz; Mota, Daniel Pestana. **Trabalho e saúde – A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI.** São Paulo: Ltr, 2011.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CASTEL, **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

INVERNIZZI, N. Empregos precários no setor terciário: estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.35-45, jan./abr. 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PRANDI, R. **Os favoritos degradados; ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje.** São Paulo, Ed. Loyola, 1982. 135 p.

JOVENS DA EJA E A CIDADANIA – POR UMA OUTRA EDUCAÇÃO - Noelia Rodrigues Pereira Rego

UNIRIO

RESUMO: No contexto brasileiro o conceito de cidadania se configurou, ao longo da nossa história, de uma forma vaga e imprecisa, servindo, sobretudo, aos interesses de uma minoria hegemônica, sobretudo de matriz europeia, que disputa a legitimação de seu modelo de mundo. Nos dias atuais, o direito humano à educação, uma das esferas da cidadania, desponta como um dos mais legítimos e demandados por diferentes setores da sociedade, em especial, a infância e a juventude. Contudo, a efetivação de tal direito ainda é um grande desafio, considerando, sobretudo, que a construção da cidadania depende de uma cultura baseada nos direitos sociais e políticos e que, portanto, requer profundas transformações na sociedade capazes de fomentar a criação de esferas públicas e democráticas, como importantes instâncias de mediação na relação com o Estado. Em nosso entender, portanto, é seminal a emergência de uma nova ordem educacional, porque social, qualitativamente oposta a que fomos conformados, por meio de uma educação que contribua de forma efetiva e consciente no processo de transformação do social, no intuito de frear os “sólidos” ideais do capital a que fora submetida desde muito.

PALAVRAS-CHAVES: cidadania, juventude, EJA, direito humano à educação, educação popular, políticas públicas.

ABSTRACT: In the brazilian context, the concept of citizenship is configured, throughout our history, a vague and imprecise, serving mainly the interests of a hegemonic minority of mainly European blueprint, which disputes the legitimacy of their model of the world . Nowadays, the human right to education, one of the spheres of citizenship, emerged as one of the most legitimate and demanded by different sectors of society, in particular children and youth. However, the realization of this right is still a great challenge, considering, especially, that the construction of citizenship depends on a culture based on social and political rights and therefore requires profound changes in society that will encourage the creation of public spheres and democratic, as important forums for mediation in relation to the State. In our view, therefore, is the seminal emergence of a new, qualitatively opposite to which we were conformed through an education that contributes effectively and consciously in the transformation of the social process, in order to stop, because the educational, social order "solid" ideals of capital that had been submitted since long.

KEYWORDS: citizenship, youth, EJA, human right to education, popular education, public policies

Introdução

O direito humano à educação como elemento-chave para responder as novas exigências das sociedades contemporâneas, nos provoca a repensar sobre a ordem social em que vivemos, quando tal direito é reivindicado de forma a reger-se pela ideologia do capital, para o qual a desigualdade é fundamento, e não, como elemento fundante da democracia, a equidade. No contexto brasileiro, é nessa “desordem do progresso” (BUARQUE, 1992) que o conceito de cidadania – primordial para entendermos e, para tanto, problematizarmos tais desigualdades, se configurou, ao longo da nossa história, de uma forma vaga e imprecisa, servindo, sobretudo, aos interesses de uma minoria hegemônica, sobretudo de matriz europeia, que disputa a legitimação de seu modelo de mundo.

Nesse contexto, o direito à educação desponta como um dos mais legítimos e demandados por diferentes setores da sociedade, em especial, a infância e a juventude. Contudo, a efetivação de tal direito ainda é um grande desafio. Considerando, sobretudo, que a construção da cidadania depende de uma cultura baseada nos direitos sociais e políticos e que, portanto, requer profundas transformações capazes de fomentar a criação de esferas públicas e democráticas, como importantes instâncias de mediação na relação com o Estado. Conforme alerta Demo (1995, p.2):

Um dos mais complexos desafios da cidadania: [...] é a eliminação da pobreza política, que esta na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não cidadão, é sobretudo, quem por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende justiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar.

É, portanto, a certeza do caráter essencialmente político e, por isso, social e libertário, que a educação possui e ainda o papel de protagonista que exerce na vida em sociedade, que vai fazer com que grupos hegemônicos, detentores do capital e portanto, com uma ideologia profundamente marcada em seus próprios interesses na manutenção do *status quo* dominante, se apoiem defendendo pedagogias simplistas e conteudistas, visando a formação de quadros laborais futuros. É o que frequentemente e de maneira histórica vimos nos currículos das escolas de ensino público, sobretudo em nosso contexto.

Um novo modelo de educação pensado para um novo modelo de sociedade: questões de cidadania

O conceito de cidadania nos remete a questões que começam a ser travadas no século XVIII, na Revolução Francesa. É quando emerge a burguesia que toma o poder afastando a aristocracia. Assim, novos contornos são dados na relação entre os homens, em que, por exemplo, para o indivíduo branco, homem e possuidor de terras se destina o caráter de cidadão, enquanto para mulheres, crianças e a população pobre em geral resta serem tutelados pelos “escolhidos”. Trata-se, portanto, de uma democracia que já nasce da exclusão.

Dentro de um contexto em que “o objetivo da educação durante a infância é *moldar* o adulto em perspectiva” (MARSHALL, 1967, p. 73, grifo meu) era necessário, por este novo cenário, readaptar os moldes educacionais com vistas a formar os pequenos de acordo com o modelo de sociedade que ora se apresentava. Assim, se fazia primordial desarticular a filosofia especulativa da escola, em prol de uma filosofia mais atrelada à prática, pautada em moldes mecanicistas. Separar, para tanto, o corpo da mente, como recomendava Descartes, de modo a “nos tornarmos mestres e possuidores da natureza” (DESCARTES, 1966, p. 84) nos fazendo “civilizados”, senhores de nossas atitudes, tornaram-se palavras de ordem naquele dado momento. Deste modo, o pensar e o agir sempre “racionalmente” se tornavam condições necessárias para se vislumbrar uma vida política e ter, portanto, *status* de cidadão. E é assim que toma forma a ideia de indivíduo.

Percebe-se neste momento a defesa de uma escola comum a todos, como defende Comenius em sua *Didática Magna* de 1632, porém, segundo ele, até determinado estágio de vida. *Para todos* fica destinada a aprendizagem da língua e de operações matemáticas básicas, que serão aprimoradas mais tarde na academia pelos “escolhidos”, além, é claro, de uma obediência à moral e ao civismo, sob a alcunha de cidadania. Para esses escolhidos, os “engenhos mais seletos”, a “flor dos homens” é que se reservam os

destinos da nação. Em contrapartida, para a maioria da população fica sobejada a “charrua, para as profissões manuais, para o comércio, para o que, aliás, nasceram” (COMENIUS, 1976, p. 448). Em outras palavras, para as classes pobres são destinadas uma educação básica e limitada e os trabalhos ditos como sem valor, artesanais, ao passo que para os “seletos” é reservada uma educação prolongada que se aprimora para a tomada dos cargos de maior notabilidade dentro da sociedade burguesa da época, sobretudo, os cargos destinados à gestão do Estado.

São nesses moldes que só aqueles homens “educados” estariam prontos a uma participação política, diferente do “povo”: carregado de superstições e atrasos intelectuais. A plebe, que serviria apenas como mão de obra a essa nova sociedade, era vista como um mal a ser expurgado da sociedade política, da República que nascia. Não obstante, em que pese as supostas condições de igualdade, apregoadas por muitos intelectuais como vimos, é “exatamente nos séculos em que o ideal de política republicana vai sendo configurado, (que) simultaneamente, vai sendo construída a vinculação entre educação e cidadania, nascendo essa vinculação marcada pela excludência” (ARROYO, 2010, p. 49, grifo meu). O caráter excludente de ambas se revela então norteador de um “novo” *modus vivendi* para uma “velha população”.

De acordo com a tradição clássica liberal, a palavra cidadania, ao lado de uma *educação para todos*, também possuía pré-destinação: era para esse “povinho” (trabalhador, pobre), essa massa amorfa que precisava ser educada por esses moldes, com vistas a controlar e cercear seus direitos, de modo a diminuir seus *vícios* e suas *ociosidades*. Assim que, “eram olhados não como cidadãos, porém como um (novo) agrupamento de mão de obra” (MACPHERSON, 1979, p. 240). Por isso, enquanto que a educação das elites era tão somente *para* as elites, para formar quadros para futuros controladores dos operários, “ao povinho, ao homem comum, aos assalariados (...), o que deve ser ensinado não é o uso esclarecido da liberdade dos direitos, mas a prática das obrigações, dos deveres, para o respeito à ordem” (ARROYO, 2010 p. 65). Em última instância, seria a completa e integral internalização destas novas práticas impostas.

Tidos como desarticulados dentro da visão política vigente, a revés, percebe-se que a articulação política das massas operárias era notavelmente sólida, que fazia com que elas resistissem, à sua maneira, a essa condição de “não-cidadania”. Logo, para além dos espaços formais de educação, essas massas formavam *frentes* de informação e formação de cidadania nos territórios produzidos por eles mesmos. É no interior destas “sociedades negadas”, portanto, nestes espaços informais, que se gestam saberes e ideologias, de modo a se propagar um outro tipo de cidadania que se contrapunha àquela difundida pelo Estado: a educação popular.

Dentro do embate pela conquista de uma cidadania plena, que só pode ser gestada e conquistada no seio de uma sociedade em disputa, se houve um modesto avanço no modelo de democracia que temos hoje, isso se deve principalmente pelas pressões populares, germinadas nesses espaços informais, através dos movimentos operários contrários à ordem burguesa em plena expansão.

Por educação, o filósofo húngaro Istvan Mészáros (2005) entende ser um “órgão social estrategicamente vital, isto é, como a prática social inseparável do desenvolvimento contínuo da consciência socialista” (p. 95). Em seu entender, um outro modelo de educação, pautado em moldes socialistas, entraria na cena do jogo político e social tendo como foco central indivíduos sociais e não indivíduos particulares, em prol de dar conta dessa cidadania. As antíteses: “barbárie-civilização, submissão-liberdade, exclusão-participação, absolutismo-república, educação-cidadania” que nos mostra

Arroyo (2010) vão se caracterizar pelos embates políticos presentes no seio dessas sociedades. Advindas em função das novas formas de configuração desse novo Estado social, elas vão dualizar, redefinir e afirmar ações políticas, que influenciarão sobre o modo a pedagogia moderna. É nesse embate de uma sociedade em profundas transformações, que a educação servirá de elemento-chave para conter ânimos e adestrar ações, de modo a controlar a liberdade. Como já visto, “cidadãos” serão assim chamados aqueles que adotarem, de modo cabal, as instruções e admoestações e se colocarem veementemente contra a “barbárie” dos que se insurgirem contra o sistema político. O Estado, por sua vez, virá com todas as garantias para lhes reservar (aos seus cidadãos) um “lugar seguro” dentro do aparelho político e social que se forma.

Necessário salientar que a cidadania que entendemos, portanto, nunca será feita por uma concessão do Estado, mas a partir do espaço combativo por meio de lutas simbólicas; em prol da legitimação de causas sociais de diversas frentes, que nascem no bojo de uma sociedade marcada pela condição de tutela e divisão de classes. Dentro deste panorama, o que se tem de colocar em xeque para se pensar sobre questões de cidadania em nosso século são:

Os polos verticais em que continuamos pensando a realidade social (as antíteses acima), quando a história já mostrou que não gira sobre esses polos. Enquanto os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuarem ocultos, sob os escombros de tantas teorias pedagógicas tradicionais, novas, e novíssimas inspiradas nessa lógica, e não forem socavados e postos de manifesto para os profissionais da educação e para as camadas populares, não haverá condições de fazer da luta pela educação uma expressão da participação e da cidadania. (ARROYO, 2010, p. 46, grifo meu)

O ideal de cidadania e moral na educação dentro destes moldes está conformado na legitimação de uma *igualdade* entre os homens, diante de um Estado *desigual*; dentro de uma educação desigual e de processos educativos e contextos sociais ainda mais desiguais. Essa proclamada paridade, presente no palco do espetáculo político com ampla representação reservará sempre a coxa para que a disparidade e as desigualdades não façam parte nem mesmo de qualquer esquete desta trama social. Recolhida nos bastidores, as desigualdades, disparidades e diferenças continuarão veladas sob a égide do “somos todos iguais perante a lei”. E é isso o que impedirá que se pense uma educação para a consciência crítica e, de fato cidadã, que conduza a moral por uma base relativa ao social. Em outras palavras, problematizando essa moral e essa cidadania, entendendo indivíduos diferentes (do ponto de vista das matrizes de classe) dentro de uma mesma sociedade.

Deste modo, em nossa pesquisa, constatamos nas afirmativas: “*estudar não é para mim!*” ou “*já passei dessa idade!*” e ainda: “*não adianta que não consigo aprender!*”, que a internalização do ideal do mérito individual, que mais a frente veremos, vai levar ao afastamento gradativo do ideal de cidadania. Tendo na escola seu palco, que com seus sujeitos e processos vai carregar a responsabilidade de promover a internalização de tais medidas ao longo do processo formal de educação, de forma a sustentar as trajetórias de seus sujeitos escolares em uma eterna base de subserviência.

Por uma nova ordem educacional – a educação de jovens e adultos como uma saída possível

Pensar numa escola integral e coletivos jovens populares em consonância com a diversidade, as desigualdades e as disparidades presentes na sociedade, é pensar além de

um “sujeito escolar”, mas na sinergia lexical que esse termo nos traz e que está ligado diretamente à sua inserção no meio social e ao papel exercido enquanto jovem e estudante: enquanto cidadão. Para tanto, problematizar seu cotidiano e fazê-lo capaz de reconhecer criticamente suas condições, orientando-o neste sentido, permite sua saída dos fragmentos de alienação, de anomia, de inércia e do estado de conforto que lhe é relegado e que, todavia pode se encontrar. Rumo a um ator social, integrado e consciente de suas ações dentro do âmbito da sociedade.

É seminal a emergência de uma nova ordem educacional, porque social, qualitativamente oposta a que fomos conformados, por meio de uma educação que contribua de forma efetiva e consciente no processo de transformação do todo social, no intuito de frear os sólidos ideais do capital a que fora submetida desde muitos anos. Passaríamos, para tanto, de um estado *quantitativo* real para um estado *qualitativo* no sentido humano e social dentro do processo pedagógico, o que tornaria o jovem capaz de:

(...) não apenas confrontar e retificar conscientemente as relações socio-reprodutivas estruturalmente resguardadas e fatalmente prejudiciais da *desigualdade material e social/ política* herdadas do passado, mas de superar, ao mesmo tempo, a força mistificadora profundamente engastada da antiquíssima *cultura da desigualdade substantiva* que ainda permeia a consciência social. (MÉSZÁROS, 2005, p. 105)

O futuro de um organismo nunca está determinado em sua origem. É compreendendo isso que temos de considerar a educação e o educar.

Humberto Maturana

Partindo desta seara, a educação como um direito de cidadania deve ser considerado e sempre revisitado de modo a não reproduzir velhos estigmas e novos preconceitos e desigualdades em torno dessas populações; tampouco cercear seus destinos biográficos taxados pelas suas condições sociais. Deste modo, “*Alrededor de este eje curricular se articulan una serie de actividades (el teatro, la literatura, la poesía etc.) de alto valor en el trayecto de la superación de los determinismos*” (TEDESCO, 2004, p. 570). Superar os determinismos como defende Tedesco, é questionar as formas sutis que se vem definindo o que é cidadania pelo viés de uma sociedade de classes que pulveriza as escolas e outros espaços sociais com seus ideários nocivos pautados no prisma da competição e do individualismo.

Tomar para si os desafios da contemporaneidade na relação da educação com outros elementos da cidadania (cultura e trabalho, por exemplo), requer um mínimo de lucidez para não cairmos nos frequentes romantismos que se colocam sobre a relação do jovem com o mundo. Focar, portanto, em intervenções educativas que tenham como pano de fundo a cidadania em seu sentido mais *stricto*, é antes de tudo reconhecer e afirmar em suas ações a existência de uma sociedade dual do ponto de vista de uma clivagem de classe. É buscar ainda nos equívocos dogmáticos do passado, pela propagação de um imaginário social pautado na igualdade, as respostas para o presente e as possíveis saídas para o futuro.

No contexto brasileiro, a popular EJA – Educação para Jovens e Adultos, traz em seu bojo notoriamente um histórico de oscilações, contrastes e descontinuidades. Embora o ensino de jovens e adultos remonte o século XIX - mesmo que modestamente e de certo modo arbitrário em alguns aspectos em nosso país - é na constituição de 1934, que há um primeiro recorte, que vai tratar da educação de adultos como dever do Estado,

através da criação de um Plano Nacional de Educação, cuja aplicação e obrigatoriedade se estendiam para o ensino de adultos.

A educação de adultos (anteriormente assim designada) fora gestada pela necessidade de uma compensação daqueles que outrora foram excluídos do direito à educação. Com o intuito de alfabetizar apenas, a EJA, em seus primórdios, contava timidamente com a intervenção do Estado, pois o protagonismo de tais iniciativas ficava sempre a cargo de coletivos particulares, como igrejas, agremiações e associações, tendo o voluntariado como pano de fundo. Com um histórico notavelmente mambembe, adjetivaria eu, ora transitando pelos espaços governamentais com pouco sucesso, ora transbordando para os espaços não formais de educação (sua maior atuação) vemos, a partir da última década do século passado até o presente momento, importantes conquistas que a EJA vem tendo ao longo dos anos, onde pudemos constatar através de seus Fóruns. Tais encontros se tornaram importantes ferramentas. Liames que, funcionando como termômetro para a medição das demandas e conquistas deste tipo de ensino nos traz também a sensação de conectividade, num propósito integrador, dialógico, onde se estrutura um cenário para trocas de experiências e para a construção de novos programas pedagógicos, consolidando-se como traços relevantes de materialização da EJA no país.

A política mais que educativa, mas social que é a EJA nos faz refletir que ela já nasce de uma escassez, que é claro, como toda política social pretende dar conta de uma população que não pode aproveitar dos acessos da classe dominante e já entra com o estigma do “fracasso escolar” (ARROYO, 2001); como se o fracasso se traduzisse no mérito individual, como veremos adiante. Em outras palavras, o ensino de EJA já nasce da privação de diversos capitais (social, cultural e econômico) por parte deste contingente, “cujas responsabilidades da “vida adulta” chegam enquanto estes estão experimentando a juventude” (CARRANO, 2007, p. 59). É assim que o ensino de jovens e adultos já é formulado em sua base para aqueles que estão na esteira das oportunidades educacionais, sociais e, portanto, econômicas. Deste modo, a diversidade populacional que essa modalidade de ensino abarca é tocante. Formada, todavia, por negros, jovens pobres, populações rurais, idosos, detentos e ex-detentos, bem como portadores de necessidades especiais, dentre tantos outros “representantes das camadas mais empobrecidas da população” (RIBEIRO, 2010), torna-se ainda mais delicado e emergencial, donde essencial, um ensino de qualidade, que se pautar na “condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional” (idem). Isso significa dizer que tais contingentes devem ser entendidos como sujeitos do processo e não seu objeto, donde perversamente são manipuláveis.

Retornando a escola por motivos diversos, dão a si e a ela uma nova e, talvez, última chance. Portanto, uma “escola sã”, conjugada com os processos de desigualdades e marginalidades a que esses alunos encontram-se expostos, torna-se essencial para que eles sejam provocados em seu cotidiano escolar a problematizar os mesmos processos que desencadearam sua saída do universo estudantil. Creemos que assim a questão do pertencimento a instituição escolar transborde de significados o seu segundo momento de se tornar estudante. Para abarcar uma população que foi na tenra idade deixada à margem das ações políticas educativas deve-se repensar em primeiro lugar a cultura escolar para o ensino de jovens e adultos, cujo caráter compensatório muitas das vezes é fator único no projeto pedagógico da escola. Será que é só ensinar a ler e escrever ou ainda fazer a tal compensação lançando conteúdos que em nada irão contribuir para o desenvolvimento destes educandos? Pensando de maneira oposta a essa perspectiva, creemos que irão

reforçar ainda mais a desconexão da escola com as demandas e peculiaridades destes sujeitos.

Desta maneira, a readequação do ensino, de modo a “compreender os tempos e espaços não escolares dos sujeitos jovens que estão na escola, mas que não são, em última instância, da escola (CARRANO, 2006, p. 03) pode mudar sua visão de ser e estar no mundo. Derrubando desta forma, e suas rasas expectativas em relação a construção do conhecimento com o ensino de EJA, o que permitirá que esse sujeito aspire desejos de forma equânime com os estudantes do ensino regular. E para além disso: que ele possa chegar, de fato, a instâncias ascendentes na sociedade, concretizando suas aspirações, através dessa “última chance” dada à escola e a si mesmo.

O espaço educacional, porque social, requer - a guisa de promover a *ampliação para menos*, Algebaile (2009) - uma transformação radical: física e social, em consonância com “as redes sociais de apoio e de inclusão desses sujeitos” (RIBEIRO, 2006). “Em que a experiência complexa da vida seja o ponto de partida para o processo de aprendizagem, conjugando essa necessidade com a função clássica da escola: socializar o saber sistematizado que faz parte da herança da humanidade” (IRELAND, 2004, p. 69). Assim, uma vez mais, no lugar de um ensino supostamente precário e incongruente com o cotidiano de seus alunos, o ensino de jovens e adultos pode (e deve) se tornar uma estratégia fundamental para a entrada desses atores em outros setores da sociedade. Consolidando-se na participação destes, no acesso aos diversificados espaços da cidade e seus equipamentos culturais, bem como na politização de suas experiências no que tange sua participação nas decisões políticas de cunho social, econômico e cultural a começar pelo seu próprio território, dentre tantas outras ações que visem trazer o protagonismo pautado em moldes de uma plena cidadania para estes sujeitos juvenis.

Juventudes e possíveis políticas

Se fizermos uma pesquisa em diferentes cidades do mundo e perguntarmos a quem se predispor a responder o que é ser jovem ou ainda o que é a juventude, certamente ouviremos de nossos entrevistados as mais variadas respostas, que nos trarão ainda mais perguntas sobre esta instigante fase da vida. Isso porque nesse momento em que em nossa cabeça se aglutina milhões de perguntas e, em contrapartida, somos cobrados pela sociedade a respondê-las (diferente do que ocorre na infância, em que o *devoir* ainda está há muitas distâncias) para alguns, principalmente para os jovens das classes populares, chega mais cedo as “questões de ser adulto”; o que em contrapartida, para outros, sobretudo aqueles pertencentes as classes com capital econômico mais favorecido, ocorre a moratória social, em que os papéis sociais podem (e devem) esperar uma possível colação de grau, por exemplo, para começarem a ser exercidos.

La inequidad o desigualdad surge cuando existen diferencias sistemáticas en los resultados que obtienen los sujetos que parten de distintas posiciones en la estructura social (FILARDO, 2010, p. 06).

Assim, por ser uma fase produzida socialmente e, para tanto, carregada de subjetividades e recortes de classe, ser jovem em uma dada sociedade e num diferente espaço de tempo e território possui divergências consideráveis em vários grupos sociais e em diversos período de tempo. Se faz preciso deste modo entender os múltiplos papéis que a categoria juventude exerce no interior da sociedade que se pretende analisar e por esse viés tentar descobrir as pistas para se dar conta do imaginário juvenil e suas aplicações inteligíveis que tanto nos seduz.

A temática sobre a juventude é bastante tenra, que vai arvorar em nosso país, sobretudo, após a redemocratização, com o reconhecimento da juventude como sujeito diferenciado; todavia, sem dar forma a esse ator social, ficando o jovem ainda na tônica da tutela e proteção. Numa retrospectiva, temos visto nascer, ainda que engatinhando, mas com consideráveis avanços, políticas que contemplam essa camada considerável da população.

Sem qualquer dúvida, ser jovem no Brasil (e porque não, no mundo) representa um desafio seja em que condição social for, principalmente no mundo contemporâneo. No contexto social em que vivemos a juventude figura um rito de passagem que irá definir o lugar que cada ator irá ocupar na vida em sociedade. “*Sin embargo, se acepta que es un lapso de alta intensidad de ocurrencia de eventos definitivos de las trayectorias futuras. En este periodo vital se “juega” la integración social*” (FILARDO, 2010, p. 06). De modo que, dito uma vez mais, se faz primordial a tarefa de se pensar em políticas que priorizem esse contingente, entendendo, de fato, suas demandas e dificuldades, através do revestimento de forças que possibilitem minimizar e a médio e longo prazo extinguir sobremaneira as intensas desigualdades das quais somos vítimas e testemunhas.

Apesar dos avanços, há ainda, uma perspectiva um tanto engessada de ser e ver o jovem, uma visão do *dever* e não do tempo presente em que outras questões que permeiam o campo da categoria juventude não são levadas a cabo pelas instituições e, portanto, podem não dar conta de suas especificidades. Para tanto, é preciso estancar a mola que insiste em prosseguir pelo trilho oblíquo e pensar ao invés de políticas *para* as juventudes, pensar e fazer políticas *com* as juventudes. Através de ações que de fato promovam a autonomia desses sujeitos jovens na criação de seus próprios saberes e experimentos, conjugados aos saberes elementares da sociedade, de modo a influenciar em suas trajetórias e direções.

Em nível macro, é preciso pensar, para tanto, em políticas públicas e iniciativas governamentais que resultem na desestabilização das diversas desigualdades e apontem para a equidade de acessos à cidade, aos bens culturais por esses jovens, por exemplo, cujo lugar social em que habitam, na maioria dos casos, é extremamente vulnerabilizado e segregado e que incentivem por outro lado a produção e a valorização de sua própria cultura local; estabelecendo ainda conexões entre espaço social e espaço escolar, lugar este privilegiado da expressão dessas identidades.

Num outro aspecto, não podemos esquecer que as demandas de “ser jovem” ocorrem geralmente em diferentes faixas de idade, atentar para essas especificidades, é, antes de tudo, ampliar seus acessos e suas potencialidades ao direito de escolha de ser jovem, na possibilidade de construção de seus percursos e de suas trajetórias. É nesta seara que as políticas públicas de juventude entram no bojo da disputa para cobrar dívidas históricas que subsumiam essa população. Além do mais, elas devem ser transversais, combinando assim dívidas históricas com novas demandas antenadas a este tempo, mas focadas em novas perspectivas de futuro, visando, sobretudo a emancipação.

A defesa de uma certa ausência de “capital educacional” em torno das juventudes, como nos aponta Lahire (1997), se torna legítima para o caso brasileiro quando ainda temos quase 2 milhões de analfabetos entre 15 e 29 anos e que o caráter paradoxal educacional: qualidade-acesso-permanência continua sendo uma realidade. Uma das pistas para problematizarmos esses dados, oriundos do último censo (2010) se dá justamente quando percebemos, através de seus relatos, que o trabalho para os jovens das classes populares se torna estratégia fundamental e em primeiro plano para os dias de

hoje. É bem verdade que se esse contingente se apropria da escola e/ou dos espaços acadêmicos, reforçado pelas políticas de expansão e, deste modo, engrossando as estatísticas, é bem verdade também que, por outro lado, não contam com o atendimento de uma gama de novas necessidades que vão surgindo ao longo de sua permanência nessas instituições.

Diante desse quadro, é crucial que os programas ofereçam conteúdos que ampliem as possibilidades de conhecimento desses jovens, mas que, sobretudo, apresentem redes de suporte que possam dar concretude ao imenso esforço educativo” (RIBEIRO, 2011, p. 20). Além da ampliação de mundo desses jovens dada por intermédio de uma escolarização mais longa e com mais acessos a elementos cognitivos, as “redes de suporte” teriam papel fundamental para atender a demandas que se apresentariam ao longo de sua estada na escola. Do tipo:

porque a gente não tem um aumento do número de passagens pra gente fazer pesquisas fora da sala de aula quando os professores pedem? Mas a gente tem de pagar do nosso bolso, aí “da ruim”. E ainda: “pô, toda hora é xerox (fotocópia) que tem que tirar. Daí vai botando R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 por dia pra ver quanto fica no final do mês? Eu ganho 1 salário, tá entendendo?”. Por fim: “eu não posso nem pensar em parar de trabalhar, porque tenho três crianças em casa. A EJA é boa pra mim porque é a noite. Mas faculdade... tenho vontade de fazer e já fui ver, mas o curso que eu quero é só a tarde. Aí não dá pra mim!”.

Em nossa pesquisa etnográfica realizada com alunas e alunos de EJA matriculados numa escola da zona norte da capital do Rio de Janeiro, localizada aos pés de um dos mais tradicionais morros da cidade e que compreende estudantes de várias outras favelas da região percebemos, a partir de seus relatos, que se faz emergencial a entrada de novos programas sociais de caráter conjuntural, ampliando o olhar para o estudante de EJA em sua integralidade, visando dar conta das novas e inúmeras necessidades que surgem ao longo da vida escolar. Teríamos assim a continuidade dos estudos sem as indesejáveis interrupções que marcam a vida de boa parte de nossos jovens. Do contrário, a permanência desses jovens nas “periferias do ensino” será uma constante e o “ficar para trás”, uma realidade. É assim que, dito uma vez mais, esse jovem tendo um aporte social forte por parte do Estado. Vai poder responder às demandas de casa, da família, que gradativamente vai começando a perceber a necessidade da crescente e continuada escolarização dos filhos/maridos/esposas. Além de responder às expectativas escolares, pois terão o subsídio necessário no que tange o investimento de forma integral nos estudos.

Para além das evidentes distâncias sociais de uma sociedade capitalista a que os jovens estão destinados a conviver (mas não com elas se conformar) é tarefa também dos coletivos organizados pressionar o Estado a tomar medidas para que essas disparidades sociais, que encharcam o currículo escolar, sejam transformadas em objeto e não em sujeito da ação; de modo a dialogar com suas diferentes experiências, bem como se contrastando a elas. São, principalmente, as juventudes (enquanto atores plurais), as instituições (em nosso caso a escola) e os espaços de sociabilidade destinados a elas (coletivos e demais espaços de juventude) que devem ter ampla participação neste processo para poderem transformar tais disparidades em competências e saberes, pelos seus múltiplos processos de viver em sociedade.

Passando rapidamente pelos ideais meritocráticos

“Da Reforma ao Iluminismo, a concepção moderna do indivíduo sempre afirmou o vínculo da necessidade da igualdade e da liberdade, o que gera uma definição “heróica” do sujeito que se constrói a si mesmo, que se torna o autor de sua própria vida, de seus sucessos como de suas derrotas” (DUBET, 2001, p. 15). Ser autor de si mesmo é uma estratégia perversa, amplamente praticada nos dias de hoje, cujo ideal permeia as salas de aula e faz com que o destino, neste caso, de cada jovem, já esteja previamente traçado. Tendo a “culpa” do “fracasso na vida” atribuída ao próprio indivíduo e não às instituições que procuram sempre se isentar do dolo.

Entretanto, o que muitos dos jovens ainda não se deram conta é de que: “quando as oportunidades objetivas de inserção e integração social são extremamente desiguais compromete-se no campo simbólico de autonomia de determinados sujeitos desigual e inferiormente posicionados na sociedade” (DUBET, 2001, p. 07). Para os jovens pesquisados, a internalização dos ideais meritocráticos, massificados durante todo o seu processo de socialização, foi tão bem sucedida, que o que lhes resta é tomar a culpa para si e carregar o barco do fracasso e da incapacidade de “não serem alguém na vida”. Combinada a essa internalização do mérito, nos moldes atuais, a escola, desembainhando a bandeira da meritocracia, põe em xeque esse jovem que é convidado a ser senhor de sua própria história, sem, portanto, ter subsídios para assim fazê-lo.

Percebemos, portanto, uma espécie de inclusão social subalterna Dayrell (2007) que vai interferir diretamente em seu pensamento e em sua autoestima. Importante salientar ainda que, esse caráter arbitrário e impositivo da cultura escolar, donde a responsabilidade individual insiste em permear as mentes desses jovens educandos, tem, em sua maioria, o Estado em sua base como provedor e mantenedor desse *status quo*.

Contrários a essa perspectiva que dociliza e conforma o estudante-jovem-pobre, colocando-o em “seu devido lugar”, constatamos que a equidade de oportunidades está intimamente relacionada à política de governo de cada sociedade. Assim, no lugar de um Estado em que cada sujeito é responsável pela sua trajetória enquanto ser social, sem qualquer política que lhe dê o direito de ascender, defendemos ações políticas com base na igualdade. Tendo em primeira instância a equalização dos acessos e das oportunidades dentro do âmbito societário, tais ações devem partir dessa base de igualdade para daí proclamar as diferenças, de modo a fomentar a gradativa redução das disparidades sociais.

A ligação entre o direito à educação escolar e a democracia terá a legislação como um de seus suportes e invocará o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para, uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades, que nascem do conflito da distribuição capitalista da riqueza, e progressivamente reduzir as desigualdades. (CURY, 2002, p. 249)

É por meio da potencialização da educação nestes moldes que o Estado deve agir como promotor da redução das históricas desigualdades. Cumprindo seu papel dentro de uma sociedade dita democrática, ele garantirá a ruptura com os determinismos que se impõem na vida daqueles cuja representatividade política e econômica na sociedade é quase invisível.

Uma escola de qualidade é reconhecidamente essencial para o alargamento das diversas formas de participação na vida pública desse sujeito escolar juvenil. Quando não se atenta para isso, o que se vê é a “igualdade de direitos e deveres de cidadania anulada ou prejudicada (RIBEIRO, 2002, p. 124). Seria a *cidadania da cepta torta* de que nos fala Machado Pais (2002).

O Estado burguês criou e até hoje mantém “artifícios que inviabilizam a universalização de uma educação pública articulada aos interesses dos segmentos sociais e culturais tradicionalmente excluídos do conceito e das práticas que implicam a cidadania” (RIBEIRO, 2002, p. 122). Parte das exclusões a que são submetidos não é antes uma anulação meramente econômica, senão também moral e social que os leva a patamares consideráveis de invisibilidade na sociedade. É nessa conjuntura que ampliar a escuta aos coletivos juvenis pertencentes às camadas populares, principalmente em contexto de favela, é atestar que as trajetórias não são contínuas, mas sobretudo mambembes, porque sempre de improviso, na busca pela sobrevivência no mundo do capital; e a identidade é sempre relacional, dialética e só se decifra através da luta nesse campo de disputa. Quando se catalisa essa singularidade, esse ciclo da vida que gira em torno dessa população, se descobre essa juventude como classe.

Algumas conclusões

Segundo Machado Pais (2005), “Nem sempre as preocupações e aspirações dos jovens são levadas em linha de conta. Por isso, são críticos em relação a direitos que não os fazem passar da “cepa torta””, como acima vimos. Segundo o autor, a “cidadania da cepa torta”, “é uma cidadania que tende a olhar os cidadãos como iguais quando, na realidade, eles são diferentes. Enfim, é uma cidadania que abraça os mitos homogeneizadores perante uma realidade heterogênea, de diferentes grupos culturais e sociais” (p. 66).

Nas políticas públicas de juventudes muito se fala em “protagonismo juvenil” ou “jovens empoderados” ou ainda como “sujeito de direitos”. Em que pese todas essas alcunhas, em que medida esse processo de uma educação cidadã, que visa trazer o jovem à responsabilidade sobre suas mudanças, tem se intensificado em seu currículo escolar? Será que esse sentimento de pertença, esse protagonismo esperado, a problematização de seu universo cotidiano que tanto se apoiam as novas perspectivas em torno do jovem tem sido capaz de entrar nas salas de aula? Da EJA, em especial? Trata-se antes de “converter os condicionamentos em oportunidades para exercer a cidadania” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 208).

Em nossa pesquisa, o que fomos percebendo em certos momentos é que ficam claras as questões de juventude imbricadas por uma condição de classe, pautada pelas desigualdades, que vão resultar nas “fragilidades transitórias que os atam” (PAIVA, 2006), que seriam as dificuldades que impedem as mobilidades, traduzidas em que recortes como trabalho, condições sócio-econômicas, ecologia social e espacial em que habitam e frequentam. Além das questões de gênero e raça que se evidenciam em seus discursos. Todos esses fatores vão dar surgimento às suas demandas, ansiedades e insatisfações (ou não) de suas condições. Creio que para dar conta de um sem-número de revelações tenhamos de atentar primeiramente na maneira como vimos essas juventudes e como eles se veem enquanto sujeitos juvenis, ou mesmo se enxergam como tais. Superando essa fragilidade, nós, pesquisadores e estudiosos do tema, é que dialogaremos com eles com mais “empoderamento”, pois, do contrário, corremos o sério risco de esvaziarmos o discurso com estereótipos que não fazem parte do *ethos* de ser jovem.

Por outro lado, desenvolver pesquisas, indicadores e ainda potencializar núcleos de pesquisa já existentes, ampliando o diálogo entre academia, sociedade civil e coletivos é o que possivelmente vai fecundar políticas públicas mais simétricas, com ações a responder os diagnósticos produzidos. Além disso, as políticas vigentes precisam estar em constante avaliação em conjunto com a produção de diagnósticos. As políticas públicas, portanto, devem ser também constantes como são as demandas, produzindo

escutas mútuas, a fim de transformar as conquistas em mais desafios, em novos campos de inclusão e equiparação de realidades, bem como transformar práticas e mentalidades. E é assim que novos desafios vão sendo colocados na medida em que ações políticas são gestadas e conquistadas.

Com Gramsci, *pensar contra-hegemonicamente é saber que precisamos desnaturalizar as diferenças que ainda insistem em se manter veladas sob a égide do progresso e da ordem e da suposta igualdade para todos, para cada vez mais garantirmos a fruição e a sinergia do maior número de grupos sociais, pautando-se sempre no interconhecimento e respeito mútuos*. Atravessar, portanto, as *linhas abissais* de que nos coloca Boaventura (2010), em nosso caso estaria curvada a se dar por meio de políticas públicas que, dentre outros aspectos, promovessem a reflexão epistemológica entre os distintos atores sociais, para que estes, imbuídos de uma consciência horizontal não continuem mais a servir de massa de manobra aos estratos dominantes presentes na sociedade contemporânea.

Em outras palavras, o princípio da inclusão então deve estar atrelado ao princípio de emancipação desses jovens, por meio de políticas não só de governo, mas de Estado, estruturantes, que contemplem suas demandas na totalidade.

Iniciar o trabalho pedagógico com o fim único de formar o cidadão, no *stricto sensu* e não “colaboradores” (no sentido mercantil do termo) de um Estado liberal, é ter a consciência de que uma educação com participação na vida em sociedade se faz numa arena de disputas, num campo de forças muita das vezes imperceptível. A questão de se formar sujeitos de direitos, portanto, permeia por todo esse sinuoso território de conflitos. É no convívio social, que problematizando e tornando crítico esse convívio, chegaremos às bases de uma política pautada na cidadania, “o que implica o conhecimento de direitos e deveres por meio de uma sólida educação escolar básica” (RIBEIRO, 2002, p. 115) e que gerará, naturalmente, um pleno envolvimento de seus atores na trama social.

Gaudêncio Frigotto na apresentação da obra de Boaventura de Souza Santos, *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (2007), coloca que, em nossa sociedade, “os instrumentos de que dispomos no plano teórico e epistemológicos são os hegemônicos, ou seja, nos termos do autor, as semânticas legítimas da convivência política e social são: a legalidade, a democracia, os direitos humanos”. E afirma que o desafio está em: “como trabalhar esses instrumentos de forma contra-hegemônica e tentar perceber, nas culturas e nas formas políticas marginalizadas pela modernidade ocidental, indícios, sementes e embriões do novo?” (p. 11).

É a partir da conjugação desses fatores globais, locais e históricos que se constitui a questão emergencial de um novo olhar em torno de intervenções políticas que se dirigem às juventudes, uma vez que, desigualdades e inseguranças atingem particularmente esta geração, gerando problemas e demandas. Ler e interpretar essas demandas para que não caiam em polos opostos às suas necessidades é o maior desafio que se coloca em torno das ações políticas para este público. É ainda trabalhar com elas tendo como foco principal a perspectiva dos direitos de cidadania, dialogando com esses sujeitos no espaço e no tempo, percebendo seus múltiplos pertencimentos e subjetividades.

Estamos caminhando para o reconhecimento da educação popular, integral e libertária como um direito de cidadania, mas ainda num tímido processo de renovação do diálogo e do atendimento às demandas, que vão pouco a pouco se materializando no acesso aos direitos, tentando sair, portanto, do âmbito das querelas: “trata-se, antes, de

colocar-se nas interseções, nos lugares em que os sujeitos podem falar e atuar, transformar-se e ser transformados.” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 208).

Assim que, promover a expansão, bem como o acesso a uma escola de fato de qualidade, que dialogue com esses “sujeitos de direitos” influenciando em suas trajetórias de modo a ampliar seu campo de possibilidades - o que implica serem reconhecidos (...) na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia (DAYRELL, 2007) - faz com que caminhemos para outra concepção de cidadania, que joga por terra os mitos da suposta igualdade universal e problematiza uma sociedade de classes que se pauta pelo prisma do capital, senda que se abre para uma educação comprometida de fato com as classes populares e, portanto libertária no sentido mais *stricto* que o termo nos traz.

É, por fim, fazer a própria desconstrução e uma nova repaginação do mundo, vendo-o como um todo complexo, buscando nos equívocos dogmáticos do passado e na prática perversa de uma cultura hegemônica no plano teórico e epistemológico (SANTOS, 2007), pela propagação de um imaginário social pautado na igualdade, como já dissemos, as respostas para o presente e as possíveis saídas para o futuro, numa perspectiva contra-hegemônica. Para tanto, uma outra cidadania, que eu chamaria cidadania-libertária deve ser pensada de forma emergencial e para o tempo presente.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, W. H. Juventude, política e cultura. In: *Revista Teoria e debate*. Fundação Perseu Abramo. Nº 45, jul./ago./set, 2000.

ALGEBAILLE, E. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina - Faperj, 2009. v. 1.

ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARROYO, M. *A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania*. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

BATESON, G. *Spiritu y naturaleza*. Buenos Aires: Amorroutu, 1991.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 9ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Os excluídos do interior*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 9ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.mec.gov.br >. Acesso em: 02 Mar 2009.

_____. MEC/SETEC/PROEJA. *Documento Base*. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

BUARQUE, C. *A desordem do progresso*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, Paolo. (Orgs.). *Educação e Cidadania; Quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 14ª edição, 2010.

- CAMPOS, Maria Malta. **Educação e Políticas de combate à pobreza.** *Revista Brasileira de Educação - ANPED - n.24 - 2003.*
- CARDOSO, O. R. ***O trabalho do antropólogo.*** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000.
- CARRANO, R.C.P. **Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”.** *Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 55-67, ago. 2007.* Disponível em: <<http://www.reveja.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- CASTRO, S. C. A. **Estratégias de trabalho e sobrevivência: o que a escola pública tem a ver com isso?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.
- COMENIUS. **Didáctica Magna.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.
- CORROCHANO, C. M. **Jovens olhares sobre o trabalho.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo.
- COSTA, B. F., **Homens Invisíveis: Relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.
- COUTINHO, N. C. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CURY, C.R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.*
- DAUSTER, T. **Uma infância de curta duração: trabalho e escola.** *Cad. Pesq., São Paulo 82: 31- 36, 1992.*
- DAYRELL, J; GOMES, N.L. **Juventude, práticas culturais e identidade negra.** *Palmares em Açã, Brasília, DF, n. 2, p. 18-23, 2002.*
- _____. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** *Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 1105-1128.*
- DESCARTES, R. **Discours de la méthode.** Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.
- DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas.** *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-19, maio/ago. 2001.*
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade;** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FÁVERO, O.(org.). **Cultura popular educação popular: memória dos anos 60. 1983. Rio de Janeiro: Graal, 1983.**
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FILARDO, V. (2010): **Transiciones a la adultez y educación.** Cuadernos del UNFPA, Año 4, Nº5. Montevideo: UNFPA.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São. Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- GARCÍA, C. N. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: Ipea, 2009.
- IRELAND, T. **Escolarização de trabalhadores: aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana**. In: OLIVEIRA, Inês B., PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? In: **Estudos de Sociologia. Araraquara. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras**, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 18/19, 193-203, 2005.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 4ª ed. Trad. Célia Neves e A. Toribio. *Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976*.
- _____. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LINS, R. G. Postimperialismo. **Cultura y política en el mundo contemporáneo**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MAIA, A. A. R. M.; MANCEBO, D. **Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.
- MAKOWSKI, S. **Memorias desde la intempérie. Exclusión social y espacio: los chavos de la calle en el centro histórico de la ciudad de México**. 2004. Tese – UAM-I, Cidade do México. 2004.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1998 [1922]), *"Argonautas do Pacífico Ocidental"*. *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
- MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 1ª edição, 1ª reimp. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. **O Capital. – Crítica da Economia Política**. Volume 1, Livro Primeiro: **O Processo de Produção do Capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. (Feuerback). São Paulo: Hucitec, 1993.
- MATURANA, H.; PORKSEN, B. *Del ser al hacer*. Santiago: J.C. Saez, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOURA, C. **O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno**. *Filosofia Unisinos* 10(2): 157-173, mai/ago 2009.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Rebelião das Massas**. Lisboa. Relógio d'Água. 1999.

NOVAES, R. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.

_____. *Juventude e Ação Social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa*. In: LANDIM, Leilah (org.), *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro. Nau Editora, 1998.

PAIS, M. J.(2005). *Jovens e Cidadania*. In Isabel Menezes et al. (Eds.), **Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses. Um Estudo Internacional** (pp. 217-224). Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

PAIVA, Jane. Continuar...e aprender por toda a vida: legitimando o direito à EJA. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em: 04 set. 2006.

_____. Direito à educação de jovens e adultos: concepções e sentidos, Anped, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2553--Int.pdf>.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural. Juventude e contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, nºs 5/6, São Paulo, 1997, pp.25-36.

RIBEIRO, A. E. **Políticas públicas de Educação e Juventude: avanços, desafios e Perspectivas**. FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). *Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo : Ed Peirópolis, 2011.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) ; KOSLINSKI, M.C. (Org.) ; ALVES, F. (Org.) ; Cristiane Lasmar (Org.) . **Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2010. 334p.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. *Educ. Pesqui.*, Jul 2002, vol.28, no.2, p.113-128. ISSN 1517-9702.

SANSONE, Livio (2003) **Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe**. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (orgs) *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.

SANTOS, S. B. de Sousa e MENEZES, M.P.M. (org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Ed., 2010.

_____. Santos, Boaventura de Sousa, 1940- **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social /** Boaventura de Sousa Santos ; tradução Mouzar Benedito. - São Paulo : Boitempo, 2007.

SPOSITO, M. **Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola**. Revista USP, São Paulo, n. 57, p. 210-226, mar./maio 2003.

_____; CARRANO, P. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista brasileira de educação, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TEDESCO, Juan Carlos. **Igualdad de oportunidades y política educativa**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.123, p.557-572, set./dez., 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Formação da classe inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1.

_____. **Folclore, antropologia e história social.** In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

_____. **Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial.** In *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia da Letras, 2008 , p. 267-305.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. **O Percurso Teórico e Empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 24, set/dez. 2003.

SÍTIO: Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (Documento do Conjuve) www.agencia-raizes.com/seminariojuventude/docs/Conjuve_2006.pdf

SÍTIO: OIT - <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/oit/>

SÍTIO: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_econ03_juventude.pdf

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: LIGAS JUVENIS ALEMÃS E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL - Cristiane Sander

UNIOESTE

RESUMO: Considerando que a juventude deve ser compreendida enquanto categoria social e os jovens como sujeitos de direitos para que possam contribuir de forma decisiva para dinamizar a sociedade e propor soluções para os seus principais problemas. É necessário criar formas e possibilidades da participação ativa dos jovens que dependem em grande parte da existência de espaços sociais adequados, nos quais os mesmos possam desenvolver ações e projetos vivenciando e experienciando a participação, a auto-organização e a autonomia. Esse protagonismo é indispensável no processo de socialização e do exercício da cidadania. Na Alemanha existe uma longa tradição na criação e fortalecimento de espaços e organizações, como as Ligas Juvenis, nas quais os jovens podem vivenciar e experimentar a participação e a autonomia. As Ligas Juvenis são hoje reconhecidas como espaços sociais pedagógicos para a socialização dos adolescentes e jovens, pelo Estado e sociedade. O artigo apresenta a estrutura e os princípios das Ligas Juvenis, e a importância da participação enquanto um processo formativo nas mesmas, além de refletir de que forma estas experiências podem contribuir na realidade da juventude e da Política de Juventude no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; participação e ligas juvenis.

ABSTRACT: Whereas that the youth should be understood as a social category and the young people as subjects of rights so that they can contribute in a decisive way to foster the society and propose solutions to their main problems. It is necessary to create ways and possibilities for the active participation of the young people who mostly depend on the existence of appropriate social spaces, in which they can develop actions and projects by living and experiencing the participation, the self-organization and autonomy. This main role is of the uttermost importance in the socialization process and the exercise of citizenship. In Germany there is a long time tradition in the creation and strengthening of the spaces and organizations, such as the Youth Leagues, in which they can live and experiment the participation and autonomy. The Youth Leagues are now recognized by the state and the society as pedagogic social spaces for the socialization of the adolescent and the young adults. The article portrays the structure and the principles of the Youth Leagues and the importance of the participation as a formative process, besides reflecting on the way these experiences can contribute in the reality of the young people and the youth politics in Brazil.

KEY WORDS: youth, participation and youth leagues.

Introdução

A juventude deve ser compreendida como uma categoria social²¹ que está em constante construção, ou seja, que pode mudar conforme o tempo, o espaço, as condições sociais, econômicas, políticas, familiares, etc. Assim, há várias concepções e é possível se deparar com diferentes interpretações teóricas, ideológicas e políticas sobre a mesma. Desta forma, juventude

²¹ “As categorias sociais resultam de uma construção teórica mediante a qual o sociólogo agrupa idealmente numa mesma ‘unidade social’ indivíduos com características comuns, de modo a poder estudá-los. Exemplos de categorias sociais podem ser os jovens desempregados, as crianças em idade pré-escolar, as crianças com necessidades educativas especiais, os solteiros, etc. Não interessa se os sujeitos em questão têm relações entre si, importa, pelo contrário, que a característica que os une seja interessante do ponto de vista sociológico, isto é, adequada ao objectivo que o sociólogo pretende alcançar” (DEMARTIS, 2006, p. 78).

é mais que uma faixa etária ou um grupo coeso, “é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p. 08).

No debate contemporâneo sobre políticas públicas, é comum distinguir como dois momentos do período de vida denominado juventude, a *adolescência* correspondendo à primeira fase, tendo como referência a faixa etária dos 12 aos 17 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, e *caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento, de preparação para uma inserção futura* (FREITAS, 2005:8); e *juventude*²² que agrega os denominados, jovens-jovens e jovens adultos na faixa etária de 18 a 29 anos “para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social” (FREITAS, 2005: 8). Além de que há uma distinção entre juventude e adolescência no que se refere aos aspectos social, cultural e emocional. Assim, Waiselfisz denomina que *o termo juventude tem um sentido dinâmico e coletivo, e nos remete a um segmento populacional que faz parte de uma determinada sociedade, ao passo que a adolescência nos conduz a um aspecto mais relacionado ao plano individual e demarcado cronologicamente* (1998:153).

Juventude, portanto, tem muitas facetas, diferentes características, nuances, mesmo sendo de uma mesma faixa etária ou geração. Pode-se, desta forma, dizer que existem diferentes “juventudes” (AQUINO, 2009). Seria um equívoco não atentar para essa realidade e a existência de um grande número de jovens na nossa sociedade, jovens que se expressam e vivem de forma muito diversa entre si. Desta forma, concorda-se com Aquino, de *que tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens* (2009:31). Ou seja, cada juventude pode interpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, diferenciando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas entre a própria juventude e também diante da diversidade cotidiana, devido à combinação com outras situações sociais, como de classe, culturais, nacionais, locais, etnia e gênero.

Portanto, compreendem-se os jovens enquanto sujeitos de direitos que devem contribuir decisivamente para dinamizar a sociedade e propor soluções para os seus principais problemas. Suas possibilidades de participação, no entanto, dependem, em grande parte, da existência de espaços sociais adequados, onde eles possam desenvolver ações e projetos vivenciando e experienciando a participação, a auto-organização e a autonomia. Esse protagonismo é indispensável no processo de socialização e do exercício da cidadania. Na Alemanha existe uma longa tradição na criação e fortalecimento de espaços e organizações juvenis, como as Ligas Juvenis, nas quais os jovens podem vivenciar e experienciar a participação e a autonomia. As Ligas Juvenis são concebidas intencionalmente enquanto espaços sociais pedagógicos e, portanto, reconhecidos pelo Estado²³ e sociedade como um importante espaço de socialização dos adolescentes e jovens²⁴. O presente artigo, que é em

²² O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, define como jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. O Conselho Nacional de Juventude, estabelece a seguinte sub-divisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; e jovem-adulto, entre 24 e 29 anos, reconhecendo assim a pluralidade e diversidade da juventude (BRASIL, 2006, p. 10).

²³ A Lei de Assistência às Crianças e à Juventude (Kinder und Jugendhilfsgesetz), de 1990 da Alemanha, reconhece no Artigo 12, as Ligas Juvenis como espaço de auto-organização, ou seja, organizadas pelos próprios jovens coletiva e solidariamente de forma responsável visando realizar trabalhos sociais e educativos com os jovens. Através das Ligas e de suas agremiações as necessidades e os interesses dos jovens podem ser representados.

²⁴ Segundo a Lei alemã, são crianças aqueles (as) até os 14 anos de idade incompletos, adolescentes

parte resultado da Tese de doutorado²⁵ e do Projeto de Pesquisa do Pós-doutorado²⁶, apresenta a estrutura e os princípios das Ligas Juvenis, e a importância da participação enquanto um processo formativo nas mesmas, além de refletir de que forma estas experiências podem contribuir na realidade da juventude e da Política de Juventude no Brasil.

Ligas Juvenis – *Jugendverbänden*

Na Alemanha as Ligas Juvenis (*Jugendverbänden*) têm longa tradição²⁷. As mesmas surgiram no início do século passado através de iniciativas dos próprios jovens, que se contrapunham à hierarquia na família, na escola e no trabalho. Buscavam formas alternativas de vida e de contato com a natureza, de um novo ser humano e uma sociedade diferente, pautadas na ideia da autonomia e independência. Desta forma, é nelas que surgiu a ideia do trabalho dos jovens em grupos, da autoformação, ou seja, do jovem formando e organizando o próprio jovem. Assim, as Ligas Juvenis foram se fortalecendo local e nacionalmente e essa realidade se traduziu na organização de jovens nas mais diversas e numerosas formas de organizações, gerando um potencial crítico e dinamizador da sociedade daquela época.

No período entre-guerras, na República de Weimar (1918-1934), o Estado Alemão passa a dar atenção distinta as Ligas Juvenis, consideradas então demasiado autônomas pelo poder constituído, desta forma, tiveram que adotar uma forma legal. O que fez com muitas delas se tronaram a “ala jovem” das Ligas de Adultos. De certa forma, nessa passagem a sua autonomia ficou comprometida. No entanto, diante deste quadro de legalidade as Ligas Juvenis assumem o papel de representantes da juventude diante do Estado, uma vez que são reconhecidas como um espaço de socialização pela sociedade em geral e pelo Estado.

Com a ascensão de Hitler, e fragilizadas pela tutela institucional, as Ligas Juvenis foram cooptadas pelo regime nazista, ou melhor, elas não tinham muita opção, ou elas assumiam os ideais nazistas ou então eram eliminadas. Dessa forma, após a Segunda Guerra Mundial, elas tiveram um árduo trabalho para se reorganizar e reconquistar a sua legitimidade, uma vez que a sociedade não depositava mais confiança nas mesmas, com medo de que os ideais nazistas ainda estivessem presentes na juventude. No entanto, ao mesmo tempo a juventude passa a ser vista como o recomeço e o futuro de uma sociedade destruída e dilacerada pela Guerra. Assim, aos poucos os ex-integrantes, que pertenciam as Ligas Juvenis antes do nazismo e que sobreviveram à Guerra, passam a reorganizá-las. E, progressivamente, os jovens voltam a tomar as rédeas das Ligas Juvenis e gradativamente, os jovens e as suas organizações – Ligas Juvenis - voltam a ser as representantes dos jovens diante do Estado, especialmente na elaboração de políticas públicas para os mesmos.

Devido à importância que estas Ligas vão adquirindo, enquanto importante espaço de socialização dos jovens, nos anos 1960 as mesmas contratam profissionais, especialmente pedagogos sociais e assistentes sociais, para acompanhar o trabalho com e dos jovens. As Ligas Juvenis, diante do reconhecimento por parte dos jovens, da sociedade e do Estado passam a ser consideradas como o terceiro espaço de socialização dos jovens, sendo que o

os que estão na faixa de 14 a 18 anos incompletos, jovens-adultos os que estão entre 18 e 27 anos incompletos e a pessoa jovem quem ainda não completou 27 anos.

²⁵ SANDER, Cristiane. **Partizipation als Bildungsprozess in non-formalen Organisationen des Aufwachsens** - Beobachtungen zu einem vergessenen Zusammenhang anhand der Jugendverbände der Bundesrepublik Deutschland. 2008. Disponível em: <<http://www.upress.uni-kassel.de/publi/abstract.php?978-3-89958-438-7>>.

²⁶ “A Política Nacional de Juventude e participação dos jovens na formulação e implementação da Política de Juventude em Toledo PR”.

²⁷ Na descrição sobre as Ligas Juvenis usamos algumas reflexões do artigo: SANDER, Cristiane. Fortalecendo a democracia: juventude, participação e cidadania. In: **Tempo da Ciência**. Toledo: Ed. Unioeste, vol. 16, nº 32, 2009, p. 41 – 57.

primeiro é a Família e o segundo é a Escola. Entre o final da década de 1960 e 1980, com o surgimento dos “novos movimentos sociais”²⁸ as Ligas Juvenis, influenciadas por este contexto de politização, são desafiadas a assumir também o debate em torno de questões políticas.

Atualmente as Ligas Juvenis são ainda a forma mais significativa de convivência para os jovens na Alemanha. Sendo que 40% das atividades entre jovens são realizadas nas Ligas Juvenis e atualmente 53% dos jovens com idade compreendida entre 18 e 29 anos são membros de uma Liga Juvenil. E aproximadamente 80% dos que têm idade compreendida entre 13 e 18 anos são ativos em uma Liga Juvenil, a maioria em Ligas Juvenis Esportivas²⁹.

Estrutura das Ligas Juvenis na Alemanha

Na Alemanha existem em torno de 150 Ligas Juvenis (BÖHNISCH; GÄGLER; RAUSCHENBACH, 1991), que se orientam fortemente em alguns princípios (ver 1.2). Esses princípios são traduzidos em diferentes objetivos e em diferentes espaços respeitando a diversidade e os interesses da juventude. Para termos uma ideia da diversidade de Ligas Juvenis na Alemanha e, especialmente, sobre a participação dos jovens nelas e na sociedade, as mesmas podem ser agrupadas da seguinte forma:

- **Ligas confessionais (*Konfessionelle Verbände*):** seus compromissos políticos, pedagógicos e espirituais são orientados especialmente pelo Evangelho cristão, pertencem, a esse grupo, por exemplo, as Ligas Juvenis das Igrejas Católica e Luterana.
- **Ligas humanitárias (*Humanitäre Verbände*):** nas quais há um trabalho junto a pessoas em situações de risco, como enchentes, guerras, temporais, saúde, etc. Exemplo: Jovens da Cruz Vermelha e Jovens Bombeiros Voluntários.
- **Ligas sindicais (*Gewerkschaftliche Verbände*):** nas quais a referência central são as relações de trabalho e sua representação. Exemplos são as Ligas Juvenis vinculadas aos sindicatos ou as centrais sindicais.
- **Ligas políticas (*Politische Verbände*):** nas mesmas está em primeiro plano uma análise e uma visão de futuro da sociedade e a esse grupo pertencem as Ligas ligadas aos partidos políticos, ou seja, a “ala jovem” dos partidos.
- **Ligas ligadas ao espaço rural (*Auf den ländlichen Raum*):** estão situadas na área rural e têm como preocupação a vida dos jovens que vivem na e da agricultura.
- **Ligas ligadas à natureza (*Naturbezogene Verbände*):** para elas a conservação natural dos fundamentos da vida é o princípio que as orienta para sua organização. Exemplos são as Ligas que buscam proteger a natureza através das mais diversas formas de atuação.
- **Ligas culturais (*Kulturbezogene Verbände*):** são Ligas que organizam suas atividades a partir de sua própria cultura ou com culturas desconhecidas, de outros países. Exemplo é a Liga dos Jovens Europeus.

²⁸ Na Europa, assim como na América Latina, “o “novo” passou a referenciar movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais” (GOSS; PRUDENCIO, 2004,p.86).

²⁹ Dados apresentados pelo Dr. Werner Thole, na sua palestra no “Seminário Políticas para Juventude: troca de experiências Brasil e Alemanha”, realizado em 03/07/2014, em Toledo/PR.

- **Ligas do tempo livre e orientadas pela corporeidade (*Freizeit und körperorientierte Verbände*):** nas quais são realizadas atividades que unem tempo livre, lazer e a corporeidade, ou seja, através de atividades esportivas ou mesmo de caminhadas ou trilhas junto à natureza. Exemplo: Ligas esportivas.
- **Ligas dos escoteiros (*Pfadfinderverbände*):** é a Liga dos Escoteiros, que tem os mesmos princípios dos grupos que temos no Brasil.

Algumas Ligas Juvenis se orientam ou então se enquadram em mais de um dos grupos acima descritos. Além disso, elas se organizam de forma local, com representações regionais e nacionais, através de grêmios ou confederações.

As Ligas Juvenis se mantêm até hoje, sendo que existem diversos procedimentos e princípios claramente constituídos. Faule (2003), tem centrado parte de suas pesquisas nas Ligas Juvenis e nos princípios que as caracterizam, os quais são praticamente unanimidade entre elas e por isso são amplamente aceitos e praticados. Temos convicção de que esses princípios parecem/poderão ser muito interessantes para construirmos alguns referenciais para debates e aprofundamentos aqui no Brasil.

Princípios das Ligas Juvenis na Alemanha

Vejamos resumidamente os principais princípios orientadores das Ligas Juvenis na Alemanha:

- Esponaneidade\voluntariedade para participar:** As Ligas Juvenis se diferenciam dos outros espaços de socialização, família e escola, pelo fato de serem espontâneas e voluntárias, ou seja, o jovem participa se quiser e se tiver interesse, sem cobrança e sem controle de frequência e de notas (como é o caso na escola). Ou seja, para os jovens participarem de uma das Ligas Juvenis, eles precisam ter motivos e interesses. Desta forma, as Ligas Juvenis devem estar atentas e abertas às realidades e aos interesses das juventudes. Os motivos que levam os jovens a buscar as Ligas Juvenis geralmente são pessoais, como acompanhar amigos, buscar um espaço de lazer e tempo livre, fazer novas amizades, resolver algum problema, praticar alguma modalidade esportiva, entre outros.
- Espaço livre sem comprovação de rendimento:** nas Ligas Juvenis não há necessidade de provar avanço, como se dá na escola, por exemplo. É um espaço de socialização no qual os jovens podem atuar a partir de suas qualidades, condições, de sua criatividade, potencialidades, estimulando, assim, a participação ativa do jovem. Pretendem, portanto, ser um contraponto à sociedade, pois na maioria dos espaços da sociedade há uma exigência de se provar o que se sabe, o quanto sabe, e nas Ligas Juvenis não há essa exigência.
- Estrutura de recursos humanos - voluntariado:** o voluntariado é uma característica desde o surgimento das Ligas Juvenis e até hoje é uma característica central, apesar de existir atuação de vários profissionais nas mesmas.
- Auto-organização e cogestão:** a auto-organização, assim como o voluntariado, são características intrínsecas das Ligas Juvenis na Alemanha. O trabalho voluntário tem um significado funcional para o princípio da auto-organização, pois através dele se dá a possibilidade da participação dos jovens no planejamento, na decisão e na execução dos projetos e das atividades a serem desenvolvidas nas organizações (SANDER, 2008:72). Münchmeier (2004:14) descreve a auto-organização como o movimento dos jovens para a sociedade, ou seja, as Ligas Juvenis reivindicam pelos jovens, uma vez que elas são consideradas representantes dos jovens junto ao

Estado. Assim, a auto-organização anda junto com a cogestão. Quando os jovens aprendem a participar e a cogestionar nesses espaços, estariam também potencialmente preparados para democratizar e participar da sociedade.

- e. **Estrutura organizacional de associação:** as Ligas Juvenis se organizam dentro de uma estrutura formal e jurídica enquanto associação. Isso significa que elas devem seguir algumas formalidades, como ter um Estatuto no qual estão definidos os objetivos, as formas de se associar ou desassociar, de realizar as eleições para a coordenação da organização, etc. Essa estrutura formal é de certa forma rígida e herdada das Ligas dos adultos, o que, muitas vezes, para os jovens, é uma estrutura desconhecida, no entanto considerada necessária para o reconhecimento das Ligas Juvenis como representantes dos jovens diante da sociedade e Estado, especialmente para receber recursos financeiros e contratar profissionais.
- f. **Trabalho em grupos:** A clássica forma de organização das Ligas Juvenis são os grupos locais. Gängler (2001: 899) os descreve como: “o coração pedagógico do trabalho das Ligas Juvenis”. O grupo é uma característica desde o início das Ligas Juvenis até hoje, apesar de o mesmo ter sofrido algumas modificações e/ou significados, mas ele ainda é o coração do trabalho dessas organizações. Para Böhnisch (1991: 487), o grupo, no contexto das Ligas Juvenis, é um espaço de aproximação com certa continuidade e certo perfil, ou seja, com certas ofertas de atividades, uma relação mais próxima entre os participantes, certa intimidade, troca de estímulos e estabilidade, mas também um espaço para críticas e desafios. Pertence também a esses grupos a concordância de interesses em comum baseada principalmente na proximidade de idade dos integrantes, dando, assim, certa continuidade, que favorece certo desenvolvimento e experiências progressivas de participação.
- g. **Mandato de representação política dos jovens:** enquanto portadores do sistema social para jovens, as Ligas Juvenis são parte do sistema político do Estado Alemão e, dessa forma, elas têm acesso a recursos financeiros, material e pessoal garantido através do *Kinder und Jugendhilfegesetz* (Lei de Assistência às Crianças e à Juventude). Juntamente com a auto-organização das crianças e dos adolescentes, está também reforçado nesse estatuto, que as Ligas Juvenis são os representantes dos jovens dentro do sistema político na Alemanha.
- h. **Comprometimento através de valores:** na tradição das Ligas Juvenis, muitas delas são ligadas a comunidades, igrejas, sindicatos e etc. Desta forma, elas têm comprometimento em passar e criar novos valores para gerações futuras, que sejam considerados importantes para a sociedade em geral, mas também para manter a unidade e a identidade da organização, e ainda são importantes para a vida pessoal e social dos jovens nela inseridos. As Ligas Juvenis tornam-se, portanto, um espaço importante na formação e na socialização de valores.

Através dos princípios orientadores das Ligas Juvenis e da sua estrutura organizacional é possível perceber que há algumas semelhanças entre elas, como também há espaço para lidar com a diversidade da juventude. E, o que é mais importante, é que elas, com sua diversidade, favorecem a participação dos jovens, na medida em que, procuram garantir nelas próprias um espaço para o aprendizado da participação e do exercício da cidadania.

Participação

Ao longo de minhas pesquisas e também respaldada em material bibliográfico sobre o tema, pude ir convencendo-me de que a participação representa uma atitude, a qual crianças,

adolescentes, jovens e adultos incorporaram e internalizaram, nos próprios processos participativos, ou seja, é uma espécie de código de conduta na vida cotidiana que se constitui através das próprias ações participativas. Desta forma, se a participação tende a ser internalizada/incorporada através dos espaços e instituições que socializam e educam, é de grande importância a concepção de espaços e ambientes para a participação, tanto de crianças, como de jovens e adultos.

Participação de jovens não é algo totalmente novo, no entanto, nas últimas décadas, o interesse em promover a participação dos jovens, seja na escola, na política, em processos de planejamento dos governos locais ou ainda em outros espaços sociais, tem se difundido. No entanto, a criação e a concretização de espaços de participação com poder de decisão para os jovens reconhecidos pelo Estado e sociedade são recentes e quando existem geralmente ainda são muito frágeis e vulneráveis.

Nos últimos anos, foram criadas várias definições e conceitos de participação e também o estabelecimento de uma base legal para a participação de crianças e adolescentes e jovens³⁰, além disso, várias pesquisas analisaram os aspectos de desenvolvimento e esquemas de classificação das formas e métodos de participação buscando apontar para a forma mais adequada de participação. Todos estes elementos juntos estão subjacentes à visão de que os jovens são parceiros em processos participativos, no entanto, devem-se considerar as possibilidades de ação e de decisão e suas próprias capacidades e necessidades, destacando que no centro devem estar ações e decisões comuns.

Falar em participação, geralmente nos leva a pensar no contexto político, uma vez que é apresentada como elemento central de uma sociedade democrática, no entanto, muitas vezes ela tem sido usada apenas no momento das eleições. Isso nos coloca diante do desafio de criar referências capazes de garantir uma participação autêntica e efetiva, a fim de evitar a sua instrumentalização social e política. A participação refere-se à relação entre os agentes e a distribuição do poder de decisão entre eles. Nessa perspectiva, a participação é um meio para conseguir apresentar e alcançar interesses. Geralmente, ela se concretiza e se compreende através de ações que cada cidadão pode fazer para atingir objetivos políticos. Ou seja, “tomar parte” e “ser parte”. Ao mesmo tempo, é através da participação e das formas como ela se dá que os sujeitos vão constituindo a sua própria identidade, seja enquanto pessoas ou enquanto cidadãos.

Atualmente está se construindo um novo consenso em torno da participação, ou seja, a participação, com a implicação do agente no espaço social em que se encontra, tem amplo reconhecimento social. Essa implicação está ligada à capacidade de autorizar-se quanto ao que é produzido socialmente, descartando a neutralidade e criando uma maior responsabilidade social, fortalecendo uma relação de autonomia e de dependência. Assim, ao mesmo tempo em que o agente tem a autonomia de decidir e fazer o que considera importante, ele estabelece uma relação de dependência em relação ao espaço social e aos outros agentes.

Um aspecto fundamental a considerar é que a participação sempre tem dois lados ativos: as pessoas que querem mudar alguma coisa e reivindicam participar ativamente; e as pessoas e ou as instituições políticas que detêm o poder de decisão e que podem incentivar a participação, mas também podem dificultar ou até mesmo impedir a mesma. Ambos os lados também podem ser observados no que diz respeito à participação dos jovens, especialmente, no segundo aspecto, uma vez que o poder de decisão sobre a participação ou não dos jovens

³⁰ Convenção dos Direitos da Criança (1989); Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), Estatuto da Juventude (2014), entre outros.

geralmente está com os adultos, ou seja, em muitos espaços sociais, são os adultos que decidem se abrem ou não a possibilidade dos jovens de participar.

Por conseguinte, a participação leva a tomada de decisões, que atingem a própria vida e a vida em sociedade, ou seja, é um compartilhar juntos (crianças, adolescentes e adultos), seja na busca por soluções para problemas ou para corrigir deficiências. Desta forma, podemos perceber que há um conviver e viver cotidiano envolvido no processo da participação que de forma alguma pode ser reduzido a espaços institucionalizados e/ou formalizados. Os jovens devem, portanto, ser considerados como parceiros com competências específicas.

Nos últimos anos, o interesse em participar tem sido despertado de diversas formas na população. Podemos observar isso através do grande número de associações, de movimentos sociais, de cooperativas, de ONGs, de Conselhos e outros. Tudo ao nosso redor parece chamar-nos a participar. Diariamente recebemos convites, dos mais diversos e inusitados, para participar de alguma forma, em alguma coisa ou em algum evento, como reuniões, programas de rádio, partidos políticos, Conselhos Municipais, Conferências, Orçamento Participativo e assim por diante. Assim, um processo participativo pode se iniciar de diversas formas e, pelo fato de muitas vezes ser de caráter não oficial, não requer uma juridificação prévia, embora em algumas situações possa ser regrado juridicamente. A participação pode, assim, começar com um simples debate, com uma troca de informações e ações, e não acontecer necessariamente em espaços explicitamente políticos, mas também em espaços sociais, culturais, econômicos, ecológicos, etc. Embora ela geralmente se inicie motivada por questões práticas e imediatas como as citadas, ela certamente é muito mais do que isso, uma vez que ela tende a desenvolver nos indivíduos que dela participam habilidades e capacidades³¹, que influenciam as ações dessas pessoas nos mais diversos espaços sociais e políticos em que atuam.

Discutir com os jovens sobre o seu direito à participação, significa, portanto, discutir com os mesmos sobre o acesso universal à saúde, à educação de qualidade, ao emprego digno como formas de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano e social. Não basta, no entanto, discutir, ficar no âmbito puramente linguístico e retórico, pois a participação e a inclusão de jovens dependem das possibilidades de espaços sociais oferecidos aos mesmos para desenvolverem concretamente suas ações, nas quais possam efetivamente vivenciar e experienciar a auto-organização e as variantes de cogestão e também onde possam aprender como influenciar o desenvolvimento e o planejamento da sua vida futura, seja ela pessoal ou social (THOLE 2000: 260).

Dentro desse contexto é que tem surgido, por diversas vezes e em diversas formas, o debate em torno da participação. Para grande parte dessas organizações é importante compreender que o termo *participação* pode, muitas vezes, ser usado para mascarar uma situação em que, de fato, não haja participação. Schröder (1995:15) nos adverte para o fato de que “participação nem sempre é participação”. O autor enfatiza que, muitas vezes, chamamos de participação algo que, na verdade, seria apenas uma manipulação dos jovens, que são convidados a fazer parte de uma atividade, mas que não têm poder de decisão na mesma atividade. Assim, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1994: 23).

³¹ Assim, por exemplo, o exercício participativo e democrático nesses espaços tende a se traduzir em posturas participativas de lideranças com um perfil democrático e participativo. A respeito disso, ver: Sander, C. **Lideranças democrático-participativas: sua formação na Pastoral da Juventude**. Dissertação de Mestrado. 2001.

Na mesma linha autores como Hart e Gernert (*apud* SCHRÖDER, 1995) elaboraram uma proposta de nove níveis ou passos da participação. Desenvolvidos como uma espécie de tipologia, nos quais buscam afirmar algumas referências através das quais seja possível estabelecer parâmetros avaliativos quanto ao caráter autêntico ou não da participação. Com isso, os autores querem chamar a atenção para o fato de que é preciso ser cuidadoso para poder garantir uma participação realmente autônoma e emancipadora dos jovens. Vejamos, pois, de forma resumida, a proposta apresentada pelos autores.

Níveis ou Passos da Participação

- **Manipulação**, ou seja, participação desconhecida – quando não existe possibilidade de tomar parte da discussão e da decisão, sobre o conteúdo, sobre a forma de trabalho e sobre os resultados. Exemplo: Carregar um cartaz num protesto.
- **Decoração** – quando existe cooperação/colaboração, mas não está claro o sentido e objetivo da ação. Exemplo: Dançar numa cerimônia ou festa.
- **Participação/Álibi** – acontece quando se ajuda a decidir aquilo que já foi decidido. Se aceita ou não a decisão. Exemplo: Parlamento das crianças, vereador por um dia.
- **Ter parte** – quando a ação e o engajamento são esporádicos e não há atuação no desenvolver do processo.
- **Estar informado** – jovens são informados sobre o projeto elaborado por adultos, sobre o que é o projeto e em torno do que o mesmo gira.
- **Colaboração** – os jovens têm possibilidades indiretas de influência. Eles são consultados e informados, podem expor suas ideias e críticas, no entanto, no planejamento, nas resoluções e na execução eles não têm poder de decisão.
- **Cogestão** – quando os jovens assumem responsabilidades concretas e são incluídos no momento das decisões. A ideia do projeto é iniciada por adultos, mas as decisões são tomadas de forma democrática em conjunto, o que, como vimos, aparece nos princípios que caracterizam as Ligas Juvenis.
- **Autodeterminação** – o projeto é iniciado e dirigido pelos jovens. Os adultos apoiam e fomentam os jovens, mas, voluntariamente, as decisões são tomadas pelos jovens – eventualmente os adultos participam da decisão.
- **Autogestão/Auto-organização** – são os jovens que iniciam, planejam, decidem, dirigem e executam o projeto, ou seja, partindo do princípio da auto-organização, eles têm total liberdade de decisão em relação ao projeto.

Para Hart e Gernert (*apud* SCHRÖDER, 1995), os três primeiros níveis ou passos, na verdade, nem poderiam ser considerados como participação, pois a participação inicia somente quando os jovens são respeitados enquanto parceiros, ou quando pelo menos estão informados e a par do que está sendo feito com eles e em nome deles. Saber quem está tomando as decisões por eles, quem desempenha algum papel importante no processo e, assim, poder decidir se querem ou não participar desse processo.

Como já foi mencionado anteriormente, todos devem ter o direito à participação. No entanto, esse direito deve ser aplicado ativamente a fim de alcançar eficácia e os adultos precisam considerar os jovens como sujeitos ativos e de direito, portanto, lhes oportunizar a participação. Estudos³² apontam que processos de participação podem ser iniciados por

³² SCHRÖDER, Richard. **Kinder reden mit: Beteiligung** na Politik, Stadtplanung und Stadtgestaltung. Weinheim: Beltz, 1995.

crianças, adolescentes, jovens ou pelos adultos responsáveis, mas devem ser planejados e concretizados conjuntamente. Os envolvidos devem atuar ativamente em todo o processo até a conclusão: eles devem ser acompanhados, informados de todos os acontecimentos e tomar parte em todas as decisões. Só através deste caminho crianças e adolescentes podem experienciar/vivenciar uma efetiva participação e registrar/incorporar a experiência em sua vida cotidiana.

Os jovens poderão assim, desenvolver através da participação ativa, a capacidade de reflexão crítica e a perspectiva de comparação, o que também é fundamental para o desenvolvimento de uma opinião política. Além disso, a participação dos mesmos não deve ser vista apenas como sendo resultado de um compromisso de desenvolver mais responsabilidade social, pois ela tende também a estimular e desenvolver a capacidade de cooperar, além de ser, talvez, um dos mais importantes caminhos para desenvolver uma personalidade psicologicamente saudável (SCHRÖDER, 1995: 18).

Sob tal abordagem do conceito de participação, Sander (2001) por meio de pesquisa sobre a participação dos jovens no trabalho da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, constatou de que a participação que ocorre de forma processual, tem como resultado o aumento da consciência social dos participantes. Isto significa que, caso se deseje que a participação deva contribuir para o fortalecimento da consciência social e crítica, não podemos estar satisfeitos com oportunidades e momentos isolados de participação, mas devemos conceber a participação enquanto um processo que permite um envolvimento contínuo e progressivo. Portanto, quanto mais os jovens forem integrados e quanto mais eles puderem participar, tanto mais eficaz, conscientes e comprometidos tenderão a ser com a democracia e o desenvolvimento social, seja em suas próprias organizações ou outros níveis da sociedade.

Knauer e Brandt destacam, a partir da Alemanha, conclusões semelhantes: *habilidades democráticas não são aprendidas em encontros de uma só vez, mas através de interações diárias* (1998:82). Se a participação é para contribuir na formação de habilidades democráticas, as possibilidades de auto-organização e a processualidade da participação são indispensáveis.

Em outras palavras, poderíamos dizer que essas habilidades se desenvolvem melhor quando os envolvidos, neste caso os jovens, se sentem sujeitos e também quando são confrontadas com situações que as desafiam a reivindicar algo de acordo com seu desenvolvimento e sua consciência.

Desta forma, as competências/ habilidades sociais e democráticas não se aprendem em um momento de participação, elas exigem um processo coletivo, onde os jovens são sujeitos da ação. Ou seja, a participação tem de ser incorporada – enquanto um *habitus*³³ participativo – esse precisa passar pelo corpo (BOURDIEU *Apud* DESAULNIERS, 1996, p. 250).

A participação ativa, portanto, só pode se manifestar através da prática. Enquanto ela é apenas reconhecida como um direito, ela não pode ser incorporada pelos atores e sociedade como um *habitus*. Para tanto, é igualmente importante que a participação não seja só experimentada em momentos isolados, mas por um processo contínuo, porque senão o *habitus* participante tende a ser novamente substituído por um *habitus* não participante. Isto certamente pode ser fomentado e disponibilizado através de espaços sociais, bem como

³³ Conforme Bourdieu, *habitus* é “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (1983, p. 61).

organizações que se orientam e fomentam atitudes, práticas e valores democráticos e participativos.

Se a participação deve ser experimentada por meio de um processo para que seja incorporada como uma atitude, *habitus*, onde os jovens sejam reconhecidos enquanto sujeitos, a questão que nos desafia é saber quais são os elementos pedagógicos/formativos que servem para promover os valores democráticos, independentemente de a participação ser reconhecida como uma obrigação legal ou não.

Apoiados em Freire (1987:32), podemos afirmar que a participação é um processo que se inicia *com* os envolvidos e não *para* os envolvidos na ação, pois só assim será possível reaver a condição humana. A postura participativa é, para Freire, pressuposto básico para um processo de libertação, este processo é para ele ao mesmo tempo um processo de humanização, pois só quando se aprende uns com os outros, mediados pelo mundo, é possível ser totalmente humano.

Freire enfatiza repetidamente, que uma das primeiras condições para a participação, no sentido de um processo de humanização, é a esperança. Ou seja, a participação só é possível se as pessoas em causa, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos, têm esperança, ou melhor, se eles acreditam que podem fazer a diferença e que a sua participação, tem efeito e faz diferença. Que mesmo sabendo dos condicionamentos não se creem determinados. Por isso, é importante que não se veja o mundo como fechado *do qual não podem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar* (FREIRE, 1987:34). Podem ser pequenos sinais de esperança, mas estes devem transmitir a convicção de que a participação tem sentido, que é significativa e que através dela algo pode mudar ou ser mudado. Esses sinais de esperança são a base para uma participação ativa e para um processo de participação progressiva, conforme níveis de participação específicos e progressivos. Se as pessoas não estão dispostas a participar, esta é mais uma expressão do sentimento de impotência em relação a sua história social e de sua biografia. A superação da indiferença e do sentimento de impotência é, talvez, um dos maiores desafios para os processos de participação, assim como sua existência talvez revele a carência de espaços efetivamente participativos.

A confiança nas pessoas é, para Freire, também uma condição indispensável para o desenvolvimento da participação ativa. Para o autor não há pedagogia libertadora, no verdadeiro sentido, se ela se distancia e não confia nas pessoas envolvidas, como sujeitos, e isto também no caso dos jovens. A formação de um *habitus* participativo tem mais efetividade se há confiança e se se constrói algo em comum, do que quando não é realizado em conjunto e sem confiança. Assim, para compreender e efetivar a participação como um processo educativo a confiança mútua é uma condição necessária. Ao se perceberem enquanto sujeitos ativos, em vez de objetos passivos, os jovens estão mais propensos a apreciar a participação como um processo de aprendizagem.

Mas isso é difícil quando a desconfiança está constantemente presente, especialmente por parte das instituições e educadores que trabalham com os jovens. O que, no entanto, não significa automaticamente que tudo que emana dos jovens deva ser ingenuamente seguido e acreditado. Pelo contrário, é também fundamental que os adultos sejam autênticos e críticos em relação a eles, uma vez que não é um sistema fechado, mas uma atitude aberta e de aprendizagem que se quer propiciar e estimular.

Assim, chegamos a outro elemento importante sugerido por Freire que é o diálogo, tomado pelo autor, como sinônimo de um encontro entre as pessoas. *O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo* (FREIRE, 1987:78). Assim, fazer uso da palavra ou criar um diálogo não é privilégio de algumas pessoas, mas o

direito de todos. O diálogo se torna possível quando as pessoas cultivam esse direito na prática.

Portanto, a participação, se for fundamentada no compromisso com o outro, gera, estimula e fortalece relações horizontais, bem como posturas como a humildade, a confiança e o diálogo. Em tais processos tende a haver uma elevação da confiança entre as pessoas que participam e, desta forma, melhora a comunicação entre as partes interessadas.

Por isso, é de grande importância para os jovens, terem a possibilidade de se organizar e participar ativamente de forma consciente e crítica, por seus interesses e perceber os resultados deste processo. Participação e educação tornam-se uma realidade integrada através do diálogo, que, no entanto, só é possível no compromisso mútuo das pessoas envolvidas.

Assim, portanto, somente é possível falar de participação de jovens quando eles são os protagonistas ou sujeitos do processo. Da mesma forma, quando falamos de cidadania, só é cidadão aquele que é sujeito e protagonista. Todo o resto é, ainda baseados na teoria de Freire, instrumentalização da participação para a “domesticação”.

Democracia e participação não podem ser aprendidas em solidão, ou apenas lendo ou escrevendo sobre ela. É preciso vivê-las e experienciá-las com outras pessoas. As Ligas Juvenis na Alemanha, as organizações juvenis no Brasil, Movimentos Sociais, Sindicatos, Grupos de jovens, etc, são, ou melhor, podem ser esse espaço de aprendizado e de vivência da participação e de democracia. Certamente deve ser possível construir espaços de socialização participativa em diversas esferas e em diversos momentos sociais, além da possibilidade de fortalecimento das que já existem. A escola certamente também é um desses espaços, uma vez que, além de ser um local de aprendizado, vem se tornando cada vez mais também um espaço de socialização. É preciso, no entanto, que os jovens tenham autoconfiança, que possam vivenciar situações que os levem a acreditar que são capazes e os estimulem à sua própria esperança. Especialmente importante é que nós, adultos, pais, professores, profissionais, etc., acreditemos que eles são capazes, que vejamos na sua diversidade aspectos positivos capazes de renovar, de fortalecer e de embelezar a sociedade.

Participação e Políticas de Juventude no Brasil

A Política Nacional de Juventude é recente, somente a partir dos anos de 2000, que há avanços no sentido de garantir uma Política específica para a juventude, de 15 a 29 anos no Brasil. Em 2003, se inicia uma agenda para a Política Nacional de Juventude através da criação da Frente Parlamentar de Juventude, com o objetivo de acompanhar e estudar propostas de projetos e políticas dos governos para juventude. A partir dela é criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (Cejuvent) (BRASIL, 2010, p.07).

No ano de 2005, através da Lei nº 11.129/2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro do governo e junto à sociedade; também foi criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), enquanto espaço privilegiado para a interlocução e cooperação entre diversos atores, reúne 60 membros, sendo 20 do poder público e 40 da sociedade civil. O Conjuve tem por objetivo formular e propor diretrizes para a ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (BRASIL, 2005); e foi criado o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), que compõe a Política Nacional e tem por objetivo proporcionar a formação integral aos jovens, por meio da associação entre formação básica, qualificação profissional e participação cidadã (BRASIL, 2010, p.09-11).

Em 2011 é aprovado o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, pela Câmara Federal, e pelo Senado em 05 de agosto de 2013, que passou a vigorar a partir 02 de fevereiro de 2014. O mesmo divide-se em dois grandes temas: a regulamentação dos direitos dos jovens entre 15 e 29 anos e a criação do Sistema Nacional de Juventude, definindo competências e obrigações da União, estados e municípios na garantia destes direitos (BRASIL, 2013). São 11 os direitos previstos no Estatuto. Direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e a mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente. Desta forma, através do Estatuto da Juventude o Estado reconhece que a juventude tem uma função estratégica no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população.

A participação dos jovens é um dos princípios e uma das diretrizes que devem orientar as políticas de juventude no Brasil, buscando a autonomia, a emancipação e atuação dos jovens na formulação, implementação e avaliação das políticas e na sociedade.

A participação é assegurada como direito no Estatuto da Juventude conforme o Art. 4º “O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2013). O Estatuto da Juventude também apresenta o que entende por participação juvenil, vejamos:

- I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
- II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;
- III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e
- IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

A participação é compreendida, portanto, como uma participação ativa, no qual o jovem tem voz ativa e poder de decisão.

Na publicação “Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas” a participação dos jovens também é destaque, especialmente no que se refere a formulação de políticas de juventude, ou seja, “a dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características de todo o processo de formulação das políticas de juventude, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos” (NOVAES; CARA; SILVA; PAPA, 2006, p. 37). O que vem de encontro com o pontuado anteriormente no texto sobre a participação dos jovens, ou seja, de que a participação é um processo, e nesse processo os jovens devem estar envolvidos desde o planejamento até a avaliação do programa, projeto ou ação, e na gestão ou co-gestão do mesmo. Além de que, a cultura de participação não é algo que se cria em pouco tempo ou de maneira esporádica, ela deve ser vista como um processo formativo, afinal a participação não acontece sem o exercício dela mesma, ou ainda, participar se aprende participando, como diz Freire (1998, p.119) “é

decidindo que se aprende a decidir”. Assim, participação é um processo formativo, coletivo e exige metodologias apropriadas.

Para incentivar e fortalecer a participação, é importante que a gestão dos equipamentos voltados aos jovens estabeleçam uma relação contínua. Por exemplo, na educação há uma reivindicação pela gestão democrática, o apoio às organizações estudantis, a ampliação da participação dos estudantes nas instâncias deliberativas de universidades públicas e particulares, a presença de jovens nos conselhos de educação, etc. Uma vez que,

A juventude é uma dimensão social que articula movimentos de vários tipos e com distintas práticas discursivas e de organização. De acordo com essa realidade, o poder público deve ser criativo no desenvolvimento de metodologias e oportunidades que ampliem as condições de participação de um conjunto cada vez maior de jovens, assegurando a pluralidade de manifestação da juventude (NOVAES; CARA; SILVA; PAPA, 2006: 37).

As Conferências de Juventude são com certeza um espaço de grande relevância para a participação da juventude, no entanto, elas, assim como Conjuve, só se tornarão espaços efetivos de participação e de representação da juventude, se tiver participação cotidiana da juventude nos diferentes espaços, organizações, equipamentos, escolas etc., pois uma vez sendo a participação um processo contínuo de formação, para tanto é necessário ter organizações e espaços locais fortalecidos com a participação dos jovens, caso contrário não será possível uma política de juventude com a participação efetiva dos jovens. Assim, concordamos que

[...] cabe ao CONJUVE investir na institucionalização de um sistema de acompanhamento das políticas públicas, que consiga ir além da forma fácil dos eventos. O jovem não deve ser chamado apenas a homologar as decisões previamente tomadas pelos governos. Esses, porém, devem promover o direito de todos à participação (NOVAES; CARA; SILVA; PAPA, 2006: 37).

Abramovay e Castro (2003:20) apontam que a *passagem de políticas para juventudes para a referência a políticas de juventude e políticas com juventudes é um avanço democrático* (grifos nossos), pois isto revela, “o reconhecimento de identidades múltiplas, da diversidade de jovens e do direito dos jovens a representações próprias”. Portanto, torna-se de grande relevância incentivar a organização dos jovens, a sua formação para a participação política, o que pode tomar diversas formas. O importante, é que se criem espaços, organizações, equipamentos, redes, fóruns, entre os jovens, fortalecendo o debate em torno dos interesses e necessidades destes, pautando sobre as políticas de juventude. Que desperte nas juventudes o interesse de acompanhar, de cobrar e de zelar pela coisa pública e ações do Estado, as ações do Congresso e do Executivo ou mesmo de espaços públicos não estatais ou Movimentos Sociais.

No entanto, como fazer isso? Uma forma certamente é fortalecer as organizações juvenis brasileiras, olhamos o exemplo da Alemanha, que, com certeza não é perfeito e vem de outra realidade, mas ele pode trazer elementos, que talvez já tenhamos e que talvez até mesmo estejam mais desenvolvidos e sejam mais autênticos que na sociedade alemã, mas também pode suscitar novos componentes. Fortalecer e/ou criar os Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude, para que possam fiscalizar o acesso aos direitos da juventude, propor e acompanhar as políticas de juventude.

Considerações Finais

A participação aparece geralmente como um conceito centrado nos espaços políticos na relação com o exercício da cidadania. Podemos, no entanto, perceber, através da reflexão proposta no presente artigo, que, quando estamos nos referindo à participação dos jovens,

devemos reforçar os aspectos pedagógicos necessários para uma participação efetiva dos mesmos, ou seja, a participação deve ser processual e formativa e, de forma alguma, deve ser restringida a espaços institucionalizados.

Participação se aprende participando e democracia é algo que precisa ser praticado, incorporado, vivenciado, experienciado. Para tanto, os níveis ou os passos da participação que descrevemos poderão contribuir para construir e para afirmar a participação com os jovens a partir de nossas realidades específicas. À medida que isso está claro, pode-se então constituir certa processualidade na qual os jovens, gradativamente, vão se envolvendo, de forma que, numa organização juvenil, possamos ter jovens que estão no primeiro nível, no terceiro³⁴ ou mesmo em vários outros. Para tanto, é um pressuposto que se respeite e dialogue de forma autêntica com os jovens, para que possamos fortalecer a autoconfiança dos mesmos e ter resultados positivos com a sua participação. Apoiados em Freire, vimos que esse processo deve ser **com** os jovens e não **para** os jovens e deve fazer com que os jovens se sintam desafiados, comprometidos, solidários, responsáveis e protagonistas. A Política Nacional de Juventude, já vem pautada nesse princípio de que temos uma diversidade de juventudes, de que estes são sujeitos de direitos, que deve ser planejada, implementada e acompanhada pelos e com os jovens. Nosso desafio é traduzir isso em práticas cotidianas condizentes.

Nesse sentido, certamente se pode afirmar que, embora estimulados e subsidiados com algumas reflexões originadas nas Ligas Juvenis da Alemanha, também, diante da diversidade da juventude brasileira, existe ainda um enorme potencial a ser desenvolvido. A garantia e o fortalecimento de espaços de efetiva participação dos jovens é algo fundamental para a afirmação da democracia e da justiça social em nosso país. Acreditar e apostar na capacidade dos jovens é fundamental para a afirmação desses espaços, assim como as Ligas Juvenis que são organizadas e gerenciadas pelos e com os jovens, dentro das suas realidades, das suas necessidades e dos seus desejos, assim também no Brasil, o fortalecimento dos Conselhos de Juventude, devem vir no sentido de fortalecer as organizações juvenis para que as mesmas possam ser a expressão da diversidade, da realidade, dos interesses, necessidades e desafios da juventude. É importante destacar, que a Política só vai ser **de** Juventude quando tiver a participação dos jovens, quando estes se sentirem pertencentes a ela e ao mesmo tempo empoderados para atuar na mesma.

Desta forma, um dos grandes desafios para a construção de Políticas de Juventude está em dialogar e fortalecer os diferentes espaços de participação. Será preciso poder contar com profissionais preparados para construir junto com os jovens a Política de Juventude, que os reconheçam enquanto sujeitos da mesma, e os apõem em suas decisões, para que esta venha de encontro com suas necessidades.

Na Política Nacional de Juventude temos o Conjuve, as Conferências, no entanto, há todo um processo anterior, que são as organizações, grupos, associações dos jovens, os equipamentos, espaços, programas, projetos nos quais os jovens participam que precisam fortalecer e garantir a participação ativa do jovem. E, acima de tudo, é preciso centrar na Política de Juventude, assim como as demais Políticas Sociais, na igualdade social, pois sem esse pressuposto não nos parece possível pensar uma Política de Juventude que seja realmente participativa.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; e CASTRO, M. G. **Por um Novo Paradigma do fazer Políticas: Políticas De/Para/Com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

³⁴ Mesmo que eles, segundo Schröder, não possam ser chamados de participação, mas são passos que podem levá-los à participação, desde que isso seja conduzido de forma processual e pedagógica.

- AQUINO, L. A Juventude como foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, J.A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Org.). **Juventude e políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. P. 25 – 39.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).
- BÖHNISCH, L. Die Jugendgruppe. In: Böhnisch, L./ Gängler, H./ Rauschenbach, T. (Org.). **Handbuch Jugendverbände** – Eine Ortsbestimmung der Jugendverbandsarbeit in Analysen und Selbstdarstellungen. Weinheim: München, 1991. p. 478-490.
- BÖHNISCH, L./ GÄNGLER, H./ RAUSCHENBACH, T. (Org.). **Handbuch Jugendverbände** – Eine Ortsbestimmung der Jugendverbandsarbeit in Analysen und Selbstdarstellungen. Weinheim: München, 1991.
- BOURDIEU, P. “**Esboço para uma teoria da prática**”. IN: ORTIZ, Renato. (org.) **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, n. 39, 1983.
- BRASIL. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2006.
- _____. **Guia Conselhos de Juventude**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2010.
- _____. **Lei Federal nº 12.852**. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude, 2013.
- DEMARTIS, L. *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- DESAULNIERS, J. B.R. A dinâmica estrutural do campo religioso: alguns dados empíricos. IN: **Revista Veritas**. V. 41, n. 162, junho/1996, p. 240-260.
- FAULE, J. Jugendverbände: Auslauf – oder Zukunftsmodell? Verbandliche Jugendarbeit zwischen Tradition und Moderne. In: **Neue Praxis**. 33 Jahrgang, 2003, Heft 5. p. 42-446.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FREITAS, M. V. de. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- GÄNGLER, H. **Jugendverbände und Politik**. In: Otto, H.U./ Thierisch, H. (HRSG.). **Handbuch Sozialarbeit Sozialpädagogik**. Luchterhand. 2001. p. 894 – 903.
- GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.
- GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- KNAUER, R./ BRANDT, P. **Kinder können mitentscheiden: Beteiligung von Kindern und Jugendlichen in Kindergarten, Schule und Jugendarbeit**. Luchterhand: Berlin, 1998.
- MÜNCHMEIER, R. Alltagsoffenheit – eine Stärke der Jugendverbände, die sie niemals antasten dürfen. In: **Sozial Extra**. Juli/August. Wiesbaden: VS Verlag, 2004. p. 13-17.
- NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA D. M. da; PAPA, F. C. (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude e Fundação Friedrich Ebert, 2006.

SANDER, C. **Pastoral da Juventude e formação de lideranças**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / PUCRS, 2001.

_____. **Partizipation als Bildungsprozess in non-formalen Organisationen des Aufwachsens** – Beobachtungen zu einem vergessenen Zusammenhang anhand der Jugendverbände der Bundesrepublik Deutschland. Kassel: University Press, 2008.

SANDER, C. Fortalecendo a democracia: juventude, participação e cidadania. In: **Tempo da Ciência**. Toledo: Ed. Unioeste, Vol 16, nº 32, 2009, p. 41 – 57.

SCHRÖDER, R. **Kinder reden mit**: Beteiligung na Politik, Stadtplanung und Stadtgestaltung. Weinheim: Beltz, 1995.

THOLE, W. **Kinder und Jugendarbeit**: Eine Einführung. Weinheim und München: Juventa, 2000.

WAISELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez/ UNESCO, 1998.

AS NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE – CONJUVE, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS/AS SEUS/AS CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS - Beronicy Paula de Moraes Farias e Renísia Cristina Garcia-Filice

Universidade de Brasília

RESUMO: Este artigo sintetiza de parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília que analisou a dinâmica do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve e sua relação com a proposição de políticas educacionais para a juventude. A pesquisa teve como objetivo compreender como a temática educação se insere na agenda governamental, etapa que antecede a formulação das políticas educacionais para a juventude, e teve como campo de pesquisa as reuniões do Conjuve. Analisou as formas de negociação e a influência das entidades que compõem o Conselho na definição das políticas educacionais para a juventude, encaminhadas ao Estado por meio do Ministério da Educação, especificamente na Secretaria de Educação Básica (SEB). A pesquisa adota uma perspectiva histórico-crítica e se baseia na utilização do método histórico-dialético para a análise. Por meio das técnicas de observação participante (MINAYO, 2010), questionário e entrevistas, foi possível constatar que: i) apenas a existência dos conselhos não garante a efetiva participação dos grupos sociais na tomadas de decisões; ii) nem sempre a composição de conselhos favorece o diálogo; iii) nem sempre o Estado insere em sua agenda as pautas negociadas no Conjuve; iv) alguns grupos têm maior influência/poder na tomada de decisão; e a despeito desses movimentos, v) o Conjuve vem criando oportunidades para pressionar o poder público e incidir sobre políticas educacionais já programadas pelo MEC.

PALAVRAS-CHAVE: juventude. políticas públicas. políticas educacionais. conselhos.

ABSTRACT: This article summarizes some of the research of professional master's in Education of the graduate program in education at the University of Brasilia which examined the dynamics of National Youth Council – Conjuve and its relation with the proposition of educational policies for youth. The research aimed to understand how the theme education in government agenda, step that precedes the formulation of educational policies for youth, you see how the search field meetings of the Conjuve. Examined the forms of negotiation and the influence of the entities that make up the Council on educational policymaking for youth, forwarded to the State through the Ministry of education, specifically on Basic Education Secretariat (SEB). The research adopts a historical-critical perspective and is based on the use of the historical-dialectic method for analysis. Through participant observation techniques (MINAYO, 2010), questionnaire and interviews, it was found that: (i) only the existence of the Councils does not guarantee the effective participation of social groups in decision-making; ii) is not always the composition of Councils favors dialogue; iii) is not always the State enters into your schedule tariffs negotiated in Conjuve; iv) some groups are more influenciapoder in decision-making; and in spite of these movements, v) the Conjuve has been creating opportunities to lobby the Government and focus on educational policies already programmed by the MEC.

KEYWORDS: youth. public policy. educational policies. councils.

Introdução

A incorporação do tema da juventude na agenda governamental ocorreu, com maior intensidade, a partir da década de 1980. Esse reconhecimento aconteceu, sobretudo, influenciado pela pressão de ativistas, militantes e intelectuais, contra a exclusão dos jovens.

Segundo o documento *Conselho de Juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos*, a partir da década de 1980 esses debates resultaram na inclusão do art. 227 na Constituição Federal de 1988 e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), parcela da população na faixa etária de 15 a 18 anos incompletos. Nesse período, praticamente não existiam políticas públicas voltadas aos jovens acima de 18 anos, embora o quantitativo da população na faixa etária da juventude (entre 15 a 29 anos) representasse 29% dos brasileiros.

Essa expressiva parcela da população era acometida por sérios problemas sociais e estava inserida em projetos sociais destinados a todas as demais faixas etárias: *as iniciativas encampadas nesta fase tinham geralmente um caráter assistencialista e enfatizava a resolução dos agravos, como violência, uso abusivo de drogas, AIDS e gravidez na adolescência* (BRASIL, 2011:04).

Surge assim o entendimento de que essa camada da população necessitava de atendimento específico. Como consequência, houve uma mobilização de segmentos da sociedade civil em torno da temática, exigindo a presença do Estado na elaboração de ações e programas para a juventude, bem como o reconhecimento e valorização das múltiplas identidades e demandas pertencentes a ela. A partir de então, compreender essas especificidades cada vez mais vem se tornando premissa para a elaboração e implementação de leis e ações específicas para a juventude.

No Brasil, políticas públicas específicas para os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos foram impulsionadas pelo processo de redemocratização do país e pelos debates em torno dos direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido, adotou-se nesta pesquisa a perspectiva de que a juventude precisa ser considerada segundo suas múltiplas dimensões, quer seja no plano de realização da sua vida pessoal e profissional, afetiva, sexual, religiosa, seu pertencimento ético-racial, bem como sua relação com o território em que vive.

Para tanto, cabe fazer referência aos documentos de criação e regulamentação do Conselho Nacional da Juventude. Este foi criado pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, posteriormente regulamentado pelo Decreto Presidencial 5.490, de 14 de julho de 2007, que dispõe sobre sua composição e funcionamento do Conjuve.

Segundo esse decreto o Conselho é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República – SGPR. Tem a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas e assessorar a Secretaria Nacional da Juventude – SNJ na formulação das diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; assessorar a Política Nacional de Juventude do Governo Federal para que seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens, e da ampliação da participação cidadã.

Nesse contexto, o Conjuve surge com o intuito de ser um espaço institucional em que os jovens por meio do diálogo com as instâncias da administração pública, possam participar da formulação das diretrizes para as políticas públicas direcionadas a eles, sempre mediados por suas organizações coletivas. E tem como objetivos o controle social das políticas públicas para a juventude e a promoção da participação social (BRASIL, 2010).

Assim, o Conjuve se constitui formalmente um lugar de catalisação das demandas juvenis em relação ao poder público, interfere na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas e garante a participação dos interessados.

Diante deste contexto e para melhor compreender a pesquisa que redundou neste artigo, optou-se por analisar nesse texto, tão somente a percepção dos/as conselheiros/as a respeito dos processos de participação e negociação que são travados no interior do Conselho no período de março a agosto de 2013, ocasião que ocorreu a pesquisa de campo. Cabe destacar que a temática tratada no artigo foi recorrente durante a coleta dos dados, de modo que não poderia ser desconsiderada pela pesquisadora ao analisar o Conjuve e aos debates em torno da juventude que se davam neste espaço, isto é, as negociações internas das entidades que o compõem.

O presente artigo aborda: i) a criação do Conselho Nacional de Juventude e problematiza se o mesmo atende à demanda de se criar um espaço coletivo de participação, e que nesse, a diversidade de características imprima não uma limitação, mas um atributo, pois cria espaços comuns de debate e reivindicações; ii) Em seguida, indaga até que ponto a participação efetiva da sociedade civil exerce de fato influência na elaboração e acompanhamento das políticas públicas. Mas antes disto; iii) descreve as bases teórico-metodológicas e procedimentos de pesquisa, para em seguida com base nos dados coletados tentar refletir sobre o Conjuve, como um espaço de conflito; iv) Como esse conselho se organiza a partir do entendimento dos conselheiros/as. Para responder a essa problemática foi analisado o conteúdo das entrevistas e questionários respondidos pelos conselheiros do Conjuve; e v) E por fim, como resultado, apresentamos algumas falas que trouxeram significativas contribuições para reflexão sobre as contradições do processo de participação do Conselho e suas possíveis conexões com a implementação de políticas educacionais, por parte do MEC.

Em síntese, considerando às políticas de juventude, dadas a conhecer em suas várias dimensões, procurou-se neste artigo focalizar nas negociações internas no espaço do Conjuve, considerando a interlocução entre e com os segmentos juvenis no âmbito dos órgãos de colegiados, para verificar se asseguram ou não o caráter plural e democrático da participação. Se é, concretamente, uma forma viável de diálogo em curso. Assim, a presente pesquisa propôs investigar os modos de funcionamento do Conjuve, na tentativa de contribuir para a reflexão sobre os embates que antecedem a formulação das políticas educacionais para a juventude.

Metodologia

A orientação teórico-metodológica utilizada refere-se à abordagem histórico-dialética, por acreditar que, na escolha do método, está envolvida uma questão teórica, uma visão de mundo que guia o pesquisador na seleção de suas técnicas e de seus instrumentos de pesquisa.

A opção por uma abordagem dialética ocorreu especialmente por se tratar de um enfoque que: [...] *se fundamenta na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicam as relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática* (GAMBOA, 2008:98).

A concepção histórico-dialética do ser humano toma como premissa o fato de ele não ser um dado, mas necessariamente um construir-se. Deste modo, a produção científica deve servir para reforçar esta construção que não é simplesmente teórica ou abstrata, mas real, prática. Gamboa (2008), afirma que nessa abordagem a própria ciência é vista como um produto da ação humana. Ela é tida como uma categoria histórica, um fenômeno em contínua

evolução, inserida no movimento das formações sociais. Desse modo, a produção científica é entendida como uma construção que serve de mediação entre o indivíduo e a natureza, ou seja, possibilita uma relação viva entre sujeito e objeto. Contudo, a abordagem histórico-dialética não abandona a origem empírica objetiva do conhecimento, e, à semelhança das ciências analíticas, não renuncia à interpretação e à compreensão fenomenológicas que consideram essa abordagem como elemento abstrato, necessário à construção do conhecimento.

Para Frigotto (2008, p. 77), corroborando com Gamboa (2008), o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura adotada antecede o método, o qual constitui uma espécie de medição no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais.

Assim, com base na leitura de Frigotto e Gamboa, percebe-se que ambos reforçam a ideia de que, nas pesquisas histórico-dialéticas, se consideram os acontecimentos sociais, e o indivíduo é tido como ser social e histórico, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais. É o criador da realidade social e o transformador dessas realidades. Nessa perspectiva, as pesquisas sociais assumem uma visão dinâmica e conflitiva da realidade, constituída a partir de categorias de conflito e movimento que irão surgir após o contato com o objeto estudado.

No presente estudo, a categoria da contradição assume papel relevante para análise dos mecanismos de participação e negociação das entidades que compõem o Conjuve quanto às políticas educacionais para a juventude encaminhadas ao Estado, nesse contexto leia-se Ministério da Educação. Por se tratar de um espaço institucionalizado de debate, que conta com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, tem-se um campo rico em contradições e mediações. Desse modo, a pesquisa teve a preocupação de estudar o Conjuve na qualidade de espaço de negociação e debate sem, contudo, desconsiderar seu contexto mais amplo, tal qual recomenda Gamboa (2008), que alega que os fenômenos sociais precisam ser entendidos como sistemas dentro de um macrossistema ou dentro de condições que os circunstanciam. Ou seja, para ele, “o fenômeno, fato ou assunto estudado é isolado, tendo como pano de fundo fixo o contexto, o ambiente externo ou o cenário” (p. 106), superando o reducionismo de se analisar o fenômeno isolando-o do ambiente que o origina.

Nessa perspectiva, a realidade é entendida como *contexto presente, universo de significados, fonte de múltiplos sentidos, universo oculto, que se aparece e ao mesmo tempo, se esconde, mas que fundamentalmente está aí mais ou menos estático* (GAMBOA, 2008:106). Representa, portanto, uma visão dinâmica de realidade, em que se percebem os fenômenos no seu devir e na sua história. Assim, a partir das orientações desses teóricos, a pesquisa buscou perceber as categorias de análise – contradição e mediação – a partir dos dados oferecidos pelo campo, sendo eles colocados em confronto com a teoria.

Na pesquisa, as categorias foram definidas a posteriori, isto é, surgiram no contexto após a leitura de vários documentos elaborados pelo Conjuve e observação participante de 5 (cinco) reuniões do Conselho, após esse primeiro contato é que ocorreu a aplicação dos questionários e entrevistas com os conselheiros e as conselheiras. Isto é, somente a partir dessa aproximação com o fenômeno foram estabelecidas e reconstruídas as bases teóricas da pesquisa e os aspectos que seriam priorizados ou descartados.

A pesquisa não teve a pretensão de exaurir todos os infinitos aspectos da realidade, nem tão pouco captar todas as contradições e mediações estabelecidas no Conjuve, visto que, este entendimento obstrui o caráter relativo, parcial, provisório de todo acontecimento

histórico; e, não reconhece que o objeto pesquisado se insere em contextos amplos e múltiplos. Por essa razão, pretende-se apresentar um panorama do Conselho reconhecendo as limitações da pesquisa.

Nessa abordagem, como já afirmado por Frigotto (2008) e Gamboa (2008), é providencial a conjugação entre quantitativo e qualitativo dentro de uma visão dinâmica da crítica dos fenômenos sociais. Em alguns casos, existem limitações quanto ao uso de dados quantitativos, mas, dependendo da temática, o tratamento quantitativo é útil e até mesmo indispensável. Embora em pesquisa qualitativa não exista grande preocupação com amostragens e quantificações.

Por essa razão, optou-se por considerar a amostra de 16 (dezesesseis) conselheiros que responderam ao questionário, quanto ao tamanho da amostra, em pesquisas qualitativas preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão, os dados qualitativos permitiriam trazer à tona condições de caráter subjetivo e objetivo, as singularidades dos diferentes atores sociais, os fatos em sua complexidade de significados, a ordem negociada e os conflitos. Esta pesquisa tem, portanto, como marca a compreensão e a interpretação dos fenômenos, considerando os significados que os conselheiros atribuem a eles e não necessariamente a quantificação dessas opiniões.

Do ponto de vista operacional, a pesquisa foi desenvolvida considerando as técnicas de levantamento documental, aplicação de questionário, entrevista semiestruturada, observação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho. A intenção foi compreender os processos organizacionais e administrativos do Conjuve, também foram analisados documentos, resoluções, relatórios e publicações, no período de 2005 a 2013, uma vez que, esse período é palco de ações relevantes para as políticas específicas para a juventude.

As fases da pesquisa de campo foram: 1) coleta de material documental do Conjuve, desde a sua criação em 2005, e documentos disponíveis na internet e nas redes sociais; 2) observação participante de cinco reuniões do Conselho; 3) aplicação de questionários a cerca de 70 (setenta) conselheiros – entre membros suplentes e titulares, entretanto foram coletados 12 (doze) respondidos, em virtude da baixa adesão. Optou-se também pelo envio por e-mail, sendo recebidos mais quatro, totalizando 16 (dezesesseis) questionários (Quadro1) e; 4) entrevista com 2 (dois) conselheiros, além do Secretário Executivo e o Presidente do Conjuve, as entrevistas no total de 4 (quatro) tiveram o intuito de complementar as informações prestadas, em especial, no que se refere a dados incompletos, que impossibilitavam a compreensão do processo de funcionamento do Conselho e possíveis contradições identificadas na leitura do material coletado. A seguir passa-se a análise de parte dos resultados da pesquisa de campo.

Cabe mencionar que o Conjuve é constituído de 60 (sessenta) membros titulares e respectivos suplentes, observada a seguinte composição: i) 1/3 (um terço) de representantes do poder público; e ii) 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.

Tanto para os representantes da sociedade civil, quanto para os do poder público, podem existir um conselheiro titular oriundo de uma entidade e um conselheiro suplente de outra, esse aspecto chamou a atenção, e cabe questionar, se esta configuração contribui ou não para os acordos. Assim, dos 40 (quarenta) assentos da sociedade civil – redes, fóruns, movimentos, associações e organizações juvenis de representação nacional e entidades de apoio, são representados por 67 (sessenta e sete) entidades entre membros suplentes e titulares. E 25 (vinte e cinco) organizações do Poder Público. Deste modo, a quantidade e a diversidade de coletivos, desse Conselho se configura como uma arena política, constituindo um conflituoso e contraditório campo onde jogos de interesse evidenciam as demandas, as

negociações, os avanços e/ou recuos nas propostas nele apresentadas. Entretanto, este artigo focará apenas em 16 (dezesesseis) conselheiros/as que responderam ao questionário, portanto, esta foi a amostra considerada.

Resultados e discussão

Para facilitar a compreensão a respeito do percurso da pesquisa de campo, cabe ressaltar que a aplicação dos questionários foi de caráter exploratório e auxiliou a efetiva interpretação dos dados, em que se realizou a triangulação de métodos proposta por Minayo (2005)³⁵. A etapa seguinte buscou analisar o significado das falas a partir do referencial teórico e os demais dados coletados. Cabe mencionar que o questionário adotou a seguinte organização: a) perfil dos respondentes; b) atuação do Conjuve e c) sobre as políticas públicas educacionais (Anexo 1).

Ressalta-se que foi preservada a identidade dos respondentes, pois se entende que o foco é a instituição que representa, com destaque para o segmento. Assim, as entidades foram reagrupadas considerando sua área de atuação. Desse modo, obteve-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Composição da Amostra, por área de atuação e instituição que representa

	Área de atuação	Quantitativo de respondentes	Entidades relacionadas
1	ESTUDANTIS	2	UBES e ANPG
2	SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS	2	CEDASPS e RNAJVHA
3	RELIGIOSAS	3	ISER, PJ e ACM
4	JUVENTUDE NEGRA	2	FONAJUNE e MONABANTU
5	ARTISTICAS E CULTURAIS	1	CUCA DA UNE
6	MEIO AMBIENTE	1	REJUMA
7	SEGURANÇA PÚBLICA/DIREITOS HUMANOS	1	ÁGERE
8	TRABALHADORES URBANOS	1	CGTB
9	DO CAMPO	1	PJR
10	PODER PÚBLICO	2	MDS e MEIO AMBIENTE
Total		16	

Fonte: Elaboração da autora

A amostra evidencia que a maioria dos respondentes são da sociedade civil. Observou-se que nas reuniões constatou-se a baixa participação dos representantes do poder público e ausência de algumas pastas nas reuniões, não obstante a orientação de 1/3 de participação.

A maioria dos conselheiros respondentes tem até um ano de atuação no Conjuve, 11 (onze) conselheiros nessa situação o que representa elevada rotatividade na composição do Conjuve, podendo dificultar negociações mais aprofundadas. Por outro lado, permite que mais pessoas participem do conselho, dado o rodízio de representantes, destes há predominância de

³⁵ Minayo (2005), referindo-se aos estudos de Denzin (1973), conceitua triangulação, como: a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista; a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada; a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação. Seu uso, na prática, permite interação, crítica intersubjetiva e comparação (p. 29).

representantes com curso superior, especialização e mestrado, o que revela uma elevada escolarização entre os membros que responderam ao questionário. Quanto ao sexo dos respondentes, têm-se 13 (treze) do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino.

Em relação ao estado de residência constata-se uma prevalência das representações de grandes centros, particularmente, Rio de Janeiro e São Paulo. A amostra, apesar de pequena, registrou o aparecimento de 8 (oito) estados da Federação, e vem de encontro da multiplicidade apresentada no conselho. Se forem consideradas as informações da Secretaria Executiva do Conjuve, tem-se o seguinte cenário: os conselheiros oriundos do Distrito Federal são representantes do poder público, mas de forma geral o Conjuve conta com representantes de todas as regiões do país. Ao se considerar o recorte raça/cor declarada constata-se que 8 (oito) conselheiros são negros (preto e pardo) e 7 (sete) são brancos.

A sessão a seguir será dedicada a refletir sobre a posição do Conjuve como um espaço de conflito, como esse conselho se organiza a partir do entendimento dos conselheiros? Para dá conta desse debate, será analisado o teor dos questionários e das entrevistas realizadas com os conselheiros. Quando questionados sobre sua participação no Conjuve percebe-se: i) identificação com a instituição que representa, talvez uma tentativa de reforçar que estão defendendo algum segmento juvenil no Conselho, como uma forma de ressaltar a importância desse segmento; ii) a atuação em um GT ou comissão, expressa que o conselheiro se identifica como parte do Conselho e não do segmento; iii) associação a condição de representante da juventude e do Conjuve.

Essa tríade de falas vem de encontro a arena política e identitária que a junção destes segmentos representa. Assim, a partir das percepções que surgiram do campo se percebe a diversidade de projetos que estão em disputa e que precisam ser consensuados, tanto entre os órgãos do governo, como entre os representantes da sociedade civil.

Por outro lado, os conselheiros reforçam que não exercem sua função de maneira isolada, e não levam ao debate apenas sua própria opinião, mas a da instituição da qual faz parte, apesar de que em diversos momentos, conforme constatado nas observações, foi possível perceber uma necessidade de negar que defendem algum interesse específico ou da entidade, e optam por abraçar uma causa de caráter mais universal, como a defesa dos direitos da juventude de forma geral, ou a necessidade de enfatizar que a juventude precisa ser considerada nas suas particularidades e desigualdades. Por vezes, foi possível observar que, quando o conselheiro defende alguma opinião tem a preocupação de vincular sua fala à entidade que representa. Ou seja, existe uma tendência de criar explicações de caráter universalista (macro).

Chamou a atenção a insistência dos conselheiros em mencionar a necessidade de controle social por meio da atuação do Conjuve, como sendo uma das formas de se superar a mera presença dos representantes da sociedade civil nos espaços de debate e qualificar o acompanhamento das ações do Estado. Essa ideia foi expressa nas seguintes falas:

Coordeno o Comissão de Acompanhamento de Políticas Públicas. Construir indicadores de monitoramento das PPJs para exercer o controle social. (Entidade de Apoio – Saúde, Gênero e Direitos sexuais e reprodutivos).

Fundamental. Se não, não há controle social (Entidade de Apoio – Segurança Pública/Direitos Humanos).

Exerce o papel de controle social das PPJ; Reflexão sobre as diversas juventudes; garantia de direitos a todas as juventude (Juventude de Religião de Matriz Africana).

Entretanto, chamou a atenção, o fato do controle social ser entendido de forma diferenciada pelo poder público e pela sociedade civil; daí a urgência em criar instrumentos sistemáticos para avaliar as ações públicas, que na opinião de vários conselheiros, isso seria possível através da construção de indicadores de monitoramento e avaliação dos programas.

Nota-se por parte dos entrevistados uma valorização da experiência no Conjuve, tanto que, ao serem questionados sobre qual sua opinião acerca da participação das entidades da sociedade civil no Conjuve; os conselheiros destacam que a participação é entendida como necessária para o controle social.

Percebeu-se, também a existência de conselheiros que veem a participação da sociedade civil como fruto de lutas e disputas por espaços de debate públicos comuns para reivindicar o reconhecimento e a valorização da diferença e das identidades coletivas dos jovens. Como se pode verificar nos discursos a seguir:

Acho de total importância, visto suas trajetórias de lutas pelas garantias e aplicação das PPJs (Instituição de Pesquisa – Estudos da Religião).

Importante e necessária, pois a própria criação é resultado histórico da luta da sociedade organizada. A participação da sociedade civil no conselho expressa o exercício da democracia. (Juventude do Campo).

As diversas experiências das organizações compõem um mosaico multifacetado. A natureza e a mecânica interna de cada organização. A capacidade de articulação do indivíduo que representa a instituição é determinante na atuação no Conjuve. (Juventude Estudantil).

Estas falas revelam maturidade na análise e requalificam o poder de controle social exercido pelo Conjuve considerando os limites que são engendrados na experiência de cada organização. O conselheiro da cadeira estudantil destaca o potencial do indivíduo. O jovem do campo já faz referência à luta histórica que no Brasil, ancora a luta democrática. Um fato une a ambos, o reconhecimento de que se trata de um processo em construção.

Teixeira (2007) auxilia a refletir sobre esta situação. Ela defende que a reivindicação de instâncias de participação nas tomadas de decisão do Estado carece da existência de uma esfera de controle social das decisões do poder público, por meio da participação de sujeitos políticos capazes de influir sobre a definição e rumos das políticas públicas, dos recursos orçamentários, das prioridades de ações, entre outros. Os conselhos, nesse sentido, são frutos de um projeto de participação que foi construído no decorrer da história e ao longo de uma série de processos de luta e disputa da sociedade brasileira. Esta argumentação é referendada na fala do conselheiro que representa a juventude do campo.

Juntamente com a visão de reconhecimento de espaços de lutas e disputas, tem-se a concepção de Conselho como garantia de participação social. Tanto Teixeira (2007) como os conselheiros expressam a opinião de que a participação da sociedade civil é uma forma de conceder espaço para o debate de uma diversidade de atores, questões, modos de compreensão e perspectivas que provocam a montagem de um quadro plural. É preciso lembrar que poucas vezes essas diferenças se confrontaram ou mediram forças, fato agora possível no espaço do Conjuve, isso tudo em nome de um reconhecimento maior – os diretos da juventude brasileira.

Entretanto, os dados evidenciam outros aspectos não tão positivos em que a participação da sociedade civil está sujeita, por exemplo, à manipulação político-partidária, como foi mencionado por vários conselheiros.

Este aspecto foi tão significativo que alterou o percurso da pesquisa e exigiu a realização de entrevistas semiestruturadas com dois conselheiros, pois foi um ponto que se julgou interessante investigar com maior profundidade (anexo 2 e 3). Esses conselheiros foram identificados como Conselheiro 1 – representante da Cadeira de Entidade Religiosa e Conselheiro 2 – representante de Entidade de Apoio – Saúde, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos e coordenador da CAPP. Tendo sido eles dois conselheiros que fizeram referências mais explícitas sobre o *lobby* dos partidos políticos no Conjuve, merecem registro algumas falas:

Acredito que falta independência das entidades da sociedade civil. No meu ponto de vista nas cadeiras da sociedade civil ficam nas mãos dos partidos políticos, assim, o Governo tem além das 20 cadeiras destinadas tem outras a mais com as articulações (Entrevista com Conselheiro 1).

Existe disputa política, principalmente representada pelas juventudes partidárias, que se escondem atrás das ONGs e que impedem o controle social do Conjuve. (Entrevista com Conselheiro 2).

Essa discussão é bastante interessante, pois revela a existência de grupos e movimentos que buscam garantir formas de legitimar as ações do governo por outros canais, para além de suas representações. Essa conjuntura coloca em risco a “neutralidade” na ocupação das cadeiras do Conselho, pois permite que esses espaços sejam usados para “forjar legitimidade, sobretudo quando o poder público é o responsável pela execução das políticas públicas”, como alerta Teixeira (2007:12).

Nota-se por esses relatos que as motivações para propor ou apoiar políticas públicas envolve múltiplas articulações nos bastidores e que isto não é invisível aos olhos dos conselheiros. Tal fato superdimensiona a análise da composição das representações.

O Conselheiro 2, menciona que a juventude partidária está subrepresentada:

Você soma isso, por que eu falo que **essas juventudes partidárias, porque é isso, há uma sobrerrepresentação, então hoje**, isso eu falo, porque na literatura há um processo dentro de instituições da sociedade civil que tem um processo, eu tenho achar outra palavra, mas um processo e cooptação, então assim, além de ter a juventude partidária representada, você vai na CUT é o partido, você vai no CNTE é o partido, você pega algumas ONGs que estão no Conselho, na realidade é o partido, e não aqui, então, assim, há uma intensidade da participação dos partidos, tanto diretamente quanto indiretamente no espaço do Conselho (...) então, assim, 10% do PIB, não é pauta de juventude de periferia isso, isso é muito distante, eu não estou falando que não é importante, mas essa pauta é uma bandeira da juventude estudantil partidária, eu não vou nem entrar no campo se representa ou não, então, assim, é um desafio essa participação da juventude partidária e eu vejo isso como uma coisa muito ruim, ou seja, em conselho nenhum existe assento da juventude partidária (Entrevista com Conselheiro 2). (grifo nosso).

Essas falas expressam que a representação da juventude partidária é um desafio na composição do Conjuve, visto que, na opinião de vários conselheiros, isso legitima as demandas dos partidos ou da instituição, que por sua vez possui vínculos partidários e a necessidade da juventude fica em segundo plano, inclusive alguns conselheiros percebem que o governo se infiltra nas entidades para garantir legitimidade nas suas ações, aspecto também evidente nas entrevistas realizadas. Neste sentido, nota-se a fragilidade destes canais como espaços democráticos. Por outro lado pode-se entender que isto faz parte dos jogos de

poder que se estabelecem na arena política brasileira marcada pelos “aspectos autoritário, patrimonial e clientelista” (Avritzer, 2009).

Mesmo diante desses limites se percebe potencialidades na participação dos movimentos sociais no diálogo com o Estado, mesmo que a participação não seja satisfatória.

Assim, percebe-se que por definição um conselho é um órgão com um número limitado de representantes. Todavia, ele deve ter uma composição plural, capaz de expressar os principais grupos e interesses coletivos para atender uma determinada área ou segmento. Por isso, é necessário o reforço de contemplar o máximo de representações possíveis. Todavia, um fato importante é que, a ocupação destes espaços de cidadania implica múltiplas negociações e que algumas respostas, revelam que, por vezes, o representante não se conecta as pautas do grupo que representa.

Também, merece registro a fala do conselheiro representante da cadeira de juventude estudantil ao falar sobre a representatividade dentro do Conjuve,

Faltam algumas e sobram outras. A composição é uma fotografia da correlação de forças no momento da eleição. (Juventude Estudantil).

Ele apresenta que a composição é na verdade uma fotografia da correlação de forças no momento da eleição, ou seja, a definição dos representantes se dá pelos processos de negociação, também no momento da eleição. Essa fala recoloca a participação no Conjuve no conflituoso campo da política, e não se pode desconsiderar que o debate sobre a composição dos conselhos diz respeito à diversidade de atores envolvidos na temática.

E, sobre isso, é preciso reconhecer que a sociedade civil se ampliou e, atualmente, a pluralidade de movimentos sociais demonstra que o combate às desigualdades e a busca por reconhecimento das demandas postas no Brasil, não são somente a redistribuição da renda, mas também de reconhecimento tal como afirma Fraser (2001). Assim, a complexidade social abre espaço para um número cada vez maior de atores, que antes não compareciam na cena pública.

Quando questionados sobre o processo eleitoral, vários conselheiros destacam que a influência partidária é vista como um aspecto negativo no Conjuve, como pode ser observado nos trechos:

A questão partidária é um desafio (Entidade de Apoio – Saúde, Gênero E Direitos Sexuais e Reprodutivos).

Lamentável. Excessiva politicagem e indevida ingerência de partidos políticos. (Entidade de Apoio – Segurança Pública/Direitos Humanos).

As organizações possuem autonomia na escolha de seus representantes, o que é bom. Nas escolhas internas do Conselho falta mais decisões por convicções ideológicas, atualmente os processos eleitorais se preocupam mais com partidos. (Juventude e Meio Ambiente).

Nessas falas, percebe-se a crítica ao processo de escolha dos representantes que, mesmo sendo por meio de eleições, com a publicação de edital, esse processo estaria distante de garantir uma representação legítima, visto que os conchavos políticos são excessivos. Essa questão foi recorrente nas falas dos conselheiros tanto nos questionários quanto nas entrevistas. Vários mencionam essa questão como um entrave no Conjuve e, conseqüentemente, impede o controle social das entidades nas ações do governo e a necessidade de se criar oposições, como foi levantado durante a entrevista com o Conselheiro 2:

Temos que criar oposição, mas sim no próprio governo, você vê o histórico do CONJUVE é PT, PC do B, PMDB, PTB e PSB, são esses partidos, se você pegar todas as composições e bater não teve mudança, tem essa trajetória, ou seja, é o governo, e aí assim, eu não sou de partido nenhum, eu queria deixar isso bem claro, já fui filiado inclusive ao PT dez anos atrás, antes de o PT chegar ao governo, mas são esses partidos que estão lá, e aí quando você vê, assim, a UNE, a UNE é PC do B, ou seja, tem a vaga da UNE, para movimento estudantil, então há uma potencialização da representação partidária dentro do Conjuve, na minha avaliação, uma avaliação (Entrevista com Conselheiro 2).

Este conjunto de falas imputa problematizar ainda mais o conceito de controle social, que, segundo Davies (2011), é um equívoco idealizá-lo atribuindo-lhe supostas virtudes de uma abstrata sociedade civil ou imaginando-o dissociado do controle estatal, como se o Estado não representasse também o social. O Estado representa, de maneira direta ou indireta, a “sociedade” e, por isso, esse controle também é um tipo de controle social da sociedade sobre o Estado, é um equívoco presumir uma dicotomia entre ambos. Todo controle estatal é também controle social, mesmo que não atenda aos interesses do conjunto da população ou, principalmente, das classes ou dos grupos explorados e oprimidos (p.112). O Conjuve confirma essa realidade. Nesse contexto, pode-se inferir que o governo se infiltra nas entidades para conseguir legitimidade nas suas ações, como já alertado por alguns conselheiros. Entretanto, percebe-se resistência a esse tipo de cooptação.

Desta forma, o conselho tende a reproduzir a correlação de forças no debate das políticas públicas para a juventude, priorizando aquelas defendidas pelos partidos que detém a hegemonia no Conselho ou são responsáveis por legitimar as ações do governo, já que existe maior representação dos partidos da base aliada do Governo Federal, como já mencionado pelos conselheiros.

Outra consequência da incidência desses partidos políticos no Conjuve é a frequência de falas de apoio ao governo federal, enquanto que, o acompanhamento e a avaliação das políticas permanecem marginais nessas discussões, esse aspecto foi observado em várias ocasiões durante as reuniões, além de ter sido bastante mencionado nos questionários e nas entrevistas.

Outra questão que merece destaque é a baixa participação dos representantes do governo com legitimidade para opinar em nome do órgão. Também pode ocorrer uma representação apenas por formalidade, sem maior envolvimento ou à elevada rotatividade dessas representações.

Nesse estudo parte-se do princípio que todo e qualquer conselho é um campo de luta, de conflitos, que ora estabelecem consensos, ora dissensos, mesmo entre os integrantes da sociedade civil e os membros do poder público e também entre ambos. Não necessariamente existe uma dicotomia entre os dois segmentos, mas os conflitos são parte dos processos de mediação que se estabelecem nos espaços públicos de diálogo. Assim, partindo dessa realidade concreta e considerando a necessidade de intersetorialidade entre os ministérios/secretarias no debate sobre a formulação de políticas públicas no interior do Conjuve, foi possível perceber a ausência de representantes do poder público nas reuniões observadas pela pesquisadora.

Segundo o Presidente do Conjuve a ausência desses representantes fragiliza as ações do Conselho:

Então, por exemplo, os ministérios tem assento no conselho, tem um problema, porque os ministérios acabam mandando para o conselho pessoas que não tem poder de decisão nos ministérios, então eu acho que essa relação no conselho ela é um pouco tensionada, também por conta disso, porque algumas demandas que aparecem

das organizações da sociedade civil, fruto de congressos, encontros que as organizações realizam, as próprias conferências nacionais de juventude (Presidente do Conjuve).

A fala do presidente vem de encontro ao que a aparente abertura³⁶ no que se refere à ampliação dos canais de diálogo entre o poder público e a sociedade civil. Constatamos na situação observada que existe um espaço institucionalizado e a presença teórica majoritária dos movimentos sociais e diversos segmentos para discutir políticas para a juventude, todavia isso não significa necessariamente que se materializará em ações. O campo tenso que antecede à própria inserção da temática na agenda dos ministérios, prescinde da presença do poder público na mesa de negociação, e isto, como se nota nem sempre tem ocorrido.

Essa ausência foi observada tanto nas reuniões do Conjuve, quanto no trabalho das Comissões e Grupos de Trabalho, esse aspecto que é bastante enfatizado pelos representantes da sociedade civil que observam com insatisfação a baixa participação dos representantes do governo não somente durante as reuniões, mas também no encaminhamento das demandas para a formulação de políticas públicas. Ou seja, observa-se que estes espaços permanecem reproduzindo vícios de práticas tradicionais, conservadoras e antidemocráticas, aspectos que demonstram os limites e as potencialidades da participação social.

Considerando o perfil e a trajetória destes conselheiros, essa insatisfação se requalifica, pois sabem muito bem que a proposição e a inserção na agenda governamental prescindem de maior envolvimento do governo federal e suas múltiplas instâncias. A ausência neste caso se configura como falta de interesse, centralização nas decisões ou mesmo suscita dúvidas sobre o tempo dedicado as discussões que não levaram a termo as políticas acordadas pelos conselheiros da sociedade civil no Conjuve. Entre os conselheiros há um desconforto bastante evidente que diz respeito à falta de participação dos Ministérios/secretarias nas ações do Conjuve. Essa fragilidade foi justificada pelo fato desses órgãos terem baixa abertura ao diálogo na formulação das políticas públicas e de que no interior deles não existe uma abertura substancial à participação dos setores da sociedade civil representados no Conselho.

Assim, tem-se a impressão de que o conselho é um espaço em que se discutem temas, mas ainda com reduzida efetividade dentro das instâncias de decisão, expressando restrita influência na formulação, monitoramento e avaliação das políticas, como confirmado pelas falas:

Participação governamental – Poder Público;

Falta a presença participação do governo, principalmente dos Ministérios (Cadeira de Entidade Religiosa).

A falta de implementação das "deliberações" do Conjuve nas PPJ e a falta de transversalidade das PPJ nas diversas instâncias do governo (Cadeira de Juventude Estudantil).

³⁶ Souza (2011) ao analisar a baixa incidência da sociedade civil nos primeiros anos do governo Lula, manifesta pelos resultados do MAPAS – Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade, o autor revela algumas explicações: A animosidade frente à participação dos setores conservadores que compõem a base do governo, somada a uma engenharia/arquitetura dos espaços de participação com baixa coesão (como um sistema que não se articula) e pouca influência nas decisões governamentais, além do fato de precedido o período de euforia tem-se posterior desencanto com os limites à participação social (SOUZA, 2011, p. 31-32).

Portanto, um dos principais desafios do Conjuve é tornar a representação do poder público mais efetiva, para isso, é necessário repensar a própria atuação dos seus representantes como participantes dos processos de negociações das políticas públicas no âmbito dos Conselhos, pois como dito anteriormente, essa participação ocorre sem maior comprometimento, visto que a maioria dos órgãos governamentais permanece alheia aos debates, além da baixa efetividade nas suas ações consensuadas no Conjuve. Em decorrência disso, a sociedade civil queixa-se que os representantes do poder público têm mais acesso a informações e principalmente maior poder decisório nas políticas que envolvem a juventude. Ou seja, as políticas acontecem à revelia dos debates do Conjuve.

Segundo avaliação do Presidente do Conjuve, isso se deve porque os ministérios não se preocupam adequadamente com esses espaços de participação, como se percebe na fala a seguir:

(...) as pessoas que estão representando os ministérios no conselho em geral não tem condições de dar recursos, porque não são diretores, não são secretários, em alguns casos são servidores, em outros casos, inclusive, consultores, os ministérios indicam consultores para os conselhos, e aí tem um problema que não é específico do Conjuve, é um problema geral dos conselhos, em alguns ministérios tem o servidor do conselho, que ele é o que vai para três, quatro conselhos diferentes, então tem um problema que às vezes ele não tem isso, tem um aspecto positivo, que mesmo nessa situação a representação dos ministérios no Conjuve em geral é das áreas que acompanham política de juventude (Presidente do Conjuve).

A gravidade maior está na correlação de forças, visto que esse grupo de conselheiros (poder público) possuem informações privilegiadas sobre o que está acontecendo no campo das políticas, tais como: acesso a documentos, dados e pesquisas sobre seus resultados e principalmente, seria o grupo responsável pela discussão e a elaboração de políticas que responderiam de maneira mais satisfatória aos sujeitos a quem elas se dirigem. Estes poderiam interferir mais incisivamente nas decisões sobre as políticas públicas para a juventude. Além disso, se é verdade que os integrantes do governo ainda não dialogam entre si para articular uma política pública transversal, também é verdade que as entidades da sociedade civil na arena de discussão sobre juventude, caracterizam-se por uma pluralidade de opiniões.

Em se tratando de uma realidade contraditória, há também aqueles que consideram que os espaços de diálogo não são devidamente utilizados, pois o Conselho ainda apresenta baixa influência sobre as definições das políticas. Para esses, a impressão é que os segmentos não utilizam esses espaços para formular ações concretas, apenas se detém a discutir temas como efetividade reduzida. Uma das explicações para a baixa capacidade decisória é a restrição orçamentária.

Existem espaços de diálogo, mas não são usados com sinceridade, ou seja, apesar de existir não expressam de forma efetiva a realidade das discussões políticas e a suas ideologias” (Juventude e Meio Ambiente).

A princípio sim, porém, como instância de controle social não explora tais canais. (Entidade de Apoio – Segurança Pública/Direitos Humanos).

Tenta. Mas a dimensão gigantesca e o pouco orçamento inviabilizam muitas trocas necessárias em alguns processos. (Instituição de Pesquisa – Estudos da Religião).

Desse modo, a falta de estrutura e orçamento é apontada por um número considerável de conselheiros como uma fragilidade, pois demonstra que o baixo orçamento compromete as atividades do Conselho, como expresso nos trechos:

A logística e o orçamento são fragilidades (Instituição de Pesquisa – Estudos da Religião);

Falta de estrutura (Cadeira de Trabalhadores Urbanos).

Não há uma Secretaria Executiva que de fato cumpra com seu papel de tocar adiante as resoluções do Conjuve. Muita coisa morre ou não caminha da forma dinâmica necessária (Entidade de Apoio – Segurança Pública/Direitos Humanos).

Segundo Lima (2011), para se analisar a capacidade de incidência de um conselho, além de seu caráter e de suas competências, é importante também perceber se os espaços possuem recursos financeiros para efetivarem o seu trabalho. Esses recursos podem ser financeiros ou administrativos. Um conselho que não possui um montante suficiente para custear a participação dos seus representantes nas reuniões nem uma equipe que facilite a operacionalização das reuniões, preparando os documentos necessários, se encarregando de registrar e publicizar as decisões, entre outras atividades, tem o seu funcionamento bastante comprometido.

O papel de organização do cotidiano do Conjuve é atribuição da Secretaria Executiva, esta estrutura que se responsabilize por operacionalizar as reuniões, seja viabilizando a vinda dos conselheiros, seja registrando as reuniões, seja publicizando as decisões. Entretanto, foi mencionado que a Secretaria Executiva necessita ser mais efetiva nos encaminhamentos das decisões do Conjuve.

A questão da estrutura e da organização interna do Conjuve toca em pontos importantes, pois para viabilizar o monitoramento, a avaliação das políticas públicas faz-se necessário um orçamento compatível, pois fóruns, seminários e reuniões exigem recursos financeiros e este repasse não ocorre de forma satisfatória na opinião dos conselheiros. Essa pauta é tão central que em uma das reuniões observadas, grande parte foi dedicada ao planejamento/orçamento do Conjuve para o ano de 2013, pois a maior parte da execução orçamentária do Conselho é com diárias e passagens dos conselheiros da sociedade civil, residentes em outras localidades para as reuniões das Comissões³⁷ e dos GTs.

Nesse contexto, cabe repensar, a institucionalização do Conjuve, particularmente nos aspectos administrativos e orçamentários. Então, cabem os seguintes questionamentos: O Conselho consegue permanecer sem a vinculação a estrutura do governo? Sua atuação não estaria condicionada ao apoio do poder executivo para garantir sua atuação? Se assim não for, como seria? Uma explicação possível talvez seja atribuída ao fato dos canais de diálogo serem utilizados pelo governo para cooptar o aval das entidades para legitimar suas ações. Esse receio se manifesta no discurso dos conselheiros representantes da sociedade civil que percebem a existência dessa linha tênue.

A escolha das pautas e/ou demandas debatidas no Conjuve é uma questão que dialoga com a anterior, se configurando numa relação de poder, pois determina: O que? Quando? E como serão debatidas as temáticas prioritárias? Cabe considerar que a não

³⁷ A formação das Comissões e Grupos de Trabalho (GTs) configuram-se como um diferencial na atuação do Conjuve, pois ajudam a operacionalizar as ações do colegiado. São quatro as comissões permanentes: Comissão de Articulação e Diálogo com a Sociedade (CAD); Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP); Comissão de Comunicação e Comissão de Acompanhamento ao Parlamento. Quanto aos GTs, em 2010 foram criados seis grupos de trabalho: Juventude Negra; Juventude e Meio-Ambiente; Pacto pela Juventude; Relações Internacionais; Estatuto Nacional da Juventude e 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Em 2013 permanecem em atividade três GTs: Juventude Negra, Meio Ambiente e Relações Internacionais.

discussão de uma pauta também é uma forma velada de não reconhecer a legitimidade dos representantes do conselho. Sobre esta questão, alguns conselheiros responderam que a pauta é definida pelo plenário do Conselho, comissões, GTs e conselheiros.

Quanto a influência do poder público na definição das demandas para a juventude, o Conselheiro 2 foi questionado sobre a existência de demandas formuladas pela sociedade civil e pelo poder público e o que as diferenciariam?

(...) e aí eu vou pegar uma política que não tem a ver com educação, mas é o PAC. O PAC tinha espaços que a juventude podia participar que eram os colegiados e aí o próprio IPEA lançou uma pesquisa que falou que a sociedade civil ia lá para assinar lista de presença, que todas as propostas que foram feitas nos espaços ditos participativos não foram efetivados pelo governo, então ter espaço é bacana, mas qual é a efetividade da nossa participação? E aí a gente não tem conseguido de fato, que aí eu acho que tem uma crítica, eu acho que a sociedade civil traz, que é discutir os níveis de participação, é só uma consulta? Então, o governo diz: é só uma consulta, a gente está aqui para ouvir, nada do que vocês falarem talvez não vá ser nada incorporado, ou vai ter, então, assim, é o que eu vejo mais que aí na política nacional (Conselheiro 2).

Esse trecho revela relevância dos espaços de participação na formulação das políticas para a juventude, entretanto aponta algumas reflexões: a) existência de contradição entre a visão de participação da sociedade civil e a do poder público; b) o Conjuve é um espaço de participação, contudo, existem níveis de participação que a sociedade civil não interfere. A declaração revela os limites impostos pelo e ao Conjuve, e evidencia a visão centralizadora do Estado, que mesmo propondo espaços de participação, os movimentos sociais são ouvidos, porém parece que sequer interferem na formulação da política definida pelo Estado. Enfim, a sociedade civil segue excluída dos processos decisórios.

Isso gera um conflito construído por referências diferentes e o risco real é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo para legitimar objetivos contrários, com reforço de uma perspectiva governamental gerencialista.

Algumas considerações finais

O campo demonstrou a arena contraditória e conflituosa das negociações que se configuram no interior do Conjuve. O debate interno das entidades dentro do Conselho expressa o caráter conflitivo dos interesses e dinamiza as negociações quanto às políticas educacionais, que por sua vez também expressam as negociações com o Estado.

Buscou-se ainda debater como ocorrem as negociações no Conjuve que delinearão as políticas públicas para a juventude. Assim, foram demonstradas algumas contradições desse processo de negociação sem, contudo, ter a pretensão de esgotar todas as possibilidades de contradições e mediações desse processo histórico. Isso porque se tem a nítida compreensão da incompletude da análise, visto que a história é um devir em constante movimento. Percebeu-se durante a pesquisa de campo a urgência dos conselheiros em transpor os limites do seu próprio segmento, esse atributo precisa ser entendido como a capacidade de enxergar os interesses gerais dos jovens e não somente os interesses da instituição que representa e, especialmente, fazer com que essas demandas se tornem decisões políticas e criem canais de diálogo com o Estado e as outras entidades do Conselho.

A maioria dos conselheiros considera que a diversidade favorece ao diálogo, pois as diferentes opiniões são imprescindíveis para a criação um ambiente plural que tente

estabelecer consensos acerca dos rumos que devem ser tomados para a formulação das políticas públicas. Nas respostas a esta questão avança-se no entendimento que o Conjuve é um espaço importante de formação e formulação de propostas mais ou menos consensuais, e que considere os anseios dos diversos segmentos jovens. Para alguns conselheiros a ausência de divergências, sim, seria uma fragilidade no processo democrático.

A discussão parece levar a uma conclusão, que a constituição de conselhos não garante a participação da juventude na tomada de decisão das ações que se revertem em seu benefício, mas dá maior visibilidade às demandas da sociedade. É sem dúvidas um canal de diálogo entre os jovens organizados institucionalmente e o poder público. Contudo, existem níveis de participação que a sociedade civil não consegue incidir, essa constatação revela os limites impostos pelo e ao Conjuve, e evidencia o monopólio do Estado, que mesmo apoiando espaços institucionais de participação, no entanto os movimentos sociais são ouvidos, porém não interferem efetivamente na formulação das políticas educacionais, conforme visto nessa pesquisa.

Uma das características ressaltadas na pesquisa foi o fato dos conselhos oferecerem recomendações e sugestões das diretrizes e perspectivas de políticas para execução do Governo. Isso envolve a disputa na escolha dos temas sobre os quais os conselhos irão se manifestar e a questão de o governo ser ou não suscetível às suas sugestões. Em tese, os conselhos deveriam garantir uma composição diversificada, com força de expressão dos principais interesses presentes na realidade dos jovens.

Nesse contexto, apesar do Conjuve contar com uma composição diversificada, esse aspecto se mostrou insuficiente para caracterizar as demandas da juventude. Uma vez que existe influência de alguns grupos sociais que monopolizam os debates do interior do Conselho, característica enfatizada pelos conselheiros se referindo à atuação da juventude partidária. Essa situação foi mencionada como uma fragilidade que gera desconforto entre os conselheiros, o que evidencia um incômodo. Portanto, necessita ser enfrentada pelo Conjuve. Soma-se a isso o fato desses conselheiros oriundos dos partidos políticos terem sua participação sobrerrepresentada, como relatado por alguns conselheiros.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L. **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54. BRASIL, 2012, p. 4

BRASIL. **Conselho Nacional de Juventude. Conselhos de juventude: fortalecendo Diálogos, promovendo direitos**. Brasília: 2010.

_____. **Conselho Nacional de Juventude**. Conselhos de juventude: fortalecendo Diálogos, promovendo direitos. Brasília: 2010a.

_____. **Conselho Nacional da Juventude**. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. Brasília, 2011.

DAVIES, N. A aplicação das verbas da educação: Controle Estatal ou social? In: **Federalismo e políticas na efetivação do direito à educação no Brasil**. GOUVEIA, B.A.; PINTO, R. M. J. e CORBUCCI, R. P. (orgs.). Brasília, IPEA, 2011, p. 111-125. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/digital/publica_007.html > Acesso em 10 outubro de 2013.

GAMBOA, S.S.A. A Dialética na Pesquisa em Educação: Elementos de Contexto. In: FAZENDA, Ivani *et al.* **Metodologia da Pesquisa em Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008, 11ª edição, p. 91-115.

FRASER, N. Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Editora UnB, 2001, p.245-282.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani *et al.* **Metodologia da Pesquisa em Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008, 11ª edição, p. 71-90.

MINAYO, S. C. M. ; ASSIS, G. S.; SOUZA, R. E. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMA, F. P. P. Conselhos Nacionais. In: **Relatório Final da Pesquisa: Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios**. Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas. Agosto 2011. Disponível em < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2012/relatorio-final-arquitetura-da-participacao-no-brasil-avancos-e-desafios> > Acesso em 19 de agosto de 2013.

SOUZA, Rafael Gustavo de. Democracia Participativa: Resgate Histórico e uma Aproximação da Visão dos Atores da Sociedade Civil. In: **Relatório Final da Pesquisa: Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios**. Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas. Agosto 2011. Disponível em < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2012/relatorio-final-arquitetura-da-participacao-no-brasil-avancos-e-desafios> > Acesso em 19 de agosto de 2013.

TEIXEIRA, C. A. Nacionais: participação ou apaziguamento de conflitos? In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento**. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007, p. 10-13.

ANEXO 1

1. DADOS PESSOAIS	1.1 Nome:	
	1.2 Idade:	
	1.3 Instituição que representa:	
	1.4 Há quanto tempo exerce a função de conselheiro:	
	1.6 UF (atual):	
	1.7 Sexo:	
	1.8 Cor ou raça	()Branca ()Preta ()Parda ()Amarela ()Indígena ()Outra
	1.9 Qual sua Formação acadêmica?	()Ensino Fundamental ()Ensino Médio ()Superior completo ()Especialização ()Mestrado ()Doutorado
	2. SOBRE A ATUAÇÃO NO CONJUVE	2.1 Qual é sua participação no Conjuve?
2.2 Qual sua opinião sobre a participação das entidades da sociedade civil no Conjuve?		
2.3 Em sua opinião, falta algum segmento na composição do Conjuve?		
2.4 Como você avalia o processo eleitoral dos conselheiros?		
2.5 Existem tensões/conflitos no Conjuve? Quais são as mais evidentes?		
2.6 Em sua opinião, o Conjuve consegue criar canais de diálogo em uma composição tão diversificada?		
2.7 Como são escolhidas as pautas e/ou demandas debatidas pelo Conjuve? Através das camisas		
2.8 Quais fragilidades você apontaria nas ações do Conjuve?		
3. SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	3.1 Em sua opinião, o que significa a constituição de espaços colegiados para a formulação das políticas públicas educacionais para a juventude?	
	3.2 Quais políticas públicas educacionais são prioritárias para a juventude brasileira?	
	3.3 Quais contribuições o Conjuve pode oferecer para a formulação das políticas públicas educacionais para a juventude?	

Fonte: Elaboração da autora.

ANEXO 2

Entrevista com representante da cadeira de entidade Religiosa (CONSELHEIRO 1)

1. Em várias de suas respostas, você relata que a influência dos partidos políticos manifesta-se como um desafio, quando questionado sobre a participação das entidades da sociedade civil, você responde: “acredito que falta independência das entidades da sociedade civil, no meu ponto de vista as cadeiras da sociedade civil fica nas mãos de partidos políticos, assim o governo tem além das vinte cadeiras destinadas, tem outras a mais com as articulações”. Em outro momento, quando questionado sobre as fragilidades do Conjuve, você responde: “acho que uma fragilidade são as relações políticos partidários, e acho que dessa parte era só isso, eu acho que nessas duas perguntas você fala dessa questão da influência dos partidos políticos”. Diante dessas

- afirmações, porque essa característica impede o controle social das políticas públicas para a juventude?
2. Quando você fala em partidos políticos você está falando de quais partidos, por exemplo?
 3. Você acredita que Conjuve exerce controle social das políticas públicas para a juventude? E como o Conjuve pode ser mais efetivo nesse controle social?
 4. Quanto questionado sobre a formulação das pautas e demandas do Conjuve, você afirma: “A pauta é construída pela Mesa Diretora”. O que isso quer dizer? Os conselheiros participam de que ponto?
 5. O Conjuve costuma debater com frequência sobre Políticas Públicas Educacionais? O que é debatido?
 6. Existem demandas formuladas pela sociedade civil e demandas formuladas pelo Poder Público na área da educação? O que as diferenciam?
 7. A formulação da política públicas do Ministério da Educação acontece à revelia de órgãos institucionalizados como o Conselho da Juventude?

ANEXO 3

Entrevista com conselheiro representante da cadeira de Entidade de Apoio a Saúde, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos (CONSELHEIRO 2)

1. No questionário você menciona que a disputa política e a influência da juventude partidária que se manifesta como um desafio. Por que você colocou isso como uma característica que impede o controle social? Quando questionado sobre a participação das entidades da sociedade civil, você responde: “existe disputa política, principalmente representada pela juventude partidária, que se escondem atrás das ONGs e impedem o controle social do Conjuve”. Por que essa característica impede o controle social?
2. Outra questão é bem recorrente na sua fala, que é a construção de indicadores de monitoramento das Políticas Públicas para a Juventude – PPJs como forma de exercer o controle social? Por quê?
3. Você acredita que Conjuve exerce controle social? E como o Conjuve pode ser mais efetivo nesse controle social?
4. Com relação a área de educação. O Conjuve costuma debater sobre as Políticas Públicas Educacionais? O que é debatido?
5. Existem demandas formuladas pela sociedade civil e demandas formuladas pelo Poder Público na área da educação? Quais são? O que as diferencia?

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM: A ESCOLHA É SUA! – Rafael Romagnoli

Faculdades Integradas de Botucatu³⁸

RESUMO: Este trabalho mostra que existe uma tradição autoritária no Brasil que precisamos eliminar, pois o orçamento só é conhecido por alguns especialistas que sabem e decidem sobre a receita e despesa da entidade pública, no entanto, ele é a peça chave das políticas públicas. É nele que se visualiza a relação entre o discurso e a realidade, entre a teoria e prática do Estado, porque define em números aquilo que no discurso chama-se de prioridades. Hoje há uma legislação que avançou muito no sentido de democratizar o processo orçamentário e existe muita gente querendo participar, no entanto há muito que fazer até que a sociedade, no seu conjunto, conscientize-se de suas necessidades e de sua participação nos destinos da nação. Em outras palavras, exerça seu dever de bom cidadão. O Orçamento Participativo não é um conceito que está esgotado, muito pelo contrário, ele pode ser empregado e adaptado às peculiaridades de cada região ou município. E é exatamente isto que vem acontecendo em diversos municípios que já o adotou. Cabe registrar sua importância com experiência apresentada pela própria juventude que participou ativamente do projeto “Prefeito (a) por um dia” que compõe o processo do Orçamento Participativo Jovem que revolucionará o planejamento democrático, que se contrapõe à visão tecnoburocrática de planejamento central, conforme se poder relatar neste Trabalho de experiência do Município de Botucatu-SP.

PALAVRAS- CHAVES: chamada pública. orçamento participativo. orçamento participativo jovem. orçamento público. poder público. sociedade civil organizada

ABSTRACT: This work shows that there is an authoritarian tradition in Brazil we need to eliminate, because the budget is only known by some experts who know and decide on the revenue and expenditure of the public, however, it is the key part of public policy. This is where you view the relationship between rhetoric and reality, between theory and practice of the State, because it defines what the numbers in speech called priorities. Today there is a very advanced legislation to democratize the budget process and there are many people wanting to join, however there is much to do until society as a whole, become aware of their needs and their participation in the destiny of the nation . In other words, exercising its duty of good citizen. Participatory budgeting is not a concept that is exhausted, quite the contrary, it can be used and adapted to the peculiarities of each region or municipality. And this is exactly what has been happening in many municipalities that have already adopted it. It bears emphasizing its importance with experience presented by the very youth who actively participated in the project "Mayor (a) for a day" that makes up the process of Participatory Budgeting Young will revolutionize democratic planning, which opposes the techno bureaucratic vision of central planning, as able to report on this work experience Botucatu - SP. **KEYWORDS:** call public. participatory budgeting. young participatory budgeting, public budget, public authorities, civil society organizations.

³⁸ Romagnoli. R. é Docente na Faculdades Integradas de Botucatu – SP, Aluno de Especialização da UFMG – (Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) e da UFSCAR (Gestão Pública), tem Especialização e MBA Administração Pública e Gerência de Cidades (Uninter - PR-2012), possui graduação em Logística/ Transporte pela Faculdade Tecnologia de Botucatu (2012) e graduação em Direito pela Universidade Paulista (2004). Atualmente é Assessor de Políticas Públicas para Juventude no Município de Botucatu-SP.

Introdução

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, além de definir a concepção do Estado Federativo, fez impulsionar o espírito democrático no Brasil. Assim se faz nas rotineiras eleições para os dirigentes no Poder Executivo e do Poder Legislativo; no plebiscito e no referendo; no acesso à Justiça entre outros.

Na legislação infraconstitucional, também, já se contempla a participação popular nas áreas de interesse coletivo. O exemplo do Estatuto das Cidades, no seu artigo 2º, II; Estatuto do Idoso, através dos conselhos municipais e recentemente com a edição da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, expressamente, pede a participação da sociedade no processo orçamentário, compartilhando assim, a tomada de decisão conjuntamente com a Administração Pública.

A Administração Pública, por força de lei, elabora o seu orçamento. De um lado, consegue relacionar a sua receita, e, de outro, prever as suas despesas. O orçamento, portanto, espelha a organização e o planejamento das finanças públicas.

Essa composição RECEITA/DESPESA é que se pode chamar de ORÇAMENTO PÚBLICO, fundamentado na Lei Federal nº 4320 de 1964 e na Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, inciso I, II, III, pela qual define como competência do Poder Executivo (da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios) a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentárias Anual (LOA), a seguir melhor explicadas.

A peça orçamentária, previamente elaborada, é o principal instrumento de ação da Administração Pública (da Prefeitura), uma vez que traduz os planos e metas dos governantes, ou seja, os segmentos que irão ser contemplados e as demandas que serão enfrentadas.

A adequação entre as infinitas necessidades da população e seu o finito orçamento é, sem dúvida, a maior missão do Administrador Público, que muitas vezes, prefere enfrentar essa dinâmica de maneira isolada e silenciosa. Investido do sufrágio universal, consegue definir sozinho o destino do município, sem se ater aos humores da população.

Alguns, ainda, conseguem seguir simplesmente o plano de governo debatido com a sociedade no período pré-eleitoral, como se estivesse cumprido um contrato social que se celebrou, alterando, em raros casos, a rota traçada.

Outros governantes têm o entendimento que a ação política tem que ter a participação popular. É a partilha do poder. O voto não é alienação do poder individual, mas é o início da co-responsabilidade social. Juntos, povo e governo identificam as demandas, validam projetos e priorizam aquelas que serão enfrentadas pelo orçamento vindouro.

Com certeza a prática do exercício do poder não diminui o abismo entre o binômio necessidade/receita. Ao convidar o povo a opinar e deliberar sobre o orçamento torna-o não mais um mero espectador, mas protagonista do destino de seu município.

Manifesta, também, o exercício constante da cidadania e da solidariedade, o controle social da Administração Pública Municipal, a exigência da qualidade do gasto público, a diferença da práxis do exercício do poder. O governante deixa de ser autocrata, mesmo que elevado pela democracia representativa.

A partir da Constituição de 1988, algumas cidades admitiram a participação da sociedade civil na construção do orçamento público municipal. Uma das formas adotadas foi

o Orçamento Participativo. A partir de 1990, houve experiências em Porto Alegre e em Belo Horizonte.

O Orçamento Participativo (OP) consiste em um processo sistematizado através do qual a população discute previamente o orçamento do ano vindouro, elenca prioridades de demandas e submete ao governante a sua execução.

Utilizando metodologia própria e de forma organizada, as necessidades setoriais vão sendo elencadas pela população que junto com o Poder Executivo fazem constar aquela obra ou ação na peça orçamentária.

Contudo, a maior preocupação é com a formação do indivíduo como agente de transformação e, através do Orçamento Participativo motivou também a Administração Pública a criar um instrumento de participação que inserisse a juventude, porém, esse instrumento, projeto, tem um atrativo diferenciado para que essa juventude pudesse aceitar, participar e deliberar as suas necessidades no âmbito municipal.

Objetivos

Os Estudiosos do orçamento participativo têm continuamente chamado a atenção para suas características fundamentais: democracia, equidade, solidariedade e eficiência. Este conjunto de características teria melhorado à qualidade de vida da população de baixa renda, devido, principalmente, ao efeito redistributivo do OP. Santos (1998), por exemplo, chamou o OP de democracia redistributiva. Navaro (1998), fazendo uma referência aos programas de ações afirmativas existente nos Estados, designou o OP de democracia afirmativa. Para Marquetti (2000), o OP teria estendido o processo democrático para os setores organizados da população pobre da cidade, melhorando as condições de vida desta população.

Contudo, na sua maioria, os trabalhos realizados até o presente têm mostrado pouca preocupação em substanciar empiricamente o efeito redistributivo do Orçamento Participativo. Tal fato pode ser explicado por dois motivos. *Primeiro*, o esforço inicial foi no sentido de desenvolver um arcabouço teórico para o estudo do Orçamento Participativo a fim de entender melhor as questões gerais que o mesmo envolve. *Segundo* o reduzido material estático à disposição dos pesquisadores. Não houve preocupação, por parte dos executores do Orçamento Participativo, em quantificar suas realizações e, muito menos, seus efeitos sobre a população da cidade.

Todavia, esta questão tornou-se de grande relevância pelo interesse que o Orçamento Participativo despertou na comunidade acadêmica e no debate político. As mais importantes experiências de Orçamento Participativo têm surgido em diversas cidades do Brasil.

Este trabalho tem por objetivo discutir se o OP possui de fato um efeito redistributivo no que tange aos investimentos e obras realizados e na expansão na oferta de bens e serviços públicos.

Em outras palavras, foi criada uma relação de simbiose entre o governo municipal e segmentos da sociedade civil. Portanto, não tem muito sentido saber se em que medida os possíveis resultados positivos desta experiência devem-se a atuação do governo, ou devem-se a atuação da sociedade civil. O Orçamento Participativo é uma associação que abrange os dois segmentos. O relevante é a capacidade desta associação em gerar resultados positivos para a sociedade como um todo.

O Poder Executivo botucatuense elaborou, propôs e aplicou a metodologia de participação popular por diversos instrumentos, que são eles: Ouvidoria Municipal (Secretaria de Descentralização), Ouvidoria da Saúde, incentivou as regulamentações das Associações de Moradores de Bairros, fomentou a Casa dos Conselhos (reativação de Conselhos

desativados), reestruturou o Orçamento Participativo e inovou com o Orçamento Participativo Jovem.

Finalmente, acreditamos que o objetivo do chefe do Poder Executivo da cidade de Botucatu, São Paulo, Brasil, é a qualificação do cidadão-botucatuense, e por esse motivo têm como principal objetivo a descentralização do poder e da priorização das demandas elencadas pela comunidade.

Justificativa

Quando encontramos ferramentas participativas na administração pública elas estão inter-ligadas a governança dos agentes políticos que são detentores do poder, em aceitar ou não compartilhar essa decisão com a própria população. Portanto, observa-se que o Orçamento Participativo, tem somente sua função democrática participativa se a população escolher participar e se interar das necessidades, e da ferramenta de participação popular que é poder discutir o orçamento, denominando, conforme as necessidades setoriais e temáticas, portanto, acrescentamos que a aceitação do município poderá e fará toda diferença nesse processo de “inclusão social” que o OP exerce na vida dos mais carentes.

As demandas levantadas pela população local serão levadas ao grande conselho que estará representado por todos os setores da cidade de Botucatu-SP, assim sendo, a sua demanda e sua necessidade não pode ser uma, e sim coletiva, para que possa chegar na votação e ter o maior número de adeptos, todavia, a riqueza do processo está no município conhecer o orçamento e, para isso acontecer, justificamos aqui que o Orçamento Participativo é uma das melhores ferramentas que existe para a compreensão do povo, que ratifica a sua vontade através do destino do orçamento.

Orçamento

Orçamento é o plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício. Aplica-se tanto ao setor governamental quanto ao privado. O Orçamento Público é um documento legal de previsão de receitas e estimativa de despesas, a serem realizadas por um Governo em um determinado período de tempo (geralmente um ano).

É um ato de previsão de receita e fixação de despesas para um determinado período, normalmente, 1 (um) ano, e será executado durante o ano financeiro. A previsão e fixação são realizadas pelo Poder Executivo, enquanto o estudo e aprovação pelo Poder Legislativo. O orçamento materializa a ação planejada pelo Estado, (no caso pelo Município) para a manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos.

É um instrumento que o Poder Público dispõe em qualquer uma de suas esferas para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

A criação de uma nova visão de elaboração e execução orçamentária encontra receptividade entre técnicos e estudiosos da gestão pública e na sociedade civil por implicar a visão concebida na CF 1988, ao estabelecer um ciclo orçamentário para a gestão pública, iniciando-se pelo PPA (Programa Plurianual de Investimentos).

No Plano Plurianual o governante, no primeiro ano do seu mandato, formaliza os projetos e programas a serem cumpridos em médio prazo, ou seja, nos três anos seguintes de sua gestão e no primeiro ano do mandato do seu sucessor na Chefia do Executivo, aplicando-se a exigência na União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Todos esses entes federativos, em cada exercício, devem elaborar e encaminhar ao Legislativo, para discussão e votação, para execução no ano seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no primeiro

semestre e a Lei Orçamentária Anual (LOA) no segundo semestre, completando-se, assim, o ciclo orçamentário que deve garantir a compatibilidade do PPA com a LDO e a LOA para cada exercício, isto é, para cada ano abrangido por esse PPA.

Já o jurista Afonso Aguiar, também especialista em assuntos municipalistas, tributários e orçamentários, tem um olhar mais entusiasmado para a questão do orçamento público. A esse respeito, ele diz que:

Se houve época em que o orçamento público não passava de um instrumento autorizatório de arrecadação de receitas e realização de despesas públicas, hoje, não mais há quem conteste sua utilização como instrumento de planejamento e análise, necessário à implantação de uma política econômica e social mais aperfeiçoada, dando, assim, às receitas públicas, dinheiro do povo, uma destinação e aplicação mais aceitável politicamente, com a produção de resultados mais eficientes em proveito da coletividade (AGUIAR, 1997, P. 43).

Transformar o orçamento público em um simples conteúdo financeiro e com a maior participação da população é atribuir as seguintes questões abordadas nas citações abaixo:

Classicamente, o orçamento é uma peça que contém a previsão das receitas e a autorização das despesas, sem preocupação com planos governamentais e com interesses efetivos da população. Era mera peça contábil, de conteúdo financeiro (HORVATH, 1999, p. 69).

Orçamento Público – Previsão dos fatos patrimoniais de uma entidade pública. Previsão de despesas e receitas de uma entidade pública. Previsão do exercício de uma entidade de fins públicos (SÁ & SÁ, 1995, p. 337).

Orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidência a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foi observada através dos princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros que estudaremos adiante (SILVA, 1996, p. 37).

A Figura 1 trás em seu bojo quais os encaminhamentos que os projetos orçamentários deverão seguir para a melhor execução dos serviços públicos e para a otimização dos recursos e minimização dos conflitos de interesse entre Poder Executivo e Comunidade.

Figura 1 - Orçamento Público

Projeto	Encaminhamento ao Poder Legislativo	Devolução ao Poder Executivo
Plano Plurianual	4 meses antes do Término do primeiro exercício financeiro do presidencial (31 de agosto)	Até 15 de dezembro do exercício em que for encaminhado
Lei de Diretrizes Orçamentária	8 meses e meio antes do término do Exercício financeiro (15 de abril)	Até 30 de junho do exercício que foi encaminhado
Lei Orçamentária Anual	4 meses antes do término do exercício financeiro (31 de agosto)	Até 15 de dezembro do exercício que for encaminhado

Fonte Autoral

Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é um conjunto de diretrizes, objetivos e metas da Administração para com as despesas de capital e outras delas decorrentes e para com as

relativas aos programas de duração continuada, não só afeta a investimentos, mas também as despesas de custeio. Assim, para a construção de uma unidade básica de saúde, obrigatoriamente, deve constar a contratação de médicos, enfermeiros, material, enfim, tudo aquilo para o seu funcionamento e uso.

Portanto, para fundamentar a elaboração do PPA no artigo 165, §§ 1º e 4º da Constituição Federal de 1988 que estabelece:

§ 1º - A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada..§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o **plano plurianual** e apreciados pelo Congresso Nacional. **(grifo nosso)**

Ratificando então, que a Constituição Federal de 1988 estabelece que cada município deverá estabelecer os objetivos e as metas da administração pública para despesas de capital e outras delas decorrentes.

O Plano Plurianual (PPA), que, em resumo, representa o programa de governo, nasce à elaboração da LDO (Leis de Diretrizes Orçamentárias) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA), tudo, evidentemente, aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito Municipal, em restrito cumprimento do que rege a Lei Orgânica do Município.

Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é instrumento de gerenciamento entre a receita e a despesa usada em cada exercício financeiro. Sua elaboração se materializa com a previsão de receita (o que o município irá arrecadar) e o cálculo das despesas, como aquelas de caráter continuado, a exemplo das despesas com folha de pagamento, energia elétrica, precatórios, etc.

A fundamentação sobre a Lei Orçamentária Anual encontra-se na Carta Magna em seu art. 165 § 5 e, seu inciso I discorre:

[...] I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

A defesa da participação popular no ciclo orçamentário também é feita pelo tributarista Kiyoshi Harada, sob o argumento de que o direcionamento de despesas pela LOA deve respeitar a vontade média da população, pois a LOA, outra coisa não é se não o instrumento de exercício de cidadania, significando, prévio consentimento popular na realização das despesas fixadas (HARADA, 2002, P. 54).

Ainda, manifesta - se Torres (1995) a favor da formação, no Brasil, de uma cultura orçamentária, a respeito do que diz faz estas colocações:

“O debate permanente sobre a feitura do orçamento, as discussões entre os políticos em torno das prioridades da despesa pública, a participação e o interesse do povo na preservação e no respeito aos princípios da boa administração orçamentária e a eficiência do controle da execução orçamentária, tudo isso contribui para formar a cultura orçamentária” (TORRES, 1995, p. 25).

Leis Diretrizes Orçamentárias

A fundamentação e a elaboração da (LDO) no artigo 165, § 2º da Constituição Federal e define as metas e prioridades do ano seguinte, com base no estabelecido no Plano Plurianual. Sua lavra deverá cotejar o equilíbrio entre receita e despesas, normatizar o controle de custos e avaliação dos resultados das ações financiadas pelo orçamento, contingenciar verbas para suporte de oscilação orçamentária. O conteúdo orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), as políticas tributárias de pessoal e salarial.

Lei Orgânica do Município

A Lei Orgânica do Município de Botucatu de 05 de abril de 1990 rege que o povo botucatuense, através de seus representantes na Câmara Municipal de Botucatu, no propósito de manter uma comunidade inspirada na justiça, na democracia, na solidariedade e no desenvolvimento.

No art. 1º da lei Orgânica do Município de Botucatu declara que esse município é uma unidade integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo e exerce a autonomia política, administrativa e financeira, que lhe é assegurada pela CF/88.

A participação popular está assegurada pela Lei Orgânica do Município de Botucatu-SP em seu artigo 60, conforme transcorre o texto:

Art. 60 - A Administração Municipal direta, indireta ou fundacional obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público, transparência e participação popular, bem como os demais princípios constantes nas Constituições Federal e Estadual.

Orçamento Participativo

Conceito

É uma participação direta da sociedade na elaboração do orçamento municipal, apontando as demandas mais urgentes para aquela população. Uma nova modalidade de administração da coisa pública, possível de ser praticada pelo Poder Executivo na esfera municipal. De forma mais transparente e aberta, proporcionando a qualquer cidadão um contato direto com os gestores da sua cidade, apontando, assim, suas necessidades mais relevantes. É um dos pontos mais positivos, o seu valor pedagógico, quando orienta, educa e exercita a cidadania de uma massa da sociedade, gigante por sinal, discriminada, esquecida e ignorada.

A Constituição de 1988 em prol do exercício da democracia e da soberania popular compatibilizou, no seu art.1º, a existência da democracia representativa e da democracia participativa, sem exclusão ou concorrência, mas complementar e harmônica. Art.1º, parágrafo único. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. [...] Art.14. “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com o valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

O orçamento participativo é, enfim, uma oportunidade para a tomada de consciência que abre alas para a cidadania, assim como para a exorcização do populismo, que tão mal fez e faz a ela (PIRES, 2001, p. 68).

A participação popular não pode se encerrar no momento do ato de votar ou ser votado, pois, acreditamos que as práticas de cidadania estão inseridas na participação popular através de instrumentos como o Orçamento Participativo (OP).

Orçamento Participativo (OP) é a democratização da relação do Estado com a sociedade. Esta experiência rompe com a visão tradicional da política, em que o cidadão

encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entenderem, por meio de políticas tecnocráticas ou populistas e clientelistas.

O art.29 da Constituição Federal de 1988, nos seus incisos XII e XIII, destacam a participação popular em questões orçamentárias.

(...) XII. cooperação das associações representativas no planejamento municipal; [...]

XIII. iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (...) (OLIVEIRA, 2004, pg.44)

Por muitos anos a elaboração do orçamento no País foi realizado de uma forma técnico - administrativa, sem que houvesse uma participação da sociedade. No decorrer dos anos, com o fim da ditadura, o pluripartidarismo, o fortalecimento da sociedade civil organizada com movimento sociais urbanos e associações civis, como sindicatos, associações, e o próprio posicionamento da Igreja em ações político-sociais, e principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fizeram surgir no seio popular a necessidade da participação, da fiscalização e da cobrança de transparência por parte dos administradores públicos, principalmente, no que tange as finanças públicas.

Aplicação

A regulamentação para o funcionamento do Orçamento Participativo é instituída por lei (Projeto de Lei nº093/2003) e pela própria sociedade organizada, de maneira autônoma. O formato do Orçamento Participativo deve ser compatível a características de cada município, sua política, sociedade, cultura e tudo deve ser pesado, pois a inclusão popular na gestão pública é complexa e delicada, podendo não ser bem interpretada caso algo saia errado.

Para a implantação do Orçamento Participativo requer a negociação entre várias secretarias; a equação do potencial de arrecadação e dos gastos públicos; definição de objetivos a curto, médio e longo prazo, para apresentar propostas à população. A administração municipal deverá:

- a) descentralizar as discussões, dividindo o município em regiões;
- b) elaborar critérios de solução das demandas apresentadas;
- c) elaborar critérios de participação popular;
- d) definir instâncias de participação e suas competências específicas.

O Orçamento Participativo permite ao gestor público a informação mais rápida e precisa das necessidades de sua população. Podendo assim, direcionar melhor os recursos do município.

De forma geral o Orçamento Participativo funciona da seguinte maneira: o Poder Executivo cria uma metodologia a ser aplicada junto com a sociedade, definindo critérios, competências, capacitação, definição de metas e de recursos a serem aplicados para a solução das demandas prioritárias a serem apontadas pela população, que deverá eleger delegados para representá-los diretamente com os gestores públicos. Os delegados e as demandas apontadas em plenárias regionais, ou seja, a cidade é dividida pela administração municipal em regiões, independentemente do número de bairros existentes. Então, os planos de investimentos advêm de reuniões entre agentes públicos do município e os delegados ou conselheiros eleitos. Definida a proposta orçamentária, é encaminhada para o legislativo. O acompanhamento e a fiscalização já ficam definidos por um grupo previamente escolhido, ou seja, o Conselho do Orçamento Participativo.

Orçamento participativo jovem

Conceito

A elaboração do “Projeto Orçamento Participativo Jovem e o Projeto Prefeito (a) por um Dia” tem como objetivo principal atingir a juventude que frequenta as escolas de ensino médio (privada /pública) e buscam conquistar um ensino de melhor qualidade nos contextos culturais, esportivos e político no âmbito escolar e no seu habitar não restringindo a sua própria escola, mais sim a sociedade botucatuense.

Proporcionando a todos os alunos da rede escolar do ensino médio sobre os deveres e direitos dos governantes no que tange aos compromissos e ações demandadas pela população através do Orçamento Participativo. Portanto, o projeto “Orçamento Participativo Jovem” tem o intuito em motivar a juventude a preencher essa lacuna e colaborar no levantamento de demandas de seus interesses, levando então, o chefe do Poder Executivo, Sr. João Cury Neto, destinar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o projeto, que será dividido entre as escolas participantes do projeto.

Missão

Estimular os jovens a se organizarem diante de um objetivo comum, para que, organizados possam planejar e vivenciar as mudanças em seu ambiente para o desenvolvimento da comunidade por meio da cidadania compartilhada.

Cidadania Compartilhada

A cidadania compartilhada traz para o adolescente a possibilidade de discutir as suas necessidades x possibilidades com a sua realidade.

Aplicação

Encaminhamento para os Órgãos Competentes e Convencimento da Aplicabilidade do Projeto.

O Projeto elaborado pela Secretaria de Planejamento / Coordenação do Orçamento Participativo foi encaminhado para a aprovação do Prefeito Municipal, Sr. João Cury Neto, que posteriormente encaminhou para a Diretoria de Ensino da Regional de Botucatu, Sr. Valdir Paixão, para sua devida aprovação e, conseqüentemente nos direcionou para apresentação a todas as escolas particulares do município de Botucatu.

O projeto foi aceito pela maioria das Instituições de Ensino da cidade de Botucatu que possuem Ensino Médio, portanto, o Projeto começará a envolver e realizar a integração entre as escolas particulares, públicas (estaduais e municipais) e técnicas.

Totalizando, então 22 escolas de ensino médio da cidade de Botucatu que se localizam nos 5 setores da cidade de Botucatu, conforme figura 2.

Porém, não poderíamos deixar de mencionar que a cidade de Botucatu, São Paulo, tem como *slogan* “Cidade dos Bons Ares e das Boas Escolas”, portanto, esse é mais um elemento que nos motivou a elaboração e execução desse Projeto.

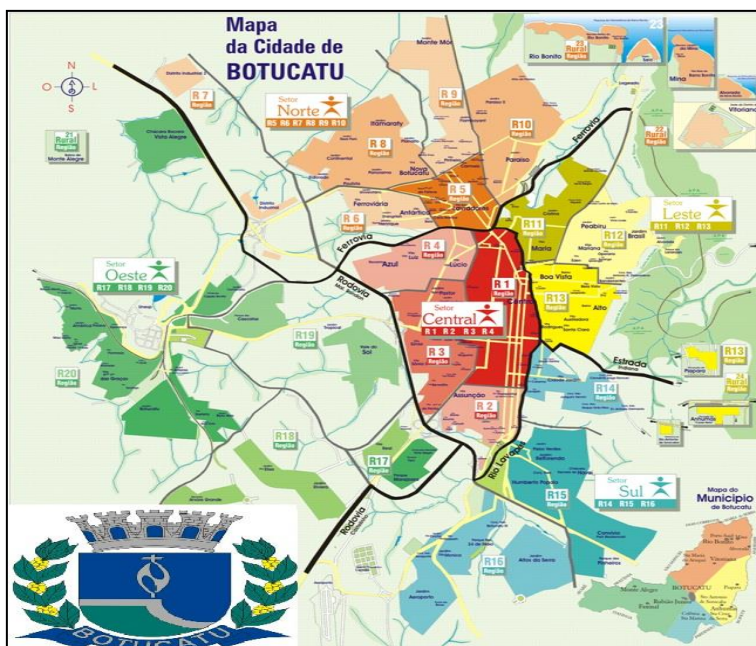


Figura 2 - Mapa Setorial Botucatu

Fonte Autoral

Visitas as Escolas do Ensino Médio – Botucatu-SP

O Projeto “Orçamento Participativo Jovem” teve como público alvo, todos os alunos que frequentavam o ensino médio na cidade de Botucatu, seja ele da escola particular, pública ou técnica. Esse Projeto teve no total de 22 (vinte e duas) escolas e 29 (vinte e nove) visitas, atingindo então cerca de 3.269 (três mil duzentos e sessenta e nove) alunos.

As visitas eram pautadas em 5 momentos, que iremos transcrever cada um separadamente abaixo:

- Apresentação do Regulamento
- Palestra sobre o “Protagonismo do Jovem e Vivência como Prefeito”
- Filme – Demonstrando Cidadania
- Palestra sobre “Participação Popular e como o Jovem deve ser inserido”
- Eleição e Votação para Escolhas dos “Delegados da Escola” (10 delegados titulares/escola) + os (delegados suplentes)

As palestras são de 2 (duas) horas de duração, pois este é o primeiro contacto entre Poder Público e Comunidade Jovem Botucatuense, conforme demonstra as figuras abaixo.



Figura 3 - Palestra- Protagonismo Jovem. Fonte Autoral



Figura 4 - Palestra - Participação Popular. Fonte Autoral

Capacitação da Juventude

A capacitação da Juventude é um processo árduo e longo, pois acertar quais ferramentas utilizar, qual linguagem usar, qual sistema movimentar e quais os parâmetros para ver se estávamos no caminho certo ou errado, era uma incógnita, pois, acreditávamos que só iríamos poder mensurar esses resultados no final do processo.

A elaboração desse módulo era o principal de todo projeto, pois, deveríamos e teríamos que motivar a Juventude a querer participar das tomadas de decisões da Administração Pública, lacuna essa que somatizou desde a Orçamento Participativo 2011. Assim sendo, a administração pública preparou para os jovens botucatuenses as seguintes capacitações.

Viagem ao Palácio dos Bandeirantes e a Assembléia Legislativa Estadual.

As visitas foram programadas em 5 etapas (viagens), pois, a administração pública somente poderia transportar 45 (quarenta e cinco) alunos/viagens/mês a casa do Chefe do Poder Executivo Estadual e a casa do Poder Legislativo Estadual, portanto, nessa fase o poder público municipal encaminhou cerca de 225 (duzentos e vinte e cinco) alunos, conforme demonstra as figuras abaixo.



Figura 5 - Jovens partindo de Botucatu-SP para Capital Paulista. Fonte Autoral



Figura 6 - Palácio dos Bandeirantes. Fonte Autoral



Figura 7- Juventude visita o Palácio dos Bandeirantes - São Paulo. Fonte Autoral



Figura 8 - Assembléia Legislativa. Fonte Autoral

Visita a Poder Legislativo Municipal - Câmara Municipal de Botucatu- SP.

A Câmara Municipal de Botucatu realiza as suas Sessões Legislativas, todas as Segundas feiras da semana, portanto, do dia 13 de fevereiro de 2012 até o dia 09 de abril de 2012 o poder público (Secretaria Planejamento) cedeu um funcionário para explicar e retirar as dúvidas da juventude botucatuense a respeito do processo legislativo municipal. No período acima citado recebemos a presença de 65 (sessenta e cinco) jovens.

O Vereador Bombeiro Tavares atribui uma Moção de Congratulação (Confere o direito do Poder Legislativo atribuir para aquele cidadão botucatuense que se destaca perante a sociedade) para todos Jovens que foram certificados “Prefeitos (as) por Um Dia”, conforme destaque na foto abaixo:



Figura 9 – Certificados e Moção do Ver. Bombeiro Tavares. Fonte Autoral

Evento: Capacitação da Juventude Botucatuense

A juventude Botucatuense recebeu um dia de Capacitação do Poder Público com momentos culturais e inesquecíveis momentos, como a eleição dos “Prefeitos (as) por um Dia” e o levantamento das Demandas de cada Escola participante do Projeto Orçamento Participativo Jovem.

Portanto, relatamos o dia da juventude com a relação e conseqüências de atividades realizadas nesse dia tão especial para a cidade de Botucatu-SP.

- a. Início de Credenciamento e Café da Manhã
- b. Montagem da Mesa
- c. 1º Palestra – Protagonismo do Jovem na Sociedade

- d. 2º Palestra - Oratória
- e. Almoço
- f. Eleição para Prefeito ou Prefeita por 1 dia
- g. Levantamento das Demandas
- h. Atração Cultural
- i. Encerramento

A coordenação do Orçamento Participativo e a Secretaria de Planejamento mobilizaram todos Delegado/Suplentes do Orçamento Participativo Jovem para a capacitação. Contudo, estiveram presentes cerca de 160 jovens (delegados/suplentes) foram capacitados e obtiveram a oportunidade de se candidatar a “Prefeito (a) por Um Dia”.



Figura 10 - Capacitação da Juventude. Fonte Autoral

Prefeito (a) por um Dia.

A administração pública botucatuense quis inovar na transcrição do Projeto “Orçamento Participativo Jovem” da cidade de Botucatu-SP elaborando um momento mágico na vida daqueles que se destacassem e fossem reconhecidos como verdadeiros líderes entre seus pares, pois a escolha de quem seria o Prefeito (a) por Um Dia caberia à própria juventude escolher.

Não obstante e reconhecendo a verdadeira e legítima a figura de várias lideranças da juventude botucatuense em diferentes escolas da cidade de Botucatu, o Prefeito João Cury Neto, achou melhor a realização de um “Prefeito (a) Jovem por Um Dia” por escola.

As eleições aconteceram na Iª Capacitação da Juventude Botucatuense e naquele momento surgiam 22 (vinte e dois) “Prefeitos (as) por Um Dia”

Os escolhidos para a função de “Prefeito (a) por Um Dia” dentro do projeto “Orçamento Participativo Jovem” passaram um dia de labuta com o Prefeito Municipal da cidade de Botucatu, ou seja, indiferentemente dos compromissos ou quaisquer atividades em data agendada pela Secretária do Prefeito (Solange Leal Vitorino).

Caravana da Cidadania

A Caravana da Cidadania tem como principal objetivo levar os Delegados/Suplentes do “Orçamento Participativo Jovem” *in loco* observar as necessidades das escolas participantes do projeto, pois, testemunhos dos alunos que ali estudam e que ali “habitam” que são de suma importância para a sustentação das suas demandas, tentando utilizar do poder

de persuasão em relação seu próximo (jovem), convencendo-o que sua necessidade é primordial e que deverá ser elencada como primeira na tabela geral das prioridades.

Ao observarmos, o que nos resta é a integração, a participação, a doação, a abdicção e o comprometimento com as causas prioritárias levantadas pela própria juventude, pois, o processo se torna rico no momento que escolas que necessitam menos começam a abrir mão de sua verba para as escolas mais necessitadas.



Figura 11 - Caravana da Cidadania. Fonte Autoral

Entrega do Levantamento das Demandas

As demandas levantadas pelos Delegado-Suplentes e alunos das escolas envolvidas foram entregues em local, horário e data pré-determinada pela equipe da Secretaria de Planejamento.

A equipe da Coordenação do Orçamento Participativo Jovem realizou a tabulação das demandas e, conseqüentemente o levantamento dos valores de cada demanda sugerida pela juventude botucatuense, originando assim, a tabela de prioridades e seus respectivos preços.

Lembrando-se então, que o Poder Executivo Municipal destinou R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o projeto.

Eleição Coordenador (a) Municipal da Juventude e Estagiário da Coordenadoria Municipal da Juventude.

A eleição do (a) Coordenador (a) Municipal da Juventude está atrelada ao Cargo Comissionado na Secretaria de Planejamento e, que estará sobre os olhares da Coordenadoria do Orçamento Participativo, pois para preencher esse cargo o (a) candidato (a) necessitava preencher alguns requisitos necessários por força de lei, tendo em vista que muitos dos participantes (muitos alunos do ensino médio) estão na faixa-etária de 15 a 18 anos e o cargo disponibilizado por questões trabalhistas (direito trabalhista) previa que:

- a) Mulher: Ter 18 (dezoito) ou mais anos
- b) Homem: Ter 18 (dezoito) anos ou mais, com o cumprimento da prestação do serviço militar.

O Prefeito Municipal preocupado na continuidade do projeto vislumbrou a necessidade de se ter um (a) jovem se preparando para assumir o aludido cargo de Coordenador (a) da Juventude e, assim sendo, cedeu uma vaga de estágio para fortalecer ainda mais o início de um projeto promissor.

A juventude botucatuense pode escolher seu Coordenador (a) (conforme as regras estipuladas) e o Estagiário (a) em votação direta e democrática, com todos os princípios constitucionais previstos, desde a elaboração do Cargo até a sua consumação.

Historicamente, podemos dizer que o projeto em epigrafe fez a diferença, nomeando um (a) coordenador (a) e estagiário (a) pelos seus próprios pares (jovens). É salutar, dizer que a formatação e o continuísmo das políticas públicas efetuadas são de suma importância para a realização dos conceitos de participação popular, transparência, controle social e o direito primordial constitucional de votar e ser votado.

A administração pública marcou para o dia 12 de abril de 2012 às 19h30min a eleição para o Cargo de Coordenador (a) e para o Estagiário (a) da Juventude e naquele momento estavam presentes 80 (oitenta) jovens que poderiam votar e ser votado.

A eleição para a vaga de estágio tivemos cerca de 10 (dez) candidatos, aonde o candidato mais bem votado foi o aluno Lucas Julian da Silva (Escola Industrial).

Finalmente, conforme as regras acima transcritas para o Cargo de Coordenador (a) somente três pessoas puderam se candidatar, e mera coincidência, todas as candidatas eram mulheres (Jocielma Oliveira dos Santos (EE Francisco Guedelha), Noemi Maira Jacob (Aitiara) e Mayara Guedes Assis (Dom Lúcio)) e a eleita pela juventude a Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para Juventude foi Noemi Maira Jacob.

Certificação “Prefeitos (as) por Um Dia” e Nomeação do (a) Coordenador (a) e do Estagiário da Juventude Botucatuense.

O processo de certificação do “Prefeito (a) por um Dia” foi algo inesquecível para a comunidade botucatuense e principalmente para 21 (vinte e um) jovens da cidade de Botucatu-SP que por um dia irão poder vivenciar o dia-a-dia do Prefeito Municipal.

O estagiário eleito pela própria Juventude também tem a disciplina, determinação para enfrentar seu maior desafio, que é a construção das políticas públicas de nossa cidade.

Finalmente, a Coordenadora da Juventude da cidade de Botucatu-SP trás a voracidade da juventude como elemento motivador para as “brigas intensas” com as peculiaridades que a juventude trás em seu dia-a-dia.

Conclusão

O objeto em estudo nos apresentou que grande parte dos munícipes botucatuenses que freqüentam ou participaram de no mínimo uma reunião do orçamento participativo, já estão aptos a distinguir as modalidades de custeio, manutenção e obra, pois, nas deliberações que ocorrem nas reuniões a gestão pública somente, elenca e absorve para a votação da plenária as demandas que se referem à obra, não obstante, a administração pública também trabalha com as outras duas modalidades de ações (custeio e manutenção), mas essas duas não são votadas e ordenadas pela administração.

O orçamento participativo tem uma característica informativa, deliberativa e de controle social, portanto, ratificamos o sucesso que esse instrumento é na cidade de Botucatu-SP-Brasil, pois, cerca de 1% da população participa desse processo, que é rico não simplesmente pelo poder democrático que se instala, mas também, pelo modo que o munícipe agrega os seus próprios valores a sua realidade/necessidade, portanto, concluímos que a administração pública que deixar o seu orçamento para discussão dos afazeres de obras pela própria população estará dando a esse à possibilidade de escolha, e diminuindo então, as probabilidades de erros.

Finalmente, aclamamos que a escolha seja sua, ou melhor, que realmente as demandas sejam definidas pelo próprio munícipe, porém, gostaríamos de ratificar que outros estudos sejam elaborados pelos acadêmicos, mas que esses estudos ocorram em campo, aprimorando assim o orçamento participativo, incluindo de maneira eficaz, efetiva e eficiente como foi o Orçamento Participativo Jovem.

Referências Bibliográficas

ANDERSIN, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Eder; Gentili, Pablo (Orgs). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998

HORVATH, E. O. F. R. **Manual de Direito Financeiro**. 3 ed. São Paulo: Editora RT, 1999.

OLIVEIRA, B. C. (org). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Roma Victor Editora, 2004.

PIRES, V. **Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz**. 1 ed. São Paulo: Manole, 2001.

SILVA, M. L. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque administrativo**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, L. A. & SÁ, L. M. A. **Dicionário de Contabilidade**. 9 ed. – São Paulo: Atlas, 1995

OS AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CAPÃO DO LEÃO NO RIO GRANDE DO SUL - Douglas Ferreira dos Santos³⁹ e Daniel Porciuncula Prado⁴⁰

Universidade Federal do Rio Grande

RESUMO: O referido artigo tratará sobre os avanços das políticas públicas a partir da atuação do Conselho Municipal da Juventude no município de Capão do Leão, no Rio Grande do Sul. Para apropriar-se desses avanços, foi discorrido sobre o sentimento de comprometimento com a comunidade local, protagonismo juvenil e sobre o conceito de identidade. Por compreender a importância em pesquisar o comportamento da juventude, foram utilizados alguns dados de uma pesquisa realizada na escola estadual de ensino médio da cidade para traçar um perfil da juventude leonense e realizar breves comparativos com a história do município, com o objetivo de entender alguns comportamentos da juventude e apropriar-se da realidade local.

PALAVRAS-CHAVES: juventude leonense; capão do leão; identidade; políticas públicas

ABSTRACT: The article treats about the advances public policies based on the performance of the Conselho Municipal da Juventude (Municipal Youth Council) in the municipal district of the Capão do Leão in Rio Grande do Sul State. To take ownership of these advances was discoursed about the feeling of commitment to the local community, youth leadership and the concept of identity. Were used to understand the importance of researching the behavior of youth some data from a survey conducted at the state high school in the city to make a profile of youth and conduct comparative “leonense” with the brief history of the city, in order to understand some behaviors of youth and take ownership of the local reality.

KEYWORDS: Youth “leonense”; Capão do Leão city; Identity; Public Policy

Considerações Iniciais

Assunção. Essa palavra é capaz de provocar a reflexão sobre o comprometimento com a transformação social. Embora remeta-nos ao significado religioso, assunção, segundo o dicionário da língua portuguesa, é a “ação de assumir”. O intelectual orgânico Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, discorre sobre esse termo e ainda afirma que “assunção se vai fazendo cada vez mais assunção na medida em que ela engendra novas opções, por isso mesmo em que ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos” (FREIRE; 2013). Para Freire, ainda há um elemento que é fundamental na assunção, que é o emocional. Ele utiliza-se do seu vício de fumar para aprofundar a reflexão, afirmando que, quando assume as consequências do mal que o cigarro lhe causa, torna-se consciente, mas é na prática de deixar o cigarro que se concretiza materialmente. “Além do conhecimento que tenho do mal que o fumo me faz, tenho agora, na assunção que dele faço, legítima raiva do fumo” (FREIRE; 2013).

A raiva, para Freire, é um sentimento de alegria, pois o ajudou no processo de transformação. Ele ainda afirma que a educação está errada se não reconhece a “justa raiva”. É a partir deste sentimento que a consciência sobre exploração, violência e protesto contra as

³⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Presidente do Conselho Municipal da Juventude do Capão do Leão; Email: douglas.ferreiradossantos@gmail.com

⁴⁰ Orientador do trabalho Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Email: danielhistprado@yahoo.com.br

injustiças acontecem, porém, é preciso ter claro os limites, já que a “raivosidade [...] corre sempre o risco de se alongar em odiosidade” (FREIRE; 2013).

Com sentimento de “raiva” diante de uma realidade que é reflexo de uma História em que há, claramente, grupos opressores sustentados por um sistema econômico no qual o que se possui é mais importante do que as relações estabelecidas entre a pluralidade de grupos é que se torna relevante compreender o comportamento da juventude em determinado espaço. Esta pesquisa foi realizada com sujeitos entre 15 e 29 anos, considerados jovens conforme o inciso primeiro do artigo um do estatuto da juventude, aprovado no ano de 2013. O material foi coletado a partir da aplicação de um questionário na Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, localizada no município de Capão do Leão. Capão do Leão era distrito de Pelotas, cidade vizinha de valor histórico significativo pela presença das charqueadas, e se torna cidade em 1982, após realização de um plebiscito local.

A justificativa em realizar essa pesquisa com o público juvenil é apropriar-se das leituras dos jovens sobre o município e conhecer seus posicionamentos sobre a relação entre as políticas públicas de juventude e o pertencimento com a comunidade.

A presente pesquisa realiza algumas reflexões sobre identidade, protagonismo juvenil e sentimento de comprometimento com a realidade local, além de analisar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal da Juventude para compreender de que forma os avanços nas políticas públicas de juventude em Capão do Leão vêm acontecendo.

Identidade, Protagonismo Juvenil e Comprometimento

É comum os jovens serem apontados como o futuro do país, encarregando-os com as responsabilidades de mudanças. É perceptível ainda o julgamento de que jovens são sujeitos desocupados, baderneiros, com os hormônios a “flor da pele” e que estão em transição da fase infantil para adulta. Esses comportamentos desconsideram a pluralidade de culturas e identidades juvenis, pois os jovens são vistos como incompletos, conforme nos mostra Viana (2009):

Assim, a imagem da juventude é aquela do indivíduo incompleto que se completa quando se integra totalmente na sociedade (mercado de trabalho, instituições sociais, responsabilidades sociais) e daí a concepção de juventude como mera transição, um período que deve ser ultrapassado e substituído pela maturidade da idade adulta (VIANA; 2009; p.151).

Diante da ideia de que os jovens só se completam quando adentram na fase adulta é que a juventude vai constituindo sua identidade e tomando decisões rodeadas de discursos de quem já viveu e tem o que falar sobre a juventude. Todo mundo tem algo a dizer sobre esse grupo social, “afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas” (ABRAMO; 2005).

O grupo juvenil só passou a ter visibilidade no Brasil a partir dos anos de 1960, mesmo que restritamente, ligado aos grupos pertencentes à classe média, na qual os jovens eram escolarizados, dando um significado para as mudanças no sistema político e cultural que recebiam como herança (ABRAMO; 2005), ou seja, era designada à juventude a responsabilidade pelas mudanças que ainda não tinham sido executadas.

Durante a ditadura civil militar no Brasil, organizações juvenis, sobretudo estudantes e militantes ligados aos partidos de esquerda, foram relevantes na luta contra o sistema vigente. Na década de 1980, com a mobilização das diretas já, outros jovens até então distantes da participação política, devido ao cenário da política nacional, se juntam aos grupos para lutar pela volta da democracia. Nas décadas de 1970 e 1980, a juventude ficou resumida, segundo

Almeida (2009), na luta por direitos da criança e dos adolescentes e os jovens acima de 18 anos ficaram fora do debate das políticas públicas.

No início da década de 1990, a juventude é destaque no cenário midiático. Neste período, a Rede Globo transmitiu a minissérie *Anos Rebeldes*, romantizando a luta dos jovens no período ditatorial, e acabou fomentando a participação de uma parcela da juventude brasileira a fazer parte do movimento dos caras pintadas, que exigiu a saída de Fernando Collor de Mello da presidência. Para Mische, a nostalgia em relação ao ano de 1968, marcado por grande perseguição a estudantes, e a minissérie *Anos Rebeldes*, exibida pela Rede Globo neste período, contribuíram para cativar os jovens que ainda não tinham aderido ao Fora Collor (MISCHE; 1997).

Na década passada, acentuam-se os debates em relação às políticas públicas de juventude nas esferas nacional, municipais e estaduais. Com a chegada de Lula a presidência, a sociedade brasileira começa a pautar de forma mais significativa a temática juvenil (ALMEIDA; 2009).

São perceptíveis na História do Brasil os vários momentos em que a juventude protagonizou de forma decisiva e massiva as reflexões e os avanços no que se refere às políticas públicas de Juventude. No cenário atual, diversos são os espaços ocupados pelos jovens para a garantia de seus direitos. A criação de uma secretaria nacional, a aprovação do estatuto da juventude e as consolidações dos conselhos de juventude (em âmbito nacional, estadual e municipal) são frutos das lutas pelas políticas públicas de juventude nos seus mais variados grupos.

No processo de avanços nas políticas públicas, os grupos engajados na participação são plurais, ou seja, são inúmeras e diversas, as entidades juvenis que lutam por direitos representando seus interesses, sejam eles culturais, religiosos, sociais, étnicos, de gêneros..., todos trazem consigo uma identidade compartilhada coletivamente.

Para Dick (2004), a juventude é o grupo que mais busca sua identidade, diferentemente de outras idades, e, para afirmar essa identidade, faz negações:

A juventude – mais e diferentemente de outra idade – busca sua identidade. Querer, por isso, que o jovem seja protagonista de si ou de sua organização é querer que ele seja ele, ficando evidente que uma identidade nunca vai contra a identidade do outro. Para afirmar essa “identidade” é claro que o jovem vai negar submissões, qualquer que ela seja (DICK; 2004; p.33).

Há diversas concepções de identidade, porém, neste estudo, cabe compreender que o processo da construção de uma identidade, parte do contexto social em que o sujeito está inserido através “de sua experiência, observação e reflexão e todos estes fenômenos, constituem um processo que também é social” (VIANA; 2009).

Para Woodward (2000), a identidade é adotada a partir dos significados dados à experiência individual do sujeito que está inserido em um contexto social e a subjetividade contribui no processo de elaboração, de posições, e do apego a essa identidade.

Sendo assim, pode-se afirmar que é através da subjetividade e das experiências individuais de cada jovem que são construídas as identidades coletivas. São dessas relações estabelecidas com os mais diversos fatores (ambientais, econômicos, culturais...) e também da ação cotidiana do “mundo dos adultos” que surgem as identidades juvenis, legitimando ou negando os modelos de comportamento estabelecidos, conforme nos mostra Viana (2009):

A auto-imagem do jovem se constrói a partir de suas relações sociais concretas e da ação cotidiana sobre ele dos adultos, das instituições, etc., e do sentimento de pertencimento a um grupo que possuiu, segundo a ideologia dominante e as

representações cotidianas, uma “natureza”. O elemento mais forte para a formação da identidade da juventude é a experiência social dos jovens, que encontram milhares de exemplos que seguem o modelo proposto pelo mundo adulto, e isto produz um sentimento de pertencimento ou uma necessidade de pertencimento por parte dos jovens, pois escapar disso seria “anormalidade” e provocaria um afastamento daqueles indivíduos da mesma faixa etária com os quais se convive e possuiu relações sociais semelhantes (VIANA, 2009, p. 152-153).

Através da citação acima, é possível compreender como alguns comportamentos são legitimados e reproduzidos, mesmo que sejam contrários a própria realidade do jovem em seu contexto, porém da mesma forma, mesmo que em situações menores, despertam na juventude o desejo de fazer parte de grupos que caminhem de forma contrária ao sistema vigente.

Para a mudança do status quo, a participação social torna-se fundamental, pois se caracteriza em um dos instrumentos para a transformação social. Entretanto, só haverá esse comprometimento e desejo de mudança se o jovem possuir alguma ligação, mesmo que mínima, com a identidade local e anseios para que grupos menos favorecidos tenham acesso as políticas públicas e que essas sejam realmente públicas, sem distinção. A participação social é o meio para o fortalecimento da sociedade civil, redefinindo e redistribuindo o poder em favor dos menos favorecidos, conforme aponta Jacobi (2005):

Nesse sentido, a participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores mais excluídos; na medida em que a superação das carências acumuladas depende basicamente da interação entre agentes públicos e privados no marco de arranjos sócio-institucionais estratégicos. A participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que, geralmente, a ele não têm acesso (JACOBI; 2005; p.232).

Apesar dos caminhos a serem percorridos para que uma transformação social aconteça, a conjuntura em que os jovens estão inseridos engessa e aponta caminhos diferentes. A falta de leitura sobre a realidade e a rapidez com que o mundo contemporâneo exige os resultados acaba desestimulando a juventude a pensar no coletivo, passando ela a ter como principal objetivo se manter visível dentro do sistema capitalista ao invés de procurar meios para combatê-lo. Um dos fatores para tal comportamento é o precário cenário da educação básica brasileira, que, ao invés de formar os jovens para viver plenamente a cidadania, valorizando suas especificidades, tem valorizado a quantidade de conteúdo que diariamente é despejado em sala de aula, não se importando se faz sentido para a vida do educando.

Mesmo diante de um contexto com grupos de opressores exercendo disputas de poder, a participação de grupos que historicamente são oprimidos e excluídos no processo democrático vem se intensificando e ganhando espaços a partir de suas bandeiras de lutas. A consciência de jovens que, comprometidos com sua comunidade local, vem ganhando notoriedade, sendo protagonistas em diversos assuntos que perpassam suas vidas, tem oportunizados exemplos para um despertar de outros sujeitos ainda estagnados. O processo do engajamento se dá à medida que há o desejo de mudança, e esse desejo desperta a partir da insatisfação do que está pré-estabelecido, mas, para que isso aconteça, é preciso identificar-se com a base, isto é, com a comunidade local.

Assim como a História, a participação também vai se reinventando e acompanhando as necessidades emergentes de cada contexto. Gil (2009) aponta para essa questão: “entende a participação juvenil como um processo em constante transformação, pois os grupos, redes, movimentos, organizações nascem e morrem, renascem como novos nomes e propostas e esse contínuo recriar parece ir construindo os jovens como atores sociais” (GIL; 2009; p. 27).

Estar atento às possíveis formas de participação juvenil e perceber esses espaços como momentos de vivência e descoberta da cidadania é considerar o jovem como protagonista de sua História, conforme aponta Dick (2004):

Há quem fale de *empoderamento juvenil*, isto é, do desafio que o jovem vai descobrindo que ele foi sonhado para “ter poder”, isto é, que ele não foi sonhado para a dependência, mas para ser sujeito de sua história. Se falarmos de protagonismo juvenil significa que acreditamos numa juventude convidada a ser sujeita de sua identidade e de sua organização, como pessoa e como grupo (DICK; 2004; p.32).

O jovem que é tido como problema social pelas instituições (escolas, igrejas, famílias, polícias...), é o mesmo jovem que possui uma capacidade enorme de transformação, basta a descoberta e a sensibilidade para apontar questionamentos, enxergando-o como protagonista. Dick (2004) afirma que o jovem que não sai de si está fadado a não encontrar-se:

O jovem que não sai de si [...] e não busca mover-se nas relações e organizações, além de não acreditar em si, é alguém que está fadado a não encontrar-se no protagonismo para o qual foi feito. É nessa geografia que se coloca a vivência da amizade e a vivência comunitária. É o outro entrando na vida dele como igual. É uma descoberta. Tudo mexe com esse eu, segurando-o dando a impressão que segura, é questionando: família, escola e Igreja, principalmente (DICK; 2004; 34).

Nos tempos atuais, as políticas públicas feitas pelo/para os jovens nascem da atuação de sujeitos comprometidos, com identidade muitas vezes em construção, porém com aspectos necessários para partir para a ação. O despertar dá-se de diversas formas e em diversos espaços, pois, o número de ONGs, institutos, grupos com identidade juvenis, vem surgindo para pautar as demandas deste público específico. Até mesmo os grupos que já existem passam a ter setoriais para a fomentação da discussão no que diz respeito ao protagonismo juvenil.

Os conselhos municipais de juventude vêm desempenhando um papel importante para o comprometimento e as demandas locais. São espaços cuja proposta é que sejam legítimos no que diz respeito à representação das mais variadas entidades civis que desenvolvem trabalho com a juventude.

Apesar de ser um público específico, os avanços conquistados pelos jovens nas políticas públicas contribuem para a melhoria de todos os sujeitos envolvidos, conforme será refletido a seguir.

Um olhar sobre Capão do Leão

Uma das principais motivações em realizar esta pesquisa foi para compreender a dinâmica de um município que, mesmo jovem, tem deixando de crescer em alguns aspectos. É intrigante como um número significativo de moradores, sobretudo os jovens, não têm identificação com o local e tal postura acaba, por vezes, na falta de envolvimento nas questões que poderiam melhorar a qualidade de vida dos sujeitos.

Diversas são as formas de expor essa falta de identificação, seja se ausentando das decisões ou simplesmente afirmando ser residente da cidade vizinha. Após analisar alguns perfis de jovens na rede social *facebook*, é possível notar que muitos afirmam serem moradores de Pelotas. Esse comportamento pode ser por diversos fatores: 1) Capão do Leão torna-se município em 1982 e, devida às administrações precárias, deixou de proporcionar aos seus moradores o acesso básico a saúde, cultura, lazer, educação... Os sujeitos precisam se deslocar até a cidade vizinha para atender suas necessidades básicas. 2) No município não há hospitais, portanto a maioria dos jovens residentes nasceram em maternidades nas redondezas e, por sua vez, foram registrados em cartórios de outras cidades. São poucos os sujeitos

registrados em Capão do Leão. 3) Os bairros são bem distintos e cada um possui características diferentes, o que contribuiu para uma divisão e uma ausência de identidade leonense. Algumas localidades ficam mais próximas do Centro de Pelotas do que do da própria cidade.

Para melhor compreensão, as seguintes informações contribuirão para analisar o espaço em questão. O município de Capão do Leão está localizado no extremo sul do país e faz divisas com outras seis cidades. Segundo o site⁴¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o território do município ocupa uma área de 785,373 Km² e possui uma população estimada (dados do ano de 2013) em 25.256 habitantes.

O partido da atual administração completará 16 anos no governo em 2016 e, independente dos prefeitos, traz um jeito de governar com características muito próximas. Não investe no comércio local, não procura executar as políticas sugeridas pelos moradores, deixa de cumprir com os prazos no que diz respeito às verbas do governo nacional, além de realizar um trabalho assistencialista com o intuito de deixar um grande grupo dependente para garantir-se no governo.

Em Capão do Leão há um potencial enorme para o turismo rural, já que a zona rural é a maioria de seu território, porém ainda não está sendo explorado, deixando paisagens e locais que outrora foram utilizados por Pelotas se degradarem. O município ainda possui grandes blocos de granitos, ganhando o título de segunda maior pedreira do mundo, mesmo que estudos para verificar tal titulação nunca tenham sido realizados. Duas Brs atravessam o município e há no território empresas de pequeno, médio e grande porte.

A maioria dos moradores trabalha nas cidades vizinhas, retornando para usufruir do descanso, fomentando a imagem de uma cidade dormitório. Não há espaço de lazer, as atividades culturais são restritas ao tradicionalismo e os locais para a prática de esportes estão interditados pela falta de manutenção ou conclusão das obras.

Sobre a origem do nome, há várias hipóteses, mas, segundo o pesquisador Joaquim Dias, a mais provável é a presença do leão-baio (*Puma concolor*), que também é chamado de puma, leão da montanha, entre outros nomes. O Historiador, em seu *blog*⁴², através de pesquisa, demonstra que as outras duas versões sobre o nome do município estão equivocadas. Uma delas, muito difundida entre os moradores, é que um leão teria fugido ou sido abandonado por um circo que passava pela cidade de Pelotas e ele foi para o capão (mato em um campo isolado). A outra hipótese é que havia um armazém cujo proprietário era de sobrenome Leão.

Conforme o pesquisador, o nome da localidade tem registro no período em que o Brasil era colônia de Portugal, pois a presença de um armazém ou de um circo nas redondezas só poderia ser posterior, já que só há registros de circos no continente por volta dos 1840. Quanto ao armazém do Seu Leão, carece de provas e é pouco provável que estivesse localizado em um lugar até então desabitado.

Por se tratar de um município novo, algumas demandas da população ainda estão se constituindo e a identidade é uma delas. Faltam estudos para identificar sobre a origem dos moradores que hoje se assumem como leonense, já que o aumento da população só aconteceu anos mais tarde a sua emancipação.

41

Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430466&search=rio-grande-do-sul|capao-do-leao>

42 Disponível em: <http://capaodoleaohistoriaecultura.blogspot.com.br/2007/06/origem-do-nome-de-capo-do-leo.html>

Perfil da Juventude Leonense

Embora o subtítulo aponte para uma visão geral dos jovens que residem em Capão do Leão, o perfil da juventude descrita aqui se trata dos jovens estudantes do ensino médio. O questionário (anexo 1) foi aplicado com todos aqueles que aceitaram participar da pesquisa na Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, a única escola de ensino médio no município no momento da pesquisa. Optou-se em realizar a pesquisa na escola por compreender que este espaço constitui-se numa amostra dos jovens que residem no município, pois são estudantes oriundos de todas as localidades, urbana e rural.

O objetivo da pesquisa foi coletar informações para conhecer a realidade dos jovens leonenses para que o Conselho Municipal da Juventude obtivesse um banco de dados para iniciar seus estudos e projetar os avanços necessários nas políticas públicas de juventude. A pesquisa foi realizada em dezembro de 2013, totalizando 188 participantes. Do total de participantes, 7 entregaram o questionário em branco, 107 são mulheres e 74 são homens.

As perguntas permitiram ter uma leitura sobre a sexualidade, renda familiar, educação, participação em grupos, etnia, opinião sobre a administração local, apontamentos sobre o trabalho do Comjuv, preconceitos existentes e as prioridades no município a partir da perspectiva dos jovens.

Os dados coletados deixam de fora os jovens que ainda estão cursando o ensino fundamental, os jovens trabalhadores e/ou universitários que já concluíram a educação básica e os jovens desempregados. Torna-se difícil para o Conselho Municipal da Juventude, devido as diversas demandas, e muitas vezes com poucos recursos, avançar nas questões que envolvem tempo e dificuldades no que diz respeito a cativar a juventude que está em espaços isolados para participar desta iniciativa. Porém, essas informações apontam para um dos caminhos a serem seguidos e, embora sejam os gritos dos jovens estudantes, estes estão em contato com os demais e comungam de algumas opiniões.

No gráfico a seguir, é possível ver a faixa etária dos jovens que participaram da pesquisa. Para melhor compreensão, os resultados foram divididos por sexo: homens e mulheres.

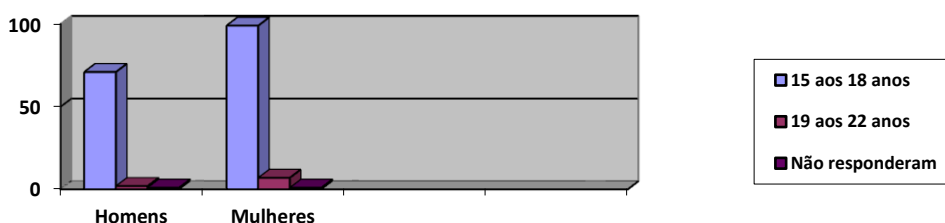


Gráfico 01 – Sexo por faixa etária

A grande parte dos jovens estudantes está na faixa etária que compreende dos 15 aos 18 anos, totalizando 90,4% dos participantes. A maioria é do sexo feminino e participante da Igreja Evangélica, 39,3%, seguida pela Igreja Católica, 21,5%. Aqueles que não frequentam nenhuma religião totalizaram 22,4%, os Umbandistas são 6,5%, outras religiões 4,7% e não responderam a questão 3,7%. Já os jovens do sexo masculino, os resultados foram os seguintes: não frequentam nenhuma religião 41,9%, Evangélicos 31,1%, Católicos 9,4%, Outras religiões 6,8%, Umbanda 6,7%, não responderam a questão 4,9% e ninguém marcou a opção Igreja Batista.

A maioria dos jovens é da Zona Urbana, 76,1%. Os moradores da Zona Rural somam 28,97% e os que não responderam a pergunta contabilizam 1,6%. Na opção para informar com quem morava, 95,7% disseram residir com os familiares, 0,6% com amigos e 3,7% não responderam a pergunta.

Sobre a etnia, 4,8% não responderam a pergunta, 0,6% afirmaram ser Ciganos, 3,2% Índios, 9,6% marcaram a opção negra, 12,7% pardos e a maioria se declarou branca, 69,1%. Nesta questão, houve um equívoco em relação à cor de pele com ao grupo pertencente, porém os dados têm significados quando apontam que jovens se auto-declararam índios e ciganos.

As jovens são maioria, totalizando 37,4%, que ainda não tiveram relações sexuais, enquanto os homens somam 24,3%. Marcaram a opção antes dos 15 anos de idade 16,8% das mulheres e o resultado dos homens foi de 37,8%. Na opção entre 15 e 18 anos, a diferença foi de 3,9%, pois as mulheres totalizaram 29,9% enquanto os jovens do sexo masculino 33,8%. Somente as jovens mulheres marcaram a opção entre 19 e 22 anos (0,9%). Não responderam a pergunta 4,1% dos homens e 15% das jovens mulheres.

Em relação à participação em algum grupo juvenil (religioso, partidário, associações, ong's...), 75% dos jovens não participam de nenhuma organização, apenas 19,7% fazem parte de algum grupo, e é em maioria mulheres, e 5,3% não responderam a pergunta.

O gráfico a seguir traz algumas informações sobre o número de reprovações no ensino fundamental e médio.

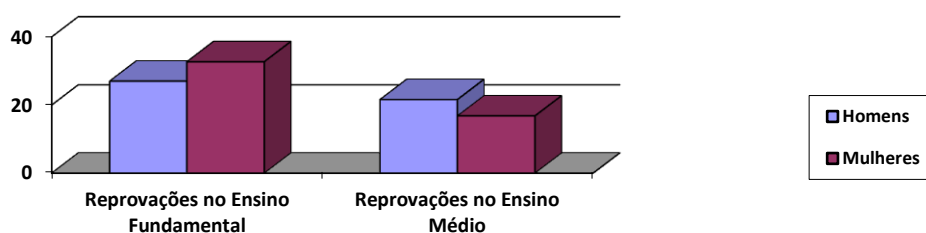


Gráfico 02 – Reprovações por sexo

Há uma diferenciação em relação às reprovações na educação básica. Enquanto no ensino fundamental, o público que lidera são as jovens, no ensino médio, os homens é que passam a ter o maior índice de reprovação. Se a pesquisa fosse realizada com o público infantil e adolescente, seria possível fazer um breve comparativo sobre a quantidade de estudantes no ensino fundamental, pois no médio a maioria são mulheres e reprovam em menor quantidade.

Quando questionados sobre a qualidade na educação, 34,6% marcaram a opção ruim, 34,6% marcaram a alternativa regular, 14,9% escolheram a resposta muito ruim. Somente 9% consideram a educação no município boa e 1,6% excelente. Os jovens que não escolheram nenhuma das alternativas somaram o percentual de 5,3%.

Se tratando da opinião sobre a atual administração, os jovens, em sua maioria, acham o governo mediano, pois, dentre os 188 participantes, 60 marcaram a opção regular, totalizando 31,9%. Muito Ruim e Ruim obtiveram 29,3% e 29,8%, respectivamente. Aqueles que marcaram o governo como Bom somaram 3,7% e 5,3% não responderam.

No questionamento em relação às políticas públicas para juventude no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo poder executivo e legislativo, 36,2% avaliaram como ruim, seguido de 31,4% regular, 16,5% muito ruim, 9% não responderam essa questão, a opção bom obteve 6,4% de votos e 0,5% avaliaram como excelente.

Referente ao trabalho desenvolvido pelo Comjuv, a opção mais marcada foi a alternativa que avalia o trabalho como sendo bom. O quadro a seguir ilustra a avaliação realizada e a porcentagem de cada resposta.

Muito Ruim	3,2%
Ruim	9,1%
Regular	20,7%
Bom	38,8%
Excelente	9,1%
Não conheço o Comjuv	11,7%
Não responderam	7,4%

Cabe salientar que os atuais conselheiros tomaram posse em agosto e o questionário foi aplicado em meados de dezembro. Neste resultado é perceptível a aprovação do trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal da Juventude, mesmo com pouco tempo de atuação.

A última questão solicitava que o estudante elencasse até três prioridades no município (saúde, infraestrutura, educação, transporte, urbanização, políticas públicas, cultura, lazer, esporte e saneamento básico) e ainda permitia sugerir outras demandas que ali não estavam contempladas. Todas as alternativas de alguma forma foram marcadas, e em alguns questionários todas as prioridades foram escolhidas. Esse comportamento de marcar todas as opções, mesmo que o enunciado solicitasse apenas três, demonstra a insatisfação da juventude leonense em relação às necessidades básicas. Ainda nesta questão surgiram outras demandas, como segurança e limpezas das ruas.

A aplicação deste questionário possibilitou ao Conselho Municipal da Juventude se apropriar do perfil da juventude leonense, mesmo que seja apenas de uma parcela deste grupo. Outras indagações foram realizadas, porém não serão abordadas nesta pesquisa por compreender que os resultados requerem um aprofundamento nas reflexões.

Caminho percorrido e atividades desenvolvidas pelo Comjuv

O Conselho Municipal da Juventude (Comjuv), lei municipal 1594, foi criado a partir da iniciativa da comunidade jovem do município e entrou em vigor no dia 02 de agosto de 2013. Sua trajetória começou no ano de 2004, quando a Pastoral da Juventude (PJ), organização juvenil pertencente à Igreja Católica, realizou a primeira Semana da Cidadania, atividade permanente do calendário desta organização no Brasil.

A Semana da Cidadania tem por objetivo ser um espaço de reflexão sobre as políticas locais através de atividades desenvolvidas pelo/para os jovens. A cada ano com uma temática diferente, essa atividade é pensada pelas pastorais da juventude do Brasil e vem para fomentar e provocar os jovens para uma transformação da sociedade. Foi neste contexto de jovens ligados a esse seguimento da Igreja Católica que começaram as discussões sobre a criação de um Conselho Municipal da Juventude em Capão do Leão, com o intuito de promover e avançar nas políticas públicas. Participaram desta atividade outras entidades juvenis do

município e cidades vizinhas, como Hip Hop, Igreja Luterana, Grafiteiros, Central Única das Favelas (CUFA) e Partidos Políticos (PT, PDT e PMDB).

Somente 10 anos depois é que a lei de criação do Comjuv foi efetivada, devido a pressão dos representantes da Pastoral da Juventude e Partidos Políticos (PT, PDT, PMDB e PSol). Neste tempo, foram realizadas atividades para discussão sobre os trabalhos a serem feitos pelo Comjuv, além de enfrentar a (re) organização por parte da Pastoral da Juventude, que entrava em crise na Igreja local, que compreendia a Diocese de Pelotas, hoje Arquidiocese.

O Comjuv do Capão do Leão é composto por nove conselheiros titulares e nove suplentes, com três cadeiras destinadas a representações da atual administração, que não estão sendo todas ocupadas, e seis para as entidades da sociedade civil, que estão sendo ocupadas pelas religiões, partidos políticos, associações, entidades culturais, organizações do campo e comunidade civil.

As atividades desenvolvidas neste primeiro ano de trabalho do Comjuv já demonstram grandes avanços no que tange as políticas públicas de juventude. Embora sejam muitas as dificuldades, como falta de participação da atual administração; poucos recursos; dificuldades em aproximar os jovens que não fazem parte de nenhum seguimento; ser ouvido e respeitado pelo poder legislativo e executivo, os resultados vem dando destaque na região a este órgão que é fiscalizador, deliberativo e normativo.

Com apenas um mês de funcionamento, o Comjuv realizou a primeira semana da juventude, lei municipal desde 2009, que até então não tinha sido executada no município. O Conselho também propôs e realizou um encontro para discussão sobre a medida imposta pelo governo do Estado pela implantação do ensino politécnico, medida que foi tomada sem consulta à comunidade escolar.

O Conselho Municipal da Juventude, desde o início de sua formação, incluiu em sua pauta o Passe Livre, direito conquistado pela juventude gaúcha após manifestações no ano de 2013 por todo o Estado. Para obtenção do passe livre, é preciso confeccionar a carteirinha estudantil, que tem um valor, e o Comjuv conseguiu a gratuidade junto à prefeitura para a juventude leonense.

Outra conquista significativa neste primeiro ano de atuação foi a aquisição de uma pista de skate junto a organização dos jovens que andam de skate. Após consolidação do Comjuv, jovens que praticam o esporte em uma das vias movimentadas do município entraram em contato para pensar em alternativas para a construção de uma pista. Foram realizados vídeos, demonstrando os perigos enfrentados pela juventude que se utiliza de uma avenida movimentada para a prática do esporte, com a intenção de sensibilizar os vereadores, para que fosse incluído no orçamento deste ano o valor necessário para a construção de uma pista, que está em andamento.

Uma campanha contra a homofobia foi realizada no período do carnaval para promover a diversidade de gênero dentro de uma comunidade pequena e conservadora nas questões que envolvem sexualidade, étnicas e de gênero.

No município de Capão do Leão, até junho de 2014, só havia uma escola de ensino médio no município (local onde foi aplicado o questionário), que está localizada no Centro e não suportava a quantidade de alunos, passando muitos jovens a se deslocarem até Pelotas para concluir seus estudos. Esse fator do deslocamento contribuía para a evasão de um número significativo de estudantes por causa dos gastos e também por causa do tempo, sendo que muitos começam a trabalhar cedo para contribuir na renda familiar. Várias foram as iniciativas do legislativo para implantar uma escola no bairro mais populoso, mas devido a

falta de comprometimento, tanto do governo local quanto do Estado, essa ação era adiada. Com a formação do Comjuv e a clareza da importância de uma instituição de ensino próximo da residência dos jovens é que as discussões passaram a fazer parte da pauta. Junto com os responsáveis pela implantação do ensino médio (local e estadual), desde junho a comunidade possui mais uma escola de ensino médio.

O Conselho Municipal da Juventude de Capão do Leão tem como metodologia a organização a partir de grupos de trabalho temáticos para incluir os demais jovens que não estão na condição de conselheiros ou não participam de nenhuma entidade juvenil organizada. Atualmente, os grupos de trabalho têm as seguintes temáticas: Educação e Pesquisa; Juventude Rural; Formação Política; Diversidade; Esporte e Lazer; e Cultura.

A Escola da Juventude é outra atividade desenvolvida pelo Comjuv, que vem sendo um espaço de escuta, discussão e apontamento dos clamores da juventude leonense. Por acreditar no protagonismo juvenil e na potencialidade da juventude para a transformação social, é que eventos como esse se tornam importantes para fomentar a participação. A Escola da Juventude acontece no bairro onde há o maior número de habitantes do município e, a cada mês, acontece uma etapa na qual é refletida uma temática assessorada por alguma liderança que tenha domínio no assunto. A proposta é que a formação seja para um pequeno grupo e que os sujeitos possam participar de todos os momentos, pois há uma continuidade entre os temas abordados. Esta atividade que ainda está acontecendo, foi pensada para ser desenvolvida durante o ano, mas já é possível perceber o quanto há deficiências no que diz respeito à educação formal para a participação cidadã. Os sujeitos adquirem conhecimentos engessados no ensino básico e têm dificuldades de refletir ou colocar em prática o aprendido. Protagonismo Juvenil, responsabilidades do Comjuv, Estatuto da Juventude, as funções dos Três Poderes (legislativo, executivo e judiciário), Educação Popular como meio de transformação, Debates, Cines-Debate e Dinâmicas são as práticas realizadas na Escola da Juventude.

Considerações Finais

Assunção. Iniciamos essa pesquisa refletindo sobre a “ação de assumir” e o quanto a identificação com a comunidade local é capaz de despertar os sujeitos para uma transformação social a partir do sentimento de comprometimento. Embora os jovens estejam em um cenário propício que os incentive para a acomodação, sempre há os sujeitos que desempenham um trabalho para despertá-los para o protagonismo juvenil.

A partir do momento em que foi traçado um perfil para a juventude leonense, levando em consideração as informações obtidas através do questionário, é possível perceber que, embora um número significativo não se identifique com o município, conseguem realizar uma leitura sobre a realidade e, conforme suas respostas, não estão contentes com o governo atual. O objetivo aqui não é só culpabilizar os atuais governantes, mas sim, procurar entender as causas da falta de crescimento em Capão do Leão, e um dos motivos é em virtude do governo assistencialista, que se mantém na administração executiva há 14 anos e, ao invés de lutar para uma libertação, suas ações são voltadas para o processo de alienação para assim garantir-se no governo.

Cabe salientar que a falta de desenvolvimento de Capão do Leão não é pela aproximação da cidade de Pelotas, da qual tempos atrás fez parte, e sim pela falta de incentivos dos gestores locais.

A consolidação do Conselho Municipal da Juventude oportuniza um espaço em que o protagonismo possa ser vivenciado de forma plena, respeitando a pluralidade dos grupos dos quais os jovens fazem parte. É neste meio, através das atividades e formações, que a

juventude vai obtendo uma formação próxima de sua realidade e que faça sentido no cotidiano. A partir do momento em que o jovem sente-se sujeito de sua própria História e é convidado a tomar as decisões que por direitos são suas, os avanços nas políticas públicas de juventude vão acontecendo e despertando em outros sujeitos, através do testemunho, o desejo da transformação.

Embora a maioria dos jovens leonenses que participam e/ou acompanham o caminho percorrido pelo Comjuv aprovem seu trabalho, ainda há aqueles que não se sentem representados por esse órgão que tem por objetivo fiscalizar, deliberar e normatizar as políticas públicas de juventude e até mesmo apontam como regular ou bom as políticas desenvolvidas pela atual administração, mesmo que ela não tenha desenvolvido nenhuma nos últimos anos.

Ter um espaço liderado pela/para a juventude, tendo clareza das dificuldades locais, com avanços nas políticas públicas embasadas no estatuto da juventude, contribuiu no crescimento da comunidade e na criação de uma identidade local, pois, como já foi refletido, os avanços, além de beneficiar o público jovem, acabam por também se estender aos demais sujeitos pertencentes à comunidade em questão.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, W. H. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In. ABRAMO, W. H ; BRANCO, M. P. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, P. A. Juventude e Segurança: A Importância das Políticas Públicas. In. Asquidamini, Fabiane (org.). **Contratempos? Juventude, segurança e paz**. São Leopoldo. CO-edição: Trilha Cidadã; CEBI; Rali de Comunicação; Rede Brasileira de Institutos de Juventude, 2009.

DICK, H. **O divino no jovem: elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil**. Porto Alegre. Instituto de Pastoral de Juventude; Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

GIL, Z. V. C. Participação Juvenil: O que anunciam os estudos. In. Asquidamini, Fabiane (org.). **Contratempos? Juventude, segurança e paz**. São Leopoldo. CO-edição: Trilha Cidadã; CEBI; Rali de Comunicação; Rede Brasileira de Institutos de Juventude, 2009.

JACOBI, P. Participação. In. JUNIOR, F. A. L. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília. MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. Rev. Bras. Educ. [online]. n.05-06, pp. 134-150, 1997.

VIANA, N. **Juventude e Identidade**. Estudos, Goiânia, v. 36, n. 1/2, p. 145-154, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

ANEXO 1

Pesquisa sobre o Perfil da Juventude de Capão do Leão.

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Conselho Municipal da Juventude de Capão do Leão com a intenção de conhecer o perfil da juventude deste município. A participação é voluntária e não é preciso identificar-se, porém solicitamos que os questionamentos sejam respondidos com veracidade. Os dados serão utilizados para pesquisas e argumentações para concessão e implantação de projetos voltados para o público juvenil. Obrigado pela atenção e participação. Comjuv - Capão do Leão

Gênero

Masculino Feminino

Orientação Sexual

Hetero Homossexual Bissexual Transexual Transgênero Pansexual

Faixa Etária

15 aos 18 anos 19 aos 22 anos 23 aos 26 anos 27 aos 29 anos

Mora com:

Familiares Amigos Sozinho

Quantas pessoas moram em sua casa incluindo você?

Duas Três Quatro Cinco Seis Mais que Seis

Qual a renda familiar? (total de todos os moradores da casa)

Menos que 1 salário mínimo Entre 1 e 2 salário mínimo Até 3 salários mínimos Mais que 3 salários mínimos.

Etnia

Branca Negra Amarelo Pardo Índio Cigana Outro: _____

Frequenta alguma religião?

Católica Umbanda Evangélica Batista Não frequento nenhuma Outra: _____

Exerce trabalho renumerado?

Sim Não

Se a opção anterior foi positiva, informe o vínculo empregatício.

Estágio Trabalho Formal Trabalho Informal Autônomo

Zona onde reside?

Urbana Rural

Já reprovou no Ensino Fundamental?

Sim Não

Se a opção anterior foi sim, responda a quantidade.

Uma vez Duas Vezes Três Vezes Mais que três vezes

Já reprovou no Ensino Médio?

Sim Não

Se a opção anterior foi sim, responda a quantidade.

Uma vez Duas Vezes Três Vezes Mais que três vezes

Já participou/realizou cursos profissionalizantes?

Sim Não

Pretende cursar um Curso Superior?

Sim Não Talvez

Quando foi a primeira relação sexual?

Antes dos 15 anos Entre os 15 e 18 anos Entre os 19 e 22 anos Entre os 23 e 26 anos Entre os 27 e 29 anos Ainda não tive relação sexual

Costuma usar algum método anticonceptivo?

Sim Não Às vezes

Você tem filhos?

Sim Quantos: _____

Não

Você participa de algum grupo de jovens? (religioso, partidário, associação, ONGs...)?

Sim Não

Onde está situada esta organização?

Capão do Leão Pelotas Outra: _____

Dê sua nota em relação a atual administração do município.

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Em relação a políticas públicas para juventude, qual tua opinião referente ao trabalho desenvolvido pelo poder executivo e legislativo?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Você conhece algum jovem estudante desta escola que é Homossexual, Bissexual...?

Sim Não

Você é preconceituoso em relação à etnia e orientação sexual?

Sim Não

Conhece alguém na escola que seja preconceituoso em relação à orientação sexual e étnico?

Sim Não

Conhece alguém, morador de Capão do Leão, entre 15 e 29 anos que parou de estudar?

Sim Não

Se a opção anterior foi positiva, informe a causa da evasão.

Não sei Trabalho Preconceito enfrentado na escola

Tem computador?

Sim Não

Tem acesso a internet?

Sim Não

Quantos livros você lê por ano?

Nenhum Apenas 1 De 2 a 3 livros Mais de 3 livros

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal da Juventude de Capão, qual sua opinião?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente Não conheço o Comjuv

Já usou Drogas?

Sim Não

Conhece alguém na escola que já tenha usado?

Sim Não

Qual sua opinião referente as atividade culturais que acontecem no município?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Qual sua opinião referente à educação no município?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Qual sua opinião referente à saúde do município?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Qual sua opinião referente à politecnia?

Muito Ruim Ruim Regular Bom Excelente

Você sabe o que é a politecnia?

Sim Não

Dentre as opções, quais você acha que deve ser prioridades no município (Podem ser escolhidas até 3 alternativas).

Saúde Infraestrutura Educação Transporte Urbanização Políticas Publicas Cultura Lazer Esporte

Saneamento Básico Outra: _____

PRIMAVERA CARIOCA E ENGAJAMENTO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA DE UMA JOVEM MILITANTE - Ana Beatriz Pinheiro e Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo, circundado na temática da juventude e engajamento político, visa identificar e analisar o processo de envolvimento e mobilização de jovens que se engajaram em torno da eleição à prefeitura do Rio de Janeiro em 2012. A escolha do objeto de estudo se deu a partir da hipótese de que o citado pleito contou com uma participação quantitativamente maior e qualitativamente diferenciada, em comparação às eleições anteriores recentes. Na primeira parte do artigo, será apresentada uma breve análise da mobilização de jovens na chamada “Primavera Carioca” e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Na segunda parte, será analisada a experiência de uma jovem que se engajou na militância política a partir da referida campanha. **PALAVRAS-CHAVE:** juventude; engajamento político; eleições; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This paper, aims at identifying and analyzing the process of involvement and mobilization of the youth who engaged in the election for mayor of Rio de Janeiro in 2012; encompassed in the theme of youth and political participation. The choice of the object of study was made on the assumption that the mentioned election featured a greater quantitatively participation, as well as, a qualitatively differentiated youth; when compared to previous recent elections. In the first part of the article, a brief analysis of the mobilization of the youth called "Carioca Spring" and the observations made during the field work will be presented. In the second part, the experience of a young woman who engaged in political activism from that campaign will be analyzed.

KEYWORDS: youth; political engagement; elections; Rio de Janeiro

Introdução

Este artigo⁴³, circundado na temática da juventude e engajamento político, visa identificar e analisar o processo de envolvimento e mobilização de jovens que se engajaram em torno da eleição à prefeitura do Rio de Janeiro em 2012. Na primeira parte do artigo, será apresentada uma breve análise da mobilização de jovens na chamada “Primavera Carioca” e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Na segunda parte, será analisada a experiência de uma jovem militante que se engajou na militância política a partir da referida campanha.

A escolha do objeto de estudo se deu a partir da hipótese de que o citado pleito contou com uma participação quantitativamente maior e qualitativamente diferenciada, em comparação às eleições anteriores em um período recente. O fenômeno de engajamento de jovens durante os meses da campanha eleitoral foi na contramão das teses – tão presentes no senso comum, mas não somente – que afirmam que a juventude se interessa pouco pelas questões políticas da nossa sociedade e não têm participado de campanhas para eleições dos representantes municipais, estaduais e federais.

Durante a campanha eleitoral de 2012, a candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) a prefeito da cidade do Rio de Janeiro

⁴³ O presente trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Elisa Guaraná de Castro e co-orientação do Prof. Marco Perruso.

mobilizou diversos segmentos da juventude, como estudantes secundaristas, universitários, artistas e jovens ligados a movimentos ecológicos e culturais, em torno de sua campanha⁴⁴. Foram criados diversos comitês nos bairros da cidade, majoritariamente compostos por jovens não filiados a partidos políticos que sequer tinham um histórico de militância, além de várias redes de apoio, principalmente através das ferramentas da internet como *facebook* e *youtube*. O episódio mais emblemático do protagonismo da juventude foi a “Assembleia de Jovens com Freixo”, no dia 16 de agosto, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O evento tinha como intenção lotar o auditório, no entanto, terminou por reunir cerca de 3 mil jovens, que, não cabendo na ABI, se reuniu em plena Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro⁴⁵, palco tradicional de importantes manifestações durante o século XX e início do século XXI⁴⁶.

Esse fenômeno foi divulgado pela campanha como “Primavera Carioca”, em alusão à “Primavera Árabe”, em que uma onda de manifestações e protestos chegou a derrubar três chefes de Estado no Oriente Médio e no Norte da África, no final de 2010 e início de 2011, e que contou com grande participação dos jovens desses países. Também foi utilizado pela campanha o *slogan* “Nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”, trecho de um poema de Bertold Brecht, em que podíamos observar pela cidade diversas pessoas usando blusas, bolsas e *bottons* com a frase⁴⁷.

Cabe destacar ainda que, parte desses jovens, continuou se organizando após as eleições, enquanto grupo nas redes sociais e em outras mobilizações, mesmo com a derrota nas urnas, em torno de questões significativas para a cidade do Rio de Janeiro. Alguns comitês foram transformados em núcleos de base do PSOL, que são divididos por regiões ou por temas de atuação; muitos jovens que participaram da campanha eleitoral acabaram se integrado a um desses núcleos, outros se afastaram do espaço partidário, mas continuaram atuando em movimentos sociais.

Juventude e engajamento: algumas considerações

Atualmente, existe um emergente campo para pesquisas com o objetivo de compreender a amplitude e as especificidades da atuação e da participação política⁴⁸ da

⁴⁴ Cabe destacar que a referida campanha contou com o *slogan* “sou jovem e fecho com Freixo”, específico para a juventude.

⁴⁵ Informações disponíveis em: <http://odia.ig.com.br/portal/brasil/elei%C3%A7%C3%B5es-2012/freixo-re%C3%BAne-multid%C3%A3o-na-cinel%C3%A2ndia-1.477462> e <http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/marcelo-freixo-realiza-encontro-de-campanha-na-cinelandia-5811222.html>. Acesso em: 15 jan. 2013.

⁴⁶ No mês de junho de 2013, as manifestações organizadas pelo “Fórum de lutas contra o aumento das passagens”, um movimento social composto principalmente por estudantes, teve em diversos momentos a Cinelândia como ponto importante. Essas manifestações ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”. A grande repressão da polícia, fez que a cada ato o número de manifestantes aumentasse ainda mais. Até que, finalmente, o valor das passagens abaixou e o movimento teve seu ponto culminante em uma manifestação com aproximadamente 1 milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas, principal avenida do centro do Rio de Janeiro. Uma mobilização nessa proporção não ocorria há pelo menos 20 anos.

⁴⁷ Fonte: <http://www.marcelofreixo50.com.br/noticias/514-marcelo-e-a-juventude-um-caso-antigo-de-amor-a-cao.html>

⁴⁸ Neste trabalho, utilizamos a concepção de “participação política” semelhante à usada por Giacomo Sani em verbete no “Dicionário de Política”: “Na terminologia corrente da ciência política, a expressão Participação Política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer de uma campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. É fácil de ver que um tal uso da expressão reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais” (SANI, 2004: 888/890).

juventude. Os estudos apontam que esta é uma categoria histórica e plural, a sua percepção enquanto categoria social ganhou força em meados do século XX (SPOSITO, 1997; BOURDIEU, 1983; CARRANO, 2000). Muitas vezes simbolizando uma categoria sempre disposta a questionar os valores sociais e a sociedade de modo geral, simbolizando o rebelde, o novo e outras características similares. A juventude não é uma categoria estática e está sempre ligada ao contexto histórico e social do seu tempo, está sempre se renovando. Abramo (1994) apresenta uma definição de Juventude que atenta para essas questões:

A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como período destacado, ou seja, aparece como categoria com visibilidade social (ABRAMO, 1994).

Existem muitos pontos de partida sobre o debate dos sentidos do termo juventude e para Abramo (2005) um deles se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade, como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política.

Pesquisas atuais vêm se concentrando nos múltiplos aspectos das culturas juvenis, deixando uma lacuna nos estudos sobre a participação dos jovens na arena política, principalmente nos espaços mais tradicionais (BRENNER, 2011). Sposito (2000), observa certas dificuldades de compreensão da crise de participação estudantil presentes em alguns estudos. Para a autora, é necessário considerar que, paralelamente à ocorrência dessa lacuna teórica, foram criadas múltiplas representações sociais no senso comum, que constituíram um modelo de ação coletiva de jovens referenciado em práticas de participação clássicas, excluindo outras possibilidades de análise.

Nos estudos sobre jovens e participação política (presentes em teses e dissertações defendidas entre 1999 e 2006 nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social), não havia pesquisas sobre jovens em espaços considerados mais tradicionais de militância política, como partidos políticos e sindicatos, e nem sobre jovens profissionais da política (SPOSITO, BRENNER e MORAES, 2009). Os analistas também concluíram que:

No entanto, se algo sobre as relações dos jovens com a política pode-se anunciar, a partir desse conjunto da produção discente, fica ainda muito obscura a distinção analítica entre a esfera da participação política nos sistemas institucionais, o campo político em senso estrito e as novas formas da ação coletiva no interior das teorias sobre os movimentos sociais e culturais. Essas práticas emergentes, ao serem estudadas, poderiam alargar a própria noção da política, como afirmamos na introdução, porque interrogariam sobre as possibilidades de construção coletiva de novos conflitos e de formação de dissensos no âmbito da experiência dos jovens brasileiros (SPOSITO, BRENNER e MORAES, 2009: 199).

Um desafio que se apresenta, segundo Carrano (2000), é o de conseguir dialogar e também compartilhar os sentidos culturais das várias redes sociais da juventude. Assim, para ele, analisando as práticas culturais e educativas dos jovens, podemos reconhecer que existem

muitas juventudes e com isso caracterizar as diferentes “experiências, suas amplitudes, limitações e desafios socio-culturais que se apresentam para a definição das políticas sociais” (CARRANO, 2000: 26).

No presente artigo, reconhecendo que existem muitas juventudes e diversas formas de engajamento e participação, não tenho a pretensão de falar de toda a juventude, mas de alguns jovens que atuaram especificamente nessa campanha política, jovens da chamada “Primavera Carioca” da eleição de 2012, que participaram de uma mobilização e engajamento específicos dentre as tantas formas possíveis.

O engajamento *se delinea na disposição dos agentes para tomar posição sobre ‘temas’ e ‘problemas’ variados a partir de domínios igualmente diversos* (REIS, 2007: 10). No caso deste artigo, será analisada a experiência de engajamento de uma jovem no PSOL a partir da referida campanha. O processo de engajamento *independentemente do lugar e da atividade exercida, há um sentido de intervenção e de inserção na realidade que define suas ações e relações* (REIS, 2007: 10), nesse sentido, o objetivo é entender como foi se delineando a trajetória de inserção da jovem na campanha até sua posterior filiação, além das suas relações, escolhas e sentidos constituídos e transformados nesse processo⁴⁹.

Pretende-se demonstrar que o envolvimento de jovens em processos institucionais – como no caso da chamada “Primavera Carioca” – nos trazem novos elementos a serem considerados em análises que sustentam uma suposta “despolitização” e descrédito desses sujeitos frente às formas de institucionalidade tradicionais. Assim, desconstruindo teses tão propagadas pelo senso comum e pela mídia sobre despolitização juvenil, é importante deixar claro que a juventude é uma categoria que não é una e nem homogênea. Desse modo, os jovens que participaram da “Primavera Carioca” são parte de uma juventude específica dentre tantas juventudes e esse fenômeno pode nos ajudar a compreender algumas rupturas e continuidades da participação política juvenil na atualidade.

Questões de Pesquisa

O surgimento da proposta de pesquisa se deu inicialmente pelo meu envolvimento, durante a graduação, com o movimento estudantil, onde percebi a pouca participação dos estudantes nos tradicionais espaços de militância, como nas assembleias de estudantes, nos centros acadêmicos e no diretório central dos estudantes. Além disso, participei como bolsista de iniciação científica no Observatório Jovem do Rio de Janeiro⁵⁰, experiência acadêmica que despertou meu interesse pelas questões da juventude como objeto de estudo e pela qual iniciei meus estudos e pesquisa no âmbito desse tema.

Ao fazer minha pesquisa para a monografia e a partir das leituras em torno desse debate, pude perceber a predominância, na contemporaneidade, de formas diferentes de participação política dos jovens, com a crescente participação nos meios culturais, movimento negro, feminista, diversidade sexual, dentre outros, como forma de inovação política.

Durante a graduação me filiei ao PSOL e militei no partido durante boa parte do tempo que estive na UFF. No final da faculdade, afastei-me das atividades do partido e isso

⁴⁹ É importante destacar que “O engajamento e o militantismo, embora encerrem sentidos ligeiramente diversos, podem ser definidos como a aproximação entre indivíduos e grupos de interesses constituídos. (...) O militantismo, embora englobe a definição de engajamento o amplia, ganhando a dimensão de dedicação sistemática a uma causa ou ação” (BRENNER, 2013:1)

⁵⁰ No Observatório Jovem do Rio de Janeiro fui bolsista de iniciação científica do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no projeto “Juventude e Poder Local na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do professor Paulo Carrano.

perdurou por alguns anos. Nas eleições de 2012, eu ainda não havia retornando à militância partidária, mas me interessei pela proporção que tomou a campanha do PSOL à prefeitura do Rio de Janeiro. Como ex-militante do movimento estudantil, eu sabia das dificuldades de mobilização dos jovens, que muitas vezes falavam que não acreditavam mais na militância partidária. O grau de mobilização e debate que o processo em torno de uma campanha política no quadro institucional, tendo no engajamento juvenil seu maior protagonismo, despertou meu interesse enquanto objeto de estudo.

Nesse primeiro momento, em especial, alguns pontos me chamaram a atenção:

1. A assembleia “Sou Jovem e fecho com Freixo”, que reuniu 3 mil jovens na Cinelândia, quando a intenção era lotar apenas o auditório da ABI;
2. A campanha no *Facebook*, quando vi amigos que não eram do PSOL e que nunca demonstraram interesse por questões sobre política ou que tinham um discurso “antipartido”, começaram a compartilhar e fazer campanha ao candidato a prefeito Marcelo Freixo e alguns até trocavam seu sobrenome do perfil do *Facebook* para “Freixo”, demonstrando apoio;
3. O número de pessoas andando pelas ruas com a camiseta da campanha “Nada deve parecer impossível de mudar” ou com algum *botton*. Presenciei muito jovens, especialmente secundaristas, recém-saídos de escolas, que trocavam o uniforme escolar pela camiseta do movimento da campanha.

Já ao final do período eleitoral, comecei a participar de algumas atividades, motivada pela curiosidade em torno da mobilização da campanha e a ideia do projeto de pesquisa começou a surgir.

Os procedimentos metodológicos para a construção da pesquisa referem-se à construção dos instrumentos de análise dos dados de acordo com as referências teóricas e mediatizadas tanto pela natureza da investigação quanto pelos cuidados metodológicos. Na primeira etapa da pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico sobre o conceito de juventude, aproximando o objeto de estudo a formação do quadro teórico. Busquei também publicações mais recentes sobre o tema de juventude, engajamento e participação política. Concomitantemente a esta etapa, fiz um levantamento documental para a análise da campanha do Marcelo Freixo para prefeitura do Rio de Janeiro – com base nos registros em veículos de comunicação, materiais de divulgação da campanha e documentos internos do partido e movimentos.

Além disso, fiz observação participante, que começou um pouco antes das eleições terminarem. Como já conhecia algumas pessoas que estavam atuando na campanha, procurei me inserir em algumas atividades e depois em um núcleo de base ligado à região da Grande Tijuca, onde moro, na cidade do Rio de Janeiro. A minha participação nesse espaço foi fundamental para acompanhar as trajetórias dos jovens que entraram para o partido logo após as eleições.

A observação participante coloca diversos desafios aos pesquisadores, que muitas vezes tem que se deslocar para áreas desconhecidas, como no clássico “A Sociedade de Esquina” (2005). William Foote White analisa um bairro italiano, que chama de Cornerville, passando a viver naquele local para realizar o trabalho de campo, cruzando a fronteira entre o familiar e o desconhecido. Para ele, as respostas sobre a vida naquele bairro necessitavam do mais íntimo contato com a vida local, por isso, mudou-se para Cornerville e passou a participar de suas atividades.

No caso do meu trabalho de campo, o desafio foi diferente, foi deixar-me surpreender pelo que era familiar. Com isso, procurei relativizar as situações que vivenciava, além de fazer uma reflexão mais sistemática. Assim, como Gilberto Velho (2013),

Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela apresentada (...). O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 2013: 78).

Gilberto Velho acrescenta ainda que:

A ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 2013: 75).

Após o período do trabalho de campo, a pesquisa foi desenvolvida adotando a perspectiva de investigação qualitativa, com a realização de entrevistas individuais na forma semiestruturada junto a jovens que participaram ativamente da campanha sem estarem filiados a partido político.

O objetivo principal das entrevistas é compreender o fenômeno de engajamento e mobilização de jovens nesse pleito. Para tanto, busquei investigar a experiência militante anterior desses jovens, como se engajaram nas eleições municipais, se houve seguimento ou não nesse engajamento, como é vista por esses jovens a militância em espaços mais tradicionais e institucionais de atuação política, em oposição a outros espaços de militância mais desvinculados da institucionalidade. As perguntas das entrevistas foram amplas e não diretivas para possibilitar a compreensão de como os jovens se inseriram e se engajaram na campanha, além de permitir reconstruir suas trajetórias após o engajamento, suas escolhas e as mudanças que foram surgindo nesse processo.

Neste artigo, vou apresentar e analisar alguns pontos da entrevista que realizei com uma das jovens que se engajou na campanha, que aqui chamarei de Rita⁵¹. Transcorridos dois anos após o processo eleitoral das eleições municipais do Rio de Janeiro, a referida jovem já havia se consolidado como militante de núcleo de base do partido, inclusive representando o PSOL em alguns espaços de movimentos sociais.

Na entrevista, a jovem conta sua própria história de engajamento e militância a partir da pergunta geradora “O que você se lembra da campanha eleitoral de 2012?”. A pergunta ampla foi no sentido de deixar a entrevistada contar a sua própria história e refletir sobre suas atitudes e escolhas. A sua visão sobre os últimos dois anos é o elemento mais importante de interpretação para a pesquisa, como Clifford R. Shaw aponta em seu livro “*The Jack-roller: a delinquent boy’s own story*” quando faz um estudo de caso sobre a carreira de um jovem rapaz delinquente durante 6 anos, demonstra a importância e o valor da “*own story*”. Na

⁵¹ O nome da entrevistada e os nomes por ela citados foram trocados para evitar qualquer possível constrangimento.

pesquisa, o importante não era a veracidade e a objetividade das histórias contadas pelo menino, mas como o jovem delinquente refletia sobre as suas atitudes e interpretações:

It should be pointed out, also, that the validity and value of the personal document are not dependent upon its objectivity or veracity. It is not expected that the delinquent will necessarily describe his life-situations objectively. On the contrary, it is desired that his story will reflect his own personal attitudes and interpretations, for it is just these personal factors which are so important in the study and treatment of the case (SHAW, 2000: 2/3).

Dessa maneira, neste artigo, a reflexão também é na perspectiva de que a própria jovem conte sua história de engajamento; reconstruindo os sentidos, atitudes e escolhas durante esse processo de aproximação da militância até sua decisão por filiação e suas influências no caminho. Nessa perspectiva, é importante também colocar o conceito de “ilusão biográfica” do Bourdieu (1996), em que toda história de vida é uma ilusão biográfica, sempre uma narrativa posterior, uma construção. Os fatos narrados pelos sujeitos levam em conta o momento em que é falado e até mesmo o interlocutor.

Além disso, deve-se levar em conta o novo momento eleitoral de 2014, que estava se aproximando a época da realização da entrevista com Rita. Este momento ajudou a entrevistada a lembrar melhor a eleição de 2012 e a fazer uma reflexão sobre os meses que se passaram e as escolhas que foram tomadas no período.

No “tempo da política”, conceito desenvolvido por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, “os autores chamam a atenção para a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico” (KUSCHNIR, 2007: 33). Dessa forma, o “tempo da política” ajudou no processo de reavivar a memória, mas não somente no caso da entrevistada. Durante o trabalho de campo, observei também que, para a organização da eleição de 2014, a eleição de 2012 foi sempre referência para as novas atividades, como um modelo que deu certo e conseguiu uma mobilização para além da esperada.

O trabalho de campo e a jovem Rita

Durante a campanha eleitoral de 2012, as observações se deram principalmente através do *Facebook*, mídias oficiais do partido e pelas notícias de jornais. No fim da campanha e no momento pós-campanha, comecei a definir a ideia do projeto de pesquisa e a fazer minhas observações participando das atividades do partido e das mobilizações de rua. Com isso, o trabalho de campo teve início no final das eleições e durou até, aproximadamente, junho de 2014.

No primeiro momento, ao final das eleições de 2012, participei de atividades como o Comício na Lapa, o Abraço ao Maracanã e a apuração dos votos das Eleições. Depois da “Assembleia de Jovens com Freixo”, citada no início deste trabalho, estes também foram considerados momentos marcantes durante a campanha.

O comício na Lapa, no dia 21 de setembro de 2012, reuniu cerca de 15 mil pessoas debaixo de forte chuva ao lado dos Arcos da Lapa, além do candidato à prefeito Marcelo Freixo e membros do PSOL, muito apoiadores do meio artístico estavam presentes. Nas observações de campo, muitos jovens se referiam a este como o momento mais emocionante da campanha. O Abraço ao Maracanã, também citado como um momento marcante, conseguiu reunir o candidato e seus apoiadores no dia 6 de outubro de 2012, véspera da votação, em um abraço ao Maracanã, Estádio Mario Filho. No dia seguinte, a apuração foi acompanhada na Lapa e, apesar da grande decepção de não ter segundo turno, a avaliação da campanha foi considerada positiva.

Após o período eleitoral, comecei a participar de um núcleo de base do PSOL ligado à área da Grande Tijuca, pela facilidade da localidade e por já conhecer algumas pessoas que militavam nesse espaço. A maioria já sabia, ou ficou sabendo, da minha pesquisa, entretanto, nunca houve qualquer constrangimento ou restrição da minha participação nesse espaço. Pelo contrário, como alguns já me conheciam, rapidamente me senti pertencente ao grupo e durante as reuniões algumas tarefas já eram confiadas a mim.

No mês de março 2013, foi realizada a plenária “Nada deve deter a Primavera Carioca”, que fez uma avaliação do movimento “Primavera Carioca” nas eleições de 2012, apontando novas perspectivas, como os movimentos que estavam atuando no Rio de Janeiro pelo debate e construção de um projeto de cidade e a articulação entre esses diversos movimentos. Essa foi a primeira atividade do conjunto do partido que participei enquanto pesquisadora. Na época, alguns comitês ainda funcionavam e anunciaram suas reuniões e atividades, posteriormente, alguns desses comitês se tornaram núcleos de base do partido. Na ocasião, foi divulgado um calendário de atividades, incluindo plenárias de filiação para os jovens que haviam se aproximado do partido e muitos deles já estavam buscando algum núcleo para participar de forma mais cotidiana do PSOL.

Nos meses de março e abril do mesmo ano, o PSOL realizou as plenárias de filiação coletiva ao partido. Participei de uma dessas plenárias e observei que a maioria dos presentes havia participado da campanha ou tinha simpatia pelo movimento “Primavera Carioca” que viram durante o período eleitoral. O auditório estava lotado com a presença de muitos jovens que participaram dos comitês de campanha ou que já estavam nos núcleos recém-criados e falaram sobre sua escolha por se filiar. Após as considerações finais, foram lidos os nomes de todos os que se filiaram por grupos, comitês, regiões, setoriais de atuação etc. e depois um representante de cada grupo apresentava o motivo da filiação ao PSOL. Percebi um tom comum na maioria das falas, que apontava para atuação do partido nas lutas sociais e avaliaram a importância de construir essa ferramenta partidária. Nessa plenária, cerca de 50 militantes foram filiados. Alguns dos novos filiados já eram militantes de movimentos sociais, movimentos estudantis e direitos humanos.

Em uma das plenárias de filiação, Rita, 17 anos na época, caloura de ciências sociais de uma universidade particular bem conceituada, conheceu um militante do núcleo Grande Tijuca e começou a participar das reuniões e atividades. Ela não tinha nenhuma experiência anterior de militância, participou da campanha e se filiou ao PSOL.

Na época da eleição, estava terminando o terceiro ano do ensino médio em uma escola particular que não tinha espaço para militância. Rita não tinha nenhuma referência anterior de amigos ou familiares militantes. Nessa época, começou a se interessar por política, através de um amigo que compartilhou em conversas o movimento da campanha do Marcelo Freixo e a convidou para participar de algumas atividades, começando a se informar da campanha.

Em 2012, eu estava no terceiro ano do ensino médio e estava começando a me interessar por política, mas também não tinha muita alternativa porque não conhecia ninguém dos partidos ainda, não conhecia ninguém de colégios mais ativos como o Pedro II (...). Mas eu conhecia um amigo que estava lendo as coisas do Freixo, lendo sobre o PSOL e ele começou a falar comigo sobre essas coisas, mesmo eu não estando inserida em nenhum meio, aí ele levava os panfletos pra mim, levava todo o material da campanha que tava no início pra mim, e eu comecei a ler e comecei a gostar. Aí ele foi e começou a me chamar para esses eventos maiores, nada de reunião de comitê, mas para os comícios, pros eventos na ABI, na ACM (ACM, né?), pros eventos na ACM, aí eu comecei a ir com ele. Na verdade, a ir com ele não, porque ele organizava mais, eu comecei a ir sozinha mesmo, aí eu

sentava nos lugares sozinha mesmo, aí eu sentava lá nos lugares sozinha e ficava assistindo só.

Participando das atividades da campanha, Rita se identificou com as propostas do candidato, com o ambiente de militância política daquele partido e viu que lá também havia jovens da sua idade na organização do processo. Percebeu e confrontou que, o que estava sendo discutido nesse espaço, era bem diferente do que estava acostumada a ouvir e a ler. Para ela, as pessoas que estavam naqueles eventos tinham propostas alternativas e compartilhavam sonhos como o seu, de algum tipo de mudança.

Aí eu comecei a captar as propostas do Freixo e comecei até a prestar atenção nos termos que ele usava e associar mais ou menos esses termos a todos os problemas que a gente vinha acompanhando na cidade. Eu fui começando a fazer as conexões e começando a entender que as propostas eram bem alternativas de tudo que tava posto e era uma coisa que eu não estava acostumada, meu acompanhamento da política estava se dando a partir do O GLOBO. Eu só tinha essa alternativa. Eu lia o O GLOBO e tentava entender sobre política. Aí, com a campanha do Freixo e com as outras pessoas do PSOL, principalmente, com os jovens do PSOL que eram mais ativos que ficavam me dando material, ficavam me dando adesivo e vendendo camisa e tudo... Eu fui percebendo que tinham pessoas da minha idade lá e inseridas mais até que as pessoas mais velhas, porque os eventos que eu ia eram sempre eles que estavam na frente, eram sempre eles que estavam vendendo as coisas e dando os materiais. Aí, eu fui começando a me interessar e começando a gostar do ambiente mesmo, sabe? Começando a me sentir bem, confortável no ambiente e vendo que ali era o único lugar que as pessoas compartilhavam sonhos como os meus, sabe? Como de algum tipo de mudança. E aí, a partir disso, eu me empolguei com o PSOL, fui na Assembleia de Jovens com Freixo, aquela lá que não coube na ABI, foi na ABI ou foi na ACM? Que a gente não coube, na ABI e foi pra rua e lá foi meu entusiasmo máximo, que todo mundo saiu pelas ruas assim juntos em massa e sentou e tomou a Cinelândia.

A Assembleia de Jovens com Freixo é sublinhado por Rita como o momento mais empolgante para ela durante esse processo de aproximação com a campanha e com o PSOL.

Então, aí nesse dia que a gente saiu da ABI e foi em massa pra Cinelândia e consegui todo mundo sentar no chão e tomar a Cinelândia, foi o momento que eu mais me empolguei, porque assim, eu vi que ninguém teve pudor nenhum em ficar em pé ou não sentar no chão, todo mundo sentou no chão mesmo e não tava nem aí. Aí, fui percebendo, nossa que juventude empolgada e tal.

A participação nas atividades revelou à Rita uma juventude empolgada na qual ela se identificou e começou a se familiarizar com os novos ambientes em que estava se inserindo. A partir disso, pediu que seu amigo a informasse mais dos eventos da campanha. A socialização tem um papel protagonista na escolha do comportamento político (KUSCHNIR, 2007: 19), apesar de a jovem descrever que antes não tivera a oportunidade de estar nesses espaços, ela logo se sentiu confortável e se identificou com os jovens que estavam ali e compartilhavam muitos dos seus sonhos por mudanças sociais. Assim, as suas escolhas também se deram a partir de uma avaliação subjetiva da sua interação com esse *mundo da militância*, como ela chama na entrevista.

Além do seu amigo que atualizava Rita das atividades, as redes sociais também foram utilizadas pela entrevistada para se informar sobre os eventos da campanha.

(...) eu comecei a adicionar as páginas do *Facebook* e acompanhar os eventos. E, logo depois, veio a história do Feliciano e aí o Freixo estava presente na maioria dos eventos pós-campanha pra não deixar morrer a primavera carioca, então, antes eu não tinha nada, essa foi a oportunidade que eu tive, porque eu achava realmente difícil, como eu, com 18 anos, vou me inserir de algum modo na política? Aí, foi a campanha mesmo que abriu essas portas, com certeza. Abriu essas portas de evento da juventude e de lugares que a juventude se sente confortável pra fazer política, sabe? Porque eu entendia política só como congresso ou lugares formais de terno até, essas coisas... e eu fui vendo como é que a juventude reinventou a política mesmo se mantendo nessa tradicionalidade de fazer política a partir de partidos políticos e reinventou a política e os ambientes, sabe? Então, eu fui começando a me sentir confortável nos lugares e isso foi o principal ponto pra eu seguir a vida de militância depois da campanha e foi a partir daí que eu conheci o PSOL e acabei me filiando.

Após as eleições, deu continuidade ao seu interesse participando dos momentos pós-campanha e encontrou jovens com quem se identificou e viu que poderia continuar atuar junto nesse espaço político. A decisão de se filiar é definida pela jovem como bem natural. A experiência das eleições de 2012, a fez perceber que ela poderia também se engajar e atuar na política.

(...) quem me deu a força assim pra se filiar foi um jovem, né? (...) eu tinha várias dúvidas sobre a ideologia assim... sobre o nosso horizonte socialista e ele que me esclareceu várias dúvidas e ele que me mostrou que ele é jovem também e tá na universidade e sabe esclarecer essas dúvidas. Aí, eu fiquei impressionada assim... com a capacidade de esclarecer outros jovens que ele tinha e aí... eu achei interessante me filiar porque, não sei, acho que ia me sentir um pouco inerte fora do partido, sabe? Acho que as oportunidades que um partido e que principalmente o PSOL, mais especificamente, oferecem pra gente atuar são enormes, sabe? Enormes e... todo dia, sabe? São frequentes, então, acho que eu ia me sentir um pouco inerte... sei lá, talvez me... talvez eu pudesse me inserir em outros movimentos sociais não institucionalizados como um partido, mas não sei, eu achei que as portas que um partido e que mais especificamente o PSOL abriram pra a militância e pra a atuação de fato, sabe? Pra a atuação efetivas eram muito maiores e aí eu resolvi me filiar...pra atuar mais.

Atualmente, Rita continua militando no núcleo de base, mas pretende se inserir mais em um grupo de juventude do partido. A militância trouxe grandes mudanças na vida da jovem que, ao responder sobre o que permaneceu de antes da campanha na sua vida, diz que na verdade tudo mudou e mesmo pensando por mais alguns segundos ela responde: “*eu não sei, eu diria que nada permaneceu*“. A militância é avaliada como estrutural na vida:

Ah, sim, a militância é um pouco que estrutural na vida, né? Tudo se estrutura a partir dela, ela é estruturante, então, acho que a militância e... todo esse meu interesse pelas questões sociais e políticas estruturaram todo o resto da minha vida, então tudo um pouco gira em torno disso, sabe? Tanto os meus amigos novos, como os lugares que eu frequento, como os papos que eu bato, sabe? As conversas que eu tenho... Tudo gira um pouco em torno disso, sabe? Até nos momentos de diversão, sabe? Não adianta tudo mudou, estrutura de uma outra forma a vida, então, eu diria tudo, nada ficou.

A entrevista de Rita mostra como o engajamento e a militância redefiniram sua vida nos últimos dois anos. Antes ela não tinha qualquer proximidade com a militância política ou com o cotidiano de um partido político, no entanto, através de um amigo, começou a atuar na

campanha e se filiou ao PSOL. A sua trajetória de engajamento foi se delineando para a atuação em um Núcleo de Base e nesse processo pode-se observar uma grande mudança nas suas relações e na importância que essa escolha tomou em sua vida. As escolhas e os sentidos sobre como atuar politicamente foram transformados e constituídos nesse processo de engajamento.

Considerações Finais

O envolvimento de jovens em processos institucionais – como no caso da Primavera Carioca – nos trazem novos elementos a serem considerados em análises que sustentam uma suposta "despolitização" e descrédito desses sujeitos frente às formas de institucionalidade tradicionais. O engajamento e a participação política da juventude na atualidade ocorrem de diferentes formas e, de certo modo, a chamada "Primavera Carioca" confluiu diferentes redes de jovens para um debate e projeto de cidade.

Atualmente, o debate sobre democracia na sociedade brasileira passa necessariamente pela análise da participação da juventude nas esferas e assuntos públicos. Nesse mesmo sentido, "Sem dúvida, pensar os distintos significados da participação política para as juventudes pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas a essa questão" (IBASE, 2005).

Assim, torna-se importante articular as questões em torno da participação da juventude com a análise do Estado e suas instituições, como forma de analisar as dimensões políticas dessa participação na esfera pública e como os jovens vêm mobilizando novos sentidos e discursos na arena política. A juventude tem ocupado nos últimos anos posição de destaque nas políticas governamentais e a sua participação nos espaços e assuntos públicos se coloca como um desafio à sociedade brasileira.

A entrevista realizada com Rita mostra que os contextos familiares e escolares não incentivaram o seu engajamento político, mas através de um amigo começou a ter interesse em conhecer e participar dos espaços da campanha eleitoral de 2012. A socialização teve um papel protagonista na sua escolha pelo engajamento político e posteriormente na sua filiação ao PSOL. Nas atividades que participou houve uma identificação com os outros jovens militantes, que também compartilhavam muitos dos seus sonhos por mudanças sociais. Dessa forma, suas escolhas se deram também a partir de uma avaliação subjetiva da sua interação com os espaços que estava atuando durante a campanha e depois no partido. A trajetória de engajamento de Rita foi se delineando para a atuação em um núcleo de base e nesse processo pode-se observar uma grande mudança nas suas relações, escolhas e na importância que a militância tomou em sua vida. As escolhas e os sentidos sobre como atuar politicamente foram transformados e constituídos nesse processo de engajamento.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, W. H. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. IN: FREITAS, Maria Virginia de (org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. Ação Educativa, São Paulo: 2005.

_____. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. IN: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 37 – 72.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.

BRENNER, K. A. **Engajamento de jovens em partidos políticos no Brasil e repercussões da experiência militante em outras esferas da vida**. In: X Reunião de Antropologia do Mercosul, 2013, Cordoba, AR. X RAM. Situar, actuar e imaginar antropologias desde el Cono Sur. Cordoba: RAM, 2013. v. 1. p. 1-15.

_____. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARRANO, R.C.P. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. Movimento (Niterói), Faculdade de Educação da UFF, v. n. 1, p. 11-27, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. (Relatório Final de Pesquisa).

KUSCHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

REIS, E. **Contestação, engajamento e militância**. Da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política), 2007.

SANI, G. “Participação Política”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmem C. Varriale; Coordenador da tradução João Ferreira; Revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12 ed., 2004.

SHAW, R. C. **The jack-roller: a delinquent boy’s own history**. Chicago, The Chicago University Press, 2000.

SPOSITO, P. M. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, SP: ANPED, n.13, p.73-94, jan./ fev./mar./abr. 2000.

_____. **Estudos sobre juventude em educação**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, RJ: ANPED, n.5/6, p.37-52, mai./ jun./ jul./ ago./ set/ out/ nov/ dez 1997.

_____. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2 v. 2009, p. 262.

VELHO, G. “Observando o Familiar”. IN: **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WHYTE, F. W. **Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área**.

FORMAÇÃO DE AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO GOVERNO LULA - Heber Silveira Rocha

EAESP/FGV

RESUMO: Este artigo analisa os principais fatores, atores e contexto político que levaram o tema das políticas públicas de juventude adentrar na agenda governamental, culminando na criação da política nacional da juventude em 2005. Entende-se como Política Nacional de Juventude os seguintes elementos: Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Analisou-se o período de 2002 a 2005, quatro anos determinantes para os diferentes atores promoverem o tema da política de juventude, bem como elaborarem alternativas de políticas e promoverem o processo de definição do problema, à luz da teoria de J. Kingdon.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, políticas públicas de juventude, juventudes; agenda governamental; movimentos juvenis.

ABSTRACT: This article analyzes the main factors, actors and political context that led to the entry of public policies for youth on government agenda, culminating in the creation of the national youth policy in 2005. It is understood as a National Youth Policy the following elements: National Youth Secretariat, National Youth Council and the National Youth Inclusion Program (ProJovem). It was analyzed the period from 2002 to 2005, four determining years to different actors to promote the topic of youth policy, to develop alternative policies and to promote the process of defining the problem, in the light of the theory of J. Kingdon.

KEYWORDS: public policy, publicpolicy for youth, youth, government agenda; youth movements.

Introdução

Hoje o tema de juventude mobiliza centenas de entidades e movimentos, bem como recursos do Poder Público, por meio da implantação de políticas públicas de/para juventude. Por que o tema da juventude foi priorizado na agenda do Estado brasileiro? Como este tema entrou para a agenda governamental? Quais foram os principais atores e interlocutores que levantaram a bandeira da juventude? Houve embates e disputas político-ideológicas na conformação dessa agenda? Se sim, quais foram as visões?

Este artigo visa analisar de que forma ocorreu a definição do problema, o processo de elaboração de alternativas de políticas de juventude e seu ingresso na agenda governamental, bem como se houve disputas políticas e ideológicas sobre a concepção de políticas de juventude.

Sabe-se que o tema das políticas públicas de juventude tem ganhado centralidade no debate sobre a garantia de efetivação de direitos nos últimos oito anos (2003-2011), e que nesse aspecto a pauta das políticas públicas de juventude ganhou projeção a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens (PROJOVEM), os quais compuseram a Política Nacional de Juventude.

Nas últimas duas décadas (1990-2010), o Brasil passou por uma fase de consolidação das instituições e o surgimento de novas. Tendo como uma de suas causas a

Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que reafirma a importância dos direitos sociais e confere ao Estado, especialmente ao Executivo, a responsabilidade de formular e implementar políticas públicas para efetivação de tais direitos.

A visão de que o termo juventude poderia ir além da adolescência em risco e para além dos setores de classe média é mais recente no Brasil; esse movimento se iniciou na década de 1990. A ampliação da preocupação das autoridades públicas e, sobretudo, de ONGs (Organizações Não-Governamentais) com a adolescência em risco levou a uma preocupação com os jovens após eles passarem da idade formal da adolescência, isto é, dos 18 anos. A construção do discurso sobre juventude passou a ganhar relevância nesse momento na medida em que se descola do debate da criança e do adolescente e passa a reivindicar ações do Estado para resolver demandas.

A juventude era vista por certos grupos sociais como problema, caso de polícia, em que o problema da “delinquência juvenil” era o elemento central da defesa de uma agenda de promoção de políticas públicas de juventude. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 surgem novos atores juvenis. Estes passam a pautar temas inéditos. Há uma clara disputa na sociedade civil e no Estado sobre de que forma as juventudes deveriam ser abordadas.

É na virada da década de 1990 para 2000, sobretudo na eleição presidencial em que o então candidato Luis Inácio Lula da Silva venceu, em 2002, que o tema ganhou peso, uma mudança no fluxo da política, conforme aponta Kingdon.

A partir de 2003, o Governo fFederal passa a promover novas institucionalidades. Há criação de organismos governamentais para responder às novas demandas sociais. A criação da Política Nacional de Juventude está inserida nessa conjuntura de novas institucionalidades.

Escolheu-se analisar o tema à luz da teoria de John Kingdon visto que este autor analisa o porquê de alguns temas serem priorizados na agenda governamental e outros não. Kingdon trabalha os dois principais processos pré-decisórios: o estabelecimento da agenda e a especificação de alternativas. Kingdon considera a existência de três dinâmicas de processos que influem na formulação da política pública: a dos problemas, a das políticas públicas e a da política. A junção destas três dinâmicas abre a “janela de oportunidades” que permite que um tema se consolide definitivamente na agenda de decisão.

Referencial teórico - formação de agenda

Este trabalho analisa de que forma ocorreu a definição do problema, bem como o processo de elaboração de alternativas de políticas públicas de juventude e seu ingresso na agenda governamental. Diante disso, o referencial teórico utilizado foi a perspectiva da formação de agenda. Embora diferentes autores tenham trabalhado com o tema⁵², optou-se pela análise e formulação de John Kingdon. Para este, agenda governamental é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção em um determinado momento.

A análise da formação de agenda busca averiguar os mecanismos causais, relacionais e contextos que introduzem determinado tema na agenda de governo. Assim, é possível compreender a dinâmica da política e o papel que os atores políticos

⁵² A teoria da formação de agenda foi constituída por diferentes teóricos, de diferentes áreas do conhecimento. Para maiores informações consultar CAPELLA, A. C. N. *Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas* (2007).

desempenham na formulação de determinada política pública. Entende-se também que contingências políticas e ações de governo são variáveis definidoras de determinada política.

O modelo proposto por Kingdon (2003) considera a política pública como um ciclo. No entanto, diferentemente das abordagens anteriores, dada as contingências políticas, o ciclo da política pública não é linear, pelo contrário, é complexo, o que implica sinuosidade. Assim, a teoria da formação de agenda preocupa-se em saber como o governo toma decisão sobre determinada política pública em um ambiente político plural e sob a influência e a pressão de grupos diversos. A questão geral que a teoria da *agenda setting* busca responder é a seguinte: como determinado tema torna-se relevante para o governo?

Kingdon (2003) diferencia três tipos de agenda, constituindo uma tipologia para análise de casos concretos. São elas: a não-governamental (ou sistêmica), a governamental e a de decisão. A agenda não-governamental contém os temas, assuntos e questões que são reconhecidos pelo público e atores, sem, no entanto, receber atenção do Poder Público. A governamental é o espaço onde os temas públicos considerados relevantes são tratados e recebem, em certa medida, atenção dos formuladores de políticas públicas. Porém, como muitos temas emergem simultaneamente e são complexos, somente alguns problemas se destacam em algum momento. Estes problemas constituem a agenda de decisão, isto é, onde os problemas elencados receberão atenção, recurso, tempo e ação dos gestores públicos⁵³. É na agenda de decisão que se efetiva a formulação e implementação de políticas públicas. Nas palavras de Kingdon: *a agenda de decisão, como eu a concebo, é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associadas às autoridades* (KINDGON: 2006 p.222).

O processo de estabelecimento da agenda governamental filtra um conjunto de temas que poderiam de alguma forma disputar a atenção governamental. As grandes perguntas que Kingdon realiza são: por que alguns assuntos são priorizados nas agendas enquanto outros são negligenciados? Por que algumas alternativas recebem mais atenção do que outras? Segundo o autor, algumas respostas para essas perguntas estão no papel desempenhado pelos participantes, que segundo ele, são quem influencia o estabelecimento das agendas e as especificações das alternativas.

Procedimentos metodológicos

A metodologia do trabalho foi qualitativa e consistiu na coleta de dados mediante entrevistas semiestruturadas com pessoas consideradas chaves no processo da elaboração da política nacional de juventude. A escolha dessas pessoas foi resultado do levantamento bibliográfico sobre o tema políticas públicas de juventude em periódicos acadêmicos do período de 2000 a 2010. Este período compreende o ingresso do tema das políticas de juventude na agenda governamental e o levantamento da bibliografia possibilitou obter um quadro geral do contexto da época e os principais atores e espaços de gestação das propostas de políticas para a juventude.

Foram três os espaços citados na bibliografia e nas entrevistas como as arenas de formulação da política de juventude: Projeto Cidadania/Instituto Cidadania; Comissão

⁵³ No original “We should also distinguish between the *governmental* agenda, the list of subjects that are getting attention, and the *decision* agenda, the list of subjects within governmental agenda that are up for an active decision” (Kingdon, 2003, p. 4).

Especial Destinada a Acompanhar e Estudar as Políticas Públicas para a Juventude da Câmara de Deputados; Grupo Interministerial de Juventude.

A dinâmica dos três espaços ocorreu nos anos 2003 e 2004, e a instituição da política nacional de juventude foi em 2005. Portanto, a análise desta pesquisa compreende o período destes três anos. Foram realizadas a leitura e análise de cada documento final resultantes destes três espaços.

Dentre os documentos e materiais analisados destacam-se os seguintes:

- Relatório Final do Grupo Interministerial de Juventude (2004)
- Documento de conclusão do Projeto Juventude (2004)
- Relatório final da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados (2004)
- Livro produzido pelo Conselho Nacional de Juventude “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas” (2006)
- Guia de Políticas Públicas de Juventude (2005)

O material foi colhido em *sites* do Governo Federal e em visita de campo realizado em Brasília nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2011. Nestes três dias foram colhidos documentos na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Secretaria Nacional de Juventude e nos Ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação.

Além disso, realizou-se um conjunto de entrevistas com pessoas que tiveram papel importante nos anos de 2002 a 2005 no governo, no parlamento ou na sociedade civil. Em São Paulo, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, foi realizado um conjunto de entrevistas com pessoas que ocuparam posições de destaque no Governo Federal.

Contextualização do tema juventude no Brasil

Segundo Abramo (2003), até meados dos anos 1960, a visibilidade do tema juventude no Brasil ficou restrita aos jovens estudantes de classe média, tidos como politizados. O debate sobre o tema juventude girava em torno do papel que os jovens engajados – leia-se movimentos estudantis, jovens da contracultura e jovens militantes de partidos políticos de esquerda – exerciam na continuidade ou enfrentamento do sistema capitalista.

Após a década de 1980, o foco da preocupação, para uma parcela da sociedade civil, centrou-se na questão das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A defesa destes segmentos mostrava-se na luta pela institucionalização dos direitos, que culminou no Estatuto da Criança e Adolescente em 1990. Esta preocupação com os direitos sociais das crianças e adolescentes concentrou esforços dos atores em detrimento ao tema da juventude, fazendo com que este termo por muito tempo se referisse ao período da adolescência, isto é, até os 18 anos. Os jovens, como categoria que conhecemos hoje, ficaram de fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania (ABRAMO, 2003).

A visão de que a palavra juventude poderia ir além da adolescência em risco e além dos setores de classe média é mais recente. Esse movimento iniciou na década de 1990. Em certa medida, com a ampliação da preocupação vigente com a adolescência em risco, iniciou-se uma inquietação com os jovens após eles passarem da idade formal da adolescência, isto é, dos 18 anos. Sposito e Carrano (2003) e Abramo (2003) defendem a

hipótese de que o debate acerca da juventude ganhou maior peso e visibilidade pública na medida em que se destacou do campo específico da luta pelos direitos da criança e adolescente.

O conjunto de movimentos sociais, pesquisadores, ativistas, ONGs e militantes que lutaram pela implantação do ECA era de uma tradição de luta por ampliação dos direitos sociais, de reivindicação por novas institucionalidades. Na medida em que surgiu a necessidade de se ampliar o debate acerca de um segmento vulnerável, com suas próprias especificidades, suas próprias demandas e que incluía maiores de 18 anos, abriu-se caminho para discutir a(s) juventude(s) fora do eixo do debate da criança e adolescente.

A descoberta de novos atores juvenis por grande parte dos setores populares que vieram a público, sobretudo por meios ligados a um estilo cultural próprio, passou a pautar temas inéditos (ABRAMO, 2010). Segundo Abramo⁵⁴, o movimento Hip Hop contribuiu fortemente na medida em que colocou assuntos até então “invisíveis” na ordem do debate do dia.

Sposito e Carrano (2003) expõem as questões e problemáticas inseridas no campo da juventude, nos discursos e práticas dos atores sociais. A juventude era vista por certos grupos da sociedade como caso de polícia, em que o problema da “delinquência juvenil” era o elemento central da defesa de uma agenda de programas para a juventude. Ademais, havia também a visão de que os jovens deveriam ser qualificados para o mercado de trabalho, dada sua crescente participação proporcional na sociedade brasileira. Existia uma clara disputa de direcionamento no campo da sociedade civil sobre a forma como o tema da juventude deveria ser pautado.

Ainda na década de 1990, em paralelo aos discursos proferidos e disputados no campo da sociedade civil, o tema da juventude começou a ganhar espaço nos governos. Problemas reais, identificados, sobretudo na área de segurança pública, saúde, trabalho e emprego e educação, conferem materialidade ao tema para formular políticas públicas. Sposito e Carrano (2003) afirmam que as formulações das políticas continham nas estratégias elementos de enfrentamento dos “problemas da juventude”, por exemplo, nos programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, direcionados aos jovens moradores das periferias dos grandes centros urbanos.

No período do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) foram criados seis programas voltados para a juventude, entre 1999 e 2002 ocorreram 18 programas. Isto significa que o tema cresceu muito em importância para o governo, ainda que tenha ocorrido de forma muito fragmentada setorialmente, não havendo uma articulação institucional e pouca consistência conceitual e programática (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Nos municípios, iniciou-se o surgimento de órgãos governamentais – coordenadorias ou secretarias – incumbidos de articular ações e estabelecer parcerias com a sociedade civil, tendo em vista a implantação de programas e projetos para os jovens, alguns financiados pela esfera federal. Conforme aponta Fuks (2000), a criação de órgãos governamentais retroalimenta a atenção pública concedida a um determinado tema, haja vista que já há um canal institucional direcionado ao problema e pronto para receber as demandas.

⁵⁴ Helena Abramo concedeu entrevista a este pesquisador no dia 12 de novembro de 2010.

O debate sobre juventude acentuou-se na sociedade no início da década de 2000, envolvendo uma miríade de atores, de âmbitos distintos, em diferentes arenas públicas: gestores locais buscaram se articular e aumentar sua força política e orçamentária; entidades da sociedade civil aumentaram seu escopo sobre a visão de juventude; fundações empresariais e agências de cooperação internacional passaram a financiar projetos de apoio aos jovens; proliferaram-se núcleos acadêmicos e instituições de pesquisa ligadas à ONU com o tema juventude; parlamentares instituíram comissões e marcos legais acerca da juventude (ABRAMO, 2003).

Todos estes elementos contribuíram para que o debate acerca dos problemas e questões que emergiam em torno da juventude ganhasse força política na sociedade civil ao longo da década de 1990 e fez com que a base de mobilização social estivesse preparada para a década seguinte.

Análise da agenda de políticas de juventude no governo Lula

Nesta seção são descritos e analisados os principais elementos e atores que contribuíram para que o tema de políticas de juventude entrasse na agenda governamental. A eleição de Lula é exposta como um momento importante, um novo fluxo político, como o proposto por Kingdon, que contribuiu com uma nova agenda de institucionalização por novos direitos. A mobilização e articulação da sociedade civil foram fatores importantes para o fortalecimento do campo dos atores que discutiam políticas públicas, bem como para a legitimação das propostas. Por conta disso, são analisados dois espaços que tiveram importância na articulação por parte da sociedade civil, o **seminário Juventude em Pauta** e o **Projeto Juventude** coordenado pelo Instituto Cidadania. A atuação do Executivo **pele grupo interministerial** foi determinante na mobilização dos atores visíveis e consolidação da prioridade no núcleo do governo de alternativas e propostas de políticas de juventude. A atuação da Câmara dos Deputados, por meio **da Comissão Especial de Políticas de Juventude**, é abordada como um momento que confere legitimidade e importância política ao tema.

A eleição presidencial de 2002 foi um evento importante para o tema juventude se fortalecer. Esta foi a primeira campanha em que o tema juventude apareceu de forma evidente nos programas de governo dos dois principais candidatos (Lula e Serra). Ambos assinaram um documento de comprometimento com a promoção de políticas de juventude. Este documento, chamado “Política de Juventude para o Brasil” (2002), foi organizado pelo Instituto Ayrton Senna, GIFE, UNESCO e FIESP e propunha uma política de desenvolvimento humano focado na educação básica e profissional, uma política de saúde com viés educativo, bem como uma política de tempo livre para os jovens com promoção de uma cultura de paz.

Embora as organizações da sociedade civil já se detivessem em um debate acerca do paradigma “juventude enquanto sujeito de direitos”, os programas de governo dos dois candidatos mais votados enfatizavam a associação da juventude com temas da criminalidade e violência, isto é, na perspectiva da juventude como etapa problemática. O programa de governo de Serra seguia o mesmo paradigma, embora citasse a necessidade da criação de um órgão na esfera federal para a formulação, coordenação e avaliação de políticas de juventude. O programa enfatizava a discussão do percentual de jovens nos presídios, o número de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas e as altas taxas de gravidez precoce.

Percebe-se que a visão dos partidos era focada no paradigma “juventude como etapa problemática” mesclada com elementos do paradigma “juventude enquanto ator estratégico do desenvolvimento”. A discussão sobre a juventude enquanto sujeito de

direitos estava restrito a algumas ONGs, pesquisadores acadêmicos e alguns técnicos da UNESCO.

Desde a campanha presidencial de 1998, de acordo com Helena Abramo, Lula fazia compromissos com a juventude brasileira no que se refere à proposição de políticas públicas. Em 2002, não foi diferente. Este foi o primeiro passo para que o tema efervescesse no futuro governo.

Havia um conjunto de atores sociais em torno do tema de juventude, como ONGs e pesquisadores que enxergaram na candidatura de Lula uma oportunidade de colocar o tema na agenda governamental. Como afirma Kingdon (2002), a eleição pode promover mudanças de governo, abrindo novas possibilidades de agendas e, conseqüentemente, o acesso de novos grupos de interesse ao novo governo. Os atores que formaram o fluxo das políticas públicas perceberam na candidatura do petista uma forma de pautar o Governo Federal para o tema da juventude.

Como afirma Helena Abramo, os partidos tinham o tema da juventude como uma questão genérica, pouco estruturada e organizada. Não havia uma formulação de política pública. O fato de o tema não estar expresso de forma consistente no programa de governo de Lula em 2002 é sintomático, mostra que, embora houvesse uma comunidade de pesquisadores e uma rede de ONGs que discutisse o tema no Brasil, ele ainda era pouco sistematizado.

Segundo Luiz Dulci⁵⁵, o tema da juventude chegava à campanha petista por diferentes movimentos da juventude, ONGs que trabalhavam a temática e juventudes partidárias que, embora sem força política naquele momento, já atuavam como vetor de pressão.

A eleição de Lula em outubro de 2002 foi um momento importante para que o tema da juventude iniciasse o processo de institucionalização no Governo Federal. Como afirma Kingdon (1995), as eleições são parte importante para que os temas que estão na agenda não-governamental ascendam para o topo das prioridades do governo. A campanha é um momento importante para aglutinar e atrair grupos e indivíduos, os candidatos se comprometem em torno de uma questão. A eleição – juntamente com o clima nacional e a pressão das forças políticas organizadas – é um dos três componentes que constituem o fluxo das políticas⁵⁶.

Assim, as mudanças no governo por conta do processo eleitoral criam o fluxo da política afetando mudanças no próprio governo, mudanças na composição do Congresso, mudanças nas chefias de órgãos. As eleições trazem novos governos e novas configurações partidárias e ideológicas ao Congresso, facilitando que novos temas entrem na agenda.

Desdobramentos na esfera política são poderosos formadores de agenda. Um novo governo, por exemplo, muda as agendas completamente ao

⁵⁵ Membro e fundador do Partido dos Trabalhadores, ocupando desde a fundação funções na direção partidária. Foi coordenador da campanha presidencial de Lula em 2002 e tornou-se Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República de janeiro de 2003 a dezembro de 2010.

⁵⁶ “O terceiro componente do fluxo político – além das oscilações do “humor” nacional e do equilíbrio de forças políticas organizadas – é composto de eventos no próprio governo. Administrações mudam, trazendo com elas mudanças nas agendas políticas. Novos parlamentares são eleitos no Congresso, criando oportunidade para que algumas propostas surjam e outras saiam de cena. Agências burocráticas e Comissões do Congresso são espaços de batalhas e confrontos políticos, afetando o processo de formação de agenda” (Kingdon, 1995, p. 153) – Tradução nossa.

ênfatizar as suas concepções dos problemas e suas propostas, e torna bem menos provável que assuntos que não estejam entre as suas prioridades recebam atenção (KINGDON, 2006:229).

Foi o que ocorreu com a eleição de Lula à Presidência da República em 2002. Um novo governo, formado por uma coalizão de centro-esquerda, tinha em volta de si diversos atores da sociedade civil com diferentes temas e possibilitou que o tema das políticas de juventude ganhasse força na agenda governamental.

O mesmo ocorreu com o Poder Legislativo. Este passou por um processo de renovação da ordem de 40% na eleição de 2002. Novos deputados foram eleitos, com novos temas a serem priorizados (dentre eles o tema juventude). O deputado Reginaldo Lopes, propositor da Comissão de Juventude, e Cláudio Vignatti, um dos principais articuladores do tema juventude na Câmara, foram eleitos em 2002.

Portanto, a eleição do novo governo, bem como a de novos deputados, possibilitou o fluxo político para que o tema juventude iniciasse sua trajetória também no Executivo e no Legislativo.

Mobilização e articulação da sociedade civil

Como exposto no capítulo anterior, os atores sociais que discutem de forma sistemática políticas para a juventude emergiram na década de 1990. Muitos desses atores iniciaram sua trajetória na luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes na década de 1980, mas a emergência de novos atores juvenis nas periferias urbanas ganhou grande destaque ao longo da década de 1990, conforme aponta Abramo (2003).

A Universidade com seu conjunto de pesquisadores e um conjunto de ONGs (Organizações Não-Governamentais) foram os atores aglutinadores no debate sobre a situação das juventudes no Brasil. Eles foram aglutinando outros atores no processo de discussão do tema juventude, tais como as entidades estudantis e demais movimentos juvenis. O conjunto de professores universitários e pesquisadores formaram a comunidade epistêmica sobre o tema juventude que teve forte influência na conformação do desenho institucional, bem como na legitimação das propostas e alternativas que culminaram na Política Nacional de Juventude.

Foi a partir da década de 2000 que a rede das entidades, movimentos e pesquisadores de juventude evoluiu quanto a sua organização, tornando-se um campo⁵⁷. Sposito (2011) afirma que houve três grandes momentos que marcaram a organização da sociedade civil sobre o tema juventude, ou mais especificamente o campo de pesquisadores acadêmicos. O primeiro momento remete aos anos 1990, no seminário “Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas”, realizado em Brasília, e na publicação de um importante livro. O segundo momento ocorre em 1998, com um ciclo de debates organizado pela ONG Ação Educativa. Diversos especialistas discutiram os diferentes problemas que atingiam o universo jovem (trabalho, violência, drogadição, cultura e participação, entre outros).

Tratava-se assim, de colaborar para a constituição de um debate público em torno dos jovens que descolasse os olhares, que problematizasse diagnósticos dominantes; enfim, que pudesse qualificar melhor um emergente modo de compreensão dos jovens no

⁵⁷ Conforme aponta Bourdieu (1989), campo é o espaço social onde os atores disputam a concepção do tema em questão. Tal disputa ocorre no plano simbólico, pela produção do senso comum “ou mais precisamente pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social” (BORDIEU, 1989, p.69).

Brasil, mais próximo da ideia de democracia, de direitos a serem conquistados e de construção do desenvolvimento sustentável (SPOSITO, 2011, p. 332).

O terceiro momento ocorreu em 2002, com o seminário “Políticas Públicas – Juventude em pauta”. Este ponto será aprofundando em um item específico, por entendermos que ele consolida a organização da comunidade epistêmica de pesquisadores e da rede de ONGs que atuavam na área da juventude.

A comunidade epistêmica de especialistas pode ser interpretada, conforme aponta Kingdon, como um espaço onde são apresentadas soluções para os problemas existentes. O grupo dos atores “invisíveis” formula as alternativas, as propostas de políticas públicas.

Muitas ideias são geradas nestas comunidades. Propostas são sugeridas por vários meios: discursos, projetos de leis, audiências públicas no Congresso, informações vazadas para a imprensa, circulação de *papers* e conversas particulares. Os atores divulgam suas ideias, criticam o trabalho dos colegas, aprimoram e revisam essas ideias e discutem novas versões. Algumas dessas ideias são acatadas, enquanto outras são descartadas. Contudo, muitas ideias são possíveis e são de alguma forma, consideradas durante o processo (KINGDON, 2006, p. 231).

A comunidade epistêmica de especialistas que se formou em torno do tema juventude, em grande parte formada por professores universitários, teve papel significativo e fundamental no processo de aglutinar os demais atores da sociedade e sobretudo em formular alternativas, isto é, propostas de ações governamentais para as juventudes. Embora houvesse outros atores, tais como ONGs e movimentos juvenis, eram os pesquisadores (em sua maioria acadêmica) que produziam sistematicamente análises e reflexos da juventude no Brasil. Além da avaliação das realidades das juventudes brasileiras, os pesquisadores tinham uma alta capacidade de formulação sobre as necessidades das diferentes juventudes por conta das pesquisas empíricas e, principalmente, por conta dos seminários de pesquisa que abriam oportunidade de diálogos entre pesquisadores e diferentes grupos de juventude. Formou-se um circuito de discussão e debates, constituindo, na perspectiva de Kingdon, os “atores invisíveis”. Embora não tivessem visibilidade pública no momento da criação da Secretaria Nacional de Juventude, estiveram em todos os espaços de formulação. De acordo com Kingdon, este circuito de pesquisadores tornou-se, com o passar do tempo, uma comunidade geradora de alternativas.

A comunidade geradora não compartilha necessariamente das mesmas crenças e convicções, embora o grupo de especialistas que giravam em torno da visão “juventude como sujeito de direitos” tenha tido maior protagonismo em propor alternativas, especialmente porque hegemonizou a formulação do Projeto Juventude coordenado pelo Instituto Cidadania.

No entanto, é bom ressaltar que havia outros atores com posicionamentos distintos da visão “sujeito de direitos” que imperou no Projeto Juventude. O Banco Mundial organizou em 2004 o Encontro “Vozes Jovens – um olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI” e reuniu diversas entidades e atores, tendo maior participação as entidades ligadas às fundações empresariais e aos conselhos de jovens empresários. O Banco Mundial disputava claramente uma visão política do papel do jovem na sociedade, calcada na visão do jovem como agente estratégico do desenvolvimento. Esta organização entendia a questão da juventude enquanto a possibilidade de governos e empresas realizarem maiores investimentos na qualificação do capital humano.

Percebe-se que o campo da juventude foi marcado por tensões, dissensos e embates políticos. Havia diferentes atores e movimentos de juventudes que discordavam quanto a qual deveria ser o papel desempenhado pelo Estado junto ao tema. Porém, a ampla maioria dos pesquisadores da comunidade epistêmica tinha a visão do jovem como sujeito de direitos. Esta visão logrou maior protagonismo na proposição e na conformação do que se convencionou chamar da Política Nacional de Juventude.

Os momentos chaves na formação da comunidade geradora de propostas e que serviram de espaços de interlocução com o Governo Federal foram o Seminário Juventude em Pauta e o Projeto Juventude. O primeiro ocorreu no fim de 2002 e consolidou a organização da comunidade epistêmica e a rede de ONGs/entidades que discutiam no eixo “juventude enquanto sujeito de direitos”. O segundo foi um espaço de forte interlocução da rede de ONGs, movimento estudantil, comunidade epistêmica, consórcio dos jovens empresários, novos atores juvenis das periferias urbanas, juventudes partidárias, gestores públicos e representantes do Governo Federal. As deliberações deste espaço tiveram forte incidência no desenho final da Política Nacional de Juventude.

Seminário juventude em pauta

O seminário juventude em pauta aconteceu entre os dias 26 e 29 de novembro de 2002, em São Paulo, unindo, na mesma atividade, a experiência latino-americana e a brasileira, envolvendo pessoas de todas as regiões do Brasil e de diferentes segmentos, como gestores, organizações juvenis, outras organizações da sociedade civil e pesquisadores (FREITAS e PAPA, 2003).

Nomes como Helena Abramo, Regina Novaes, Mary Castro, Fernanda Papa, que são conhecidas neste circuito, foram as organizadoras do seminário. Fernanda Papa, coordenadora de Projetos da Fundação Friedrich Ebert (FES/ILDES) e organizadora do evento, afirma que o encontro foi fundamental para apontar a importância da perspectiva da juventude para as políticas públicas. Além disso, a importância do encontro também se dá pela época em que foi realizado, já que no mesmo ano (2002) foi eleito o candidato Luís Inácio Lula da Silva para Presidência e que parte da rede de ONGs e pesquisadores estavam inseridos no mesmo campo político da candidatura do PT. Após ganhar a eleição, muitos desses agentes da área da juventude trabalharam no Governo Federal.

Instituto Cidadania

O Instituto Cidadania foi criado em 1992 visando ser um espaço de elaboração de propostas de políticas públicas para os principais problemas do Brasil. Esta organização estava fortemente ligada ao Partido dos Trabalhadores. Lula era naquele momento (início da década de 1990) uma das principais lideranças políticas e sindicais do país – foi o presidente de honra desde a fundação do Instituto até assumir a Presidência da República em janeiro de 2003.

Paulo Vannuchi relata que após perder a eleição presidencial para Collor em 1989, Lula anunciou, em dezembro do mesmo ano, a criação de um governo paralelo como forma de continuar com a plataforma política dos setores da sociedade que apoiaram sua candidatura no segundo turno. Este governo paralelo teve pouca efetividade por falta de estrutura e recursos. Em 1992, com o *impeachment* de Fernando Collor, a existência do governo paralelo deixou de ter sentido. Por conta disso, funda-se o Instituto Cidadania como espaço para dar vazão ao pensamento e reflexão de um projeto de país, conforme aponta Paulo Vannuchi em entrevista a este pesquisador.

Segundo Paulo Vannuchi, que naquele momento ocupava a função de coordenador-executivo do Instituto Cidadania e se tornaria o coordenador do Projeto Juventude, embora o termo juventude fosse uma preocupação constante de Lula, não havia algo sistematizado em termos de propostas de políticas públicas para a juventude.

Por que Juventude entrou na agenda do governo federal? Porque quando Lula ganha em 2002, não havia uma proposta consistente. Em meados em 2003, levamos ao Lula no planalto o novo plano do Instituto Cidadania, um conjunto de projetos, sendo que um deles foi o Projeto Juventude. O tema vai tendo maior peso, os atores das periferias, os novos interlocutores da juventude, os jovens não são mais a UNE (União Nacional de Estudantes) e o Lula sabia disso. Ele fala para fazer o Projeto Juventude (PAULO VANNUCHI).

Assim o Projeto Juventude nasce com a anuência e com grande respaldo político do então Presidente Lula.

É interessante notar que a ideia de juventude já estava na preocupação do Presidente da República e de dirigentes do governo, mas não havia uma proposta consistente. O Projeto Juventude é em parte resultado disso, da não-elaboração sistemática de propostas para as juventudes. Apesar da organização da comunidade epistêmica ter se reunido em 2002 no seminário “Juventude em Pauta”, não havia propostas de políticas públicas. Este encontro ficou restrito em análises sobre condições e dimensões de vida do universo jovem. Havia pouco acúmulo sobre políticas de juventude. Havia algumas experiências municipais, mas não estavam sistematizadas⁵⁸.

Luiz Dulci afirma que Lula foi uma pessoa importante para pautar o tema juventude no governo, bem como para incentivar o Projeto Juventude no Instituto Cidadania. Lula, além de ser uma das principais lideranças populares ao longo das décadas de 1980 e 1990 e de exercer forte influência no Instituto Cidadania, era o Presidente da República, e por conta disso mobilizou o Executivo Federal em torno da agenda de juventude.

Portanto, o Instituto Cidadania tinha fortes interlocutores e personalidades políticas, tais como o Presidente da República, ministros, pessoas com trajetória política, respeitadas na Universidade e nos movimentos sociais. Este conjunto conferiu respaldo político para que o Projeto Juventude fosse um espaço importante na formulação da Política Nacional de Juventude.

O Instituto Cidadania iniciou o Projeto Juventude com o intuito de realizar um amplo diagnóstico da realidade das diferentes juventudes no Brasil. O Projeto ocorreu entre agosto de 2003 e maio de 2004 e foi entregue ao Presidente Lula em junho de 2004, coordenado por Paulo Vannuchi, que nesta época era Coordenador Executivo do Instituto Cidadania, e Pedro Paulo Martoni Branco, Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Cidadania.

Grupo Interministerial

As condições de vida, sobretudo o desemprego entre os jovens, eram preocupações constantes dos dirigentes e de Lula quando o Projeto Juventude foi iniciado

⁵⁸ Na perspectiva de Kingdon, o Projeto Juventude, organizado pelo Instituto Cidadania, estava inserido no fluxo das Políticas Públicas, isto é, nas alternativas sugeridas por especialistas. Este fluxo abriu-se em paralelo com o fluxo da política, iniciado com a eleição de Lula para a Presidência da República em 2003, compondo um novo governo, bem com novos membros no Congresso Nacional.

no segundo semestre de 2003. Por isso, em 2004, o governo criou um grupo interministerial de juventude com o objetivo de mapear as políticas públicas, programas ou ações de juventude existentes em todos os Ministérios, para se ter um diagnóstico geral das condições de vida da população jovem no Brasil.

Este grupo interministerial era composto por 18 Ministérios: Casa Civil, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte, Fazenda, Justiça, Meio Ambiente, Planejamento, Saúde, Turismo, Trabalho e Emprego, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial, Políticas para as Mulheres, Gabinete de Segurança Institucional. A coordenação do grupo ficou a cargo da Secretaria-Geral da Presidência da República, tendo como coordenador político o então ministro Luiz Dulci, e Beto Cury como coordenador do grupo interministerial, na época Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral.

Luiz Dulci, homem forte de Lula na relação com os movimentos sociais, era o chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Esta Secretaria, com *status* e prerrogativa de Ministério, tinha por finalidade estabelecer a relação com os movimentos da sociedade civil e, no caso analisado, com os atores que discutiam o tema juventude. Ficou sob responsabilidade de Dulci coordenar este grupo interministerial. Ele mesmo relata como foi o processo da constituição do grupo interministerial de juventude:

O número de 18 ministérios pareceu, para alguns, um pouco “assembleísta”, gente de mais para fazer reunião (...) Eu tinha consultado o Lula, tinha explicado para ele, eu não queria fazer uma coisa minha, não estava dentre as atribuições da Secretaria Geral, eu não queria ficar sozinho, “- Ah, é o Dulci que *tá* tocando então deixa pra ele”. Eu queria respaldo político, conversava muito com o José Alencar [Vice-Presidente da República], para envolver, para não ficar mais uma corporação dentro do governo. E o Lula só não deu força como insistiu que tinha que envolver. Aí nós envolvermos um pouco mais. Fizemos diversas reuniões do grupo interministerial, cada vez mais qualificada, com exceção de eventualmente uma ou outra (LUIZ DULCI).

Os 18 ministérios que compuseram o grupo interministerial de juventude aumentaram o respaldo político da pauta de juventude no Governo Federal. A estratégia de reunir os principais ministérios fez reverberar o tema para o Executivo Federal, fazendo com que a pauta juventude não ficasse restrita ao gabinete do Presidente ou do Ministério da Casa Civil

O núcleo do governo (Planalto) tinha por objetivo, por meio do grupo interministerial, mapear todas as ações, programas e políticas de juventude desenvolvidas pelos diferentes Ministérios. Ter um diagnóstico da situação governamental era considerado necessário para otimizar recursos e ter um quadro de como o governo estava em relação à situação da juventude e, sobretudo, para o tema juventude ganhar força política no governo.

Legislativo

O Poder Legislativo desempenhou um papel significativo quanto a sustentar politicamente o tema da juventude. Embora sua influência no desenho da Política Nacional de Juventude tenha sido pequena, o Poder Legislativo, mais especificamente a Câmara dos Deputados, contribuiu ao reunir em torno do tema “políticas públicas de juventude” diferentes forças políticas, partidos da situação e de oposição, o que certamente fez com que o tema ganhasse destaque no Congresso Nacional entre os anos de 2003 e 2006.

No ano de 2003, foi criada na Câmara dos Deputados a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude (CEJUNVET). A criação ocorreu por ato da Presidência da Câmara dos Deputados em 7 de abril de 2003, a partir do requerimento apresentado pelo deputado Reginaldo Lopes e por parlamentares de diversos partidos políticos. A comissão foi instalada em 7 de maio e iniciou seus trabalhos no dia 15 do mesmo mês (DOCUMENTO CÂMARA).

O deputado federal por Minas Gerais, Reginaldo Lopes (PT), foi um dos protagonistas da discussão das políticas públicas para juventude no Congresso Nacional. Foi de sua autoria a proposição da Comissão de Juventude. Além do documento da Câmara, este registro fica expresso na entrevista que o deputado concedeu a este pesquisador.

A comissão foi resultado de um acordo político entre mim e o presidente João Paulo Cunha ainda na campanha dele quando ele esteve em MG. Eu disse a ele em MG: “Olha presidente, eu quero fazer um acerto político, eu quero criar a comissão de políticas de juventude”. Então, quando eu tomei posse, entrei com um requerimento para criar a comissão, o presidente falou que iria analisar. Então eu criei a Frente Parlamentar em defesa das políticas para juventude. Em seguida a Comissão foi criada e eu me tornei presidente (DEP. REGINALDO LOPES).

O Congresso, mais especificamente a Câmara dos Deputados, teve uma dinâmica política de realizações de audiências públicas, seminários e conferências. As informações constam em um relatório final da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude de 2004 que relata os principais eventos de discussão sobre juventude na Câmara dos Deputados.

Foram realizadas audiências públicas sobre diferentes temas que, de acordo com os parlamentares, tinham relação com as dimensões da vida dos jovens, como educação, cultura, trabalho e renda, desporto e lazer, saúde e sexualidade e cidadania. Segundo o relatório da Comissão, após a conclusão de cada trabalho temático, foi realizado um relatório preliminar, apresentado aos jovens nos encontros regionais realizados em todos os estados da Federação, com exceção de Alagoas e PiauÍ. Após esses encontros regionais, foi realizada a Conferência Nacional de Juventude, espaço que consolidou as propostas da Comissão de Juventude que foram entregues ao Poder Executivo como forma de influenciar a Política Nacional de Juventude.

Conclusão

É possível notar como os diferentes grupos de juventude foram criando e reforçando discursos ao longo dessa década, fazendo com que esses grupos chegassem fortalecidos para pautar o tema quando o fluxo político foi favorável. Mario Fuks afirma que os atores utilizam os elementos discursivos e simbólicos para dar visibilidade a uma determinada questão, como foi o caso dos movimentos do Hip Hop, denunciando a situação de extrema violência, seja do tráfico ou da polícia, nas periferias urbanas. Um conjunto de ONGs, destacando-se a Ação Educativa, a FES e o IBASE, passou a formular discursos em defesa dos direitos das diferentes juventudes. Os pesquisadores nas universidades iniciaram, de forma sistematizada, a produção acadêmica sobre as condições de vida dos jovens no país. Foi a partir dessa movimentação intensa da sociedade civil organizada que se iniciou a formação do campo de atores em torno da temática das políticas públicas de juventude.

Dessa forma, há três grandes movimentos de discussão sobre a temática da juventude que se constituíram em vetores importantes para pautar o tema na agenda

governamental: a comunidade epistêmica, a rede de ONGs e as agências de cooperação internacional. Como apresentado ao longo deste trabalho, a comunidade epistêmica é formada por pesquisadores acadêmicos das universidades públicas, bem como alguns pesquisadores atuantes em entidades de pesquisa. A rede de ONGs formou-se a partir dos diferentes encontros e dinâmicas de debate iniciados no final da década de 1990. Já as agências de cooperação internacional tiveram papel importante no plano do debate macro ao longo da década de 1990. A divisão em categorias procurou facilitar a análise, havendo forte interação e sinergia entre a comunidade epistêmica e a rede de ONGs. Muitos dos membros da comunidade epistêmica eram pesquisadores ou faziam parte de ONGs que lutavam pela bandeira da juventude, assim como em muitas ONGs havia técnicos/especialistas que tinham alta capacidade de formulação de alternativas/políticas públicas, bem como de reflexão teórica sobre as condições de vida dos jovens.

O campo de políticas de juventude se consolida caracterizado pela pluralidade de atores políticos governamentais e da sociedade civil, com cada ator tentando articular com outras diversidades juvenis para suas respectivas reivindicações ganharem legitimidade. Todos esses atores, com suas próprias visões e ideologias, politizam o campo de juventude e cobram do Estado políticas para suas identidades e necessidades.

A visão “juventude enquanto sujeito de direitos” teve protagonismo no desenho final da Política Nacional de Juventude, como expresso nos documentos e entrevistas concedidas a este pesquisador. Porém, não há grandes definições teóricas ou consensos explícitos sobre o conteúdo da expressão “sujeito de direitos”. Cunhada como um artifício retórico na última década, esta expressão evidencia e enfatiza a importância da noção de direitos e de cidadania.

A hipótese de que havia disputas de concepções visíveis e claramente antagônicas entre os principais atores não foi confirmada, embora houvesse premissas – reiteradas – muito distintas. Campo fragmentado e em formação dificultaram a compreensão dos projetos distintos, embora existissem.

Os elementos ideológicos ficaram como pano de fundo, como demonstraram as entrevistas, os documentos analisados e a análise da Política Nacional de Juventude. O ProJovem é exemplo disso. O programa visou articular diferentes dimensões da vida do jovem. Ele promovia a qualificação profissional aos jovens pobres e, de certa forma, contemplava a visão da “juventude enquanto ator estratégico do desenvolvimento”, haja vista que muitos programas financiados pelo Banco Mundial se enquadravam nesta visão ao promover qualificação profissional. No entanto, o campo que se enquadrava na visão “juventude enquanto sujeito de direitos” também defendia a qualificação profissional articulada com a elevação da escolaridade como forma de garantir a emancipação e autonomia dos jovens.

Houve negociação de elementos dos diferentes paradigmas que fundamentava visões ideológicas. No entanto, naquele momento (entre 2000 e 2005), o processo de elaboração de alternativas e definição do problema feita pela comunidade epistêmica, pela rede de ONGs e pelas agências de cooperação internacional estava intrincado e misturado. A luta de diferentes atores pelo reconhecimento do problema (ou questão juvenil) da falta de políticas de juventude e a elaboração de alternativas (políticas públicas) por diferentes atores políticos fez com que os mesmos não tivessem claro o que estava em disputa.

A rede de ONGs que girava em torno da visão “juventude enquanto sujeito de direitos” – destacando-se o Instituto Ibase, Instituto Cidadania, Instituto Pólis, Ação Educativa –, junto com pesquisadores acadêmicos, hegemonizou a discussão sobre o

desenho da Política Nacional de Juventude. Pelo fato de o campo de juventude estar em construção e ser fragmentado, foi difícil encontrar elementos de maior concretude que demonstrassem as disputas ideológicas. De qualquer forma, é possível concluir que as disputas de concepções existiram e foram pano de fundo no processo de formulação da Política Nacional de Juventude, mas não ocorreram de forma frontal e organizada, ou seja, não houve vetos de atores contra a proposta oficial da Política Nacional de Juventude, pelo contrário, houve muita negociação para que os principais elementos dos paradigmas vigentes estivessem postos na política de juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude foi criada em 2005 e teve pouco poder e peso político. Seu orçamento foi relativamente baixo considerando os enormes desafios que se apresentavam para a execução de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria ficou com a incumbência de implementar o ProJovem, que em 2007 foi reformulado, tendo quatro modalidades: trabalhador, adolescente, urbano e campo. A Secretaria de Juventude não obteve êxito em coordenar os diferentes programas de juventudes que continuaram espalhados nos diferentes Ministérios. Contudo, a partir de sua criação, o governo passou a ter um órgão responsável e referência sobre o tema, que retroalimenta o debate para dentro do aparato institucional do Estado.

O Conselho de Juventude cumpriu um papel importante de consolidar a participação e representação da rede de ONGs e da comunidade epistêmica, que tiveram papel determinante nos debates sobre as políticas públicas de juventude nos três espaços em que participaram: Projeto Juventude, Comissão de Juventude da Câmara e Grupo Interministerial de Juventude.

O campo de políticas de juventude se consolida caracterizado pela pluralidade de atores políticos governamentais e da sociedade civil, com cada ator tentando articular com outras diversidades juvenis para suas respectivas reivindicações ganharem legitimidade. Todos esses atores, com suas próprias visões e ideologias, politizam o campo de juventude e cobram do Estado políticas para suas identidades e necessidades.

O Estado abre uma nova institucionalidade de direitos a uma parcela da sociedade, politizando uma questão: como abordar as diferentes juventudes em uma sociedade dividida em classes sociais e cindida por uma forte desigualdade social? A Política Nacional de Juventude tenta enfrentar esses desafios, sendo disputada por diferentes concepções políticas, que, contudo, se entrecruzam dialeticamente.

Referências Bibliográficas

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude, In: FREITAS, M.V.; PAPA, F.C (orgs.). **Políticas públicas de juventude – Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.

ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, H. W. Espaços de Juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.

ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro P. M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional** Org. Helena Wendel Abramo, Pedro Paulo Martoni Branco – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra IN. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121, 1983.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPELLA, N. C. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005.

CARRANO, R. C. P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: Fernanda de Carvalho Papa, Maria Virgínia de Freitas. (Org.). **Juventude em pauta: Políticas Públicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Petrópolis, 2011, v. 1, p. 237-250.

CASTRO, Jorge A; AQUINO, Luseni. M. C; ANDRADE, Carla C. **Juventude e políticas sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: Ipea, 2009.

FARAH, S. F. M. **Administração Pública e Política Pública**. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 45, p. 813-836, 2011.

FREITAS, M.V.; PAPA, F.C (orgs.). **Políticas públicas de juventude – Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.

FUKS, M. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2000.

KINGDON, J. Formação da Agenda. IN. SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: HarperCollins, 1995.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 5/6, 1997.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. São Paulo: Autores Associados, nº 24, set. – dez., 2003.

Documentos consultados

CONJUVE. Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. Brasília. Conselho Nacional de Juventude/Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert. 2006.

INSTITUTO CIDADANIA. Documento Final – Projeto Juventude. 2004. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/ConJuve/documentos/projeto-juventude-2013-documento-final>> Acesso em 10 de novembro de 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Relatório Final. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRASIL. Decreto Presidencial 11.129 de 30 de Junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de

2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm> Acesso em 19 de dezembro de 2012.

BRASIL. Portal da Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm> Acesso em 4 de janeiro de 2013

ESTATUTO DA JUVENTUDE NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS (2004-2013) - Mirlene Simões Severo

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

RESUMO: O presente trabalho, baseado em análise documental, demonstra os debates realizados acerca da elaboração do Estatuto da Juventude no Brasil entre 2004 e 2013. O Projeto de Lei surge na Câmara dos Deputados, através da Comissão Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Verificou-se que o Brasil é um dos últimos países da América Latina a constituir direitos civis ao jovem, e mesmo assim, o projeto de lei foi aprovado após quase dez anos como objeto de análise. Demonstra-se que tal demora se deveu à disputas ideológicas como também, de formulações equivocadas e posições superficiais sobre a situação social do jovem no Brasil. Existe um histórico legal de proteção e promoção da criança e do adolescente, mas, quanto ao jovem, até este momento não. Revela-se que o recente debate acerca da concepção do jovem como sujeito de direitos ultrapassa o horizonte nacional de interpretação pois existe documento que estabelecem tais direitos: a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens de 2005. Por parte dos jovens há também pouca consciência quanto aos seus direitos e, por isso, poucos se interessam em lutar por eles.

PALAVRAS CHAVE: direitos dos jovens, Estatuto da Juventude, direitos humanos.

ABSTRACT: This paper, based on documentary analysis, demonstrates the debates on the drafting of the Statute of Youth in Brazil between 2004 and 2013. The bill comes in the Chamber of Deputies by Destined Commission to Monitor and Study of Public Policy Proposals for Youth. It was found that Brazil is one of the last countries in Latin America to provide civil rights to the young, and even then, the bill was approved after almost ten years as an object of analysis. It is shown that this delay was due to ideological disputes as well, of misleading formulations and surface positions on the social situation of youth in Brazil. There is a legal history of protection and promotion of child and adolescent, but as the young, not so far. It turns out that the recent debate about the concept of youth as a subject of rights goes beyond the national horizon of interpretation because there is document establishing such rights: Ibero-American Youth Rights Convention of 2005 For some young people there is also little awareness about their rights and, therefore, few are interested in fighting for them

KEYWORDS: rights of young people, Youth Statute, human rights.

Uma breve introdução

A construção de um marco legal para os jovens no Brasil, desde 2004, percorreu um caminho complexo, cercado de contradições e disputas ideológicas. Esse ano é citado como referência, pois é o primeiro registro que se tem, através da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, de proposta de lei para os jovens, que ficou denominada Estatuto da Juventude.

O tema direitos dos jovens é recente no Brasil: enquanto os países latino-americanos desde 1985, primeira edição do Ano Internacional da Juventude proclamado pelas Nações Unidas, se articulavam para garantir espaços de debate e propostas quanto aos direitos dos jovens, o Estado brasileiro somente no fim da década de 1990, começou instituir programas para a juventude, mas sem um instrumento legal específico. Com isso, o Brasil se tornou um dos últimos países da América Latina a contemplar uma legislação para os jovens. Em síntese: primeiro se estabeleceram as políticas de

juventude, determinadas principalmente pelos problemas de violência com os quais os jovens se envolviam, para posteriormente ser implantada uma legislação específica. Lembra-se de que a formulação de tal legislação passou por nove anos na Câmara dos Deputados, de 2004 a 2011, mais de um ano no Senado Federal, de 19 de outubro de 2011 a 16 de abril de 2013, e sancionado em 05 de agosto de 2013.

O Estatuto da Juventude, após este estendido debate, não estabeleceu claramente a intervenção do Estado sobre os contextos de vulnerabilidade dos jovens brasileiros, especialmente dos jovens de classes sociais empobrecidas, para que, com isso, a violação dos direitos humanos deixasse de acontecer e possibilitasse, a partir dos próprios jovens, a resolução e o enfrentamento de problemas cotidianos (UNFPA, 2010).

Busca-se apresentar estas e outras lacunas de tal legislação juvenil e a necessária discussão e o fortalecimento de leis que promovam políticas públicas que integre, apoie, proteja e promova o jovem brasileiro.

Estatuto da Juventude no Brasil

É importante observar que, programas ou projetos de governo que foram executados antes de 2004, ou até mesmo posterior, não são objetos aqui retratados e, por isso, faz-se referência à construção dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais dos jovens, assim como estabelece a Convenção da ONU de 1966, e a Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens de 2005, e não às ações governamentais destinadas a esse público.

Todavia, sabe-se da importância das políticas públicas em seus mais variados objetivos e alcance, e também por isso, é necessário ressaltar que se não houver marco regulatório que integre e dê perspectiva de longo prazo a um projeto de inclusão social e de desenvolvimento nacional para os jovens, as políticas se apresentarão, assim como hoje, desarticuladas e desvinculadas do contexto geral da sociedade.

Considera-se que os direitos dos jovens, assim como dito anteriormente, é tema recente: na academia, nas pesquisas relacionadas ao seu cotidiano, nos organismos nacionais e internacionais. Os direitos dos jovens no Brasil começaram a ser discutidos em 2004. O Projeto de Lei nº 4529/04 dispõe sobre o Estatuto da Juventude, que na versão inicial, resumia e agregava alguns direitos civis já existentes sobre os jovens em nosso país, não ampliava a discussão para novos problemas ou situações vividas. Sua elaboração partiu da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que em um ano, realizou encontros, seminários e uma conferência com o intuito de discutir, com a sociedade civil, o projeto de lei (SIMÕES SEVERO, 2010).

A partir de 2004, tem-se a proposta do Estatuto da Juventude, passado um ano, ocorre a instituição da Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e a promulgação de programas específicos para a inclusão social dos jovens, tal como o Primeiro Emprego. Até então, não existia essa representação institucional e os programas para os jovens, além de serem insuficientes, eram desagregados. Convém reforçar novamente o argumento que, diferente dos países da América Latina, até mesmo pela sua lenta formulação, a legislação brasileira foi discutida mais como um conjunto de leis e políticas públicas setoriais para juventude do que como fundamento para a projeção da condição juvenil, seus problemas e possíveis soluções (SPOSITO E CARRANO, 2003).

Em síntese, no Brasil, o processo se inverteu: primeiro se estabeleceram as políticas de juventude, determinadas principalmente pelos problemas de violência com os

quais os jovens se envolviam, para posteriormente ser implantada uma legislação específica, que demorou dez anos para ser aprovada.

Além disso, o Estatuto da Juventude não propõe a intervenção do Estado sobre os contextos de vulnerabilidade dos jovens brasileiros para que, com isso, a violação dos direitos humanos deixasse de acontecer e possibilitasse, a partir dos próprios jovens, a resolução e o enfrentamento de problemas cotidianos (UNFPA, 2010).

Concorda-se com a ideia de que a legislação específica garante a construção de uma sociedade mais democrática como permite também avanços sociais, políticos e culturais no sentido de alcançarmos justiça e paz para todos. Segundo Alvarez (1999), a sociedade pauta-se pela conquista de direitos, especialmente a partir do século XX, quando se constituiu a expansão e construção dos direitos sociais, com o intuito da ampliação da igualdade entre os homens.

Alvarez (1999) ressalta ainda que, com o processo de globalização neoliberal, a relação de direitos e igualdade foi interrompida, a começar pelo enfraquecimento dos Estados e pela política econômica baseada na financeirização⁵⁹. Esta relação atinge diretamente a conquista de direitos:

Enfraquecidas as instituições estatais de âmbito nacional voltadas para assegurar e promover os direitos civis, políticos e sociais, os valores da cidadania se veem ameaçados pelos imperativos da economia globalizada e sua ênfase na produtividade, na competitividade e na livre circulação de capitais (ALVAREZ, 1999, p. 102).

As conjunturas econômicas atingem, diretamente, os direitos sociais, isto porque são eliminados os fundamentos do direito alcançado pelo *welfare state*⁶⁰ como as garantias de trabalho, de segurança, de remuneração e de acesso ao mercado de consumo. Garantir nesse processo, os direitos sociais dos jovens, torna-se imprescindível.

Contudo, além das garantias jurídicas, faz-se também necessário junto a estas promover as mudanças sociais que envolvem os jovens e propiciar o enfrentamento das adversidades vividas por eles. “Neste sentido, é fundamental associar às disposições legais nacionais e internacionais a aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral” (UNFPA, 2010, p. 55).

Nesse contexto, por iniciativa da Câmara dos Deputados, é apresentado o projeto do Estatuto da Juventude, que marca o fim de um processo de reconhecimento tardio dos jovens enquanto sujeitos de direitos, mas que, inicia uma outra fase: o reconhecimento, o debate e a promoção de tal lei com vistas ao seu fortalecimento.

A seguir serão reconstruídos, de forma retrospectiva, os anos de discussão do Estatuto para que também se possa ter compreensão dos avanços e recuos no que tange aos direitos dos jovens no Brasil.

Sete anos de tramitação do projeto de lei “Estatuto da Juventude”

⁵⁹ Este conceito explica a atual fase do sistema capitalista. Para maiores informações consultar: BRAGA, J. C. *Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças*. In: Estudos Avançados, v. 23, n. 65, São Paulo, 2009, p. 89-102.

⁶⁰ Utiliza-se esse conceito em seu sentido clássico, que permite, através do Estado, construir um conjunto de benefícios sociais universais por meio da estabilidade entre as forças de mercado e a sociedade. Uma revisão desse conceito pode ser lida em Gomes, F. G. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. Revista Administração Pública, vol. 40, n.02. Rio de Janeiro. Mar/Abril 2006.

Diversos foram os caminhos para se constituir o conteúdo do Estatuto da Juventude – EJ. Antes disso, é necessário fazer um breve relato sobre os marcos jurídicos antecedentes ao estatuto e à aprovação da Emenda Constitucional número 65, conhecida como PEC da Juventude, que compõem parte das discussões sobre os direitos dos jovens no Brasil.

Um dos instrumentos legais mais conhecidos na temática juvenil é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90). Sua aprovação foi reconhecida pela legislação brasileira logo após a realização da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1989. O ECA é um importante instrumento para o desenvolvimento integral da criança, com responsabilidades que abarcam desde a família até a sociedade e o Estado. Embora tenha essa importância quanto à proteção da criança, com relação aos jovens é necessário avançar e, assim, incorporar legislação específica que o ECA não alcança.

Além do estatuto, podemos também citar a Lei Orgânica de Saúde (Lei no 8.080/90) que estabeleceu o Sistema Único de Saúde – SUS; a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei no 8.742/93), que regulamenta o direito à assistência social integral, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei no 9.394/96). Tais leis são importantes referenciais para a promoção dos direitos dos jovens no Brasil como também para a elaboração de políticas públicas (UNFPA, 2010).

O Código Civil Brasileiro, outro marco jurídico relacionado aos jovens, determina, em razão da idade, a “graduação da incapacidade. (...) até os 16 anos as pessoas são consideradas absolutamente incapazes e, dos 16 aos 18 anos são relativamente incapazes” (NUNES, 2012). Permite ainda o casamento para maiores de 16 anos, com a anuência de pais ou responsáveis.

Com relação ao trabalho, também existe legislação específica aos jovens. Para menores de 16 anos, salvo sob a condição de aprendiz, o trabalho é proibido. Até os 18 anos veda-se o trabalho noturno, insalubre e as longas jornadas que possam prejudicar o desenvolvimento social, psíquico e moral do jovem.

Como se ressaltou anteriormente, o Estatuto da Juventude reuniu em sua primeira versão parte destas leis, que concentravam os problemas mais próximos ao jovem brasileiro: saúde, educação, proteção, trabalho e cidadania. Mas, para se estabelecer um Estatuto específico a esta categoria, era necessário ter seu reconhecimento na Constituição Federal.

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC permitiu identificar o jovem como sujeito de direitos e, assim, as garantias outrora salvaguardadas pelas interpretações legais passaram, então, a ser formais, a “repercussão prática é que o *status* constitucional atribuído à questão confere maior estabilidade à norma, que só pode ser alterada por meio de um processo legislativo próprio, que requer *quorum* e tramitação específica” (UNFPA, 2010, p. 63). Isso significa que a força legal é ampliada significativamente para garantir aos jovens políticas públicas e programas exclusivos.

Nesse sentido, a PEC da Juventude, aprovada em julho de 2010, é um marco legal e político que coloca a discriminação, a violência ou opressão contra os jovens sob responsabilidade constitucional. A partir desse momento, solidificam-se os direitos particulares da juventude. A Proposta de Emenda à Constituição da Juventude possibilitou incluir os jovens como sujeitos de direitos no Artigo 227 da Constituição Federal, no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais que passou a se chamar “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” (BRASIL, 2011, p. 98).

Ressalta-se que este tema ganhou força em 2008, após diversas iniciativas para que o Estatuto da Juventude ganhasse seu espaço de discussão na Câmara dos Deputados. À época era motivo que inibia a aprovação do Estatuto.

O então presidente do Conselho Nacional de Juventude, Danilo Moreira, descreve como se deu o processo de aprovação da PEC:

Este processo contou com 400 mil participantes em todos os Estados e transformou a PEC da Juventude em símbolo maior da luta pela ampliação das políticas públicas para este segmento. Desde então o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve passou a trabalhar prioritariamente por esta proposta e ainda no ano de 2008 conseguiu a aprovação quase unânime pela Câmara dos Deputados. Foram 382 votos a favor, nenhum voto contrário e apenas uma abstenção. No Senado Federal esta PEC foi aprovada, também por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e, desde junho de 2009, aguarda votação em dois turnos pelo plenário da Casa, para então “virar lei” (REGISTRO JUVENTUDE, 2010).

A aprovação da Emenda Constitucional n.º. 65 reforçou o debate do Estatuto da Juventude, pois previa em seu conteúdo, que tal legislação fosse aprovada com vistas a regulamentar os direitos dos jovens de forma integral e permanente.

Ressalta-se que a PEC da Juventude passou mais de dois anos para ser aprovada, o que sugere o descaso, falta de compromisso e inabilidade de setores políticos e governamentais para com o tema jovem e juventude.

Em 2004 a proposta inicial da lei

Como registrado anteriormente, no fim da década de 1990, os jovens começaram fazer parte das ações do Estado e foram estabelecidas políticas pontuais voltadas para a juventude, entre elas a Assessoria Especial para Assuntos de Juventude vinculada ao Ministério da Educação. Contudo, ressalta-se que o jovem como sujeito de direitos, visto como corresponsável pelo desenvolvimento da sociedade, e não como problema, tornou-se um tema que teve como ápice e ponto de partida os anos de 2003, 2004 e 2005. Merece registro também que importantes decisões políticas desse período fizeram com que o tema Juventude saísse das páginas policiais para ingressar nas páginas de cidadania.

Na Câmara dos Deputados, em 2003, foi criada a Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas de Juventude e apresentava como cronograma:

Inicialmente, foram criados seis grupos de trabalho para estudar os temas que mais envolviam a juventude, tais como: lazer, trabalho, educação, cultura, saúde, sexualidade, dependência química, família, cidadania, exclusão social, violência, entre outros. Em seguida, foram realizadas audiências públicas para enriquecer as discussões dos grupos de trabalho. Durante a realização das audiências, o presidente, o vice-presidente e o relator da Comissão realizaram viagens de estudo para Portugal, Espanha e França para conhecerem os órgãos federais da juventude nesses países (SIMÕES SEVERO, 2006, p.53).

Após o cumprimento desse roteiro de trabalho, foi elaborado um relatório preliminar sobre os direitos dos jovens para dar apoio à segunda etapa de discussão dessa Comissão, a saber: encontros regionais de parlamentares com os jovens:

Ao término destas três etapas do cronograma, os grupos de trabalho, as audiências públicas e as viagens de estudo, foi elaborado um Relatório Preliminar, primeira publicação da Comissão de Juventude. Esse relatório foi utilizado nos encontros regionais dos parlamentares com os jovens. Enquanto os encontros ocorriam em cada um dos estados foi realizado em Brasília a Semana Nacional do Jovem, que promoveu seminários e mesas de discussão sobre a temática juvenil. Ao término das atividades regionais, a Comissão organizou a Conferência Nacional da Juventude, e divulgou as propostas discutidas em cada Estado, formuladas durante os encontros regionais. Foi publicado após a conferência, o Relatório Final da Comissão (SIMÕES SEVERO, 2006, p.53).

Durante um ano, a Comissão recolheu subsídios para a elaboração do Projeto de Lei nº 4.529/2004. Desde esta data, novembro de 2004, até outubro de 2011, data em que foi aprovado o Estatuto na Câmara dos Deputados, as disputas no sentido de adiar ou arquivar esse projeto se deram das mais variadas e múltiplas formas.

Percebe-se que, em parte, a insistência de alguns deputados, que se revezaram em três mandatos, permitiu a aprovação do Estatuto, reunidos, muitas vezes, em torno da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude. Considera-se que, talvez, em virtude dessa união para a aprovação do EJ, não se aprofundou os direitos constitutivos dos jovens, haja vista que, as diversas concessões realizadas ao texto original, com o intuito de contemplar as diferentes opiniões e contradições dos deputados aos direitos dos jovens, foram realizadas de forma sucessiva e constante.

Mas, antes de refletir acerca do texto aprovado, torna-se importante destacar alguns momentos entre 2004 e 2011 acerca do Estatuto da Juventude.

Em janeiro de 2007, o EJ foi arquivado pela mesa diretora da Câmara. É importante lembrar que, dadas as eleições do ano anterior, novos deputados assumiram o legislativo federal. Vários deputados, tanto os que compunham a comissão que elaborou o Estatuto da Juventude, quanto os deputados nomeados para a comissão especial do projeto de lei, não se reelegeram, o que possibilitou partes contrárias ao Estatuto se manifestarem de forma unilateral pelo seu arquivamento.

Mas, por pouco tempo. Em março de 2007, a deputada Luciana Genro apresentou o requerimento nº 465 e solicitou o desarquivamento do projeto de lei, que ocorreu em abril. Em maio desse mesmo ano, foi apensado o PL 885/2007 que instituía a meia-entrada em atividades artísticas, para estudantes e jovens com idade inferior a 21 anos. Esse requerimento foi apresentado pelo deputado Elismar Prado.

Em junho, a deputada Manuela D'ávila apresentou o requerimento nº 1196 que solicitava a tramitação conjunta ao Estatuto da Juventude, os seguintes projetos: 1007/2007, 885/2007, 280/2007 e 1259/2007. Em julho, a mesa diretora responde à solicitação e apensa os requerimentos ao Projeto de Lei nº 4529/2004.

É válido lembrar que a Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude foi nomeada em 2004 e a publicação oficial saiu em 2005, mas com as eleições legislativas, uma outra comissão foi nomeada para substituir os deputados que não se reelegeram.

O primeiro pedido de inclusão na ordem do dia para a votação do Estatuto da Juventude foi feito em setembro de 2009 pelo requerimento da deputada Marinha Raupp. Tal pedido é retirado por ela mesma no dia seguinte.

Em dezembro de 2009, foi apresentado o parecer da relatora, deputada Manuela D'ávila. Os deputados Paulo Roberto Pereira e Mauro Lopes apresentam voto em separado e, com isso, o parecer foi readequado. Voltou para a discussão somente em junho de 2010, e em novembro desse ano, foi aprovado em reunião deliberativa ordinária da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 4529/2004. Em dezembro o parecer seguiu para publicação.

É importante lembrar que entre 2004 e 2010, duas vezes foi instalada tal Comissão Especial. A primeira vez, em abril de 2005, em que a presidência da Câmara publicou a instalação da referida comissão, mas não a nomeou, apenas indicou que deveria ser composta por 31 deputados e pelo mesmo número de suplentes, e posteriormente, em junho de 2008, quando a primeira reunião ocorreu somente em junho de 2009, e indicou a comissão executiva dos trabalhos. É importante lembrar que somente depois da aprovação da Comissão Especial o projeto de lei segue para ser apreciado na Câmara dos Deputados.

O objetivo dessa comissão foi readequar a carta de direitos dos jovens apresentada em 2004. A executiva foi composta da seguinte forma: Presidente – Lobbe Neto; Vice-Presidentes – Paulo Henrique Lustosa e Eudes Xavier, e Relatora – Manuela D'ávila. Esses deputados elaboraram a proposta final do Estatuto da Juventude votada em 2011, quando uma nova legislatura assumiu a Câmara dos Deputados.

Assim como ocorrera em 2004, novamente os deputados da Comissão Especial propõem atividades para a discussão do Projeto de Lei do Estatuto da Juventude. Nove reuniões no total foram agendadas, das quais quatro tiveram o formato de audiências públicas, que contaram com a participação de setores governamentais, e cinco encontros estaduais realizados entre os parlamentares e os jovens.

Entre 2004 e 2009, foram apresentados nove projetos de lei para compor o Estatuto. Dos projetos, um tratava das condições de permanência do estudante ao ensino superior, outro regulava a obrigatoriedade do transporte gratuito a estudantes universitários, e todos os outros tratavam da lei da meia-entrada, com propostas distintas que compreendiam desde a revogação da lei, até a sua ampliação em âmbito federal.

Foram organizadas audiências públicas em agosto de 2009, como também criada uma comunidade pela rede mundial de computadores na Câmara dos Deputados que promoveu “a interação e discussão virtual da sociedade e o compartilhamento de conhecimento sobre juventude e sua realidade no processo de elaboração do Estatuto da Juventude” (BRASIL, 2009, p. 3).

As propostas sobre o projeto original foram reorganizadas e os Artigos rediscutidos. Um dos problemas mais polêmicos enfrentado pela Comissão Especial foi estabelecer a idade dos jovens e as disposições presentes acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa preocupação tem importância, por ser parâmetro social para a realização de políticas públicas. Outro problema apresentado foi a definição da meia-entrada, ou seja, a permissão de desconto para transporte coletivo e o acesso a eventos esportivos e artísticos.

Com relação à faixa etária, uma das modificações que a Comissão Especial fez, com relação ao projeto de 2004, foi estabelecer como jovem indivíduos dos 15 aos 29 anos. A justificativa dada pelo voto da relatora, deputada Manuela D'ávila, foram os parâmetros apresentados pela ONU sobre a idade juvenil. Exemplificou que cada fase tem seus desafios próprios e, assim, a necessidade de subdividir o ciclo etário que o

estatuto asseguraria em: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; o jovem-jovem, entre os 18 e 24 anos; e o jovem-adulto, dos 25 aos 29 anos.

Após a primeira versão do relatório final da comissão, apresentada em 08 de dezembro de 2009, em 12 de dezembro, os deputados Paulo Roberto e Mauro Lopes apresentam votos em separado, o que significa que conteúdos do relatório deveriam ser revistos para o texto ser aprovado pela comissão. Em junho de 2010, a relatora apresentou a segunda versão do relatório, contendo as considerações dos votos em separado, e também da constitucionalidade da lei em questão. Em novembro de 2010, o relatório foi aprovado pela Comissão Especial e seguiu para a votação em plenário.

O destaque apresentado pela relatora focou o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, e dizia respeito à articulação entre os entes federados e a sociedade, com a participação e inclusão dos jovens e a obrigação do gestor público em apresentar um parâmetro para criação e aplicação de ações relacionadas a políticas públicas juvenis:

A lógica de construção utilizada para essas diretrizes se baseia no pressuposto de que devem ser implementadas, simultaneamente: políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades juvenis, como a educação pública e a saúde, por exemplo; políticas emergenciais que apresentem novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social; e políticas específicas de forma a reconhecer e promover o potencial e as particularidades da condição juvenil (BRASIL, 2009, p. 5).

Os três principais eixos de políticas setoriais apresentados pela relatora como fundamentais foram: cidadania e participação juvenil, educação e trabalho. Com relação à participação, a proposta apresentada foi a criação de mecanismos públicos para a inclusão dos jovens, como: a criação de órgãos específicos para a gestão de políticas públicas, conselhos de juventude e fundos ligados a estes conselhos. Na educação, a relatora ressaltava que se reproduziu, no estatuto, a legislação específica existente, dando ênfase para que o ensino médio fosse gratuito e obrigatório e que fosse incluída a oferta de vagas no ensino noturno regular.

No que diz respeito ao trabalho e à renda, foram discutidas pela Comissão Especial as diretrizes para a profissionalização, a promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, o cooperativismo e as redes de economia solidária.

A deputada Manuela D'Ávila justificou ainda no relatório final da comissão o direito à igualdade, e também o esforço para que a diversidade cultural e sexual dos jovens fossem respeitados. A participação na vida cultural foi outro tema de destaque, com a proposta do direito à livre criação e ao acesso a bens e serviços culturais, com preços reduzidos em eventos culturais.

Teve também destaque, no relatório final, o financiamento das políticas de juventude, com a indicação de que os recursos, assim como os programas, deveriam ser específicos para:

O estabelecimento de um Fundo Nacional de Juventude com os objetivos de financiar a atividade de gestão governamental, a fiscalização e o controle das políticas públicas de juventude, a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Juventude, e o funcionamento do Conselho Nacional de Juventude são exemplos de propostas que incluímos no substitutivo ao PL 4.529/04 (BRASIL, 2009, p. 12).

Outro aspecto ressaltado quanto à garantia das políticas para a juventude era a participação dos jovens nos conselhos, com o intuito de acompanhar a execução das políticas de juventude. Foi acrescentada, também no projeto de lei, a avaliação do Sistema Nacional de Juventude, que deveria se realizada pelas Conferências de Juventude.

Comparando o texto original do Estatuto⁶¹, de 2004, com o texto aprovado em 2011, constata-se que o Artigo 03º foi integralmente retirado da redação aprovada. Tal artigo tratava que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público estão obrigados a assegurar aos jovens a efetivação do direito, e a integração de seu desenvolvimento. A retirada desse item deu destaque a condição individual do jovem e de suas escolhas em detrimento ao grupo, familiar e/ou social, que ele faça parte.

Ressalte-se que todas as propostas de mudanças apontadas no estatuto vêm a partir das considerações dos deputados nomeados para a comissão especial.

Embora muitas vezes enfatizado pela relatora, deputada Manuela D'ávila, sobre a participação dos jovens nesse processo, constata-se que a mobilização destes foi quase inexistente, e deu-se, principalmente, pelo portal *e-democracia*⁶² da Câmara dos Deputados.

Na versão de 2004, o Artigo 07º considerava que os Conselhos de Juventude Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais previstos em lei deveriam zelar pelo cumprimento dos direitos dos jovens. Esse Artigo foi suprimido da versão de 2011, e seu conteúdo, com alterações, foi introduzido no Capítulo II do Sistema Nacional de Juventude.

O Artigo 10º, Parágrafo único, tinha a seguinte redação:

Parágrafo único. **Entende-se por protagonismo juvenil:**

I – a participação do jovem em ações que contemplem a procura pelo bem comum nos estabelecimentos de ensino e na sociedade; (...)

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, PL 4529/2004).

E ficou assim no texto aprovado:

Parágrafo único. **Entende-se por participação juvenil:**

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre e responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos político e social; (...)

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, PL 4529/2004).

A mudança de protagonismo para participação juvenil revela uma opção ideológica dos deputados sobre a referida lei. Portanto, é relevante considerar o conceito de protagonismo e o de participação e, assim, entender a mudança proposta entre os textos de 2004 e 2011 do Estatuto.

⁶¹ Todas as referências citadas neste capítulo dizem respeito ao Projeto de Lei nº 4529/2004 tanto na sua versão original, quanto na versão aprovada em 2011. A versão de 2004 pode ser consultada em SIMÕES SEVERO, M. *Os Movimentos Sociais de Juventude e os Direitos dos Jovens no Brasil*. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP, 2006.

⁶² O tema Estatuto da Juventude foi encerrado no portal *e-democracia* logo após sua aprovação na Câmara dos Deputados. Mesmo assim, tal portal pode ser acessado para outras consultas em <http://edemocracia.camara.gov.br/web/public/principal>

Para Pires e Branco (2007), a origem do conceito protagonismo surgiu a partir do teatro grego, no qual o ator principal em um determinado acontecimento era o protagonista, aquele que conseguiria resolver os problemas apresentados.

Segundo Ferretti *et all* (2004), o conceito protagonismo foi utilizado no Brasil pela primeira vez a partir das reformas educacionais da década de 1990, nas quais se ressaltava o intercâmbio entre a sociedade, os pais e os alunos com a escola. O intuito era dar um novo caráter ao ensino médio e abri-lo para a participação direta dos jovens na escola. A partir desse evento, o conceito protagonismo esteve sempre ligado ao jovem ou à juventude.

O protagonismo surge, então, do envolvimento pessoal do jovem para solucionar seus problemas, diferente do conceito de participação em que o sentido de superação se relaciona diretamente com a sociedade. Para Ferretti, *et all* (2004), o jovem protagonista é incentivado para se envolver com a economia de mercado de forma precoce e como fonte única de solução para as dificuldades existentes em sua família e na sociedade:

(...) de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica (FERRETTI et al, 2004, p. 422)

Conclui-se, assim, que a mudança do texto original de 2004 do Estatuto da Juventude que considerava jovem como protagonista, para o texto aprovado em 2011 que retrata o jovem e sua participação, foi um avanço, pois afastou a concepção individual “de modelo de cidadania coerente com as exigências de um contexto neoliberal sob o qual os sujeitos são ‘convidados’ a serem atores das ações econômicas” (COSTA, 2011, p. 244), para uma ação coletiva de desenvolvimento e superação dos problemas sociais.

Ressalta-se a ênfase dos jovens nos fóruns de discussão sobre o Estatuto acerca de conter conceitualmente participação e não protagonismo.

No texto de 2004, o Capítulo II dava destaque ao direito à cidadania e à participação social e política, no texto aprovado em 2011, foi acrescentada a representação juvenil, que deixou de ter um Artigo especial para esse tema. O Capítulo III do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, foi excluído do texto de 2011 e seus artigos foram reescritos em outros capítulos.

O Capítulo V, do Direito à Saúde e à Sexualidade, foi renomeado para Direito à Saúde Integral e diversos Artigos contidos na proposta inicial foram reunidos e apresentados de forma simplificada, no texto aprovado.

Tanto a proposta original do Estatuto, quanto a que foi aprovada, apresentaram superficialmente soluções para a gravidez precoce. Ressalta-se, no entanto, que em 2004, a saúde sexual dos jovens ocupava um espaço de destaque maior. Houve um recuo e talvez o motivo para esse recuo seja as concessões feitas entre os deputados para se buscar a aprovação do Estatuto.

A gravidez precoce representa um problema com relação ao planejamento futuro das jovens mães, no que diz respeito a sua saúde, à permanência na escola e à geração de trabalho e renda, além do que, “é um fenômeno que pouco se alterou na última década, tendo inclusive aumentado nos anos mais recentes para a faixa etária de 10 a 14 anos. Em 1998, foram registrados 27.237 nascimentos de mães de 10 a 14 anos. Em 2004, o número foi de 26.276 e, em 2008, de 28.479 (...)” (UNICEF, 2011). A gravidez precoce interrompe a formação educacional, afetiva e social das jovens mães bem como, de

acordo com o relatório da UNICEF, aumenta a pobreza, a exclusão social e as condições precárias de trabalho.

Considera-se que a educação sexual é importante para a prevenção, mas, assim como estabelece o relatório da UNICEF (2011), a Comissão de População e Desenvolvimento (2012) e a Convenção Ibero-Americana de Juventude (2005), este é um dos problemas que mais atinge as jovens pobres dos países em desenvolvimento e, por isso, sua proteção e cuidados precisam estar nas prioridades dos Estados.

No texto original de 2004, os Títulos III, IV, V e VI e seus Capítulos tratavam das medidas de proteção, da política de atendimento ao jovem, da infração às normas do Estatuto, e da proteção judicial dos direitos difusos. Esses Títulos e seus Artigos foram retirados do texto aprovado.

O que não existia no texto original, mas foi aprovado no Estatuto em 2011, foi a criação do Sistema Nacional de Juventude, composto pela rede de organismos governamentais e não governamentais interligados entre Municípios e Estados, com o intuito de garantir os direitos e as políticas de juventude.

Com essas alterações com relação ao projeto original, em outubro de 2011, a Câmara dos Deputados aprovou o “substitutivo adotado pela comissão ao Projeto de Lei nº 4.529, de 2004, que institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e outras providências” (BRASIL, 2011, p.01).

Ressalta-se que, nesse ano, a proposta do Estatuto foi onze vezes para votação no plenário da Câmara, o que demonstra, novamente, a pouca relevância com que o tema é considerado.

O Estatuto aprovado pela Câmara dos Deputados em 2011 e a sanção em 2013

Em 2011, toma posse na Câmara dos Deputados a 54ª Legislatura. O Estatuto já aprovado pela Comissão Especial no ano anterior passou então a integrar pauta para a votação no plenário. Novos embates se abriram.

Mesmo com o apoio de diferentes partidos, era necessário que os líderes partidários assinassem conjuntamente a urgência da votação. Isso levou quatro meses de trabalho.

Em 04 de outubro de 2011, a mesa diretora da Câmara dos Deputados alterou o regime de tramitação do Projeto de Lei nº 4529/2004, em virtude do Requerimento de Urgência nº 2059/2011, por diversos deputados. No mesmo dia, deu-se início à discussão do Estatuto da Juventude no plenário, em sessão extraordinária deliberativa.

As disputas políticas pelo conteúdo e aplicação que o Estatuto deveria ter foram reiniciadas. Após vários deputados terem pedido a palavra no sentido de intervir, contra ou favor, na votação do Estatuto, destaca-se a posição do deputado Domingos Neto do PSB, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós temos uma matéria de importância a ser votada na noite de hoje, que é o Estatuto da Juventude. Esse projeto já tramita nesta Casa desde quando foi instalada a Comissão Especial, em 2003. O relatório da Deputada Manuela d'Ávila está completo, a desenhar um projeto estatutário para a nossa juventude, essa juventude que sempre tem sido tratada como o futuro do Brasil, o futuro do mundo, mas só podemos ser o futuro que realmente sonhamos se formos protagonistas de nossas responsabilidades para com a nossa sociedade no presente. (...) Eu queria pedir aqui, Governador Garotinho,

que nós possamos debater essa questão ainda esta noite, e aqui colocamos à disposição, a Frente Parlamentar da Juventude, com a Deputada Manuela d'Ávila, relatora do projeto. Que nós possamos debater pontualmente essa questão, porque a nossa juventude precisa disso. (...) Quero pedir, assim, que os Deputados da bancada evangélica possam, em conjunto conosco da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, chegar a um consenso; se for o caso, destaque-se o texto a ser modificado, em certa parte; mas que possamos votar esse projeto hoje, dar essa vitória ao jovem brasileiro, dar essa vitória à juventude brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Como visto, no discurso do deputado Domingos Neto, o problema maior e que, por isso, não teve consenso entre os deputados tratou das questões relacionadas à saúde sexual, à educação sexual e a opção sexual dos jovens. É importante lembrar que, descreve-se como um dos principais prejuízos da versão de 2004 do Estatuto para a versão aprovada em 2011, a retirada da proteção e orientação ao sexo seguro como também ao acompanhamento integral às jovens grávidas. Ressalta-se, ainda na fala do deputado Domingos Neto, a concordância em modificar o texto em virtude de todos os entraves para sua aprovação.

Antes mesmo do início da sessão da Câmara, no dia 05 de outubro de 2011, os líderes dos partidos políticos e a bancada evangélica se reuniram para compor um texto conjunto para ser submetido à votação. Tanto a relatora, deputada Manuela D'Ávila, quanto os deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude participaram dessas discussões.

Diante da proposta de suspensão da sessão por trinta minutos, para que as adequações ao texto final pudessem ser apresentadas aos líderes dos partidos políticos, o líder do PSDB na ocasião da votação, deputado Vanderlei Macris, não aceitou as explicações da relatoria do projeto. O presidente da mesa, deputado Marco Maia, insistiu:

Deputado, isso aqui foi discutido por sete anos. É um desrespeito ao povo brasileiro. Nós temos uma lei como essa tramitando há sete anos dentro da Câmara dos Deputados... votada em Comissão Especial, tendo sido discutida à exaustão. Desde ontem à noite, estamos fazendo negociações. E uma questão única impede que todo o Plenário possa exercer democraticamente o seu direito de votar! (Intervenções simultâneas ininteligíveis.). Não é razoável. Não é democrático (Palmas nas galerias.) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Nesse momento o debate deu lugar ao tumulto, que foi generalizado tanto pelo plenário quanto pelas galerias, onde jovens, principalmente do movimento estudantil organizado, acompanhavam a votação. Após a retomada das intervenções e das propostas, imediatamente foi aberto o processo de votação e aprovado o texto.

A redação final do Estatuto da Juventude, com as alterações já mencionadas aqui, foi remetida ao Senado Federal em 19 de outubro de 2011. Durante 2012, até abril de 2013, os temas que não compunham sintonia na Câmara dos Deputados, voltaram para a pauta de discussões e, novamente, são realizadas alterações no texto.

Mais de um ano é necessário para a aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal. Dadas as mudanças, ele é remetido para a Câmara dos Deputados. Somente em 09 de julho de 2013, o Congresso Nacional aprova o texto e o mesmo é enviado para a Presidência da República. É sancionado, com vetos, em 05 de agosto de 2013, sob o número 12852/13.

Considerações Finais

Ressalta-se que o Estatuto da Juventude trouxe questões mais gerais, sem aprofundar temas atuais do cotidiano juvenil, mesmo assim, considera-se sua aprovação um passo fundamental para os jovens se tornarem sujeitos de direitos no Brasil.

Destaca-se três temas abordados pelos jovens nos encontros que discutiram o Estatuto e que poderiam ter sido incluídos de forma mais incisiva no Estatuto da Juventude, além, é claro, da gravidez precoce e da saúde sexual já abordados anteriormente. O primeiro com relação ao emprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2011, mostram que entre jovens de 15 a 17 anos, 22,9% estavam desempregados e, dos jovens dos 18 aos 24 anos, 12,6%.

A proposta aprovada trouxe em seu conteúdo o incentivo à criação de cooperativas. Esta pode ser uma das formas de inclusão do jovem ao trabalho, mas que ainda demanda exclusivamente ao jovem a responsabilidade da geração de seu trabalho e renda. Verifica-se que há uma ausência na legislação trabalhista com relação aos jovens, especificamente dos 18 aos 24 anos, mas infelizmente o tema não foi abordado pelo Estatuto. Superar a condição de desemprego juvenil necessariamente demanda programas e leis específicas e o envolvimento do Estado.

O segundo tema que ficou sem ser abordado no Estatuto da Juventude está relacionado ao jovem infrator. Sabe-se que os deputados da Comissão Especial muitas vezes tiveram que justificar as diferenças entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. Sabe-se também que, não tocar em tema referente ao ECA, foi uma das opções, velada, para não entrar no debate acerca dos jovens em conflito com a lei. Mas é necessário avançar no que compete ao ECA sobre, por exemplo, o pós-encarceramento dos jovens e as medidas de ressocialização, como também o encarceramento das jovens que hoje carecem de medidas específicas de acompanhamento.

O terceiro tema diz respeito à discussão dos Direitos Humanos, tão presente na Convenção Ibero-Americana de Juventude quanto nas propostas de organismos internacionais. O Estatuto da Juventude deixou de entrar no debate intimamente ligado a esse tema, que são os dados sobre violência juvenil, como por exemplo: entre jovens de 15 a 24 anos aumentou significativamente a taxa de homicídios no período de 1998 a 2008, “enquanto 1,8% das mortes entre adultos foram causadas por homicídios, no grupo jovem a taxa chegou a 39,7%” (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2011).

Reafirma-se a importância de ter sido aprovada a referida lei juvenil, contudo, ressalta-se que, para não ser um instrumento legal de pouco alcance e proteção aos jovens, ou como afirma Rodríguez (2006), uma lei limitada, é necessário fazer o debate permanente de aprofundamento de quais são os direitos dos jovens no Brasil e, para isso, envolver os jovens é fundamental. Lembra-se também de que a tardia execução de tal lei contribuiu para que seu espaço fosse restrito, assim como demonstrado na Câmara dos Deputados, com a contínua imposição de mecanismos de adiamento da votação referendados por deputados que acreditavam não ser o momento para a legislação juvenil.

Alguns questionamentos com relação ao jovem e seus direitos e como estes se identificam com o Estatuto da Juventude se fazem necessários para dar sentido a esse processo de afirmação legal.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, M. C. **Cidadania e Direitos num Mundo Globalizado**. Perspectivas: São Paulo, v. 22, 1999. p. 95-107

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ato do presidente da mesa do Congresso Nacional n.41 de 2011. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, ano LXVI, n. 174, 05 de outubro de 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ato do presidente da mesa do Congresso Nacional n.42 de 2011. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, ano LXVI, n. 175, 06 de outubro de 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Tramitação de leis PL 4529/2004. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219> . Acesso em novembro de 2011.

_____. Discursos e Notas Taquigráficas 2009. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas> . Acesso em novembro de 2011.

CONVENCIÓN IBERO AMERICANA. Convención Iberoamericana de derechos de los jóvenes. Disponível em <http://www.laconvencion.org> . Acesso em fevereiro de 2012.

COSTA, V. A. **A crítica de um discurso: como puderam os jovens tornar-se protagonistas? História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011, p. 243-247

FERRETTI, C.; ZIBAS, D.; TARTUCE, G. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n.122, maio/agosto 2004, p. 411-423.

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Os Jovens do Brasil**. 2011. Disponível em <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/#completo> Acesso em 13 de abril de 2011.

NUNES, L. N. B. T. Respeito aos direitos da personalidade das crianças e adolescentes. In: **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v.4, n.1 e 2, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/5027> Acesso em 26 de maio de 2012.

PIRES, S. F. S., & BRANCO, A. U. **Protagonismo infantil, sociedade e significados**. Paidéia, 2007, 17(38), p. 311-320.

REGISTRO JUVENTUDE. **A juventude, enfim, é parte da Constituição brasileira!** Disponível em <http://registrojuventude.wordpress.com/2011/02/16/pec-da-juventude/> . Acesso em 12/12/2011

RODRÍGUEZ, E. **Leyes de Juventud en América Latina: ¿Para qué sirven?** Portal de Juventud de América Latina. Temas del mes. Año 2, nº 15, noviembre 2006. Disponível em www.joveneslac.org/portal/000/publicaciones/tema/2006/nov/index.htm . Acesso em 20 de novembro de 2011.

SIMÕES SEVERO, M. **Os Movimentos Sociais de Juventude e os Direitos dos Jovens no Brasil**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

_____ Direitos Sociais dos Jovens no Brasil: Concepções e Experiências. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, v.3, n.2, dez. 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/issue/view/407/showToc> Acesso em 20 de dezembro de 2010.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. Os jovens na relação sociedade-estado: entre “problemas sociais” e concepções ampliadas de direitos. In: LÉON, O. D. (org.) **Políticas Públicas de Juventude e América Latina**, Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

UNFPA. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2. ed. Brasília: 2010. Vários colaboradores.

UNICEF. *Situação mundial da infância 2011: Adolescência uma fase de oportunidades*. Caderno Brasil. Disponível em http://www.unicef.org/lac/CadernoBrasil_SOWC2011_LoRes.pdf. Acesso em janeiro de 2012.

REDE DE ATORES PASTORAIS E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: CONSTITUIÇÃO DE UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA - Rodrigo de Andrade*

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: Este ensaio trata da incidência de algumas organizações pastorais no ciclo das políticas públicas de juventude no Brasil e tem por objetivo suscitar reflexões em torno da formação de comunidades epistêmicas voltadas ao estabelecimento de agendas em torno destas políticas. Para isso, parte-se da hipótese de que as organizações pastorais, pautadas pelas mesmas crenças normativas e causais, constituem ou estariam em processo de constituição de uma das mais influentes comunidades epistêmicas sobre este assunto. Para isso, procurou-se organizar o texto de uma forma didática, dedicando a primeira parte à apresentação do conceito de comunidades epistêmicas, sustentado por Peter Haas; a segunda ao mapeamento dos atores pastorais e suas respectivas contribuições no cenário de implementação de políticas públicas de juventude; e a terceira à análise dos princípios e crenças pastorais capazes de orientar estas organizações pastorais à constituição de uma comunidade epistêmica.

Palavras-chave: Comunidade epistêmica; pastoral; políticas públicas de juventude.

ABSTRACT: This essay deals with the incidence of some pastorals organizations on youth public policies cycle in Brazil and aims clarify reflections about the formation of epistemic communities geared to the establishment of schedules about this policies. For this, it starts from the hypothesis that the pastorals organizations which are grounded by the same normative and causal beliefs constitute or would be in process of constitution of one of the most influents epistemic communities about this topic. The text was organized on a didactic form which the first part was dedicated to the presentation of the concept of epistemic communities sustained by Peter Hass; the second part was designated to the mapping of the pastoral actors and their contributions to the implementation of the youth public policies; and the third one was directed to the analysis of the pastoral principles and beliefs capable of guide these organizations to the constitution of the epistemic community.

Key words: Epistemic communities, pastoral, youth public policies.

Introdução

A formulação de políticas públicas se dá por um conjunto de processos que incluem, basicamente, o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, por meio de votação no legislativo ou decisão presidencial; e a implementação dessa decisão (KINGDON, 1995, p. 221).

Identificar os atores envolvidos numa disputa pelo reconhecimento de uma pauta política é um processo complexo e pode incluir comunidades de especialistas, grupos de interesse, movimentos sociais, redes temáticas, atores governamentais, entre outros. O conceito de *policy networks* visa dar conta dessa multiplicidade de atores envolvidos na constituição de agendas e alternativas para as políticas públicas, cujos integrantes compartilham interesses, controlam recursos materiais e imateriais em um âmbito de políticas de interesse comum, e por meio da cooperação buscam atingir seus objetivos.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. rodrigo.costadeandrade@gmail.com

Um dos modos utilizados para explicar como algumas ideias influem na elaboração de políticas é traçar o processo pelo qual os atores incluem certas ideias na arena de debate político e as utilizam efetivamente. Nesse processo, podem atuar as comunidades epistêmicas, definidas por Peter Haas como redes de profissionais e *experts* com conhecimento relevante e que partilham um conjunto de crenças normativas, modelos causais, noções de validade causal e uma proposta de política. Nesta perspectiva, as comunidades epistêmicas geram e disseminam novas ideias entre os *decision-makers* (tomadores de decisão).

No Brasil, o processo de implementação de políticas públicas de juventude é relativamente recente e ainda não há estudos detalhados sobre os atores que compõem o cenário de estabelecimento de agendas políticas em torno desta temática. Há, no entanto, um grupo peculiar formado pelas pastorais da juventude, pelos centros e institutos de juventude, por algumas faculdades e universidades confessionais, além de determinadas congregações religiosas, que tem envidado esforços em torno de campanhas, projetos, pesquisas e articulações políticas que incitam sobre as decisões governamentais acerca das políticas públicas direcionadas aos jovens.

Dessa forma, este ensaio tem por objetivo suscitar reflexões em torno da formação de comunidades epistêmicas voltadas às agendas das políticas de juventude, partindo da hipótese de que as organizações pastorais, pautadas pelas mesmas crenças normativas e causais, constituem ou estariam em processo de constituição de uma das mais influentes comunidades epistêmicas sobre este assunto. Para isso, procurou-se organizar o texto de uma forma didática, dedicando a primeira parte à apresentação do conceito de comunidades epistêmicas, sustentado por Peter Haas; a segunda ao mapeamento dos atores pastorais e suas respectivas contribuições no cenário de implementação de políticas públicas de juventude; e a terceira à análise dos princípios e crenças pastorais capazes de orientar estas organizações pastorais à constituição de uma comunidade epistêmica.

Comunidades epistêmicas

Em 1992, ao analisar o contexto da política internacional e sua crescente complexidade técnica corroborada por incertezas na abordagem de problemas políticos, o cientista político Peter Haas evidencia a existência de comunidades epistêmicas, uma rede de profissionais com reconhecida especialização em uma determinada área e uma reivindicação de autoridade como fonte de conhecimento relevante para a política que age para canalizar ideias aos *decision-makers* e também para fazer circular ideias entre os Estados (HAAS, 1992, p. 3).

Trata-se de uma comunidade multidisciplinar que reúne cientistas, políticos, lideranças sociais, empreendedores e outros atores afins. Kingdon (1995, p. 228) define estes atores como *policy entrepreneurs*, ou seja, empreendedores da política, aqueles que envidam esforços para “convencer as autoridades sobre as suas concepções dos problemas”. Os integrantes dessas comunidades não buscam a uniformidade, mas uma organização das suas diferenças em torno de entendimentos comuns da realidade. Neste contexto, a *epistémé* representa uma disposição social que ordena o entendimento e o discurso coletivo e torna o mundo significativo (ADLER; BERNSTEIN, 2005, p. 296).

De acordo com Haas (1992, p. 3), os membros de uma comunidade epistêmica partilham quatro características comuns: i) um conjunto compartilhado de crenças normativas e de princípios que fornecem uma justificativa baseada em valores para a ação dos membros da comunidade; ii) crenças causais compartilhadas que são derivadas de sua análise das práticas que conduzem ou contribuem; iii) noções comuns de validade, isto é, critérios intersubjetivos definidos internamente para pesagem e validação dos conhecimentos no domínio das suas competências; e iv) um empreendimento político comum ou um conjunto de

práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais a sua competência profissional é dirigida. Dessa forma, os membros de uma comunidade epistêmica compartilham valores e têm um projeto político fundado nesses valores. Compartilham, ainda, maneiras de conhecer, padrões de raciocínio e compromissos com a produção e aplicação do conhecimento. Para eles, as normas éticas baseadas em princípios são mais importantes do que um código profissional e é isso que difere uma comunidade epistêmica de uma comunidade científica.

Crenças causais

		compartilhado	não compartilhado
Princípios	compartilhado	Comunidades Epistêmicas	Grupos de Interesse e Movimentos Sociais
	não compartilhado	Disciplinas e Profissões	Legisladores, Agências burocráticas e coligações burocráticas

Base de Conhecimento

		Consensual	Disputado ou Ausente
Interesses	compartilhado	Comunidades Epistêmicas	Grupos de Interesse, Movimentos Sociais e Coligações Burocráticas
	não compartilhado	Disciplinas e Profissões	Legisladores e Agências burocráticas.

As figuras acima indicam que

é a combinação de ter um conjunto compartilhado de crenças (analíticas e normativas) causais e princípios, uma base de conhecimento consensual e uma empresa política comum (interesses comuns), que distingue as comunidades epistêmicas de vários outros grupos. Elas diferem dos grupos de interesse quando seus membros compartilharam crenças causais e entendimentos comuns sobre causa-e-efeito. Se confrontados com anomalias

que ameaçam suas crenças causais, eles iriam retirar-se do debate político, ao contrário dos grupos de interesse (HAAS, 1992, p. 18, minha tradução)⁶³.

Segundo Adler e Haas (1992, p. 375-385), as comunidades epistêmicas realizam a coordenação da evolução das políticas em quatro etapas: inovação (I), difusão (II), seleção (III) e persistência (IV). Por meio da inovação (I) introduzem novos temas na agenda política e influenciam os tomadores de decisão. No processo de difusão (II) as ideias e recomendações dos *experts* se tornam temas de congressos, seminários, publicações, etc., e dessa forma, vão ganhando notoriedade nos espaços acadêmicos, nas instituições e nos partidos políticos; isto reforça o prestígio das comunidades epistêmicas e fortalece seu poder de pressão sobre os tomadores de decisão. Na seleção de políticas (III) ocorre a criação de agendas e nem sempre as comunidades epistêmicas conseguem impor suas ideias sobre os interesses políticos dos tomadores de decisão, porém, podem influenciar nos detalhes e comportamentos de uma determinada política. A persistência das políticas (IV) ocorre quando “as novas ideias e políticas, uma vez institucionalizadas, podem obter o status de ortodoxia” (ADLER; HAAS, 1992, p. 384) e, neste momento, as comunidades epistêmicas atuam defendendo a manutenção das políticas, de forma a promover sua socialização e internalização.

Kingdon defende que

há um longo processo de “amaciamento” do sistema. *Policy entrepreneurs* não deixam ao acaso a consideração de suas propostas favoritas. Pelo contrário, eles as promovem de diferentes formas e em diversos fóruns. No processo de desenvolvimento de políticas públicas, a reelaboração (a junção de elementos já familiares) é mais importante do que a transformação (o aparecimento de formas totalmente novas). Dessa maneira, *entrepreneurs* que investem em pessoas e ideias são mais importantes que aqueles que formulam políticas. Uma vez que a recombinação é mais importante que a invenção, pode ocorrer que não se crie nada de novo, e ao mesmo tempo pode haver mudanças e inovações radicais. Há mudanças, mas elas envolvem a recombinação de elementos já familiares (KINGDON, 1995, p. 232-233).

Apesar disso, as escolhas políticas continuam questões altamente políticas, afirma Haas, especialmente quando o conselho científico é ambíguo ou conflitante ou quando envolve alocação de recursos. No entanto, o conselho de especialistas na área tem mais influência em situações de incerteza dos decisores políticos. Além disso, “é a infiltração política de uma comunidade epistêmica em instituições governamentais que estabelece as bases para uma aceitação mais ampla de crenças e ideias da comunidade sobre a construção adequada da realidade social” (HAAS, 1992, p. 27, tradução minha)⁶⁴.

As políticas públicas de juventude no Brasil e seus atores pastorais

Desde 2003, quando foi criada a Comissão Especial de Juventude na Câmara Federal, a institucionalização das Políticas Públicas de Juventude tem percorrido um caminho exitoso. Isso se evidencia na criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de

⁶³ “It is the combination of having a shared set of causal and principled (analytic and normative) beliefs, a consensual knowledge base and a common policy enterprise (common interests) that distinguishes epistemic communities from various other groups. They differ from interest groups in that the epistemic community members have shared causal beliefs and causa-and-effect understandings. If confronted with anomalies that undermined their causal beliefs, they would withdraw from the policy debate, unlike interest groups” (HAAS, 1992, p. 18).

⁶⁴ “It is the political infiltration of an epistemic community into governing institutions which lays the groundwork for a broader acceptance of the community’s beliefs and ideas about the proper construction of social reality” (HAAS, 1992, p. 27).

Juventude, em 2005; na aprovação da emenda constitucional nº 65/2010, que incluiu o termo ‘jovem’ no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos já garantidos às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres; e mais recentemente, em 2013, na promulgação do Estatuto da Juventude. Além disso, a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (2006), a realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011, respectivamente) e o I, II e III Pacto pela Juventude (2008, 2010 e 2012, respectivamente)⁶⁵, se somam aos avanços em favor da consolidação de Políticas Públicas voltadas à defesa e garantia dos direitos da população jovem.

Apesar destes feitos estarem circunscritos no espaço temporal dos últimos onze anos e comumente relacionados ao grupo político que tem estado no governo, a demanda que os originou é muito mais antiga e os atores envolvidos neste processo são múltiplos. Dentre os grupos que historicamente pautaram a necessidade de políticas públicas específicas para a juventude encontram-se aqueles que se destacam por sua identidade pastoral; dentre os principais estão a Pastoral da Juventude do Brasil⁶⁶, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas Brasileira, Rede Ecumênica de Juventude, Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, Rede Latino-Americana de Centros e Institutos de Juventude, universidades confessionais e congregações religiosas, com destaque para os Jesuítas, Salesianos e Maristas. Para fins de análise, este ensaio discorrerá somente sobre três grupos: Pastorais da Juventude, Centros e Institutos de Juventude e Universidades e Congregações.

Os estudos sobre a juventude brasileira e a necessidade de políticas específicas para este público ganharam força no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. No entanto, muitas das organizações de identidade pastoral já desenvolviam atividades nesta direção desde a década de 1980, sendo que o ano de 1985 pode ser considerado um marco a partir do qual os direitos da juventude passaram a fazer parte dos assuntos tratados nas atividades e estudos destas organizações. Isso porque aquele foi o ano em que a Organização das Nações Unidas instituíram como Ano Internacional da Juventude, no intuito de

mobilizar esforços em nível local, nacional, regional e internacional a fim de promover melhores condições de educação, atividade profissional e vida para os jovens, assegurar sua participação ativa no desenvolvimento geral da sociedade e estimular a formulação de políticas e programas nacionais e locais novos em conformidade com a experiência, as condições e prioridades de cada país (ONU, 1979, p. 203-204)⁶⁷.

Para celebrar esta data, as Pastorais da Juventude do Brasil, em parceria com a CNBB, criaram o Dia Nacional da Juventude – DNJ – uma atividade que se consolidaria como um evento integrador de âmbito nacional, que anualmente trataria de um tema relevante relacionado à realidade da juventude, proporcionando debates, criação e difusão de ideias em

⁶⁵ O Pacto pela Juventude é uma proposição das organizações da sociedade civil, que compõem o Conselho Nacional de Juventude, para que os governos federal, estaduais e municipais se comprometam com as políticas públicas de juventude, em suas ações e programas, e aos candidatos/as a prefeitos/as e vereadores/as, para que incorporem, em suas plataformas eleitorais, as demandas da juventude brasileira.

⁶⁶ A Pastoral da Juventude do Brasil é composta por quatro organizações: Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

⁶⁷ ONU. Resoluções da Assembleia Geral, 1979, p. 203-204, n. 34/151.

torno do fenômeno juvenil⁶⁸. Este evento propiciou que ao longo dos anos houvesse a aproximação entre as diversas organizações pastorais cuja atenção está voltada aos jovens.

Pastoral da Juventude

Durante muitos anos a Pastoral da Juventude esteve à frente da organização do DNJ e entre os anos 2001 e 2006, em especial, fez com que o tema “Juventude e Políticas Públicas”, pautasse todos os eventos. Ainda em 2006, a Pastoral da Juventude abordou o tema da “Redução da Maioridade Penal”, sob o lema “Quero vida, quero liberdade”. Naquele ano, convidava-se a todos participantes do evento a colaborarem na elaboração da “Declaração das Pastorais da Juventude do Brasil” sobre os direitos dos/das jovens. No ano seguinte, buscou dar continuidade às abordagens do ano anterior e levantava o lema “Espaço de vida. Tempo de direitos!”.

Além desta atividade, a Pastoral da Juventude priorizou as Políticas Públicas em seu Plano Trienal 2002-2004 (SOFIATI, 2012, p. 150-151). Isso motivou discussões em todo o país tendo como tema as Políticas Públicas para a Juventude. Em 2003, vários congressos e encontros nacionais sobre este tema contaram com a participação de representantes da Pastoral da Juventude, com destaque para a Semana Nacional de Políticas Públicas de Juventude, promovida pela Câmara dos Deputados, e os seminários e audiências públicas estaduais ocorridas a partir da deliberação do legislativo federal.

Diante do aprofundamento e do engajamento da Pastoral da Juventude em torno da defesa dos direitos da juventude, uma das suas maiores conquistas foi sua inserção no Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE⁶⁹. Ela compõe este conselho desde a primeira gestão, em 2005, e acaba de ser reeleita para a gestão 2014-2016⁷⁰.

Em 2008 as Pastorais da Juventude do Brasil lançaram a Campanha Contra a Violência e o Extermínio de Jovens⁷¹, como forma de visibilizar e propor soluções para o cenário crescente de mortes de jovens em todo o país. Entre as iniciativas da campanha estavam ações de conscientização e sensibilização quanto aos debates de segurança pública, sistema carcerário, direitos humanos e os vários tipos de violência; também foi elencada a necessidade de atividades de massa e divulgação, além do acompanhamento e denúncia das violações de direitos humanos praticadas pela mídia. Esta campanha, em conjunto com a Campanha Contra a Violência e Extermínio da Juventude Negra, liderada pelos movimentos sociais étnico-raciais, chamou a atenção do governo federal e fez com que em 2013 fosse lançado o Plano Juventude Viva.

O Plano reúne ações de prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de

⁶⁸ Os temas abordados por todos os DNJ's realizados até os dias de hoje evidenciam o caráter sociopolítico do evento: 1986 - Juventude e Terra; 1987 - Juventude e Participação; 1988 - Juventude, Libertação na Luta do Povo; 1989 - Juventude e Educação; 1990 - Juventude e Trabalho; 1991 - Juventude e América Latina; 1992 - Juventude e Ecologia; 1993 - Juventude e AIDS; 1994 - Juventude e Cultura; 1995 e 1996 - Juventude e Cidadania; 1997 e 1998 - Juventude e Direitos Humanos; 1999 e 2000 - Juventude e Dívidas Sociais; 2001 a 2006 - Políticas Públicas para a Juventude; 2007 - Juventude e Meio Ambiente; 2008 - Juventude e os Meios de Comunicação; 2009 - Contra o extermínio da juventude, na luta pela vida; 2010 - DNJ 25 anos: celebrando a memória e transformando a história; 2011 - Juventude e Protagonismo Feminino; 2012 - Juventude e Vida.

⁶⁹ Cf. Site do Conselho Nacional de Juventude <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁷⁰ #PJnoCONJUVE, disponível em <<http://www.pj.org.br/noticias.php?op=ExibeNoticia&idNot=1836>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

⁷¹ Cf. Blog da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens <<http://juventudecontraviolenca.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2014.

oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013)⁷².

Além destas iniciativas, há de se destacar que nos últimos anos também ocorreram participações dos membros da PJ em diversas conferências municipais e estaduais ao longo do ano de 2011; a participação e o envolvimento da PJ na preparação da 2ª Conferência Nacional de Juventude⁷³, também ocorrida em 2011; as atividades realizadas pela PJ no Fórum Social Temático⁷⁴, em janeiro de 2012; a presença de representantes na Cúpula dos Povos⁷⁵, realizada em 2012 paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20; a elaboração de um roteiro de encontros para grupos de jovens em preparação para as eleições de 2012⁷⁶; e a candidatura de membros da Pastoral da Juventude nas eleições municipais de 2012.

Centros e Institutos de Juventude

Os centros e institutos de juventude são estruturas especializadas que se dedicam à pesquisa, assessoria e formação em torno da temática juvenil e que integram a Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude e a Rede Latino-Americana de Centros e Institutos de Juventude. Estas organizações também tiveram sua origem entre os anos 1980 e 1990, com exceção do Centro Pastoral de Juventude Anchieta, que iniciou em 1953, e o Centro de Capacitação da Juventude que foi fundado em 1975. A Casa da Juventude Padre Burnier, de Goiânia, teve início em 1984; o IPJ Leste II em 1987; os seis Centros Maristas de Pastoral foram fundados em 1992; o Centro de Formação da Juventude Aiaká, de Manaus em 1994; o Centro Pastoral Santa Fé, de São Paulo, em 1996; Instituto de Formação Juvenil do Maranhão em 2001; o Instituto Paulista de Juventude em 2003; a Casa da Juventude do Paraná em 2008 e o Cajueiro em 2013 (SOFIATI, 2012, p. 141).

Estes centros e institutos de juventude têm sido estratégicos no debate em torno da criação de políticas públicas voltadas aos jovens, estabelecendo elos entre o cenário nacional e a articulação local nos municípios e estados nos quais estão inseridos. Partem do princípio de que é preciso analisar a globalidade do fenômeno juvenil para então propor soluções capazes de garantir os direitos da população jovem.

A publicação de estudos e subsídios sobre juventude tem sido a principal contribuição destes atores. Um estudo realizado por Teixeira, Dick e Silva (2011, p. 74-76) indicou que de 1995 a 1997 estes centros e institutos já haviam publicado 32 artigos, 17 livros e 28 subsídios sobre diversos temas relacionados ao universo juvenil. Em 2008, o site de vendas da Casa da Juventude Pe. Burnier disponibilizava 37 títulos, enquanto que o Centro de Capacitação da Juventude oferecia 70 obras.

A Campanha “A Juventude Quer Viver” representa outra grande contribuição advinda dos centros e institutos de juventude. Este projeto nasceu em 2004 por iniciativa da Casa da

⁷² Cf. Juventude Viva <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>>.

⁷³ Cf. “PJs na 2º Conf. Nac. de Juventude”. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/noticias.php?op=ExibeNoticia&idNot=1146>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁷⁴ Cf. “PJ no Fórum Social Temático”. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/noticias.php?op=ExibeNoticia&idNot=1210>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁷⁵ Cf. “Cúpula dos Povos”. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/noticias.php?op=ExibeNoticia&idNot=1448>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁷⁶ Cf. “PJ lança roteiro sobre eleição 2012”. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/noticias.php?op=ExibeNoticia&idNot=1525>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Juventude Pe. Burnier. O objetivo deste projeto era provocar o debate em torno da realidade social da juventude e posicionar-se publicamente sobre temas que afetam diretamente a vida da juventude, como também construir estratégias de participação e intervenção política nos diversos setores sociais organizados – governamentais e não governamentais – buscando mobilizar a juventude pela garantia dos seus direitos (SILVA; VIEIRA; DA SILVA, 2012, p. 95). A partir de 2005, a Pastoral da Juventude e outros centros e institutos, além de algumas congregações religiosas e entidades, também assumiram este projeto, dando a ele dimensões nacionais e ampliando suas linhas de ação.

Em 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro, ocorreu um grande evento ligado a este projeto chamado Tenda das Juventudes. O Evento contou com a organização de diversos atores e proporcionou importantes debates em torno dos desafios socioambientais, crise econômica, direitos sociais e juventudes, tráfico de pessoas, cultura, comunicação e direitos humanos⁷⁷.

Universidades e Congregações religiosas

As universidades confessionais e aquelas que são administradas por congregações religiosas têm um importante papel na construção de uma comunidade epistêmica voltada às políticas de juventude. São elas que têm dado legitimidade ao trabalho de muitas organizações pastorais e inserido o tema juventude no universo acadêmico.

Uma das primeiras iniciativas foi a parceria da UNISINOS com um dos centros de juventude para desenvolver uma especialização, pós-graduação *latu sensu*, sobre juventude. Em seguida foi a vez da Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte-MG firmar convênio com a Casa da Juventude Pe. Burnier para o mesmo fim (SOFIATI, 2012, p. 141). Hoje já existem cursos do mesmo tipo na Universidade Católica de Brasília e na Faculdade Católica de Santa Catarina. Além disso, multiplicam-se os cursos de extensão que tratam sobre temas correlatos.

Também merece destaque a implementação de observatórios de juventude em pelo menos duas Universidades Pontifícias, a do Paraná e a do Rio Grande do Sul, ambas administradas pelo Instituto dos Irmãos Maristas. Além delas, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), administrada pelos padres Jesuítas, também possui um observatório de juventudes.

Há também muitas iniciativas em instituições de ensino não confessionais que contam com parcerias e participação de atores vinculados à identidade pastoral. Este foi o caso da Escola Regional Management of Social Transformations (MOST) da UNESCO, ocorrida no fim de 2013, que tratou sobre Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe, e contou com a participação de representantes de vários lugares e organizações do continente, dentre elas, algumas de identidade pastoral⁷⁸.

Para além das iniciativas estritamente universitárias, vale ressaltar as atividades desenvolvidas por algumas congregações religiosas, como é o caso do Instituto dos Irmãos Maristas. O Grupo Marista, a partir de seu projeto relacionado às juventudes, propôs, para o biênio 2012-2013, eventos denominados Fóruns de Juventudes. A atividade consistiu em promover espaços de discussão entre as unidades Maristas – universidades, colégios e projetos sociais – e demais entidades, instituições e organismos eclesiais e sociais a partir de uma temática relacionada à realidade juvenil. A série de 37 fóruns em 21 cidades brasileiras

⁷⁷ Cf. IHU-Online <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522360-a-jornada-mundial-da-juventude-e-a-visita-do-papa-francisco-ao-brasil-notas-reflexivas-sobre-midia-religiao-e-politica>>. Acesso em 20 jul. 2014.

⁷⁸ O autor deste artigo, que integra a Pastoral da Juventude e atua junto ao Instituto Marista, foi um dos 20 participantes deste curso.

visou dialogar com órgãos públicos, acadêmicos e organizações não governamentais da região que atuam na promoção e defesa dos direitos dos jovens, e ainda dar voz à juventude e incentivá-los ao protagonismo⁷⁹.

Para além destes espaços de reflexão, desde 2011, o Grupo Marista, nacionalmente reconhecido por sua incidência política em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, passou a atuar juntos aos espaços de representação política e garantia dos direitos da juventude. Em 2011, participou ativamente das conferências municipais e estaduais de juventude e garantiu sua representação na conferência nacional. Junto com o Conselho Nacional de Juventude, organizou a 1ª Conferência Virtual em preparação para a Conferência Nacional de Juventude. Somente no Paraná, garantiu a presença de representantes em pelo menos três conselhos municipais de juventude de três grandes cidades, sendo que na capital o seu representante tem exercido a presidência daquele conselho. Em 2014, elegeu-se pela primeira vez como entidade titular do Conselho Nacional de Juventude.

Princípios e crenças pastorais: *epistêmes* em favor da juventude

Conforme se evidencia acima, as organizações pastorais são capazes de nutrir um consenso, bem como participar em rede na construção do conhecimento através da participação em exercícios acadêmicos ou de inspiração política. Isso só é possível porque estas organizações nutrem princípios e crenças similares, tal como as comunidades epistêmicas descritas por Haas.

Para as organizações pastorais, as crenças normativas e princípios, ou seja, a concepção acerca de como o mundo deve ser e que fornecem valores e regras de conduta, estão alicerçadas sobre doutrinas teológicas inspiradas no Evangelho. Em verdade, os valores evangélicos defendidos por estes atores são sempre valores humanos universais (BRIGHENTI, 2006, p. 89) e não exclusivistas e/ou proselitistas. Esta doutrina sustenta que a razão existencial da “sociedade não tem outro objetivo senão buscar uma vida digna para as pessoas” (BRIGHENTI, 2006, p. 169) e, por isso, “para impregnarem de retas normas e princípios cristãos uma civilização, não basta gozar da luz da fé e arder no desejo do bem. É necessário para tanto inserir-se nas suas instituições e trabalhá-las eficientemente por dentro” (PAPA JOÃO XXIII, n. 146).

Os atores alinhados à identidade pastoral concebem a atuação junto às políticas públicas como uma forma de evangelização, que ao contrário do que se concebeu no passado,

não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação (PAPA PAULO VI, n. 19).

Em outras palavras, a evangelização consiste na concentração de esforços para tornar a humanidade mais próxima daquilo que se concebe como projeto de Deus: uma terra sem males, a civilização do amor, da fraternidade e da justiça. Sendo assim, a função dos representantes cristãos “é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade” (PAPA PAULO VI, n. 18). A partir disso se pode aferir que a evangelização consiste num modo de ser, estar e compreender o mundo.

⁷⁹ Cf. Fóruns de Juventudes <<http://www.pastoralmarista.org.br/pastoral-foruns-de-juventudes/D110CN47435>>. Acesso em 20 de jul. de 2014.

A concepção pastoral entende que os esforços em prol da transformação da sociedade não são exclusivos do cristianismo, mas que estão presentes na atuação de inúmeras pessoas e organizações, sejam elas cristãs ou não. Por este motivo, aliado ao fato de que a atuação pastoral não deseja uma volta à cristandade⁸⁰, mas sim uma sociedade justa e solidária para todas as pessoas e, conseqüentemente, para todas as culturas e credos, estas organizações visualizam o campo político como espaço “privilegiado para o diálogo com todos os que, no âmbito mais amplo da comunidade civil e política, lutam pela construção de uma sociedade animada por valores autenticamente humanos” (BIGO; ÁVILA, 1986, p. 442).

A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem (PAPA BENTO XVI, n. 28a).

As crenças causais que tangem esta comunidade em questão se sustentam especialmente pela experiência de seus atores em relação à análise e atuação junto à realidade juvenil. É a partir disso que eles conseguem elucidar os problemas fundamentais de situações específicas que envolvem o jovem e propor ações políticas possíveis, como aconteceu no caso do Plano Juventude Viva, relatado no capítulo anterior.

Estes atores também nutrem princípios que despontam como mudanças de paradigmas no cenário político. Isso se deve ao fato de que até bem pouco tempo – e talvez ainda hoje – alguns decisores políticos têm nutrido uma perspectiva na qual a juventude é vista como simples etapa de transição e o jovem como mero destinatário das políticas públicas. Para as organizações pastorais, todas as etapas da vida são transitórias e nenhuma delas pode ser pormenorizada em favor de outra. Portanto, a juventude é uma construção cultural por meio da qual o momento presente é vivenciado de um modo próprio e distinto (TEIXEIRA; DICK; SILVA, 2011, p. 10). Dessa forma, o jovem precisa ser protagonista nas decisões que lhe afetam e ser percebido como sujeito de direitos.

Outro diferencial desta comunidade epistêmica diz respeito ao *advocacy*⁸¹ exercido por algumas das suas organizações, ação que alguns atores tradicionais, como cientistas e acadêmicos, não são familiarizados. Na maior parte das abordagens teóricas, esta técnica está mais relacionada com a atuação de grupos de interesses, no entanto, por meio dela é possível comunicar com eficácia as descobertas e posicionamentos de uma comunidade epistêmica para o governo e demais formuladores de políticas públicas.

⁸⁰ Modelo eclesial predominante entre os séculos IV e XIX, segundo o qual a Igreja é tida como sociedade perfeita e possui estreita relação com o Estado, ora exercendo poder sobre ele, ora ocorrendo o contrário.

⁸¹ “O Advocacy é uma ação política baseada em princípios e valores de incidência na formulação de legislação e de políticas públicas, no acompanhamento e no controle social de sua implementação. Caracteriza-se como forma de agir politicamente sobre uma causa a partir de uma boa prática em desenvolvimento na instituição e sob os princípios dos direitos humanos. É um processo sustentado em métodos argumentativos e ações de mobilização, construção de alianças e negociações com os poderes do Estado, nas três esferas (municipal, estadual e federal) com a sociedade civil, que conhece e analisa o problema para formular pontos-chave para a ação política” (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2013, p. 11).

Este é o caso, por exemplo, do Grupo Marista que tem desenvolvido o *advocacy* na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e possui uma *expertise* capaz de contribuir significativamente para a disseminação das ideias que a comunidade voltada às políticas de juventude venha a defender. Além disso, este importante ator que integra esta comunidade por meio de suas universidades, seus eventos de difusão do conhecimento e reflexão, seus centros de formação e sua representação político-institucional junto às instâncias governamentais, pode representar o nó ou ponto de passagem cuja rede de atores pastorais ainda carece para se consolidar como uma comunidade epistêmica que esteja plenamente de acordo com a teoria de Peter Haas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haas não oferece provas detalhadas ou testes empíricos no artigo em que aborda as comunidades epistêmicas. Isso propiciou uma certa liberdade de especulação capaz de adaptar e buscar em outros referenciais a justificativa para a identificação das organizações pastorais como atores de uma comunidade epistêmica voltada às agendas políticas de juventude.

A partir disso, três observações podem ser feitas sobre a participação das organizações pastorais na construção das políticas públicas de juventude no Brasil. Primeiro que as organizações envolvidas na produção de conhecimento exibiram um compromisso comum para com a pesquisa por meio da produção de livros, estudos, artigos, documentos e relatórios. Segundo que as organizações colaboraram e trabalharam em parceria com outras redes de atores, a fim de fazer avançar a causa comum em torno das políticas públicas de juventude. Por fim, as organizações pastorais exibem um conjunto compartilhado de crenças normativas e causais, bem como um conjunto semelhante de critérios para a validação dos conhecimentos, que está pautado em sua missão evangelizadora e em novos paradigmas em torno da temática juvenil.

Mais do que buscar evidências empíricas acerca da influência desta comunidade epistêmica na implementação das políticas públicas de juventude, este ensaio buscou mapear seus principais atores e identificar as crenças e princípios que os unem, na esperança de que outros estudos mais detalhados possam aprofundar esta análise; uma vez que, conforme se evidencia no texto, as organizações pastorais têm contribuído relevantemente no cenário das políticas públicas de juventude no Brasil.

Referências bibliográficas

ADLER, Emanuel; BERNSTEIN, Steven. Knowledge in power: the epistemic construction of global governance. In: BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. **Power in global governance**. Cambridge University Press, 2005, p. 296.

ADLER, Emanuel; HAAS, Peter. Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program. **International Organization**, v. 46, n. 1, 1992, p. 367-390.

BIGO, P; ÁVILA, F. B. **Fé cristã e compromisso social**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BRIGHENTI, A. **A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé**. São Paulo: Paulinas; Valência, ESP: Siquem, 2006.

HAAS, Peter. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, 1992, p. 1-35.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? e Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea. Vol. 1. Brasília: ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), 2006. p. 219-245.

ONU. **Resoluções da Assembleia Geral**, 1979, p. 203-204, n. 34/151.

PAPA BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. Carta Encíclica - Sobre o amor cristão. São Paulo: Paulinas, 2009.

PAPA JOÃO XXIII. **Pacem in Terris**. Carta encíclica - A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. São Paulo: Paulinas, 2004.

PAPA PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação apostólica - Sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 2008.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Advocacy**: ciclo de implementação para a Rede Marista de Solidariedade. Curitiba: Grupo Marista, 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Plano Juventude Viva**. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>>. 2013.

SOFIATI, F. M. **Juventude Católica**: o novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2012.

TEIXEIRA; DICK; SILVA (orgs.). **Juventude**: acompanhamento e construção de autonomia. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ORGANISMOS DE JUVENTUDE NOS MUNICÍPIOS - Anderson Ávila⁸²

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

RESUMO: O presente artigo busca levantar o debate acerca da constituição de organismos de juventude junto aos Poderes Municipais (Prefeitura) tendo com isso o formato de Secretarias, Coordenadoria, Departamento, Assessoria. Analisamos os mais variados formatos, buscando ao final apresentar o melhor modelo, de modo que cada município possa possuir seu organismo municipal público de juventude.

Palavras-Chave: prefeitura, município, Secretaria, coordenadoria, juventude, políticas.

ABSTRACT: This article seeks to raise the debate about the establishment of youth organizations along the Powers Municipal (City Hall) having with this format Secretariats, Coordination, Department, Advisory. We analyze the most varied formats, seeking to end present the best model so that each municipality can own your municipal public youth organization.

Keywords: prefecture, municipality, coordinating body, youth policies.

Introdução

Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 30 de junho de 2005, por meio da Lei Nº 11.129, fruto de um intenso debate promovido no interior do governo federal no ano de 2004, na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que instituiu um grupo Interministerial, reunindo representante de 19 Ministérios com a missão de fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público. Ao final do estudo foi recomendada a criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Dessa forma, o governo federal cria pela primeira vez um organismo para centralizar informações de programas públicos voltados ao tema e estabelecer novos paradigmas para a constituições de mais políticas para o setor. Com isso irradia, em maior proporção, aos Estados e Municípios da Federação a possibilidade de constituir em seus organogramas espaços similares para a coordenação da execução das políticas federais nos municípios e a promoção de novas, observando as particularidades de cada cidade.

Diante dessa ação Federal, como os municípios podem constituir seus organismos de juventude?

Metodologia

A pesquisa bibliográfica foi o método utilizado para nortear as discussões e resultados aqui apresentados nessa pesquisa; além de livros, artigos e sites, buscou-se embasamento na legislação vigente e, de posse das informações obtidas, foi possível desconstruir conceitos que concomitantemente foram sendo reconstruídos ao discutir outros aspectos sobre o tema.

O que é ser jovem

Antes de entramos nos parâmetros legais e burocráticos, faz-se necessário identificar sobre que público cidadão estamos falando, jovem no sentido subjetivo é utilizado para várias

⁸² Pós-Graduado em Direito Administrativo e do Estado pela Universidade Gama Filho e Pós-Graduado em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

ações, porém é importante conceituar a terminologia juventude. A juventude é o período de vida que normalmente ocorre entre a infância e a idade adulta, porém se construirmos um conceito de juventude levando em conta somente aspectos de personalidade, podemos ser genéricos por demais, é preciso a garantia jurídica para assim promover a defesa e a promoção de direitos.

Como nosso ordenamento jurídico bebeu da fonte do direito romano-germânico, faz-se necessária a definição de critérios etários objetivos. Dessa forma, o definidor de idade é o balizador.

Antes de o Brasil definir a faixa etária do que é ser jovem, por meio do Estatuto da Juventude, utilizava-se os critérios apresentados por meio das Nações Unidas.

DEFINIÇÃO DE JUVENTUDE SEGUNDO A ONU

A Assembleia Geral da ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985 para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para o planejamento posterior e o acompanhamento adequado no setor da juventude, a Assembleia, para fins estatísticos, definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados Membros. Quando a Assembleia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até ao Ano 2000 e Posteriormente, reiterou que a Assembleia Geral definia a juventude como a corte etária 15-24. No entanto, acrescentou que, para além da definição estatística do termo juventude referida atrás, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, económicas e socioculturais.

No entanto, desde 1985, todos os serviços estatísticos do sistema das Nações Unidas têm utilizado a corte etária 15-24 para a recolha de estatísticas mundiais sobre a juventude. De acordo com as disposições estabelecidas pelas agências das Nações Unidas agências, para determinar exatamente quando o período de anos no qual a juventude acontece, poderíamos dizer que ocorre entre 15 e 25, sendo, portanto, uma das etapas mais importantes da vida de intrinsecamente definir a pessoa, seus interesses, seus projetos e suas relações com o mundo ao seu redor.

A definição do que é ser jovem e o estabelecimento etário por meio da ONU, levando em conta o corte de 15-24 anos, não deve ser uma verdade absoluta, inclusive a mesma aponta na direção de que seus Estados Membros façam a definição de juventude levando em consideração as questões territoriais.

Com a promulgação da Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, instituindo o Estatuto da Juventude e as disposições sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, além do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), o parágrafo primeiro do Art. 1º assim definiu os limitadores etários para juventude:

“§ 1º - Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º - Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.”

Dessa forma, acertadamente, evitou conflitar juridicamente com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), estabelecido por meio da Lei de Nº 8.069, de 12 de julho de 1990, dispondo a proteção do adolescente compreendido entre 12 e 18 anos de idade. Com o Estatuto da Juventude buscou promover a releitura das ações para esse público e ampliar a garantia de direitos para essa idade de 15-17 anos, além da promoção de novas conquistas. Ao passo que aos jovens de 18-29 anos, definiu pela primeira vez em nosso ordenamento jurídico, um marco etário legal para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor. Estima-se que, no Brasil de hoje, entre uma população total de 190 milhões, 50 milhões sejam de jovens, entre a idade definida pelo Estatuto da Juventude.

Ampliando o conceito etário das Organizações das Nações Unidas (ONU) que estabelece como teto a idade de 24 anos, o Brasil estabeleceu o limite etário de 29 anos de idade, ampliando em mais 20% da população brasileira que estarão sob a égide do Estatuto. Se por um lado, a idade de 18 anos coincide com conceitos consagrados no Código Civil de 2002 que cessa a menoridade nessa idade, habilitando à prática de todos os atos da vida civil e na outra ponta ampliando de 24 anos para 29 anos reconhece as particularidades do Brasil, diferentes dos países Europeus ou mesmo os Estados Unidos, onde nessa idade os jovens terminam seu ciclo acadêmico universitário, estabelece vínculos empregatícios e novos formatos na relação familiar. No Brasil, há pouco tempo se ampliou o acesso à Universidade, de 2001 a 2011, o total de ingressantes nas faculdades brasileiras subiu em 124,9%⁸³, por consequência, maior formação, melhores empregos e maior autonomia financeira para começar uma vida adulta.

Para conclusão da definição etária do que é ser jovem no Brasil, raiz necessária, singular e balizadora para a constituição dos organismos de juventude nos municípios, temos na nossa carta maior, a Constituição Federal promulgada em 1988 e que sofreu a Emenda Constitucional Nº 65 em 13 de julho de 2010, incluindo no Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal a modificação no Art. 227, passando a cuidar dos interesses da juventude, ficando assim a redação:

Art. 1º O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem"⁸⁴ e do Idoso".

Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

*§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do **jovem**, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:*

.....
*II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do **jovem** portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.*

.....
§ 3º

.....
*III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e **jovem** à escola;*

.....
*VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao **jovem** dependente de entorpecentes e drogas afins.*

.....
§ 8º A lei estabelecerá:

*I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos **jovens**;*

⁸³ Censo de Educação Superior, 2011, Ministério da Educação.

⁸⁴ GRIFO NOSSO.

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas." (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Com isso, chegamos à conclusão de que o estabelecimento de quaisquer organismos municipais, seja Coordenadoria, Departamento, Assessoria ou mesmo Secretaria Municipal de Juventude deve levar em consideração os marcos legais já estabelecidos pelo ordenamento jurídico federal a faixa etária entre 15 aos 29 anos de idade.

A política para a juventude ao longo da história

É importante considerar que a terminologia Juventude para produção de políticas públicas é um tanto nova, ganhando mais força em nosso século 21. Para o mundo contemporâneo, é fácil demarcar as fases de um ser humano, como criança, adolescente, jovem, adulto e idoso. Mas até o século 19 ou se era criança ou adulto. Entre os 10 e 14 anos abandonavam as calças curtas e se esperava o mesmo jeito de agir dos adultos, com todas as obrigações, inclusive trabalhar.

O texto de Lidiane Aires, publicado na Revista Aventuras na História para viajar no tempo, publicada em 21/11/2012, deixa clara a necessidade de não confundirmos adolescência com puberdade:

“Puberdade é o processo fisiológico de transformação do corpo infantil em adulto, que ocorre em algum momento durante a adolescência, por meio da liberação dos hormônios sexuais - é o mesmo processo em todos os povos e desde a Idade da Pedra, ainda que, por motivos não muito claros, ela acontecesse mais tarde antigamente. Até o século 19, a idade da primeira menstruação ficava entre os 15 e 17 anos - hoje ocorre entre 11 e 13 anos. Já a adolescência é uma construção social, a ideia que exista uma fase transitória na vida, em que não se é nem adulto nem criança.”

A vida urbana e a rebeldia moldaram o que conhecemos como adolescência, após a 2ª guerra mundial moldou, o que conhecemos como juventude hoje, o som do Rock Roll e o estilo de se vestir diferenciaram os jovens dos adultos.

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos e nela os direitos e liberdades das crianças e adolescentes estão implicitamente incluídos.

O primeiro ordenamento jurídico no Brasil que ampara políticas para menores de até 18 anos de idade, é o Decreto Nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, instituído nos termos da autorização legislativa do então Presidente da República Washington Luiz Pereira de Souza, referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Vianna do Castello e consolidado pelo juiz Mello Mattos.

Apelidado de Código Mello Mattos, o Código de Menores, de 1927, qualificou as crianças pobres de “menores” e os subdividiu em três categorias: os abandonados, para os que não tinham pais; os moralmente abandonados, para os que eram oriundos de famílias que não tinham condições financeiras e ou morais; e delinquentes, para os que praticavam atos “criminosos” ou contravenções. Como bem apresenta o Professor Mauro Campello⁸⁵, no artigo: O primeiro Código de Menores do Brasil:

“Sobre estes “menores” aplicava-se o novo Código, ou seja, a lei era voltada para a infância pobre, abandonada e delincente, cuja intervenção estatal fundava-se em assistência e prevenção.

⁸⁵ Professor de Direito da Criança e do Adolescente da UFRR - Desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima - Diretor da Escola do Judiciário de Roraima e Mestrando em Sociedade e Fronteiras pelo CCH da UFRR

O Código não garantiu o acesso à cidadania aos “menores” pobres, uma vez que não os reconhecia como sujeitos de direitos. Era uma lei que estabelecia o controle da pobreza. Suas normas adequavam-se à necessidade do “menor” ficar contido no seio de uma família capaz de seguir os parâmetros da moralidade estabelecida. Caso a família se mostrasse incapaz de educar e vigiar seus filhos poderiam os pais perder o pátrio-poder.”

Tal código inspirou a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Em 1943, ele foi adequado pelo Decreto Lei Nº 6.026, de 24 de novembro de 193, regulando sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais.

Passados 40 anos, o debate ressurgiu no Brasil na década de 80, por meio dos movimentos sociais, culminando com a inclusão na Constituição Federal no Título VII da Ordem Social, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No ano seguinte, em 13 de julho de 1990, era publicada a Lei Nº 8.069 instituindo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Em 1997, o Prefeito de Goiania Nion Albernaz, cria o primeiro cargo institucional no Brasil voltado para estudo e produção de políticas de Juventude, resultante da articulação de segmentos juvenis no pleito eleitoral (partidos da base aliada, movimentos estudantes e outros). Ainda em 1997, no dia 22 de setembro, o Governador Marcelo Alencar cria a Coordenadoria Estadual da Juventude.

No final do segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, início do ano 2000, o debate volta a tomar força. Apesar de existirem algumas políticas direcionadas para os jovens, ainda assim o ordenamento jurídico Federal é omissivo na organização institucional de tais políticas.

Nas eleições presidenciais de 2002 é apresentada aos candidatos a Presidente da República uma plataforma de políticas públicas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens. Em 2003 e 2004, começam a tramitar no Congresso Federal propostas que pretendem legislar especificamente para esse segmento, considerado jovens, como sujeito de direitos.

E em 30 de junho de 2005, por meio da Lei Nº 11.129, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, cria o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Inaugurando, assim, no Brasil, um importante canal institucional para elaboração de políticas públicas para juventude, tendo o Estado a responsabilidade da articulação, promoção e execução formal dessas ações. A criação da Secretaria Nacional de Juventude estimula aos Estados e Municípios a fazerem o mesmo e constituírem órgãos no interior dos governos para busca da confluência de ações voltados para o público jovem.

Os organismos de juventude junto aos governos do estados brasileiro

Em pesquisa promovida junto ao site da Secretaria Nacional de Juventude, podemos observar que todos os Estados da Federação, no interior dos seus governos, possuem organismos com a finalidade de promoção das políticas de juventude.

Vejamos o quadro abaixo:

Secretarias Autônomas com seus próprios orçamentos.

Secretaria Extraordinária de Políticas para a Juventude	Amapá
Secretaria Extraordinária da Juventude	Mato Grosso do Sul

Entre os 27 Estados da Federação, incluído o Distrito Federal, somente duas possuem em nível Estadual, organismos autônomos de políticas de juventude, na mesma estatura administrativa das demais Secretarias.

Secretarias Autônomas com seus próprios orçamento, porém dividem a temática de juventude.

Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	Amazonas
Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude	Minas Gerais
Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer	Paraíba
Secretaria da Criança e da Juventude	Pernambuco
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	São Paulo
Secretaria de Estado da Juventude e dos Esportes	Tocantins

Seis Secretarias de Estado foram criadas para organizar a pauta de juventude, porém o gestor entendeu que outro tema poderia ser anexado, o desenvolvimento em conjunto, com isso a maioria divide com as políticas de esporte.

Organismos com vinculação direta ao Gabinete do Governador ou à Casa Civil.

Assessor Especial da Juventude:	Gabinete do Governador	Acre
Coordenador Especial da Juventude	Gabinete do Governador	Ceará
Coordenadoria de Juventude do Estado	Gabinete do Governador	Piauí
Coordenadoria de Juventude	Secretaria de Governo	DF
Gerência Estadual de PPJ's	Secretaria da Casa Civil	Espírito Santos
Superintendente da Juventude:	Secretaria de Governo	Goiás
Assessoria Especial da Juventude	Secretaria da Casa Civil	Paraná
Coordenador Estadual da Juventude	Secretário da Casa Civil	Santa Catarina
Coordenadoria Especial da Juventude	Secretário da Casa Civil	Sergipe
Secretaria Extraordinária da Juventude	Secretário da Casa Civil	Maranhão

Dez organismos desfrutam de uma relação diretamente ao Governador ou Governadora, porém com limitações administrativas/orçamentárias junto à Secretaria Governo de Estado ou à Casa Civil. O que diferencia aqui, de organismos vinculados a outras Secretaria, é a projeção de uma autonomia política na elaboração de suas ações.

Organismo dentro de outra Secretaria.

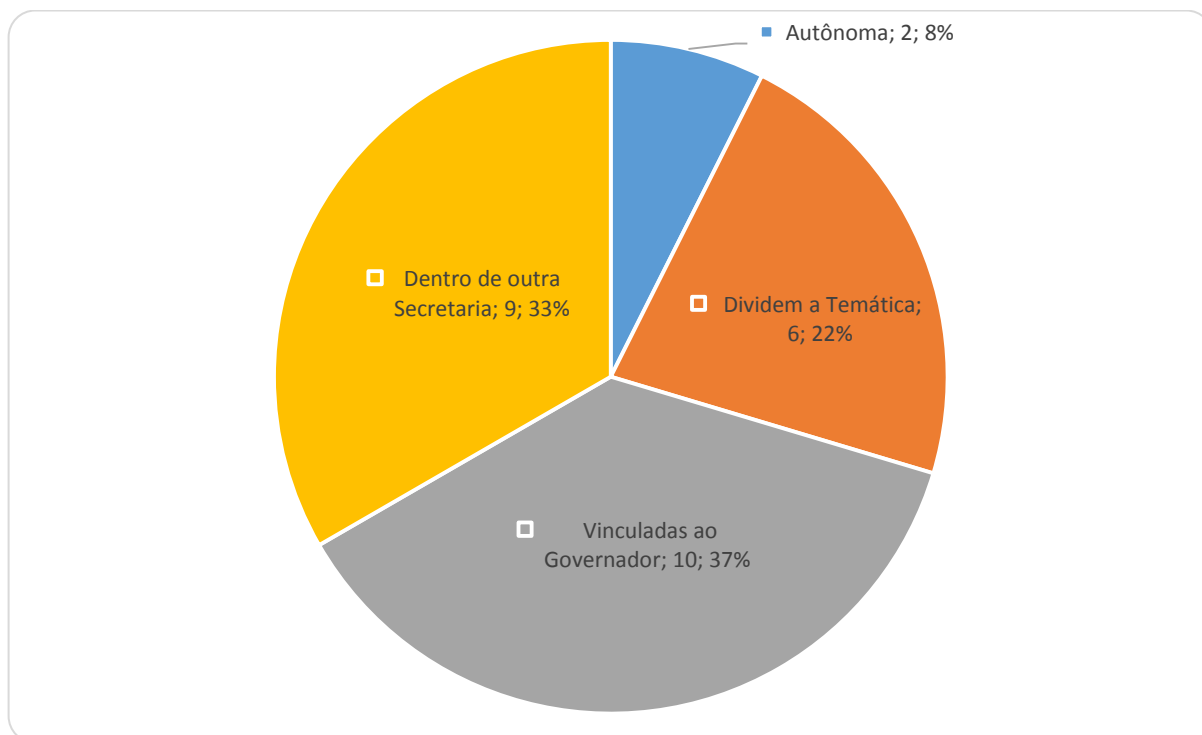
Superintendência de Juventude	Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos	Alagoas
Coordenador de Políticas de Juventude	Secretaria de Relações Institucionais	Bahia

Assessoria Especial da Juventude	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	Mato Grosso
Coordenadoria de Juventude	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	Pará
Superintendência de Juventude	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social	Rio de Janeiro
Subsecretaria de Juventude	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	Rio Grande do Norte
Coordenadoria Estadual de Juventude	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Rio Grande do Sul
Núcleo de Políticas Públicas de Juventude	Secretaria de Assistência Social	Rondônia
Coordenador Estadual de Juventude	Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento	Roraima

Nove organismos são vinculados diretamente a alguma pasta temática do Governo do Estado, sendo a maioria com o tema Direitos Humanos.

Com isso podemos observar, no quadro abaixo, que a maioria buscou sua autonomia política, sem contudo obter autonomia orçamentaria.

Gráfico 1 Organismos Estaduais de Juventude no Brasil – relação de autonomia



Da criação de organismos de juventude nas prefeituras

Os jovens vivem nas cidades, é nelas que se desenvolvem e buscam caminhos para construção de sonhos e realizações. O Governo Federal e todos os Governos de Estados já criaram espaços institucionais para elaboração de políticas de juventude.

Nesse sentido, faz-se necessário que as prefeituras caminhem na mesma direção, buscando maior integração com as ações em nível Federal e Estadual para a execução no município e também a montagem das redes locais, fortalecendo os jovens, grupos e movimentos para a construção de efetivas e eficazes políticas com os jovens.

Existem vários formatos e desenhos institucionais para criação de um espaço junto ao Governo Municipal voltado especificamente para juventude, podendo ser:

- Secretaria Municipal;
- Coordenadoria;
- Departamento;
- Assessoria;

O primeiro, por ser Secretaria, deve ser autônomo, criado por lei como orientada o Art.84 com redação dada pela Emenda Constitucional Nº 32 de 2001:

“... organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)...”

Utilizamos a analogia para os Prefeitos e Prefeitas, tendo o mandatário do Poder Executivo Municipal de enviar para Câmara Municipal projeto de Lei criando a Secretaria Municipal de Juventude, com a devida fonte orçamentária.

Modelo de projeto de Secretaria Municipal de Juventude:

CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE – SEMJUV, CRIA SUA ESTRUTURA BÁSICA, E DEFINE SUAS ATRIBUIÇÕES”.

O PREFEITO DA CIDADE DE XXXXXX, usando das atribuições que lhe confere a Constituição e a legislação em vigor e

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Público Municipal de propor, formular e acompanhar políticas específicas que visem à promoção da juventude;

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º – Fica criada a Secretaria Municipal da Juventude – SEMJUV, órgão da administração municipal de Nova Iguaçu a quem competirá:

I. Formular, coordenar, executar e articular políticas e de diretrizes para a proteção e a promoção da Juventude;

II. Articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismo nacionais e internacionais, públicos e privados voltados a implementação das Políticas para a Juventude;

III. Desenvolver estudos e pesquisas relativas à Juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ação pública para este segmento no município, bem, como a busca da conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da Juventude;

IV. Apoiar as atividades de promoção da Juventude nas várias instituições municipais;

V. Orientar as ações Municipais para a captação de projetos e recursos junto às instituições públicas ou privadas, tendo como público alvo a Juventude;

VI. Acompanhar o desenvolvimento do Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Juventude, bem como participar administrativamente dele;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 2º – A Secretaria Municipal da Juventude – SEMJUV, será composta pelos seguintes órgãos:

- I- Gabinete do Secretário;*
- II- Secretaria Adjunta da Juventude;*
- III- Divisão de Programas e Projetos;*
- IV- Divisão de Comunicação e Eventos;*
- V- Divisão de Protagonismo Juvenil;*
- VI- Divisão de Mobilização Social;*

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Secretário Municipal da Juventude

Art. 3º – Ao Secretário Municipal da Juventude, compete:

- I. Chefiar a Secretaria Municipal da Juventude;*
- II. superintender e coordenar as atividades da Secretaria Municipal da Juventude, orientando-lhe a atuação;*
- III. expedir Portarias sobre assuntos de organização interna da Secretaria, não envolvidos por atos normativos superiores e para a correta aplicação de leis, decretos e outras disposições de interesse da Secretaria;*
- IV. determinar a realização de sindicância, quando julgar necessária;*
- V. designar, quando necessário, os substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão ou função gratificada;*
- VI. baixar o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Juventude, na forma deste Decreto;*
- VII. delegar atribuições a seus subordinados, autorizando expressamente a sua subdelegação quando for o caso;*
- VIII. prover a lotação de servidores nos órgãos integrantes da Secretaria Municipal da Juventude;*
- IX. celebrar convênios, acordos, protocolos de cooperação e contratos, observados os procedimentos relativos à execução orçamentária do Município;*
- X. assessorar o Prefeito em assuntos de competência da Secretaria;*
- XI. emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua decisão;*
- XII. aprovar a programação a ser executada pela Secretaria;*
- XIII. articular-se com órgãos públicos ou entidades privadas, nacionais e internacionais, para a consecução dos objetivos da Secretaria;*
- XIV. encaminhar a Secretaria Municipal de Controle Geral – SEMCONGE a prestação de contas anual, de acordo com a legislação vigente;*
- XV. desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Prefeito.*

Seção II

Do Chefe de Gabinete do Secretário

Art. 4º – Compete ao Gabinete do Secretário:

- I. Chefiar as assessorias de sua estrutura organizacional;*

- II. Preparar o expediente do Secretário;*
- III. Coordenar e organizar a agenda do Secretário;*
- IV. Ordenar o atendimento das pessoas no Gabinete;*
- V. Responsabilizar-se pelo controle administrativo da Secretaria;*
- VI. Comunicar as demais unidades informações de âmbito geral da secretaria;*

Seção III

Do Secretário Adjunto da Juventude

Art. 5º – Ao Secretário Adjunto da Juventude, compete:

- I. Supervisionar e chefiar os respectivos Departamentos e Divisões da Secretaria Adjunta da Juventude, desenvolvendo suas atribuições e supervisionando-os na execução dos serviços operacionais por eles desempenhados;*
- II. Acompanhar a execução, no âmbito da Secretaria, dos planos e programas, avaliando e controlando seus resultados;*
- III. Delegar competências específica do seu cargo com conhecimento prévio do Secretário;*
- IV. Gerenciar a execução de programas e projetos relacionados com atividades fins da secretaria;*
- V. Desempenhar outras atividades compatíveis com sua posição e as determinadas pelo Secretário;*
- VI. Substituir automaticamente o Secretário em seus impedimentos, ausências temporárias, férias, licenças ou afastamentos ocasionais bem como, no caso de vacância do cargo, até nomeação de novo titular.*

Seção IV

Das Divisões

Art. 6º – Compete ao Chefe da Divisão de Programas e Projetos:

- I. Chefiar a divisão;*
- II. Promover o acompanhamento geral dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;*
- III. Buscar a promoção de convênios e parcerias para o a realização de projetos tendo como foco a infância e a juventude.*
- IV. Desenvolver ações designadas pelo Secretário.*

Art. 7º – Compete ao Chefe da Divisão de Comunicação e Eventos:

- I. Chefiar a divisão;*
- II. Promover a política de comunicação Social da Secretaria;*
- III. Buscar intersectoralidade da Secretaria junto aos diversos órgãos do governo;*
- IV. Coordenar o sistema de rede e tecnologia de informação da Secretaria;*
- V. Promover eventos da Secretaria.*

Art. 8º – Compete ao Chefe da Divisão de Protagonismo Juvenil:

- VI. Desenvolver ações de estímulo ao protagonismo juvenil;*
- VII. Promover a integração comunitária;*
- VIII. Promover a articulação juvenil na Cidade.*

Art. 9º – Compete ao Chefe da Divisão de Mobilização Social, coordenar as ações de Mobilizações Juvenis da Secretaria.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 – Respeitando o disposto na presente Lei e na legislação em vigor, o Secretário Municipal da Juventude editará o Regimento Interno da Secretaria, estabelecendo o seu desdobramento operacional e as atribuições dos cargos em comissão da nova estrutura.

Art. 11 – A Secretaria Municipal de Despesa e Planejamento promoverá a redistribuição dos saldos orçamentários dos programas finalísticos e de apoio administrativo, de acordo com a Lei Orçamentária vigente.

Art. 12 – Ficam criados, os cargos em comissão, na forma do Anexo I, bem como ficam transferidos os cargos em comissão constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 13 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito

ANEXO I – CARGOS TRANSFORMADOS

Secretário Municipal 1 – SM

Secretário Adjunto 1 – SA

Chefe de Gabinete 1 – AS

Gerente de Divisão 3 – AS

Assessor Especial 1 – AS

Assessor de Gabinete 5 – CC1

Assessor de Gabinete 3 – CC2

Se não tem Secretaria, onde subordinar o espaço de juventude no interior do governo municipal?

As Coordenadorias⁸⁶ podem ser criadas por Decretos, sem aumento de despesas para a Prefeitura, promovendo somente o remanejamento orçamentário e as transformações de cargos comissionados no município.

Agora começa a necessidade de se pensar o melhor modelo. No primeiro momento, o pensamento maior é buscar a completa autonomia e ter como “chefe” direto somente o Prefeito ou a Prefeita do Município, com a perspectiva de que dessa forma o espaço será mais forte. Grande engano, as diversas coordenadorias criadas a partir de 2000, mostram que esse não foi modelo de maior sucesso, resguardadas algumas exceções.

É importante perceber que as políticas de juventude ainda são um tanto nova no interior dos governos. Assim como foi no início da institucionalização da política cultural, quando quase sempre era posta junto aos organismos de educação, e com o passar de mais 2 décadas se consolidou como ferramenta importante, e hoje a grande maioria dos prefeitos ao pensar o organograma de sua gestão dificilmente não promove autonomia à cultura, assim deve ser com a juventude no futuro, para isso espaços, mesmo que diminuto no interior de cada governo, contribui para os passos importantes de consolidação dessa política.

Os Prefeitos ao tomar assento no poder local e ao constituírem espaços de juventude no interior de seus governos, o faz na sua grande maioria para acomodar os jovens militantes atuantes de sua campanha, e por mais que entenda da importância das políticas de juventude, ele ainda não percebe o melhor formato para uma maior eficácia.

Sabemos que a maioria dos programas Federais voltados para a juventude, independe de espaços institucionais de juventude para sua execução junto aos municípios. Eles são, na maioria das vezes, executados nas Secretarias de Assistência ou de Educação. Nesse sentido, o entendimento é que não vale a pena promover a

⁸⁶ Podendo substituir a palavra Coordenadoria, por: Departamentos e Assessorias de Juventude.

disputa no interior dos governos. Os programas existentes por meio do Governo Federal, devem ser executados diretamente por cada Secretaria correspondente, pois, em última instância, é o respectivo secretário que responde administrativamente pelos recursos, contratos e execução dos convênios.

Porém, esses programas federais de juventude executados nos municípios, devem ser acompanhados pelo órgão de juventude, buscando interagir com seus participantes e estimulando a se envolver em outras políticas complementares a serem executadas.

O melhor arranjo institucional do organismo de juventude no interior dos governos é junto à Secretaria Municipal de Governo, tendo como chefe imediato o Secretário Municipal de Governo, responsável em dialogar diretamente com Prefeito ou Prefeita as demandas propostas pela Coordenadoria.

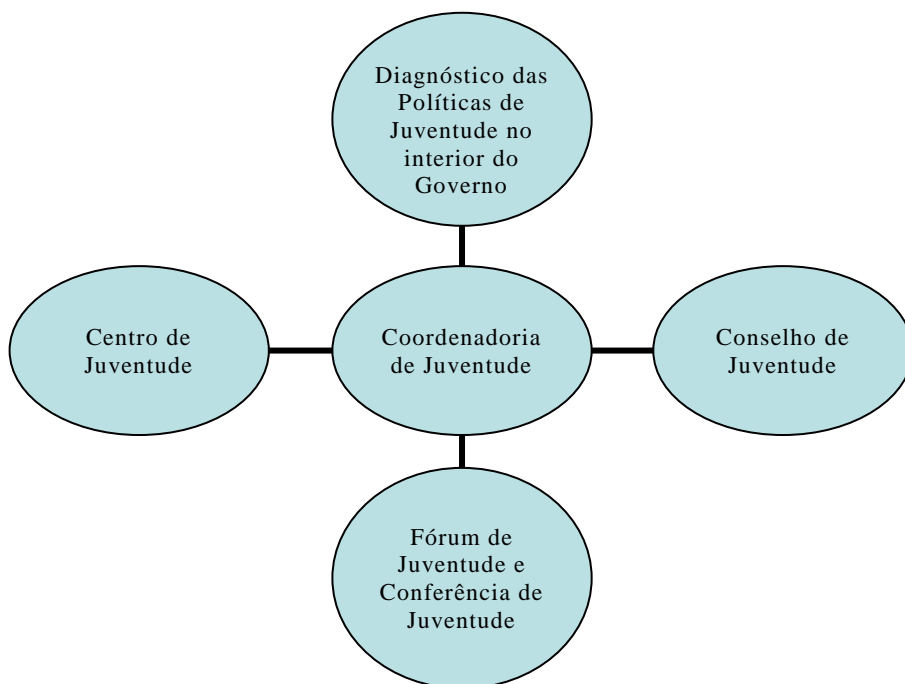
Mas o que desenvolver?

O maior objetivo é consolidar a estrutura de juventude. Entendemos que as ações de juventude são por diversas vezes realizadas por várias secretarias, porém toda essa execução, não é percebida, por não haver uma interação entre as mesmas.

Cabe à Coordenadoria de Juventude a busca desse diálogo entre os mais variados programas e projetos existentes no município, a fim de querer a eficiência junto aos jovens das políticas públicas desenvolvidas, dessa forma efetivando a transversalidade e instituindo estratégias.

Além dessa articulação interna, o primeiro passo de toda Coordenadoria é ir ao encontro da juventude existente no município, buscando interagir de dentro do governo para junto à sociedade juvenil existente. Com isso são criados espaços (Casas de Juventudes, Estação Juventude, Praças da Juventude, etc.), são promovidos Encontros, Fóruns, Conferências com objetivo de ouvir as demandas e, na grande maioria das vezes, são consolidados os Conselhos Municipais de Juventude, como espaço permanente de interação entre sociedade e governo. Um bom organograma de ações de juventude no município pode ser assim constituído:

Figura 1 – Organograma de ações de juventude para municípios



O primeiro passo da Coordenadoria é a promoção do diagnóstico das ações desenvolvidas no interior do governo, que tem como foco os jovens entre 15 a 29 anos. Quais projetos do Governo Federal ou Estadual estão em execução e quais podem ser conveniados para o desenvolvimento.

Depois de olhar para dentro, o momento é de olhar para fora do governo, mapeando quais são os grupos jovens existentes no município e o que pensa a juventude municipal. Para melhor ajudar a essa ação, a constituição de Fóruns ou mesmo a Conferência de Juventude é um grande espaço de encontro. Todo esse diagnóstico e mapeamento vai contribuir para a criação do Conselho de Juventude, um espaço permanente de interação, análise e avaliação das políticas a serem desenvolvidas e já desenvolvidas. Por fim, um ponto de encontro, podendo para isso aproveitar o projeto das Praças da Juventude, criado em 2007, com o objetivo de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população que pudesse, ao mesmo tempo, tornar-se ponto de encontro e referência para a juventude. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias.

Esses caminhos tendem a constituir aos jovens do município a curtos e médios prazos, novas perspectivas de vida, contribuindo para formação de uns país melhor e mais justo a todos.

Conclusão

Podemos perceber, ao longo do artigo, que as políticas públicas direcionadas para a juventude ganham força e protagonismo no início desse século, com a inclusão e reconhecimento do termo jovem em nossa Constituição, com a promulgação do Estatuto da Juventude e se consolida com a criação pelo Governo Federal da Secretaria Nacional de Juventude.

É verdade que antes da Secretaria Nacional de Juventude, alguns municípios e estados já tinham criado seus organismos governamentais de juventude, porém o aumento de espaço público direcionado à juventude junto aos municípios teve o seu crescimento após 2005. Buscamos definir, ao longo da história, o que vem a ser juventude, diferenciando essa faixa etária da fase de criança e de adulto e o início da elaboração de políticas públicas efetivas, tendo como centralizador os organismos de juventude, com isso analisamos os formatos, e, ao final, podemos concluir que por mais que seja diminuto o espaço de juventude no interior de qualquer governo municipal, ele se faz necessário, podendo o gestor desenvolver um conjunto de ações que interaja e dialogue para o aumento da promoção e garantias de direitos para os jovens.

Referências Bibliográficas

DE LEON, Alessandro. **Políticas públicas de juventude**, uma proposta para a sociedade. Instituto Teotônio Vilela, São Paulo, 2001.

ABEL, Rodrigo. **Para além das políticas de juventude**. São Paulo, 2007.

DE LEON, Alessandro Ponce; DOLEJSIOVÁ, Ditta; Falangola, Teresa. **Políticas públicas de juventude**. Fundação João Mangabeira, Brasília, DF, 2009.

AIRES, Lidiane. **Entenda como surgiu a juventude**. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/entenda-como-surgiu-conceito-juventude-721645.shtml>. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

SILVA, Roselani Sodré da Silva; SILVA, Vini Rabassa. **Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013. Acessado em 17 de agosto de 2014.

CAMPELLO, Mauro. **O Primeiro Código de Menores do Brasil**. Disponível em http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=140966. Acessado em 17 de agosto de 2014.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UM OLHAR A PARTIR DAS VERTENTES TEÓRICAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - Vanessa Barbosa Messina

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: O presente trabalho tem como foco mostrar o processo de construção das políticas de juventude no Brasil, se apropriando das vertentes teóricas dos estudos de políticas públicas, com o intuito tornar sua dinâmica mais compreensiva e analisar seus efeitos no segmento de juventude. Para tanto, buscou-se analisar alguns conceitos do ciclo de políticas públicas, contrastando com o processo de construção de políticas de juventude no Brasil. Ações voltadas para a juventude passaram a fazer parte da agenda do governo no final dos anos de 1980 e, cada vez mais, vem sendo objeto de análises acadêmicas, ganhando projeção, acumulando conteúdo e conquistas significativas. Destaca-se a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (2004), a aprovação do Estatuto da Juventude (2013), e a realização da I e II Conferência Nacional de Juventude que indicam avanços em relação ao tema e que está evoluído para a criação do Plano Nacional de Juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; ciclo de políticas; públicas, juventude.

ABSTRACT: This work focuses on showing the construction process of youth policies in Brazil, appropriating the theoretical aspects of policy studies, in order to make its most comprehensive dynamics and analyze its effects on the youth segment. To this end, were analyzed some concepts of public policy cycle, contrasting with the construction process of youth policies in Brazil. Actions aimed at youth became part of the government's agenda in the late 1980s and, increasingly, has been the subject of analyzes, earning projection, accumulating content and significant achievements. Remarkable is the creation of the National Youth Secretariat and the National Youth Council (2004), the approval of the Statute of Youth (2013), and the realization of I and II National Youth Conference which indicates the progress in relation to the subject and it is evolving into the creation of the National Youth Plan.

KEY WORDS: Policy; public policy cycle; youth

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de construção das políticas públicas de juventude no Brasil. Para tanto, serão elencados alguns conceitos a partir de teorias que esclareçam melhor essa dinâmica. Além da contextualização do tema, busca-se elucidar como a prática se relaciona com o conceito, trazendo uma melhor compreensão do processo.

As políticas públicas de juventude no Brasil começaram a fazer parte da agenda governamental no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Vários fatores influenciaram o governo a ter um foco maior sobre esse segmento da população, fazendo com que houvesse ações direcionadas aos jovens com intuito de resolver um “problema social”.

Atualmente, existem muitos movimentos e ações, por parte do governo, buscando atender às demandas da sociedade, mas ainda há um desconhecimento de toda essa dinâmica, isto é, sobre como são construídas as políticas públicas e quais elementos e vertentes fazem parte desse processo.

O estudo das políticas públicas compõe um universo bastante complexo, em que diferentes autores defendem perspectivas diversas. Muitas abordagens têm sido consideradas, com a finalidade de explicar mais claramente essas políticas. Contudo, várias teorias defendem pontos de vista irreconciliáveis, o que acaba complexificando ainda mais o tema.

Há uma gama de vertentes analíticas e teorias no estudo das políticas públicas, que enfatizam tanto o seu conceito, quanto o seu processo de construção. Podemos destacar a Teoria dos Sistemas de David Easton (1953), que reconhece a existência do ciclo de políticas como absorção dos *inputs*, a geração da política, a formulação dos resultados e a resposta do ambiente. Theodore J. Lowi (1972), que formulou a abordagem das arenas e sustenta que as políticas públicas desencadeiam o conflito e definem a dinâmica da interação. Já Bachrach e Baratz (1962) estabeleceram o estágio de formação da agenda na construção das políticas públicas. Por fim, o Modelo da “Lata de Lixo” (*Garbage Can Model*), trazido, em 1972, por Michael D. Cohen, James D. defende que as soluções procuram por problemas. O campo tem espaço também para teorias mais recentes. A exemplo, podemos citar John Kingdon, que tem sido um dos mais persuasivos para explicar o processo de formação da agenda.

Para esse trabalho serão utilizadas as teorias de abordagem sistêmica de Easton na análise de políticas públicas, e o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon para a formação da agenda governamental. Além disso, utilizaremos também, os conceitos básicos de “políticas”, trazidos por Maria das Graças Rua e Klaus Frey. Tais abordagens contribuem para um melhor embasamento sobre o tema, dentro da proposta do trabalho.

A partir dessa análise, será possível ter uma melhor visão do processo de construção das políticas públicas e seus efeitos na sociedade, em especial, no segmento de juventude.

Políticas públicas - considerações iniciais

As políticas públicas são frutos das sociedades modernas. Tais sociedades têm como principal característica a diferenciação social, o que faz com que seus membros não só possuam atributos diferenciados como também ideias, valores e interesses diferentes. Esses atributos acabam por tornar a vida em sociedade mais complexa, através de distintos padrões de comportamento, como interação, competição e conflito.

Para administrar os conflitos e manter o bem-estar coletivo, o Estado pode se apropriar de dois meios: a coerção e a política. A coerção se dá através da punição e repressão para administrar o conflito. A política é a força exercida pelo Estado para fazer valer o direito e, por isso, as sociedades recorrem a ela para construir consenso ou controlar conflito (RUA, [s.d]).

Por conseguinte, devemos considerar que a política se distingue da política pública. Algumas abordagens consideram a influência de uma sobre a outra e vice-versa, fazendo com que a compreensão sobre sua existência assumam diversas vertentes.

Para uma síntese conceitual de política pública, Rua define:

como uma das resultante da atividade política (*politics*): compreendem um conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa dos valores envolvendo os bens públicos e considerando que a decisão política corresponde a um conjunto de alternativas (RUA, p. 19, 2009).

O caráter público atribuído a uma política está baseado em duas abordagens antagônicas que caracterizam a relação do Estado com a sociedade. A primeira delas é a “estatocêntrica”, que tem a característica de dar a dimensão de pública à política através do fato de que suas decisões e ações são amparadas na lei, ou seja, fundamentadas na autoridade do Estado. Nesta abordagem, o envolvimento dos atores nas diversas fases depende das

decisões do Estado, e seus instrumentos seriam a legislação, recursos financeiros, impostos e taxas que expressam esse caráter imperativo.

A segunda abordagem é a “multicêntrica”, que define o caráter de público da política pela sua não subordinação ao Estado e enfatiza a capacidade de ação pluralista dos atores sociais através das redes de políticas públicas (*policy network*), organizações não governamentais, organismos internacionais, dentre outros. Estes, além de serem protagonistas das políticas públicas, seriam também atores.

Segundo Frey, a ciência política recorreu ao termo inglês para conceituar política e política pública, pois o autor entende que é uma forma de ilustrar melhor esses conceitos. Portanto, *polity* seriam as instituições do sistema político-administrativo, *politics* consiste no processo político que caracteriza as negociações dos sociedade e *policy* seria a própria política pública (p. 236, 2000).

Para Rua, toda política pública deve apresentar as seguintes características: ser intencional, com objetivos a serem cumpridos; distinguir o que o governo precisa fazer e o que de fato, faz; ter etapas subsequentes após sua decisão (tais como implementação, execução e avaliação); envolver vários atores e decisões, mas ser materializada através dos governos; não se restringir a participantes formais; ser abrangente e não se limitar a leis e regras; ocorrer no longo prazo (RUA, [s.d.]).

A conceituação das políticas públicas e seus elementos é importante, pois a dinâmica que compõe o seu processo de formulação apresenta um certo grau de complexidade. Ademais, existem várias teorias e modelos que buscam dar significados à diversificação dos processos de formação e gestão de políticas públicas.

O ciclo das políticas públicas

Conforme elucidada na seção anterior, as políticas públicas são resultantes das atividades políticas e compreendem um conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos (RUA, p. 19, 2009). Conforme analisa Rua (2009):

As políticas públicas (*policies*) ocorrem num ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia (p. 36).

Antes de conceituar o ciclo das políticas públicas e seu processo, é necessário entender o que é a sua análise, qual abordagem utilizamos e como ela contribui para a compreensão mais substantiva sobre processo de construção das políticas públicas. Como estas se estruturam e se tornam foco de ação do governo.

A análise de políticas públicas tem como objetivo a interpretação das causas e consequências de suas ações. O intuito é trazer o entendimento deste conceito para que se possa avançar nos aspectos do ciclo de políticas públicas, pois a análise orienta a compreensão dos mecanismos e processos nos quais a política pública vai sendo estruturada.

Existe uma série de modelos e conceitos que foram criados para analisar tais políticas. A abordagem sistêmica será considerada neste trabalho e tem como um dos seus formuladores, David Easton.

Essa teoria define as políticas públicas (*policy*) como o produto (*output*) da operação do sistema político (*politics*) no processamento de demandas e apoios (*input*). Reconhece a existência do ciclo de políticas públicas através da absorção dos *inputs*, a formulação da

política, a geração do resultado (*output*) e as respostas do ambiente (*feedback*). Ela defende que é o processo dinâmico da política que produz as políticas públicas.

Também é definida, nessa abordagem, que as políticas públicas provêm do processo, pelo sistema político, de *inputs* originário do ambiente e também, dos *withinputs*. Tanto os *inputs* quanto os *withinputs* são considerados demandas e apoio e se distinguem pelo fato dos *inputs* serem insumos oriundos do ambiente enquanto os *withinputs* nascem no próprio sistema político (RUA, [s.d.]).

É mister considerar que as demandas são a força motriz das políticas públicas e desencadeiam o seu ciclo. Elas podem ser traduzidas como quaisquer necessidades existentes na sociedade. Já os apoios, são direcionados para o sistema político e se caracterizam como instrumentos utilizados pelo governo para o cumprimento dos seus objetivos, mas não necessariamente estão vinculados a uma política pública.

O conceito de sistema político, na abordagem sistêmica, surge a partir do entendimento de que as sociedades nacionais fazem parte do sistema internacional. Estas sociedades compõem um sistema nacional que, por consequência, é formado por uma série de subsistemas, sendo que no político ocorre o processamento das demandas a partir das fases do ciclo de políticas públicas.

Rua define que esse modelo identifica as dimensões do ambiente que geram as demandas para o sistema político e, também, quais são as características desse sistema que o capacita a transformar demandas políticas públicas, preservando a sua estabilidade. Através das interações, os *inputs* e as características do sistema político afetam o conteúdo da política pública e, conseqüentemente, ela afeta o ambiente e a dinâmica do sistema político através de processos de feedback (RUA, p.34, 2009).

Para que seja possível compreender o ciclo de políticas (*policy cycle*), é válido se apropriar da abordagem sistêmica, pois esse ciclo ocorre dentro do sistema político que é o responsável pelo processamento dos *inputs*. Por sua vez, os *inputs* abrangem a formação da agenda governamental, formulação de alternativas para atender às demandas, tomada de decisão, implementação e avaliação, e esses elementos são fases do ciclo de políticas públicas.

Frey destaca que essas fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e elas podem ser analisadas em relação à constelação de poder, às redes políticas e sociais e às práticas políticas administrativas de cada fase (FREY, p. 226, 2000).

Dentre as fases do ciclo de política, cabe um maior destaque para a formação de agenda (*agenda-setting*) e formulação de alternativas. O modelo adotado para a conceituação desses elementos será o de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams*) de Kingdon.

O modelo de Múltiplos Fluxos deriva do Modelo da Lata de Lixo (*Garbage Can Model*) de Cohen, March e Olsen (1972) que defende que as organizações, ao longo de sua história, procuraram produzir propostas e alternativas para a solução de problemas, mas muitas dessas soluções acabam sendo descartadas e são colocadas numa “lata de lixo” organizacional. Esse lixo é onde estarão disponíveis soluções para futuros problemas. Portanto, modelo advoga que “as soluções procuram os problemas, pois já existem diversas soluções que foram pensadas e basta encontrar o problema que mais se adequa a uma solução já elaborada.

Kingdon, em sua abordagem, traz o conceito de dois tipos de agenda: a agenda governamental e a agenda decisional. Ele define a agenda governamental como um conjunto

de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele, concentram sua atenção num determinado momento (CAPELLA, p. 26, 2003). Além disso, somente quando desperta a atenção dos formuladores de política é que uma demanda entra na agenda governamental. Já a agenda decisional contempla as questões prontas para uma ação por parte dos formuladores de política, isto é, prestes a se tornarem políticas. Devido ao alto volume de questões que são direcionadas aos formuladores de políticas, nem todas são consideradas na agenda decisional.

O modelo de Múltiplos Fluxos apresenta que, para uma questão sair da agenda governamental e passar para agenda decisional, ou seja, ter a efetiva ação do governo, é necessária a convergência de, ao menos, dois dos três fluxos a seguir: problemas, solução de alternativas e política.

O fluxo de problemas busca analisar quando uma questão é reconhecida como problema e passa a fazer parte da agenda governamental. Parte do princípio que os problemas são construções sociais e políticas, compostas por diversos atores e que envolve a interpretação dos formuladores de políticas. Além disso, o processo de construção do problema ocorre através de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; feedback.⁸⁷

A solução de alternativas pode ser definida como um amplo conjunto de propostas para solucionar problemas políticos. Kingdon faz uma analogia com o processo de seleção natural, conforme descreve Capella,

o autor entende que as ideias a respeito de solução são geradas através de comunidades (especialistas, pesquisadores, ONG's, grupos de interesse, etc.) e flutuam através de um "caldo primitivo das políticas". Neste caldo, algumas ideias sobrevivem intactas, outras se confrontam e se combinam em novas propostas (p. 27, 2006).

Esse fluxo traz como característica a persuasão e não exerce uma influência direta sobre a agenda, pois ele não é decisivo para a inclusão de um problema na agenda governamental, mas ele é indispensável para que uma questão faça parte da agenda decisional.

Por último, o fluxo da política, que segue a sua própria dinâmica independente do reconhecimento do problema e tem como base a barganha e negociação, com o intuito de influenciar para que um problema faça parte da agenda governamental. Kingdon descreve três elementos que influenciam esse fluxo. O primeiro é o clima ou humor nacional que está relacionado a um situação em que as pessoas compartilham das mesmas questões por um determinado tempo. Pode ser ilustrada como as manifestações de movimentos sociais, eleições dentre outros.

O segundo elemento são as forças políticas exercidas pelo grupos de pressão, este mostra os conflitos e consensos entre os atores e sinaliza aos formuladores de política de determinada como está o ambiente em relação a questão, permitindo que eles analisem o custo político de determinada ação.

O último elemento é a mudança de governo que está relacionado com toda a alteração da estrutura interna, administração e pessoal de um governo, podendo acarretar a mudança na agenda.

⁸⁷ Os indicadores são as medidas de determinados eventos ou fenômenos, tais como as taxas de natalidade, desemprego, etc. Os eventos, crises e símbolos são as calamidades. Por fim, o *feedback* é o monitoramento das ações governamentais.

O modelo de Kingdon traz também, uma abordagem para a mudança na agenda que pode ocorrer quando os três fluxos são unidos (*coupling*), ou seja, quando um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento favorável para mudança (CAPELLA, p. 30, 2006).

Esse processo é chamado de janela de oportunidade (*policy windows*) e permite que uma nova questão ou mudança aconteça na agenda governamental influenciada por situações oriundas do fluxo político ou de soluções de alternativas através de indicadores ou pela mudança no clima nacional. Tem caráter transitório e, portanto, a ação deve ser feita quando as janelas estão abertas.

Os empreendedores de política (*policy entrepreneurs*) têm atuação fundamental para influenciar a mudança na agenda através das janelas de oportunidades e, geralmente, são especialistas em determinadas questões com a habilidade de representar ideias e podem estar ligados ao governo, grupo de interesses ou comunidade acadêmica. Além disso, se configuram como elo entre as alternativas de solução e os problemas políticos.

Rua descreve bem o impacto que a atuação dos empreendedores de política tem no processo de mudança de agenda:

Se os empreendedores de política não estiverem presentes e atuantes no momento oportuno, os momentos políticos favoráveis (*policy windows*) à inserção de um problema na agenda passam, o problema e as propostas de solução não se encontram, a eventual mobilização em torno da agenda se dilui e o foco do interesse dos tomadores de decisão se desloca para outras direções (RUA [s.d.]).

No cenário de formação da agenda, Kingdon declara que alguns atores exercem maior influência na agenda governamental e outros, no fluxo de solução de alternativa. Isso se caracteriza através da topologia que diferencia os atores, classificando como visíveis ou invisíveis. Os atores visíveis são aqueles que têm maior atenção do público e da imprensa, compreendendo o Presidente da República, parlamentares, ministros, movimentos sociais e estes influenciam a agenda governamental. Já os atores invisíveis, com influência no fluxo de solução, podem ser os acadêmicos, assessores, burocratas, consultores, dentre outros.

Os atores podem ser definidos como aquele cujo interesse é afetado negativa ou positivamente. Podem ser classificados como governamentais e não-governamentais. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário compreendem os atores governamentais, sendo o Executivo o principal *locus* de formulação e gestão de políticas públicas e o Legislativo atua na análise, legitimação e fiscalização das mesmas. Os atores não-governamentais são as organizações da sociedade civil (ONGs, entidades de classe, sindicatos, associações e grupos de interesses) e os organismos internacionais.

Conforme analisa Rua, existem vários critérios para a definição dos atores, sendo que o mais simples é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão. Para identificar os atores é necessário saber quem ganha e quem perde com determinada política, e quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que a compõem (p. 44, 2009).

Há uma tipologia que diferencia os atores, classificando-os como visíveis ou invisíveis. Os atores visíveis são aqueles que têm maior atenção do público e da imprensa, compreendendo o Presidente da República, parlamentares, ministros, movimentos sociais, etc. Já os atores invisíveis se caracterizam por elaborarem as ideias e podem ser os acadêmicos, assessores, burocratas, consultores dentre outros.

Após as fases da formação da agenda e solução de alternativas, através da modelo de Múltiplos Fluxo de Kingdon, há ainda duas fases que compõem o ciclo de políticas, sendo a fase de implementação e avaliação.

A fase de implementação consiste em concretizar decisões básicas que correspondem à formulação de políticas públicas. Rúa descreve a implementação como “um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de maneira que as decisões iniciais deixam de ser intenções e passem a intervir na realidade” (RUA, p.38, 2009).

No processo de implementação, o monitoramento é um dos elementos mais importantes, pois ele permite que os resultados sejam comparados com o objetivo inicial, isto é, se o conteúdo da política pública foi implementado tal qual a sua elaboração.

A avaliação pode ser considerada um instrumento importante de gestão das políticas públicas, pois permite não só avaliar a sua implementação como também, sua efetividade e eficácia. Ademais, seu resultado se configura como elemento para construção de problemas que podem alterar a agenda governamental. Outro aspecto importante é poder avaliar os efeitos das ações do governo através de projetos e programas. Apesar da sua significância como uma importante ferramenta de gestão, ainda há desafios para que a avaliação alcance um lugar estratégico nos programas, projetos e políticas.

Portanto, podemos observar que as políticas públicas são construídas a partir de um conjunto de elementos que envolve um processo político-administrativo, considerando o seu ciclo, os atores políticos, seus interesses e o Estado com a função de resolver um “problema social” e atender às demandas da sociedade civil.

As políticas públicas de Juventude no Brasil

No histórico das políticas públicas no Brasil, o tema juventude começou a fazer parte da agenda governamental no fim dos anos de 1980. O país, neste período, vivenciava o “bônus demográfico” que sinalizava o aumento da população economicamente ativa, mas, em contrapartida, a crise do desemprego causada acabou gerando a “exclusão do jovens”.⁸⁸ Tal situação, tornou-se uma questão social e ratificou o papel do jovem como sujeito de direitos. (NOVAES, 2014).

Essa crise vivenciada pelo mercados ainda foi associada a determinações impostas pelo Consenso de Washington⁸⁹ que preconizava o “enxugamento do estado” como forma de negociação à dívida externa. Isso acarretou uma série de medidas adotadas pelo governo que priorizaram o corte de gastos e, também, as iniciativas sociais distributivas. Portanto, essas mudanças econômica, cultural e tecnológica afetaram diretamente a juventude.

Outro fato importante foi a declaração do ano de 1985 como Ano Internacional da Juventude pelas Nações Unidas, quando diversos países passaram a reconhecer o jovem como categoria e iniciaram políticas públicas para atender suas demandas e isso, representou um grande impulso para as questões relacionadas à juventude.

No cenário de construção das políticas públicas, os fatos que ocorreram durante este período se configuraram como uma questão social. Na abordagem de Kingdon, no que tange à formação da agenda, para que essa questão social se transforme em um problema e tenha a

⁸⁸ A exclusão, segundo Castel (2000), se caracteriza pela degradação das condições de trabalho e dos sistemas de proteção social vinculados ao emprego e elas se relacionam as sistemas.

⁸⁹ Trata-se de uma política neoliberal que defende que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado porque a presença do Estado na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

ação do governo, é necessário que os formuladores de política acreditem que devam fazer alguma coisa a respeito, e isso ocorre através de alguns mecanismos básicos. Em relação à juventude, a mesma passou a se configurar como uma questão para o governo a partir do aumento da taxa de natalidade e do “jovem excluído”.

Portanto, as políticas públicas de juventude começaram a ganhar uma maior atenção a partir desse período, apesar do Código de Menores do Brasil (1927) já trazer propostas do Estado para esse segmento ancoradas na ideia de produtividade e de formação para o mercado de trabalho, marcando a intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para a juventude no Brasil.

Contudo, ações posteriores do governo foram voltadas para o jovem em condição de vulnerabilidade e situação de risco, pois havia dois problemas críticos que afetavam a juventude: o desemprego e a violência.

As primeiras demandas em relação a esses problemas surgiram dos órgãos internacionais, gestores e ONGs, movimentos juvenis que atuavam como atores políticos, mas as formulações de soluções dos problemas ainda giravam em torno de políticas de contenção e prevenção com o intuito de ressocializar o jovem, promovendo a capacitação para o trabalho e dinâmicas de integração e projetos específicos para conter a violência. (NOVAES, 2009).

No ano de 1990, a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) reconhece todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direito (PAIVA et al, p. 140, 2009) e isso, foi resultado das orientações trazidas por movimentos favoráveis aos direitos das crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, é possível perceber que as políticas públicas de juventudes construídas até o fim da década de 1990, não constituíam uma verdadeira política pública que tivesse o jovem como segmento chave, já que não atingiam a juventude como um todo.

Ainda neste período, começaram a surgir grupos juvenis com representações que buscavam resultados além da tutela compensatória e do desenvolvimento. Esses grupos tinham representação em vários campos, tais como movimentos estudantis, culturais, étnicos, políticos partidários, dentre outros. Nesse momento, se configurava uma rede de políticas que pressionavam o poder público a formular políticas públicas que contemplassem ações além da compensação (SILVA e ANDRADE, p. 49, 2009).

Essa situação pode ser compreendida a partir do processo de redemocratização do país que trouxe a participação do cidadão na formulação e implementação de políticas públicas, e isso, possibilitou que o jovem assumisse o papel de ator político defendendo os seus interesses e participando ativamente no processo de construção de políticas públicas para juventude.

Alguns marcos dos anos de 1990 podem ilustrar essa participação do jovem na formulação de programas e políticas de juventude. A realização do I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, em 1995, com a participação de jovens e especialistas como atores políticos, onde foi debatida e indicada a proposta de formulação de uma Política Nacional de Juventude pela Fundação Mudes. A criação da Assessoria de Juventude âmbito do Governo Federal vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação e do departamento de pesquisa para a juventude, no âmbito da UNESCO no Brasil, ambos em 1997. Por último, a realização do I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, no ano de 1998.

A partir dos anos 2000, com a ação de diferentes atores do movimento social e político no Brasil, várias iniciativas foram realizadas para consolidar a perspectiva de juventude como segmento de políticas públicas. A mudança de governo se configurou como um elemento que

permitiu uma alteração na agenda de políticas públicas que, anteriormente, não tinha esse foco.

Essa situação pode ser contextualizada a partir do fluxo político de Kingdon, em que a mudança de governo pode exercer grande influência na agenda governamental, pelo fato de desencadear e potencializar a entrada ou bloqueio de novos itens e, também, podem restringir a permanência de outras questões (CAPELLA, p. 29, 2006).

Conforme analisa Aquino, essas mobilizações políticas contribuíram para formulação de políticas específicas para a juventude através de espaços para a participação e influência direta dos jovens. A partir do diálogo desses grupos com o governo, começou a ser construída uma agenda que não abrangesse somente a situação de vulnerabilidade e risco social, mas que também oferecesse oportunidades de experimentação e inserção social (p. 36, 2009).

Portanto, o resultado desse processo começa a ser percebido, principalmente, a partir de 2004, através de iniciativas importantes que foram traduzidas em dois projetos de lei; o PL nº 4529/07, referente à criação do Estatuto de Direitos da Juventude e o PL nº 4530/04 que versava sobre a criação do Plano Nacional de Juventude. Ainda nesse período, foi criado o Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que foi responsável pelo diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos principais programas e ações do governo voltadas para esse público.

Em 2005, através da lei nº 11.129/05, houve a criação da Secretária Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). A partir desse momento, a Secretaria Nacional de Juventude passa a ser o órgão do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações referentes ao público juvenil e o ProJovem tornou-se um dos principais programas de juventude do Governo Federal.

Após a criação dessa lei, os diálogos entre governo e juventude se intensificaram e o governo passou a acionar mais esses instrumentos com maior frequência, buscando considerar as demandas da juventude para o processo de construção das políticas públicas. Como instrumentos de diálogos, os Conselhos de Juventude e as Conferências de Juventude se configuraram como os principais canais com poder de agenda e passaram interferir de forma significativa nas ações do governo.

As políticas, programas e projetos de juventude vêm se consolidando ao longo do tempo. Recentemente, dois marcos se destacam: em 2010, a emenda constitucional 65 modificou o artigo 227 da Constituição Federal incluindo o jovem como sujeito de direito; já em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude através da lei nº 12.852/13. Assim, determinou-se quais são os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado.

Conclusão

A compreensão do processo de políticas públicas apresenta um alto grau de complexidade, devido às diversas teorias que o embasam, fazendo com que sua análise se aproprie de diversas vertentes. Ademais, há influência da dinâmica do mundo moderno com o surgimento de necessidades e interesses cada vez mais diversificados, aliados a atores políticos cada vez mais segmentados, o que trazem desafios ainda maiores para o tema.

Podemos observar que o processo de construção de políticas públicas de juventude no Brasil ganhou maior atenção do governo a partir do surgimento de questões que se configuraram como “problemas” e, conseqüentemente, passaram a fazer parte da agenda

governamental. Essas questões estão associadas ao jovem excluído, vulnerável e em situação de risco e isso, permitiu um avanço significativo na construção de políticas de juventude.

Cada vez mais o diálogo entre o jovem e o governo é intensificado e materializado através das iniciativas de incluir, não só na agenda governamental, as questões relacionadas aos jovens, mas em acionar também instrumentos de diálogos com o intuito de levantar demandas para formular políticas públicas com o objetivo de que as mesmas sejam implementadas e avaliadas. Criam-se, assim, novas perspectivas para esse público, que passa a ser participante na formulação de políticas públicas.

Foi possível verificar, nesta pesquisa introdutória, um aumento no número de programas e ações do governo voltados para a juventude desde o início dos anos 2000. Esse segmento passou a fazer parte não só da agenda governamental, mas também da agenda decisional, requerendo ações do poder público não somente para a solução dos problemas sociais relacionados ao jovem, mas também, para as questões que permitissem a inserção do jovem em várias esferas sociais.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Luseni. A juventude como foco de políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Introdução.

CAPELLA, Ana Claudia. Perspectiva teórica sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, nº 61 ,p. 25-52, 1º semestre de 2006.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Helena Abramo (Org.). Brasília: SNJ, 2014

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, v.21 n.55, Campinas, 2001

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>>. Acesso em: 22 maio 2014.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas** (Unidades de I a XIV). IGEPP, [s.d.]

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciência da Administração – UFSC [Brasília]: CAPES; UBA, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Estatuto da Juventude. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/estatuto>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SILVA, Enid e ANDRADE, Carla. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Introdução.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p 16-39, set/dez.2003.

TREVISAN, Andrei Pittol e VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, MAIO/JUNHO 2008 (RAP). 42 (3): p. 529-50

A CONSTRUÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA JUVENTUDE: CULTURAS JUVENIS E REDES DE SOCIABILIDADE - José Anierkson Souza dos Santos⁹⁰

Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO: O debate sobre juventude e sobre suas Políticas Públicas tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. A juventude, como tema político, surge após o processo de redemocratização do país e os movimentos que estão envolvidos nesse processo estão articulados em torno de discussões acerca de políticas setoriais e da retomada da democracia. Além de tudo a conceituação do que vem a ser a juventude não é simples, pois diferentes elementos precisam ser contemplados, a saber: processos biológicos, culturais, históricos, sociais, de participação, sexuais, entre outros. Este artigo versará sobre a construção sociocultural da juventude apresentando tais elementos em que os mesmos contribuem para a construção de redes de sociabilidades juvenis. Para tanto, analisaremos uma pesquisa realizada pelo Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ) em que se buscou traçar um perfil sociocultural e religioso da juventude no agreste de Pernambuco.

Palavras-chave: Juventude. Categoria Social. Culturas juvenis. Redes de sociabilidades.

ABSTRACT: The debate on youth and on Public Policy has grown considerably in recent decades. Youth as a political issue arises after the process of democratization of the country and the movements that are involved in this process are articulated through discussions of sectoral policies and the resumption of democracy. Besides, all the conceptualization of what constitutes youth is not simple, because different elements need to be addressed, namely: biological, cultural, historical, social, participation, and sexual, among others. This article will focus on the socio-cultural construction of youth presenting such evidence where it contributes to the construction of networks of youth sociability. We will analyze a survey conducted by the Institute of Youth Protagonism (Intituto de Protagonismo Juvenil), where they seek to draw a socio-cultural and religious profile of youth in Agreste [a specific region of] Pernambuco.

Keywords: Youth. Social category. Youth cultures. Sociability networks.

Introdução

O debate sobre juventude e sobre suas políticas públicas, nas últimas décadas, tem crescido consideravelmente. Prova disto é a criação de diferentes dispositivos que têm como objetivo subsidiar a construção das Políticas Públicas destinadas a esta parcela da população, a criação de organismos nacionais e internacionais que discutem o tema, o grande número de estudos e pesquisas que buscam compreender o “fenômeno juvenil”, entre outras.

Como disse Helena Abramo, a juventude, enquanto tema político, “emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira” e isso ocorre “depois do momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania”, o que se consolidou com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (2007, p. 14). Ainda segundo Abramo, os movimentos que foram sujeitos desse processo estavam articulados, principalmente, pela

⁹⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ). Editor da Revista Geração Z. Professor da Escola de Conselhos de Pernambuco (UFRPE). Vice-Presidente do Conselho Municipal da Juventude de Surubim/PE. Email: anierkson@gmail.com.

discussão de políticas setoriais e pela retomada da democracia, em sua grande maioria nos anos 70 e alguns antes (2007).

No entanto, conceituar juventude não é tarefa fácil, pois passa pela proposta de diferenciá-la da adolescência; da percepção que não existe apenas uma juventude e sim uma pluralidade de juventudes, portanto o termo usado no plural; a imagem da juventude enquanto “futuro”, como “solução” dos problemas sociais; o recorte etário que procura dizer entre qual idade o sujeito pode ser considerado jovem; ainda tem as transformações biológicas que buscam diferenciar a fase juvenil da infantil, entre tantos outros fatores. Esses elementos nos apontam que o processo de construção da identidade tem vínculo com as condições sociais e materiais e, portanto, perpassa pelo campo simbólico (WOODWARD, 2013). Essa necessidade de diferenciar a juventude dos demais ciclos da vida está ligada ao processo identitário que é marcado pela diferença, como citou Woodward (2013), e que precisa de algo para colocar em oposição.

Diante desse “mosaico” a respeito da conceituação da condição juvenil, ou da categorização da juventude enquanto sujeito, discorreremos neste artigo com a proposta de apresentar a juventude enquanto uma construção sociocultural através de elementos históricos, culturais, religiosos, de participação, de expressões de gênero, entre outros, que oferecem a esses sujeitos a construção de redes de sociabilidades. Dessa forma, o problema desta pesquisa foi o de responder a indagação: quais são os elementos que ajudam a construir a imagem da juventude enquanto categoria sociocultural a partir da pesquisa sobre o Perfil da Juventude realizado pelo Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ)?

Para responder o questionamento acima e alcançar o objetivo a que este artigo se propõe, utilizamos uma metodologia de análise dos dados de uma pesquisa que fora realizada pelo IPJ no ano de 2011. A pesquisa em tela foi realizada através de um questionário online disponível no website da organização e procurava traçar um “Perfil Sociocultural e Religioso da Juventude do agreste setentrional de Pernambuco e regiões”. Utilizamos de alguns dados desta pesquisa e buscamos fazer um diálogo com autores que discutem sobre temas relacionados à condição juvenil.

Para tratar sobre estes assuntos, iremos discutir inicialmente a respeito da juventude enquanto categoria social, buscando fazer-nos compreender a respeito da opção conceitual a que este artigo optou. Em seguida, discorreremos a respeito das questões de gênero e cor que são capazes de contribuir na construção da juventude, trazendo elementos da pesquisa que corroboram com estas discussões. Também discutiremos a respeito da escolarização e dos relacionamentos na fase juvenil e de como estas questões estão entrelaçadas e podem influenciar em questões importantes no imaginário da juventude. Depois, faremos uma relação do trabalho e da participação político-cidadã e como isto influencia diretamente na juventude contemporânea. Ainda, apresentaremos como a juventude tem encarado algumas instituições e qual o grau de confiança estes possuem em relação às mesmas. Em seguida, discutiremos a respeito de alguns hábitos da juventude, como o uso da internet, a prática da leitura, acompanhamento de programas de TV e rádio etc. e dialogar como essas questões podem influenciar na construção identitária desses sujeitos e, por fim, discutiremos a respeito da experimentação do sagrado na fase juvenil e de como estas questões são constantemente resignificadas pelos jovens.

Material e métodos

A pesquisa intitulada “Perfil Sociocultural e Religioso da Juventude do Agreste Setentrional de Pernambuco e regiões” foi realizada pelo Instituto de Protagonismo Juvenil⁹¹

⁹¹ O IPJ é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de

(IPJ), ao longo de 2011, utilizando o website⁹² da Instituição para a coleta de dados através de um questionário online que conseguiu coletar, livremente, uma quantidade de 67 participantes. Dizemos “livremente”, pois não existia nenhum pré-requisito para participar da pesquisa, bastava acessar o link e responder as perguntas. O questionário online era acessível a todos.

O referido questionário online foi composto de 56 questões fechadas e abertas que versavam traçar um perfil social, cultural, religioso e de participação político-cidadã da juventude no agreste setentrional de Pernambuco. O sumário da pesquisa, contendo todos os resultados foi publicado em fevereiro de 2012 e está disponível no website do IPJ⁹³. Para dialogar com o objetivo desse trabalho, fizemos uma opção que foi a de fazer recortes específicos no conteúdo da pesquisa. Dessa forma, deixaremos de analisar questões referentes às condições sociais, de moradia, de adesão religiosa, entre outras, muito embora se compreenda que estes fatores também são importantes para entender a construção da juventude enquanto categoria sociocultural.

Os respondentes da pesquisa foram jovens, entre 15 e 29 anos de idade, das diferentes cidades que fazem parte do agreste setentrional de Pernambuco e cidades circunvizinhas⁹⁴. O acesso ao questionário online se deu de forma livre e “não coordenada”, ou seja, qualquer pessoa poderia acessar o questionário a qualquer tempo e em qualquer lugar, como já dissemos antes. O meio de divulgação para que os jovens participassem da pesquisa se deu através das redes sociais e outros sites institucionais parceiros do IPJ.

Para preservar o anonimato e o aspecto ético da pesquisa, não foi incluído nenhum campo que identificasse quem era o respondente, assim, supunha-se que as perguntas caracterizadas como polêmicas e/ou tabus seriam respondidas pelos participantes sem o receio de sua identificação.

Resultados e discussão

Antes de iniciar a discussão a que este artigo se propõe, faz-se necessário discorrer sobre qual ótica este trabalho conceitua a juventude. Antes ainda, é pertinente dizer que compreendemos como categoria social um grupo que “se destaca” na sociedade. Dessa forma, compreendemos a juventude, além de outros fatores que serão descritos logo em seguida, como sendo uma categoria social, portanto produto da sociedade.

Juventude como Categoria Social

O tema juventude, diferente do que temos hoje, estava associado à delinquência. Por sua vez, essa delinquência juvenil estava baseada em atos criminais e/ou de irresponsabilidade, reforçados, sobretudo, pela produção artística (SANTIAGO, 2011). Dessa forma, o conceito de juventude pegava carona com a violência. Houve uma enorme preocupação com os problemas enfrentados por esses sujeitos no que diz respeito ao aumento

Surubim/PE, na Rua Cônego Benigno Lira, s/n, Centro, CEP: 55750-000. Em agosto de 2013 o IPJ abriu uma filial na cidade de Marília/SP que tem seu endereço situado à Rua João Caliman, 1184, Parque das Nações, CEP: 17512-530.

⁹² O website do IPJ na época da pesquisa (2011) era www.juventudeprotagonista.org.br e atualmente a organização tem como website o endereço www.jovensprotagonistas.wix.com/ipjorg.

⁹³ Para acessar o pdf com o Sumário da Pesquisa: http://media.wix.com/ugd/980ee6_8f38b0f649bb47a9bee6ffb10530d3f0.pdf.

⁹⁴ As cidades que apareçam como opção de escolha nesta pesquisa foram as seguintes (em ordem alfabética): Aliança, Bom Jardim, Carpina, Cumaru, Casinhas, Chã de Alegria, Condado, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, Itambé, João Alfredo, Limoeiro, Macaparana, Machados, Orobó, Passira, Santa Maria do Cambucá, Salgadinho, São Vicente Férrer, Surubim, Santa Cruz do Capibaribe, Tracunhaém, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.

das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), a gravidez precoce, o uso de drogas, o envolvimento dos jovens com a violência sendo vítimas e/ou autores, a alta taxa de homicídios, entre outros fatores que era fortemente veiculado na mídia (ABRAMO, 2005).

Mais recentemente, impulsionada por diferentes debates na cena política ao longo de décadas, a juventude assume a condição de sujeito de direito. Essa premissa de pensar a juventude enquanto sujeito de direito está expressa, mais precisamente, no Estatuto da Juventude. A Lei Federal nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), por sua vez, considera como jovem os sujeitos entre 15 e 29 anos de idade e define um conjunto de direitos e prioridades nas políticas públicas que serão destinadas pelas instituições a esses indivíduos.

A história nos mostra que é preciso perceber, muito embora seja dado um recorte etário ao que será definido como a categoria jovem no Brasil, que existe uma diversidade de “culturas juvenis”. Essas especificidades e/ou pluralidade de culturas jovens aponta para a compreensão de que exista não apenas uma juventude – no singular – e sim juventudes, no plural (ABRAMO, 1994). O que quer dizer que não é mais possível pensar os sujeitos jovens, portanto as juventudes, como uma questão unicamente social ou biológica – ou no caso da Política Nacional de Juventude (PNJ), através do recorte etário – de forma homogênea, igual entre si.

Foi baseado no recorte etário dado pela PNJ que essa pesquisa buscou delimitar seu público entre os sujeitos com 15 a 29 anos de idade, embora tenha surgido uma opção de resposta para os “menos de 15 anos”. Destes respondentes, apenas 3% estavam na faixa etária de menos de 15 anos; 34% entre 15 a 18 anos de idade; 42% entre 19 a 24 anos e 21% entre a faixa etária de 25 a 29 anos de idade.

Essa juventude pesquisada, em sua grande maioria, é residente na cidade de Surubim (33%). Jovens de outras cidades também participaram da pesquisa, sendo 24% da cidade Frei Miguelinho, 9% Orobó, 7% Vertentes, 4% Limoeiro, 3% João Alfredo e 1% para as cidades de Bom Jardim, Carpina, Itambé, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém e Vertente do Lério. As outras cidades que apareceram como opções na pesquisa não apresentaram nenhum respondente. Destaca-se, ainda, que 4% dos participantes não informaram seu município. Desse montante, 66% responderam que são moradores de zona urbana, e 34% de zona rural. Daremos ênfase neste estudo aos números que representam o índice de participação da juventude em Surubim, por serem, entre outros motivos, mais expressivos.

Identifica-se que a participação da juventude no município de Surubim tem mudado desde que um grupo de jovens, envolvidos com a discussão de Políticas Públicas de Juventude (PPJ), desenvolve algumas ações a partir do ano de 2009. Entre as atividades desenvolvidas, destacamos a criação de um grupo de estudo sobre PPJ⁹⁵; a realização de um seminário sobre política de juventude⁹⁶, e em maio de 2010, a criação do Instituto de

⁹⁵ Este grupo de estudo foi articulado por jovens coordenadores da Pastoral da Juventude (PJ) de Surubim e teve adesão de jovens e lideranças de outras instituições, a saber: grêmios estudantis, Encontro de Jovens com Cristo (EJC), Igreja Batista Memorial, Centro Espírita Chico Xavier, Ministério Público, etc. Os encontros aconteciam, pelo menos, uma vez ao mês e a pauta era sempre as discussões sobre como construir uma política de juventude em Surubim. Como um produto deste grupo de estudo pode-se citar a criação de uma proposta de projeto de lei para a criação do Conselho Municipal da Juventude em Surubim e, posteriormente, de uma Secretaria Municipal da Juventude.

⁹⁶ Este seminário aconteceu em outubro de 2009 e contou com a presença de membros do governo municipal, ministério público, deputado federal Paulo Rubem, representante do Conselho Nacional de Juventude, representante da deputada estadual Teresa Leitão e outras lideranças juvenis do município. Este seminário se propunha a abrir o diálogo sobre PPJ que até o momento era de “domínio” do grupo de estudo liderado pela PJ e outras instituições.

Protagonismo Juvenil⁹⁷. Todo esse processo nos aponta que essa crescente participação da juventude em Surubim se deu, de forma direta, a partir das discussões levantadas sobre PPJ's por esses jovens (SANTOS, 2011a).

Estruturas sociais, como é caso do IPJ, são instrumentos importantes para que se contribua com a sociedade civil, não somente no exercício de sua cidadania ou através de manifestações e reivindicações, como diz Ribeiro (s/d), mas, sobretudo criando um sentimento de pertença local e possibilitando a formação de processos identitários em seus sujeitos. Esses processos contribuem ainda na noção de identificar a juventude enquanto categoria social distinta das demais categorias: criança, adolescente, adulto, por exemplo. Essa noção de categoria ou como chamou Abramo (2005), “condição juvenil”, está ligado a diferentes questões, entre elas a compreensão de que seja a juventude um ciclo da vida; a necessidade de se tornar capaz de sustentar a si próprio e a outros (necessidade de produção e de constituir família); a capacidade de reprodução e de participação. Essas questões não acontecem de forma homogênea e nem de forma isolada, mas os processos de produção e reprodução que contribuem para a noção da juventude enquanto categoria/condição serão discutidos ao longo desta pesquisa.

Gênero e Cor na Construção da Juventude

Como já dissemos antes, a construção da juventude se dá através de diferentes questões, entre elas a noção de sexualidade ou sua experimentação sobre o tema, o pertencimento (ou não) a um grupo étnico e também suas relações com a sociedade. Abordaremos nessa seção os índices da pesquisa que tratam sobre as questões de gênero, orientação sexual e cor.

Nesta pesquisa, o maior índice de participação é masculina, sendo 52% para 48% de participação feminina. Em relação à orientação sexual, os respondentes se declararam majoritariamente heterossexual (85%). O que chama atenção neste item, especificamente, são os números referentes à população que se declarou homossexual (10%), transexual (3%) e bissexual (1%). Um índice de 1% aparece como aqueles que não quiseram responder esta pergunta.

Noutra pesquisa realizada pelo IPJ (SANTOS, 2011b), com foco na sexualidade da juventude no espaço escolar, também é possível identificar um percentual semelhante em relação à juventude que se declara homossexual (9%). Nesta mesma pesquisa, é possível ainda perceber que desses 9% que se declararam homossexual, 7% deles são homens e 2% mulheres. No entanto, na pesquisa a que este artigo se propõe analisar não é possível identificar a questão da orientação sexual através do recorte de gênero. Mas, é possível perceber que a questão da autodeclaração em ser homossexual, com o passar do tempo, tem se tornado uma questão mais visível. Talvez o que corrobore para este fator sejam as discussões que se lançam cada dia mais, em relação ao respeito e aos direitos da pessoa homossexual. Também, é claro, não dá para dizer que esta é uma questão muito tranquila e pouco conturbada na vida da pessoa jovem que se depara pertencente a uma parcela muito criminalizada e hostilizada da população brasileira.

Em se tratando da cor auto declarada pelos participantes da pesquisa temos os seguintes índices: 61% branco(a), 30% pardo(a), 6% negro(a) e 3% preferiram não declarar. As opções amarelo (oriental) e vermelho (indígena) não apresentaram nenhuma resposta. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem utilizado, para a realização do censo

⁹⁷ A fundação do IPJ foi resultado do processo de estudo sobre PPJ que se iniciou sob a liderança de jovens da PJ de Surubim. Após sua fundação, o IPJ passa a liderar as discussões sobre a construção das PPJ's em Surubim.

da população brasileira, as seguintes categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena (SILVA JUNIOR & SILVA, 2010), com as seguintes descrições:

Segundo o IBGE, *brancos* são considerados os de aparência e pele branca; *pretos* são aqueles que têm pele bem escura; *pardos* os de pele mais clara porque são mestiços – filhos de brancos e pretos, de indígenas e brancos ou de indígenas e pretos; *amarelos* são os asiáticos – japoneses, chineses, coreanos; e *indígenas* são os descendentes dos índios brasileiros – cabelos muito lisos, pele bronzeada e traços mais acentuados dos olhos (PIZA et al *apud* SILVA JUNIOR & SILVA, 2010, p. 63, itálico dos autores).

Em relação ao elevado índice de brancos(as) na pesquisa, pouco se precisa discorrer a respeito, devido a compreensão de que são estes, os participantes de um grupo social dominante. Todavia, se faz necessário discutir a respeito dos índices que trazem os dados de negros, pardos e indígenas nessa pesquisa. A situação do negro no Brasil é marcada, sobretudo, pela escravidão. Mesmo com a abolição da escravatura, o Brasil (e o mundo) continua com atos e práticas racistas, procurando diminuir a pessoa do negro em detrimento da soberania do “homem branco”. Dessa forma, ser negro, implica fazer parte ou se reconhecer enquanto grupo/categoria/condição social que esteve (e ainda está) em condições de segregação, marginalização e subalternização. A “solução” então encontrada para diminuir ou amenizar a questão do negro no Brasil foi a criação de outra categoria que, embora ainda carregasse o estigma de não ser de “raça pura/ariana”, estava numa situação intermediária. A mestiçagem, por sua vez, vislumbrava o desaparecimento das diferenças físicas existentes entre brancos e “não-brancos”. Dessa forma, declarar-se pardo/mestiço parecia ter impacto menor do que ser/se reconhecer/se declarar negro.

Muito ainda precisaria ser dito, porém este artigo versa em discutir como estas (e outras) questões colaboram com a construção da juventude.

Escolaridade e Relacionamentos na fase juvenil

Pode parecer estranho ou sem sentido fazer uma relação com a escolaridade e com os relacionamentos na fase juvenil, porém se faz pertinente dizer que em diversas questões um influencia/determina o outro. O espaço escolar é, por excelência, um lugar de conquistas, de construção, de trocas de conhecimentos, de informação, etc. É também um lugar de conhecer os pares. Onde acontece o jogo da sedução. São muitas vezes na escola onde acontecem os primeiros relacionamentos e muitas vezes as primeiras experiências sexuais (SANTOS, 2011b).

Os relacionamentos juvenis, por sua vez, tendem a não ser constantes ou instáveis. Conforme disse Jose Machado Pais (2006, p. 8), a juventude sente que sua vida está marcada, fortemente, por “crescentes inconsistências, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém”. Os fatores sociais que empurram a juventude nessa condição de constante inconstância, ainda citando Pais (2006), é a incerteza de que a saída da casa dos pais será para sempre; a necessidade de ter que abandonar os estudos para dar sequência futuramente; a instabilidade como trabalhador que nunca é constante; as paixões que nunca são, necessariamente, para toda vida. E nessa perspectiva encontramos o espaço escolar como sendo um lugar de experimentação e de reflexão, onde a inserção no mesmo pode impor à sua juventude um adiamento na expressão da sexualidade e/ou, os vínculos afetivos nos relacionamentos jovens podem fazer com que estes se vejam obrigados a interromper os estudos, como é o caso da gravidez na adolescência, por exemplo.

Em relação ao estado civil dos pesquisados, 90% são/estão solteiros e 6% vivem com companheiro ou companheira. Ainda, um percentual de 3% são/estão separados e 1% é/está casado. Nenhum viúvo respondeu a pesquisa. Sobre quantos filhos os respondentes têm, os

números revelam que: 94% não possuem filhos; 3% possuem apenas um filho e 1% possui três ou mais de três filhos. Um percentual de 1% não respondeu essa questão.

Tratando sobre a escolaridade dos respondentes, temos um percentual de 57% que possuem Ensino Médio; 40% que possuem Ensino Superior e 3% que possuem apenas o Ensino Fundamental. Nenhum participante respondeu “ser analfabeto”. Desse percentual, 49% ainda estão cursando seus cursos; 40% já concluíram a determinada etapa e 10% estão com sua escolaridade incompleta. Dos respondentes, 1% deixou de responder essa questão. É interessante destacar que esses dados são isolados, ou seja, não é possível saber quantos possuem ensino superior completo, incompleto ou ainda está cursando, por exemplo.

Relações de Trabalho na Juventude Contemporânea

As questões relativas ao trabalho afetam, sem sombra de dúvidas, diversas áreas da formação do indivíduo, principalmente do jovem. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, muito embora haja um crescimento na escolarização da juventude, o desemprego entre jovens é superior ao restante da população. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania em 2004 aponta para os significados do trabalho para os jovens, que vai além das questões simplesmente financeiras e perpassam o sentido de independência e de autorrealização. E como disse Santos (2010, p. 6), o trabalho “é significado pela juventude como independência, emancipação, [como capaz] de desenvolver a criatividade, de vivência da coletividade, de dignidade”, de produção de identidades.

Uma pergunta para saber a “ocupação” da juventude foi disponibilizada no questionário online. O objetivo era saber se os respondentes estavam trabalhando, estudando ou desempregado. A pergunta versava em saber se o jovem dividia seu tempo entre trabalho e estudo, por exemplo. As opções e os percentuais foram os seguintes: 40% responderam que apenas estudam; 36% disseram que trabalham e estudam; 16% apenas trabalham; 4% não trabalham e nem estudam; 3% estão desempregados e 1% não respondeu.

Numa outra pesquisa realizada pelo IPJ, em 2010⁹⁸, é possível perceber com maiores detalhes as questões que interferem no trabalho em relação à escolarização, ao gênero, faixa etária, carga horária de trabalho, salário, se trabalha e recebe horas extras, se possui segurança no trabalho, etc. Esta pesquisa teve um número de 1.080 entrevistados e um índice geral de 43% de homens e 57% de mulheres, e desses índices, 19% dos homens estavam desempregados para 34% das mulheres desempregadas.

Sobre estar desempregado ou não e se possui experiência de trabalho, encontramos um índice diferente do que fora apresentado na pesquisa realizada em 2010 pelo IPJ – a qual citamos anteriormente. Também se faz necessário dizer que a referida pesquisa do IPJ a qual mencionamos foi realizada apenas com o público de Surubim, entre indivíduos abaixo de 18 anos e acima dos 30 anos de idade, o que difere da faixa etária e da abrangência desta pesquisa na qual apresentamos seus resultados. Dos respondentes, 55% disseram estar trabalhando atualmente e 45% disseram que não. Ainda, 73% disseram que possuem experiência de trabalho contra 27% que disseram não ter.

As questões que já apontamos anteriormente em relação à ocupação da juventude nos remonta a imaginar como, em muitos casos, o jovem precisa dar conta de trabalhar e estudar

⁹⁸ A pesquisa intitulada “Jovem *versus* Trabalho: o que resta na sociedade contemporânea para essa classe social?” foi realizada dentro das atividades da Semana da Cidadania 2010, organizada pelas Pastorais de Juventude do Brasil e que teve como tema “Trabalho para a Vida, não para a Morte”. A pesquisa aconteceu na cidade de Surubim e foi realizada pela Pastoral da Juventude de Surubim e pelo Instituto de Protagonismo Juvenil, com patrocínio da então Secretaria Especial de Juventude e Emprego de Pernambuco.

ao mesmo tempo. Muitos jovens vivem numa “crise”. De um lado se vê obrigado a trabalhar para poder pagar sua faculdade ou até cuidar da casa, ajudar a família, etc. De outro, os jovens se veem obrigados a estudar para poder conseguir um melhor emprego e assim poder cuidar melhor de sua família, sua casa, se realizar profissionalmente, etc. A Clara Regina Rapaport comenta que essa realização profissional “é o que dará ao indivíduo a capacidade de sentir-se membro ativo e produtivo dentro do grupo social” (1981, p. 30).

Juventude e Participação Político-cidadã

A questão da participação da juventude já fora sucintamente discutida neste trabalho, e neste subitem, iremos apresentar com mais detalhes questões com relação à participação político-social, cidadã e religiosa que são elementos fundamentais para compreender a construção da juventude. Os itens que se referem a esta questão de participação são os que possuíram mais opções de escolhas, tentando dessa forma esgotar ao máximo as possibilidades de participação juvenil. Apresentaremos, portanto, apenas as opções que apresentam algum índice, deixando de lado sempre que não forem extremamente necessárias, as opções que não houve respostas.

Sobre se os respondentes participavam de alguma entidade ou associação, as respostas⁹⁹ foram as seguintes: 7% participam de associação de bairro ou de moradores e 17% participam de alguma associação ou movimento ligado à luta de direitos das minorias. Desses 17% que disseram participar de organização ligada às minorias era pedido que fosse identificado qual público se dava esse trabalho. Temos, então, 93% dos respondentes que disseram que estas organizações estavam ligadas à luta pelos direitos da juventude e apenas 3% responderam “outras opções”. Ainda, 22% responderam que participavam de alguma associação de pastoral ou eclesial; 20% disseram estar ligados a alguma organização não governamental; outros 20% disseram participar de grupos de dança, música ou teatro e 4% dos pesquisados disseram participar das seguintes atividades: envolvendo igrejas católicas (87%); centros espíritas (4%); igrejas evangélicas (2%); atividades ligadas a outro tipo de associação ou entidades (10%); outras atividades (4%) e ainda aqueles que disseram não participar de nenhuma dessas atividades (81%).

Percebemos, no elenco de índices de participação acima, que a juventude pesquisada tem maior envolvimento no que diz respeito a movimentos de cunho religioso; que trabalhe com jovens ou de forma mais “genérica” organizações não governamentais.

Quando perguntados se prestavam algum tipo de serviço assistencial, ajuda financeira ou faziam algum trabalho voluntário, as respostas foram as seguintes: 16% responderam que ajudavam a iniciativas de comunidades e associações religiosas; 10% disseram que sua ajuda era junto a organizações não governamentais; 4% disseram prestar serviços a instituições de caridade que cuidam de crianças com câncer, HIV ou com algum tipo de deficiência; 3% disseram ajudar creches, orfanatos e/ou asilos de idosos; outros 3% ajudam a escolas; 1% dos respondentes disse que ajuda iniciativas privadas e hospitais e 3% responderam ajudar a outros tipos de organizações. O que chama atenção, portanto, é o índice dos que disseram não prestar nenhum tipo de serviço, ajuda ou trabalho voluntário (66%). O que parece confundir questões como envolvimento, ideologia, simpatia pelos movimentos com questões referentes a fazer parte, ser membro, voluntário ou destinar alguma ajuda financeira.

Para chamar ainda mais atenção em relação à participação sócio-política da juventude, apresentamos os percentuais da filiação desses aos partidos políticos. A pergunta “você é membro de algum partido político?” trouxe um índice muito elevado de distanciamento

⁹⁹ É importante dizer que nesta questão os respondentes poderiam escolher mais uma opção, fazendo com que o somatório ultrapasse os 100%.

dessas formas de participação política. 94% dos pesquisados disseram que não participam de partidos políticos e apenas 1% disse que participava. Outros 4% preferiram não declarar e 1% não respondeu a essa questão. A discussão sobre a falta de adesão da juventude aos partidos políticos (e outras instituições) será discutida com mais ênfase *a posteriori*, mas cabe dizer aqui que essa questão reflete os grandes escândalos envolvendo grandes e pequenos partidos políticos e, que ao longo dos anos, tem feito o povo (e principalmente a juventude) desacreditar desse modelo de se fazer e participar da política.

Também foi reservado um espaço para se perguntar a respeito da participação da juventude em algumas atividades esportivo-culturais. Percebemos, mais uma vez, que a não participação ou o não envolvimento com esse tipo de atividade aparece de forma latente. 52% disseram que não participam de nenhuma das atividades sugeridas no questionário online, enquanto 34% disseram participar de atividades artísticas ou culturais como, por exemplo: artes cênicas, dança, circo, música, literatura, artes visuais, etc. 15% respondentes disseram que participam de atividades de futebol, vôlei, basquete, natação e/ou outros esportes. E um percentual de 3% disse que participam de outros tipos de atividades. Essa ausência de envolvimento com atividades artísticas, culturais e/ou esportivas pode estar relacionada com a grande jornada de trabalho e estudo a que a juventude vem sendo acometida nas últimas décadas para poder sustentar sua família, a si próprio e garantir uma boa “fatia” no mercado de trabalho.

Jovens e Instituições: qual grau de (des)confiança possui essa relação?

Nessa seção do questionário online se objetivou conhecer quais instituições inspiram mais confiança na opinião da juventude. Nesta questão, o respondente era convidado a atribuir uma nota de 1 a 5 às seguintes instituições: família, amigos, igreja, política e escola. Quanto mais próximo da nota 1, significa que o jovem considera menos confiável aquela organização e quanto mais próximo da nota 5, mais inspira confiança. Vamos, então, aos números.

A instituição que menos inspira confiança à juventude é a política¹⁰⁰, ou seja, 66% dos participantes deram nota 1 para a política dizendo que a mesma não inspira confiança alguma. Em lado contrário, a instituição que mais inspira confiança, ou seja, que teve um maior número de notas 5 foi a família¹⁰¹, com 75% das notas. Por sua vez, os amigos¹⁰², foram o grupo que mais recebeu nota 3 (40%), o que significa que não aparecem como uma instituição de desconfiança e nem de inteira confiança, mas representam uma camada importante no processo de identificação desses jovens. Quanto à nota 4, que está muito próxima ao que mais inspira confiança à juventude, está a igreja que teve 43% das notas. Durante muitos séculos, a igreja parecia ser uma instituição soberana, mas embora ela ainda tenha uma enorme influência nos dias atuais, sua soberania tem perdido espaço ou seria melhor dizer que outros significados começam a ser agregados a esta instituição. E por fim, a instituição que se aproximou mais do grupo de menos confiança da juventude foi a escola¹⁰³ que teve 49% das notas (nota 2). A escola, que pouco tem acompanhado a evolução social e as mudanças no que diz respeito às identidades das juventudes brasileira, pouco inspira confiança a essa categoria social, muito embora ainda seja importante para os jovens cumprirem seu caminho de formação e de inserção no mercado de trabalho.

¹⁰⁰ Outros índices para a Nota 1 foram: família 15%; escola 13%; amigos 4%, igreja 1% e 1% não respondeu.

¹⁰¹ Outros índices para a Nota 5 foram: igreja 10%; amigos 6%; política 6%; escola 3%.

¹⁰² Outros índices para a Nota 3 foram: escola 27%; igreja 18%; família 12%; política 3%.

¹⁰³ Outros índices para a Nota 2 foram: amigos 18%; igreja 13%; política 10%, família 9% e 1% não respondeu.

Assim percebemos que além de fatores biológicos, culturais, históricos e sociais, as redes de sociabilidades que são tecidas através destas instituições e da importância/confiança que elas representam são capazes de, em conjunto, colaborarem na construção da juventude.

Hábitos da Juventude

Questões referentes ao acesso à tecnologia, games, redes sociais, leitura, TV, rádio, entre outras são importantes para dialogar com a perspectiva de que a juventude é uma categoria sociocultural, portanto construída entre fatores social, cultural, histórico, político, demográfico, jurídico, etc.

Sobre o uso de jogos eletrônicos, a grande maioria respondeu que só usa de vez em quando (54%), e outra porcentagem considerável (33%) disse que nunca faz uso de jogos eletrônicos. Se contrapondo a esses dados, 13% dos respondentes disseram que fazem uso de jogos eletrônicos todos os dias. Talvez esse alto índice do não uso de jogos eletrônicos representem o auge da internet e os chamados jogos online, como veremos nos números que seguem.

Em relação ao acesso à internet, os jovens em sua grande maioria respondeu que acessam todos os dias (93%) para um pequeno percentual de 7% que disseram que acessam a internet apenas de vez em quando. Esses dados nos reportam para a compreensão de que “a virtualidade tornou-se parte indissolúvel das vivências de sociabilidade e construção de identidades” (CORREIA, 2013, p. 19) e tem construído novas formas de agrupamentos juvenis.

Ainda em relação ao acesso a internet, perguntados quais redes sociais os respondentes faziam uso, tivemos as seguintes porcentagens¹⁰⁴: 96% dos pesquisados usam MSN; 93% usam Orkut; 67% usam o facebook; 40% usam o twitter; 27% usam blogs; 13% usam o badoo e 9% usam outras redes sociais. Destaca-se que este questionário foi aplicado em 2011, quando o uso de algumas redes sociais não era tão comum como nos dias atuais, como é o caso do facebook, por exemplo.

Muitas teorias apontam para o uso das redes sociais pela juventude como um “não lugar”, um espaço onde o jovem usuário pode ser ele mesmo e/ou quem ele quiser ser. Poderíamos citar, como disse Correia (2013, p. 19), que por meio das redes sociais “jovens adolescentes fazem uma experiência fundante para a fase etária que vivem: a da existência para o/a outro”.

As (novas) tecnologias não se resumem apenas ao “universo online”, mas também a outros meios de comunicação, informação, transporte, etc. A TV e o rádio, por exemplo, são tecnologias que por mais que se pareçam obsoletas ainda reúnem uma grande parte de expectadores, entre eles jovens. Os sistemas de rádio e TV vêm se modernizando ao passar dos anos e procurando atrair uma grande parcela do mercado consumidor que é a juventude. A indústria cultural procura produzir constantemente um padrão de comportamento para a juventude e em oposição a isso a juventude também produz uma forma dessas mídias olhar para eles. O hábito de acompanhar programas de TV e/ou rádio foi investigado nesta pesquisa e obtiveram-se os seguintes resultados: 61% dos jovens disseram que têm hábito de assistir TV; 33% disseram que assistem a programas de TV apenas às vezes e 6% disseram que não assistem TV. Quanto aos programas de rádios, 49% dos jovens disseram que escutam o rádio apenas às vezes; 39% disseram que sempre escutam o rádio e 12% disseram que não.

¹⁰⁴ Torna-se importante destacar que os respondentes poderiam escolher mais de uma opção, resultando assim numa soma maior que 100%.

Outra questão importante que contribui diretamente na construção sociocultural da juventude é o hábito da leitura. Como bem disse Michele Petit, a leitura é capaz de contribuir para a (re)construção das identidades (2009). Perguntados sobre se gostavam de ler, os respondentes disseram majoritariamente que sim (63%), outros 30% disseram que gostavam de ler às vezes e apenas 7% disseram não gostarem de ler. A esse respeito, Petit (2009) comentou em seu livro *Os Jovens e a Leitura* que, para os jovens, a leitura pode se tornar vital quando há um sentimento que algo os singulariza, quando existe alguma dificuldade afetiva, solidão, etc. Os livros oferecem liberdade, ou libertação, quando tudo parece estar fechado: feridas e esperanças, no dizer de Michele Petit.

A Experimentação do Sagrado na Construção da Juventude

Talvez a maior importância das religiões seja o de dar sentido à vida. A religião é vista em diferentes culturas como fonte de sentido para a vida, mesmo que algumas pessoas só procurem o campo religioso em algum momento específico de sua existência, ou dela se afaste. As religiões também assumem outros sentidos e/ou significados, podendo aparecer como forma de agregação social, por exemplo. A esse respeito podemos imaginar o campo religioso como sendo um espaço onde homens e mulheres, jovens ou não, são produtores (ou produto) de religiões. Assim sendo, podemos dizer ainda que esses espaços de (re)(co)produção de religiosidades possibilitam a criação de rede de solidariedade e de trocas de materiais e afetividades. Ainda, as religiões podem ter significados de ser uma fonte de regras e condutas, ditando o que “pode” e o que “não pode” na vida dos adeptos (e muitas vezes dos não adeptos).

Nesta pesquisa a espiritualidade também surge como elemento construtor da juventude, pois ela carrega um conjunto de normativas que estão baseadas, muitas vezes, nos costumes de cada povo e centradas em ideologias, crenças e na concepção de moral dessas comunidades. Perguntados sobre qual religião os respondentes participavam, um número pequeno de diferentes religiões apareceram. Isso nos aponta que, por um lado, pouco têm crescido as “religiões minoritárias” nesta parte do Brasil e, por outro, que os adeptos dessas religiões “menos expressivas” pouco dialogam com a ferramenta virtual de sociabilidade juvenil. Os números da pesquisa mostram que 82% dos pesquisados fazem parte do cristianismo e 3% do espiritismo. Essa grande porcentagem de adesão ao cristianismo não é nenhuma novidade, visto que o Brasil é considerado pelo povo como um “país cristão”, muito embora politicamente falando seja laico e venha, segundo citou Solange Rodrigues (2007), o cristianismo perdendo o monopólio ao longo dos séculos. Ainda a esse respeito, 10% dos respondentes disseram participar de outras¹⁰⁵ religiões e 4% se disseram sem religião. A questão ao qual destacamos é a respeito da crescente declaração de não ter religião. Uma pesquisa realizada sobre Juventude Brasileira e Democracia¹⁰⁶ aponta que 14,3% dos jovens creem em Deus, mas não têm religião. Isso mostra aquilo que Rodrigues (2007) cita sobre a desinstitucionalização religiosa, que a cada dia as grandes religiões tradicionais já não conseguem responder às necessidades de sentido, portanto, as pessoas passam a ter a experimentação do sagrado sem a mediação das instituições religiosas. É claro que esta questão não é possível de ser percebida nas opções usuais de coletas de dados usados nas pesquisas demográficas, mas os dados que já apresentamos em relação às instituições em que os jovens mais têm confiança e os dados que ainda serão apresentados, nos apontam para a capacidade plural da juventude em experimentar o sagrado.

¹⁰⁵ As opções dessa pergunta foram: sem religião, cristianismo, judaísmo, espiritismo, islamismo, budismo, culto aos orixás, religiões indígenas, afro-brasileiras, candomblé, umbanda, religiões orientais, outras.

¹⁰⁶ Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase/Polis, 2008.

Assim como em outras pesquisas que buscam identificar a pertença da juventude às diferentes igrejas no Brasil, esta pesquisa de forma mais específica consegue confirmar que tem mudado o painel de adesão da juventude à religião. Perguntados sobre qual igreja¹⁰⁷ os respondentes faziam parte, obteve-se os seguintes resultados: 85% fazem parte da Igreja Católica Apostólica Romana; 1% da Igreja Pentecostal; 1% da Igreja Batista e outros 4% de outras igrejas. Ainda 9% preferiram não identificar sua igreja.

Ainda como citou Rodrigues (2007), existem aqueles adeptos que mesmo fazendo opção por uma religião específica não adota seu sistema completo, o que significa que esta adesão se torna mais fluída e pode ser explicada de diferentes formas, como por exemplo: a busca de respostas para a vida; a liberdade frente às exigências; atitudes consideradas inadequadas pelos líderes religiosos; extrema curiosidade, etc. Para confirmar o que dissemos, apresentamos os dados em nossa pesquisa que mostram se os pesquisados praticam os preceitos (regras, mandamentos, rituais, proibições, jejuns, etc) de sua religião. Os números nos revelam, como já dissemos antes, que apenas 13% buscam praticar todos os preceitos de sua religião. Outros números revelam que 37% dos jovens buscam praticar a maior parte dos preceitos; 19% praticam somente aqueles com os quais concorda; 10% disseram que praticam poucos preceitos e outros 19% dizem não estarem preocupados em praticar preceitos religiosos. Um número de 2% não respondeu a este questionamento.

A respeito do papel que a religião possui na vida dos respondentes, tivemos os seguintes resultados: 51% dos jovens disseram que a religião é algo muito importante em suas vidas sobre o qual procuram basear a maior parte dos seus atos e opiniões. Já 28% dos jovens disseram que a religião é o que há de mais importante em suas vidas sobre o qual procuram basear todos seus atos e opiniões. Os números dizem ainda sobre a religião ter relativa importância e pouco embasamento para a tomada de atitudes e opiniões (10%), e sobre não ser importante e pela qual não se baseia para suas opiniões e atitudes (10%). Ainda, 1% dos respondentes deixou de responder este questionamento.

Esses últimos dados corroboram para o panorama que já apresentamos aqui a respeito dos jovens “religiosos sem religião” (RODRIGUES, 2007). Mesmo apresentando um alto índice de adeptos a religiões cristãs e participantes do catolicismo, muitos jovens se apresentam relativos a respeito às regras e preceitos exigidos por suas crenças religiosas e sobre o seu papel para contribuir na tomada de decisões em suas vidas. Dessa forma, as religiões se apresentam, como tantas outras áreas, um campo de experimentação e escolhas. Esses processos são vividos por todos os grupos etários, mas adquirem outra dinâmica entre os jovens por ser – a juventude, uma etapa do ciclo da vida em que se intensificam as experimentações em diversos âmbitos da existência, entre elas: estudos, inserção profissional, vivência da sexualidade, orientação sexual, círculos de amizades, adesões ideológicas e também no que diz respeito às religiões.

Considerações finais

Durante muitos anos a juventude foi associada à violência. Essa visão “empurrava” os jovens a uma situação de rebeldia. Os movimentos que impulsionaram as discussões a respeito da condição juvenil, através de mudanças diretas no sistema de ensino, era o movimento estudantil que durante muito tempo fez sustentar a ideia de que a fase juvenil compreendia o período de escolarização, ou seja, ser jovem significava estar inserido em um

¹⁰⁷ As opções dessa pergunta foram: em branco, católica apostólica romana, católica ortodoxa grega, católica ortodoxa siriana, luterana, metodista, anglicana, pentecostal, presbiteriana, batista, neopentecostal, outras.

ambiente formal de ensino. Com as grandes manifestações estudantis que aconteciam no mundo, essa visão da juventude enquanto problema se acentuava.

Depois de “superada” a visão da juventude como problema, surge a ideia da juventude enquanto sujeito em desenvolvimento. A juventude passa agora ser uma fase da vida caracterizada por ser incompleta, em desenvolvimento. Surge então a imagem do “adulto ideal”, o modelo pelo qual os jovens precisam basear seu desenvolvimento. O jovem passa a ser encarado como uma fase de preparação para a vida adulta. Nesta fase juvenil, o sujeito é “suspense” de suas obrigações. Está numa fase de “moratória”, em que as cobranças e as responsabilidades não são condicionantes para sua presença na sociedade.

Surge ainda a imagem da juventude como futuro. Não raramente a juventude era (e ainda é) associada a adjetivos de bravura, dinamismo, esperança, etc. A condição juvenil passa agora a ser percebida e encarada como a solução para os problemas sociais e das instituições. As instituições sociais, políticas, religiosas, educacionais etc. passam a ver na juventude uma forma de “revitalizar” suas estruturas. Inicia-se, então, uma “preocupação” em inserir os jovens nas discussões organizacionais para que estes sejam capazes de rejuvenescer essas práticas. Surge então a “onda” de criação de organismos de juventude para responder a necessidade de inserir esse público jovem, dinâmico, viril, forte (...) e que é considerado o futuro.

Mais recentemente, no Brasil, o jovem é encarado enquanto sujeito de direito. Essa premissa está expressa no Estatuto da Juventude, que além de definir prioridades e responsabilidades na condução da política de juventude, ainda se refere a fazer uma definição etária de quem pode ser considerado jovem no país. Esse recorte etário define que são considerados jovens no país os sujeitos entre 15 e 29 anos de idade, o que significa que estes indivíduos serão sujeitos dos direitos expressos no Estatuto da Juventude, abrindo mão de outras faixas etárias.

Embora toda essa perspectiva de que a juventude deva ser encarada enquanto sujeito de direito e não mais como problema, ser em desenvolvimento ou como futuro, é salutar dizer que os estudos a respeito da condição juvenil já compreende a existência de diversas juventudes, com características singulares. Dessa forma, é possível afirmar que não existe juventude – no singular, como se todos os jovens e culturas/agrupamentos juvenis fossem iguais, que possuíssem as mesmas características. A compreensão de que a construção sociocultural da juventude se dá a partir de elementos históricos, sociais, culturais (etc.) nos obriga a perceber que existe mais de uma juventude, portanto juventudes – no plural, pois se compreende que cada um desses elementos que constrói a juventude, por si só e coletivamente, são distintos e possuem características singulares em cada época e para cada povo. E se esses elementos não são estáticos, imóveis, fixos e sim cambiantes, flutuantes e distintos, seria impossível conceber uma única juventude, que seja igual e homogênea, nem mesmo entre si.

Nesta pesquisa que apresentamos, 97% dos entrevistados têm entre 15 e 29 anos de idade, mas esse dado, isolado, não responde ao questionamento dessa pesquisa. Muito embora seja legítimo que, no Brasil, o sujeito para ser considerado jovem precisa estar entre a faixa etária de 15 a 29 anos, a condição juvenil exige outras questões que vão além, ou que se somam, a este fator etário. Conforme discutiremos neste trabalho, são elementos importantes para a construção da juventude fatores históricos, sociais, culturais, jurídicos, religiosos, demográficos, econômicos, biológicos, psicológicos, entre outros. O que se buscou mostrar neste texto é que a juventude, diferentemente do ser jovem – este nos remonta a um ciclo da vida, um período específico, uma faixa etária – é construída e sustentada por distintas características, entre elas identitária. A construção de redes de sociabilidades juvenis perpassa

pela construção da identidade do sujeito jovem que define sentidos e significados ao seu período de vida, à sua comunidade e familiares, ao seu ciclo de amizades, às diversas instituições, à compreensão e experimentação do sagrado, aos relacionamentos e sexualidade, ao acesso e permanência no mercado de trabalho, à sua escolarização, entre outros. Como disse Woodward, as “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (2013, p. 8).

Observando os dados percorridos nesta pesquisa, que se buscou inicialmente traçar um perfil dos jovens do agreste setentrional de Pernambuco e que com este estudo desejamos discorrer sobre a construção da juventude e de suas redes de sociabilidades, é possível concluir que a identidade da juventude pesquisada é marcada por meio de seus símbolos, conforme comentou Woodward (2013). A autora ainda cita que “Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa (...) Assim a construção da identidade é *tanto simbólica quanto social*” (WOODWARD, 2013 p. 10, itálico da autora). Dessa forma, os símbolos e seus significados sociais são capazes de produzir identidades e estas constrói a imagem que temos sobre as juventudes, como produto de fatores culturais e sociais.

Os jovens pesquisados em sua grande maioria são solteiros, estudantes do Ensino Médio, moradores da zona urbana, muitos não precisam dividir seu tempo com estudo e trabalho, e em sua grande maioria são de religião cristã e, ao que nos parece correto afirmar, são estes (e outros) elementos que produzem a idade dessa juventude. São essas as marcações simbólicas e sociais que constroem as identidades, como já citamos anteriormente. A identidade, como disse Woodward (2013, p. 14), “está vinculada *também* a condições *sociais e materiais*” (itálico da autora).

Dito isso, conduzimos nossa conclusão nos indagando qual a relação da juventude com a indústria cultural que procura (re)produzir significados e determinar o comportamento (identidade) de seu público? Se é possível conceber que tanto a construção da juventude como a identidade é marcada por processos sociais e simbólicos, então como estes vieses dialogam a ponto de produzirem significados externos e identificar aquilo que ele não é, portanto, o diferente? Esses questionamentos não foram possíveis de serem respondidos neste trabalho e nem era nosso objetivo, mas certamente são pontos de partida para um próximo estudo e outras pesquisas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: ed. Scritta, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 31 mai 2014.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

PETIT, Michele. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução de Celina Olga de Souza. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RAPAPPORT, Clara Regina (Coordenadora). **Psicologia do desenvolvimento**. V 04. São Paulo. EPU, 1981.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Movimentos Sociais: breve definição.** [s/d]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

RODRIGUES, Solange dos Santos. Nova trindade: busca, fé e questionamento. **Sociologia Ciência e Vida**, número especial sobre juventude, organizado por Patrícia Lânes, Edição especial número 2, São Paulo: Editora Escala Ltda., pp. 64-73, setembro de 2007.

SANTIAGO, Silviano. Gerações coca-cola: Oswald de Andrade e Drummond reencenaram o mito da juventude na batalha entre modernistas e passadistas pelo trono da poesia brasileira. **Cult**, São Paulo, nº 157, ano 14, pp. 34-37, maio, 2011.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. **A participação dos/as Jovens na Construção das Políticas Públicas de Juventude em Surubim.** Artigo de pós-graduação apresentado a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Goiânia, 2011a.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. **Jovem versus Trabalho: o que resta da sociedade contemporânea para esta classe social.** – Surubim: IPJ, 2010.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. **Sexualidade Juvenil: o discurso sobre a sexualidade no espaço escolar.** – Surubim: IPJ, 2011b.

SILVA JUNIOR, Hédio; SILVA, Mário Rogério. Classificação Racial – Marcos Legais, Conceitos, Métodos e Exemplos. In: SILVA JUNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVA, Mário Rogério (Orgs.). **Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.** Vários Autores: São Paulo. CEERT, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAINÓPOLIS: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE - Antonio de Souza Nascimento

UFRR

RESUMO: Além de outros atributos, o papel fundamental que norteia o eixo executor das políticas públicas é também a afirmação contínua da identidade do grupo para a qual é direcionada. Compreende-se o grau de importância que as políticas públicas têm para a região amazônica, englobando sua mega diversidade; por outro lado, entende-se também que essas políticas não podem ser pautadas em grandiosos projetos sem que não haja uma interação direta com o público alvo. Partindo dessa premissa, acredita-se que as políticas públicas se tornam mais eficientes quando estruturadas dentro de uma metodologia que parta do específico para o geral. É nessa perspectiva que surge a inquietação de pensar as políticas públicas de maneira mais específica, direcionada para grupos específicos, o que transmite uma percepção mais coerente, com uma possibilidade mais plausível de atingir seus objetivos. Uma das consequências, quando as políticas públicas conseguem atingir diretamente seus objetivos, é gerar uma continuidade afirmativa da identidade do grupo atingido por elas, e a juventude rural é um desses grupos. A falta de tais políticas contribui para a migração desta juventude em direção à cidade, onde muitos deles acabam reconfigurando sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, jovens rurais, identidade, mobilidade

ABSTRACT: In addition to other attributes, the fundamental role that guides the performer axis of public policies is also the affirmation of group identity continues to which it is directed. Understands the degree of importance that public policies have for the Amazon region, encompassing its mega diversity; On the other hand, it is understood also that these policies can not be made based on grandiose projects without that there is no direct interaction with the audience. From this premise, it is believed that public policies become more efficient when structured into a methodology that starts from the specific to the general. It is in this perspective that rise to concern over public policy think more specific way, directed at specific groups, which conveys a more coherent perception with a more plausible possibility to achieve their goals. One of the consequences when public policy can directly reach your goals, is to generate an affirmative continuity of group identity achieved by them, and rural youth is one such group. The lack of such policies contribute to the youth of this migration into the city, where many of them end up reconfiguring his identity.

KEYWORDS: public policy, rural youth, identity, mobility

Introdução

A realidade dos jovens rurais no cenário nacional esteve por muito tempo concentrada às margens das políticas públicas, da mesma maneira, ignorada por muito pela academia, conforme demonstra Weisheimer (2005) e, embora haja avanços significativos na promoção de políticas públicas específicas a esses sujeitos, nos últimos doze anos, ainda é notória a necessidade de avançar ainda mais, primeiro porque é preciso considerar, de fato, a pluralidade da juventude do campo e segundo, levar em consideração a regionalização da mesma.

Uma das consequências grave da falta de políticas públicas, gerada ao longo da historia do campo, que atendam aos jovens rurais dentro de sua realidade específica, não

tendo que ir à cidade para ter acesso às mesmas, é a fluidez migratória deles para a cidade em busca de trabalho remunerado, lazer e formação educacional.

Em Rorainópolis, esta triste realidade está muito presente, os jovens saem constantemente do lote em busca de uma vida melhor na cidade, vindo ao lote apenas visitar a família que ali ficou. A falta de políticas públicas influencia diretamente na construção do projeto de vida destes jovens, em que muitos passam a pautar o mesmo tendo como referência apenas a cidade, ignorando o campo como espaço propício para a realização de seu projeto.

O município de Rorainópolis, depois da Capital, é o segundo mais populoso do estado. O seu perímetro urbano é circundado de vicinais, que mantém uma relação econômica, política e sociocultural com a sede do município. Foi criado pela Lei Estadual nº 100 de 17 de outubro de 1995. O município nasceu com o nome de “Vila do INCRA”, porque ali foi aberta uma unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de receber os imigrantes de outros estados que chegavam à região com interesse de trabalhar na agricultura. Ele fica localizado ao sul do estado. Suas principais vilas são: Equador, Jundiá, Nova Colina, Santa Maria do Boiaçu e Martins Pereira.

Na verdade, o INCRA foi implantado ali como estratégia dos governos nacional e estadual para povoar a região por meio da distribuição de terra, atraindo pessoas de todo o Brasil. Rorainópolis, assim como boa parte da população do estado, é formada por pessoas de diversos lugares do país, principalmente da região nordeste. Ela apareceu em uma reportagem da revista VEJA, de 04 de agosto de 1999, como o "Eldorado Brasileiro", devido ao seu crescimento em um curtíssimo espaço de tempo depois de sua emancipação.

Em 1996, tinha uma população de 7.544 habitantes (IBGE, 1996), já em 2000 virou uma cidade com 17.393 pessoas (IBGE, 2000). Em uma década, segundo o censo demográfico de 2010, a população subiu para 25.587.

Considerando a juventude rural um elemento chave para a compreensão da construção de novas relações entre campo e cidade, a partir da ruralidade¹⁰⁸ e da pluriatividade¹⁰⁹, os jovens rurais no estado são invisíveis em termos sociais e políticos. Falar em juventude rural em Roraima é ainda um desafio, é como se ela não estivesse presente neste território.

Percepções a respeito da relação campo - cidade

Depois de muito se debater entre o meio acadêmico, houve a percepção de que o rural não é estático, ele tem história, e como tal, é dinâmico. Em distintos momentos históricos, o rural foi definido de maneira a atender a imposição da cidade sobre o mesmo, considerado espaço rústico, em atraso. Segundo Ponte (2004), a história nos permite observar que as mudanças e adaptações do rural em diferentes momentos ocorrem não apenas por questões externas devido às transformações globais, mas também por conta da necessidade que os grupos locais sentem de mudar seus hábitos para que continue a sobrevivência do mesmo.

¹⁰⁸ Esta categoria é compreendida pelas ciências sociais como conjunto das características e valores que são próprias do mundo rural, e que não se perde na relação com o espaço urbano.

¹⁰⁹ Esta categoria é “(...) entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não agrícolas por uma mesma unidade familiar. (CARNEIRO, s/d).

No século XVIII, antes do surgimento da ideia de progresso, o rural tinha uma grande concentração populacional, era ele o principal contribuinte para a economia local. As propostas fomentadas pelo progresso transformaram radicalmente a sociedade, porque se passou a entender o progresso como passaporte de uma vida rústica, atrasada, para um futuro considerado moderno, que se legitima com a troca da mão-de-obra mão de obra agrícola pela industrial. (PONTE, 2004).

A revolução industrial fez com que o campo perdesse sua importância para a estrutura econômica da época, porque sua contribuição à mesma, diante do que contribuíam as industriais, era insignificante, e isso fez do rural, antes o centro das relações e convivências sociais, periferia, um espaço retrógrado, enquanto que a cidade passa a ser considerada símbolo do progresso, da modernidade. Este é o contexto que faz com que campo e cidade passem a ser interpretados como duas realidades distintas.

A dicotomia passa a ser o eixo diferenciador entre o que é rural e urbano, considerados dois polos totalmente opostos. O campo passa a representar o atraso, o isolamento, o rústico, em outras palavras, um polo negativo. Já o urbano era sinônimo de desenvolvimento, o que faz dele um polo positivo.

Solares (1998) afirma que, ainda em pleno século XX, esta visão dicotômica entre o rural e o urbano persiste, e não apenas no senso comum, a própria academia ainda reproduzia uma visão de campo e cidade como dois opostos. Por outro lado, ganha cada vez mais força e destaque nas pesquisas acadêmicas uma concepção diferenciada da dicotômica, que estuda as relações entre campo e cidade não mais como dois opostos, mas como dois polos que se relacionam, interagem entre si sem deixar de preservar suas características específicas. (WANDERLEY, 2000)

A ruralidade, cujos estudos começaram a partir de 1960, tem contribuído significativamente para a quebra de fronteiras que separavam o rural do urbano, e tem sido a principal categoria de estudo, principalmente da sociologia e da antropologia, para se compreender as relações entre campo e cidade não mais a partir do espaço físico presente em ambos, mas dos sujeitos que ocupam cada um deles.

Segundo a compreensão de Pessoa (2006: 1), a ruralidade seria o “termo que indica modos diferentes de identificação com o mundo rural, mesmo em realidades urbanas”. Favareto (2007) destaca três dimensões que acredita ser definidoras do que se conhece como ruralidade nos tempos atuais. Segundo ele, estas três dimensões são as “relações rurais-urbanas”, a “proximidade com a natureza” e os “laços interpessoais”. Para o autor, estas questões são consequências históricas, resultado da erosão do que ele chama de “paradigma agrário”, que, por sua vez, serviu como base para a construção intelectual do novo rural.

Para Carneiro (2008), torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre campo e cidade a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Para ela, o espaço rural não é definido mais apenas pela produção agrícola.

A relação entre campo e cidade, segundo Carneiro (2008), passa a ser compreendida dentro de uma nova configuração social, e o que vai definir se os indivíduos que moram no campo, mesmo vivendo na cidade, compõe uma comunidade rural é o seu sentimento de pertença, que não pode ser conferido a ninguém mais senão a ele próprio.

Na perspectiva de se considerar o sentimento de pertença como força elementar para estudar as relações estabelecidas entre campo e cidade, compreende-se que as

mesmas não partem mais de uma concepção dicotômica, e sim de uma nova concepção, da ideia de *continuum*.

Para Wanderley (2000: 107), (...) *o conceito de continuum rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural*. A autora afirma ainda que o espaço local constitui, de fato, o lugar que possibilita o encontro entre campo e cidade. Porém, no espaço local, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário, são fontes de interação e cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos.

Segundo Rosas (2006), a dicotomia entre campo e cidade é um mito; para ele, essa visão é fruto de uma percepção homogênea do rural, ignorando sua diversidade. O contraponto, conforme colocação do autor é a apreciação de um grupo social heterogêneo e dinâmico capaz de desconstruir a visão urbanocêntrica que guia a concepção teórica e metodológica de pesquisadores que ousam pensar o campo como subalterno à cidade.

Discussão a respeito da categoria juventude

Neste trabalho, considera-se a juventude uma categoria analítica, dinâmica e plural. Esta percepção é fundamentada em autores como Carneiro (1998 e 2003), Weisheimer (2004 e 2005), Castro (2004 e 2005), Pereira (2007) e Rosa (2006). A partir destes autores, entende-se que a força analítica e descritiva de tal categoria só faz sentido quando seu conteúdo é definido pelos próprios sujeitos da pesquisa.

É percebido que, no cenário brasileiro, tem-se uma juventude plural. São jovens de diversas realidades, com amplos e múltiplos anseios, construindo demandas próprias para o reconhecimento de sua existência. Jovens urbanos e rurais, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, etc. e cada uma dessas realidades representa uma infinidade de outras realidades e demandas. Diante desses fatores, não se pode pensar em apenas um modo de ver e conceber os jovens.

Pautando suas reflexões em Levi e Schmitt (1996), Pereira (2007) concebe uma juventude guiada por sua heterogeneidade, pois, mesmo tendo características semelhantes, a realidade sociocultural vivida pela juventude está para além do biológico e do jurídico.

Lopes (2008) considera que a definição de juventude deve seguir uma metodologia dinâmica que não permita estabilidade. Reforçando essa ideia aparece Castro (2004), que apresenta elementos que ajudam a entender como a categoria juventude vai sendo construída socialmente. Ela apresenta as mais diversas concepções que determinam quem é jovem e quem não é, e chama atenção para a seguinte preocupação:

O debate sobre a categoria “juventude” torna-se central na medida em que as muitas concepções definem olhares e mesmo a atuação do poder público. No entanto, independente do recorte, esse objeto de investigação carece de um aprofundamento sobre a própria construção da categoria. Permeada de definições genéricas, associada a “problemas” e “expectativas”, a categoria “juventude” tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. Há muito a ser percorrido neste campo investigativo para ampliarmos nossa compreensão sobre as muitas juventudes “urbanas” e “rurais” (CASTRO, 2004: 5-6).

Meireles Neto (2009), partindo de um embasamento sócio-histórico sobre a definição da juventude, acredita que na relação entre juventude e sociedade a subalternidade deve ser superada.

[...] a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude – uma categoria social sobre a qual reflete, de modo particular, a crise do sistema. A sociedade passa a ser, objetivamente, o ponto de contestação. É nessa fase de vida em que ocorre o ápice da contradição entre potencial criativo e os bloqueios impostos pela sociedade capitalista. Significa dizer que, a sociedade patriarcal capitalista impõe uma lógica de subalternidade nas relações sociais com este seguimento da população, colocando-os em posição inferior aos adultos [...]. Urge combater a ideia hegemônica naturalizada pela sociedade de que a juventude é imatura e inexperiente – e que, portanto precisa ser preparado para o depois, como também ter acompanhamento (intervenção) dos “experientes”. A nosso ver, compreender o papel das juventudes na condição das transformações sociais como sujeitos e protagonistas das transformações que se quer construir, é um imperativo, uma vez que essa postura possibilita que as potencialidades deste ser social se manifestem na sua plenitude, na disputa pela hegemonia na sociedade. (MEIRELES NETO, 2009: 4).

A condição de jovem está muitas vezes referenciada às atividades ou situações sociais: o trabalho, o matrimônio e a autonomia em relação aos pais são alguns deles. Weisheimer (2004) considera que o marco de transição da juventude para uma vida adulta, - que está diretamente associada à independência - é o trabalho. Por sua vez, Carneiro (1998) considera que a categoria juventude precisa ser compreendida a partir de um ponto capaz de dar conta da estratégia utilizada pelos jovens para a realização de seus projetos de vida.

Castro (2009) ajuda a pensar a juventude a partir de um olhar mais concreto, rompendo com o entendimento e a assimilação simplesmente genérica a respeito dos jovens. A autora apresenta a necessidade de compreensão da juventude para além de uma categoria representativa de identidade ou de um recorte da sociedade, propondo a construção da categoria juventude a partir dos espaços de transição.

A juventude do campo, por sua vez, tem suas particularidades e especificidades, cuja compreensão das mesmas requer uma contextualização do espaço por ela ocupado. Neste sentido é possível perceber que por muito tempo o rural foi interpretado pela sociologia e geografia como espaço físico que opunha à cidade, ou seja, tudo aquilo que não estivesse enquadrado no conceito de urbano era considerado rural. O paisagismo era a perfeita representação do campo, onde nele estavam os lagos, rios, animais silvestres, florestas, roças, pessoas maltrapilhas exercendo trabalho rústico de lavoura, dentre outras coisas. O espaço físico era a base para a definição do rural.

Na perspectiva da ruralidade este contexto muda, e o que se considerava como fronteira se dissolve, já não é mais possível pensar campo e cidade a partir de seus espaços geográficos, mas de suas configurações simbólicas. (CARNEIRO, 1998).

Da categoria juventude rural

A partir deste contexto as abordagens sobre as relações sociais no espaço rural mudam, deixam de ter a família em sua totalidade como espaço de observação. Pesquisas e estudos mais recentes passaram a atentar-se para a diversidade dentro da unidade familiar e considerar outras categorias para análise, como juventude e mulheres.

Weisheimer (2005) considera que faltou para a juventude rural um olhar mais particularizado por parte de quem se comprometeu em estudar o campo, porque nos escritos acadêmicos que teve contato durante o seu trabalho de pesquisa, cujo objetivo era identificar a temática da juventude rural nas produções de monografia, dissertações, teses de doutorados e publicações de livros, na maioria dos trabalhos encontrados a juventude rural aparecia como extensão da família, e não como grupo social específico.

Esse processo não provocou apenas a invisibilidade dos jovens rurais, mas fomentou, também, a sua exclusão social. No campo acadêmico, a partir de 2000, esse quadro vem mudando aos poucos, pois, de um único trabalho de pesquisa realizado em 1992, no Brasil, sobre juventude rural, que foi uma dissertação, em 2003, houve um salto para 13 trabalhos acadêmicos, somando-se artigos, dissertações, livros e teses. (WEISHEIMER, 2005).

Castro (2005) chama atenção para o fato de que, mesmo com o número pequeno de produção de estudos e pesquisa que tenham como foco a juventude rural, isso não significa que esses sujeitos não tenham o que dizer. Por outro lado, a marginalização da juventude rural por estudos acadêmicos faz com que a academia deixe de contribuir para a potencialização dos projetos idealizados pelos jovens do campo.

A respeito da visibilidade dos jovens rurais pelas ciências sociais, Pereira (2007) acredita que isso acontece a partir dos anos de 1990, mas que é a partir do novo século que se intensifica os estudos tendo a juventude rural como tema na academia.

Guigou (1968) e Sustaita (1968) acreditam na possibilidade de integração entre a cultura dos jovens que vivem no campo com a vivida pelos jovens urbanos, consolidando, assim, uma cultura com características uniformizantes. Durston (1997) prefere seguir uma abordagem teórica diferente, pois, em sua concepção, a realidade vivida pelos jovens rurais são distintas, tem suas particularidades, e por conta dessa heterogeneidade é impossível pensar a juventude apenas a partir de uma cultura híbrida incapaz, no pensamento do autor, de suprir as diversas realidades vividas pelos jovens do campo (WEISHEIMER, 2004).

Carneiro (2005), fazendo referência a Durston (1994), expõe que a invisibilidade dos jovens rurais é consequência de um olhar urbano estereotipado sobre esta juventude, colocando-a em um tempo e espaço onde, ao se posicionar fora deles, não são considerados mais jovens rurais, por exemplo, quando optam em morar na cidade. Ao fazerem isso deixam de ser considerados jovens rurais para serem considerados jovens urbanos.

Rosas (2006) considera que Durston (1997) se destaca por defender uma visibilidade à juventude rural e combater a construção de estereótipos que inferiorizam os jovens rurais frente aos jovens urbanos. Em síntese, a partir de diferentes abordagens, Weisheimer (2004), Carneiro (2005) e Rosas (2006) problematizam a migração rural-urbano como principal drama social da juventude rural.

Tanto em Durston (1997) como em Weisheimer (2004), encontra-se a ideia de que a matriz motivadora da migração dos jovens é o conflito entre o seu projeto de vida e o planejado por seus pais. De certa forma, há nos jovens uma vontade de construir e administrar o seu projeto de vida, o que, geralmente, não podem fazer sem a independência familiar. Às vezes acontece dos jovens terem que deixar o seu projeto de vida pessoal para abraçar o familiar.

Pereira (2007) apresenta uma realidade, concomitante com a discutida pelos autores acima, que pode servir de matriz para a fundamentação dessa linha teórica.

É quando os pais passam a experimentar sua etapa adulta e os filhos a sua etapa de adolescente que os conflitos em torno dos projetos individuais e coletivos da família começam a se acentuar. Nessa perspectiva um elemento que se destacaria seria a realização de projetos individuais como característica forte do jovem em busca de sua autonomia financeira. Todavia, a realização desses projetos está fortemente condicionada aos objetivos e lugar paterno que, por sua vez, conta com a força de trabalho dos jovens em vigor para impulsionar os projetos da família, isto é, coletivos. Assim, a juventude – como uma fase da vida – pode ser percebida como um processo de forte tensão. Pois, entre os projetos individuais e coletivos os pais contam com o trabalho dos filhos para minorar ou fugir da pobreza. Os filhos, por sua vez, querem dinamizar seus projetos individuais tendo no seu horizonte de possibilidades a simples saída da casa paterna para estudar, trabalhar ou constituir novas famílias, em suma, fazer a transição para a vida adulta. (PEREIRA, 2007:33-34).

A migração pode significar o rompimento do indivíduo com o rural, assim como pode ser uma ferramenta para que esse “rural” seja expandido, pois no lugar onde esse indivíduo chega, ele mesmo pode ressignificar suas práticas ou as substituir por outras que o ajude a manter-se como rural. (MENEZES, 2002).

Pode-se identificar este processo de ressignificações e manutenção da identidade quando se observa no documentário “*Migrações*”, elaborado por Novaes (2007), o que acontece com a saída de pessoas de algumas regiões do nordeste, principalmente Piauí e Maranhão, para os canaviais de São Paulo. Esta saída ocorre por falta de oportunidades das famílias de se autossustentarem no local de origem, obrigando, assim, que os homens da casa migrem à procura de recursos que possam garantir a permanência da família na terra.

A vida no campo se transforma cotidianamente e o jovem rural – mulheres e homens – convive com essa mudança em um movimento entre a permanência e a saída do lote, cuja vivência na cidade pode interferir na alteração dos valores que estruturam a sua identidade. Para analisar o processo de mobilidade e sociabilidade dos jovens que deixam os lotes e passam a morar na cidade, é importante que o faça considerando o momento histórico vivido por eles. Deve-se ainda compreender tal decisão a partir de sua sociabilidade familiar, do grupo social no qual a família está inserida e do novo espaço ocupado por eles, no caso a cidade. Considera-se que isto é importante porque os jovens rurais também modificam o seu modo de vida no movimento histórico da sociedade.

Pereira (2007) faz três questionamentos a respeito da juventude rural que acaba saindo do campo para morar na cidade. O seu primeiro questionamento tem o objetivo de querer saber o que leva os jovens a construírem o seu futuro em trabalhos na cidade e não no próprio lote. No segundo, quer saber se a migração é motivada pela construção de uma vida na cidade melhor que a de seus pais no lote ou apenas movidos pelas “maravilhas” que a cidade apresenta. No último questionamento lhe interessa descobrir se existe, de fato, no projeto de vida desses jovens, a cogitação de ter a agricultura familiar como meio de vida.

Jovens rurais e as políticas públicas em Rorainópolis

Além de outros atributos, o papel fundamental que norteia o eixo executor das políticas públicas é também a afirmação contínua da identidade do grupo para a qual é direcionada. Compreende-se o grau de importância que as políticas públicas têm para a região amazônica, englobando sua mega diversidade; por outro lado, entende-se também

que essas políticas não podem ser pautadas em grandiosos projetos sem que não haja uma interação direta com o público alvo. Partindo dessa premissa, acredita-se que as políticas públicas se tornam mais eficientes quando estruturadas dentro de uma metodologia que parta do específico para o geral.

É nessa perspectiva que surge a inquietação de pensar as políticas públicas de maneira mais específica, direcionada para grupos específicos, o que transmite uma percepção mais coerente, com uma possibilidade mais plausível de atingir seus objetivos. Uma das consequências, quando as políticas públicas conseguem atingir diretamente seus objetivos, é gerar uma continuidade afirmativa da identidade do grupo atingido por elas, e a juventude rural é um desses grupos. A falta de tais políticas contribui para a migração desta juventude em direção à cidade, onde muitos deles acabam reconfigurando sua identidade.

Tratando especificamente do jovem agricultor, Weisheimer (2004) levanta uma série de questões que são bem pertinentes para a compreensão da relação desses jovens com o trabalho e a família, a partir de uma construção formulada pelas políticas públicas, quando estas determinam, a partir da faixa etária, quem é jovem e quem não.

Além do recorte etário feito pelas políticas públicas, o jovem que mora no espaço rural de Rorainópolis ainda depende de outros elementos para se enquadrar no perfil de juventude. O casamento é um destes elementos, porque tal sacramento está atrelado às pessoas adultas, o que significa dizer que ao se casar, independente de sua idade, o jovem passa a ser considerado uma pessoa adulta, porque tal requer responsabilidades que um jovem solteiro não tem, trabalhar para sustentar a própria família e não mais apenas para gastar com diversão.

Outros elementos que podem ser pontuados aqui é que, quando o jovem contribui integralmente nos trabalhos do lote, ou fora dele, acompanhando o pai, ele não é considerado adulto. Esse contexto, diferentemente do casamento, nos faz refletir que a existência da juventude está muito atrelada à dependência familiar. Se o trabalho é realizado junto com a família, ele não é elemento classificador do jovem como sujeito adulto; por outro lado, quando falamos em autonomia, ela sim, acaba se tornando instrumento classificatório que possibilita a passagem do jovem para a vida adulta.

Este problema é pertinente porque, diferentemente do trabalho, que é uma categoria que atinge todas as etapas da vida, da infância à 3ª idade, ser autônomo no campo é uma prerrogativa que pertence somente aos adultos, e quem se apropria dela, mesmo que ainda se sinta jovem, entra, automaticamente, na vida adulta. Neste caso, o trabalho não simboliza a entrada na vida adulta se o mesmo for executado pelo jovem no seio familiar. O trabalho remunerado representa autonomia, pois o jovem passa a ter seu próprio dinheiro, podendo, assim, comprar suas próprias coisas e ajudar nas despesas com a família. A autonomia é definida por Pereira (2007) como:

[...] o grau em que os indivíduos são independentes, em termos materiais e morais, da tutela de seus pais. Isto é, tornam-se sujeitos capazes de interagirem socialmente produzindo e adquirindo recursos para sua sobrevivência, bem como passam a expressar suas vontades e interesses próprios. (PEREIRA, 2007:53).

Diante da problemática posta por Pereira (2007), cabe o questionamento, até que ponto o desejo de autonomia não pode estar atrelado ao desejo de também ser jovem? Mesmo que, obrigatoriamente, ao se pensar em autonomia se pensa em vida adulta, de

que forma se pode romper com essa lógica da configuração social imposta aos jovens? Não haveria possibilidade de conciliar essa autonomia com a sua juventude?

A saída do lote para a cidade

A migração da juventude rural para as cidades contribui para o surgimento de dois problemas sociais, o primeiro deles o esvaziamento e o envelhecimento do campo, e o segundo, a inchação dos bairros periféricos das mesmas. Como a cidade não tem o menor interesse de se preparar para esse processo de migração, então, outras problemáticas acabam surgindo, aumento de pessoas desempregadas, assistência à saúde insuficiente, invasões de terrenos por causa da falta de estrutura habitacional, aumento da mortalidade e violência contra os jovens, dentre outros.

Vale lembrar que Martins (2008) considera que as políticas fomentadas para evitar a continuidade migratória desses jovens para o espaço urbano são pautadas dentro de um processo de criminalização dos jovens rurais, que acontece quando a migração é vista como algo negativo, um mal para quem vive nos centros urbanos. A partir dessa perspectiva, ao serem pensadas políticas públicas para o campo, elas não são elaboradas pensando nas pessoas que ali vivem, e não têm a finalidade de servir como promoção de cidadania; elas são direcionadas para o combate à migração, evitando que pessoas continuem saindo do campo para a cidade.

Este modelo de princípio que norteia a elaboração das políticas públicas acarreta na construção de ferramentas descompromissadas com os jovens que ocupam o campo. Elas são, na verdade, políticas emergenciais e pontuais, não são, em hipótese alguma, públicas, pois ao atingir os objetivos pelas quais foram criadas, evitar a demanda de migrantes jovens do campo para a cidade, elas deixam de existir.

Quando Stropasolas (2006) problematiza a situação da juventude rural, chamando a atenção para a necessidade de tê-los como atores políticos e não agentes passivos, é importante destacar que as poucas políticas públicas pensadas para os jovens do campo não podem ser pautadas apenas a partir do interesse do estado, tampouco das elites políticas e econômicas, tendo como única e exclusiva finalidade fazer com que os jovens não se ausentem do campo. Estas políticas precisam ser pensadas e construídas a partir de demandas levantadas pelos próprios jovens.

Meireles Neto (2009) considera que a consolidação de políticas públicas voltadas para a juventude rural, espaço esse em que, do ponto de vista político, o processo de exclusão é latente, se dá por sua participação e por seu protagonismo, justificada por sua densidade demográfica, o que conduz a construção de políticas públicas a partir da pluralidade que representa a juventude.

Dayrell e Gomes (texto avulso, p. 2) comentam que dentro da realidade brasileira os jovens ainda não são encarados como sujeitos dotados de direitos, assim como não têm sido o foco para a construção de políticas públicas específicas, ficando eles desprovidos de espaços apropriados para a partilha de seus projetos de vida.

A identidade juvenil não é uma dimensão fundada apenas em características individuais ou coletivas, ela também está pautada na perspectiva de construção do lugar de morada. Essa construção identitária a partir de seu lugar de morada é consolidada a partir de um projeto de vida, que pode ser balizado pela individualidade ou coletividade.

No caso dos jovens rurais de Rorainópolis, o seu lugar de morada não contribui para a concretização de seu projeto de vida, porque a ausência de políticas públicas,

principalmente no que tange ao trabalho e ao lazer, os expulsa do lote e o conduz para a cidade.

A falta de políticas públicas voltadas para o lazer, o trabalho e a educação, assim como a hierarquia da estrutura familiar, são os principais vetores da mobilidade dos jovens rurais no município. Dalcin e Troian (2009) ressaltam que, assim como não existe uma juventude rural homogênea, as políticas públicas voltadas para ela também precisam ser pensadas considerando esta pluralidade.

À guisa de consideração

As reflexões finais desse trabalho partem das reflexões de Brenner, et, al. (2005) a respeito da cultura e do lazer na vida dos jovens. Para ele, cultura e lazer são duas dimensões que contrastam espaços públicos e bens provados, no sentido de que a negação do estado de políticas comprometidas com a totalidade da juventude rural, acaba por transformar a promoção cultural, como fonte de lazer, em algo [...] *superfluo ou mesmo privilégios e poucos.*

Os autores consideram que as políticas públicas de juventude devem pautar-se no combate às desigualdades entre as políticas ofertadas à juventude, que levam em consideração a juventude que vive na cidade, esquecendo-se da vida no campo. Elas precisam [...] *ser capazes de atuar sobre essas condições desiguais, favorecendo a criação de situações materiais, que aumentem as possibilidades de fruição do tempo livre, ao mesmo tempo em que ampliem esferas públicas democráticas de cultura e lazer.*

Entende-se que o tempo livre é ferramenta essencial para a construção de relações sociais. No caso de Rorainópolis, é na prática esportiva que essas relações se estabelecem, principalmente através do campeonato municipal realizado todos os anos entre as vicinais. Partindo desses princípios, percebemos que a promoção de políticas públicas voltadas para o lazer dos jovens rurais não pode se pautar numa concepção de cultura inferior à urbana.

Referências Bibliográficas

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. Ed. Perseu Abramo, 2005.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro. Ed. Campus/Pronex, 1998. p. 1 – 27.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (Org.) **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 243-261.

_____. Introdução. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 9-14.

CASTRO, E. G. Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense /RJ. In: **Simpósio Internacional de Juventude Brasileira- JUBRA**, Rio de Janeiro, p. 1 – 49, out /2004.

_____. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese. 444 p. (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, enero -junio, 2009.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: **I Seminário Nacional Sociologia e Política**, 2009, Paraná. p. 1 – 20.

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. **A juventude no Brasil**. http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf pesquisado em 18 de fevereiro de 2011.

DURSTON, John. **Juventud rural excluída em America Latina reduciendo La invisibilidad**. XXI Congresso Latino Americano de Sociologia. São Paulo, 1997.

_____. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Série Documentos Temáticos. Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. 1994.

FAVARETO, A. da S. A longa evolução da relação rural-urbano – para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: **Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Vol. 1, n. 1 (2007)**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2007. p. 157-190.

GUIGOU, J. Problema de uma sociologia da juventude rural. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude II**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. (p. 73 a 88).

IBGE. Contagem da população 1996. Pesquisado em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/default.shtm>. Data: 10 de out. 2011.

_____. Censo Demográfico 2000. Pesquisado em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/ta/bela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=14&letra=R. Data: 10 de out. 2011.

_____. Senso demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2011. Pesquisado em 10 de fev. de 2012.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos Jovens**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LOPES, W. J. F. **As representações sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas**. 2008. 146. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MARTINS, M. Relações de gênero e geração em um assentamento rural de reforma agrária: Sociabilidade e poder. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. p. 1 a 6.

MEIRELES NETO, P. R. **A juventude como sujeito social**: In: **Elementos para uma problematização**. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**. v. 2, n. 2, p. 1-6, abril de 2009.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro Ed.: Relume Dumará. João Pessoa, PB; EDUFBA, 2002.

MIGRAÇÕES. **Produção de José Roberto P. Novaes**. São Paulo: 2007. 1 DVD (27 min.) CD, sonoro, colorido. Idioma português.

- ROSAS, E. N. L. **Rapazes da roça na cidade grande: trabalho, sociabilidade e projetos.** 2006. p. 92. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, R. A. L. **Rural de Mato Grosso: mudanças sociais e a organização da população no campo.** 2005. 110 p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PESSOA, J. de M. **Educação e Ruralidades: por um olhar pesquisante plural.** Texto apresentado na Sessão especial “políticas públicas para a educação do campo” na 29ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu – MG, de 15 a 19 de outubro de 2006.
- PONTE, K. F. da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** In: Revista Nera - ano 7, n. 4 – jan/jul de 2004.
- SOLARES, C. J. **Lo rural y lo urbano: una reflexión em torno a su definición.** In: **Avances de investigación. Universidad Autónoma de Chapingo.** Sociologia Rural, nº1, p. 5-28. Chapingo, p. 5-28, 1998.
- STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC.** Florianópolis. Ed.UFSC.2006.
- SUSTAITA, E. **Juventude rural nos países em desenvolvimento e em vias de desenvolvimento.** In: **BRITTO, S. de. (Org.). Sociologia da juventude II.** Rio de Janeiro, Zahar, 1968. (p. 205 a 224).
- WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 15, p. 87-145, out.2000.
- WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro Escadinhas, Feliz / RS.** 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- _____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: MDA/ NEAD. 2005.

O PROTAGONISMO DOS JOVENS E O TURISMO EM ÁREAS RURAIS - Mayara Roberta Martins e Célia Futemma

UNICAMP

RESUMO: Este trabalho, analítico-descritivo, busca relatar experiências de turismo sustentável em áreas rurais por meio da questão da ação coletiva e o protagonismo da juventude. O objetivo central foi compor entendimentos sobre a participação dos jovens no turismo, sobretudo, questionando as oportunidades ofertadas aos jovens e a disposição deles em colaborar no desenvolvimento local. Para isso, serão apresentados estudos de casos distintos sobre a participação dos jovens no turismo. O primeiro contexto faz referência ao contexto do turismo e da juventude em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Desse modo, foram entrevistados jovens dos assentamentos: a) Ipanema (Iperó, Região Sorocaba), b) Rodeio e Água Limpa (Presidente Bernardes, Região de Presidente Prudente) e c) Sumaré I (Sumaré, Região de Campinas). Já o segundo contexto, refere-se à experiência consolidada do roteiro agroturístico conhecido como “Acolhida na Colônia”, reconhecido como destino referência de turismo rural, tendo como sede a cidade de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina. Como conclusões gerais, este trabalho consistirá em apresentar as principais semelhanças e diferenças sobre a participação social de jovens no turismo nestes diferentes contextos e como os jovens devem ser considerados na gestão comunitária do turismo.

Palavras-chave: Juventude Rural, Assentamentos Rurais, Turismo Sustentável, São Paulo e Santa Catarina.

ABSTRACT: This paper, analytical-descriptive, seeks to analyze experiences related to sustainable tourism in rural areas by looking at collective action and the role of youth. The main objective is to understand youth's participation in tourism, mainly questioning the opportunities offered to young people and their willingness to collaborate in local development. To do so, different studies on the participation of youth in tourism will be described. The first group refers to tourism and youth in three rural settlements in the state of São Paulo: a) Ipanema (Iperó, the Sorocaba region) b) Clean Water Rodeo (Presidente Bernardes, the Presidente Prudente region); and c) Sumaré I (Sumaré, the Campinas region). The second group refers to a consolidated experience of agro-tourism known as "Welcomed in Cologne", it is recognized destination for enjoying rural cottages, and it is located in in the city of Santa Rosa de Lima in the state of Santa Catarina. To conclude, this study presents main similarities and differences of social participation of the youth in tourism in these different contexts and how young people should be placed in the community-based management tourism.

Keywords: Rural Youth, Rural Settlements, Sustainable Tourism, Sao Paulo and Santa Catarina.

Introdução

A participação social de jovens na ação coletiva do turismo como estratégia de desenvolvimento local é o recorte analítico utilizado para este trabalho. Buscando relacionar as formas de organização social dos indivíduos por meio da teoria da ação coletiva de Ostrom (1998), a partir da compreensão do turismo sustentável, como um recurso comum de gestão comunitária em pequenas comunidades rurais, insere-se a questão da juventude. Em um primeiro momento, foram relacionados os temas do turismo e da juventude através de uma sequência contínua de trabalhos de campo em assentamentos do Estado de São Paulo, no período entre 2009-2011. Já num segundo momento, apresentando o caso de turismo em áreas

rurais a partir de um roteiro organizado por agricultores agroecológicos catarinenses, sendo esse apontado como destino referência de turismo rural (BRASIL, 2006). Portanto, buscou-se o foco sobre os mecanismos necessários para compreender a coerção social, incluindo até, a situação de voluntarismo dos jovens, organizados em um pequeno número de indivíduos com o objetivo comum voltado à atuação no turismo como um benefício coletivo.

Desse modo, ressalta-se por meio desses casos estudados, que a organização do grupo de jovens dependerá das habilidades individuais aplicadas à situação do turismo e, além disso, dos fatores subjetivos ligados ao comportamento e a decisão em buscar seu próprio espaço de atuação por meio das instituições locais lideradas por adultos (normalmente seus respectivos pais e/ou parentes mais próximos).

Conforme Fenny, Berkes, MacCay e Acheson (2001), os estudos mais recentes sobre a abordagem dos recursos de uso comum indicam que os indivíduos são capazes de criar seus próprios mecanismos de ação coletiva através de estratégias de cooperação e da auto-organização com o estabelecimento de regras, usos e sanções. Portanto, a criação de mecanismos institucionais tem como finalidade garantir, por assim dizer, a sustentabilidade dos recursos comuns para o benefício coletivo. De acordo com Ostrom (1990), as situações de cooperação podem acontecer na redefinição das situações de intervenção direta do Estado ou nos indícios de privatização da gestão dos recursos comuns. Assim, a capacidade de auto-organização dos indivíduos criam instituições de modo a objetivar o benefício coletivo, ressaltando nesse processo as motivações e os interesses para a cooperação e a colaboração entre eles.

Desse modo, constatou-se o importante papel dos jovens como protagonistas das atividades demandadas pelo turismo, por meio das áreas de atuação com o foco na alimentação, hospedagem e recepção dos grupos de visitantes no local. Para evidenciar isso, serão apresentados dois enfoques por meio de estudos de casos, envolvendo diferentes grupos de jovens e a atuação no turismo em áreas rurais. O primeiro contexto, trará os principais aspectos relacionados aos interesses de jovens assentados estarem inseridos na atividade turística, por meio do contexto de alguns assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Foram entrevistados jovens oriundos dos assentamentos: Ipanema (no município de Iperó); Rodeio e Água Limpa (município de Presidente Bernardes) e Sumaré I (município de Sumaré). Já o segundo contexto, exemplifica a inserção dos jovens no roteiro estruturado por meio de uma associação de agricultores agroecológicos, descendentes de colonos alemães e italianos, do município de Santa Rosa de Lima no Estado de Santa Catarina.

Este artigo está dividido em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção, portanto, será discutida a questão da ação coletiva e o protagonismo juvenil no turismo sustentável. Na terceira seção, serão apresentados os contextos e a metodologia dos estudos de casos. Já na quarta seção, serão relatados os principais aspectos analíticos, entre aspectos comuns e as diferenças de tipos de organização do turismo, com a finalidade de evidenciar tendências e desdobramentos sobre envolvimento juvenil no turismo. Finalmente, na quinta seção, serão apresentadas as considerações finais e as proposições futuras dessa pesquisa, de modo a ressaltar a importância do turismo na ação coletiva juvenil, mesmo em contextos rurais distintos.

A ação coletiva juvenil no turismo sustentável em áreas rurais

A teoria da ação coletiva, resumidamente, parte do princípio que a análise social deve se ater ao comportamento individual e os possíveis caminhos direcionados pelos acordos coletivos, entretanto, salienta-se, de modo geral, que mesmo tendo a questão da limitada racionalidade individual dos indivíduos, considera-se importante à análise comportamental, sobretudo, levando em conta a questão da informação limitada e o processo cognitivo a partir

de um dado contexto de participação social nas instituições (POTEETE, OSTROM, JANSSEN, 2011). Desse modo, os dilemas sociais resultam dos conflitos de interesses individuais e coletivos, principalmente em direcionar esforços quanto à utilização dos recursos naturais. Em alguns casos, quando os atores sociais não entram em acordo, cada um utilizaria o recurso do seu modo, com base na escolha racional e egoísta dos indivíduos estes podem estar em situações tidas como tragédia dos comuns (HARDIN, 1968). Por outro lado, nas situações de cooperação, a criação de mecanismos institucionais por meio da confiança, da comunicação face-a-face e das trocas mútuas em pequenas comunidades podem superar as dificuldades iniciais e buscar alternativa a resolução de problemas vinculados à ação coletiva dos recursos (OSTROM, 1998).

Por conseguinte, é necessária a análise dos contextos e dos fatores que propiciam a cooperação entre os indivíduos em prol de um mesmo objetivo comum. Por isso, entende-se que os esforços individuais voltados para a reciprocidade consistem em verificar as formas de cooperação e das sanções estabelecidas nas situações confiabilidade. A reputação pode ser considerada como um valor de retribuição àqueles que mantêm na colaboração um princípio e são reconhecidos por isso. Já a confiança, seria percebida nas situações em que o indivíduo está disposto a iniciar uma ação de cooperação, almejando a reciprocidade (OSTROM, 1998). No entanto, não é a intenção deste trabalho esgotar a discussão das noções (reciprocidade, confiança e cooperação), mas apresentá-las como aspectos da ação coletiva.

Ademais, concorda-se com Ostrom (1990), que não há uma solução única para a resolução à ação coletiva dos comuns. O Estado tem sua parcela de contribuição no processo, mas não seria o único capaz de gerenciar os recursos comuns, tampouco, a privatização seria a única alternativa para garantir a manutenção dos recursos comuns. Portanto, a auto-organização dos atores sociais seria também uma provável alternativa por meio da criação de mecanismos da participação social, com direitos e deveres institucionais (Ostrom, 1998). Posto isso, de acordo com Teixeira (2002), a sociedade civil pode se auto-organizar em torno de grupos (formais ou informais) e/ou associações que irão se unir em torno de um objetivo comum. Todavia, quais seriam esses possíveis caminhos que fundamentam o interesse à ação coletiva em termos dos novos recursos de uso comum, como o turismo.

Para conceituar o turismo, neste trabalho, de forma breve, serão explicadas as principais diferenças entre o turismo de massa (convencional) e as concepções para a organização de um turismo sustentável, sendo essa última, a tipologia almejada pelas comunidades analisadas.

Por assim dizer, o turismo começa a ser concebido nos moldes atuais a partir do apogeu da Revolução Industrial e com a separação do tempo de trabalho e o do tempo destinado ao lazer. Desse modo, cresceu a necessidade humana para o consumo de viagens e atividades de lazer (BARRETO, 1995). Com os avanços tecno-científicos, principalmente, nos meios de transportes e na comunicação, propiciou o surgimento do turismo de massa num contexto de modernidade (GIDDENS, 1991; HALL, 2004). Comumente, as viagens coletivas compactadas em “pacotes turísticos” foram concebidas com o objetivo de atender a um grande número de pessoas saindo de seus locais de origem - durante os fins de semana, feriados ou no período de férias - em direção às destinações turísticas.

Neste tipo de turismo, não se tem a preocupação fundamentada no uso racional dos recursos naturais. Portanto, com a elevação populacional em épocas de férias, problemas ambientais tornam-se mais evidentes com o aumento da demanda turística nos destinos visitados. Evidenciou-se, por meio dessa concepção de turismo, mais efeitos negativos com relação à alteração no ambiente, como a piora dos índices de poluição, da qualidade da água ou a falta desse recurso. Intensificam-se, possivelmente, os processos de exclusão social entre

turistas e a população local, uma vez que se evidenciam más condições de distribuição de renda entre as classes econômicas, que conseguem se beneficiar financeiramente da demanda turística. Além disso, no turismo de massa, desconsideram-se as heterogeneidades das manifestações socioculturais locais, quando a atividade é realizada sem um planejamento responsável (RUSCHMANN, 1997).

A tipologia de turismo sustentável surgiu com o avanço das discussões conceituais em torno da sustentabilidade, como forma de tentar amenizar os efeitos negativos do turismo em comunidades. Os estudiosos do turismo foram motivados a pensar novos conceitos para a atividade, como o turismo sustentável¹¹⁰ (KRIPPENDORF, 2001). Dito isso, agregou-se nessa tipologia os quatro aspectos fundamentais da sustentabilidade: a) a sustentabilidade ambiental, objetivando o equilíbrio entre as atividades humanas e a proteção ambiental; b) a sustentabilidade econômica, almejando uma gestão equilibrada dos recursos comuns por meio dos agentes da cadeia produtiva (empresários e prestadores de serviços); c) a sustentabilidade social, que inclui os interesses da população, no que se refere à gestão do patrimônio (natural e/ou cultural); d) a sustentabilidade política, compreendendo o turismo como uma estratégia de desenvolvimento local, de modo a reduzir as assimetrias regionais, desigualdades sociais e propiciar estímulos à autonomia das populações na gestão do turismo e dos componentes naturais (EAGLES, MACCOOL E HAYNES, 2002).

Dito isso, articula-se aqui a questão do protagonismo da juventude como agentes de sustentabilidade do turismo. Desta forma, inclui-se a análise da categoria social juventude no turismo, conforme os critérios voltados à delimitação de uma faixa etária¹¹¹. Uma das principais preocupações quando se relaciona a juventude em contextos rurais é a questão do êxodo. Ou seja, constata-se a falta de oportunidades dos jovens em optar por permanecer nessas áreas. Os jovens tendem a ir em direção aos grandes centros urbanos para obterem mais oportunidades de renda, trabalho e qualificação profissional. Assim, a questão da permanência da população jovem tem sido apontada como uma problemática importante dos estudos sobre o desenvolvimento rural, sobretudo, em virtude dos processos de sucessão hereditária, da posse da terra e da continuidade das atividades agrícolas com o objetivo de atender à demanda de abastecimento alimentar urbano (SPANEVERELLO, 2003; BRUMER, 2005).

Nesse sentido, inclui-se como foco deste trabalho a questão do protagonismo juvenil. Portanto, será importante definir como ocorre essa participação em detrimento da atividade turística. Um dos primeiros autores que procurou delinear essa noção de participação social foi Amman (1978). Segundo esse autor, a participação é um processo no qual os atores sociais são os protagonistas das decisões sobre questões vinculadas a produção, gestão e utilização de

¹¹⁰ Assim, num crescente de compreensão por um turismo sustentável, foi realizada em Manila nas Filipinas no ano de 1980, a Conferência da Organização Mundial do Turismo (OMT); depois, ocorreu a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1987, por meio da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em que foi incluída a noção de turismo sustentável por meio do Relatório Brundtland (“Nosso futuro Comum”). Por fim, na Conferência da Terra (Rio-92), o turismo passou a ser pensado como uma ação de desenvolvimento sustentável e foi incorporado à Agenda 21 (OMT, 2003).

¹¹¹ Algumas agências governamentais consideram como jovens os indivíduos com idade compreendida entre 15 e 24 anos como considera a Organização das Nações Unidas (ONU), ou ainda, entre de 10 a 19 anos, como qualifica a Organização Internacional do Trabalho, ou também, dos 10 a 29 pela Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ) e, mais especificamente, no contexto brasileiro, entre 12 aos 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E, principalmente, por dados populacionais e estatísticos, a faixa utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz o recorte entre 15 a 24 anos (WEISHEIMER, 2004; MARTINS, 2013).

bens comuns, as suas respectivas comunidades ou grupos sociais. Mais recentemente, Ferretti, Zibas e Tartuce (2004) contemplam os entendimentos voltados à condição de participação ativa dos indivíduos para a resolução dos dilemas sociais. Nas ciências sociais e humanas, a participação social é debatida como uma noção que expressa como se dá a configuração dos atores e de suas relações convergindo à atuação por meio de um dado acontecimento social comum (GOHN, 2005).

De acordo com Dagnino (2004), falar em participação carece, no entanto, de conhecimentos mais profundos das relações humanas, sobretudo, porque corresponde às motivações que levam os indivíduos a uma atitude de colaboração. Nesse sentido, os pesquisadores do tema devem partir, inicialmente, das questões gerais sobre o porquê os sujeitos participam e em função do quê eles atuam. De acordo com Ximenes (2008), a participação em si envolve também uma perspectiva relacionada aos espaços de atuação e poder, já que os atores sociais estão envolvidos em disputas por espaços de atuação na gestão comum, logo, os conflitos também devem ser percebidos, já que a participação em si envolve decisões que levem a autogestão coletiva.

A autora argentina, Dina Krauskopf (2000), analisou a questão de participação social juvenil e reforçou, em suas pesquisas, que é importante verificar as questões ligadas à globalização, modernização e a estruturação das políticas públicas direcionadas a eles. Verificou-se que estas últimas podem gerar oportunidades de participação ou geram a exclusão de jovens dos processos de atuação. Desse modo, essa pesquisadora da juventude faz menção que diferentes dimensões constituirão a análise das identidades coletivas dos jovens analisados. Partindo de dados que correlacionaram os parâmetros socioeconômicos, as esferas político-ideológicas das instituições analisadas e as condutas ético-existenciais dos jovens, culminando para uma análise que contemple a contribuição pessoal dos indivíduos e de sua influência na atuação coletiva local, sendo estes, portanto, influenciados pelas dinâmicas globais para a construção de objetivos comuns a serem alcançados localmente, em curto e médio prazo (KRAUSKOPF, 2000).

Dito isso, em suma, como questões iniciais para esse artigo, em ambos os casos, partiu-se de modo geral para as seguintes: a) Quais as motivações que os jovens possuem, em nível local, para colaborar com a atividade turística? b) Eles têm um espaço de atuação no turismo? Pensando nestas questões, foi delineada a análise dos aspectos gerais vinculados à participação social de jovens referindo-se às principais motivações, interesses e tipos de atuação desenvolvidas por meio da cooperação de esforços para inserir o turismo no contexto das áreas rurais. Desse modo, na próxima seção, será apresentada uma breve síntese descritiva e metodológica dos dois estudos de caso (assentamentos e agricultores agroecológicos) levantadas por meio de trabalho de campo que formam uma sequência contínua de pesquisas relacionadas às experiências distintas de ação coletiva de jovens no turismo.

O contexto metodológico dos casos estudados

O primeiro assentamento rural estudado procedeu dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica FAPESP “O jovem e o turismo rural: o caso do Assentamento Ipanema” (Processo n. 2009/ 05476-8). Foram feitas 30 entrevistas semiestruturadas com jovens assentados e com um dos líderes do Assentamento Ipanema. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de julho a setembro de 2009, totalizando 10 dias de trabalho de campo efetivo. Após esta etapa, os dados foram coletados e separados por grupos temáticos, verificando-se diferenças e semelhanças das respostas coletadas com relação à participação dos jovens para propostas de turismo no local. Para obter, em profundidade, mais aspectos sobre a questão do turismo e dos jovens assentados, decidiram-se pontualmente seguir para outros assentamentos do Estado de São Paulo que estivessem também recebendo fluxos

turísticos. Ainda no ano de 2009, por meio da pesquisa, trabalho de conclusão do curso de turismo, intitulada “Turismo e Juventude em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo”, foram entrevistados jovens assentados envolvidos com experiências de turismo na Região Administrativa de Presidente Prudente e Campinas. Desta forma, o trabalho de campo dessa pesquisa consistiu na aplicação de entrevistas de profundidade com cinco jovens de três Assentamentos do Estado de São Paulo, Brasil: 1) Sumaré I (Sumaré, SP); 2) Rodeio e 3) Água Limpa (ambos em Presidente Bernardes, SP), foram entrevistados duas jovens mulheres e três jovens homens, de ambos os sexos, com idades entre 17 e 23 anos.

O segundo caso relata parte dos dados da dissertação de mestrado “Projetos de Vida de Jovens Rurais: O caso do agroturístico “Acolhida na Colônia” em Santa Rosa de Lima – SC”. O levantamento de dados, coletados entre abril e maio de 2011, foi estruturado com base em entrevistas semiestruturadas com 14 jovens rurais envolvidos na estratégia de turismo de base comunitária - agroturismo - onde a localidade formalizou a Associação de Agroturismo “Acolhida na Colônia” (AAAC). Em ambos os casos, a faixa etária dos jovens se mantiveram entre 14 a 29 anos de idade. Para a finalidade deste trabalho, optou-se pelo recorte analítico sobre as atuações e motivações dos jovens, em ambos os casos, com a finalidade de construção de aspectos comuns, quanto às questões de interesse dos jovens em cooperar para a ação coletiva no turismo em ambas as situações. Na sequência será apresentada uma contextualização do turismo, em cada caso e, posteriormente, um quadro síntese de respostas dos jovens tentando articular características comuns do protagonismo juvenil na ação coletiva do turismo no meio rural.

Estudo de Caso 1: O Contexto do turismo nos Assentamentos no Estado de São Paulo

Assentamento Ipanema (Iperó, SP)

Os Assentamentos Rurais, referentes à Floresta Nacional de Ipanema (FLONA de Ipanema), estão localizados no município paulista de Iperó, que integra a Região Administrativa de Sorocaba (Figura 1). A área dos assentamentos (área 1 e 2)¹¹² foi estabelecida no interior e no entorno dessa Unidade de Conservação (UC). Desde 1992, cerca de 700 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) a ocuparam por ocasião da demarcação como área de conservação ambiental (VELASQUEZ, 2002). Conhecida anteriormente como Fazenda Ipanema, esta representa significativamente a história de ocupação e desenvolvimento da região de Sorocaba, desde o final do século XVI, por conta da extração do minério de ferro no Morro de Araçoiaba (CASTRO, 2007; MARTINS; FUTEMMA, 2013).

Assentamentos Água Limpa e Rodeio (Presidente Bernardes, SP)

De acordo com Ruas (2007), no assentamento Água Limpa há cerca de 15 famílias que se organizaram para promover a implantação de um turismo sustentável no local, e através do convênio entre as organizações como ITESP e UNIESP foram feitas avaliações para promover a possibilidade de incluir o turismo no local por meio da proposta de Agricultura Familiar Orgânica, vinculada a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Sede Regional de Presidente Prudente). Já o Assentamento Rodeio, possui 65 famílias assentadas sendo estas associadas à Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (COCAMP). Segundo Ribas (2002),

¹¹² Nos artigos produzidos “O Jovem e o Turismo Rural: O caso do Assentamento Ipanema, Estado de São Paulo (MARTINS; FUTEMMA; 2012) e “A inserção da juventude no Turismo no Espaço Rural (MARTINS; FUTEMMA, 2013) estão inseridos maiores informações e detalhamentos sobre este estudo de caso”.

esta cooperativa foi fundada em 28 de dezembro de 1994, no município de Mirante do Paranapanema. Sua função está ligada à articulação da luta pela terra com base na gestão política e territorial dos assentamentos, com funções direcionadas para a organização da produção, comercialização, habitação, saneamento básico, entre outros. Conforme Martins (2009), na época do trabalho de campo, verificou-se a tentativa de estabelecer um roteiro de turismo integrado entre os assentamentos Água Limpa e Rodeio, já que ambos situam-se em áreas muito próximas um do outro no município de Presidente Bernardes, que se localiza na Região Administrativa de Presidente Prudente no Estado de São Paulo.

Assentamento Sumaré I (Sumaré, SP)

O Assentamento Sumaré I está localizado na área rural da cidade de Sumaré no Estado de São Paulo. É considerado o primeiro assentamento de reforma agrária a ser regularizado no Estado, no ano de 1983 (MARTINS, 2009). O desenvolvimento da atividade turística foi visto como uma oportunidade por estar situado na Região Administrativa e Metropolitana de Campinas (Figura 3), que abrange um importante polo urbano e industrial do Estado de São Paulo. O assentamento, além da agricultura, na época, enfatizava ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por meio de práticas agroflorestais. Também realiza festividades culturais, como festas relacionadas a produtos agrícolas, seminários, feiras e quermesses, o que promove estímulos relacionados à atividade turística. Como diferencial, em relação aos assentamentos citados, cuja divisão é feita pela divisão de lotes entre os assentados (por unidade familiar), o Assentamento Sumaré I foi organizado no modelo de agrovila¹¹³ (SIQUEIRA FILHO et al, 2006).

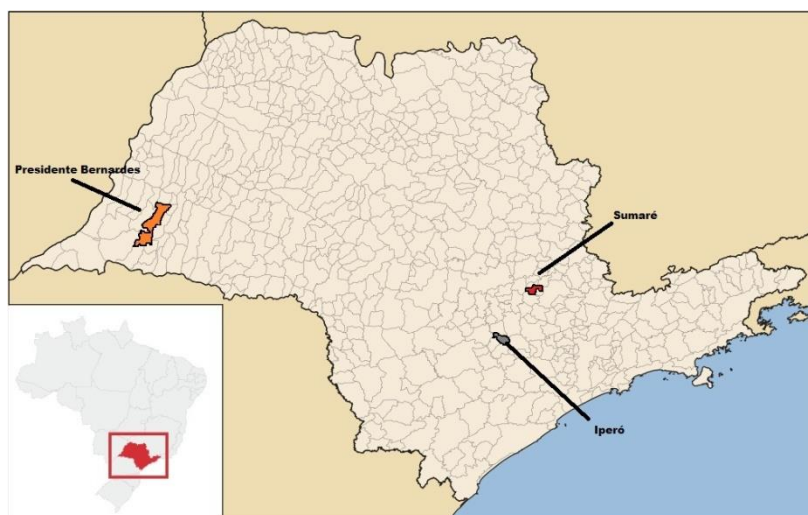


Figura 1. Municípios visitados Estado de São Paulo: Iperó, Presidente Bernardes e Sumaré. Fonte: Adaptado de Oliveira (2014)

¹¹³ Agrovila: Disposição de casas na área rural muito próximas umas às outras, numa espécie de vila rural, onde há uma infra-estrutura mínima fornecida como água, luz, telefone e arruamento (SIQUEIRA FILHO et al, 2006).

O estudo de caso 2: O roteiro agroturístico da “Acolhida na Colônia” em Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina

O roteiro conhecido como “Acolhida na Colônia”¹¹⁴ está inserido no Território das “Encostas da Serra Geral” que inclui os municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado, Grão Pará e Gravatal, cidades colonizadas predominantemente por imigrantes de origem alemã e italiana (Fortunato e Teixeira, 2009). Com o foco nos processos consolidados de organização do turismo, optou-se pelo município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, cuja população total foi estimada em 2.065 habitantes, possui uma área territorial de 202, 977 km² e densidade demográfica de 10,17 hab/km² (IBGE, 2010). Com uma população predominantemente rural, cerca de 70%, de suas principais atividades econômicas estavam direcionadas à agropecuária e ao setor de serviços turísticos. Santa Rosa de Lima está localizada a 96 km de Florianópolis, (Figura 4), capital de Santa Catarina e integra a área do corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (IBGE, 2010).



Figura 2. Localização do Município de Santa Rosa de Lima (SC), em vermelho. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2013), elaborado por Eloise Mudo.

Os agricultores familiares desta localidade são descendentes de imigrantes alemães e italianos (popularmente referem-se como colonos), que ocuparam a região no início do século XX. Passada a fase da modernização agrícola, com o predomínio do cultivo do tabaco, alguns agricultores promoveram novos arranjos e estratégias de mercados voltados à diversificação agrícola para uma perspectiva de produção orgânica. De forma gradual, a Acolhida na Colônia surgiu nos moldes de um projeto francês chamado de “*Accueil Paysan*”¹¹⁵. Essa

¹¹⁴ De acordo com os jovens entrevistados e seus familiares, as primeiras tentativas para a capacitação dos agricultores para o agroturismo ocorreram em 1980 em virtude da demanda por visitas às propriedades rurais agroecológicas. Logo, outras organizações locais começaram a impulsionar a estruturação da atividade turística, começando por Santa Rosa de Lima. O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e a Associação dos Agricultores das Encostas da Serra Geral (AGRECO) foram entidades apoiadoras da “Acolhida na Colônia”. Com iniciativas coordenadas, o turismo foi divulgado como uma forma de divulgação dos alimentos e processados orgânicos (Martins, 2013).

¹¹⁵ A expressão vem do francês e literalmente significa Acolhimento no Campo, tendo sido incorporada no Brasil como “Acolhida na Colônia” (Guzzati, 2003; Martins, 2013).

associação francesa de turismo, criada em 1987, com sede em Grenoble no sul da França, teve como o objetivo, desde o início, formar uma rede de agricultores que desenvolvessem o agroturismo integrado ao cotidiano das famílias rurais.

Análise e discussão: a busca da ação coletiva no caso dos assentamentos e na acolhida na colônia

Aspectos voltados para a auto-organização do turismo sustentável em áreas rurais

O Quadro 1, abaixo, apresenta uma síntese geral das questões coletadas nos trabalhos de campo realizados com os jovens, tanto do caso das iniciativas de turismo nos Assentamentos em São Paulo, como no caso do turismo na “Acolhida na Colônia”.

Quadro 1. Aspectos Gerais sobre a Auto-organização do Turismo

Casos Analisados	Aspectos de Auto-organização do Turismo		
Caso 1: Assentamentos em São Paulo	1. Principais Decisões	2. Organização para o turismo	3. Estruturação do roteiro
<i>Ipanema</i>	Líderes do assentamento /Pais dos jovens	Grupo não-formal (interessados)	Roteiro Sem estruturação
<i>Água Limpa e Rodeio</i>	Líderes do assentamento/Pais dos jovens	Grupo não-formal (interessados)	Roteiro Sem estruturação
<i>Sumaré I</i>	Líderes do assentamento /Pais dos jovens	Grupo formal	Roteiro Estruturado (Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia)
Caso 2: Acolhida na Colônia em Santa Catarina	Associados da "Acolhida na Colônia"/Pais dos jovens e proprietários rurais	Grupo formal – Associação “Acolhida na Colônia”	Roteiro Estruturado ("Acolhida na Colônia")

Quanto às decisões direcionadas para a auto-organização da atividade turística, observou-se, nos casos analisados, que foram os adultos (pais/ assentados/ agricultores agroecológico) que mantinham a maioria das decisões, tanto para o início das atividades como na consolidação da atividade. Os casos dos Assentamentos Ipanema, Sumaré e Água Limpa se assemelhavam, na época, como o intuito das lideranças em desejar a organização do turismo tendo como protagonistas, os jovens. No entanto, as visitas aconteciam, na época, de forma pontual, muitas vezes, improvisada e com a duração apenas de um dia. Já nos casos do Assentamento Sumaré I e da Acolhida na Colônia, ambas as experiências tiveram como aspecto comum, o fato de serem consideradas referências em termos de estruturação do turismo. Desse modo, o turismo passou a ser visto como uma atividade complementar à renda e uma forma de buscar estratégias coletivas de planejamento com base na localidade por meio de políticas públicas e de participação social dos indivíduos. A estratégia dos assentamentos Água Limpa e Rodeio, por serem áreas próximas, foi iniciar possibilidade de visitação organizando-se conjuntamente para que o visitante possa conhecer os dois assentamentos e, assim, possibilitar uma maior durabilidade de permanência do visitante no local.

Entretanto, quanto ao aspecto 2, de organização do turismo, mesmo sem um planejamento estruturado para o pernoite dos visitantes e locais para refeições bem definidos, havia já a demanda por agendamentos das visitas de um dia com grupos escolares (ensino fundamental e médio), universitários e pesquisadores. Estas atividades ficavam limitadas à categoria de visita do tipo *Day Use*, quando os visitantes apenas realizam a visita durante o dia e não pernoitam na localidade (MARTINS E FUTEMMA, 2013).

Desse modo, a inserção do turismo no assentamento Água Lima e Rodeio foram incentivados por meio do levantamento de potencialidades turísticas, a partir de trabalhos de conclusão de curso de bacharéis de turismo da UNIESP Presidente Prudente (União das Universidades do Estado de São Paulo, Instituição Privada de Ensino). No ano de 1997, desenvolveram as primeiras oficinas e capacitações em Ecoturismo e Turismo Pedagógico, por meio desse curso de turismo e com parcerias através do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) (RUAS, 2007). Conforme Miralha (2006), as famílias dos assentamentos Rodeio e Água Limpa promovem eventos comunitários durante o ano, como palestras, capacitações, feiras e quermesses, sendo essas ocasiões uma das formas de pessoas externas ao assentamento começarem a frequentar esses locais. Com uma finalidade mais voltada ao intuito pedagógico, esses assentamentos buscavam o enfoque pedagógico. Desse modo, os assentamentos voluntários para função de recepção dos visitantes, normalmente apresentavam as propriedades, executavam uma ou duas trilhas por meio dos assentamentos, quando se fosse oportuno, poderiam agregar práticas de pesca e de visitas técnicas mais voltadas às especificidades das formas de produção hortifrutigranjeira. Por meio desse intuito de divulgação dos assentamentos, o *Day Use* com o enfoque a um turismo pedagógico começou a ser oferecido para atender à demanda de visitas de campo de instituições de ensino, principalmente da região de Presidente Prudente (RUAS, 2007; MARTINS, 2009).

Já na análise geral do turismo, no Assentamento Sumaré I, foi observado que o enfoque das visitas também acompanhou esse enfoque relacionado às atividades de caráter pedagógico. A questão da formalização de um grupo de assentados, direcionados ao turismo, foi analisado como sendo estruturado, inclusive, contando com a participação dos jovens como representantes do assentamento em audiências públicas e em reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Sumaré (COMTUR). Atribui-se, essa observação, já que os assentamentos em Sumaré são reconhecidos pelo município como importantes atrativos turísticos, sendo que a cidade atribui como principal atrativo no Circuito de Turismo de Ciência e Tecnologia, a questão dos assentamentos. As atividades pedagógicas são direcionadas à participação dos assentados quanto ao histórico do assentamento, os modos de vida, as práticas agrícolas e de reflorestamento, bem como ressaltando a necessidade da agricultura familiar no contexto de abastecimento alimentar do país. As visitas de instituições de ensino, grupos de pesquisas, técnicos agrícolas e órgãos de extensão eram assíduos. Sob esse aspecto o município reconheceu os assentamentos rurais como atrativos turísticos. Dentre as atividades propostas para o Assentamento Sumaré I, pode ser caracterizado o uso turístico também por meio do *Day Use* e oportunidades de pernoite na casa das famílias assentadas, se assim for acordado. Porém, até o momento da pesquisa, os jovens ressaltaram a necessidade de uma pousada e de um espaço específico e mais amplo para a oferta de hospedagem e alimentação aos visitantes.

Sobre a auto-organização dos assentados, estes foram motivados para a atividade turística por meio de parcerias institucionais com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que na época, prestou assistência técnica ao assentamento e levantou a questão de potencialidade turística, bem como, cursos de capacitação turística ministrados por meio do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), além da atuação de grupos de pesquisa e extensão universidade ligados à FEAGRI (Faculdade de Engenharia Agrícola) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

Segundo os jovens, outro fator que potencializa a vinda de visitantes ao assentamento são as divulgações atribuídas às festas da mandioca e eventos locais, que são realizados nos assentamentos, recebendo o apoio financeiro e institucional de entidades municipais (SIQUEIRA FILHO, et al 2006).

Portanto, diante das observações feitas sobre o turismo nos assentamentos paulistas visitados (Ipanema/Rodeio e Água Limpa/Sumaré I), mesmo em contextos regionais distintos, observa-se que os aspectos institucionais ligados à hierarquia de lideranças comunitárias vinculadas a movimentos sociais atravessam o início da transição intergeracional, já que esses assentamentos têm pouco menos de 30 anos de existência, ou seja, os jovens na época da formação desses assentamentos eram muito pequenos, mesmo assim, constatou-se a vontade do jovem de ser mais participante nos aspectos de organização comunitários, bem como para a estruturação profissional do turismo. Segundo eles, a atividade turística traria efeitos positivos e multiplicadores no contexto dos assentamentos, sobressaindo aspectos como: a) autoestima; b) promoção do local; c) venda dos produtos artesanais, *in natura* e processados; d) trocas mútuas e intergeracionais; e) aprendizado e informação. Desse modo, em diferentes estágios do desenvolvimento turístico, constatando que desses o Assentamento Sumaré I foi o que apresentou aspectos organizativos mais delineados, os demais apresentavam ainda dificuldades de mobilizar interessados para a colaboração e cooperação específica para o turismo.

Já o caso do turismo sustentável em áreas rurais, “Acolhida na Colônia” destaca-se de partida, por ser reconhecido desde 2008, como destino referência de Turismo Rural por meio do Ministério de Turismo (MTUR). O roteiro foi estruturado pelos agricultores agroecológicos de Santa Rosa de Lima. Por meio das experiências anteriores dos agricultores com a AGRECO (Associação dos Agricultores das Encostas da Serra Geral) e com o apoio do CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), o turismo surgiu como uma demanda estratégica para visitas técnicas dos casos de sucesso relacionados à produção agroecológica na localidade. Essas sinergias locais impulsionaram a organização da associação AAAC (Associação de Agroturismo “Acolhida na Colônia”). Desse modo, a expressão “agroturismo” foi tomada como objetivo comum para o turismo sustentável nas áreas rurais com o direcionamento para a divulgação e o fortalecimento da produção agroecológica local.

Por meio da associação, o grupo de agricultores interessados estabeleceu normas internas para a adesão de novos associados e as etapas necessárias para que as propriedades rurais pudessem estar aptas para a receberem possíveis visitantes. Os associados mais antigos (fundadores) geraram a formalização de princípios comuns de uma avaliação participativa para a inclusão de novos integrantes a partir do inventário turístico das propriedades rurais. Após a adesão na AAAC, os agricultores ficam empenhados para cumprir princípios de qualidade e de monitoramento do agroturismo, por meio de um Caderno de Normas do Agroturismo na “Acolhida na Colônia”. Assim, os aspectos ligados à sustentabilidade do turismo, da produção agrícola e dos recursos naturais são ressaltados como objetivos comuns do roteiro “Acolhida na Colônia” (MARTINS, 2013).

Todas as decisões, relativas ao turismo, são direcionadas e intermediadas pela estrutura organizacional da associação, que consolida a tomada das principais decisões a serem realizadas pelos agricultores associados ao roteiro. Assim, por meio da cooperação e esforços comuns, os associados buscaram ainda, formas de financiamento e de crédito direcionados ao turismo rural por meio de editais públicos para a melhoria de antigas instalações em suas propriedades e com o objetivo de transformá-las em meios de hospedagem e de alimentação, sendo essas alterações avaliadas posteriormente pelos

integrantes da associação de agroturismo. A partir dessa auto-organização local, o roteiro foi planejado e, atualmente, oferece aos visitantes, a possibilidade do pernoite nas casas dos agricultores, no tipo de hospedagem conhecido como *Bed & Breakfast*. São ofertados, como meios de hospedagem, quartos simples com café da manhã incluso. As demais refeições, como almoço e jantar, podem ser ofertadas na mesma pousada (com acréscimo no valor da diária), ou ainda, por outros agricultores associados especializados na oferta gastronômica¹¹⁶ (ANSARAH, 2003; MARTINS, 2013). Os jovens, desse roteiro, têm seu primeiro contato com os visitantes quando suas famílias decidem aderir à Associação. No entanto, nas esferas de decisões dessa organização turística, somente os agricultores familiares associados são os que têm participação na votação das decisões comuns ao grupo. Para ser associado, normalmente se credencia o chefe de família que possui o talão de produtor rural e que desenvolva alguma atividade agrícola orgânica. Dessa forma, os jovens participam da associação por meio do vínculo familiar, mas leva-se em conta a hierarquia quanto à gestão da propriedade rural.

Em ambos os casos, tanto dos assentamentos como na Acolhida, observou-se a tendência para o desenvolvimento de ações com o foco na sustentabilidade das áreas rurais, tendo o turismo como uma importante vitrine para essas iniciativas. Assim sendo, o turismo é a estratégia almejada por essas comunidades como divulgação pública da agricultura familiar como sendo a estratégia comum à manutenção da qualidade de vida das áreas rurais. Sobre os aspectos relacionados à autorregulação do turismo, a “Acolhida na Colônia” é a que está mais avançada em termos de estratégia organizacional e de estrutura voltada ao turismo. A participação social dos jovens começa a despontar como uma consequência para a continuidade do planejamento participativo já delineado pela AAAC, porém, observou-se que os jovens ainda necessitam de mais “lugar de fala” nos espaços de decisão comunitária.

Dito isso, a questão da permanência juvenil é a problemática comum que emerge e faz com que o turismo, também possa ser utilizado como atividade que promova a permanência juvenil em áreas rurais. De modo geral, alguns jovens perceberam-se como agentes comunitários com iniciativas para contribuir, colaborar e decidir sobre a vontade deles de permanecer. De acordo com Sotte (2003), os jovens rurais têm o interesse pela coletividade, desde que possam contribuir com suas opiniões e anseios para as melhorias em suas comunidades. Indo ao encontro da teoria da ação coletiva, conforme Ostrom (1998), a ampliação das formas de acesso às decisões, participação e informação poderiam garantir maiores esforços coletivos e a melhoria dos processos nas ações de interesse comuns, como avaliar os modos como o turismo em áreas rurais pode garantir uma alternativa de renda, tanto para as famílias como para os jovens rurais. Além disso, Kliksberg (2010) ressaltou que o êxito dos jovens em elevar os níveis educacionais de suas comunidades tende a acumular um importante capital educacional. Segundo este autor, estudos demonstram que melhores indicadores educacionais possibilitam avanços significativos nos índices de saúde local. Do mesmo modo, a educação é um fator importante na composição do capital social, justamente, porque a melhoria dos níveis educacionais possibilita o acesso dos jovens a redes de relacionamento mais amplas e qualificadas do que as gerações anteriores. E, desse modo, as oportunidades de mobilização e realização de inovação são potencializadas pelas experiências educacionais dos jovens.

Compreende-se, portanto, que a ação coletiva de mobilização de esforços comunitários para o turismo sustentável é um meio estratégico para o desenvolvimento das iniciativas

¹¹⁶ O roteiro estruturou dois cadernos de receitas por meio do Ministério do Turismo (MTur) como forma de resgate a receitas típicas do período da colonização alemã e italiana, bem como para ofertarem uma alimentação como o propósito de agregar valores culturais e de alimentação saudável.

juvenis de protagonismo, sendo estes advindos dos motivacionais de sua permanência nas áreas rurais. Os jovens, em seu favor, encontram-se mais próximos à incorporação de novidades, a conectividade, como o acesso às tecnologias de informação e comunicação de modo mais efetivo do que as gerações anteriores. Essas facilidades de rápida assimilação dos processos tecnológicos poderiam unir esforços mútuos entre as gerações, a partir das trocas de aprendizado e de conhecimentos entre elas. Os jovens, por características da própria fase de vida, são mais dinâmicos às condições de empreendedorismo, por arriscar para novos caminhos de inovação do que suas gerações anteriores, que mais cautelosas, temem as situações de risco, incerteza e imprevisibilidade dos processos (SOTTE, 2003; SCHROEDER, 2007).

Entretanto, de acordo com Abramovay (2003) e Favareto (2007), o interesse pelos jovens e de seus potenciais criativos devem ser aproveitados como objetivo de envolvê-los no desenvolvimento de suas áreas rurais. Deve-se abandonar a ideia de fatalidade sobre o ato de saída dos jovens das áreas rurais e, nesse sentido, buscar alternativas e estímulos para que os jovens se tornem agentes de seus processos locais, incluindo, a participação deles nas etapas iniciais e de consolidação dos roteiros turísticos em áreas rurais, como nos casos apresentados. Dito isso, o foco na questão do protagonismo juvenil é entendido como sendo fundamental para os esforços que levem a uma ação coletiva no turismo, porém, nos casos analisados, isso foi pouco favorecido na questão de organização coletiva do turismo. Sobretudo, pela estrutura organizacional dos movimentos sociais e associações, que seguem padrões organizacionais e hierárquicos centrados na família e nos considerados adultos, portanto, indivíduos que assumiriam as responsabilidades das instituições.

Em suma, seria interessante oportunizar aos jovens, por meio da ação coletiva, a sua participação nos processos de decisão, respeitando os níveis hierárquicos e a experiência adquirida pelas gerações anteriores, mas oportunizando justamente as trocas intergeracional junto aos processos de sucessão com o objetivo da formação de novas lideranças para o desenvolvimento da própria atividade turística, de ambos os casos.

Protagonismo e cooperação: oportunidades de atuação e motivações para a permanência juvenil

Depois de analisar como se constituíram algumas características do turismo, com base na auto-organização, tanto na experiência das visitas em assentamentos, como do roteiro estruturado por uma associação, foi possível perceber que os jovens, nos casos estudados, ainda não consigam, de fato, adentrar nas esferas de decisões comunitárias, por conta dos regimentos e estruturas hierárquicas, os jovens, de modo geral, perceberam o turismo como oportunidade benéfica em suas localidades. No Quadro 2, na sequência, foram resumidos os principais aspectos relacionados à participação juvenil na ação coletiva do turismo, tanto nos assentamentos paulistas como no roteiro catarinense da “Acolhida na Colônia”.

Quadro 2. Participação dos Jovens no Turismo nos Assentamentos rurais e na “Acolhida na Colônia”

Casos Analisados	Aspectos de Auto-organização do Turismo			
Caso 1: <i>Assentamentos em São Paulo</i>	4. Interesse em trabalhar no Turismo	5. Motivações	6. Atuação	7. Aprendizado (Capacitação)
<i>a) Ipanema</i>	Compreendem o turismo como uma oportunidade futura. Desafios: Ocupar um “Lugar de fala” nas decisões de organização do turismo por conta dos processos hierárquicos.	Alternativa de renda; Atividade dinâmica; Trocas mútuas; Comunicação; Busca por aperfeiçoamento técnico e conhecimentos sobre o turismo.	Já receberam grupos escolares/universitários e pesquisadores; Homens: Apresentação da propriedade rural; Mulheres: Venda de produtos artesanais e alimentícios. Envolvimento com o preparo das refeições.	Realizaram cursos técnicos via SENAR.
<i>b) Rodeio e Água Limpa</i>	Há interesse do turismo o envolvimento no turismo. Desafios: Organização do grupo de jovens para o planejamento da recepção	Alternativa de Renda; Trocas mútuas; Convivência com os visitantes; diminuição da timidez dos jovens; comunicação; venda dos produtos in natura.	Recepção de grupos escolares/universitários e pesquisadores. Homens: Apresentação da propriedade e de trilhas no entorno. Mulheres: Venda de produtos artesanais e alimentícios; preparo das refeições para os visitantes (grupo).	Capacitação voltada ao turismo rural pelo ITESP e UNIESP e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
<i>c) Sumaré I</i>	O grupo de jovens é organizado (restauração florestal e turismo). Participam das reuniões de liderança local e o tema do turismo é relacionado aos jovens. Desafio: Aprimoramento de infraestrutura para pernoite e diversificação das atividades turísticas.	Alternativa de renda; valorização do histórico do assentamento; organização do turismo como envolvimento cidadão; visão mais crítica dos fatos cotidianos; exige uma conduta mais participativa dos jovens sobre o planejamento turístico. Autoestima.	Recepção de grupos escolares/universitários e pesquisadores. Homens: Apresentação da propriedade e de trilhas no entorno. Mulheres: Venda de produtos artesanais e alimentícios; preparo das refeições para os visitantes (grupo).	Cursos de gestão, alimentação, recepção turística dados pelo SENAR
Caso 2: <i>Acolhida na Colônia em Santa Catarina</i>	Os jovens já colaboram com a associação para a organização do turismo. Jovens que trabalham em funções de recepção e no administrativo da Associação de Turismo. Desafios: Aumentar o tempo de permanência dos visitantes	Alternativa de renda; autoestima; divulgação do município; comunicação e trocas mútuas com os visitantes	Recepção de grupos escolares/agricultores/pesquisadores/casais; Homens: Apresentação da propriedade rural; venda de produtos agroecológicos e in natura; Guias de Turismo; Mulheres: Prestação de serviços como: artesanato, gastronomia, auxiliar administrativo na associação AAAC e divulgação do turismo em feiras e eventos (nacionais e regionais);	Cursos técnicos: SEBRAE/SENAR/ACOLHIDA/AGRECO/MDA/MTUR/UFSC. Graduação realizada por alguns jovens: Agronomia, Turismo e Pedagogia

Entretanto, conforme a análise, será que os jovens estariam dispostos a trabalhar de forma colaborativa (tanto entre jovens, como com seus pais) para cooperarem na construção (Caso dos Assentamentos de Ipanema) e na continuidade (Caso da “Acolhida na Colônia”), na convergência de esforços coletivos para o turismo? No caso da “Acolhida na Colônia”, os jovens entrevistados já estavam diretamente colaborando na recepção dos visitantes nas propriedades familiares e na sede do escritório da associação, que normalmente recebe os grupos em seu primeiro contato com a localidade. Os jovens, desse caso, colaboravam desde a organização de eventos e divulgação do roteiro, rotinas administrativas, recepção de grupos de visitantes, palestras, vendas de produtos agrícolas (venda direta) ou venda dos produtos das agroindústrias do setor alimentício.

Como principais motivações, tanto nos depoimentos dos jovens assentados como dos jovens da “Acolhida na Colônia”, estes salientaram que o turismo é uma atividade que os motiva a pensar novas estratégias e formas de atuação profissional, já que representa: a) é uma alternativa de renda; b) sentem-se interessados por numa atividade menos penosa que a agricultura; c) destacaram o dinamismo da atividade por meio das trocas de saberes desde a recepção dos visitantes ao convívio com eles durante o tempo de estada. Segundo os jovens, o turismo exige um prévio agendamento das visitas para a organização deles como anfitriões. Tanto entre os jovens assentados, como os jovens agricultores de Santa Catarina, de modo geral, eles ressaltaram a importância do planejamento do turismo (com planos e estratégias organizacionais e sustentáveis) para conseguirem coordenarem suas próprias rotinas pessoais e produtivas, dividindo as tarefas entre eles e também à atenção ao tempo disponível para o recebimento dos visitantes, sem a perda da produtividade agrícola. Desse modo, sobretudo, no caso do Assentamento Sumaré I e da Acolhida na Colônia, por estarem a mais tempo trabalhando com a demanda turística, foi possível analisar que a colaboração entre eles é estabelecida com base na confiança do cumprimento das responsabilidades entre os interessados em participar nas atividades turísticas.

No caso da “Acolhida da Colônia”, o turismo é uma das principais atividades econômicas do município de Santa Rosa de Lima. Foi possível observar, durante o trabalho de campo e no acompanhamento da rotina dos jovens entrevistados, que a questão da comunicação face-a-face entre eles foi fundamental nas atribuições voltadas à distribuição das tarefas entre os indivíduos interessados no turismo como um benefício comum a comunidade. As responsabilidades de cada associado já eram atribuídas no ato do agendamento da reserva dos visitantes, negociação essa que ocorre normalmente através da associação, com base na disponibilidade dos agricultores de estarem os visitantes. Após isso, constatavam-se, quais outros associados poderiam num dado período ofertar as refeições diárias e outras atividades como visitas técnicas e lazer.

Dentre as práticas, os visitantes recebiam as informações sobre o tipo de produção agrícola das propriedades rurais, além da possibilidade de visitarem atrativos naturais (trilhas e cachoeiras) e dos atrativos culturais (igreja, edificações históricas), entre outras atividades na cidade e/ ou região. Os jovens foram percebidos, nesses espaços, como fundamentais para o futuro planejamento do turismo no local, bem como para melhorias no setor receptivo, diversificação turística e atenção aos novos perfis de turistas que poderão vir a se interessar pelo local, mediante a divulgação e indicação desse roteiro como tendo uma proposta diferenciada e com a atenção a agricultura familiar a conservação ambiental. Em campo, constatou-se que a demanda por novos serviços fez com que alguns jovens se voltassem à formação profissional direcionada para o empreendedorismo. Alguns já relataram que investiram na abertura de “próprios negócios” mediante a atratividade turística nas áreas rurais. As capacitações com o foco em projetos impulsionaram a abertura de unidades de produção agrícola, padaria, processamentos de alimentos, além de alguns negócios

direcionados à estética e fotografia. Segundo eles, o empreendedorismo juvenil foi impulsionado pelo turismo. (SCHROEDER, 2007)

Nesse sentido, o turismo foi percebido como uma atividade que, nesses casos específicos, exigem-se múltiplos esforços, habilidades diversas, acordos e o estabelecimento de regras coletivo para garantir a qualidade do serviço, a dinamicidade local e atender ao objetivo de manutenção dos recursos naturais e das práticas produtivas locais. Desse modo, o turismo exige uma ampla, sólida e consolidada rede de colaboradores para garantir a eficiência e a satisfação de anfitriões e visitantes nos processos de trocas de aprendizado, de conhecimento técnico (*experts*, organizações produtivas e universidades). Portanto, a ação coletiva no turismo ressalta o esforço individual e coletivo dos jovens para se aperfeiçoar neste setor, a participação do cidadão e o intuito de permanecer e colaborar com suas comunidades (ABRAMOVAY, 2003; DINIS, 2011).

No caso dos jovens assentados, alguns relataram que participaram de cursos de capacitação por meio de instituições como SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e SEBRAE (O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), mas que de fato, pela atividade ainda ser incipiente, atribuíram pouca aplicabilidade dos conhecimentos teóricos desses cursos relacionados à prática de efetivação do turismo. Foi percebido, nesses jovens, que apesar do interesse deles na busca dos cursos de capacitação sobre turismo, houve por partes deles pouca busca pela aplicabilidade de ações efetivas para a organização de um grupo formal para a estruturação de um roteiro turístico. Desse modo, o comportamento dos jovens do assentamento Ipanema (que foi estudado com mais especificidade), bem no caso dos assentamentos Rodeio e Água Limpa, o comportamento de liderança juvenil ativa foi pouco evidenciado com relação ao turismo. Já nos casos de Sumaré I e na Acolhida na Colônia, os jovens demonstraram ser mais expressivos e ativos para a liderança das atividades direcionadas ao planejamento e à execução dos serviços relacionados à recepção turística. Com relação ao caso da “Acolhida na Colônia”, após 10 anos de estruturação, os jovens anseiam por novas possibilidades em termos de estruturação. O roteiro conseguiu consolidação mediante aos esforços coletivos, ressaltando princípios de confiança e reputação entre os envolvidos. Além disso, com o destaque alcançado por Santa Rosa de Lima, como destino referência no turismo rural, outros municípios do entorno começaram a investir também no mesmo modelo de associação e de estratégia coletiva de turismo. A associação “Acolhida na Colônia” atualmente possui outras regionais de sua associação em Santa Catarina, onde outros agricultores, cada em seu grupo, recebem cursos de capacitação, instruções quanto à atenção na qualidade da prestação de serviços por meio da experiência do grupo iniciado em Santa Rosa de Lima.

Alguns jovens entrevistados, que já participam diretamente das ações do roteiro, motivam outros jovens, de seu município e região, a participarem das atividades não somente da “Acolhida na Colônia”, como das ações ligadas à educação no campo, promovidas pelo Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e de produção agroecológica, direcionadas pela a AGRECO. Estas organizações são parceiras da “Acolhida” e, juntas, agem de forma coordenada para uma estratégia local comum de turismo sustentável, com o foco na produção agroecológica. Ao mesmo tempo, o poder público municipal de Santa Rosa de Lima, nos últimos anos, também se tornou parceiro do projeto de agroturismo, atuando na divulgação do roteiro e, além disso, disponibilizou sinal gratuito de *internet* em toda a área municipal. A questão do acesso a redes de conectividade, de comunicação e informação foram aspectos constantemente mencionados nas entrevistas dos jovens como um facilitador nas ações de comunicação e de propiciar a permanência deles nas áreas rurais. Além disso, os jovens mencionaram que o acesso à comunicação permitiu maiores chances de formação profissional e educacional. Outro fator, mencionado como multiplicador de oportunidades,

para a participação social dos jovens no turismo, foi oportunizado pela chegada de cursos de graduação promovidos por universidades públicas e privadas, que abriu novas possibilidades de escolhas profissionais aos jovens. Alguns deles, inclusive, já exerciam a aplicabilidade técnica de suas profissões com o foco direcionado ao turismo e à produção agroecológica.

O desafio dos jovens será, portanto, a busca por serem mais aptos e ativos para conquistarem mais espaços de atuação. Tudo isso, em consonância com seus interesses individuais e coletivos, aliando esforços e habilidades pessoais, tanto para o início da atividade turística como para a sua continuidade futura. Sobre a importância da questão da juventude e a sua atuação no turismo, notou-se principalmente no exemplo do roteiro consolidado de Santa Rosa de Lima, que os agricultores já mencionaram que há a falta de recursos humanos suficientes para o atendimento a pousadas, já que a demanda turística tem aumentado, conforme o agroturismo integra-se como uma forma diferenciada de turismo sustentável.

Considerações finais

Este relato analítico-descritivo, por meio da exemplificação de duas tipologias de estudos de casos de turismo em áreas rurais (assentamentos rurais paulistas e agricultores agroecológicos catarinenses) teve como problematização a articulação entre o turismo e a participação social juvenil. Conforme as categorias temáticas e a observação direta dos casos estudados, constatou-se o pouco acesso do jovem aos processos de tomada de decisão e o enfrentamento de conflitos relacionados à falta de independência com relação aos pais. Mesmo em diferentes contextos, os espaços de decisão nas organizações das áreas rurais pareceram dar pouco espaço à sucessão juvenil e aos processos de formação de novas lideranças comunitárias. Ao passo que a pouca motivação dos jovens para a ação efetiva se manifestou nos casos em que o turismo ainda não foi consolidado de fato. Dessa forma, a participação social aconteceu de diferentes formas, entre comportamentos ativos e pouco ativos, entre a intervenção dos pais ou de agricultores mais experientes. De fato, essas conclusões gerais ressaltam ainda mais a necessidade por pesquisas que tenham o foco na análise do comportamento dos indivíduos mediante as formas de agir, colaborar e cooperar para que se alcance um dado objetivo comum. O fato é que, como pode ser evidenciado, o turismo é compreendido pelos jovens dessas comunidades como uma atividade dinâmica e que possibilita maior interatividade, oportunidades e possibilidades mais concretas para exercerem o seu papel como cidadão das áreas rurais.

Desse modo, o turismo com foco na permanência de jovens nas áreas rurais, mesmo em situações de contexto diversas, incluiu as atividades pedagógicas e aquelas relacionadas à contemplação da natureza. Além disso, nos roteiros consolidados de Sumaré I e na Acolhida, as novas estratégias coletivas objetivaram o aumento de permanência do visitante no roteiro, bem como a diversificação do tipo de turista que comumente frequenta as áreas rurais, ou seja, o desafio do turismo em áreas rurais é não depender exclusivamente de festividades anuais e dos fins de semana. Os jovens poderiam contribuir para essas resoluções, buscando-se por meio do acesso a novas formas de conhecimentos e de informação, as estratégias necessárias, caso a caso, somando-se a interação necessária dos fluxos de conhecimentos perpassados entre gerações. Portanto, as experiências dos adultos combinadas com a inovação propostas pelos jovens poderiam surgir como oportunidade para a continuidade futura do turismo e da permanência das populações jovens.

Agradecimentos

Expressamos enorme gratidão a todos os jovens e suas famílias dos assentamentos rurais citados (Água Limpa, Rodeio, Sumaré I e Ipanema), localizados no Estado de São Paulo e do Roteiro “Acolhida na Colônia” em Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina.

Agradecemos pela disponibilidade e todo o apoio logístico na efetivação dos trabalhos de campo, assim como, pela hospitalidade e cordialidade que contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse. Agradecemos pelo apoio financeiro das agências públicas de pesquisa FAPESP e CAPES, assim como pelos apoios logísticos da UFSCar (*campus* de Sorocaba), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (IFCH/UNICAMP) e do Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (NEPAM/IFCH/UNICAMP). Por último, agradecemos pela oportunidade de discussão e apresentação deste trabalho no I Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude - Participatório em Rede da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em especial, agradecemos pelas colaborações dadas no Grupo de Trabalho “Identidades e Diversidade”. As autoras assumem total responsabilidade pelo conteúdo apresentado neste trabalho.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H.W. 1994. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta.
- ABRAMOVAY, R. et al. 1998. **Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO. 104 p.
- ABRAMOVAY, R. 2003. “Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte”. Relatório Final. In: **1º Fórum Internacional Território**, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza.
- AMMAN, Z. B. 1978. **Participação Social**. São Paulo: Cortez.
- ANSARAH, M.G.R.(org). 2004. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura.
- BARRETO, M. 1995. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus.
- BOURDIEU, P.A. 1995. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp.112-121.
- BRASIL. 2004. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 43 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- BRUMER, A. 2007. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G.(Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X. p.35-52.
- BRIASSOULIS, H. 2002. Sustainable tourism and the question of the commons. **Annals of Tourism Research**, v.29, n.4, pp.1065-1085.
- BRUNORI, G; ROSSI, A. 2000. Synergy and coherence through collective action: Some insights from wine routes in Tuscany. **Sociologia Ruralis**, v 40, n.4, p.409-423.
- CASTRO, E. 2007. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema**, Iperó, SP. São Paulo, 2007.151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- CRISTOVÃO, A. 2011. Ação coletiva e turismo no espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo rural: Iniciativas e Inovações**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, p.101-141.
- CRUZ, F. T. 2007. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 111f. Dissertação (Mestrado em

Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?.In:

MATO, D. (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización.**

Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DINIS, A. 2011. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I (org.). **Turismo Rural: iniciativas e inovações.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.13-65.

EAGLES, P. ; MACCOOL, S. ; HAYNES, C. 2002. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for planning and management.** Cambridge: IUCN.

FAVARETO, A. 2007. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp.

FEENY, DAVID, BERKES, F., MCCAY, B., E ACHESON, J. 2001. A Tragédia dos Comuns: Vinte e dois anos depois. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** Orgs. A. C. Diegues e A.C.C. Moreira. São Paulo: NUPAUB-USP. pp. 17-42.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M.; TARTUCE, G. 2004. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 34, n. 122, pp. 411–423.

FORTUNATO, R.A; TEIXEIRA, K.L. 2011. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. In: **VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.** Balneário Camburiu – SC.

GOHN, M. G. 2005. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez.

GUZZATTI, T. C. 2003. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural:**sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense.Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p.168.

GIDDENS. 1991. **As consequências da Modernidade.** Ed. Unesp. São Paulo.

HALL, M. C. 2004. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos,** São Paulo: Contexto, 2ª edição.

HARDIN, G. 1968.The tragedy of the commons. **Science**, v.162, pp.1244-1248.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

KRAUSKOPF, D. 2000. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes.In: BALARNDINI, S. (org.). **La participación social e política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo.** Buenos Aires: CLASCO, 2000.

KLIKSBERG, B. 2010. Mitos sobre a juventude latino-americana. In: SEN, A; KLIKSBERG, B.(org.). **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras, p.212-258.

KRIPPENDORF, J. 2001. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo, Aleph.

MARTINS e FUTEMMA. 2013. A Inserção da Juventude no Turismo no Espaço Rural e a Construção da Hospitalidade Local: O Caso do Assentamento Ipanema (Iperó-SP). **Revista Turismo em Análise**, v. 24, p. 601-626.

OCDE. 1994. **Tourism Strategies and Rural Development**, OCDE/GD. v. 94, n.49.Paris. Disponível em:<<http://www.oecd.org/dataoecd/31/27/2755218.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2011.

OLSON, M. 1965. **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press: p.186.

OSTROM, E. 1990. **The governing the Commons**. Cambridge: Cambridge University Press: p.280.

OSTROM, E. 1998. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. In: **American Political Science Review**, v.92, n.1.

OMT. 2003. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: OMT.

POTEETE, A.R; OSTROM, E; JANSSEN, M. 2011. **Trabalho em Parceira**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. Bettoni, R.(trad).São Paulo: Editora Senac: p.404.

RUSCHMANN, D. V. M. 2000. Gestão da capacidade de carga turístico recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da Cunha. In: LAGE, B. H. G., MILONE, P. C., (orgs). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas. p. 71-79.

SCHROEDER, C. 2007. The difference makers: entrepreneurial young people. In: WALZER, N. **Entrepreneurship as a local development strategy**. Lanham MD: Lexington Books. Cap.8, p.145-163.

SPANVELLO, R. M. **Jovens rurais do município de Nova Palma – RS**: situação atual e perspectivas. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.

SOTTE, F . 2003. Young People, Agriculture, and Entrepreneurship: Key-Points for a Long-term Strategy. **The future of Young farmers Preparatory meeting for the European Conference Rome**. Ancona, Italy, p.1-24.

TEIXEIRA, V.L. 2002. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Soropédica, CPDA/UFRRJ.

VELASQUEZ, C.S.C. 2002. **Da formação de grupos à ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do assentamento rural da Fazenda Ipanema – Iperó – SP**. Piracicaba, 164p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

WEISHEIMER, N. 2004. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA.

SOBRE AS AUTORAS

Mayara Roberta Martins, pesquisadora da juventude, turismo sustentável e desenvolvimento rural. Turismóloga, Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP. E-mail: mayaramartinstur@gmail.com

Célia Futemma, pesquisadora na área de ecologia humana, antropologia ambiental, análise institucional e análise da paisagem. Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade de Indiana (EUA). Atualmente é pesquisadora e professora plena junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP. E-mail: cfutemma@unicamp.br

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E PROJETOS JUVENIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES DO RECÔNCAVO DA BAHIA - Maria Alice Gomes Alves¹¹⁷ e Nilson Weisheimer¹¹⁸

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar os processos de socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola, na educação formal do Recôncavo da Bahia, comparando por faixa etária dos entrevistados e, a partir daí, identificar seus projetos. Para isto, realizou-se uma pesquisa representativa do universo de jovens ocupados na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia. Realizaram-se entrevistas estruturadas com base em questionário padronizado junto a 164 jovens de 15 a 29 anos de ambos os sexos. Metodologicamente, utilizou-se o modelo descritivo, no qual se tomou as dimensões temáticas Processos de socialização e Projetos Juvenis, que foi submetido à comparação por faixa etária. Os jovens agricultores familiares são uma categoria social que passa a existir a partir da socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Verificou-se que estes jovens são intensamente socializados no trabalho familiar e, que a escola surge como agência socializadora concorrente e relevante. As proeminências permitem concluir que os seus projetos profissionais resultam dos processos de socialização no trabalho familiar agrícola e na escolarização formal, com suas diferenciações etárias. Com base nisto, explicam-se porque predominam, entre a maioria dos entrevistados, projetos profissionais não agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: juventude. agricultura familiar. jovens agricultores familiares. processos de socialização. projetos juvenis.

Introdução

No Recôncavo da Bahia, segundo dados do IBGE (2000), 177.490 habitantes residem nas zonas rurais e, dentre estes 43.737 jovens homens e mulheres estão ocupados na agricultura familiar. Estes jovens enfrentam muitos desafios, por serem jovens e por serem agricultores familiares, duas categorias permeadas por preconceitos, estereótipos e que estão às margens da sociedade.

A agricultura familiar é uma alternativa para manter os jovens no campo, contudo são poucos os incentivos financeiros para essa categoria, além dos problemas relacionados à propriedade de terra e de conhecimentos sobre a produção agrícola. Assim como em toda região Nordeste do país, o Recôncavo da Bahia é marcado, geograficamente, por grandes latifúndios nas mãos de poucos fazendeiros e, por minifúndios que são ocupados por famílias de agricultores familiares, que tiram daí seu sustento.

A falta de terra contribui para a redução da possibilidade de permanência dos jovens na agricultura familiar. A não permanência dos jovens na agricultura familiar é relevante porque causa a descontinuidade da reprodução do trabalho familiar agrícola. Pois, a sucessão na atividade agrícola familiar tende a ocorrer no interior das famílias de

¹¹⁷ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹¹⁸ Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), Mestre em Sociologia (UFRGS), doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Adjunto CAHL/UFRB.

agricultores familiares, ou seja, endogenamente. Sendo pouco provável a inserção profissional de pessoas não socializadas a esta área de trabalho (Weisheimer, 2011; 178).

Este setor da agricultura é de suma importância, pois se apresenta como um ambiente alternativo para o desenvolvimento rural, podendo contribuir para a diminuição da miséria e das desigualdades socioeconômicas. Sendo assim, a reprodução social da agricultura familiar é muito importante para o país.

Entre os processos de socialização nos quais interagem, estes jovens planejam seu futuro, a escola e a família contribuem, muitas vezes de formas opostas, para a formação destes jovens. A escola forma estes jovens para serem trabalhadores assalariados, a família os inserem, precocemente, no trabalho agrícola. Contudo, ambas as agências socializadoras incentivam os jovens a não serem agricultores familiares. Desta maneira, a participação dos jovens nas agências de socialização, como a inserção no trabalho familiar agrícola e na escola, é determinante para seu futuro.

O que se pretende neste estudo é analisar como ocorrem os processos de socialização dos jovens agricultores familiares, e a partir daí, verificar o que contribui para a permanência ou não dos jovens no trabalho familiar agrícola no Recôncavo da Bahia.

A agricultura familiar, nos dias atuais, tornou-se um tema de grande importância, pois se apresenta como um meio alternativo para o desenvolvimento rural, podendo contribuir para a diminuição da miséria e das desigualdades socioeconômicas. Além disso, agricultura familiar contribui para a diminuição do êxodo rural.

Boa parte dos estudos realizados sobre a reprodução social da agricultura familiar com enfoque geracional, demonstra como principais fatores para a saída dos jovens do campo para a cidade os seguintes: a escassez de terra; a falta de recursos materiais; a falta de políticas públicas e de financiamento; falta de créditos; falta de recursos para investir em irrigação entre outros fatores importantes (GUIGOU, 1968; SPANEVELLO, 2005; WEISHEIMER, 2009; CARVALHO, 2009; CASTRO, 2009; SILVA, 2009).

O tema da reprodução social da agricultura familiar pelos jovens é pouco estudado. Este tema sofre uma verdadeira invisibilidade acadêmica e, também, política (WEISHEIMER, 2005). Além disso, os poucos estudos realizados sobre este tema estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, que apresentam características distintas da região Nordeste, tanto quando se trata das condições climáticas, quanto em relação à distribuição de terras e condições materiais-tecnológicas das famílias de agricultores familiares.

Este estudo é importante porque buscou evidenciar as especificidades dos jovens agricultores do Recôncavo da Bahia. Ele também tem relevância política, porque pode colaborar para elaboração de políticas públicas voltadas para essa categoria.

Este estudo também pretende demonstrar quais os fatores que mais influenciam sobre a decisão dos jovens a permanência e saída dos jovens do campo. Contribuindo assim para o entendimento das trajetórias de vida desses jovens.

Objetivo geral

Analisar os processos de socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola, na educação formal, no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, comparando por faixa etária dos entrevistados, e a partir daí identificar seus projetos.

Objetivos específicos

- Conhecer, segundo fontes secundárias, as dimensões da participação dos jovens (de 15 a 29 anos de idade na população ocupada na agricultura familiar, na microrregião de Santo Antonio de Jesus.
- Analisar a participação dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e na aducação formal.
- Estabelecer comparações por faixa etária dos entrevistados ao longo da análise.
- Identificar os projetos juvenis (os projetos de escolarização, de profissão e de vida).

Hipótese

Partimos do pressuposto de que nos processos de socialização são geradas as disposições que se manifestarão nos projetos profissionais dos jovens. Desta maneira, a hipótese de pesquisa argumenta que quanto maior a participação do jovem no processo de trabalho familiar agrícola, mais frequentes serão os projetos profissionais agrícolas. Como a socialização se diferencia por faixas etárias, os jovens adolescentes terão uma menor inserção no trabalho familiar e maior na escolarização formal.

Metodologia da pesquisa

Metodologicamente, foi utilizado, para a reconstrução social dos processos de socialização e dos projetos juvenis dos jovens agricultores familiares, o modelo analítico descritivo¹¹⁹ (Ver quadro 01 abaixo), no qual se tomou as dimensões temáticas **Processos de socialização e Projetos Juvenis**, que foi submetido à comparação por faixa etária

Quadro 01: Modelo Descritivo da Situação Juvenil

Dimensões temáticas	Tópicos
Recursos Materiais	Acesso à terra
	Renda Agrícola
	Autonomia material
Processos de Socialização	Trabalho familiar agrícola
	Escolarização
	Sociabilidade juvenil
Representações Sociais	Trabalho (agrícola e não agrícola).
	Modo de vida dos pais.
	Autoidentificação

¹¹⁹ Modelo criado por Weisheimer (2009)

Projetos Juvenis	Projeto de escolarização
	Projeto profissional
	Projeto de vida

Fonte: WEISHEIMER, 2009.

O presente estudo foi realizado com base no método indutivo de pesquisa que, segundo Antonio Carlos Gil (2007), “constitui o método proposto pelos empiristas (Bacon, Hobbes, Locke, Hume)”, este método, de acordo com Gil(2007), “parte do particular e coloca a generalização como produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”.

Este estudo foi realizado através da triangulação de técnicas quantitativas e qualitativas. Como técnica de pesquisa quantitativa, foi realizada a aplicação de questionários padronizados que é característico das pesquisas *Survey*, com as técnicas qualitativas de análise de dados secundários (IBGE/2000 e SEI/2010) e, de observação sistemática que auxiliará a compreender as escolhas dos jovens em permanecerem ou não na agricultura familiar.

Foram aplicados 164 questionários padronizados a jovens homens e mulheres agricultores familiares da Microrregião de Santo Antonio de Jesus Bahia, com faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Esta faixa etária será subdividida em três grupos etários, a saber: 1) de 15 a 19 anos que compreende o grupo dos jovens adolescentes; 2) de 20 a 24 anos que corresponde ao grupo dos jovens e, 3) de 25 a 29 anos que abrange o grupo dos jovens adultos.

O trabalho de campo foi iniciado em março de 2011, com a aplicação de 30 questionários para pré-teste. No período de 24 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, realizou-se a aplicação dos questionários definitivos.

Foram entrevistados no subgrupo de 15 a 19 anos, 45 mulheres e 23 homens; no subgrupo de 20 a 24 anos serão entrevistados 16 homens e 36 mulheres, já no subgrupo de 25 a 29 anos serão entrevistadas 26 mulheres e 18 homens. No total serão entrevistadas 107 mulheres e 57 homens que totaliza 164 entrevistados. A análise dos dados adquiridos através dos questionários padronizados que foram digitados em planilha do *software* IBM SPSS 19.

O conceito de juventude

O conceito de *juventude*, por ser utilizado como uma categoria universalista, generalizante, se apresenta como um desafio para quem busca estudar esta categoria (CASTRO, 2005; ABRAMOVAY, 2008; ; WEISHEIMER, 2009 STROPASOLAS, 2011).

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais” (MELUCCI, 2007; 42)

O conceito de juventude é de difícil operacionalização, por ser uma categoria abstrata. Não há consenso sobre: o que é a juventude? Cada sociedade e cada cultura tem suas próprias definições sobre a juventude.

A juventude pode ser definida por critérios físicos e psicológicos, por exemplo, pelo pertencimento a uma determinada faixa etária. Estas faixas etárias também não são consensuais, como podemos observar no quadro 02:

Quadro 02: Definições de juventude por faixa etária.

ORGÃO	FAIXA ETÁRIA
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)	15-24 anos
OIJ (Organização Ibero-Americana de Juventude)	14-30 anos
UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura); UE (União Europeia); PJ (Pastoral da Juventude); entre outras.	15-29 anos
OMS (Organização Mundial de Saúde)	15-24 anos

Fonte: Elaboração própria.

Alguns autores (SILVA, 2002; Weisheimer, 2009) também tratam juventude por faixa etária, que é uma forma arbitrária, mas que melhor consegue apreender esta categoria empiricamente.

As definições de juventude por critérios físicos/psicológicos (faixa etária) atribuem o início da juventude à entrada na puberdade, ou seja, através de critérios biológicos. Já a “saída” da juventude é atribuída a critérios sociológicos, como por exemplo, a autonomia financeira, relação conjugal estável entre outros fatores (WEISHEIMER, 2009a).

Karl Mannheim (1968); Marialice Foracchi (1972); Margullis e Urresti (2001); Spanevello (2005) trazem a questão geracional para a discussão sobre a juventude. Nesta perspectiva a juventude é entendida de acordo com a situação social da época, pelos processos de transformação social aos quais os jovens são mais sensíveis e aptos a congregá-los.

La generación, más que a la coincidencia en la época de nacimiento, remite a la Historia, al momento histórico en el que se ha sido socializado. [...] La generación, no es una simple coincidencia en la fecha del nacimiento, sino una verdadera hermandad frente a los estímulos de una época, una diacronía compartida, una simultaneidad em proceso que implica una cadena de acontecimientos de los que se puede dar cuenta en primera persona, como actor directo, como testigo o al menos como contemporáneo. (MARGULLIS e URRESTI, 2001; 8)¹²⁰

¹²⁰ A geração é mais que uma coincidência da época de nascimento, refere-se ao processo histórico no qual se é socializado. A geração não é uma simples coincidência, porém é uma verdadeira irmandade frente aos estímulos de uma época, uma diacronia compartilhada, um processo simultâneo que implica numa cadeia de acontecimentos que pode ser responsável em primeira pessoa, como ator direto, como testemunha, ou, ao menos como contemporâneo. (tradução da autora)

Os jovens também são definidos como em situação de risco e de vulnerabilidade social (CASTRO & ABRAMOVAY, 2004).

A juventude é definida também como um período de preparação, construção de identidades, tempo de escolhas, construção de projetos. Segundo a cientista social Regina Novaes:

Na sociedade moderna, embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. (NOVAES, 2011;1)

Já a Mirian Abramovay defini juventude como:

[...] período da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, e durante o qual produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que se realizam em condições diferenciadas, segundo as sociedades, as culturas, as etnias-raça, as classes sociais e o gênero, bem como outras referências objetivas e subjetivamente relevantes para os que a vivenciam. (ABRAMOVAY, 2006)

Há outras definições de juventude, como as romantizadas que definem juventude como transformadoras, inovadoras, ou ainda, as que definem juventude como um problema, considerando como característica inata da juventude o comportamento desviante, a violência, a delinquência.

Frequentemente, alguns autores (SANSONE, 2003; MAGNANI, 2005) também definem jovens a partir da cultura e comportamento (música, moda, estilo de vida, espaços de sociabilidade, esportes).

Para justificar tal decisão, ponderou-se que tomar um amplo conjunto de recortes com as mais diferentes preocupações – lazer, sociabilidade, posturas afirmativas, religiosidade, ação política, transgressão, gostos musicais etc. –, ligados a segmentos que se apresentavam, de forma genérica, como jovens aos pesquisadores... (MAGNANI, 2005; 174)

Além de haver várias definições de juventude, outro problema que ocorre com este conceito é sua utilização no singular, que tende a homogeneizar esta categoria. Entende-se que é necessário o uso deste conceito no plural, *juventudes* (WEISHEIMER, 2009^a; CARNEIRO, 2012;). Segundo Weisheimer:

essas definições estariam incompletas se não incorporassem a multiplicidade dessas representações sociais, o que implica a necessidade de pensarmos mais em termos de juventudes, no plural, uma vez que estas refletem realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas. (WEISHEIMER, 2009a; 28)

A categoria juventude passa a ser entendida como objeto de investigação sociológica a partir da gênese da modernidade. Como mostra o quadro 03, abaixo:

Quadro 03: Juventude ao longo da história no mundo e no Brasil.

Tempo	Juventude
Idade média ¹²¹	Não há distinção entre a infância e a vida adulta (criança é um miniadulto).
Idade média a Moderna ¹²² (Renascimento)	Distinção entre adulto e criança, mas não há definição de juventude.
Início do século XIX ¹²³	Aparece de forma delimitada a categoria adolescência .
Século XIX	Adolescência como período de risco devido às guerras.
• Século XX ¹²⁴	<ul style="list-style-type: none"> ➤ (décadas de 20) negação da juventude no contexto brasileiro. ➤ (década de 30)¹²⁵ juventude estudantil combate as estruturas conservadoras. ➤ (década de 40) 2ª Guerra Mundial – morte em massa de jovens. ➤ (década de 50) época chamada de anos dourados; fim das guerras mundiais; bipolarização do mundo (países capitalistas x União Soviética); “juventude transviada”. ➤ (década de 60) conhecida como anos rebeldes; jovem passa a ser considerado contestador, portador de mudanças; movimento hippie. ➤ (década de 70) ditadura militar no Brasil; juventude revolucionária, relacionada às drogas, sexo, violência. ➤ (década de 80) Juventude consumista e individualista; Pastoral da Juventude, após os concílios de Medellín (1968) e Puebla (1970), a igreja passa a ter opção pelos jovens; enfraquecimento do movimento

¹²¹ Na mitologia Greco-romana aparece a figura da deusa HEBE/*JUVENTA*, que era evocada no rito de passagem que representava o ingresso na vida adulta, no qual se trocavam as vestis simples dos mancebos pela toga.

¹²² Isto é verificado na obra *Émile ou da Educação* de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) apud Weisheimer (2009)

¹²³ Ver: ADÃO (1994)

¹²⁴ Nos primeiros estudos sociológicos sobre a juventude (século XX), esta aparece como um problema, essa característica ainda continua viva no senso comum. Estes estudos eram ligados às questões da delinquência juvenil. A escola de Chicago é a maior representante destes estudos. Na metade desde século os principais estudos sobre a juventude estão relacionados aos seguintes temas os jovens e a violência urbana, a gravidez precoce e o desemprego (WEISHEIMER, 2009b).

¹²⁵ É curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito “de modernização” do país (dos anos 30 aos 70), destacada presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconsequente. (ABRAMO, 2007; 77)

estudantil.

- (década de 90) juventude vinculada a problemas de gravidez precoce, violência urbana; jovens em situação de risco; jovens marcados pelas constantes mudanças; em 1997 foi criada a Assessoria especial para assuntos da juventude (AJ) no Brasil; jovens; jovens organizados nas ruas.
- (anos 2000) Juventude como categoria de vulnerabilidade social¹²⁶, jovens como protagonistas do desenvolvimento; como sujeitos de direitos.

Século XXI

- (2001-2013) Juventude entendida como atores principais do desenvolvimento e sustentabilidade; jovens como portadores de direitos e políticas específicas; ocorre um aumento na produção acadêmica sobre juventude tendo como temática principal as políticas públicas juvenis.
- (2005) implantação da Secretária Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e a Política Nacional de Juventude (PNJ)^{127, 128}.
- (2010) Ano Internacional da Juventude eleito pela ONU (Organização das Nações Unidas).
- (2013) Ocorre em todo o Brasil reivindicações por melhorias cujos jovens são protagonistas; também acontece no Brasil a Jornada Mundial da Juventude (JMJ¹²⁹) que defini a juventude como “Esperança do amanhecer”.

¹²⁶ Ver CASTRO, Mary G., ABRAMOVAY, Mirian; **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas**. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em

Caxambu – MG – Brasil, de 18 – 20 de Setembro de 2004.

¹²⁷ O objetivo do Governo com a criação desta política era quebrar o paradigma que concebia os jovens apenas como uma fase transitória da infância para a vida adulta que a partir dos 18 anos de idade passavam a integrar o grupo de adultos sem que se reconhecesse suas particularidades. O governo passa a conceber a juventude como um segmento social estratégico, com direitos a políticas específicas e capazes de atender às suas necessidades. Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>

¹²⁸ “Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a Cepal, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento”. (ABRAMO, 2007; 74)

¹²⁹ É um grande encontro promovido pela Igreja Católica, desde 1986, que reúne jovens de todo o mundo.

Fonte: Elaboração própria com base em WEISHEIMER 2009.

A etnologia vem revelar que há sociedades, ou melhor, povos onde não existe juventude, como por exemplo, os povos indígenas do Brasil¹³⁰. A passagem da infância para a vida adulta ocorre de forma direta.

Weisheimer (2009a) sintetiza as características juvenis descritas pelo antropólogo chileno John Durston (1997) no quadro abaixo:

Quadro 4: Características do Processo Juvenil.

Âmbito	Processo
Biológico-fisiológico	Inicia-se e desenvolvem-se mudanças fisiológicas da puberdade e se adquire capacidade reprodutiva.
Psicossexual	Há o desenvolvimento da aprendizagem do cortejo e do descobrimento sexual.
Cognitivo	O processo de aprendizagem formal e informal chega a seu auge.
Interpessoal	As pessoas definem sua identidade juvenil diante de seus pares de idade. Alcançam certo grau de autonomia em relação às figuras paternas, tão importantes na infância.
Social	Aumenta progressivamente a presença do trabalho produtivo em sua vida cotidiana. A pessoa desenvolve gradualmente sua subjetividade social como um novo adulto, assumindo uma maior responsabilidade econômica e autoridade de voz na sociedade.

Fonte: WEISHEIMER, 2004, adaptado de DURSTON, 1997.

Contudo, nesta pesquisa utilizou-se a definição por faixa etária, definição arbitrária, mas que melhor consegue alcançar esta categoria empiricamente. Definiu-se neste estudo como jovem, de acordo com UNESCO, todo e quaisquer indivíduos que estejam dentro da faixa etária de 15 a 29 anos de idade, mas levam-se em conta os subgrupos etários proposto por Laura Domingues Garcia (2003), segundo Weisheimer (2009), a estratificação etária interna a saber: “a) Jovens adolescentes (de 15 a 19 anos)”;

“b) Jovens (de 20 a 24 anos); “c) Jovens adultos (de 25 a 29 anos)”.

Jovens agricultores familiares

Desde o início da sociologia da juventude, os jovens rurais aparecem como objeto de investigação, contudo os comparado aos jovens urbanos à abordagem é bastante tímida.

Por jovem designam-se os indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos. Constituem sujeitos históricos cujas trajetórias implicam a transição da condição social de criança à vida adulta. (WEISHEIMER, 2009; 27)

Apesar dos avanços nos estudos sobre as juventudes, os jovens rurais continuam invisíveis academicamente (CARNEIRO, 1999; WEISHEIMER, 2005, 2009a; CASTRO, 2009). Os estudos sobre as juventudes rurais do Brasil estão firmemente

¹³⁰ Ver RANGEL, Lucia Helena. 1999.

associados às temáticas do êxodo rural e desinteresse dos jovens pelo meio rural (CASTRO, 2009); a educação rural; identidades e ação coletiva; inserção no trabalho e a reprodução social na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2005).

Es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad¹³¹. (REGUILLO, 2007; 48-49)

Em concordância com a cientista social mexicana Rossana Reguillo (2007), que parte do entendimento que a juventude é culturalmente construída, entende-se que os jovens rurais também devem ser analisados a partir de suas particularidades.

Segundo Weisheimer (2009^a), o que distingue os jovens agricultores familiares dos demais jovens rurais são os processos de socialização, diferenciados, em que estão inseridos.

Os processos de socialização dos jovens agricultores familiares.

Neste capítulo, analisar-se-ão os processos de socialização nos quais estão inseridos os jovens do Recôncavo baiano. O objetivo deste capítulo é analisar como ocorre a socialização destes jovens no trabalho familiar agrícola e na escolarização formal comparando-se por faixa etária.

Segundo Max Weber (1979), “não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana social, no presente, em grande parte do mundo civilizado”. Assim as configurações sociais em que os jovens agricultores familiares estão inseridos são peculiares. Por um lado, estes jovens convivem com os valores, normas e saberes do universo familiar agrícola e, por outro lado, interagem com modos de vida urbanos (modernos). Dessa maneira, estes jovens passam a possuir identidades sociais conflituosas¹³².

Os processos de socialização nos quais os jovens agricultores familiares estão inseridos são determinantes para a elaboração dos seus projetos de escolarização e profissionais. Dessa maneira, para se compreender como estes jovens elaboram seus projetos faz-se necessário analisar em quais instâncias da vida social estes jovens estão mais fortemente inseridos.

Para pensar os processos de socialização entre os jovens agricultores familiares, é necessário instituir certas mediações. Estes diferem dos de outros jovens por ocorrerem no âmbito do trabalho familiar agrícola, o que faz desaparecer a cisão entre socialização primária e secundária, ao menos enquanto a família permaneça como agente responsável também pela socialização secundária (WEISHEIMER, 2011).

Toma-se como principais instituições socializadora a família e a escola. A família por ser a primeira instituição socializadora e, nesse caso específico por ser, também, a unidade de trabalho desses jovens. A escola é abordada como instituição

¹³¹ É importante salientar de início que os jovens não representam uma categoria unificada. A juventude é uma categoria construída culturalmente, não se trata de uma essência, a este respeito, da instabilidade dos critérios que condicionam os limites e comportamentos juvenis, está necessariamente vinculado aos contextos socio-históricos, produto das relações de poder de uma determinada sociedade. (Tradução minha)

¹³² Ver Stuart Hall (1998)

socializadora concorrente e distinta da família, pois esta apresenta a estes jovens um modo de vida diferenciado, voltado para atividades não agrícolas.

Os jovens agricultores familiares são socializados de forma distinta dos demais jovens, pois eles são inseridos no trabalho ainda muito jovens, quando crianças. Dentre os entrevistados, relatam-se casos de iniciação no trabalho familiar agrícola desde a idade de 4 (2,4%) a 29 anos (0,6%). Dentro desta faixa etária, o maior índice encontrado está nas idades de 10 anos com 27,4% dos entrevistados e 12 anos com 12,1%, como se pode observar na tabela abaixo.

Geralmente, os jovens agricultores familiares devido a não haver separação entre trabalho e família, desde a infância, por volta dos 10 anos, realizam tarefas dentro da unidade de produção familiar.

Quando se cruza a participação dos jovens no trabalho familiar agrícola, por faixa etária, constata-se que quanto maior é a idade do jovem, maior é sua participação no trabalho familiar agrícola.

Tabela 07: Participação no trabalho familiar agrícola por faixa etária (f e %)

QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
Tempo Integral (6 dias)	f	16	17	17	50
	%	23,5%	32,7%	38,6%	30,5%
Parcial (4 a 5 dias)	f	26	24	21	71
	%	38,2%	46,2%	47,7%	43,3%
Parcial (2 a 3 dias)	f	20	8	5	33
	%	29,4%	15,4%	11,4%	20,1%
Parcial (1 dia)	f	6	3	1	10
	%	8,8%	5,8%	2,3%	6,1%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Verificou-se neste tópico que a participação dos jovens no trabalho familiar agrícola é muito relevante. Concluiu-se que os jovens são socializados no trabalho familiar agrícola desde criança e que boa parte dos entrevistados trabalha por tempo parcial na atividade agrícola, pois seu tempo é dividido com estudo e/ou com atividades complementares, além dos momentos de lazer.

A escola, como já foi dito, é uma agência socializadora muito importante para o entendimento das escolhas profissionais dos jovens agricultores familiares, por ser tão distinta da agência socializadora familiar.

A partir das observações sistemáticas, observou-se que os jovens do Recôncavo, ao concluir o ensino fundamental I para dar continuidade aos estudos, precisam se deslocar para a cidade mais próxima. Também, verificou-se que nas escolas localizadas nos espaços rurais, a maneira de ensinar não é contextualizada, ainda nos dias atuais as crianças aprendem a germinar sementes dentro de copos descartáveis.

Comparando-se o nível de escolaridade dos jovens, por faixa etária, constatou-se que 50% dos jovens de 15 a 19 anos afirmam ter nível médio incompleto. E, confirmando a hipótese de que quanto maior a idade menor é o nível de escolarização,

42,3% e 54,5% dos jovens com faixa etária entre 20 e 24 anos e de 25 a 29 anos, respectivamente, afirmam possuir, apenas, o nível fundamental incompleto.

Tabela 10: Nível de escolaridade dos entrevistados por faixa etária (f e %)

QUAL A SUA ESCOLARIDADE?		FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
		De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Fundamental Incompleto	f	27	22	24	73
	%	39,7%	42,3%	54,5%	44,5%
Fundamental Completo	f	1	2	1	4
	%	1,5%	3,8%	2,3%	2,4%
Médio Incompleto	f	34	10	6	50
	%	50,0%	19,2%	13,6%	30,5%
Médio Completo	f	5	16	13	34
	%	7,4%	30,8%	29,5%	20,7%
Técnico Incompleto	f	1	1	0	2
	%	1,5%	1,9%	,0%	1,2%
Superior Incompleto	f	0	1	0	1
	%	,0%	1,9%	,0%	,6%
Total	f	68	52	44	164
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Verificou-se neste tópico que a maioria dos jovens agricultores afirmou que não estavam estudando no momento da pesquisa e, que boa parte relatou possuir, apenas, o nível fundamental incompleto.

Conclui-se que as agências socializadoras escola e família são concorrentes entre si. Os jovens são densamente socializados no trabalho familiar agrícola. Estes jovens possuem um nível de escolaridade muito baixo.

Projetos de escolarização e profissionais dos jovens agricultores familiares do Recôncavo.

Objetiva-se, neste capítulo, após se ter analisado os processos de socialização dos jovens agricultores familiares na educação formal e no processo de trabalho familiar agrícola, verificar como estes processos de socialização influencia os projetos juvenis de profissionalização, de escolarização e de vida destes jovens.

Os projetos de escolarização são concepções de futuro a serem realizados em curto prazo em relação aos estudos, projeto profissional é a percepção de futuro que os jovens constroem em torno de sua entrada no mercado de trabalho, e o projeto de vida diz respeito ao modo de vida que estes jovens pretendem levar. Todos os projetos juvenis são subjetivamente desenvolvidos a partir das visões de mundo que estes jovens constroem ao longo de sua existência.

Analisando-se os projetos profissionais, verifica-se que 71% dos entrevistados declararam que tem um projeto profissional enquanto 29% afirmam ainda não ter um projeto profissional.



Gráfico 08: Distribuição das ocorrências de projetos profissionais (%)

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Ao cruzar-se as questões *Você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor(a) familiar?* E, situação de estudo averigua-se que a relação entre estudo e trabalho familiar agrícola é contrária, na medida em que o jovem tem maior escolarização menor é o interesse dele em permanecer no trabalho familiar agrícola.

Sendo assim, quando se perguntou aos jovens agricultores familiares entrevistados se pretendiam se estabelecer como agricultor, 64% afirmaram que não, como se pode verificar no gráfico abaixo:

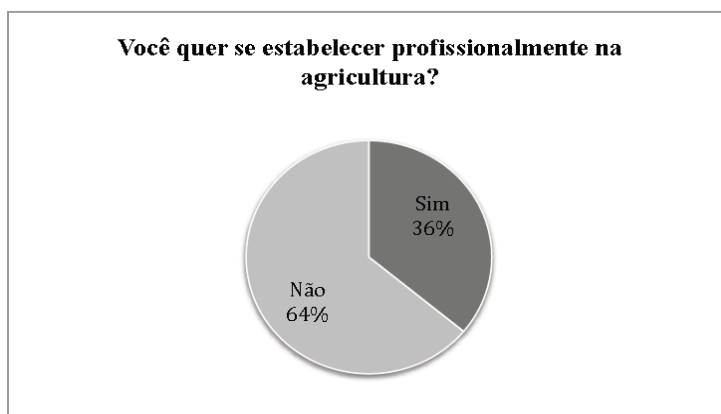


Gráfico 7: Você quer se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar(%)

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Verifica-se a ascensão de projetos profissionais agrícolas. Esses se tornam mais frequentes entre os jovens na medida em que se constata uma ampliação de sua jornada de trabalho. Ou seja, quanto mais tempo eles dedicam ao trabalho agrícola, maiores são as chances de quererem permanecer neste ramo de atividade.

Enquanto 66,7% dos jovens com carga horária de trabalho por dia superior a 10 horas afirmam que querem se estabelecer na agricultura familiar, apenas 18% dos jovens que relatam trabalhar até 4 horas por dia dizem que pretendem ser agricultores familiares.

Tabela 14: Cruzamento entre jornada diária de trabalho na UPF por projeto profissional (f e %)

JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO NA UPF:		VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?		Total
		Sim	Não	
Até 4h	f	11	50	61
	%	18,0%	82,0%	100,0%
mais de 4h a 6h	f	16	23	39
	%	41,0%	59,0%	100,0%
Mais 6h a 8 hs	f	9	13	22
	%	40,9%	59,1%	100,0%
mais de 8h a 10 h	f	21	18	39
	%	53,8%	46,2%	100,0%
mais de 10 h	f	2	1	3
	%	66,7%	33,3%	100,0%
Total	f	59	105	164
	%	36,0%	64,0%	100,0%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Concluiu-se neste tópico que, majoritariamente, os jovens afirmaram que não pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar. Contudo, na medida em que a faixa etária destes jovens é maior, a preferência destes é permanecer na agricultura familiar. Grande parte dos jovens entrevistados afirmou possuir um projeto profissional.

Ao questionar os jovens em que lugar eles querem residir, se no espaço rural ou urbano, 70% afirmaram que querem permanecer no espaço rural e, 30% dizem que querem morar no espaço urbano.

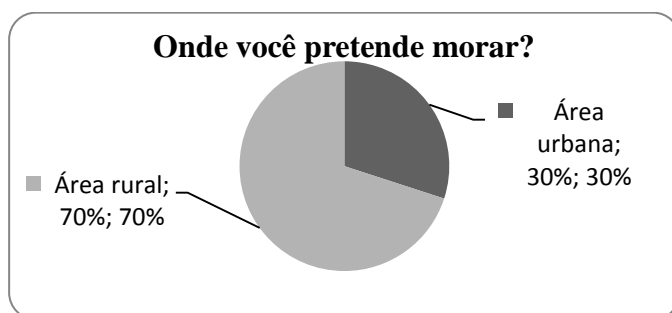


Gráfico 9: Distribuição de respostas a questão *Onde você pretende morar?* (%)

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Quando se leva em conta a faixa etária, percebe-se que em todas as faixas etárias a grande maioria afirma que pretende residir na área rural. Entretanto, os jovens de 15 a 19 anos são os que apresentam maior tendência em querer morar na área urbana com 44,1% dos entrevistados. Já os que apresentam maior tendência em permanecer na área rural são os jovens de 25 a 29 anos com 84,1% dos entrevistados.

Tabela 15: Cruzamento das respostas à questão *Onde você pretende morar?* por faixa etária (f e %).

		FAIXA ETÁRIA				
		De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Total	
ONDE VOCÊ PRETENDE MORAR?	Meio Rural	f	38,0	40,0	37,0	115,0
		%	55,9	76,9	84,1	70,1
	Meio Urbano	f	30,0	12,0	7,0	49,0
		%	44,1	23,1	15,9	29,9
Total		f	68,0	52,0	44,0	164,0
		%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

Questionou-se os jovens se *Você pretende se casar com um(a) agricultor(a)?* Dos entrevistados, 51% responderam que sim, 25% que não e, 24% que não sabiam no momento da entrevista. Os principais argumentos utilizados pelos jovens que afirmaram que querem casar-se com um(a) agricultor(a) foram os seguintes: “para ele(a) ajudar no trabalho”; “por que ele(a) faz a mesma coisa que eu”; entre outras.

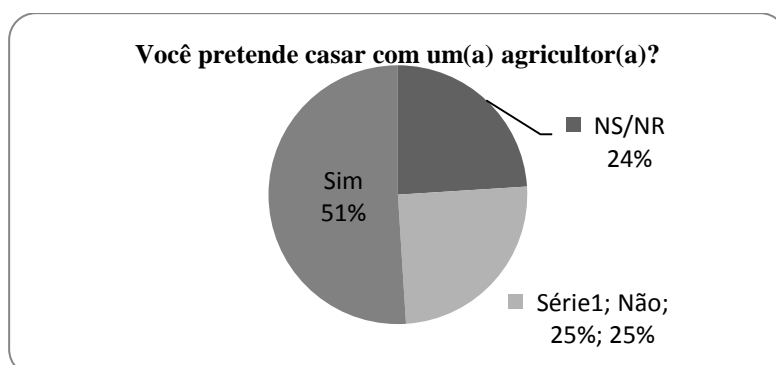


Gráfico 04: Você pretende casar com um(a) agricultor(a)? %

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012

A partir disso, entende-se que boa parte dos jovens sai da atividade familiar agrícola porque não consegue produzir e reproduzir sua vida e, não porque não gostam ou por que seguem um ideal urbano. Os impasses para a reprodução dos jovens na agricultura familiar estão dentro da própria forma e meios de produzir e, não fora.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou colaborar com a ampliação do campo de conhecimento sobre os jovens agricultores familiares do Território de Identidade do Recôncavo, visto que não há registros de pesquisa sobre as juventudes desta região.

Com a intenção de concluir o objetivo deste trabalho, foi realizada uma pesquisa social empírica extensiva que buscou ser representativa do universo de jovens ocupados na agricultura familiar no estado do Recôncavo da Bahia.

Analisou-se, neste trabalho, os principais processos de socialização nos quais interagem os jovens agricultores familiares do Recôncavo e se buscou, a partir deles, verificar como estes jovens formatam seus projetos.

Baseando-se nos resultados da pesquisa, verificou-se que os jovens agricultores familiares da Microrregião de Santo Antonio de Jesus-Ba têm uma participação relevante na atividade familiar agrícola. Os resultados desta pesquisa comprovaram as hipóteses construídas acerca do objeto de estudo.

Verificou-se que a socialização no trabalho familiar agrícola pode ser compreendida como um objeto fundamental da reprodução social na agricultura familiar, porquanto produz uma nova geração de agricultores familiares. A família aparece como instituição socializadora de suma importância, pois, além de ser a primeira instituição socializadora do jovem é, também, o local onde este jovem estabelece sua primeira relação com o trabalho. É na relação familiar que o jovem adquire o *habitus* profissional. Entretanto, a escola surge como agência socializadora oposta aos valores aprendidos na unidade de produção familiar e, traz para estes jovens novas ideias e valores, que de forma geral tende a negar e desvalorizar as atividades agrícolas que são entendidas como atrasadas.

Em relação à educação formal, averiguou-se que 59% dos jovens entrevistados não estão estudando atualmente e 44% possuem apenas o nível fundamental incompleto. O grupo etário com maior nível de escolaridade são as jovens de 24 a 25 anos de idade que 30,8% afirmaram ter o nível médio completo.

Verificou-se, também, nesta pesquisa, que os jovens são inseridos ainda quando crianças no trabalho familiar agrícola, mais de ¼ dos jovens entrevistados afirmaram ter começado a trabalhar com 10 anos de idade.

Constatou-se uma relação negativa entre condição de estudo e projeto agrícola, uma vez que prevalece, entre os jovens que estavam estudando, a recusa de ser agricultor, índice que é bastante superior ao registrado para esta resposta entre o total de entrevistados. Em contrapartida, entre os que não estudavam na ocasião da entrevista, a grande maioria afirma querer se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar. Ficam na atividade agrícola os jovens que não estão inseridos no sistema de ensino. Isto confirma a opinião corrente entre os entrevistados que colocam estudos e trabalho agrícola como possibilidades dicotômicas. Sendo o estudo formal e o trabalho agrícola opções contrapostas nas práticas sociais dos entrevistados, podem ser esperados efeitos distintos de cada uma destas agências de socialização.

Conforme pode ser verificado na pesquisa, quanto maior o envolvimento com o trabalho familiar, maior será, também, a disposição do jovem de se estabelecer, profissionalmente, como agricultor. Isto pode ser evidenciado relacionando-se a jornada de trabalho diário na agricultura e a disposição de ser agricultor. Entre os jovens com menores jornadas diárias de trabalho, predominam projetos profissionais não agrícolas.

Foram verificados, também, os projetos de vida dos jovens agricultores familiares e, percebeu-se que um número significativo dos entrevistados pretendem permanecer residindo no campo e também um pouco mais da metade dos entrevistados pretendem casar-se com um(a) agricultor(a).

Esses dados revelaram que os jovens, ao refletirem sobre o futuro, levam em consideração a possibilidade de permanecer no trabalho agrícola, contudo fazem opção por projetos profissionais não agrícolas por quererem ter melhores condições de vida.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, M. **Juventude e Juventudes na realidade do Brasil**. Goiânia: 2006. Disponível em: <http://www.anchietanum.com.br/semana1/julho/segunda/apresentmiriam.ppt>. Acessado em: 16/06/2013.

CARNEIRO, J. M. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. 2012. Acessado em: 16/06/2013. Disponível em: <http://educampoparaense.org/site/media/O%20IDEAL%20RURBANO.pdf>

CASTRO, G. E. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez.juv* [online]. 2009, vol.7, n.1, pp. 179-208. ISSN 1692-715X. Acessado em 16/06/2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v7n1/v7n1a08.pdf>>

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed.-8.reimpr- São Paulo: Atlas, 2007.

GUIGOU, J. **Problemas de uma sociologia da juventude rural**. Rio de Janeiro. Zahar Editores,1968.

MAGNANI, C. G. J. **Tempo social**, São Paulo, v. 17, n.2, p. 173-205, Nov. 2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a08vn2.pdf>. Acessado em: 18/06/2013

MANNHEIN, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: Brito, S. de (org.) **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro.Zahar, 1968.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Juventude e Contemporaneidade. – Brasília** : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: Un campo de estudio; Breve agenda para la discusión.(2003) In: **Juventude e Contemporaneidade. – Brasília** : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16). <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154569por.pdf>. Acessado em: 12/06/2013

SANSONE, L. O Funk “Global” na Bahia e no Rio de Janeiro. Interpretações locais da globalização negra. In: **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Tradução: Vera Ribeiro.- Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SILVA. M. C. **Ser jovem moça, ser jovem rapaz – socialização e modos de vida em área rural na Bahia**. 2010 <http://www.fazendogenero.ufsc.br>. Acessado em: 26/06/2012

SILVA, O. R. A. (et al). **O papel da juventude rural na construção de territórios de Esperança**. <http://www.redesrurais.org.br>. Acessado em: 26/06/2012

SPANVELLO, M. R. **Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional**. 2005. www.sober.org.br/palestra/2/797.pdf. Acessado em: 25/06/2012

WEISHEIMER, N. **Estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Relatório técnico. Cachoeira, 2012.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre 2009a. 331p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa em Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WEISHEIMER, N. História da Sociologia da juventude. In: **Sociologia da Juventude. [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)**. –Curitiba: Ibex, 2009b.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. ; 21 x 28 cm. – (Estudos Nead ; 7).

JUVENTUDES NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ E SUA PERCEPÇÃO SOBRE PERMANECER (OU NÃO) NO MEIO RURAL - Luciana Soares de Moraes e Wânia Rezende Silva

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Neste artigo, procuramos analisar a ocorrência de perdas de população jovem no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, bem como a percepção destes jovens sobre os fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. Foram utilizados dados dos Censos 2000 e 2010 (IBGE), além de entrevistas junto a 20 jovens, filhos e filhas de agricultores familiares, assentados e beneficiários do Crédito Fundiário, de 7 municípios do Território, cujas famílias tinham como atividades produtivas principais o cultivo do café, fruticultura, olericultura e gado de leite. Constatou-se que persistem as perdas populacionais em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40 anos de idade, tendência também observada para o Brasil. Considerando-se que são as mulheres jovens que mais deixam o meio rural, temos aqui um número maior de jovens do sexo masculino que feminino, tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativos de envelhecimento e masculinização. No entanto, percebemos que, à medida que os/as jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família, acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade, crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que, diga-se de passagem, foi o desejo manifestado por todos os nossos entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: juventude rural, agricultura familiar, Norte Pioneiro do Paraná.

ABSTRACT: In this paper we sought to understand the reality experienced by youth in the North Pioneer of Paraná as well as the most important factors that motivate young people to continue living in rural areas. Bibliographic and census data, and interviews were used to achieve our goals. The key informants were 20 young (men and women) from family farming, including beneficiaries of agrarian reform and agrarian credit, which produce mainly coffee, milk, fruits and vegetables. It was found that the region continues having demographic losses, especially in group from 0 to 24 years old at the same time the 40-year-old-and-older age group has been increasing. It is important to clarify that young women usually leave the rural areas more than young men, what make rural regions like the North Pioneer having more boys than girls (young age – from 15 to 29 years old) in the countryside. However, since the rural young people are able to own the land, having incomes from the rural property, healthy and sustainable family relationships, access to public policies, sufficient transport and a good education, there is a good chance for them to remain in rural areas. This was the wish of the young rural people we have studied in this research.

KEYWORDS: rural youth, family farming, North Pioneer of Paraná.

Apresentação

Este artigo apresenta parte dos resultados da reflexão empreendida em torno da temática juventude rural no contexto do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, em dissertação defendida pela primeira autora, em maio de 2014, junto ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá– UEM.

O objetivo do artigo é analisar se têm ocorrido perdas populacionais na faixa etária jovem (15 a 29 anos) no Território em questão, como vem sendo constatado para outras regiões com características semelhantes (predominantemente rurais). Buscamos ainda

entender se os jovens têm permanecido ou não no meio rural do Território, e quais suas percepções sobre esta decisão de ficar ou sair.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2007), predomina no Território Integração Norte Pioneiro o tipo de estabelecimento agropecuário familiar – com utilização de mão de obra exclusivamente doméstica (59,2%), seguido pelo tipo familiar empregador – que complementa a mão de obra contratando terceiros (26,6%), num total de 85,8% dos estabelecimentos, enquanto os não familiares representam apenas 14,2%.

Estes dados nos levam à discussão sobre a importância da agricultura familiar neste contexto. Stropasolas (2003) nos alerta para a importância que vem ganhando a discussão dos aspectos relacionados ao rural e à agricultura familiar, particularmente por seu papel na geração de trabalho e renda. Em suas palavras:

A opção pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural vem adquirindo uma unanimidade que se baseia, de maneira geral, em análises que lhe atribuem uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal, particularmente por sua potencialidade em termos de “sustentabilidade” e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural (STROPASOLAS, 2003, p. 1).

Daí, resultaria que as questões relativas à juventude rural e sua permanência ou não no meio rural teria um impacto significativo no próprio desenvolvimento do local, especialmente nestas regiões predominantemente rurais. Segundo o autor, “no caso dos jovens, eles fazem escolhas vivenciando conflitos pessoais e estruturais. Encontram o diverso e as restrições nas diferentes realidades em que transitam, em que apostam seus projetos visando ‘mudar’ a condição de vida” (STROPASOLAS, 2003, p. 9).

Desta forma, ainda que tenhamos alguns estudos já realizados, dentre os quais se destaca Abramovay (1998 e 2001); Silvestro et al (2001); Stropasolas (2004) e Castro (2009), sobre a juventude rural no Sudeste e Sul do país, esta discussão se justifica uma vez que temos a carência de estudos mais específicos acerca da realidade deste grupo no Paraná, e em especial no Território Integração Norte Pioneiro.

A relevância desta discussão proposta remete à própria importância das políticas públicas voltadas à juventude rural na atualidade, para o Estado do Paraná, em geral, e para o Norte Pioneiro, em particular, uma vez que todos os municípios integrantes deste Território podem ser considerados municípios rurais¹³³.

O texto, além desta apresentação, está estruturado em quatro partes: I) Juventudes rurais: uma breve reflexão sobre estudos já realizados; II) O local em estudo: Território Integração Norte Pioneiro; III) Percepções dos jovens sobre permanecer ou não no meio rural; e IV) Considerações finais.

Juventudes rurais: uma breve reflexão sobre estudos já realizados

Atualmente no Brasil, para fins legais e definição de políticas públicas, se entende por juventude aquelas pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Não obstante esta demarcação da juventude com base na idade seja importante para a realização de comparações com outras realidades e para a definição de público beneficiário de políticas públicas, Esteves e Abramovay (2008) alertam para a heterogeneidade dos grupos juvenis, os

¹³³ O autor Eli da Veiga considera como municípios “rurais” aqueles que possuem até 50 mil habitantes e densidade populacional menor de 80 hab/km² (VEIGA, 2002).

quais têm acesso diferenciado às oportunidades, facilidades e poder, configurando-se assim como *juventudes* (no plural). Em suas próprias palavras:

A juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2008, p.4).

Desta forma, Esteves e Abramovay (2008), ao assumirem esta posição teórica, o fazem em concordância com a linha de pensamento de Margulis e Urresti (1996) que consideram que a categoria juventude, ainda que tenha uma dimensão simbólica, também possui determinantes materiais, históricas, culturais e políticas, o que os leva a afirmar (em intertextualidade, e discordando, em partes, de Bourdieu) que “a juventude é mais que uma palavra”, conforme se pode observar na sua fala:

La juventud, como toda categoria socialmente constituída, que alude a fenômenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos em que toda producción social se desenvuelve (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 02).

Cabe considerar, porém, que segundo Esteves e Abramovay as duas abordagens – faixa etária e construção social – não são excludentes, uma vez que, dependendo do enfoque do estudo, podemos ressaltar a homogeneidade do grupo, quando comparada a outras gerações, ou sua heterogeneidade, ao analisarmos suas condições sociais concretas (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2008).

Esta forma de analisar o conceito (que relaciona faixa etária e o entendimento de juventude enquanto construção social) apresenta-se como particularmente interessante em nosso estudo, no qual buscamos, em primeiro lugar, compreender as diversas realidades vivenciadas pelas juventudes rurais do Norte Pioneiro do Paraná, entendendo porém, que estas realidades possuem uma certa homogeneidade que se contrapõe ao experimentado pelas demais gerações.

Wanderley (2007), embasada nos estudos de Abramo (2007) e Singer (2005), considera que os jovens rurais configuram-se como uma parcela específica das juventudes brasileiras, que vivenciam situações diversas, diferenciando-se dos grupos urbanos especialmente por pertencerem ao ambiente social rural, estando geralmente conectados a uma propriedade agrícola familiar.

Estes jovens rurais estão envolvidos em uma dinâmica espacial na qual se relacionam a casa/ família; vizinhança/ comunidade e a cidade (mundo urbano-industrial). Na opinião de Wanderley (2007, p. 23), “mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade”. Assim, a vivência cotidiana destes jovens carrega as marcas do relacionamento com a família e comunidade local. Se, por um lado, a contribuição dos jovens nas atividades de seus grupos familiares é vital para a reprodução destas unidades produtivas, por outro, a comunidade traduz-se enquanto espaço de trabalho, das amizades, e das formas tradicionais de lazer e convivência cotidiana (WANDERLEY, 2007).

A autora (Wanderley, 2007), em artigo no qual investiga os jovens rurais de pequenos municípios do Pernambuco, vai afirmar que “os jovens rurais, são, antes de tudo, jovens”. Com isto Wanderley procura ressaltar a semelhança destes com grupos que vivem nas cidades, no que se refere ao modo de vestir, amizades, preferência por artistas, grupos musicais e esportistas, entre outras coisas. O que de forma alguma, ressalta a autora, pode ser entendido como homogeneidade, ou seja, estão integrados à realidade social da juventude brasileira como um todo, à mercê das tensões e contradições da sociedade brasileira. Por outro lado, mesmo dentro das áreas rurais, é grande a diversidade de situações experimentadas pela juventude que aí vive, o que demonstra também heterogeneidade.

Novaes (2007) *apud* Carneiro e Castro (2007, p.101) vai destacar justamente a existência de desigualdades e diferenças dentro do grupo denominado juventude rural: “Também, no interior do que chamamos genericamente ‘juventude rural’ existem desigualdades e diferenças em termos de cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia. A ‘juventude de hoje’ é marcada pela heterogeneidade”.

Dentre as diversas situações juvenis, encontraremos os jovens casados e/ ou com filhos. Castro *et al* (2009, p.70) ao estudarem jovens participantes dos eventos dos movimentos sociais no Brasil, contataram que “os jovens casados e os jovens com filhos, ainda que em minoria, aparecem e são reconhecidos nos eventos como parte da realidade da juventude do campo”. As autoras entendem então ser necessário “(...) repensar a categoria juventude para além da sua ‘natural’ associação com a condição de jovens solteiros sem filhos”. Ou seja, ainda que haja uma tendência a deixar de considerar como “jovens” aqueles que já constituíram uma nova família, nem do ponto de vista legal, nem da prática das organizações de jovens, esta tendência teria razão de ser.

Quanto à temática juventude em si, ainda que tenha ganhado destaque no debate acadêmico, e nas ações governamentais e não governamentais, a atenção geralmente está voltada ao grupo urbano e residente nas grandes metrópoles, enquanto aqueles ligados ao rural tem tido pouca atenção (CASTRO, 2009). Neste sentido, vale citar aqui o estudo de Weisheimer (2005) que se propõe a mapear e discutir o que foi produzido de conhecimento sobre a temática juventude rural no Brasil no período de 1990 a 2004.

Para esta finalidade, o autor investigou livros, resumos de teses, dissertações e artigos publicados em revistas ou anais de eventos científicos, material este disponível na rede mundial de computadores – Internet. Os resultados mostraram dois aspectos que são enfatizados no trabalho dos pesquisadores da juventude rural: a participação destes jovens nos processos migratórios e certa “invisibilidade” da juventude rural. Utilizando-se de dados do IBGE, o autor esclarece que de 1991 a 2000 teria havido uma redução de 26% do número de jovens residindo no meio rural, sendo os jovens do sexo feminino que mais migram, resultando na chamada “masculinização” do meio rural (WEISHEIMER, 2005).

Em análise mais recente, Castro *et al* (2009), ao traçarem o panorama do campo de estudos sobre a juventude rural no Brasil, identificam até o ano 2007, a publicação de 197 obras relativas à temática, sendo 47,2% (93) referências bibliográficas (artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisas e resumos em anais); 45,2% (89) teses, dissertações e monografias e 7,6% livros (15 livros publicados).

Na opinião das autoras:

se por um lado, o reduzido número de livros e teses de Doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, por outro, o considerável número de dissertações de

Mestrado e artigos sobre a juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000 (CASTRO et al, 2009, p.49).

Destacamos aqui algumas questões explicitadas em alguns trabalhos interessantes sobre juventudes rurais realizados no Brasil. Abramovay *et al* (2000), ao estudarem a problemática da sucessão na agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, buscam discutir quais seriam os fatores determinantes para a formação profissional de uma nova geração de agricultores (ABRAMOVAY *et al*, 2000, p.1).

Estes autores buscaram, em primeiro lugar, entender se a permanência dos jovens na agricultura seria uma opção ou uma fatalidade e quais fatores determinariam a escolha profissional destes jovens, destacando-se: educação, influência familiar, pobreza e relacionamento social. Segundo as conclusões da pesquisa, o baixo nível de escolaridade daqueles possíveis candidatos à sucessão nas propriedades interferia negativamente no acesso aos seus direitos e exercício da cidadania (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Existiria, porém, uma consciência de que, para encarar o desafio de assumir uma unidade produtiva e gerar renda, seria necessário que os jovens tivessem níveis mais elevados de conhecimento, sendo esta escolaridade no mínimo a 8ª série – agora chamado 9º ano - na opinião de 70% dos rapazes entrevistados pelo trabalho de Abramovay (ABRAMOVAY et al, 2000).

Quanto às diferenças em relação à permanência ou saída do meio rural, tem sido constatado o caráter seletivo da migração nas regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil, sendo que a população jovem é que mais migra, e entre os jovens, as mulheres são a maioria dos que deixam o campo, levando ao processo de “masculinização” do meio rural (STROPASOLAS, 2004).

Tanto o estudo de Abramovay *et al* (2000), quanto Stropasolas (2004) constataram tal fenômeno. Abramovay *et al* encontram no estudo que existia um desejo dos rapazes entrevistados, oriundos da agricultura familiar da região estudada, de continuarem na profissão de agricultores. Quanto às moças, porém, tinham uma visão negativa a respeito desta possibilidade: em torno de 32% apenas desejam permanecer no estabelecimento agropecuário, porém 37% acreditam que este seja seu futuro, ou seja, uma parcela destas moças veem esta permanência como uma fatalidade, sendo que maior parte destas são provenientes das famílias mais empobrecidas (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Os autores atribuem esta diferença de opinião à diferença de escolarização entre rapazes e moças: enquanto eles têm consciência de que o baixo nível de escolarização não lhes garantiria um futuro promissor fora da propriedade, elas talvez percebam que teriam mais chances lá fora, uma vez que estudaram um pouco mais que os rapazes (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Stropasolas (2004), ao estudar os conflitos de valores, representações, expectativas e projetos de vida de filhos de agricultores familiares de Santa Catarina, também vai constatar que o êxodo rural é maior entre as mulheres jovens uma vez que estas foram mais bem preparadas para enfrentar a vida urbana que os rapazes, o que lhes permite inclusive questionar a proposta de vida no meio rural que não proporciona a elas as mesmas oportunidades que aos homens. “A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo” (STROPASOLAS, 2004, p. 255).

Outra grande dificuldade para que os jovens filhos de agricultores permaneçam na profissão é a questão do acesso à terra, segundo constatam os autores de estudo realizado na

região Oeste de Santa Catarina (ABRAMOVAY *et al*, 2000). Além disso, na opinião dos rapazes, outros fatores dificultam, como: falta de capital pra investimento (81%) e falta de novas oportunidades de renda (40%).

Pouca terra, recursos monetários insuficientes e trabalho familiar seriam a base de que os jovens de Pernambuco, estudados por Wanderley (2007) dispunham para o planejamento do seu futuro. “Base precária e insuficiente para uma grande parcela, que torna sua reprodução como agricultor largamente dependente da própria existência de um patrimônio familiar viável para as gerações futuras” (WANDERLEY, 2007, p. 32).

No que se refere à influência dos pais para que os filhos permaneçam na agricultura, o que os autores Abramovay *et al* (2000) nos lembram é que até a década de 1960 possuía uma conotação moral, neste caso vai variar segundo os níveis de renda das famílias. Enquanto nas famílias com melhores rendimentos, a maioria estimula os jovens a permanecer na agricultura, apenas 31% das famílias com pior situação financeira o faz. Os autores assim concluem:

É interessante observar que a **obrigação de ficar com os pais** (grifo do autor) é também francamente minoritária, confirmando que o padrão sucessório anterior em que o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade foi claramente ultrapassado (ABRAMOVAY *et al*, 2000, p. 8).

Vale lembrar ainda uma questão importante para a discussão da possibilidade de permanência dos jovens no meio rural: a possibilidade de participar da tomada de decisões no que se refere à propriedade rural. Sobre esta questão, Castro *et al* (2009, p.154) afirmam que “a falta de autonomia em relação às decisões na unidade produtiva ainda é uma realidade para os jovens e, em especial, para as jovens que permanecem no campo, o que reproduz as relações de subordinação dos jovens à figura do pai, chefe de família”. Neste mesmo sentido, as pesquisas têm demonstrado, segundo Stropasolas (2004, p. 262), “(...), uma débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar e, particularmente, um viés de gênero presente nessas questões, em prejuízo das moças”.

Castro (2009), ao discutir os processos de exclusão social e os significados do “ficar” ou “sair” entre jovens rurais de um assentamento da reforma agrária e um acampamento de trabalhadores sem-terra da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, parte de duas questões que vem sendo pontuadas pelos estudiosos da questão: as dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo no acesso a escolarização e ao trabalho, por um lado, e por outro uma possível atração que o meio e o estilo de vida urbano exerceriam sobre os jovens rurais.

A autora assim pode constatar as citadas dificuldades de permanência dos jovens no campo, conforme outras pesquisas já haviam indicado, ao analisar principalmente as condições de acesso à escola a partir da segunda fase do Ensino Fundamental. Entretanto, Castro (2009) alerta que estas dificuldades não podem ser tratadas de forma separada das questões que preocupam a agricultura familiar atualmente (produção, reprodução, condições de vida, acesso a bens e serviços), ainda que alguns problemas atinjam de forma mais direta ao público jovem.

Neste sentido, a autora considera que a permanência ou saída do campo é um processo “(...) mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (CASTRO, 2009, p. 205). Em sua opinião, os jovens rurais, além de conviver rotineiramente com as questões que afligem os agricultores familiares, ainda estão submetidos a outros antigos problemas, como é o caso da autoridade paterna e hierarquia na

família, comunidade e outros grupos sociais, onde a opinião e autonomia do jovem nem sempre é considerada (especialmente no que se refere às mulheres).

Por outro lado, Castro (2009) alerta que ainda persiste a visão do jovem como desinteressado e descompromissado com o meio rural, ao mesmo tempo em que cresce uma cobrança (por parte de algumas pesquisas realizadas recentemente, bem como por parte das políticas públicas) no sentido de permanência deste grupo no campo como forma de reverter o processo de esvaziamento do meio rural. A autora propõe então que se problematize esta ideia do jovem como o herói da transformação social, a partir do entendimento de que as questões enfrentadas pelo meio rural na atualidade “demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira” (CASTRO, 2009, p. 205).

Por fim, cabe destacar ainda que, devido à histórica desvalorização do rural frente ao urbano, questão ainda não superada, “quem se identifica como jovem rural sente cotidianamente o estigma de viver no campo. Há uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a imagens de atraso” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.129). Esta hierarquização entre rural e urbano ainda contribuiria para a invisibilidade da juventude rural, na opinião das autoras.

Esta identidade¹³⁴ de jovem rural, do sítio ou do campo, permeada, por um lado, pelo que se atribui a ela, e por outro, pelo que se constrói a partir do local social ocupado por cada um destes sujeitos, nem sempre vai ter uma conotação negativa. Freire e Castro (2007, p. 226) ao pesquisar a identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária, constataram que, por um lado, os jovens pesquisados sentem-se orgulhosos de serem do campo, ao passo que outros expressam certa infelicidade com sua condição, devido aos preconceitos e discriminações que vivenciaram ao longo de sua vida. Comparando-se aos jovens da cidade, porém, enumeram como vantagens a vida tranqüila do campo, a natureza exuberante, a alimentação saudável e o ar puro, contrapondo-se à miséria, fome, poluição e violência relacionadas à cidade.

Por outro lado, a cidade também representa uma possibilidade de vida mais digna, com oportunidades diferenciadas de trabalho, educação e lazer. E o campo, apesar de constituir-se num local “bom pra se viver”, ainda estaria relacionado à penosidade do trabalho agrícola (FREIRE e CASTRO, 2007). Assim, as autoras vão entender que:

É na relação de identidade e diferença que jovens do campo constituem e afirmam sua (s) identidade (s) mediada na ‘tensão’ e às vezes contraditória relação campo e cidade. A cidade é vislumbrada como espaço social, sobretudo de oportunidades de formação e qualificação profissional, de acesso à informática e internet, reconhecidas como elementos formativos indispensáveis na atualidade. As raízes no campo e na sua dinâmica sociocultural, no entanto, estimulam os jovens a conceber projetos de vida vinculados ao campo, mas em condições e patamares mais elevados, dignos (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 231).

Desta forma, ao se pensar em políticas públicas para os jovens rurais hoje, devemos ter como norte a articulação entre ações específicas e demandadas por aqueles que se reconhecem como parte deste público, ao mesmo tempo em que se garantem políticas

¹³⁴ “A identidade é uma categoria relacional, é afirmação do eu na relação com o outro, marcada pela diferença, em que se distingue daquilo que não é. Trata-se de uma construção simbólica e social, depende de algo de fora dela, de outra identidade, não nasce pronta e acabada, é construída no tecido social, portanto, vinculada às condições em que a vida dos sujeitos se materializa” (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 224).

estruturantes voltadas à transformação da realidade rural no Brasil, como a reforma agrária, infraestrutura, educação e trabalho e renda (CASTRO, 2009).

Cabe-nos questionar aqui se as expectativas dos jovens rurais do Território Integração Norte Pioneiro iriam por um caminho semelhante aos de outros grupos juvenis do sul do Brasil. Uma primeira pista para analisarmos tal questão são os relatórios dos trabalhos do I Encontro Territorial da Juventude Rural¹³⁵, onde podemos constatar que suas demandas estão relacionadas à melhoria da infraestrutura das propriedades (moradia, saneamento básico, estradas e crédito rural), alternativas de renda, educação voltada à realidade em que vivem e melhoria da organização e participação dos jovens em instâncias de decisão.

O local em estudo: território integração norte pioneiro

O Território Integração Norte Pioneiro do Paraná¹³⁶, composto por 29 municípios, possui uma área territorial de 10.436.039 km², estando localizado na região Norte do Paraná, conforme pode ser visto na ilustração a seguir – figura 01 (IPARDES, 2007).

Em 2010, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população total dos municípios deste Território somava 312.757 habitantes, sendo que destes 235.544 constituíam a população urbana e 77.213 a população rural do Território, o que resultava num grau de urbanização igual a 75,31% e densidade demográfica igual a 29,97 hab./ km² (Tabela 01).

¹³⁵ O I Encontro Territorial da Juventude Rural do Norte Pioneiro aconteceu no dia 08 de Novembro de 2010, no município de Ibaiti, Paraná. A autora, enquanto funcionária do Instituto Emater, teve a satisfação de participar da Comissão Organizadora do mesmo.

¹³⁶ Em 2007, como resultado desta organização, mas principalmente da articulação política, vinte e sete municípios da região Norte Pioneiro do Paraná foram reconhecidos como Território pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, aos quais se somaram, a seguir (por força política), mais dois municípios, totalizando os 29 municípios que hoje compõem o Território.



Figura 01- Localização do Território Integração Norte Pioneiro

Fonte: IparDES, 2007 (reelaborado pela autora).

Nos dados do Censo anterior (IBGE, 2000), a população total era de 309.430 habitantes, enquanto a rural somava 91.759 pessoas, o grau de urbanização era de 70,3% e a densidade demográfica de 29,6 habitantes/km². Percebemos, desta forma, uma redução do número de habitantes do meio rural nesta década e intensificando o processo de urbanização dentro do próprio Território.

Ao compararmos os dados dos Censos 2000 e 2010, podemos perceber ainda que, apesar de ter havido um aumento na população total do Território, dezoito (18) dos vinte e nove (29) municípios tiveram perdas populacionais (redução do seu número de habitantes). A redução ocorreu principalmente nas populações rurais dos municípios, sendo que do total deles, apenas quatro (4) municípios tiveram aumento de sua população rural (Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul e Siqueira Campos)¹³⁷. Por outro lado, cinco (5) municípios (Guapirama, Jundiá do Sul, Santa Amélia, Santana do Itararé e Tomazina) apresentaram redução de sua população do meio urbano.

¹³⁷ No caso de Congonhinhas e Jundiá do Sul, este aumento possivelmente deve-se ao grande número de famílias assentadas recentemente.

Tabela 01 – População, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA 2000	POPULAÇÃO URBANA 2010	POPULAÇÃO RURAL 2000	POPULAÇÃO RURAL 2010	POPULAÇÃO TOTAL 2000	POPULAÇÃO TOTAL 2010	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2010	DENSIDADE DE 2000	DENSIDADE DE 2010	ÁREA Km²
Abatiá	5 356	5.732	2 903	2.032	8259	7.764	64,9	73,83	36,1	33,95	228,717
Carlópolis	8347	9.353	4958	4.353	13305	13.706	62,7	68,24	29,7	30,36	451,418
Congonhinhas	4704	4.834	3147	3.445	7851	8.279	59,9	58,39	14,6	15,45	535,964
Conselheiro Mairinck	2406	2.515	1057	1.121	3463	3.636	69,5	69,17	16,9	17,76	204,706
Guapirama	2917	2.900	1151	991	4068	3.891	71,7	74,53	21,5	20,58	189,1
Ibaiti	19707	23.116	6741	5.635	26448	28.751	74,5	80,40	29,5	32,03	897,737
Jaboti	2641	3.027	1949	1.875	4590	4.902	57,5	61,75	33	35,2	139,277
Jacarezinho	33515	34.774	6110	4.347	39625	39.121	84,6	88,89	65,8	64,93	602,529
Japira	2327	2.733	2574	2.170	4901	4.903	47,5	55,74	25,9	26,04	188,288
Joaquim Távora	6972	8.220	2689	2.516	9661	10.736	72,2	76,56	33,4	37,13	289,173
Jundiá do Sul	2266	1.976	1393	1.457	3659	3.433	61,9	57,56	11,4	10,7	320,817
Nova Fátima	6591	6.609	1714	1.538	8305	8.147	79,4	81,12	29,3	28,75	283,423
Nova Santa	2871	3.279	740	629	3611	3.908	50,3	83,90	50,3	54,46	71,764

Bárbara												
Pinhalão	3532	3.924	2685	2.291	6217	6.215	56,8	63,14	28,2	28,17	220,626	
Quatiguá	5929	6.372	813	673	6742	7.045	59,8	90,45	59,8	62,52	112,689	
Ribeirão Claro	6796	7.085	4107	3.593	10903	10.678	62,3	66,35	17,2	16,97	629,224	
Ribeirão do Pinhal	10675	11.078	3666	2.446	14341	13.524	74,4	81,91	38,3	36,09	374,733	
Salto do Itararé	3419	3.723	2130	1.455	5549	5.178	61,6	71,90	27,7	25,82	200,519	
Santa Amélia	2950	2.886	1457	917	4407	3.803	66,9	75,89	56,6	48,73	78,045	
Santa Cecília do Pavão	3002	3.057	1062	589	4064	3.646	73,9	83,85	36,9	33,09	110,2	
Santana do Itararé	3465	3.456	2173	1.793	5638	5.249	61,5	65,84	22,4	20,89	251,267	
Santo Antônio da Platina	32617	36.944	7326	5.763	39943	42.707	81,7	86,51	55,4	59,19	721,473	
Santo Ant. do Paraíso	1718	1.822	1072	586	2790	2.408	61,6	75,66	16,8	14,51	165,904	
São Jerônimo da Serra	5331	5.661	6419	5.676	11750	11.337	45,4	49,93	14,3	13,76	823,776	
São José da Boa Vista	3501	3.864	3477	2.647	6978	6.511	50,2	59,35	17,5	16,29	399,668	
Sapopema	3183	3.552	3689	3.184	6872	6.736	46,3	52,73	10,1	9,94	677,611	
Siqueira Campos	11768	13.424	4232	5.030	16000	18.454	73,6	72,74	57,5	66,37	278,035	

Tomazina	4286	4.119	5645	4.672	9931	8.791	43,2	46,85	16,8	14,86	591,439
Wenceslau Braz	14879	15.509	4680	3.789	19559	19.298	76,1	80,37	49,2	48,5	397,917
TERRITÓRIO	212315	235.544	88.856	77.213	309.430	312.757	70,3	75,31	29,6	29,97	10.436,039

Fonte: Dados do IBGE (2010) e IPARDES (2007), trabalhados pela autora.

Os dados mostram ainda que, em 2010, *todos* os 29 municípios do Território possuíam menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica abaixo de 80 hab/km², sendo Santo Antônio da Platina e Jacarezinho os municípios mais populosos, apesar de Jacarezinho ter sofrido redução de sua população no período 2000 - 2010. Assim, ainda que os dados indiquem um grau de urbanização igual a 75,1%, segundo a classificação proposta por Veiga (2002), todos poderiam então ser considerados como “municípios rurais”.

A análise dos resultados dos dois Censos (2000 e 2010) revelou também que em 2000 havia mais homens (155.834) que mulheres (153.596) na população total do Território, situação típica de regiões “rurais” do país, conhecida como “masculinização do campo”. Em 2010, porém, a situação se inverte, constatando-se um número ligeiramente maior de mulheres (156.527) que homens (156.230) na população total.

O gráfico que compara as pirâmides etárias do Território, elaboradas a partir dos dados dos dois Censos em questão (apresentado a seguir), demonstra as principais mudanças ocorridas na população neste período. Comparando-se com as pirâmides etárias do Brasil para o mesmo período, notamos que há um comportamento semelhante, com o estreitamento da base da pirâmide (redução da população de 0 a 24 anos e aumento a partir dos 40 anos de idade).

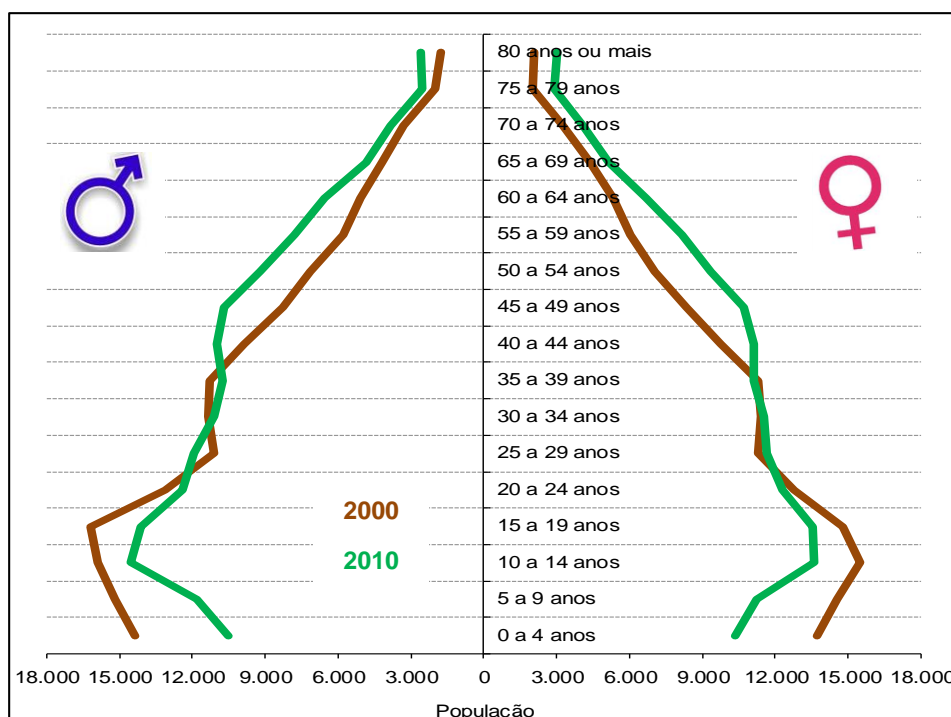


Figura 02 – Pirâmides Etárias da População do Território Integração Norte Pioneiro – Comparação Censo 2000 e 2010.

Fonte: Dados do IBGE, 2000 e 2010 (organizados pela autora).

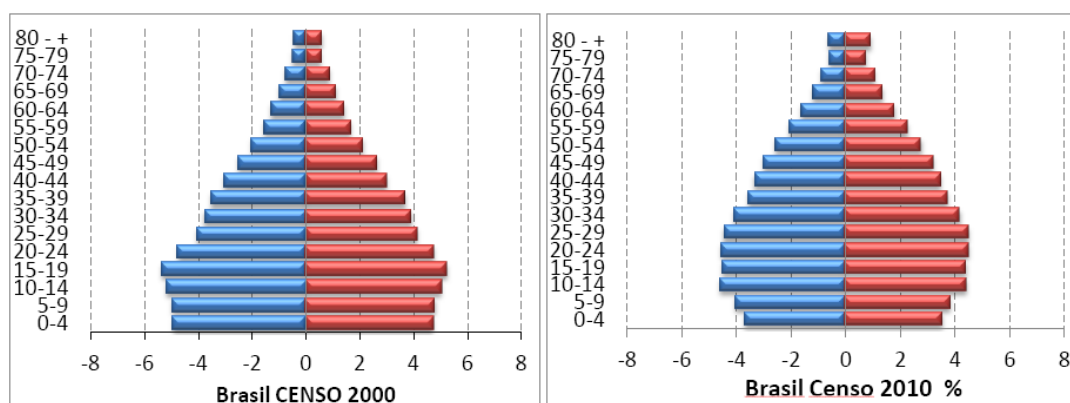


Figura 03 – Comparação Pirâmides Etárias da População do Território Integração Norte Pioneiro e Brasil – Comparação 2000 e 2010.

Fonte: Dados do IBGE, segundo Alves e Cavenaghi (2012, p. 8)

Quanto à população em idade jovem (15-29 anos) no Território, em 2000 contabilizaram-se 79.221 pessoas, sendo 40.336 homens e 38.885 mulheres. Nas faixas etárias de 15-19 e 20-24 anos, havia mais homens que mulheres, enquanto na faixa etária de 25-29 anos, contabilizavam-se mais mulheres que homens. Na última contagem (2010), entretanto, a população de 15-29 anos foi reduzida para 75.997 pessoas, continuando a contarem-se mais homens (38.484) que mulheres (37.513) em todas as faixas etárias jovens (15-19, 20-24 e 25-29 anos), apesar da população total do Território contabilizar mais mulheres que homens (IBGE, 2010).

Tabela 02 – População Jovem (15 a 29 anos) no Território, em 2000 e 2010

Faixa Etária	ANO 2000			ANO 2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19	30.972	16.134	14.838	27.672	14.145	13.527
20 a 24	25.876	13.115	12.761	24.738	12.426	12.312
25 a 29	22.373	11.087	11.286	23.587	11.913	11.674
Total	79.221	40.336	38.885	75.997	38.484	37.513

Fonte: Dados do IBGE (2000 e 2010) organizados pela autora.

Se considerarmos que, por um lado, a população total do Território cresceu em números absolutos neste período (2000 a 2010), e que, por outro lado, a população em idade jovem (15 a 29 anos) também cresceu em números absolutos no Brasil e no Paraná (Tabela 03, a seguir), constatamos no Território uma situação inversa, com

decréscimo da população em idade jovem, indicando perdas populacionais nesta faixa etária.

No mesmo período (2000 – 2010), ocorre um crescimento da população em idade jovem no meio urbano e redução no meio rural no Território (assim como no Paraná e Brasil). Desta forma, temos que os jovens do Território Integração continuam a deixar o campo e mudar-se para a cidade, ao mesmo tempo em que migram também para outras regiões do Estado ou mesmo para fora do Estado, o que é indicado pela perda de população em números absolutos (Tabela 03).

Esta redução da população em idade jovem no Território deu-se, principalmente, nas faixas etárias de 15-19 anos (exceto em 4 municípios) e 20-24 anos (com exceção de 11 municípios), enquanto na faixa de 25 a 29 anos de idade houve um ligeiro crescimento, para o que contribuíram 12 municípios do Território, ou seja, na maioria dos municípios houve perdas também nesta faixa etária (IBGE, 2010).

Tabela 03 – População Jovem (15 a 29 anos) Total, Rural e Urbana, no Brasil, Paraná e Território – 2000 e 2010.

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	2000	2010
	Total	47.939.723	51.330.569
BRASIL	Urbana	39.331.638	43.522.942
	Rural	8.608.084	7.807.627
	Total	2.616.327	2.710.195
	Urbana	2.153.898	2.347.436
PARANÁ	Rural	462.429	362.759
	Total	79.221	75.997
TERRITÓRIO	Urbana	55.380	58.893
	Rural	23.841	17.104

Fonte: Dados do IBGE (2000 e 2010) organizados pela autora.

Em resumo, conforme observado para outras regiões de características predominantemente “rurais” no Brasil, o Território Integração Norte Pioneiro continua a perder população em idade jovem (15-29 anos). Neste contexto, cabe observar ainda que são as mulheres as que mais migram, ocasionando a chamada “masculinização” do

campo (enquanto na população total do Território a maioria é de mulheres¹³⁸, na faixa etária jovem, continuam a ser em menor número que os homens).

“Porque ele não fica no sítio? Porque não tem como ganhar” – percepções dos jovens sobre permanecer ou não no meio rural

Nosso olhar mais aprofundado sobre as questões colocadas, deu-se a partir da realização de entrevistas (um grupo focal e 16 entrevistas individuais semiestruturadas) realizadas com 20 jovens, filhos e filhas de agricultores familiares de 14 a 27 anos de idade, provenientes de 7 municípios do Território. Na faixa etária de 14 a 18 anos, tivemos 10 entrevistados; na faixa de 19 a 24 anos foram 8 entrevistados e na faixa etária de 25 a 29 anos, 2 entrevistados.

Dentre estes informantes, foram entrevistadas 7 moças e 13 rapazes, selecionados de forma intencional, com auxílio de lideranças de agricultores e técnicos locais do Emater, segundo critérios previamente definidos¹³⁹. Estas entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 11 de junho e 16 de dezembro do ano 2013. As entrevistas foram gravadas, com auxílio de gravador digital, e a seguir transcritas e digitadas em arquivo Word, para posterior impressão e análise.

No que se refere ao estado civil dos/das jovens entrevistados/as, no momento da entrevistas, 15 se declararam solteiros sem filhos (11 rapazes e 4 moças), enquanto 4 eram casados (1 rapaz e 3 moças) e 1 rapaz disse viver em união estável. Dentre estes casados/união estável, 2 moças e 1 rapaz tinham filhos. Estes rapazes casados tinham idades entre 17 e 20 anos, enquanto as moças idade entre 19 e 27 anos de idade.

Quanto à fé professada, a grande maioria se declarou como sendo católicos (18 jovens); apenas um rapaz da igreja Assembleia de Deus; e outro da Congregação Cristã no Brasil. Este grande número de jovens católicos talvez seja um indício da representatividade da fé Católica, ainda hoje, dentre os residentes no meio rural brasileiro¹⁴⁰.

No que tange à escolaridade, notamos que os jovens que declararam já ter parado de estudar tinham, quase todos, o Ensino Médio Completo (8 jovens), sendo que apenas 1 jovem tinha o Ensino Superior Completo. Os demais (11) estavam ainda estudando, sendo que 10 deles no Ensino Médio e 1 no Ensino Fundamental. Isto representa um incremento nos anos de estudo, se comparado aos pais e mães, sendo que a maioria possui o Ensino Fundamental Incompleto (9 pais e 11 mães), tendo a maior parte estudado apenas até a primeira fase (anteriormente chamada de 1ª a 4ª séries). Nenhum pai ou mãe cursou o Ensino Superior, havendo apenas uma mãe com Ensino Médio Completo. Dentre os pais, havia um deles não alfabetizado.

A maior parte das famílias (de ascendências) dos jovens entrevistados (9 famílias) era composta por dois filhos – o jovem e um irmão ou irmã – e a seguir destacou-se o número de famílias com três filhos - jovem e dois irmãos (4 famílias). Duas outras famílias tiveram 4 filhos – o jovem e três irmãos deste, e apenas uma

¹³⁸ Em 2000, havia no Território mais homens (155.834) que mulheres (153.596), enquanto em 2010 a situação se inverte, passando a ter mais mulheres (156.527) que homens (156.230) no total da população.

¹³⁹ Critérios: jovens, de ambos os sexos, filhos/ filhas de agricultores familiares, com diferentes formas de acesso à terra e envolvidos em diferentes atividades produtivas, dispostos a participar da pesquisa.

¹⁴⁰ Embora o perfil religioso brasileiro tenha sofrido mudanças, com a redução do número de católicos, estes ainda são o maior número, tendo passado de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010, segundo dados do IBGE.

família tinha apenas 1 filho (jovem entrevistado). As outras 4 famílias não especificaram. Este dado demonstra que, apesar da contínua redução da taxa de fecundidade das mulheres, inclusive no meio rural, o tamanho destas famílias (assim como no Território, segundo observado anteriormente) ainda está um pouco acima da média brasileira, que chegou a 1,86 filhos por mulher segundo análises do último Censo do IBGE (2010).

No que se refere aos tipos de famílias, a Organização das Nações Unidas – ONU (1998, *apud* ALVES e CAVENAGHI, 2012, p.16) define família como sendo “um grupo de no mínimo duas pessoas, formada por laços de consaguinidade, descendência (ou adoção) e matrimônio”. Desta forma, os domicílios podem ser classificados em: i) domicílios com não famílias; ii) domicílio nuclear - casal com ou sem filhos, monoparental masculino ou monoparental feminino; iii) domicílio com família extensa; iv) domicílio com família composta.

O tipo de família predominante entre nossos jovens informantes seria a família nuclear, formada pelo casal e filhos (12 casos), seguido pelo tipo de família extensa, quando os demais membros (tios, avós, sogro, cunhados, sobrinha) residem em uma casa ao lado da primeira, ou até mesmo na mesma casa que o jovem. Foi o caso de 7 famílias dentre os informantes. Uma única família abrigava um não parente junto ao núcleo familiar, consistindo assim no tipo família composta. Do grupo de jovens casados ou em união estável (5), 4 conviviam com famílias deste tipo (extensa), enquanto um jovem convivía num núcleo familiar, com uma companheira e filhos de outros relacionamentos desta.

Perguntamos a estes jovens entrevistados se eles acreditavam que os jovens estão querendo permanecer no meio rural ou ir embora para a cidade. Doze (12) dos vinte (20) entrevistados responderam que a maioria dos jovens pretende ir para a cidade. Os oito (8) restantes responderam no mesmo sentido, porém com menor intensidade, ou seja, estes acreditam que muitos, uma parte, ou alguns jovens querem ir para a cidade, mas deixaram então subentendido que existe uma outra parte considerável que pretende ficar. Vale dizer que esta percepção de que os jovens “estão indo embora” prevalece mesmo entre aqueles jovens que manifestam a intenção de permanecer. É o caso deste jovem, cuja fala apresentamos a seguir:

Jovem: Olha, tudo que eu conheço quer ir pra cidade.

Pesquisadora: Querem ir pra cidade?

Jovem: O único da sala mesmo que quer ficar no sítio sou eu.

Pesquisadora: É mesmo?! E quantos tem na sua sala?

Jovem: Onze. Mas a maioria da escola, acho que querem tudo ir pra cidade. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)

A principal explicação para estes jovens deixarem o meio rural, na opinião de nossos entrevistados, estaria relacionada à renda (14 respostas), que os entrevistados assim expressaram: busca por trabalho e renda própria (4); renda mensal muito baixa (2); baixa produtividade (1); não veem alternativa para permanecer (1); buscar melhor oportunidade de emprego (1); vontade de ser bem sucedido (1); porque estão passando necessidade no meio rural (1); melhorar a condição financeira (1); não ter como se manter na propriedade/ não ter renda fixa (1); moças não terem renda (1).

Grande parte [quer] ir pra cidade. Eu acho, assim, que vem desde os pais. Porque os pais às vezes não conseguem ter uma produtividade, né, não conseguem trazer o que os filhos estão vendo na cidade, né. Então eles não conseguem trazer o que tem lá, o filho vai buscar. (rapaz, solteiro, 16 anos, filho agricultores familiares tradicionais).

[Eles estão querendo] Mudar para a cidade. Porque eles não buscam e não vêem alternativa para permanecer no sítio. E às vezes é porque ele não tem conhecimento, ou às vezes porque ele já cria na mente que tem que crescer no sítio e quando chega a juventude tem que ir pra cidade procurar serviço. Porque no sítio num tem como tirar renda mais. (moça, solteira, 17 anos, filha de beneficiários do PNCF)

Inclusive eu mesmo já muitas vezes pensei de ir embora. Ah, sei lá, às vezes desanima, porque a gente trabalha, luta, luta, luta, e às vezes num chega no ideal. E às vezes isso vai... cansando a gente... Outras vezes você luta, luta, e daí, tipo assim, tá mexendo com café, tá nos dias de colher, e começa a chover, chover, e num para. Você perde todo o café... a pessoa desanima, né... (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

E quem mora no sítio tá acostumado às vezes a plantar lavoura, e se decepcionar depois, porque às vezes não sabe como mexer, não tem o equipamento adequado. Então creio que o governo deveria estar mais a par do jovem porque, vai chegar a uma certa forma, que os jovens já estão abandonando o sítio. (...) Se você vai no sítio, vai ver, vai encontrar mais as pessoas aí de 30 anos pra cima, e pergunta pro jovem o que ele quer, ele quer ir embora pra cidade. Porque lá ele pode fazer isso, pode fazer aquilo, e pode ter o seu emprego. Porque ele não fica no sítio? Porque ele num tem como ganhar. Se você perguntar pra ele, o quê que ela ganha lá, num ganha nada... (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, família assentada)

Notamos, porém, que na percepção dos jovens entrevistados, além da renda outras questões interferem na decisão de permanecer ou não no meio rural. Foram também citadas: esforço demandado pelo serviço braçal na agricultura (3); interesse por estudar/ fazer faculdade (2); o fato de morar longe da cidade (1); não ter acesso à terra (1); porque se casaram (1); não se sentem realizados (1); não gostam do sítio (1); num tem jeito de conversar (1); não ter com quem se relacionar afetivamente ou “num tem menina, né, que você se interessa” (1).

Ao questionarmos os entrevistados para quais cidades os jovens rurais do Território se dirigiram ao deixar o sítio, a maioria respondeu que conhecem jovens que migraram para os seguintes locais: Curitiba (citada por 12 jovens); a seguir veio São Paulo (9 dos entrevistados); cidades da região com maior dinamismo econômico, como é o caso de Ibaiti (4 citações); outras cidades médias, fora da região, como Londrina (3), São José dos Campos (2), Maringá (1) e Campo Largo (1). São poucos os casos de jovens que deixaram o meio rural para residir na sede do próprio município ou outras cidades da região, sendo citados: Figueira (2), Wenceslau (2), Pinhalão (1), Jundiá do Sul (1), Santana do Itararé (1), Siqueira Campos (1).

No Norte Pioneiro, geralmente os jovens deixam o meio rural por volta dos 18 anos, quando tiram a Carteira Nacional de Habilitação – CNH e terminam o ensino médio. Seriam os requisitos para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho na cidade, conforme nos esclarecem os entrevistados, nas falas a seguir:

Jovem: Porque o que a gente vê é o êxodo rural, né. Deu 18 anos, vai pra cidade, embora.

Pesquisadora: É? Aqui é normalmente é em torno dos 18 anos que eles vão?

Jovem: É, no tempo que tirou a carteira, pra poder dirigir, já vai trabalhar na cidade. (risos)

Pesquisadora: (risos) Então é na hora que tirou a carteira?

Jovem: Tirou a carteira, já perdeu o filho. (risos)

(rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Olha, minha tia mesmo, eu já ouvi falar que o filho dela completou idade ele quer ir embora. Ele não quer nem saber de continuar ali mais. Ele não tem 18 anos ainda. O meu primo, e tem várias pessoas que eu já ouvi falar que a vontade é ir embora pra cidade, porque, tipo assim, acha o serviço da roça muito pesado. Imagina isso, muito pesado pra ficar ali, e sem ter muito lucro, porque, como diz, é uma vez por ano que você tem a colheita do café só, daí você tem que se manter com aquilo, né, até chegar a próxima colheita. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

É recorrente na fala dos informantes a afirmação de que os jovens iriam para a cidade “buscar uma vida melhor”. Um dos entrevistados, porém, traz o questionamento, que já estávamos elaborando: “Será que vão ter esta vida melhor lá?”. Neste sentido, perguntamos aos nossos entrevistados como estariam estes jovens que se mudaram para a cidade. Poucos são os casos em que se avalia que estão numa situação melhor que antes. A maioria dos entrevistados entende que, embora dentre aqueles que foram para a cidade, alguns estejam numa boa situação, outros estão na mesma, ou pior que antes (na cidade tem mais gastos; mais correria; estão longe da família e amigos; alguns estão desempregados; baixos salários; envolvimento com drogas).

Ah, a maioria que eu vi indo pra cidade grande, eu num vi nenhum crescer. Igual o Fulano lá, o Fulano tá se mantendo, mas vai lá, é o quanto você ganha aqui, lá ele tá ganhando 700 contos, aqui ele, no campo, você ganha isso... (rapaz, solteiro, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Ou seja, embora a cidade muitas vezes se apresente com a única alternativa para a melhoria das condições de vida, a observação das histórias dos conhecidos que já foram anteriormente evitam que estes jovens tenham uma visão romantizada do meio urbano. Fica claro, muitas vezes, o desejo de voltar, num contexto em que as condições das propriedades familiares conseguiram avançar na produção e renda. É o que nos contou uma jovem entrevistada, cuja família conseguiu mudar sua situação econômica, ao investir na pecuária de leite.

Pesquisadora: Você acha que estes jovens se mudaram para a cidade com qual intenção?

Jovem: Uma vida melhor. Porque na época que eles se mudaram pra lá, não se tinha muita possibilidade no sítio, né. Era um pouco mais... antigamente se pensava assim, que produtor pequeno não sobreviveria. Aquele que tem pouco... pouca, pouca propriedade, propriedade pequena, não sobreviveria. Na época não tinha muita produção de leite. Num era muito abrangente nesta área, nesta parte, né. Então, tipo, tem um primo meu, que mudou pra cidade porque não tinha como sobreviver no sítio. Então... antigamente era assim, agora, hoje ele fala pra mim, que se ele tivesse a oportunidade de voltar pro sítio, ele voltava. Porque a vida no sítio é melhor que na cidade, ele diz. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Em resumo, permanecer ou não no meio rural é entendido por estes jovens como resultante de uma série de fatores, dentre os quais se destacam o acesso ao trabalho, renda e às condições materiais de sobrevivência. Sem nos esquecermos, porém, de que outras questões citadas nas entrevistas, como o acesso à educação e outras políticas públicas, participação nas decisões, desigualdades de gênero, e identidade do jovem do campo também têm papel fundamental nesta decisão.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar a dinâmica populacional no Território Integração Norte Pioneiro, no sentido de compreender se continuam a ocorrer perdas populacionais em idade jovem, bem como a percepção destes jovens sobre os fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural.

Destacou-se, a partir da análise realizada, a importância da agropecuária, e especialmente da agricultura familiar no Território, em termos de ocupação e renda, bem como outras características que qualificam os municípios do Território Integração Norte Pioneiro como predominantemente rurais: população abaixo de 50.000 habitantes, baixa densidade demográfica e distanciamento em relação aos grandes centros urbanos.

Persistem as perdas populacionais em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40 anos de idade, tendência também observada para o Brasil. Considerando-se que são as mulheres jovens que mais deixam o meio rural (também observado em outros estudos), temos aqui um número maior de jovens do sexo masculino que feminino, tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativos de envelhecimento e masculinização, conforme já citado.

Por outro lado, os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar aqui também se fazem presentes, destacando-se a concentração fundiária e dificuldade de acesso à terra, e o baixo rendimento das propriedades, especialmente aquelas que têm um único produto como fonte de renda (com destaque aqui para o café e o leite), no contexto de uma economia majoritariamente agrária. E ainda, as dificuldades relativas ao distanciamento das propriedades em relação ao meio urbano, más condições das estradas e transporte.

Em adição a estes, percebemos outros problemas¹⁴¹ mais específicos da

¹⁴¹ Estas outras questões são discutidas em profundidade na dissertação “Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural”, defendida junto ao Programa de Pós Graduação em

juventude rural, como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma, mesmo que venham assumindo extensas jornadas de trabalho nas propriedades; a educação tradicional que desvaloriza o meio rural, bem como a dificuldade de acesso à educação em nível superior; as diferenças e desigualdades de gênero persistentes na educação de jovens do sexo masculino e feminino; o modelo de tomada de decisões nas propriedades, que na maioria das vezes não valoriza a opinião dos jovens; os preconceitos e tabus relacionados à identidade de jovem rural; o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas disponíveis.

No entanto, à medida que os/as jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família (maior participação nas decisões e mais liberdade de ação), acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade (segundo a proposta de educação do campo), crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que, diga-se de passagem, foi o desejo manifestado por todos os nossos entrevistados.

Tendo garantida esta primeira possibilidade - a permanência no meio rural- temos consciência de que o jovem estará sujeito aos mesmos dilemas enfrentados pela agricultura familiar no país, dentre os quais se destacam aqueles relativos à produção e comercialização dos produtos e geração de renda suficiente para a manutenção de sua família. Não há espaço, desta forma, para uma visão romantizada do rural, da agricultura familiar, ou mesmo dos jovens neste meio.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; *et al.* **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios.** ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. V. 39, 2002. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso: 09 de setembro de 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco, 1998. 104 p. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso: 27 de agosto de 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte inclusão social em debate**, 25 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso: 12 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 09 de Outubro de 2013.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam. Ciênc. Soc. Niñez. Juv.** v. 7, n. 1, p.179-208. 2009. Disponível em: <<http://umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>.

Acesso: 10 de Outubro de 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de; *et al.* **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. 223 p.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – **Mundos sociais:** saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

FREIRE, Jacqueline. Serra; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 215- 236.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico e contagem de população – demográfico 2000 e 2010.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1552&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso: 27 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: Estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES. 2007.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires: Biblos. 1996.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania.** Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt&source=hp&q=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gbv=2&oq=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gs_l=heirloom-hp.12...1940.1940.0.3237.1.1.0.0.0.296.296.2-1.1.0...0.0...1c.WksRmxHVvvM>. Acesso: 20 de Outubro de 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, jan/ abr 2004. p. 253 – 267.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.(org). **Juventude rural em perspectiva** (org.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21- 33.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/125/Juventudes_rurais_-_mapa_de_estudos_recentes.pdf>. Acesso: 26 de Agosto de 2012.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS EM TERESINA - Lila Cristina Xavier Luz

Universidade Federal do Piauí

RESUMO: Neste artigo apresentamos algumas reflexões acerca da violência contra jovens na cidade de Teresina. As informações quantitativas e os resultantes das pesquisas de campo contribuem para identificar a existência de um processo de violência contra jovens na cidade de Teresina, com maior incidência entre jovens pobres moradores de zonas periféricas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Juventudes. Jovens Pobres.

ABSTRACT: In this article we present some reflections on violence against youth in the city of Teresina. The quantitative information and the outcomes of field research, contribute to identifying the existence of a process of violence against youth in the city of Teresina, with higher incidence among poor youth living in remote areas.

KEYWORDS: Violence. Youngs. Young Poor.

Iniciando o assunto

No presente texto desenvolvemos uma discussão acerca das juventudes teresinenses, tendo como referências reflexões por nós desenvolvidas a partir de estudos realizados acerca de jovens integrantes do movimento hip hop de Teresina. Também fundamentam nossas reflexões, pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens-NUPEC. Em 2010 concluímos a pesquisa “A Condição juvenil em Teresina”, resultado de um esforço em apresentar, minimamente, informações sobre as realidades juvenis, ante a quase total ausência de dados e análises mais abrangentes acerca dessas realidades. O objetivo geral da pesquisa foi construir referenciais de análise acerca da condição juvenil em Teresina no que concerne aos modos de vida afetivo-sexual, aos coletivos juvenis, à religiosidade, ao trabalho, à educação e ao lazer.

O estudo articula dois eixos de investigação: a coleta e análise mais amplas, com metodologias quantitativas e formas mais aprofundadas de apreensão de processos, sentidos, significados das experiências juvenis, com metodologias qualitativas (NUPEC, 2009). Esse estudo evidenciou um conhecimento acerca de diferentes aspectos da vida dos jovens na cidade, suas ideias, vivências, desejos, invenções, reinvenções, assim como permitiu conhecer algumas formas, por vezes criativas, dos jovens enfrentarem os desafios que a realidade social lhes apresenta (NUPEC, 2009, p. 117).

Posteriormente, em 2013, iniciamos estudo acerca de bandas juvenis teresinenses, cujo objetivo consiste em **analisar os contextos das bandas musicais juvenis da cidade enquanto espaços de sociabilidades para jovens, tendo como um de seus objetivos específicos, mapear as bandas juvenis teresinenses, enquanto forma de organização e compreender os valores presentes nas bandas como espaços de sociabilidade juvenis.**

A realização desse estudo tem nos permitido percorrer a cidade para entrevistar jovens participantes de bandas e grupos de *rap*. As narrativas dos jovens evidenciam suas angústias acerca das dificuldades enfrentadas para manter a banda

viva, sem apoio financeiro e material para realizar suas apresentações. Suas criações também tratam das humilhações sofridas, sentimentos, esperanças e preocupações com a violência que assola os jovens nas zonas periféricas da cidade. Com suas criações os jovens também criticam e desabafam sobre a ação da polícia nas zonas periféricas da cidade. “Ira”, “Direito de Resposta”, “Resiste” “Marginais Fardados”, “Bolado com o sistema”, “Sonhos”, “Fuja do Crack” e “Dia do acerto” são alguns títulos de canções de bandas teresinenses, que expressam os sentimentos dos jovens acerca das experiências juvenis na cidade. Essas e outras referências expressam as violências nas atividades que rendeu muitas informações acerca das saídas que os jovens encontram, sobretudo nas zonas periféricas da cidade, para criar e escapar de experiências de riscos.

Por fim, serviu-nos como referências para as reflexões aqui apresentadas, estudo sobre discurso de apresentadores de programas jornalísticos televisivos, focado no posicionamento em relação à redução da maioria penal, tendo seguido a técnica de Análise de Discurso Crítica, conforme destaca Moura e Rêgo (2014).

O Referido estudo tem como fonte os programas televisivos: o “Ronda do Povão” e o “Agora”. Trata-se de dois programas televisivos veiculados na Rede Meio Norte, mais conhecida como TV Meio Norte, uma emissora de televisão regional. A emissora é regional desde 2011, quando foi criada pelo empresário Paulo Guimarães, no lugar da TV Meio Norte Teresina, antiga filiada à Rede de Televisão Nacional, TV Bandeirante. A emissora é criada com o intuito de ser a primeira TV a veicular uma programação regionalizada diariamente e os programas acima fazem parte dessa programação diária. No item seguinte, abordaremos sobre o modo como o regional é explicitado por esses programas, no período em que os analisamos. Assim, nossas referências são os programas exibidos entre o período de 06 de março a 16 de abril de 2014. Embora tenhamos registrado todos os programas veiculados no período, apenas alguns foram utilizados neste texto.

Também nos valemos de Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí – Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal acerca de informações quantitativas sobre as ocorrências de homicídios dolosos na cidade de Teresina em 2013. As informações versam acerca do: Perfil das vítimas de homicídios dolosos por sexo; Perfil etário e racial das vítimas de homicídios dolosos; Quantidade de homicídios dolosos por instrumentos utilizados; Quantidade de homicídios dolosos por zona de Teresina; Georreferenciamento das ocorrências de homicídios dolosos em Teresina; Quantidade de homicídios dolosos por mês e por dia.

As referências acima oferecem uma diversidade de possibilidades interpretativas acerca das realidades das juventudes na cidade. Todavia, nesse texto trataremos sobre a violência contra os jovens na cidade de Teresina. As informações quantitativas e os resultantes das pesquisas de campo contribuem para identificar a existência de um processo de violência contra os jovens na cidade de Teresina, com maior incidência entre jovens pobres moradores de zonas periféricas. As experiências que carrego, dos modos de compartilhamento do cotidiano com jovens de diferentes espaços da cidade, elaboradas no curso de nossas pesquisas de campo, permitem-nos afirmar que está ocorrendo certo processo de violência institucional contra jovens na cidade, por omissão ou por ação perpetrada por órgãos do Estado.

Considerando ser a cidade de Teresina o contexto de referências das reflexões aqui desenvolvidas, iniciamos com algumas informações sobre a cidade, para que o leitor ou a leitora que não a conhece, saiba algo sobre a mesma.

Teresina cidade de contraste: informações sobre o cenário da violência contra jovens

Concebida para ser a capital do Estado do Piauí, pelo conselheiro Saraíva no século XIX, Teresina conhecida como “Cidade Verde”, “Capital do Sol” e ou “Cidade Tranquila” completou no último dia 16 de agosto, 162 anos de sua emancipação política. Situada no Território de Desenvolvimento “Entre Rios”, na microrregião “Meio Norte”, às margens do rio Parnaíba e dividida entre leste oeste pelo rio Poti, a cidade está localizada há 348 km do litoral. Com esta localização, Teresina é a única capital nordestina localizada no interior, não desfrutando seus moradores de nenhuma vista para o mar.

A partir da década de 1980, Teresina vem sofrendo um intenso processo de modernização, gerando esse, uma avançada e desordenada urbanização. Analisando parte desse processo, elementos da verticalização, Viana (2005) afirma que o crescimento da cidade continuou de forma progressiva e acelerada na década de 1990, sendo que a verticalização consolidou-se, principalmente, nas zonas Centro e Leste da capital, necessitando de aprofundamento da análise da produção espacial da mesma. Esse processo, destaca a autora, deixa mais evidente a segregação existente na cidade e a atuação dos agentes imobiliários. Atuação esta voltada para a produção e reprodução do seu capital. Nesse contexto, Viana (2004) registra o surgimento de dois *shoppings centers*, que permitiram a emergência de novas centralidades, oferecendo novos serviços nas proximidades dessa área de crescimento vertical.

Todavia, o crescimento da cidade ocorreu também de forma horizontal, sendo empiricamente constatado por meio da expansão da mesma em várias direções: norte, sul e sudeste, sobretudo. Nessas regiões essa expansão é caracterizada pelo surgimento de novas localidades que surgem por meios de processos de mobilização de pessoas, com vista a ter acesso à moradia.

No sentido de regularizar novos espaços de moradias em bairros cada vez mais distantes da zona central onde é ofertada a maioria dos serviços, a partir de 2013, com a aprovação da LEI Nº 4423, de 16 de julho daquele ano, novos bairros deixam de ser localidades, passando oficialmente à condição de bairros. Segundo a referida Lei, a cidade passa a contar com os seguintes bairros: Parque Brasil, Santa Maria, Alegre, Monte Verde, Jacinta Andrade, Chapadinha, Cidade Jardim, Árvores Verdes, Parque Sul, Portal da Alegria, Pedra Miúda e Angélica. Caso o projeto de lei seja aprovado pela Câmara Municipal de Teresina, com esses novos bairros, ao todo, a cidade tem 123 bairros divididos de maneira oficial. Entre moradores, trabalhadores e prestadores de serviços, o reconhecimento oficial de ruas e bairros facilita a demarcação dos limites desses espaços por quem nele transita, mas também os valoriza, pois o viver em favelas ou vilas é marcado por estigmas e preconceitos.

Analisando a relação dos bairros recém-criados, constata-se que a maioria está localizado no norte da cidade, uma das regiões para onde a cidade mais se expandiu na última década. Esses bairros concentram um grande contingente populacional, o qual utiliza os bairros apenas para dormir, visto a distância entre os mesmos e os locais de trabalho e serviços na/da cidade.

Filho (2014) ao refletir sobre um bairro da cidade, considerado distante do “centro”, afirma:

Com o crescimento da cidade, a população excluída desse processo é jogada para fora da área que se valoriza. ‘O resultado será, necessariamente, a segregação social gerada pela disputa pelo acesso aos espaços da cidade [...]’. Dessa forma, os espaços das zonas Centro e Leste passaram a possuir características de segregação de ‘alto status’. Por outro lado, a classe pobre também promoveu a expansão da cidade devido à ocupação progressiva e indiscriminada das áreas periféricas gerando crescimento desordenado. (p. 3).

O bairro sobre o qual o autor trata, é o Conjunto Habitacional José Francisco de Almeida Neto, o Mocambinho, que foi construído em uma área que pertencia a uma antiga fazenda, tendo sua construção concluída no fim da década de 1980. Segundo o autor, o conjunto tinha 5.139 casas e, à época de sua construção, “[...] os novos bairros foram construídos distante do centro da cidade de forma que não impedissem a expansão das áreas empobrecidas, um movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.” (FILHO, p. 4, 2014).

O Mocambinho, até certo período, era considerado zona de segregação espacial, por ser distante do centro, e o que podemos afirmar, na atualidade, sobre os novos bairros localizados na zona norte da cidade, muito após o Mocambinho? Também é preciso indagar sobre as condições de segregação daqueles bairros que se encontram encravados em regiões cuja distância agora pode ser medida em relação à proximidade com os municípios que fazem fronteira com Teresina?

O certo é que Teresina cresceu muito também do ponto de vista populacional. Em 1991, a população da cidade era de 599.272 hab e em 2000 de 715.360 hab. (Piauí em Números, 2007). Atualmente, conforme dados do último Censo, a cidade concentra uma população de 814,230 pessoas, que representa 26,11% da população do Estado que é de 3.118.360 habitantes. Essa população está majoritariamente concentrada na área urbana, 94,3%, que corresponde a um total de 767.557 habitantes, enquanto apenas 46.673 estão na zona rural, correspondendo a 5,73%. No Piauí o percentual da população urbana é de 68,8%.

No quadro abaixo, além do local de residência, temos a distribuição da população na cidade por categoria de sexo.

População residente em Teresina por sexo e zona

2010

Zona	Sexo				Total
	Masculino		Feminino		
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Rural	24.005	51,43	22.668	48,57	46.673
Urbano	356.607	46,46	410.950	53,54	767.557
TOTAL	380.612	46,74	433.618	53,25	814.230

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para efeito das reflexões aqui propostas, a faixa etária é um importante parâmetro para definir o universo de jovens na cidade, sobretudo quando a referência é o Censo Demográfico, que tem na faixa etária um elemento produtor de informações acerca da condição da população de um determinado território em relação a diferentes aspectos, tais como: escolaridade, sexo, local de moradia, rendimento, dentre elementos que possibilitam a construção de um “retrato” da população. Obviamente, outros parâmetros relacionados aos jovens podem ser considerados, para definir juventude. Como destaca Groppo (2000):

Podemos definir a juventude como uma categoria social. (...) Ao ser definida como categoria social a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social (...). Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (...). As definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural. (p. 7 e 9).

Para efeito das reflexões aqui ensaiadas, seguimos as preocupações do autor quanto à definição de juventude, pois em todos os estudos acima referidos, adotamos a compreensão de juventude como categoria social, por considerar ser essa crucial à compreensão de aspectos relevantes sobre a condição juvenil na cidade, como por exemplo, aqueles relacionados à questão da violência.

Assim, em decorrência do caloroso debate, nos programas televisivos acima referidos, acerca da redução da maioridade penal e, entendendo que a idade tem estado presente, proclamada ou não, como base precedente de uma definição do jovem como violento, recorreremos ao Censo de 2010 e organizamos o quadro abaixo com a população de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Nesse universo, o interesse pela redução da maioridade penal recai para aqueles com idade entre 15 e 19 anos.

População residente em Teresina por faixa etária entre 15 a 29 anos
2010

Idade	Sexo				TOTAL
	Masculino		Feminino		
	Absoluto	%	Absoluto	%	
15 a 19	36.010	30,91	38.170	29,67	74.180
20 a 24	41.680	35,78	46.282	35,97	87.962
25 a 29	38.799	33,30	44.094	34,27	82.893
TOTAL	116.489	47,50	128.646	52,50	245.035

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No quadro acima, podemos observar que a maior quantidade de pessoas considerada jovem por essa referência, é do sexo feminino com idade entre 20 a 24 anos. Entre as pessoas do sexo masculino, é essa mesma faixa etária que concentra o maior número de pessoas, embora em menor quantidade.

Além de reunir o maior índice populacional do Estado, a cidade concentra o maior universo de pessoas reconhecidas como jovens, tendo como referência a faixa etária entre 15 a 29 anos. No Piauí, esse universo corresponde a um total de 849.740 pessoas, das quais 245.035 residem em Teresina, ou seja, 28,837% da população jovem, conforme disposto no quadro acima.

Frente aos dados constantes do quadro acima, uma indagação faz-se pertinente: o crescimento populacional e da área territorial da cidade, a organização da mesma via reconhecimento dos bairros e a concentração da população na zona urbana, tem significado melhoria de condições de vida para as populações residentes na cidade? Em Teresina, como em qualquer outra cidade brasileira marcada por crescimento desordenado, o que tem ocorrido são processos de acirramento das diferenças e das desigualdades sociais. Diferenças essas econômicas, sociais, de raça, de gênero e também geracional.

A cidade, “[...] responsável pela dinamização das relações sociais, bem como pelas desigualdades oriundas dessa mesma relação, representa, de maneira mais contundente, todo um fenômeno resultante do processo de reprodução da lógica capitalista de produzir.”, destacam Tessari e Braga (2008 p. 3). Nesse contexto, a expansão de Teresina tem levado os contingentes de nível de renda mais baixos para áreas mais afastadas e menos valorizadas.

Cabe lembrar aqui que os lemas “Cidade Verde” e “Cidade Tranquila”, com os quais iniciamos este item, já não são mais referências. A Teresina pacata e tranquila, figura nos noticiários como espaço de uma crueldade que assola na maioria, jovens. Com isso, nesse processo de expansão desordenada, o verde vem cedendo lugar a grandes empreendimentos imobiliários, construídos em forma de

“feudos” cercados como modos de proteção dos “bandidos”. Por outro lado, nas zonas periféricas da cidade, investimento em infraestrutura como serviços de água encanada, luz elétrica, calçamento, levam anos para chegar. Assim, os segregados vivendo em condições precárias, tendo que passar noites em “claro” à espera de água.

Nesses contextos da “Cidade Tranquila”, quem mais tem suas vidas sacrificadas são os jovens, embora a eles seja atribuída a responsabilidade pela violência, conforme evidenciado a seguir.

Os programas: abordagens, conteúdos e outros aspectos

Desde o início da década passada, estamos acompanhando em Teresina, um intenso processo de associação da violência na cidade aos jovens. Em geral, essa associação recai à população juvenil que habita as zonas periféricas, não porque nesses lugares estejam concentrados, de fato, os mais violentos, mas como uma forma de construir “demônios”, de revelar “bandidos”, conforme bem explicita as âncoras dos programas aqui analisados.

“Roda do Povão” e “Agora”, como já anunciado acima, são veiculados na mesma emissora de televisão, a TV Meio Norte. Daqui pra frente o primeiro programa será denominado apenas de “Ronda”. O “Ronda” é apresentado por Francisco Alberto Rego, o Beto Rêgo desde 2002 e o Agora, à época em que foram realizados os registros, era apresentado por Silas Freire.

Sobre o “Ronda”, Coelho *et all* (2010) em artigo acerca do mesmo, ao tratarem de sua produção, afirmam: “Ela está à frente da produção do ‘Ronda’ desde 1999, quando ainda era apresentado por Silas Freire” (p. 1). Esta informação permite-nos entender que o programa tem mais de uma década e que seu apresentador anterior era o mesmo que apresentava o programa “Agora”, no período por nós analisado.

O “Ronda” vai ao ar bem cedo: “Barulho. Polícia. Crimes. Mortes. O dia começa bem movimentado para as produtoras do programa [...]” (COELHO *et all*, p. 1, 2010). De fato, o programa inicia por volta das 10:00 horas da manhã e o nome faz jus à estratégia utilizada pelo apresentador para envolver as pessoas. Já na abertura, uma das preocupações do apresentador é cumprimentar o povo, recorrendo a nomes comuns atribuídos às pessoas na região, dentre esses:

Nós queremos dá um bom dia [...]. Bom dia meu povo cidadão cidadã. Bom dia povo brasileiro. Bom dia você trabalhador, você que é meu amigo. Vem trabalhador suador de camisa. Alô aí também para os ventas suadas. Alô aí para os pés de pano. [...]. Bom dia para você aí que olha com alegria. Olha a festa, está começando aqui o programa do Antônio Socorro, do seu Zé. O programa do seu Francisco, Francisquinha. O programa da Maria e José está entrando no ar. O programa do Antônio. Programa da Lúcia, do Raimundo. O programa da Isadora. O programa do Davi. De quem mais, da Francisquinha? Do José Augusto, Fabiano, da Fabiana, do Lauro, do Markitu. Bom dia! Bom dia! Bom dia! Bom dia! Bom dia! Está começando a maior lapada desta televisão piauiense, é o Ronda do Povão! (RONDA, 14/04/2014).

Não é apenas o programa que é do povo, a TV também: “É a felicidade de trabalhar na televisão que é do povo. [...] Faço o programa para o povo. É a TV que o povo ver o povo.” (RONDA, 14/04/2014).

Além de usar o nome, o apresentador recorre a uma dimensão humorista, aproveitando elementos próximos do cotidiano e da cultura popular, numa linguagem simples, com apelo religioso, como modo de se fazer próximo aos telespectadores:

[...] Eita diabo! **Arrocha!** Arrocha meu filho que ela peida! Bom dia pra você meu cidadão. Bom dia minhas **coroas!** Bom dia meu cidadão, meu velho, minha velha, meu menino, minhas meninas. Bom dia meus **veados.** Bom dia gay! Todo mundo. Bom dia meu povo aí do pé grande, aquele abraço. Eita Jesus seja louvado. Se você algum dia pisar fora da barca, **Jesus está contigo.** Aqui é porque eu sou trabalhador da Meio Norte [...] eu tenho meu crachá, carteira assinada [...] 18 anos de Meio Norte. (RONDA, 14/04/2014). [grifos nossos]

Além de cumprimentar o povo, o apresentador os chama pelo nome e ainda os atribui a propriedade do programa; “o programa do” povo, por isso o povo deve assistir ao programa e participar do mesmo.

Acerca desse apelo popular Coelho *et all* (2010) afirmam:

Por isso, o nome do programa mudou para, simplesmente, “Ronda” – embora muitos o nomeiem como “Ronda do Povão”, **pelo seu recorrente apelo popular expresso até mesmo no discurso do apresentador** (que utiliza termos locais e regionais como forma de aproximação com as diversas camadas esportadoras). (p.2). [grifos nossos].

Na saudação inicial do programa, também tem a exaltação dos problemas que os telespectadores desejam ter resolvidos, como aqueles relacionados à violência na cidade:

[..] nós queremos dá um bom dia e também cada vez mais chamar atenção é da Segurança Pública desse Estado para que se faça um trabalho pra diminuir. Rapaz, essa violência grande, desenfreada que vem acontecendo nos bairros da capital. Nós temos pontos críticos e a polícia sabe onde é. Tem que partir pra cima. Tem que partir pra cima. Olha você aí que tá me assistindo agora, eu quero que você me ajude através aí do telefone, através do *whats app*, do *facebook* que eu quero saber onde foi que teve bala ontem. Bala, bala de noite, bala comendo [...] na periferia de Teresina. Nos bairros pobres por conta do tráfico de droga. (RONDA, 6/03/2014)

O “Agora” vai ao ar por volta de 13 horas, após o “Ronda”. Ao concluir o “Ronda”, Beto Rêgo anuncia o “Agora”. Para tanto, em geral recorre a um fato acontecido, para interagir com o apresentador do “Agora”. Dia 14 de abril, nesse momento de interação os dois brincam com o jogo anterior entre seus times, Flamengo e Vasco, mas pode ser também um acontecimento na cidade. Depois cumprimentam outros membros do programa, como os palhaços do “Ronda” e se despedem.

Uma ideia aproximada sobre como o apresentador do “Agora” inicia sua interação com o público pode ser avaliada a partir de uma situação específica, ocorrida no começo do programa exibido em 14 de abril, em que apresentador e o repórter do programa tratam como segue:

- Silas: cumprimenta o público e a equipe de seu programa.

- Pedro Borges: Silas, você lembra do Chuck, num é isso?

- Silas: Lembro, lembro.

- Pedro Borges: O Brinquedo Assassino? Colocaram aquele apelido no rapaz, não fomos nós. Ele foi assassinado no último sábado.

- Silas: **Foi pro inferno! Foi pro inferno!** Era ruim demais. [PROGRAMA AGORA, 14/04/2014] [grifos nosso].

O “Chuck” é o codinome atribuído ao um jovem de 18 anos, que foi assassinado no Parque Itararé, um bairro da região sudeste da cidade. Como pode ser observado, o apresentador não apenas noticia o ocorrido, mas festeja a morte do jovem, pois: “[...] o Chuck foi preso 31 vezes nos últimos anos. Cometia delitos, como roubos, desde os 13 anos.” [PROGRAMA AGORA, 14/04/2014]

Ambos os programas são citados pela emissora como grande de audiência. Sobrevivem há quase uma década, e adotam uma linha argumentativa que combina humor, notícias policiais e discurso sobre possível crítica aos governos. A propósito, em 2013, o “Ronda” foi eleito pela população como um dos programas no “Concurso Melhores da Comunicação” referente ao ano de 2013, no quesito interação.

Em relação ao “Ronda”, lembra Coelho *et all* (2010):

O programa já foi denominado Ronda Policial, aludindo ao caráter de programa policial que ele tinha em seu formato inicial. Os primeiros roteiros – espécies de boletins televisivos que traziam informações como ocorrências, crimes e acidentes no estado – modificaram-se ao longo de quase quinze anos de existência. (p.1).

Posteriormente, houve uma modificação no programa, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Atualmente, o programa tem uma temática que ultrapassa a editoria de polícia e passa a figurar **no gosto popular em geral**, trazendo, além de matérias policiais, quadros de participação popular, concursos, repercussão de reportagens de cunho político e humor. (COELHO *et all*, 2010, p.2). [grifos nossos].

Essa modificação permanece até hoje. A dimensão humorística é alimentada pela ridicularização de pobres, com o uso de “palhaços” que tomam o espaço do palco do programa para, em forma de mímica corporal e linguagem “chula”, “deboche”, banalizar os problemas sociais. Para manter o público atento e envolvido na temática proposta, palhaços, apresentador e demais envolvidos nas cenas, circulam num vai e vem sem parar, pois:

Rego e a equipe buscam manter o ambiente descontraído, antes mesmo de entrar no estúdio. O assistente de palco, Raimundo Pereira dos Santos Filho, 36 anos, que interpreta no programa o “Palhaço Chupetinha”, é quase irreconhecível ao chegar à redação. Pessoas comuns, no Ronda, transformam-se em personagens do povo, pop-stars da periferia, embora não se considerem tanto. Por trás das câmeras, há muito pouca encenação. Há, contudo, uma constante preocupação com seu resultado final. (COELHO *et all*, 2010, p.2)

A transformação em “pessoas do povo”, o recurso ao “palhaço” e o uso da linguagem próxima ao modo de falar popular, tem um sentido quando no período

em destaque, a pauta mais recorrente esteve relacionada à violência na cidade, sobretudo quando essa envolvia jovens. Nesse debate, o mote central era a redução da maioria penal como forma de resolver o problema da violência.

Nesse discurso é muito comum as leis que definem direitos serem consideradas, não como instrumento de garantia de direitos, mas como protetoras de “bandidos”, “marginais”, “delinquentes”, conforme encontramos no discurso do apresentador do “Agora”, durante o programa exibido dia 14/03/2014:

É brincadeira. Porque não tem lei neste país! O ECA [refere-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente] os protege [...]. O ECA e seus mais de 400 advogados, quase 500 ou mais de 500 advogados e o Congresso Nacional. [...] A polícia os prendeu, logo eles estarão soltos porque a lei os protege. O crime não foi concretizado e esses moleques vão continuar aprontando, pintando e bordando porque eles são menores de idade. [...] São delinquentes da pior espécie. Da espécie pior, inclusive do que os maiores de idade. É brincadeira uma situação como essa! [PROGRAMA AGORA, 14/03/2014].

O suposto ato praticado pelos supostos jovens foi um furto a uma pessoa em uma loja de um *Shopping* da cidade. O apresentador age como se seus telespectadores fossem desinformados e desconhecedores do conteúdo das leis, em especial, do conteúdo do ECA. Além disso, questiona e banaliza o trabalho de operadores dos direitos. Como não bastasse, em alguns momentos das edições do programa, para fortalecer a ideia da necessidade da redução da violência juvenil, o apresentador festeja a morte de jovens, recorrendo a reportagens, estampando o número de homicídios ocorrido no fim de semana. Em geral, recorre a exemplos de homicídios envolvendo jovens como vítima ou ator.

A reportagem do dia 14/03/2014, no “Agora”, trata do número de homicídios no fim de semana e destaca a morte do jovem o de codinome “Chuck” acima mencionada e afirma:

- Silas: a situação caminha pra isso, execução! Porque a população não acredita mais na lei posta.

- Silas: aí a população pensa, 'ou nós os matamos ou vamos ficar refém deles'. **Aí esse Chuck aí, que também já foi tarde, deve estar queimando no fogo do inferno**, porque tirou a vida de muita gente e também atormentou a vida de certas pessoas. [PROGRAMA AGORA, 14/03/2014]. [grifo nosso]

O caso do “Chuck é uma particularidade do modo como jovens pobres são tratados no programa: “bandido”, “marginal”, “delinquente” merece ser morto. Ir para o “inferno”.

Primeiro demoniza, depois mata; é o que pode ser compreendido a partir dos discursos dos apresentadores desses programas que, nos últimos anos, vêm investindo na ideia de que “bandido bom é bandido morto”, sobretudo quando trata de jovens pobres em conflito com a lei. Embora o discurso presente nos dois programas tenha propósitos semelhantes: criminalizar jovens, o “Ronda” envolve os telespectadores, fazendo-os pensar que a solução da situação de violência posta, será resolvida apenas por meio da denúncia no programa. Já o discurso corrente do apresentador do “Agora” é fundamentado em entrevista com autoridades, e em linguagem que expressa crítica e poder para cobrar de autoridades dos poderes constituídos, respostas mais enérgicas ao problema da violência na cidade:

Silas: Obrigado Delegado, mas fica aqui ainda a minha reclamação. Eu acho que os distritos estão vazios. Eu acho que está na hora que colocar gente, e lá na delegacia ter uma reposta imediata junto com a PM, a policia civil, que é investigativa [...].[PROGRAMA AGORA, 14/03/2014].

A cobrança ao Delegado é para colocar mais gente nos distritos. A referência à morte do “Chuck”, não é de lamento por uma vida jovem que se foi, mas de alívio! Nesses fatos identificamos elementos que evidenciam a existência de uma relação direta entre violência e juventude, resultando no aguçamento do debate favorável à redução da maioria penal, o que pode contribuir para o aumento de violência contra jovens na cidade.

“Bandido bom é bandido morto”: violência contra jovens em Teresina

Não há como vincular o discurso corrente nos programas com o resultado da violência envolvendo jovens na cidade de Teresina, por isso a menção, no item anterior, à possibilidade. Todavia, não há como negar que o modo de noticiar um acontecimento interfere no debate sobre o tema, pois os:

[...] profissionais de imprensa, naturalmente, não se restringem a somente interpretar a opinião pública, podendo chegar a formar essa mesma opinião, como se isto lhes fosse prerrogativa. Assim, asseveram e legitimam uma determinada interpretação do fato, de acordo com a linha editorial do veículo de comunicação ao qual disponibilizam a sua força de trabalho. Portanto, aquilo que é chamado de ‘opinião pública’ pode ser forjado ou imposto, cabendo somente ao receptor da mensagem se insurgir através da reconstrução seletiva do noticiário, que consiste em fazer uma leitura crítica para fugir da concepção simplista de que “é verdade” porque deu no jornal, no rádio ou na televisão. (FRAZÃO, 2007, p. 11)

Sem dúvidas, o modo como a notícia é dada, a identificação do apresentador como pessoa pública de poder, a importância e o sentido da notícia para os telespectadores, define uma posição desses sobre o tema tratado na notícia, com vista à defesa de possíveis interesses. “Bandido bom é bandido morto”, o título deste item é uma alusão ao modo como muitas vezes mortes de jovens é noticiada por um dos apresentadores de um dos programas. No caso dos programas analisados, tomando como referência o alto índice de participação dos telespectadores e, sobretudo, de manifestação como opinião a favor da redução da maioria penal, é possível identificar, nos apresentadores, certo:

[...] poder de construir o seu discurso polifônico e multifacetado, que lhe permite especular e pontificar sobre os diferentes saberes e dar visibilidade a determinados fatos que elege como dignos de serem noticiados, o que se configura como uma intervenção permitida e até esperada pelo seu público. (FRAZÃO, 2007, p. 11)

Ao tratar sobre o modo como a mídia observa a juventude, Bandido Venturi e Bokany (2004) afirmam que as parciais interpretações acerca desse segmento, podem favorecer conclusões equivocadas. Nesse caso, pode gerar imagens que não correspondem à realidade. No caso dos jovens, por muito tempo uma visão de que eles eram problemas sociais, definiu o modo de responder suas demandas e, muitas vezes, essas intervenções desconsideravam a existência dos mesmos.

Em Teresina, o Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí – Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal acerca de informações quantitativas das ocorrências de homicídios dolosos na cidade de Teresina, entre 2012 e 2013, evidencia exatamente o contrário do discurso de que os casos são violentos, ao explicitar o número de homicídio doloso registrados na cidade acomete. Nesse Relatório, a maioria das vítimas é de jovens e não de adultos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Perfil etário das vítimas de homicídio doloso em Teresina

2013

Faixa etária	Quantidade	
	Absoluto	%
0 a 11 anos	0	0
12 a 17 anos	38	12,10
18 a 24 anos	97	30,89
25 a 29 anos	80	25,48
30 a 34 anos	42	13,38
Acima de 35 anos	57	18,15
TOTAL	314 ¹⁴²	100

Fonte: Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí, 2013.

Como é possível constatar, na faixa etária que mais sobre violência encontram-se aqueles com idade entre 18 a 24 anos. Portanto, jovens. Quando acrescentamos a essa, as informações de pessoas com idade imediatamente superior, identificamos que 56,37% da população que sofreu homicídio doloso na cidade no período, é de jovens, correspondendo a um total de 177. Então, frente a esses dados, indagamos: qual o perfil da vítima em relação a sexo e raça? Como essa população é assassinada? Onde ela reside na cidade?

Em relação a sexo, o Relatório não detalha em faixa etária a população. No entanto, destaca ser de 95,2% as vítimas do sexo masculino e de 4,8% as do sexo feminino. Também, no mesmo sentido referido, o documento não especifica a relação entre perfil racial e faixa etária, mas revela os seguintes dados de raça com maior incidência de vítimas de homicídio doloso na cidade: 66,24% identificadas como pardas, 20,70% como negras e 8,60% como brancas. Segundo o referido documento, essa identificação foi atribuída pela “[...] reconhecimento visuográficas da Delegação [...] e na ausência de informações nestas, pelos Laudos Cadavéricos confeccionados pelo IML” (RELATÓRIO, 2013, p. 18). Em que pese o Relatório não explicitar relação entre as duas variáveis, permitindo saber mais informações

¹⁴² No Relatório, as informações sobre faixa etária é a única que tem esse universo quantitativo, as demais o universo de referência é 311.

acerca dos jovens vítimas de violência na cidade, a informação chama atenção pela quantidade de vítimas do sexo masculino, dando possibilidade de inferir que nesse universo figuram também jovens, visto esse segmento representar 30,09% da população da cidade e 56,37% das vítimas.

Uma informação que revela muito acerca da violência na cidade é aquela relacionada aos instrumentos utilizados. No quadro abaixo, estão dispostos todos os instrumentos listados no Relatório, e a arma de fogo se destaca como o instrumento mais utilizado.

Quantidade de homicídios dolosos por instrumento utilizado

2013

Instrumentos	Valores	
	Absoluto	%
Barra de ferro	1	0,32
Outros contundentes	2	0,64
Corda	2	0,64
Pedaço de Madeira	3	0,96
Arma branca e arma de fogo	4	1,29
Pedra	06	1,93
Arma branca	59	18,97
Arma de fogo	234	75,25
TOTAL	311	100,00

Fonte: Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí, 2013.

Chama nossa atenção o fato de a arma de fogo ser o instrumento mais utilizado na grande maioria dos homicídios dolosos. Então indagamos: o que isso quer evidenciar? Uma sociedade armada contra sua população, em geral jovens, pois eles são as maiores vítimas de homicídio doloso?

É importante destacar que após a divulgação do último Mapa da Violência do Ministério da Justiça, em que Teresina aparece como a terceira capital brasileira com menor índice de homicídios de crianças e adolescentes, o governador à época manifestou-se de público, em março deste ano, afirmando que esse resultado era efeito de investimento em segurança. Tratando segurança como sinônimo, em geral, de investimento em policiamento.

Outra informação importante sobre o tema constante no Relatório refere-se à distribuição espacial da violência homicida dolosa, principalmente quando observada sua localização na cidade em relação à zona de ocorrência, revela uma

particularmente profícua para entender mais ainda sobre esse tipo de violência na cidade.

Quantidade de homicídios dolosos por zona da cidade

2013

Zonas	Valores	
	Absoluto	%
Sul	118	38,00
Norte	71	22,90
Leste	67	21,60
Sudeste	49	16,00
Centro	4	1,30
TOTAL	311	100.00

Fonte: Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí, 2013.

De acordo com as informações acima, a zona sul é aquela que concentra o maior número de registro, 118. Um detalhamento desses registros por bairros de ocorrência identificou um total de quarenta, dentre esses os três bairros Santo Antônio, Promorar e Vila Irmã Dulce, são aqueles com registro de índices de maior número de violência no período. Onde o primeiro aparece com 14 casos, o segundo com 12 e o terceiro com 8. Esses bairros estão localizados muito próximo um do outro, representando uma faixa que se estende no sentido centro sul da cidade, que concentra uma população de mais de 100 mil habitantes.

O Promorar é um dos bairros mais antigos entre esses com mais índice de violência, talvez por isso, ele seja sempre lembrado, inclusive nos programas. No Ronda do dia 28 de março deste ano, uma telespectadora entrou em contato com o apresentador do mesmo e relatou:

Olha Beto aqui no Promorar aconteceu uma violência horrível na escola Martins Napoleão. Espancaram uma jovem de quinze anos e parece que ela vai ficar na cadeira de rodas hein! Rapaz essa menina é um animal fez isso aí rapaz foram várias né? Um grupo de animais. Torceu o pescoço da criança que deu problema: uma menina de 15 anos de idade né uma criança rapaz fazer isso aí que, o que tá acontecendo os nossos jovens. O que que está acontecendo com os nossos jovens? Tão caminhando pra uma violência sem precedentes. [...].

Nos programas registrados por nós, não apenas sobre o Promorar, mas tem sido comum a população entrar em contato para narrar acerca do que está acontecendo em seu bairro. Em geral, essas narrativas tratam sobre a violência no bairro, em que os jovens são citados como envolvidos de algum modo. Tudo isso apresenta indício do crescimento da violência envolvendo jovens na região sul, por

exemplo. Os programas, em especial o Ronda, virou uma espécie de referência para essas narrativas, suponhamos também pelo modo como essas são recebidas.

Voltando a apreciar o quadro acima, também de acordo com as informações constantes do mesmo, a região norte é aquela que ocupa o segundo lugar em registro desse tipo de violência, mas é também em que a violência está espalhada por vários bairros, ao todo 30. Nessa referência, entre os bairros da zona encontra-se o bairro considerado como mais violento da cidade, o Santa Maria da Codipi, com 19 casos. Tomando como referência os três bairros com maior incidência, além da Santa Maria, consta do Relatório o Água Mineral com 6 e o Buenos Aires, e Santa Rosa com 4.

Em terceiro lugar, em número de casos e de bairros com registro de homicídios dolosos no Relatório, consta a zona leste com 28 bairros, onde dois bairros aparecem com o maior número de caso: o Satélite com 8, o Piçarreira com 7 e o Vale Quem Tem com 5 casos. Na zona sudeste, 49 casos estão espalhados em 19 bairros, sendo os três com maior incidência de caso: Alto da Ressurreição com 12, Dirceu I e Dirceu II com seis cada um.

Na zona centro, tem registro de seis casos. No quadro abaixo, contam as informações acerca da distribuição de 40, 51% dos casos de homicídio dolosos, o que permite uma melhor compreensão acerca da distribuição desses casos, segundo os bairros.

Quantidade de homicídios dolosos por bairro

2013

Zona	Valores	
	Absoluto	%
Santa Maria da Codipi	19	15,00
Santo Antônio	14	11,10
Promorar	12	9,50
Alto da Ressurreição	12	9,50
Vila Irmão Dulce	8	6,40
Satélite	8	6,40
Angelim	7	5,60
Piçarreira	7	5,60
Outros (Dirceu I e II, A. Mineral, Centro, Km. 7, Vermelha e V. Q. Tem)	39	30,90
TOTAL	126	100,00

Fonte: Relatório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí, 2013.

As informações acima já apontam um quadro importante acerca da produção e reprodução da violência na cidade que pode servir de elementos para ações mais acertadas para enfrentá-la.

Sobre essa localização é possível afirmar que em algumas dessas áreas, a presença do poder público por meio de políticas públicas que possam favorecer uma vida mais digna a essa população, ainda é muito tímida. Como exemplo dessa pouca presença do poder público, podemos citar o Santa Maria da Codipi e o Santo Antônio, locais de maior incidência de homicídio doloso, onde jovens do movimento hip hop vem desenvolvendo ações de cultura viva, como forma de proporcionar outras sociabilidades aos jovens.

Com o item seguinte concluímos estas reflexões, recorrendo a *raps* de grupos que fazem atividades em seus bairros, para atrair jovens para outras experiências, como forma de enfrentar a violência nesses bairros.

“Cantando eu mando a tristeza embora¹⁴³”: a resposta dos jovens

Na voz do Caetano a tristeza vai embora, na voz de Zélia Ducam “Quem canta seus males espantas” e na voz dos jovens que encontramos na cidade, identificamos histórias de violência a que são submetidos cotidianamente. A canção de Caetano trata de sentimentos comuns a todo ser humano: tristeza, solidão, mas também do samba. A canção de Zélia Ducam também trata de sentimentos, mas também da solidão das pessoas.

Diferentemente, as canções dos jovens que encontrei nesses bairros, recontam sobre o cotidiano de violência e opressão presentes nesses bairros, como forma de responder e enfrentar as pressões sociais sobre eles. Também identifiquei ser o *rap* uma estratégia de chamar atenção para suas problemáticas e de envolver os jovens da comunidade em outras experiências. O trecho do *rap* a seguir evidencia algo nesse sentido:

- A lei é louca o Conceito e de gavela R.G de tocha aqui ninguém não gela. Contage regressiva para o Fim do teu mandato. Se gelar ago um abraço é normal para você é natural Roubar dos pobres que sofre e passa mal.

Mal informado sem condição. Pra poder lutar e correr atrás de um pão, da sua família e do restante do irmão. Doe meu coração ver essa situação. Mas não vou ficar parado. Não vou me omitir. Junto com os Parceiros decidimos reagir. Lutar pelos manos. Lutar pelo o Gueto. Lutar por igualdade. Lutar por respeito. Não tenho diploma de Direito. A nossa faculdade ta sendo aqui no gueto. Ando nas ruas 100% suspeito. Mas no tem nada não. Minha rima vai encontrar um refúgio [...] Piauí, Teresina Sul Leste Norte. O crime tá crescendo. Mas o Rap é mais forte. Manos de quebrada, se junta com os fortes. [...]. (REAÇÃO DO GUETO, 2013)

Existem vários grupos de jovens que escrevem músicas, desenvolvem atividades artísticas/culturais, aglutinando outros jovens nas zonas periféricas de Teresina. Esses grupos levam lazer, cultura e entretenimento onde o Estado não chega, ou pouco chega. A marca dessas atividades é a capacidade de incluir, de insistir na igualdade de raça e de falar da origem pobre, das violências a que são vítimas, da discriminação e da falta de oportunidades a que são submetidos.

¹⁴³ Trecho da canção “Quem canta seus males espanta” de Caetano Veloso.

Em setembro de 2013, um programa da televisão local estampou em sua manchete, com a proeza de “denunciar com exclusividade”, um vídeo gravado por dois jovens cantando a letra de um *rap* que, supostamente, ameaçava policiais da RONE-Rondas Ostensivas de Natureza Especial. Logo a notícia tomou conta das redes sociais, pois o modo como foi anunciada, imediatamente foi parar no “YouTube” com o seguinte título: “Traficante faz música com ameaça ao comandante da RONE”.

A preocupação geral não foi discutir o que os jovens *rappers* escreveram, muito menos o que os levaram a escrever tudo aquilo. Pelo contrário, polarizou o debate entre o bem, uma instituição do Estado, representada naquele *rap* pelo RONE e o mal, o “traficante”, presente na linguagem da mídia. A polarização assim encenada tinha um benfeitor, a mídia. Passado o clamor do debate, ficou claro tratar-se de *rap* criado por um grupo de jovens moradores do bairro Santo Antônio, como forma de denunciar humilhação sofrida.

Dias depois, outra verdade sobre o fato aparece e uma nova notícia acerca do mesmo: “Jovem assume autoria de música e diz que não ameaça PM de morte”, deixa claro que não havia omissão da autoria do *rap*, portanto, não tinha sentido a “denúncia com exclusividade”, anunciada no início daquela manhã de setembro. O jovem autor do *rap* é conhecido como “Preto Kedé”, um artista da periferia de Teresina, integrante do grupo de *Hip Hop* “A Irmandade” e sua composição não fazia apologia à violência, mas falava do poder da polícia, do preconceito contra ele por ser negro e morador da periferia da cidade.

Agora, para finalizar, deixo um trecho do *rap*: “Eu não tenho medo. Ele tem o direito dele, mas eu tenho o meu. Eu não vou andar com medo”. Quem conhece *rap* compreende que os dois trechos são reveladores desse tipo de narrativa, que chama os “manos” para encararem a realidade sem medo. Todavia, a superação do medo parece estar calcada na “ira”, apenas revela a “raiva contra vocês”. Ou melhor, contra o que parece ser feito que deixa “hematomas” que lembra as “chibatadas das senzalas”. Um grito desesperado que **“Na liberdade de expressão pode [...] a ‘boca’, mas não o “meu coração”.**

Para concluir estas reflexões, deixamos aqui um trecho da entrevista com Veena Das sobre a violência, na Revista Estudos de Conflitos e Controle Social, vol 5, nº 2, muito útil para compreender como a violência contra jovens é entendida:

A negação do sofrimento do outro, bem como as formas culturais em que ele se mostra aceitável, distanciam definitivamente o trabalho etnográfico de uma teoria referencial das representações e da suposta neutralidade do pesquisador. Não se trata de se assegurar da boa conformidade das representações ao real, mas de valorizar as dimensões performativas da linguagem e de seu jogo relacional e mutante. Como negar ou obscurecer experiências culturais específicas de sofrimento e as atrocidades e situações extremas que as provocam? (p. 1).

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Atlas do censo demográfico 2010** / IBGE. – Rio de Janeiro : IBGE, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Rio de Janeiro, RJ.

COELHO, F. T. Uma Ronda pelo programa mais popular da TV Piauiense – Uma análise do processo produtivo do programa Ronda. **In: Anais do CELACOM** São Paulo, 2010.

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ-Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal. **Relatório de Estudo Descritivo dos homicídios dolosos ocorridos em Teresina no ano de 2013**. Teresina, 2013. (mimeo).

FILHO, L. A. D. Memórias e vivências cotidianas: o bairro mocambinho na cidade de Teresina–pi em seus primeiros momentos, através de seus atores sociais. **Anais do Encontro Nacional de História Oral**. Teresina, 2014.

FRAZÃO, J. C. T. **Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2007.

Governo do Estado do Piauí. Piauí em Números – 8ª Edição. Teresina, 2010.

GROPPO, A. L. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. São Paulo: Difel. 2000.

MOURA, N e REGO M. S. **CHUCK: Mdiatização da juventude teresinense. Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC) / Universidade Federal do Piauí-UFPI. Relatório de estágio**, 2014. (mimeo).

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC) / Universidade Federal do Piauí-UFPI. **Relatório da pesquisa A Condição Juvenil em Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2009. (mimeo).

LEANDRO, T. M. e BRAGA R. **Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG** www.jatai.ufg.br/geografia. Jataí-GO. N.10, jan-jun/2008

LUZ, X.C. L. **Projeto de Pesquisa: Bandas como espaços de sociabilidades**. Teresina: 2013. (mimeo).

LUZ, X. C. L. e PIRES, F. P. **Análise crítica de discurso acerca da violência em Teresina**. Teresina: 2014. (mimeo).

MISSE, W. M.A. e BIRMAN, P., *et all*. Traduzido por: Carolina Christoph Grillo. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 – nº 2 - ABR/MAI/JUN 2012 - pp. 335-356**

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC) / Universidade Federal do Piauí-UFPI. **Relatório da pesquisa A Condição Juvenil em Teresina**. Teresina: UFPI, 2009. (mimeo).

PREFEITURA DE TERESINA. LEI Nº 4423, de 16 de julho de 2013.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Prefeitura de irá delimitar perímetros de novos bairros de Teresina. Projeto de lei que dispõe sobre a delimitação dos perímetros dos bairros foi entregue na Câmara. Disponível: <http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Prefeitura-ira-delimitar-perimetros-de-novos-bairros-de-Teresina/54>. Acesso em: 05/08//2014.

TESSARIL, M. L. e BRAGA R. Segregação e periferização urbana em cidades pequenas: o caso de Gavião Peixoto – SP. GEOAMBIENTE ON-LINE. **Revista**

Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG.
www.jatai.ufg.br/geografia. Jataí-GO (10), jan-jun/2008.

VIANA, Bartira Araújo da Silva. **O sentimento da cidade: entre evolução urbana e o processo de verticalização.** In Carta CEPRO, v. 23, n 1. Teresina, 2005. Acesso em: 15/08/2014

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência III.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES QUANTO À GARANTIA DO DIREITO ÀS SEGURANÇAS - Giovane Antonio Scherer

PUC-RS

RESUMO: O presente artigo apresenta um debate a respeito do contexto de (in)segurança social a qual as juventudes são impactadas, apontando para a importância da garantia do direito às seguranças, compreendido como um direito humano, necessário de materialização pela via das políticas sociais. Apresenta-se uma breve análise dos programas e projetos voltados para a garantia do direito às seguranças das juventudes, ressaltando a importância da articulação intersetorial com vistas a possibilitar a garantia universal e indivisível dos direitos desse segmento social.

Palavras-Chave: Juventudes. Seguranças. Políticas Públicas.

Introdução:

Notícias a respeito da mortalidade juvenil passam a ser cotidianas em uma realidade marcada por um contexto de (in)seguranças, coroada por altos índices de violência e homicídios. Nesta conjuntura, o fenômeno da naturalização da violação dos direitos humanos emerge como mais um sintoma da barbárie vivenciada cotidianamente, anunciada, e, quase automaticamente esquecida, nas páginas policiais dos jornais.

Neste sentido, faz-se necessário pensar como vem se configurando as seguranças no âmbito da sociedade em seu atual estágio, analisando este elemento em um prisma mais ampliado, para além de uma resposta à violência – compreendida normalmente como um fenômeno homogêneo, particularizado. Desta forma, há a necessidade de compreender as seguranças em sua vinculação com o conceito de proteção, enquanto uma forma de garantir direitos em um contexto de violação fomentado pela lógica produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista e materializada através de diversas formas de violação de direitos humanos.

No centro deste debate, encontram-se as juventudes¹⁴⁴, enquanto um dos segmentos sociais mais expostos às violências e demais expressões da questão social, que, somente recentemente vem tendo ampliada a sua proteção social por meio de ações específicas através da Política Nacional de Juventude. Desta forma, o presente artigo apresenta os resultados preliminares da investigação intitulada "Os Reflexos das (In)Seguranças: Uma Investigação acerca das Políticas Públicas para as Juventudes"¹⁴⁵ que busca investigar o fenômeno das (in)seguranças vivenciadas pelas juventudes, bem como, analisar como vem se constituindo as respostas dadas por meio das políticas públicas a tal contexto para esse segmento social. Destaca-se que a presente pesquisa está em fase de análise de dados, sendo apresentadas, nesse artigo, algumas análises preliminares.

¹⁴⁴ Compreende juventudes, segundo a Política Nacional de Juventude, todo o sujeito entre 15 a 29 anos. Destaque que a utilização do termo no plural indica a necessidade de analisar a heterogeneidade desse segmento, uma vez que, segundo Scherer (2013) não existe somente uma juventude homogênea, mas sim diversos segmentos juvenis que demandam uma compreensão plural para esse segmento social.

¹⁴⁵ Tese de doutorado do autor junto ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, sob orientação da Profa.Dr. Beatriz Aginsky.

O artigo estrutura-se em dois principais itens, sendo no primeiro, intitulado *Constituição de (In)Seguranças e a Captura das Juventudes*, busca-se analisar como as juventudes vêm sofrendo com o contexto da insegurança social, demonstrando a importância das políticas públicas na perspectiva da materialização do direito às seguranças. No segundo item do presente artigo, intitulado *A Política Nacional de Juventude e a o Desafio da Materialização de Seguranças*, faz o debate dos programas e projetos atuais voltados para responder às demandas das juventudes por seguranças. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências que nortearam a produção do presente texto.

A Constituição de (In)Seguranças e a Captura das Juventudes.

Nas últimas décadas, observa-se um aumento das desigualdades sociais em um contexto mundial, trazendo sérios impactos para toda a sociedade devido à concentração/acumulação do capital em poucas mãos. Esta lógica perversa de acumulação tem suas raízes assentadas no modo de produção capitalista, uma vez que este sistema econômico se realiza na exploração de uma classe sobre a outra, subsumindo a vida humana em favor do capital. Com o esgotamento e a precarização do mercado de trabalho – tendo como único objetivo a ampliação do capital -, um grande número de pessoas se vê obrigada a se concentrar, principalmente, nas áreas periféricas das grandes metrópoles, vivendo em precárias condições de vida, tendo dificultado a garantia, e vivenciando a violação de seus direitos fundamentais.

Desta forma, os sujeitos que se encontram nas regiões de maior vulnerabilidade social estão mais expostos a esta forma de violência, uma vez que, apesar de que não haver relação direta entre pobreza e criminalidade, estudos afirmam que alguns fatores existentes nestes locais contribuem para o aumento da violência, tais como tráfico de armas e drogas e falta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, lazer e serviços de apoio às famílias (SOUZA, 2010).

Neste cenário, as juventudes vêm se constituindo um dos segmentos mais vulneráveis pelo empobrecimento estrutural (BARBIANI, 2007), e afetadas pelas múltiplas manifestações da questão social¹⁴⁶. Estudos divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostram que 45,5% do total de desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2009). Diante deste contexto, os jovens buscam o trabalho informal como estratégia na lógica do modo de produção capitalista, dados da OIT (2011) refere que na América Latina e Caribe, a cada 10 jovens, 6 possuem um emprego informal. Especificamente na América Latina, a OIT menciona:

Hay efectivamente 10 millones de jóvenes desempleados en la región; al mismo tiempo existen 22 millones de jóvenes que no estudian ni trabajan y más de 30 millones que trabajan en la informalidad y en condiciones precarias. El desafío es, pues, de grandes magnitudes, y al mismo tiempo, de una gran heterogeneidad, pues diversos colectivos juveniles tienen características y necesidades diferentes (OIT, 2007, p. 25)

¹⁴⁶ A Questão Social se constitui como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos permanece privada, o que condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes, em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007).

Esta dificuldade quanto ao mercado de trabalho no que refere às juventudes impacta diretamente na condição socioeconômica destes sujeitos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 39% dos jovens brasileiros vivem com rendimento familiar inferior a meio salário mínimo (JACCOUD, HADJAB, ROCHET, 2009). Devido à situação socioeconômica que muitos jovens se encontram, eles se veem obrigados a deixar os estudos para ingressar no mercado de trabalho, mesmo este se constituindo enquanto um trabalho informal. Assim, verifica-se que a incorporação desses jovens ao mercado parece levar à interrupção dos estudos e contribuindo para a transmissão intergeracional da pobreza, perpetuando e ampliando, com isso, o ciclo de miséria em que grande parte de suas famílias encontram-se imersas (LEON, 2009). Neste contexto, em um quadro de desemprego e com poucas expectativas de melhoria da qualidade de vida, bombardeados por apelos midiáticos instigando o consumo, o mercado informal não legal, especialmente o tráfico de drogas, mostra-se como uma estratégia para possibilitar acesso a bens e serviço na sociedade capitalista.

Diante deste contexto, os jovens aparecem como os principais autores das ocorrências registradas por tráfico de drogas em todo o Brasil (FERREIRA, FONTOURA, AQUINO, et all, 2009). Dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul – SUSEPE revelam que 47 % dos detentos no estado são jovens, sendo que, grande parte destes, estão detentos em função do seu envolvimento no tráfico de drogas. O Estudo de Homicídios, realizado em 2011, pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande Sul, refere à faixa etária de 20 a 29 anos como uma “Zona de Alerta”, isso é, a faixa etária que mais pratica e sofre homicídios no estado.

As redes de crimes organizados, em conexão com o narcotráfico, vêm operando por meio a um “exército” de jovens, sendo assim, o debate sobre juventude e violência não pode se furtar a analisar, entre outras, a questão do recrutamento de jovens para atividades criminosas e as facilidades ainda vigentes para se obter arma de fogo no país, bem como o processo de educação e formação dos jovens em meio a um contexto de banalização da violência, ou mesmo a dinâmica férrea da reprodução das desigualdades e da exclusão social (IPEA, 2008). O resultado do envolvimento entre juventudes e o mercado do narcotráfico pode ser observado nas altas taxas de mortalidade no país. Segundo dados da Secretaria Nacional de Juventude, em 2009, 54% das pessoas mortas por homicídios no país eram jovens.

Observa-se que as taxas de homicídios entre os jovens resistem e permanecem altas quando consideradas junto ao conjunto da população. No período de 1994 a 2004, o aumento da taxa de homicídios entre jovens foi de 32,6%, maior do que o aumento da taxa geral de homicídios (CARA; GAUTO, 2009). O Brasil é um dos países que mais matam seus jovens, perdendo apenas para nações em que há conflitos armados explícitos, como na Colômbia (CARA; GAUTO, 2009). Neste aspecto, no que tange às juventudes, o problema da violência chegou a tal ponto que se pode observar atualmente um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira (SOARES, 2007).

Diante deste contexto, observa-se o protagonismo das juventudes nas cenas de violência, tanto como vítimas e/ou agressores. Neste contexto, muitas vezes, surgem discursos culpabilizadores, atribuindo às juventudes o estereótipo de “vândalos”, especialmente as juventudes moradoras de regiões com alto índice de vulnerabilidade social e violência. Isso é, no âmbito da sociedade contemporânea, firmou-se uma vinculação, quase direta, entre a temática juvenil e as questões de “desordem social”, impondo a identificação dos jovens como o grupo que necessitava ser controlado e

tutelado (AQUINO, 2009). Logo, a imagem da juventude pobre é associada normalmente à revolta, sendo que a revolta consiste na confrontação desesperada da interrogação humana frente ao silêncio do mundo, nascendo do espetáculo da desrazão, diante de uma condição injusta e incompreensível, porém, paradoxalmente, como paixão cega, reivindica a ordem em meio ao caos. (SALES, 2007).

Tais tendências culpabilizadoras, identificadas em diversos âmbitos da sociedade, dizem respeito a uma tendência de não compreender a realidade das juventudes em sua totalidade, buscando “respostas simplistas para problemas complexos” (AGUINSKY; CAPITÃO, 2008 p.02) no que tange às questões ligadas às juventudes. É necessário compreender toda a lógica que permeia e impacta diretamente as juventudes, tendo em seu cerne a relação desigual desencadeada pela forma complexa que se organiza a lógica do capital.

Torna-se fundamental a compreensão que as violências que os jovens vivenciam em seu cotidiano, ilustram a violência estrutural que as juventudes, assim como demais segmentos sociais, são afetadas na sociedade capitalista (SCHERER, 2013). Desta forma, a violência estrutural se constitui como um “pano de fundo” das demais formas de violência, caracterizando-se pela desigualdade, pela exploração, pelas relações de poder, pela precariedade e condições do capitalismo moderno (LEAL; CÉSAR, 1998). Neste sentido, a violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica em que se organiza o modelo societário e sua sustentação ideológica, formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana (SILVA, 2004). A violência estrutural vivenciada por todos os sujeitos, com ênfase nas juventudes, possui em seu cerne a valorização exacerbada do capital, em detrimento a vida humana.

Todo esse contexto de violência estrutural, que impacta a todos os sujeitos, mas em especial as juventudes, revelam uma conjuntura de insegurança social. A insegurança social vivenciada na atualidade remete a um conjunto de inseguranças que se relacionam diretamente à violência estrutural, cada vez mais acirrada no contexto atual. A segurança se constitui como uma necessidade humana que deve ser compreendida em sua totalidade, isso é, em suas diversas mediações demandas no contexto de acirramento das expressões da questão social. Deste modo, a segurança é reconhecida como um direito humano fundamental para que os sujeitos possam gozar de uma vida digna, diante de um contexto marcado por diversas formas de barbárie.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1946 cita o termo segurança em três dos seus artigos: em seu terceiro artigo refere à segurança pessoal, em seu décimo segundo artigo se relaciona à segurança social, isso é a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais que toda a pessoa humana deve ter acesso, e em seu décimo quinto artigo, refere à segurança no emprego formal. Percebe-se que a palavra segurança é empregada associada a diversos outros elementos, mas relacionadas à condição de estabilidade e proteção.

Do mesmo modo, a Constituição Federal de 1988 traz em seu preâmbulo a palavra segurança, demarcando esta ser uma prioridade do Estado brasileiro, assim como, mostra-se como uma preocupação de todos os Estados, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste sentido, a segurança mostra-se como uma das preocupações do Estado, o que reflete a preocupação de toda sociedade diante da instabilidade metamorfoseada de diversas formas de violação presentes na conjuntura atual, que acarreta em um contexto de insegurança social.

Segundo o Instituto de Filosofia e Lingüística da Universidade de Lisboa (2010), a palavra segurança tem origem no latim, e significa “sem preocupação”, estando relacionada com a ausência de risco, a previsibilidade e a certeza quanto ao futuro. Desta forma, a palavra segurança, possui uma íntima relação com a proteção, que visa assegurar o sujeito da preservação dos mais diversos riscos que ele possa encontrar ao longo de sua vida.

Nesta perspectiva, em 1994, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) lança o Relatório do Desenvolvimento Humano buscando centrar o seu foco a respeito do conceito de Segurança Humana. Tal documento mostra-se um marco na compreensão de segurança, uma vez que busca substituir a lógica militar e repressiva que embasava as ações de segurança, para uma concepção mais ampliada, compreendendo que o cerne da insegurança humana está vinculado com as vulnerabilidades, provocadas em função das desigualdades socioeconômicas.

Este documento busca afirmar que a segurança humana deve possuir algumas características fundamentais como: 1) a segurança humana deve ser uma preocupação universal, devendo ser assegurada para todas as pessoas de todos os países; 2) os componentes da segurança humana são interdependentes, uma vez que os acontecimentos que ameaçam a segurança (fome, as epidemias, os desastres ecológicos, o narcotráfico, entre outros) não estão isolados, confinados em barreiras nacionais; 3) A garantia da Segurança Humana deve ser calcada na proteção; 4) A segurança humana deve ser centrada no ser humano.

Neste sentido, Sposati (2009) refere que a segurança é uma exigência antropológica de todo indivíduo, que não se resume a uma satisfação individual, mas coletiva de uma sociedade que se preocupe com a ordem segura de todos os seus membros. A segurança é compreendida no sentido da proteção, palavra advinda do latim (*protectione*) diz respeito a tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração, contendo um caráter de preservação à vida, guarda, socorro, amparo (SPOSATI, 2009).

Desta forma, apesar de todas as segmentações em torno da temática segurança, existe um núcleo central em comum em cada configuração do termo, que se relacionem com a lógica da proteção. Neste sentido, o direito à segurança se relacionada a um conjunto de garantias que possibilite o livre desenvolvimento humano, buscando materializar formas de proteção social diante de um contexto onde amplia-se diversas forma de (des)proteção.

Desta forma, verifica-se a necessidade de pensar em políticas que produzissem pertencimento e sentido, diante de uma conjuntura de desenraizamento (TEJADAS, 2008), isto é, que possibilite a garantia do direito às seguranças. Torna-se necessário, diante deste contexto, políticas públicas que possam realmente possibilitar a garantia de Direitos Humanos para as juventudes, tanto no âmbito da saúde, da educação, da assistência social, a fim de materializar o direito às seguranças.

A Política Nacional de Juventude e o Desafio da Materialização de Seguranças.

A Política Nacional de Juventude possui uma história recente, sendo que somente a partir de 2005, as juventudes foram reconhecidas como sujeitos de direitos que necessitam de ações específicas para atendimento de suas demandas por seguranças na realidade Brasileira. Tais ações específicas para o público juvenil não negam a necessidade de atendimento universal no âmbito das políticas públicas, mas indicam que no segmento juvenil há particularidades que necessitam ser observadas para a

garantia de seus direitos. Para Pereira e Teixeira (2013), a noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, uma integração, articulada aos saberes e aos serviços, na perspectiva da formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento a diversas demandas. Nesse sentido, a PNJ visa a uma articulação com diversas políticas públicas, como forma de assegurar os direitos de um segmento com múltiplas necessidades e demandas, características das juventudes. Desta forma, uma abordagem intersetorial é fator primordial para o desenvolvimento de ações no âmbito da PNJ.

A intersetorialidade se constitui como um importante desafio a ser cumprido para efetivação ao direito às seguranças no contexto atual, especialmente para materializar direitos de um segmento social tão plural quanto as juventudes. Romper com a tendência à fragmentação de ações para com as juventudes no âmbito das políticas públicas, mostra-se como um grande desafio para rescindir com tendências que apontam para ações pontuais que não visam contemplar toda a complexidade necessária no âmbito das demandas por seguranças das juventudes.

Nesse sentido, a Política Nacional de Juventude busca se constituir a partir do estabelecimento de articulações na perspectiva da intersetorialidade de diferentes políticas públicas. Desta forma, o acesso à garantia do direito às seguranças das juventudes vem se materializando no ano de 2014, com 32 projetos destinados às juventudes¹⁴⁷ em território nacional. Estes projetos são executados pela Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com 12 secretarias e ministérios diferentes, buscando materializar a articulação interministerial à qual se propõe a política.

Com relação à concentração por política pública, observa-se que a maioria das ações estão relacionadas à Política de Educação e Segurança Pública, seguido de Políticas de Trabalho. O quadro abaixo demonstra a concentração por políticas públicas.

Quadro dos Programas para as Juventudes do governo federal - 2014

Política Pública	Programa Vinculado.
Educação (14)	Projovem Adolescente/ Projovem Urbano/ Projovem campo – saberes da terra / PRONATEC/ PROUNI/ PROTEJO/ PROEMI/ Programa Mais Educação/ Programa Segundo Tempo/ Projeto Soldado Cidadão/ Programa de Inclusão Produtiva/ Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural/ Formação do Apenado/ Programa Juventude e Meio Ambiente.
Segurança Pública (12)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde/ Usinas Culturais/ Praças do Esporte e da Cultura/ PROTEJO/ Mulheres da Paz/ Projeto Esporte e Lazer da Cidade/ Pintando a Liberdade/ Campanha Juventude Viva/ Rede Juventude Viva/ Projeto Reservista Cidadão/Formação do Apenado/ Projeto Farol.
Trabalho (10)	Projovem Urbano/ Projovem Campo – saberes da terra/ Projovem Trabalhador/ PRONAF jovem/ PROTEJO/ Projeto Soldado Cidadão/ Programa de Inclusão Produtiva/ Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural/ Formação do Apenado.

¹⁴⁷ Conforme mapeamento realizado pelo autor, por meio à consulta a diversos sites e ministérios brasileiros. Foram consideradas as ações específicas para as juventudes, bem como, ações não específicas que têm as juventudes como foco.

Igualdade Racial (5)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde (NPVPS)/ Programa Brasil Quilombola/ Campanha Juventude Viva/ Rede Juventude Viva/ Projeto Farol
Esporte (5)	Praças do Esporte e da Cultura/ Projeto Esporte e Lazer da Cidade/ Programa Segundo Tempo/Pintando a Liberdade/ Praça da Juventude.
Cultura (4)	Usinas Culturais/ Praças do Esporte e da Cultura/ Cultura Viva: Pontos de Cultura/ Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.
Saúde (3)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde (NPVPS)/ Academias de Saúde/ Programa Brasil Quilombola
Assistência Social (3)	Projovem Adolescente/ PRONATEC/ Benefício Variável Jovem – Bolsa Família.
Meio Ambiente (2)	Projovem Campo – Saberes da Terra/ Programa Juventude e Meio Ambiente.
Desenvolvimento Agrário (1)	PRONAF jovem
Direitos Humanos (1)	Estação da Juventude

Fonte: Ministérios setoriais. Elaboração: SCHERER, 2014.

Com base na análise preliminar dos projetos voltados para as juventudes, é possível perceber avanços e lacunas importantes na atual Política Nacional de Juventude. A educação continua a ser uma das principais ações destinadas às juventudes, sempre buscando associar, na maioria dos projetos, a política de educação como forma de preparo e qualificação para o mercado de trabalho. O investimento na educação para as juventudes se constitui como uma ação fundamental, porém aponta-se para a necessidade de ampliar processos educativos que possibilitem o pensar crítico, na perspectiva da formação política e cultural, para além da preparação para o mercado de trabalho, especialmente diante da conjuntura de precarização do mundo do trabalho.

Com relação à política de segurança pública, observa-se a partir de 2013, uma ampliação de projetos voltados para as juventudes com relação a essa política, especialmente em função do desenvolvimento do Plano Juventude Viva, sendo que esse plano, juntamente com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI concentram o maior número de projetos no âmbito da segurança pública, sendo que essa busca ser articulada com ações culturais, esportivas, de saúde, educativas e de qualificação profissional. Analisa-se que a busca que as ações no âmbito da segurança pública estão relacionadas, em sua formulação, por meio de uma compreensão ampliada da lógica de segurança, porém, sendo focadas na pobreza e nas juventudes em situação de vulnerabilidade social, sendo esse sujeitos, compreendidos como os que estão mais expostos da violência letal.

A inserção no mundo do trabalho também mostra-se como um dos principais focos na atual Política Nacional de Juventudes, existindo atualmente 10 projetos que trazem em seus objetivos a preparação do jovem para o mercado de trabalho. A discussão a respeito do mundo do trabalho para as juventudes mostra-se fundamental, uma vez que a juventude se constitui, também, como um momento de construção de autonomias, que, em uma sociedade capitalista, são dadas por meio da venda da sua força de trabalho. A questão central da relação entre juventudes e inserção do mundo do trabalho não se dá, somente, em função da pouca ou baixa qualificação profissional,

mas sim, pelos poucos, precarizados e flexíveis postos existentes no mercado de trabalho. Nesse contexto, os postos de trabalho são flexibilizados e precarizados na perspectiva da ampliação do acúmulo de capital, ampliando a exploração da mão de obra.

Desta forma, Gonzalez (2009) destaca:

[...] aprimorar habilidades dos jovens provavelmente ainda não lhes garantirá um espaço muito maior no mercado de trabalho e, mesmo que o fizesse, seria tão somente à custa do aumento do desemprego entre trabalhadores adultos, já que isso tenderia simplesmente a aumentar a concorrência entre trabalhadores por um conjunto limitado de oportunidade de emprego. (GONZALEZ, 2009, p. 121)

Diante desse contexto, aponta-se para a necessidade de pensar, para além de uma política de formação profissional, ações que possam ampliar a oferta de mercado de trabalho, bem como, buscar o desenvolvimento de normas legais que possibilitem o enfrentamento à precarização e à flexibilização contratual existentes na oferta de trabalho para as juventudes, o que significa pensar na contramão do desenvolvimento de uma acumulação flexível, sendo isso um grande desafio em meio às múltiplas contradições existentes no âmbito do direito ao trabalho decente para as juventudes.

As ações no âmbito da política de Esporte e Cultura também possuem destaque nas políticas públicas de juventudes, muitas vezes articuladas à política de educação e segurança pública, reconhecendo as escassas possibilidades culturais e esportivas para as juventudes, especialmente em território de maior vulnerabilidade social. O reconhecimento da importância de tais ações mostra-se de extrema relevância, uma vez que o direito à cultura e ao esporte se constituem como elementos citados nos documentos internacionais e, no recente Estatuto da Juventude, sendo direitos que (?) desenvolvimento integral das juventudes.

A Política de Saúde para as juventudes se destaca com três projetos de cunho nacional, não sendo exclusivos para as juventudes, mas que possuem seus objetivos um foco nos jovens. Pensar a saúde como uma política universal, que deve ser de acesso de todos se constitui como um elemento fundamental, porém, aponta-se para a necessidade de ampliação de serviços que possam atender às demandas das juventudes, uma vez que se compreende que o atendimento de segmentos específicos se constitui como uma importante estratégia no âmbito da materialização dos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

A Política Nacional de Assistência Social, assim como a política de Saúde, conta com três ações com foco nas juventudes, sendo o ProJovem adolescente, específico para jovens de 15 aos 18 anos, o Benefício Variável Jovem, não se constituindo em uma ação desenvolvida pela política, mas a ampliação de R\$ 38,00 por jovem de 16 e 17 anos, até o limite de 2 jovens, do benefício para Bolsa Família para as famílias beneficiárias e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. O PRONATEC visa ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, não se constituindo em um programa específico para as juventudes, mas tendo as juventudes, a partir dos 16 anos, como um dos públicos prioritários.

Considerando as juventudes como um dos segmentos populacionais mais afetados pela dinâmica da pobreza, observa-se uma lacuna no âmbito dessa política no momento em que não se encontra nenhum projeto específico voltado para as juventudes pós 18 anos. No âmbito dessa política, as ações ainda são totalmente voltadas para

jovens adolescentes ou às juventudes que se encontram diluídas em suas particularidades em propostas voltadas para os demais segmentos da população.

Diante disso, observa-se lacunas no desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social no que diz respeito, por exemplo, à ausência de projetos e programas voltados aos jovens em processo de saída de acolhimento institucional por maior idade. Aponta-se para a necessidade de desenvolver ações específicas para as juventudes no âmbito dessa política, a fim de perceber as particularidades desse segmento social, em todos os níveis de complexidade.

A luta por políticas públicas universais e que possibilitem mecanismos mais ampliados de garantia de direitos se constitui como uma bandeira de luta de grande relevância na garantia dos direitos das juventudes. A busca pelo fortalecimento da concepção de "juventudes como sujeitos de direitos" ainda é uma questão pertinente, apesar dos avanços no âmbito das políticas públicas na última década.

Considerações Finais

O direito às seguranças só pode ser garantido se houver uma intensa articulação entre as diferentes políticas públicas na perspectiva intersetorial sob sua forma universal e indivisível. A garantia do direito às seguranças não pode ser resumida a determinadas ações pontuais no âmbito de apenas uma política pública. Isso significa afirmar a necessidade de pensar em ações que possam romper com a focalização de políticas sociais, ampliando a articulação de ações na lógica da equidade social. Para as juventudes a garantia do direito à segurança mostra-se como uma urgente necessidade, uma vez que esse se constitui como o segmento social que mais vem vivenciando os impactos da questão social.

No que se refere de modo específico à Política Nacional de Juventude, essa fragmentação deve ser rompida para fazer valer os próprios princípios da Política Nacional de Juventude, bem como para que se possa fazer valer a própria formulação legal da política no que se refere ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJU. Nesse sentido, faz-se necessária a real materialização de um sistema nacional de políticas públicas para as juventudes, uma vez que o SINAJU, apesar de estar presente no atual Estatuto da Juventude, ainda não foi regulamentado, sendo que a presente proposta ainda necessita ser adensada e pactuada por entes federais, estaduais e municipais. A definição de metas, prazos, orçamentos, compromissos, propostas e ações ainda encontram-se em fase embrionária, sem data específica para a sua definição, o que se constitui como um fator complicador na perspectiva dos direitos às seguranças das juventudes.

A ampliação de ações específicas em alguns setores, a exemplo da política de saúde e assistência social, mostra-se como fundamental, levando em consideração as particularidades das juventudes no desenvolvimento de suas ações. A luta pela garantia de direitos de seguranças das juventudes se constitui como um movimento contínuo na perspectiva de assegurar as seguranças como direito humano de todos aqueles que vivenciam em uma conjuntura ampliada de (des)proteção social. Esse processo só poderá ocorrer com a participação de diversos setores da sociedade, e em especial, as juventudes como população destinatária da política.

Referências Bibliográficas

AGUISKY, Beatriz; CAPITÃO, Lúcia. **Violence and socieducation: an ethical inquiry based on the contributions of restorative justice.** In: Revista Katálysis, Volume 11, número 2 – Florianópolis (SC), junho - dezembro 2008

AQUINO, Luseri In: CASTRO, Jorge Abraão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho. Juventude e Política Social no Brasil, IPEA – Brasília, 2009

BARBIANI, Rosângela. **Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade.** In: Revista Textos e Contextos, Volume 06 n. 1, Porto Alegre, RS. 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/92>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (org). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. 1ª ed. Brasília, 2009.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam; Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (org). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. 1ª ed. Brasília, 2009

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália; CAMPOS, André et al. Juventude e Políticas de Segurança Pública no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abraão; IPEA – Brasília, 2009

GONZALEZ, Roberto. **Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no Mercado de Trabalho é a Saída?** In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria de; ANDRADE, Carla Coelho (org) Juventudes e Políticas Sociais no Brasil. IPEA - Brasília, 2009.

IAMAMMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 2007.

Instituto de Filosofia e Linguística – IPL. **Dicionário de Filosofia Moral e Política.** Fundação de Ciência e Tecnologia, 2010. Disponível em <http://www.ifl.pt/index.php?id1=11>, acesso em 10 de junho.

IPEA, **Políticas Sociais:** Acompanhamento e Análise, 2008, disponível em <http://www.ipea.gov.br>, acesso em 27.06.2012

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patricia D; ROCHET, Juliana. **A Política de Assistência Social e a Juventude:** Um Diálogo sobre a Vulnerabilidade Social? IN: Juventude e Política Social no Brasil, IPEA – Brasília, 2009.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce. **Juventude, Juventudes:** Uma Análise do Trabalho e Renda da Juventude Brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (org). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. 1ª ed. Brasília, 2009

OIT , **Panorama Laboral 2011 América Latina y el Caribe**, 2011, disponível em <http://www.oit.org.pe/1/wp-content/uploads/2012/01/OIT-PL-2011.pdf>, acesso em 25.06.2012

OIT. **Trabajo Decente y Juventud América Latina**, 2007, disponível em http://white.oit.org.pe/t dj/informes/pdfs/t dj_informe_reg.pdf, acesso em 26.06.2012.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, acesso em Março de 2014

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais**: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013, disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>, acesso em Julho de 2014.

Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 1994**, disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> acesso em outubro de 2012

SALES, Apolinário Mione. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Ed Cortez, 2007.

SCHERER, Giovane. **Serviço Social e Arte**: Juventudes e Direitos Humanos em Cena. Ed. Cortez. São Paulo: SP, 2013.

Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. **Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional do Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**, 2013. Brasília, novembro de 2013, disponível em <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2013>, acesso em maio de 2014.

SESEPE, **Dados Penitenciários**, disponível em http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=32, acesso em 15.06.2012

SILVA, José Fernando S. da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural** In: Revista Serviço Social e Realidade, V. 13 n° 2, Franca, SP, 2004

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. 2° Ed. São Paulo SP: Ed. Fundação Perseu Abramo., 2007.

SOUZA, Robson S. **Juventudes e Violência: Novas Demandas para a Educação e a Segurança Pública**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 4 Edição 6 Fev/Mar 2010

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de proteção Social Não Contributiva: Concepções Fundantes**. In: Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, Brasília, DF, 2009.

SSPRS, Secretaria de Segurança Pública do RS, Departamento de Gestão e Estratégia Operacional. Homicídios no Rio Grande do Sul em 2011, **Estudo Técnico 04/2011**, disponível em http://www.ssp.rs.gov.br/upload/20120319112308estudo_tecnico_n_04_homicidios_no_rs_2011_editado_14.02.12.pdf, acesso em 21.06.2012

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2007.

MARGEM ADENTRO: NOTAS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA EM CURSO - Milena Mateuzi Carmo

Universidade de São Paulo

RESUMO: Este artigo apresenta algumas notas da pesquisa em andamento sobre as políticas voltadas para adolescentes e jovens, mais precisamente, sua execução cotidiana a partir das práticas de seus agentes em serviços na periferia, debruçando-se sobre as moralidades em disputa nestas *margens* do Estado.

ABSTRACT: This article presents some notes ongoing research on policies aimed at teenagers and young, more precisely, his daily run from the practices of their agents services in poor neighborhoods, leaning over the moralities in dispute in these margins of state.

Introdução

“Foi uma briga que teve no abrigo. Eu tive uma briga com um adolescente lá. A história foi que ele chegou bêbado, ele estava dormindo no quarto das crianças e não dos adolescentes. A criança gritou à noite e eu fui no quarto para ver. Quando eu vi a cena estava a criança com as calças abaixadas e ele do lado, bêbado. Na hora eu fui para cima dele e machuquei ele. Aí chamaram a polícia. O policial perguntou porque eu fiz aquilo eu expliquei para o policial. O policial disse que eu estava errado. Que a criança estava assustada porque eu tinha batido nele e não porque ele fez aquilo. E que era mentira minha. A educadora fez o boletim e depois de um mês tive a audiência e fui convocado.

Eu pensava que eles iriam me ouvir, não a meu favor, mas pela criança, porque naquele momento a criança que estava passando por dificuldades ali. Só que eles não entenderam, entenderam que eu fui a pessoa errada, que eu fui o violento. Sim errei, não era para eu ter ido lá e feito o que eu fiz com o moleque, mas para mim aquilo ali na hora era a coisa mais certa, não tinha mais o que fazer ali. Para mim foi péssimo, porque eu pensei que eles iam me ajudar, porque eles estavam ali para me ajudar, não para prejudicar, mas acabaram prejudicando. Até no dia da audiência eu perguntei para a diretora se ela iria falar alguma coisa que eu estava certo e ela disse que não poderia falar mais nada.

O juiz não me ouviu, né? Ele entrou na sala, perguntou meu nome tudo, perguntou porque eu fiz aquilo. Ele falou que eu estava errado, me julgou, tudinho. Ele não deu nenhum minuto para eu falar, mandou eu assinar o papel e ficar na sala de espera. Na hora em que eu ia explicar o porque tinha feito aquilo ele falou: pode sair da sala! Três horas tinha acabado a audiência, quando eram seis horas eu desci para a Fundação [Casa]. O advogado não falou nada na audiência, ele ficou calado, eu nem sabia quem era o advogado na audiência. Fiquei sabendo quando recebi minha LA [liberdade] assistida que era uma mulher. Para mim eu não sabia quem era o promotor, quem era o advogado. Depois que eu recebi a LA que eu fui saber, porque eu

perguntei para a moça porque ela estava com uns papéis lá e falou assim: você ganhou sua LA. Aí eu olhei assim e perguntei: A senhora é o que? Aí ela falou: - Eu sou sua advogada.” (Entrevista concedida por André¹⁴⁸ para o CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo).

Os pais de André o entregaram para uma tia logo após seu nascimento. Esta, por “beber demais”, foi denunciada pelos vizinhos ao conselho tutelar¹⁴⁹ que o encaminhou, aos seis anos de idade, para um Abrigo¹⁵⁰. Desde então, André morou em três outras instituições de abrigamento com tentativas intercaladas e frustradas de retorno à casa da tia. Chegou a morar sozinho por um tempo, mas por determinação judicial teve de ser abrigado novamente. Hoje ele tem 18 anos, cumpre medida socioeducativa, em meio aberto, devido ao processo relatado acima. Por ter passado para maioridade, corre o risco de ser expulso do abrigo.

A história de André é semelhante à maioria dos casos relatados por funcionários que trabalham em equipamentos públicos de políticas de crianças e adolescentes, principalmente as de Assistência Social. São histórias normalmente marcadas por um lado, pela fragilidade dos vínculos entre crianças ou adolescentes e suas famílias e, por outro, pela forte presença do Estado, principalmente medidas de abrigamento (política de proteção frente a situações de violência vivenciada por crianças e adolescentes) e punitivas (polícia, fundação casa, medida socioeducativa, etc). Tal presença se dá a partir de relações que diversos equipamentos e funcionários do Estado (assistentes sociais, psicólogos, promotores, juízes, socioeducadores, policiais, etc) estabelecem com crianças, adolescentes e suas famílias. Relações estas que apesar de estarem carregadas de punição, repressão e omissões, como demonstra o relato de André, também estão repletas de discursos que se aproximam ora ideais vinculadas aos direitos humanos, ora ao assistencialismo.

Vários autores que se debruçam sobre a questão da infância e adolescência, no Brasil, sustentam que mesmo após 23 anos de surgimento do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁵¹, existe um enorme descompasso entre os documentos normativos que orientam as ações do estado e as práticas propriamente ditas. Isto é, mesmo após o significativo avanço legal, visto que se trata de um documento que incorpora diretrizes internacionais de direitos humanos de crianças e adolescentes, nas práticas desenvolvidas pelos profissionais em instituições que executam as políticas voltadas para tal público, observa-se a permanência da punição, repressão e sujeitamento de crianças e jovens que remontam ao início do século XX (Rizzini, 1997; Paula, 2011; Sales, 2006; Teixeira, 2011).

Isto pode ser observado no relato de André, mas torna-se ainda mais evidente nos últimos casos da ação da polícia na periferia da cidade de São Paulo, que levou à

¹⁴⁸ Nome alterado para manter o anonimato do jovem.

¹⁴⁹ O Conselho Tutelar foi criado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (em 1990) e tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

¹⁵⁰ Unidades de acolhimento institucional para proteção de crianças e adolescentes que estejam em situação de violência ou abandono.

¹⁵¹ Instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Ela regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais: Declaração dos Direitos da Criança, Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude e Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.

morte um grande número de jovens. Este episódio, que passou a ser reconhecido como “onda de violência”, ocorrido no fim de 2012, início de 2013, na cidade de São Paulo, teve grande repercussão na mídia. Segundo o jornal *O Globo*, estas mortes representaram um aumento de 114% em comparação ao mesmo período em 2011. O crescimento de homicídios em 2012 foi de 34% em comparação a 2011 (*Estadão* – 25.01.13). A maior parte dos envolvidos eram jovens do sexo masculino, e a maioria dos casos foi registrada como autoria desconhecida, outros ocorreram em trocas de tiros com policiais ou em confronto com PMs à paisana (*Folha de São Paulo* – 12.11.12). A região do extremo sul de São Paulo – distritos do Jardim Ângela, Capão Redondo, São Luiz - foi uma das que apresentaram o maior número de ocorrências, mobilizando os movimentos e atores sociais com o fim de denunciar a violência policial como “genocídio de jovens negros”¹⁵².

Entretanto, a polícia não é a única representante do estado na periferia. Com a “ampliação da gestão social” (Feltran, 2008), uma quantidade muito maior de instituições governamentais e não governamentais vem se somar à polícia e à escola. São diversos equipamentos e serviços, sobretudo de assistência social, que visam trabalhar com a infância e adolescência “vulneráveis”. Minha aproximação com profissionais de CCAs (Centro de Crianças e Adolescentes), CJ (Centros de Juventude), MSE (Serviços de Medidas Socioeducativas), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e dentre outros serviços, vem me sugerindo que a prática cotidiana destes sujeitos em contato, e em conflito, com seus usuários – crianças, adolescentes e suas famílias – apresenta um leque muito mais amplo de representações e valores que são acionados nesta relação cotidiana, que não se resume tão somente a práticas repressivas, ou à burocracia do estado, mas que incorpora também outros princípios avaliativos e valores morais.

Outro elemento importante que recentemente vai sendo incorporado à execução cotidiana das políticas, sobretudo àquelas voltadas para adolescentes, é a ideia de uma política de Juventude. A implementação, a partir de 2004, de uma política de juventude começa a introduzir novas representações sobre a adolescência e uma ampliação da noção de juventude, não apenas vinculada à faixa etária de até 18 anos, mas incorporando a experiência juvenil de pessoas de até 29 anos.

Este artigo, por fazer representar algumas notas do processo de uma pesquisa, tem por fim não concluir, mas sim levantar algumas questões sobre a prática cotidiana das políticas que hoje são voltadas sobretudo para os adolescentes e jovens das periferias dos grandes centros urbanos, mais especificamente de São Paulo, a partir da observação de um dos bairros considerados em situação de maior vulnerabilidade da cidade que é o Capão Redondo. Tem como preocupação principal analisar este *emaranhado* de valores e práticas que ocorre nas *margens* do estado e como ele interfere não só na execução das políticas de criança e adolescente, e também de juventude, mas também na própria construção destes sujeitos como figura política, legal e moral.

Metodologia

Iniciei minha atuação no campo das políticas de juventude há mais de 10 anos. Comecei trabalhando na ONG Ação Educativa, na área de Educação de Jovens e Adultos, onde pude acompanhar de perto a execução do Programa Projovem Urbano em

¹⁵² Denúncia feita por vários movimentos sociais, dentre eles: Comitê de Luta contra o Genocídio da População Negra-SP, Frente Unificada e Amplificada contra o Genocídio de Pobre, Pretos e Periféricos, Campanha Contra o Genocídio da Juventude Negra, entre outros.

diversos municípios. Posteriormente assumi o cargo de Assessora de Juventude na Prefeitura Municipal de Embu das Artes, tendo como tarefa não só articular setores do governo e sociedade civil em busca do fortalecimento da política transversal de juventude, como também executar programas estaduais e federais de juventude, como Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador e Ação Jovem. Hoje atuo em uma instituição na periferia da zona sul de São Paulo, CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, participando de diversas articulações junto à sociedade civil e governo, no que se refere à construção de pautas relacionadas às demandas da juventude. Uma das principais ações hoje é a implementação do Programa Juventude Viva, que ocorre atualmente na região.

Esta trajetória me motivou a construir um projeto de pesquisa que se debruçasse sobre as questões relacionadas à implementação, ou talvez emergência, de uma política de juventude nacional. Busco entender como a ideia de juventude chega aos municípios dialogando com a prática concreta do fazer cotidiano dos profissionais das políticas voltadas para criança e adolescente, pois grande parte das ações do Estado voltadas para parcela da juventude focam nos adolescentes, por isso esta interface com as políticas de criança e adolescente. Trata-se de perceber quais as representações construídas em torno do adolescente, ou jovem, que orientam as práticas cotidianas destes profissionais - assistentes sociais, psicólogos, educadores, policiais, etc – no contato direto com este segmento.

Neste artigo apresento notas de uma pesquisa em andamento em que busco entender as representações que estão presentes na prática cotidiana dos profissionais das políticas sociais voltadas para criança e adolescência e juventude, e também como o fortalecimento da ideia de uma política de juventude impacta neste cotidiano.

Tal pesquisa está sendo desenvolvida a partir de um percurso envolvendo a experiência etnográfica e a observação antropológica da maneira definida por Ingold (2011). Para este autor, etnografia e antropologia, apesar de significarem esforços diversos, são profundamente dependentes uma da outra, podendo fazer parte de um mesmo percurso. Isto é, etnografia sendo o exercício do trabalho de campo, do registro da experiência e a observação antropológica como um olhar curioso com relação às diversas formas de estar no mundo, uma construção de conhecimento no e com o mundo, uma abordagem adequada a uma ordem social viva e implicada.

Se minha inserção no campo exige, por um lado, um afastamento que me permita desnaturalizar certas práticas e discursos, por outro, ela também colabora para um esforço no sentido de ser “afetada pelo campo” (Wacquant, 2002; Ingold, 2011), uma vez que faço parte dele. O desafio agora é como participar deste campo de investigação sendo também uma pesquisadora.

O estudo está sendo realizado na rede de serviços e equipamentos de Assistência Social implementada no distrito do Capão Redondo¹⁵³. Participo de reuniões desta rede onde ocorrem as discussões de “casos” dos jovens atendidos, valiosas para conhecer os discursos e práticas relacionados aos mesmos. Acompanho o diaadia de alguns serviços,

¹⁵³ O Capão Redondo é um distrito da periferia da zona sul da cidade de São Paulo. Possui população de 275.230 habitantes, dos quais 32% são de crianças e adolescentes de até 18 anos. No que se refere à renda das pessoas responsáveis pelos domicílios, 72% possuem renda de até dois salários mínimos (IBGE: Censo 2010). Com relação à habitação, o distrito apresenta a 5ª maior porcentagem de domicílios em favelas no município. Sobre a taxa de homicídios de jovens do sexo masculino, o Capão ocupa a 9ª posição de maior taxa.

principalmente do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e MSE (Serviços de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto). Além de participar do conselho gestor de implementação do Programa Juventude Viva na região.

Outra dimensão importante da pesquisa, é o mapeamento e análise do conjunto de documentos normativos tanto dos governos federal, estadual quanto municipal, que orientam as políticas em execução.

Análise

Grande parte dos estudos sobre as ações do Estado voltadas para crianças e adolescentes no Brasil, principalmente nas áreas de sociologia e história, privilegiam a análise dos processos sociais mais amplos que envolvem a questão, bem como os impactos destas mudanças no plano legal (Paula, 2011; Sales, 2006; Rizzini, 1997), isto é, os códigos e leis que orientam a atuação do Estado e os sujeitos implicados neste processo.

Em seu livro *O Século Perdido*, Irene Rizzini demonstra como a infância, mais especificamente a infância e adolescência pobre, tornou-se, no fim do século XIX e início do século XX, uma questão social não mais de âmbito privado da família e da igreja, mas sim de responsabilidade do Estado. A elevação da infância ao papel de “chave para o futuro” em um contexto de construção da nação levou à criação de mecanismos que pretendiam proteger a criança da “degeneração”. Desta visão resultou a separação de duas noções de infância:

de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais, e para o qual, poder-se-ia dizer, estava reservada a “estadania” (Rizzini, 1997, p. 35).

Ou seja, tratava-se de uma missão eugênica cuja meta era a regeneração da raça humana. Este argumento, segundo a autora, justificou a criação de um aparato médico-jurídico-assistencial para salvar a criança e o Brasil, cujas metas eram: prevenção, educação, recuperação e repressão, que se consolidou com o primeiro código do menor de 1927. Para Rizzini, neste período foram estabelecidas as bases para as ações do Estado vigentes até os dias de hoje (Rizzini, 1997, p. 132).

Outros trabalhos que se debruçaram sobre um período histórico mais amplo atestam o argumento de Rizzini, demonstrando que, ao longo do século XX, as mudanças nas representações sociais de crianças e adolescentes pobres serviram apenas para reforçar o estigma do menor e fortalecer as práticas punitivas e repressivas do Estado (Paula, 2011; Sales, 2006; Teixeira, 2012). Demonstram que apenas com a Constituição de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, mudanças significativas no plano legal aconteceram, ocorrendo a introdução das noções de cidadania e de proteção integral e diminuindo a ênfase na internação de crianças e jovens. Contudo, segundo estes autores, ainda permanece um enorme descompasso entre o que prevê o ECA e as práticas cotidianas do Estado.

Outra mudança importante neste campo foi o surgimento das políticas de juventude e uma nova representação sobre esta fase de vida que começa a despontar a partir da década de 90. Segundo os documentos normativos destas políticas, dentre suas maiores preocupações estão: estabelecer a diferença entre as especificidades das necessidades de crianças e adolescentes, voltar-se para jovens com mais de 18 anos e problematizar a violência, a delinquência e comportamento de risco como foco

primordial das ações do Estado.

Desde 1997, no âmbito do governo federal, diversas ações voltadas para juventude começaram a surgir, entretanto, é apenas em 2004 que se inicia um processo de consolidação de uma política de juventude, fortemente inspirada nos debates e compromissos internacionais (ONU, Organização Ibero-Americana de Juventude). Segundo Silva e Andrade (2009), tal política não se inspira nos desvios, mas sim na ideia de juventude como sujeito de direitos, definida por suas especificidades e necessidades e como essas devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs e legítimas. Tratam-se de políticas que ampliam a questão de enfrentamento dos problemas de vulnerabilidade social, buscando também oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais.

Sendo assim, a uma parcela das ações do Estado voltadas à infância e adolescência, mais especificamente, para aquelas voltadas para adolescentes, começa a incidir também os princípios que a política de juventude inaugura. Este artigo busca levantar algumas questões sobre este emaranhado de representações, valores morais, princípios normativos que orientam as práticas dos profissionais que atuam diretamente neste campo.

É justamente sobre tais práticas que Adriana Vianna (1999) empreende seu trabalho. Segundo ela, os estudos que se preocupam com as mudanças institucionais contribuem enormemente para o panorama geral e o processo histórico no plano mais amplo, entretanto, eles deixam de jogar luz nas práticas cotidianas, que não com menos importância, contribuem para a construção de tal processo. Em seu estudo sobre a ação da polícia sobre crianças e adolescentes pobres no período de 1910-1920, ela apresenta outro elemento fundamental para se entender a “fabricação” da categoria do “menor”: a ação da polícia. Segundo a autora, embora as discussões jurídicas fossem uma referência, foi a ação direta da polícia que construiu “o menor”. A partir da etnografia de registros policiais, a antropóloga explica como o agente policial manipulava diretamente tal classificação na medida em que seu olhar definia quem se encontrava em condição de menoridade. A polícia classificava os menores encaminhando-os para as instituições destino correspondentes a cada categoria (abandonado, pivete, ladrão, vadio, dentre outros). Sendo assim, sua ação era não só de interceptação de menores, mas sim de uma série encadeada de ações – detecção, detenção, classificação tipológica e encaminhamento. Isso indica que a representação de menoridade expressa no Código de 1927 é influenciada pela lógica forjada na interação cotidiana entre menores (sujeitos classificáveis) e policiais (sujeitos classificadores) e não somente por especialistas que construíram o campo da infância e adolescência.

Assim como Vianna, outros pesquisadores demonstram a importância do estudo das práticas cotidianas, através de etnografias, como fundamentais para entender as ações do Estado (Moreira, 2011; Miraglia, 2001). Estas pesquisas, realizadas principalmente na última década, interessam-se, sobretudo, pelo estudo da temática do adolescente em conflito com a lei e o cotidiano destes sujeitos em instituições de internação como Febem/Fundação Casa. Elas se debruçam sobre as práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos – jovens, agentes do Estado, família. Estes estudos são de suma importância para entender a complexidade do cotidiano que envolve os mecanismos de controle do Estado ainda extremamente contraditórias ao ECA, bem como as estratégias para lidar com tais mecanismos por parte dos jovens. Contudo, tais trabalhos deixam de lado a ampliação de serviços e instituições, a chamada “ampliação da gestão social”, que passou a fazer parte das ações do Estado frente à questão da infância e adolescência

sobretudo nas periferias. E é para o cotidiano das práticas destes serviços e instituições que a pesquisa em andamento pretende se voltar.

Gabriel Feltran (2008), tendo por fim verificar o contexto no qual os jovens estão inseridos nas periferias, propõe entender estes contextos como fronteiras. Seu propósito foi realizar etnografias destas fronteiras entre periferia da cidade e mundo público, para iluminar seu funcionamento - fluxos e tensões, interesses em disputa e os atores que as controlam. Feltran realizou sua pesquisa no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Sapopemba, organização que tem por fim mediar o contato entre adolescentes e mundo público, estudando a vida cotidiana dos mesmos e suas famílias. Seu argumento consiste em apresentar três processos sociais que demarcam a fronteira entre periferia e mundo público: a ampliação do mundo do crime, a ampliação da gestão social como forma de controle deste primeiro e a violência social e policial presente na periferia. O autor explica:

Estes três processos sociais contribuem para a demarcação de fronteiras entre as periferias urbanas e o mundo público, e a característica política fundamental que as sustenta (fronteiras): a de propiciar a restrição de fato do acesso universal ao “direito a ter direitos”, embutida na consolidação de um regime político formal universalista. (Feltran, 2008, p. 341).

Os conceitos de fronteira ou margens (Das e Poole, 2008) são muito úteis para entender as ações do Estado frente à juventude pobre no Brasil. Das e Poole recorrem a tal conceito, propondo um distanciamento da imagem consolidada do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada, ou como bloco monolítico, que tende a enfraquecer-se e desarticular-se ao longo de suas margens territoriais e sociais. Inspirando-se em Mary Douglas (2012), as autoras buscam entender tais margens como espaços repletos de criatividade (o que não quer dizer não violento) em que o Estado é reconfigurado pelos sujeitos envolvidos nas práticas cotidianas. Dialogando com os conceitos de biopolítica, de Foucault e de homo sacer, de Agamben, afirmam que os habitantes das margens não são corpos massivos inertes submetidos ao biopoder, mas que trabalham cotidianamente com as estratégias de controle do Estado criando maneiras de fugir de tal controle ou mesmo de reivindicar formas de cidadania. Neste sentido, destacam que a Antropologia oferece uma perspectiva única para conhecer os tipos de práticas que parecem desfazer o Estado em suas margens, mostrando os diferentes desejos, esperanças e medos que configuram a experiência do Estado biopolítico.

Este ponto é crucial para a presente pesquisa, pois é exatamente nas margens onde o Estado, personificado em seus agentes, entra em contato (e em conflito) com quem está “fora” dele. Não seria esta margem mais do que uma divisão, um espaço de tensão e de criação (no sentido de estratégias de sobrevivência que extrapolam as regras normativas do Estado) entre os sujeitos envolvidos? Como explicar as diferentes reações frente aos “casos” por parte dos agentes do Estado? Não haveria outros valores morais influenciando também a prática cotidiana destes funcionários?

O estudo de Fassin (2005) sobre a política de imigrantes na França parece contribuir neste sentido. Este autor busca compreender quais valores e normas são mobilizados para gerir o fluxo humano transnacional, ou seja, entender os valores e normas pelas quais a política de imigrante é pensada e atuada. Ele analisa o processo de perda de legitimidade dos requerentes de asilo. O foco de sua análise recai na crescente desconfiança (e medo) com relação a estes sujeitos através da associação a potenciais ameaças que interpelam três dimensões da segurança da Europa contemporânea: a

segurança em nível nacional ameaçada pelo terrorismo e a segurança em nível local, pela criminalidade e delinquência; a segurança social, pensada como resultado do Estado de bem-estar presente dentro do território francês e o entendimento de que a presença de muitos imigrantes e refugiados ameaçariam o sistema de bem-estar; e, por fim, a ameaça contra a segurança racial, “isto é, com a proteção de uma civilização branca, cristã e europeia contra a população negra, muçulmana ou do terceiro mundo” (Fassin, 2005, p. 381 – tradução minha).¹⁵⁴

Tal processo envolve três deslocamentos na política de imigrantes: uma crescente diminuição de direitos vinculados ao asilo político, crescentes mecanismos de repressão do Estado contra imigrantes e, por fim, o curioso surgimento de compaixão à figura do refugiado, que, aos poucos, penetra na política, surgindo assim as políticas humanitárias.

Para Fassin, a combinação entre humanitarismo e política é a característica estrutural da biopolítica da Europa contemporânea, pois combina a política da ordem e a do sofrimento, “em que a proteção da segurança para poucos dentro da polis é mantida enquanto um tratamento de compaixão para aqueles dentro do campo é assegurado” (Fassin 2005, p.382 – tradução minha)¹⁵⁵. Fassin articula, assim, política e moral para pensar nas ações do Estado frente aos “indesejáveis”.

Outro trabalho interessante no sentido de articular moralidade e política é o de Moutinho (2012). Tendo por fim interpelar a ordem moral humanista, como afirma, intrínseca aos regimes democráticos recentes, ela analisa o Movimento de Regeneração Nacional (MRN) sul-africano. Segundo a autora, tal movimento significou uma tecnologia de governo para o controle da intensa criminalidade do período de transição do regime Apartheid para a democracia. O MRN, profundamente baseado em valores africanos, sobretudo a ideia cristã, Ubuntu (uma pessoa é alguém através dos outros) buscava gerar uma nova ontologia, um futuro não mais marcado pela raça e brutalidade.

“Minha hipótese é a de que a raça (enquanto código moral e religioso) estabelece uma relação metafórica que ubuntu (operando valores igualmente morais e religiosos) vem transformar, mobilizando o sofrimento e a compaixão comuns a todos”.

A ideia de uma humanidade comum não racializada, a “nação arco-íris”, constrangeu discursos e posições racistas, afirma a autora, e na atualidade, expressa seus limites a partir das configurações políticas recentes associadas a antigas tensões de ordem moral, sexual e racial. Citando Fassin, ela demonstra a combinação de políticas de ordem e de controle com políticas de sofrimento. Ela demonstra, a partir de um emaranhado de discursos, sentidos de moralidade em disputa entre as noções de direitos humanos e religiosidade cristã.

Neste sentido, creio que seria promissor voltar o olhar para o campo moral que constitui os “territórios marginais” do Estado no que se refere à política voltada para jovens. Minha hipótese, seguindo a literatura percorrida e minha experiência no campo, é de que as ações dos agentes do Estado seriam orientadas também por uma dimensão moral e não só pela burocracia e regras normativas do Estado e das políticas.

¹⁵⁴ “it has to do with the protection of a European, Christian, and White civilization against Third World, Muslim, or black population (...).” (Fassin, 2005, p. 381)

¹⁵⁵ “in which the protection of security for the few within the polis is maintained while a compassionate treatment for those within the camps is assured.” (Fassin 2005, p.382)

A proposta de Fassin sugere um caminho interessante para pensar não só na construção das políticas, mas, sobretudo, na sua execução cotidiana. Entretanto, se articularmos a ideia de margem, em que se confrontam diferentes sujeitos, talvez seja mais profícuo falar em sentidos de moralidade em disputa, como afirma Moutinho, ou em moralidades, como afirma Adriana Vianna:

...Falar em moral implica falar em produção, veiculação e embate de significados; implica retraçar dinâmicas entre representações, bem como entre os agentes sociais que produzem ou se apropriam de tais representações e das estratégias ou contextos nos quais elas são postas em ação. Nesse sentido, à moral como uma forma de organizar certo conjunto de percepções e atitudes corresponderiam moralidades, entendidas como campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas (Vianna, 1999, p. 24).

Articular as ideias de *margens* do estado, como espaços de conflito e criação, com as ideias de *moralidades* para analisar as práticas cotidianas dos agentes do Estado, que executam a política voltada para jovens, é a aposta da pesquisa.

Análise dos resultados

Há alguns meses atrás acompanhei um episódio em campo. Três jovens foram abordados por policiais há alguns metros do abrigo em que moravam. Estes policiais foram acionados pela gerente do abrigo devido à suspeita de um dos jovens estar portando arma de fogo. A abordagem foi fortemente intimidadora, os policiais agrediram fisicamente os jovens além de sussurrarem ameaças em seus ouvidos. Um advogado de uma instituição de direitos humanos da região teve que interceder para que o episódio não fosse mais violento. Sem provas, os policiais foram embora muito insatisfeitos e nervosos com a presença do advogado. Interrogada posteriormente, a gerência do abrigo relatou que seu procedimento estava correto e não viu com bons olhos a presença da instituição de direitos humanos.

Este episódio, assim como a história de André apresentada no início do artigo, demonstram que apesar de transformações significativas no que se refere aos avanços nas diretrizes das políticas, leis e documentos normativos seja do ECA, seja da Política de Juventude, as ações do Estado frente a jovens pobres da periferia dos centros urbanos, ainda carregam a marca da punição, violência e estigmatização. Tais práticas reforçam a reprodução do racismo institucional, contribuindo para a construção do jovem negro, morador da periferia como perigoso, como ameaça, e assim, passível das mais severas punições, inclusive a morte. A pesquisa que ora se inicia, da qual este artigo é fruto, tem por fim se aproximar do cotidiano onde este processo ocorre, ou seja, no contato diário entre profissionais do Estado e os jovens atendidos.

Mas se por um lado vemos a reprodução da violência do Estado nas práticas dos profissionais das políticas, podemos observar também diversos movimentos, no interior, ou na margem, do próprio Estado tentando problematizar estas ações. Um processo que será muito interessante para a pesquisa é acompanhar a implementação do programa Juventude Viva. Trata-se de uma programa do governo federal que busca prevenir o homicídio de jovens. Esta implementação está ocorrendo a partir de sucessivas reuniões do chamado Conselho Gestor do Programa Juventude Viva, coletivo composto por representantes do governo, sociedade civil e profissionais das políticas voltadas para jovens da região. Não sem conflitos, este espaço é interessante no que se refere ao

choque e partilha de visões de mundo, valores e representações sobre juventude dos diversos setores envolvidos. E sugere os desafios para uma política de juventude que se proponha de fato dialogar com as necessidades e especificidades da juventude.

,Enfim, ainda de modo muito preliminar, este artigo teve por fim apresentar algumas questões não só que motivaram a realização da pesquisa, mas também algumas notas sobre seu andamento. Parto da hipótese de que os serviços e órgãos voltados para crianças e adolescentes, e mais recentemente, para juventude na periferia de São Paulo se encontram nas margens, não só territoriais, mas sobretudo do Estado, pois trata-se da “ponta” do atendimento, onde a política pensada e articulada no âmbito de instâncias federais e legais são executadas. Nesta execução, a hipótese é de que os documentos normativos e a burocracia, apesar de serem referências, não são os únicos eixos que orientam as práticas cotidianas dos funcionários do estado. Acredito que um conjunto de valores morais vinculados à representação da juventude pobre, fortemente marcada por raça, bem como uma moral humanista entram em cena no fazer cotidiano destes técnicos, ou seja, na forma concreta como tal política é executada.

O objetivo da pesquisa é, a partir do trabalho etnográfico das práticas e discursos dos agentes do estado e de seus usuários, conhecer e analisar as moralidades envolvidas na execução desta política nas margens, nestes lugares de encontro e conflito entre sujeitos. Busca-se entender também como tais práticas contribuem para construção de crianças, adolescentes e suas famílias como objetos de intervenção do Estado e como estes sujeitos reagem a este processo.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. Crescimento da População na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)/ org. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques – São Paulo: Ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.**

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas in **Cuadernos de Antropología Social** No 27, pp. 19–52, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. 2.ed. – São Paulo: Perspectiva, 2012

FASSIN, Didier. **Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France**. University of Paris North—Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.

FELTRAN, Gabriel de Santis. “Jovens em conflito com a lei” in **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.3, n.1, jan.-jun., p.259-267, 2011.

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976 in **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martim Fontes, 2002.

INGOLD, Tim. **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description**. Oxford: Routledge, 2011.

MIRANDA, A.P.M. de; OLIVEIRA, M.B. de; PAES, V.F. Antropologia e Políticas Públicas: Notas sobre a avaliação do trabalho policial in **Cuadernos de Antropología Social** Nº 25, pp. 51–70, 2007.

MIRÁGLIA, Paula. **Cosmologia da Violência:** entre a regra e a excessão – uma etnografia da cidade de São Paulo. Série Produção Acadêmica Premiada. São Paulo, 2010.

MOUTINHO, Laura. Sobre danos, dores e reparações: The Moral Regeneration Movement controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana. In: Wilson Trajano Filho. (Org.). **Travessias antropológicas:** estudos em contextos africanos. Brasília: ABA, 2012, pp, 275\296.

_____. **Rituais da Violência:** a Febem como espaço do medo em São Paulo. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2001.

PAULA, Liana de. **Liberdade Assistida:** Punição e Cidadania na Cidade de São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido:** Raízes Históricas das Políticas Públicas para Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR. Ministério da Cultura. USU Ed. Universitária. Amais, 1997

SALES, Mione Apolinário. **(In) Visibilidade Perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a Delinquência, Articular a Criminalidade:** um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012

VIANNA, Adriana de Resende B. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças in **Antropologia e Direitos Humanos 3**, Prêmio ABA/FORD/ Roberto Kant de Lima (Organizador) — Niterói : EdUFF, 2001.

_____. **O mal que se adivinha:** Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1999

WACQUANT, Loïc J.D. **Corpo e Alma:** Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

AS “JUVENTUDES” VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS: A CLIVAGEM ETÁRIA, RAÇA/COR E SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MORTES EM PERNAMBUCO E BAHIA - Rogéria Martins¹⁵⁶, Paulo Fraga¹⁵⁷ e Elisabeth Murilo¹⁵⁸

Universidade Federal de Viçosa

Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre a categoria juventude a partir da relativização de sua concepção enquanto representação universal. Compreende-se que jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais, porque possuem experiências diferenciadas em seus contextos históricos, sociais e culturais. Portanto, a uniformização conceitual da categoria alude-se a uma distensão do real. Para tanto, utiliza-se os dados de duas pesquisas sobre homicídios em dois estados brasileiros que revelam como os jovens são os alvos potenciais desse tipo de evento, revelando como determinadas *juventudes* não representam a propagada capacidade de força renovadora na sociedade, na qual a categoria busca representar na sua acepção universalista. A metodologia das pesquisas foi permeada por um estudo ecológico e seus resultados são contundentes na exposição das clivagens etária, raça/cor e sexo para essa categoria.

PALAVRAS-CHAVE: jovens; homicídios; políticas públicas

ABSTRACT: This essay reflects on youth from the relativization of its function as a universal representation. It is necessary to understand that youth ages live with equal unequal youths, because they have different experiences in their historical, social and cultural contexts. Therefore, the conceptual unification of the category referred to a real strain. To do so, we sought the data from two studies on homicides in two states in Brazil that reveal how young people are the most potential of this type of event and thus targets, reveals how certain youths not represent a capacity of renewing force in society, which seeks to represent the category in its universal meaning. The methodology of the work was permeated by an ecological study and its results are conclusive in exposing cleavages age, race / color and gender for this category.

KEYWORDS: young people; homicides; public policies

Introdução

Esse presente artigo é fruto de reflexão coletiva de um grupo de pesquisa em consolidação, representado por professores de duas universidades federais mineiras: Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Viçosa, os quais vêm otimizando os recursos de pesquisa e atuando em parceria na promoção do debate em torno do tema *Juventude*. Esse movimento é, sobretudo, um reconhecimento que as opções no trabalho coletivo enriquecem a capacidade de atuação e análise, sobretudo, considerando a possibilidade de diálogo inter-institucional que permite maior alcance no levantamento de dados. Esse caminho busca sustentar nossas convicções

¹⁵⁶ Socióloga, Doutora em Políticas Públicas, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa - UFV. Contato: rogerialma@yahoo.com.br

¹⁵⁷ Sociólogo, Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Diretor do Centro de Pesquisa da UFJF. Contato: pcp_fraga@yahoo.com.br

¹⁵⁸ Antropóloga, Doutora em Ciências Sociais, professora do Instituto de Artes e Design da UFJF. Contato: murilho@gmail.com

investigativas mais profundas, em meio as mais diferentes adversidades que o meio, por vezes se coloca, sobretudo, pelas dificuldades inerentes de trabalhos isolados.

O debate que ora se coloca busca aliar a questão da violência desenvolvida em diferentes pesquisas, apresentando como o jovem é em potencial vítima desse evento na sociedade brasileira, mas, sobretudo, nos permite refletir sobre “as juventudes”, ou seja, os tipos de jovens enquanto existência social, aludem-se a um quadro de desigualdade. A literatura já nos aponta essa acepção, de negação de uma perspectiva universalista para a categoria juventude, contudo, os dados aqui apresentados ratificam essa assertiva na literatura, e ainda, nos revela dados concretos sobre a discussão conceitual do tema. O debate que o artigo se reporta é revelar o efeito nefasto dessas experiências marcadas pelas institucionalidades da existência social desse grupo. O crime de homicídio vem como pano de fundo nesse debate e a questão da discussão conceitual da juventude como foco principal, na medida em que apresenta como determinadas experiências marcam uma trajetória, absolutamente diferenciada a partir dos recursos disponíveis aos quais esses jovens acessam na sociedade. Nesse sentido, desassocia-se da representação aludida aos jovens, enquanto um grupo que se caracteriza pela capacidade de compor uma força social renovadora na sociedade.

Metodologia das pesquisas

Na direção dos estudos que buscam compreender o fenômeno a partir de suas perspectivas ecológicas, o presente artigo analisa o incremento dos homicídios no Estado da Bahia e Pernambuco, Brasil, a partir da aferição do incremento das taxas de homicídios em todos os municípios que compõem esses respectivos estados nordestinos. Os resultados a serem apresentados é parte integrante das pesquisas: *Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva e Homicídios em Pernambuco (1990-2003): Uma Análise descritiva de Eventos Violentos*, ambas coordenadas pelo prof. Paulo Fraga e financiadas pelos CNPq. O estudo original compreendia os anos de 1991 a 2002, bem como 1990 - 2003. No entanto, nessa comunicação, o recorte temporal foi realizado para os anos compreendidos entre 1996 e 2007. Optou-se por atualizar os dados com informações de anos mais recentes, o que proporciona um retrato mais atual do fenômeno e porque tal procedimento permite trabalhar apenas com a Revisão X da Classificação Internacional de Doenças (CID).

As frequências de homicídios foram trabalhadas para a população total, por grupo de sexo, por faixas etárias e por raça/cor, conforme categoria estabelecida pelo Banco de Dados do Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS. A organização das frequências de óbitos foi realizada por local, segundo sua distribuição de ocorrência e não de residência, pela importância que a primeira categoria tem para a política de segurança pública.

Os estudos de corte ecológicos se caracterizam pelo emprego de indicadores de exposição agregados, com definição da unidade de análise. Como observa (Hennekens, 1987), nos estudos de problemas de saúde, entre os quais, os homicídios hoje são caracterizados, a abordagem ecológica constituiu-se um primeiro e importante passo, no sentido de informar os agravos de saúde, as relações que se estabelecem entre a variável e fatores outros de exposição que podem ser avaliados para o levantamento de hipóteses causais e sua distribuição espacial. Esta questão tem sido levantada por pesquisadores que vêm se dedicando à temática. Cano (2000), ao realizar pesquisa sobre indicadores de criminalidade no Rio de Janeiro, observou que os dados das polícias apresentam inúmeros problemas como: falta de padronização entre as categorias em anos

diferenciados; informações duplicadas por departamentos distintos de polícias; inexistência de dados sobre características das vítimas, dos agressores e dos atos delituosos; ausência de padrão nos procedimentos de coleta de informações e nas categorias utilizadas entre unidades diferentes, e um número bastante alto de subnotificação. Cardia et al (2003) também atentou para o fato de que, no decorrer dos procedimentos investigativos e judiciais, pode ocorrer a categorização diferente do mesmo evento.

Outro problema que dificulta a utilização de informações policiais para monitorar atividades criminais ou violência no Brasil, é que os dados policiais publicados fornecem informações apenas sobre o número de eventos criminais, mesmo quando envolvem mais de uma vítima ou agressor. Desta forma, um homicídio múltiplo, tal como uma chacina, é considerado como um caso apenas, independente do número de vítimas (Cardia et al, 2003).

De outro modo, apesar do SIM apresentar problemas como um número significativo de dados indeterminados ou não identificados para algumas categorias, há um processo de homogeneização dos dados que vem sendo empregado pelo Ministério da Saúde às secretarias municipais e estaduais de saúde, que tem facilitado estudos epidemiológicos e sociais com estes dados. De outro modo, nos últimos anos, vários ajustes têm sido feitos visando à diminuição de subnotificações e indeterminações.

Ainda que os dados apresentados não sejam absolutamente atuais¹⁵⁹, eles revelam um quadro sintomático para a categoria juventude e vem ser objeto de análise nesse trabalho, tendo em vista o enriquecimento das afirmações elaboradas por estudiosos do tema.

Discussão do tema

A discussão sobre juventude ganha contornos de relevância, considerando o seu componente demográfico, em todo o mundo e seu impacto na formação da sociedade levando em conta a natureza dessa experiência social. Por outro lado, essa experiência revela um contexto bastante complexo para esse grupo social, uma vez que se torna alvo de eventos violentos fatais, como os crimes de homicídios. Esse evento apontado para a categoria juventude, na sociedade brasileira, nos coloca um grande conflito conceitual, na medida em que permite questionar que experiência é essa? Se em termos conceituais a categoria é universal, temos um problema de ordem prática, pois nem todos os componentes desse grupo social são alvos em potenciais de homicídios. Nesse sentido, a produção de conhecimento do tema exige reflexões mais elucidativas, do ponto de vista conceitual e teórico, uma vez que se trata de um universo ainda movediço, que exige maior clareza na definição da categoria juventude.

Segundo Mauger (1994), o trabalho *aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos* (p. 6). Este é um dado que por si só já evoca um problema de ordem metodológica, como afirma Sposito (1997), porque ponderam-se duas reflexões: a exigência de uma definição, ainda que provisória, para delimitar os critérios de seleção do objeto e, de outra parte, para estabelecer essa definição incorre-se nos diferentes usos da categoria juventude, ou seja, segundo

¹⁵⁹ Para efeito desse artigo, o presente trabalho é fruto de reflexão sobre um dos temas do **Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede**, baseado em pesquisas já realizadas.

Mauger (op.cit.), o impasse está justamente na forma mínima do critério estabelecido para formalização conceitual dessa categoria.

Estudar a juventude é sempre se deparar com uma necessidade de delimitações: falamos de uma faixa etária específica, de um período da vida ou de uma condição social? Como bem formulou Bourdieu (1983), a “juventude é apenas uma palavra”, pois juventude e velhice seriam apenas construções sociais, e essas denominações se aplicariam a faixas etárias estendidas ou encurtadas segundo os interesses em jogo, dependendo da sociedade e do contexto histórico. A juventude seria então uma “invenção” dos mais velhos para deixar os mais jovens distantes da participação integral na sociedade, principalmente do poder. Assim, esse critério varia segundo o período histórico, a distinção sexual, as classes sociais e a sociedade, pois era importante para determinar a idade para os casamentos e a entrada no mundo do trabalho.

Desde a segunda metade do século XX, no entanto, a juventude tornou-se fase da vida mais valorizada, tendendo a se estender para muito além de seu limite biológico. Isto porque, após séculos de desvalorização do jovem, ao qual eram atribuídas características negativas (intempestivo, apaixonado, desmedido, excessivo), a “revolução juvenil” dos anos 1960 promoveu uma inversão, transformando a juventude num valor social e cultural. Ela é, assim como os outros grupos sociais, “o encontro das construções e representações sociais com as condições de vida, as experiências e as identidades nas quais os indivíduos se reconhecem e agem”, segundo Dubet (1994: 1). Ou seja, assim como a classe operária ou os estudantes, a juventude é uma categoria construída e vivida socialmente e, assim como as demais, é também transitória. A composição de sua trajetória marca, em efeitos bem delimitados, a expectativa que se atribui aos componentes desse grupo – enquanto a representação de um modo de ser, suas perspectivas institucionais são marcadas, em geral, por um pragmatismo obtuso na sociedade, conforme pode-se observar em Augusto (2005)

A mesma sociedade pode produzir tipos de jovens bastante diversos, pois, originados de diferentes extrações sociais, inserindo-se em posições distintas e apropriando-se de hábitos e valores específicos de acordo com essa inserção, as “maneiras de ser” que lhes são impostas – ou que têm possibilidade de constituir – não são as mesmas para todos. Na distribuição diferencial que forçosamente ocorre, uns são mais privilegiados do que outros. Desse modo, fica claro que a juventude não é uma, e que a diferenciação social e a diversidade econômica têm peso importante na configuração das distintas “maneiras de ser” impostas aos jovens. (AUGUSTO, 2005, p. 20)

Foracchi (1972) considera que, não sendo possível uma delimitação etária, a juventude representa histórica e socialmente uma categoria elaborada pelas tensões próprias à crise do sistema. Na concepção da autora, a categoria representa um modo de realização da pessoa, um projeto de perspectivas institucionais, uma nova configuração de existência social. A autora também caracteriza a juventude considerando a sua existência social enquanto fonte de potencial força social renovadora. Nesse sentido, mais uma vez temos que relativizar essa aceção, na medida em que se considera que a percepção da sociedade sobre essa perspectiva positiva para os jovens não é uníssona. Para determinados jovens, na sociedade, a sua caracterização vem envolvida de uma percepção estigmatizada, negativa, logo destituída desse potencial renovador. Pelo contrário, as expectativas que se voltam para uma determinada juventude, revelam-se fadadas ao fracasso e à morte, destituída de quaisquer força social. Bom, isso nos permite questionar de que juventudes, então, falamos? Que juventudes são essas que se compõem por trajetórias diferenciadas: enquanto uma é composta por expectativas

positivas, constituída por uma força social renovadora, conforme sinaliza Foracchi (1972), e outra composta por expectativas negativas, aludidas por um processo de perda substancial de sua própria existência. Entender a especificidade de ser jovem e compreender a desigualdade dessas trajetórias e, dessa forma, compreender os horizontes que a atuação das políticas públicas podem e devem atuar, porque revelam elementos potenciais de desigualdade. Os dados da pesquisa sobre homicídios em Pernambuco e Bahia é só um exemplo desse contexto desigual, o qual se aplica à trajetória de determinadas juventudes.

As transformações operadas na contemporaneidade têm imposto desafios para compreender essa categoria, uma vez que são reconhecidas as diferentes inserções dos jovens na sociedade, no que tange às dimensões históricas, sociais e culturais. Ser jovem implica identificar, então, uma suposta faixa etária, o contexto social em que vive e suas idiossincrasias. Se, conceitualmente, os limites estão colocados pelas implicações que a categoria estabelece nos contextos sociais; por outro lado, a sua conformação pelas instituições sociais é realizada à revelia dessa indisposição conceitual, sob o crivo direto das representações que os operadores aplicam ao sentido da juventude. Por isso, muitos autores (QVORTRUP, 2000; GROppo, 2000; ALANEN, 2001; MAYALL, 2002) consideram o termo geração uma categoria estrutural importante na análise dos processos de estratificação social e nos dispositivos das construções das relações sociais (SARMENTO, 2005). É sempre muito bom lembrar essa dimensão reveladora na sociedade em que pese às formas de pensar para esse grupo social. Segundo Novaes (2006), jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais, porque possuem experiência social diferente em seus contextos históricos, sociais e culturais. Portanto, a uniformização conceitual da categoria alude-se a uma distensão do real. Velho (2006), nessa mesma tentativa de explicar o conceito, também reconhece a dificuldade de qualificar juventude, dentro de uma perspectiva universal.

Isso reforça a ideia de que a compreensão da contemporaneidade deve estar atenta às concepções que grupos sociais são categorizados, o grupo social concreto (MANNHEIM, 1968) para reconhecer suas experiências e sociabilidades específicas, para não incorrer em camuflagens ideológicas das estratificações sociais. Segundo Foracchi (1972), as trajetórias possíveis desse grupo são estabelecidas socialmente, onde cada sociedade impõe um modo de ser dessa juventude, logo, revela sua existência social a partir de sua própria imagem. Essa imagem se revela potencializadora ou não, acometida pelos recursos e potencialidades que se atribui à constituição desse grupo, de sua institucionalidade, fruto da disposição que a sociedade lhe atribui. Estamos falando, aqui, das alternativas, das oportunidades nessas trajetórias sociais que são oferecidas de forma, absolutamente, desigual na sociedade brasileira. As clivagens de raça/cor, sexo e faixa etária são variáveis que revelam essa desigualdade.

Reconhecemos que tais clivagens demandam desigualdades nas formas como os jovens são identificados e vivem sua juventude. Essas clivagens ocorrem em qualquer espaço geográfico, pois estão presentes em muitos países, logo não é prerrogativa nacional. Contudo, no caso específico do Brasil, a forma como ocorrem os homicídios contra jovens de bairros periféricos de grandes e médias cidades, possui a sua especificidade, sobretudo, em parte pelo desvelo atribuído a essas mortes. Não iremos discutir essas diferenças regionais ou internacionais, pois foge dos objetivos desse texto, mas reafirmamos que as formas como determinadas sociedades lidam com a questão são preponderantes significativas a partir de suas taxas de homicídios acometidos a determinados jovens.

Ainda que Mannheim, enquanto autor importante nesse debate, defenda a corrente geracional que evoca a composição de elementos constituintes de uma mesma fase de vida e, dessa forma, com elementos etários definidos na perspectiva de uma cultura juvenil; Bourdieu (1983) também apresenta uma interpretação, denominada de classista, uma vez que juventude é tomada como um grupo necessariamente diversificado, em razão de suas pertencas de classe. Foracchi (1972) contribui de forma prestigiosa com sua interpretação da categoria, ao identificar não só esse componente classista, como marca um campo de atuação dotado de institucionalidades, bem como a representação de uma existência social a qual sua trajetória estará marcada pelos recursos disponíveis que o estado vai permitir que esse grupo acesse. A questão que se apresenta é o modo como, recorrentemente, esses atores são revestidos em seus papéis sociais, desenvolvendo práticas diferenciadas de uma determinada classe etária, em cada contexto social particular. Esse construto envolve implicações mútuas na categoria juventude.

Dados da pesquisa

Segundo a Organização Mundial de Saúde, estima-se que, aproximadamente, 1,6 milhões de pessoas morrem a cada ano, em decorrência da violência. Esta se encontra entre as principais causas de óbito na faixa etária de 15 a 44 anos no Brasil e, na maioria dos países, corresponde a 14% dos óbitos no sexo masculino e a 7% dos óbitos no sexo feminino.

Em alguns trabalhos tem sido citada a possível associação das altas taxas de homicídios com o processo de urbanização, desigualdades socioeconômicas, pobreza, tráfico de drogas, enfrentamentos raciais e étnicos, mudanças na estrutura familiar, conflitos armados, atos de resistências e violência policial entre outros fatores (SOUZA, 1994). No entanto, devemos ter muito cuidado com as afirmações que atrelam o aumento dos homicídios a fatores como a pobreza. Existe uma larga discussão na literatura sociológica brasileira e mundial, que critica esses tipos de abordagens.

No Brasil, o índice de homicídios perpetrados por agentes policiais é considerado, também, muito alto para os padrões internacionais e tem sido alvo de preocupação de estudiosos (Cano, 2000), por ter participação nos homicídios em geral e pela dificuldade de se mensurar sua real dimensão, pois ficam subsumidos nas estatísticas deste tipo de evento pela forma como são registrados. A abordagem da violência como um problema do campo da saúde pública visa analisar sua classificação e distribuição geográfica e, concomitantemente, identificar os seus determinantes sociais, sobretudo compreender porque tantos jovens morrem no Brasil. O limite da utilização das fontes relativas ao setor saúde é por apresentar, apenas, os dados da vítima, tipo de ferimento e de instrumento utilizado, não contendo informações sobre o agressor. Nesse sentido a pesquisa não nos permite estabelecer associações e explicações conclusivas; mas revela quem são essas vítimas; quais as suas características. Nesse sentido, ela aponta a necessidade de ações institucionais, através de políticas públicas, para promover ajustes contundentes para proteger e garantir os direitos dessas vítimas. Ainda que esse contexto mereça maior investimento do Estado para com esses grupos sociais.

A literatura avança, mostrando que estudo sobre os homicídios por arma de fogo no Brasil (Tourinho, 2004), na maioria dos estados brasileiros, o principal instrumento utilizado é a arma de fogo. Esta causa está diretamente ligada a determinados fatores como o aumento da criminalidade e pela facilidade de acesso da população às armas. Tourinho (2004) alerta, ainda, que a violência por armas de fogo é resultante da complexa e dinâmica interação de múltiplos fatores que incluem determinantes de

âmbito individual, relacional, comunitários, político e social. Isso recrudescerá ainda mais o estado de ser dessas vítimas, que antes mesmo de serem acometidas pelo crime de homicídio, estão imersas num contexto de extrema violência.

Nesse sentido, as políticas multissetoriais e integradas necessitam estar centradas na diversidade de causas que influenciam o aumento das taxas de homicídios e que passam pela adoção de medidas estruturais para a redução das desigualdades; diminuição da impunidade e reforma dos sistemas policial, judiciário, penitenciário visando à redução do sentimento de insegurança da população e que é responsável pela demanda de mecanismo privados de segurança, que funcionam, muitas vezes, à revelia da lei, reproduzindo a violência que anunciam evitar e combater (Tourinho, 2004).

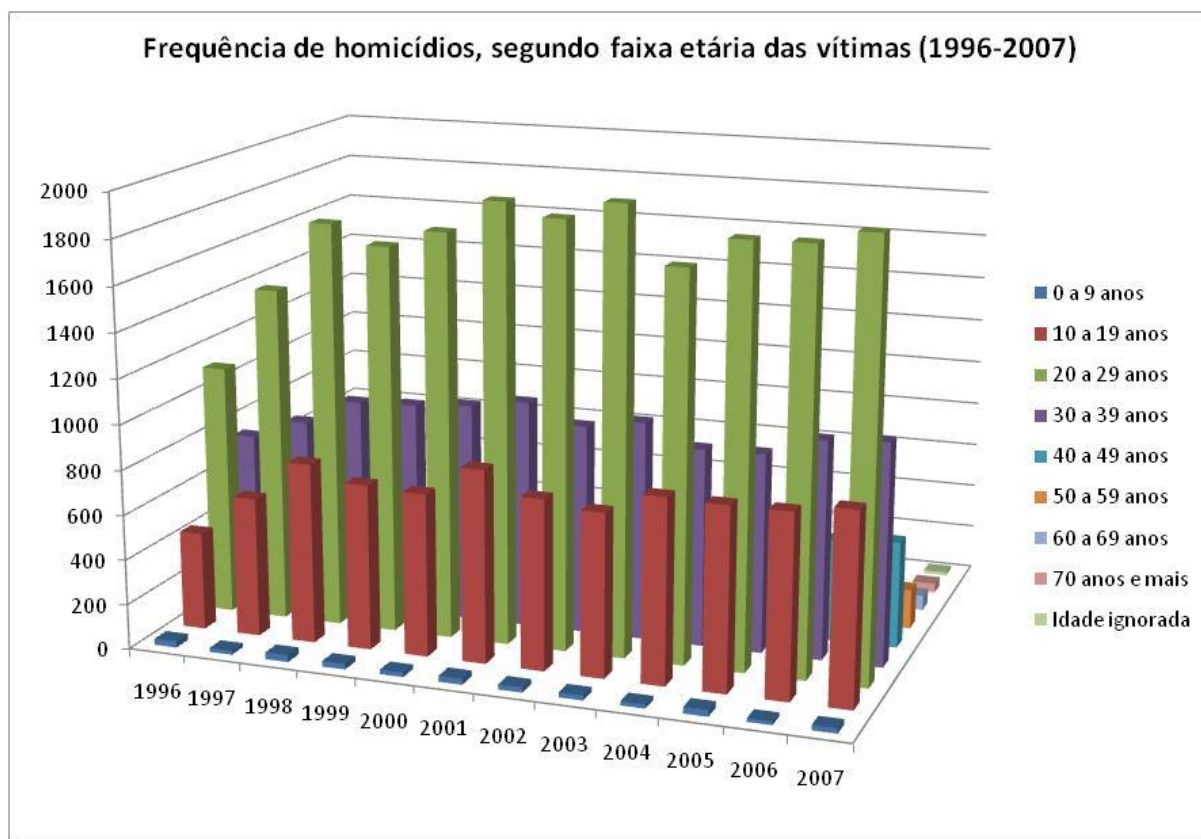
Em Pernambuco

Se analisarmos a frequência dos homicídios por arma de fogo no período, levando em consideração os anos extremos da série, é possível observar que a participação percentual dos homens no total dos eventos aumentou de 93,55%, em 1996, para 94,82% em 2007, em Pernambuco. O ano de 2001, entretanto, tal como ocorreu para os homicídios em geral, é o ano em que houve a maior participação percentual masculina no total dos homicídios por arma de fogo. Beato Filho e Marinho (2007), em seu estudo, observam que a taxa de homicídios envolvendo armas de fogo no Brasil é maior entre os homens, jovens, do que em qualquer outro grupo. No caso específico do Estado de Pernambuco, a participação percentual de homens no total de homicídios é significativa e expressa a tendência do fenômeno se concentrar nesse grupo de gênero.

A variável raça/cor é utilizada, também, como importante indicador do caráter de seletividade dos eventos de homicídios. Somente a partir de 1996, a variável raça-cor é incluída no SIM. Nesse ano, a subnotificação é altíssima, quase 100%, por isso, não foi incluída na análise. É a partir de 2001, que os dados apresentam um número menor de cor ignorada, da vítima do homicídio. É importante observar que a cor parda é aquela em que há maior número de vítimas, excetuando a categoria ignorada em todos os anos da série, sendo que em 2007, ela representa 91% das vítimas de homicídios no estado de Pernambuco. Sabe-se que a categoria parda é extremamente ambígua, pois, em sua maioria, está incluída uma parte significativa da população afrodescendente.

Em relação aos grupos etários mais vulneráveis aos eventos de homicídios, não é novidade que os jovens são o grupo mais exposto. Como revela o estudo de Tourinho (2006), que compreende os anos de 1980 a 2002, nesse período, 110.320 crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, foram vitimadas fatalmente por agressão. Em Pernambuco, a faixa etária mais vitimada no período foi aquela que compreende as idades de 20 a 29 anos, quando em todo o período, foram vitimadas 21092 pessoas, seguida da faixa etária de 30 a 39 anos, com 11129 vítimas e de 10 a 19 anos, onde 8966 pessoas morreram (Gráfico I). Se levarmos em conta os anos extremos da série, observa-se que houve um crescimento maior na faixa etária de 10 a 19 anos, em relação às outras duas. Enquanto essa faixa cresceu 94%, a faixa de 20-29 cresceu 71% e a de 30 a 39, incrementou, nas extremidades do período 34,45%.

Gráfico I



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

No ano de 1996, o Estado de Pernambuco registrou 3022 mortes por homicídios. As cidades com mais de 20000 habitantes que apresentaram as maiores taxas foram destacadas. Floresta se destaca como a cidade que apresenta a maior taxa e a mesorregião na qual a cidade está inserida, a do São Francisco, é aquela que possui o maior número de municípios entre aquelas que apresentam as maiores taxas, totalizando três cidades. As mesorregiões do Sertão, Região Metropolitana e Agreste vêm em seguida, com dois municípios cada. Em relação às microrregiões, a de Petrolina se destaca com dois municípios. As taxas são muito altas, todos os dez municípios apresentam taxas acima de 50/100000, índices que se apresentavam entre os mais altos do país no período.

Na Bahia

Como observa Soares Filho (2011), há diferenças notáveis de risco de morrer pelo evento do homicídio entre brancos e negros no Brasil, mesmo quando está sob controle a taxa de escolaridade do indivíduo. A expectativa de vida de homens e mulheres negras é menor se comparada com pessoas brancas dos sexos masculino e feminino. Na capital baiana, cidade com uma alta presença de população negra em sua composição, os indivíduos desse grupo racial morrem em idades menores e perdem 12,2 vezes mais anos potenciais de vida em razão dos homicídios do que os brancos.

Na Bahia, somente a partir dos anos de 2005, as informações sobre homicídios segundo raça/cor, passam a ser mais confiáveis, com menor subnotificação. Conforme tabela I, o grupo preto/pardo representa entre 2003 e 2005, cerca de 85 % do total dos

homicídios. Agregados na categoria Negro, eles representam o grupo mais vulnerável ao evento de homicídios.

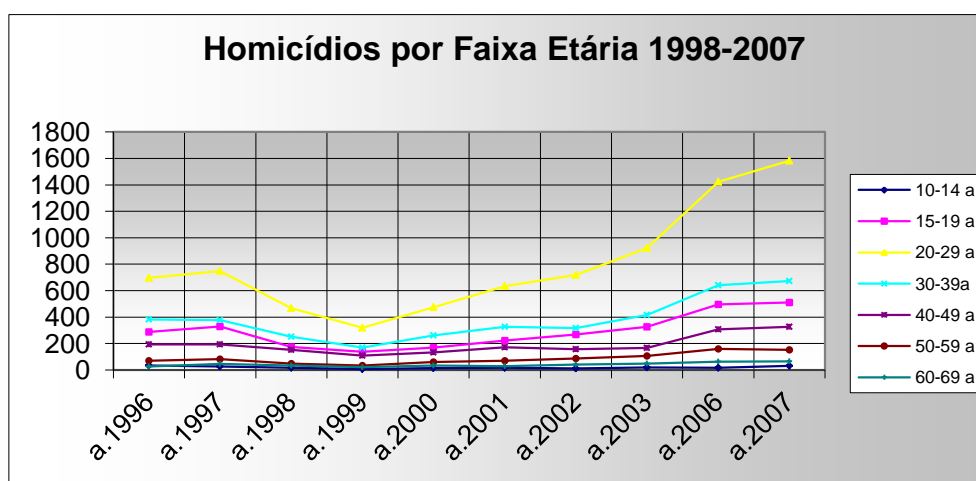
Tabela I:

Percentual de Homicídios segundo Raça- Bahia-2005/2007

Ano	Preto/Pardo (Negro) (%)	Branco (%)	Outros(%)	Não Informado (%)
2005	83	6	0,1	11,3
2006	85,44	5,8	0,3	8,5
2007	85	7	0,1	7,6

O abreviamento da vida na juventude está na faixa etária com a maior frequência de homicídios é aquela que compreende as idades entre 20-29 anos. Na série histórica de 1998 a 2007, os adolescentes entre 15 e 19 anos aparecem como a terceira faixa etária em número de homicídios (Gráfico II). No entanto, se levarmos em consideração as taxas de homicídios, a faixa de 15-19, aparece em segundo lugar, abaixo, apenas, da faixa entre 20-29 anos (Gráfico II).

Gráfico II



No ano de 2007, para a faixa etária de 15-19 anos, algumas cidades baianas apresentaram índices significativamente altos. Das dez cidades com mais de 20.000 habitantes, três estavam localizadas na microrregião de Salvador e duas na microrregião de Ilhéus-Itabuna.

Se observarmos a evolução das taxas de homicídios entre os anos de 2000 a 2007, para a população de 15 a 19 anos, podemos perceber que houve um aumento significativo de municípios que tiveram índices acima de 50/100000, entre os anos extremos da série histórica. Outra característica importante na evolução do incremento das taxas para a faixa etária é o fato de no ano 2000 existirem 363 municípios no Estado que tinham taxa zero para a referida população. No ano de 2007, embora ainda a maioria dos municípios continuasse apresentando taxa zero de homicídios, o número cai para 333, e maior taxa que em 2000, era de 146/100000 passou, em 2007, para 232/100000.

Embora as taxas gerais de mortalidade para a população em geral tenha aumentado significativamente ao longo do período estudado, a faixa etária entre 15 a 19 anos foi uma das mais atingidas pelo evento.

As características da alta das taxas de homicídios que se concentram em alguns municípios baianos e que aumentaram nos últimos anos, principalmente em cidades da Região Metropolitana de Salvador e em cidades de porte médios interioranas, mas com grande concentração urbana, como Itabuna, destacam a questão do risco e da vulnerabilidade que os jovens da periferia, geralmente negros, estão submetidos. Os dados mostram, também, que a maioria dos eventos foi praticada nas áreas periféricas das cidades.

A esse respeito Ruotti, Massa e Peres (2011) chamam a atenção para a urgência de uma abordagem do fenômeno da violência que supere àquela centrada no risco, que permita compreender o estigma que recai sobre determinados jovens e os efeitos específicos que isso pode produzir e que podem levá-los a desfechos violentos. O que as autoras enfatizam refere-se à necessidade das análises de vulnerabilidade de considerar tanto os perigos ou eventos hostis que podem afetar uma determinada população, principalmente, os jovens das periferias urbanas, quanto a fragilidade desses em enfrentar os eventos violentos. Esse procedimento, segundo as autoras, pode auxiliar na compreensão de processos culturais e sociais envolvidos nas situações de violência, bem como entender as formas como os jovens lidam e enfrentam, assim como o sentido que eles as atribuem.

Nesse sentido, complementam as autoras, um dos desafios dos estudos é entender os significados da exposição de jovens à situação de risco que os aproximam da possibilidade de terem suas vidas ceifadas precocemente, como consequência dos processos de socialização que os empurram para atividades ilegais. O risco e a vulnerabilidade devem ser analisados em um processo mais amplo, como consequência de trajetórias de vidas moldadas na relação com situações estruturais (Fraga, 2003).

Conclusões

Embora o estudo não tenha se aprofundado nas causalidades do aumento dos homicídios, as formas como são cometidos esses crimes, com armas de fogo, em sua maioria, em cidades onde a maioria das vítimas reside em bairros da periferia das áreas urbanas, apontam para a necessidade de compreender os eventos como similares aos que há mais tempo em outras regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Se nessas cidades tem havido uma diminuição, ainda que haja recorrência do evento, em cidades baianas, como aquelas localizadas na Região Metropolitana de Salvador, os eventos aumentaram. Por outro lado, Pernambuco se destaca no país como o Estado com a maior taxa de homicídios. Em relação aos grupos etários mais vulneráveis aos eventos de homicídios, não é novidade que os jovens são o grupo mais exposto. Se levarmos em conta os anos extremos da série, nesse estado, observa-se que houve um crescimento maior na faixa etária de 10 a 19 anos, em relação às outras duas. Enquanto essa faixa cresceu 94%, a faixa de 20-29 cresceu 71%, e a de 30 a 39, incrementou, nas extremidades do período 34,45%. Se juntarmos os dois grupos que compõem a faixa etária reconhecida como jovem, de 15 aos 29 anos, temos um percentual ainda maior. Esse é um dado significativo para a situação dos jovens no Brasil. O enfrentamento requer políticas públicas eficientes e focadas na população juvenil, a mais vulnerável, conforme os dados revelam.

Isso posto, para efeito do trabalho que ora se apresenta, considera-se que o efeito classista da categoria juventude é estruturador para compreender os processos de

estratificação social, nos quais podem revelar os efeitos de classe, gênero e raça em que esses grupos estão imbricados. Nas sociedades dinâmicas, como a contemporânea, o efeito da transitoriedade das gerações está inscrito nas possibilidades dos processos de mudanças sociais, contudo o efeito seletivo dos eventos de homicídios revelam que parte da juventude brasileira está sendo assassinada de forma acentuada e esses jovens, em suas trajetórias individuais, perdem a possibilidade de adquirir força social.

É em Bourdieu (1983) que o trabalho aqui exposto encontra maior amparo, enquanto interlocutor da corrente conceitual classista. Bourdieu (1983) revela maior legitimidade conceitual às análises empíricas desse estudo, pois procura considerar os contextos diferenciados das condições econômicas, as diferentes parcelas de poder e os interesses em jogo; conferindo a categoria juventude universos sociais que não parecem homogeneizar esses grupos etários. Por outro lado, é em Foracchi (1972) que se tem a oportunidade de interpretar esses dados sobre homicídios de jovens, na sua maioria de sexo masculino, negros marcados por uma existência social, aludidos dentro de componentes institucionais próprios, que ganha contornos mais extensos para compreender o fenômeno da desigualdade composta nessa existência.

Essa discussão ganha contornos mais práticos, nesse trabalho, na análise conjuntural que a aplicação do conceito juventude se coloca, na medida em que busca compreender como os efeitos da clivagem etária, raça-cor e sexo como a inscrição à desigualdade para a categoria juventude se projeta e se estende, paulatinamente, na sociedade brasileira.

Segundo Foracchi (1972), a juventude revela como a categoria é inscrita pelas tensões próprias na crise do sistema. Se considerarmos a questão dos homicídios como uma vertente dessa configuração conflituosa da sociedade, temos aqui uma representação bastante complexa da composição dos jovens na sociedade brasileira. Se para a autora, a juventude representa uma nova configuração de existência social, o quadro de violência inscrito para a categoria revela uma nefasta configuração da existência social dos jovens brasileiros – figuras potencializadas pela vitimização da prática de homicídios.

Referências bibliográficas

- ALANEN, L. Explorations in generational analysis. In : ALANEN, L; MAYALL, B (org). **Conceptualizing child-adult relations**. London : Routledge, 2001.
- AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social**, v.17,n.02, novembro de 2005.
- BEATO, F. C. C; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, da Marcus Vinicius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BOURDIEU, P. De quoi parle-ton- quand on parle du ‘problème de la jeunesse?’. In: PROUST, François (Org.). **Les jeunes et les autres: contributions dès sciences de l’homme à la question des jeunes**. Vauresson: CRIV, 1986.
- CANO, I. **Registros Criminais da Polícia no Rio de Janeiro: problemas de confiabilidade e validade**. *Fórum de Debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas*. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.
- CARDIA, N. et al. Homicídio e violação dos Direitos Humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, 17(47): 43-73, 2003

- DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa, Instituto Piaget, 1994.
- FRAGA, P. C. P. **Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva**. Relatório de pesquisa, 2009.
- _____. Da Favela ao Sertão: Juventude, Narcotráfico e Institucionalidade In: FRAGA, P.C.P. & IULIANELLI, J.A. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. **Homicídios em Pernambuco (1990-2003): Uma Análise descritiva de Eventos Violentos**. Relatório de Pesquisa, 2009.
- FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.
- GROPPO, A. L. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. RJ: DIFEL, 2000.
- HENNEKENS, C.H. et al. **Epidemiology in Medicine**. Boston: Little, Bowon & Co, 1987.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rj. Zahar Editores. 1968.
- MAUGER, G. Les jeunes en France: état dês recherches. Paris: **La documentation française**, 1994.
- MAYALL, B. **Towards a sociology for childhood : thinking from children´s lives**. Buckingham : Open University, 2002.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.
- QVORTRUP, J. Generations an important category in sociological research. In : **Congresso Internacional dos Mundos Sociais e Culturais da Infância**, Braga, 2000, *Actas...*Braga; Universidade do Minho, Instituto de Estdos da Infância, 2000, v.2.
- RUOTTI, C; MASSA, V. e PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface (Botucatu)**. 2011, vol.15, n.37, 2011.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade : interrogações a partir da sociologia da infância. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, maio/ágosto, 2005, p. 361-378.
- SPOSITO, M. P. Estudos sobre Juventude e Escolarização In Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p.37-52, maio – ago./set.- dez.1997. Edição Especial.
- SOARES FILHO, A. M. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2011, vol.45, n.4, pp. 745-455. Epub, 01-Jul-2011.
- SOUZA, E. R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública** 10(1s): 45-60, 1994.
- TORINHO, M. F. **Mortalidade por armas de fogo no Brasil:1991 a 2000**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

VELHO, G. Epílogo – juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.

RESTAURANDO CONFLITOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO PARA VIOLÊNCIA JUVENIL - Iara da Silva Ferrão

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: O presente estudo de caráter teórico tem como objetivo apresentar a Justiça Restaurativa (JR) como possibilidade, tanto para enfrentamento da violência juvenil, quanto para acompanhamento de adolescentes que cometeram atos infracionais e encontram-se em conflito com a lei. Ainda pretende fazer uma correlação com as possibilidades das práticas restaurativas estarem contribuindo com as principais dificuldades encontradas no contexto do sistema socioeducativo. Em conclusão, acredita-se que as práticas da JR, uma vez efetivadas no sistema socioeducativo, podem ser caracterizadas como experiência exitosa, já que seus princípios e valores vão ao encontro de uma ressignificação e responsabilização do adolescente, pelo ato infracional cometido e pelos danos causados às vítimas. Porém existem dificuldades para definir a JR, por ser uma teoria/prática ainda em construção. Como um paradigma novo, pode ser considerado inacabado, e sem conceito definido. Diante da grande diversidade de orientações práticas e fins pode ser considerado como um modelo em construção.

Palavras-chave: Violência Juvenil; Justiça Restaurativa; Sistema Socioeducativo.

ABSTRACT: This theoretical study aims to present character Restorative Justice (JR) as a possibility for both tackling youth violence, and for monitoring of adolescents who have committed offenses and are in conflict with the law. Still want to make a correlation with the possibilities of restorative practices are contributing to the main difficulties encountered in the context of childcare system. In conclusion we believe that the practices of JR, once effected in childcare system, can be characterized as successful experience, since their principles and values will meet an reinterpretation accountability and adolescents, by offense committed and the damage caused victims. But there are difficulties in defining a JR, as a theory / practice still under construction. As a new paradigm, can be considered unfinished and without defined concept. Given the great diversity of practices and guidance purposes can be regarded as a model under construction.

Key word: Youth Violence; Restorative Justice; Socio system

Introdução

A violência é um tema complexo, multifacetado e presente nos mais diversos contextos culturais e socioeconômicos. Na atualidade, a violência vem se constituindo como um grave problema de ordem social e de saúde pública (MINAYO 2005; BRASIL 2005). Para Winnicott (1994), pode haver uma ligação entre a delinquência e à privação da vida familiar. Essa privação, segundo o autor, poderá ocasionar a falta de um quadro de referências a partir do qual a criança poderia se desenvolver e construir sua identidade pessoal e ainda transpor os primeiros estágios de seu desenvolvimento emocional. Diante do desenvolvimento desse quadro de referências é que a criança passa a operar a distinção entre o eu e o não eu. A criança antissocial acaba buscando na sociedade o quadro de referência que não encontrou na família. A criança necessita desse quadro para seu desenvolvimento emocional e acaba buscando estabilidade e segurança através do controle externo. Ou seja, a resposta que espera de seus atos acaba vindo de pessoas de fora do contexto familiar. Dessa forma, a delinquência pode ser

entendida, como um pedido de socorro, de busca de estabilidade e segurança através do controle externo, por pessoas que de alguma forma elegeu como fortes, amorosas e confiáveis (WINNICOTT, 1994).

A violência nutre fontes inesgotáveis de polêmicas, instala a intranquilidade na população, que acaba cobrando aumento dos mecanismos de controle e punição por associar a falta de punição como explicação para este fenômeno (KONZEN, 2007). Neste sentido, o tema da violência aparece no imaginário social com uma relação direta da ideia de aumento da violência com a necessidade de aumento da punição e repressão. Quando se trata da transgressão penal e violência, no contexto juvenil, o tema adquire contornos de maior gravidade, uma vez que a relação entre juventude e violência costuma causar um grande impacto na opinião pública (KONZEN, 2007). A relação entre violência e juventude é propagada nos meios de comunicação como uma das possíveis causas de acentuação da violência urbana. No entanto, os estudos apontam que há um número consideravelmente maior de crianças e adolescentes vítimas de violência do que autores de ato infracional (OLIVEIRA, 2001; TEIXEIRA, 2005; WAISELFISH, 2013). Mesmo diante de pesquisas que comprovam que a violência contra adolescente é estatisticamente maior, do que a prática de atos infracionais, ainda costuma-se assistir a constantes apelos da população, para redução da maioridade penal, como solução para crescimento da violência (OLIVEIRA 2001; VOLPI 1997). Estes apelos algumas vezes vêm acompanhados do discurso de que a redução da maioridade penal poderia ser a solução no enfrentamento da violência e a associação do ato infracional à periculosidade (VICENTIN e ROSA, 2009; VOLPI, 1997). A insatisfação da população com a justiça ou ainda com o que consideram a falta dela, com relação à população jovem, não costuma abarcar o conhecimento da responsabilização do jovem pelo cometimento do ato infracional, nem o difícil contexto do Sistema Socioeducativo atual. Porém, apesar desse desconhecimento, estudos comprovam que as dificuldades enfrentadas pelo Sistema Socioeducativo em diferentes áreas, como direito, psicologia, educação, etc. (COSTA, 2005; OLIVEIRA, 2001; SOARES, 2000; VOLPI, 1997). Uma dificuldade, apontada por Costa (2005), é a necessidade de ampliação da escuta Psicológica como uma alternativa à busca de condições mais favoráveis ao atendimento das reais necessidades do adolescente. Costa (2005) ainda propõe o resgate dos vínculos familiares como possibilidade de ressignificar o ato delinquente ao falar das dificuldades.

A criminalidade em adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco é uma temática atual e relevante a ponto de ter sido incluída na agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde (BRASIL, 2005). Ainda considera-se que problema da violência juvenil atingiu patamares tão alarmantes a ponto de ser apontado como responsável pelo *déficit* de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um *déficit* que só se verifica nas sociedades que estão em guerra (SOARES, 2005). Outro revés importante é a abundância de experiências negativas em relação às exitosas no contexto socioeducativo, o que pode reforçar concepções que relacionam o comportamento infrator a um alto padrão de repetição e estabilidade. Essa relação pode levar à crença de que o sujeito enredado na prática infracional, tende a continuar protagonizando infrações (COSTA, 2005). A falência do sistema jurídico tal como se apresenta hoje é referenciada por diversos autores (PINTO, 2007; ROLIM, 2006; SICA, 2007). O sistema socioeducativo também enfrenta dificuldade e ainda o olhar de descrédito perante a sociedade (PINTO, 2007; KONZER, 2007). Em alguns casos, este descrédito pode ser atribuído, ao grande índice de reincidência do cometimento de ato infracional por adolescentes e pela não ressignificação, reconstrução do projeto de vida

destes adolescentes (SOARES, 2000). A internação parece estar não cumprindo com o seu papel. Diferente do que preconiza o ECA, a ressocialização parece ainda não estar efetiva no sistema socioeducativo, uma vez que a intensificação na punição acaba por privar estes adolescentes de um ambiente favorável a um desenvolvimento saudável (ZAPPE e RAMOS, 2010).

No sistema socioeducativo ainda são visíveis práticas mais voltadas à coerção do que à socioeducação, a não ressignificação ao ato infracional cometido, a não reinserção familiar, comunitária e social e, também, na reincidência ao ato infracional. Diante dessas fragilidades apresentadas no sistema socioeducativo, acredita-se que repensar a visão que se tem do crime, da impunidade e, principalmente, do modelo de justiça, com ênfase na punição, pode ser uma alternativa viável para enfrentamento da violência. Diante disso, parece haver necessidade de rever as práticas empregadas no contexto socioeducativo, na tentativa de implantar novos modelos dentro de um sistema que comprovadamente não encontra resolutividade em si mesmo (GONÇALVES e GARCIA, 2007; OLIVEIRA e ASSIS, 1999). A JR, mais precisamente seus preceitos e práticas, pode ser uma dessas possibilidades, uma vez que preconiza o desenvolvimento de princípios como responsabilidade, autonomia, interconexão, respeito e participação (BRANCHER, 2006; JACOUND, 2001; KONZER, 2012; PINTO, 2007; ROLIM, 2006; SICA, 2007). Agregar estes valores ao atendimento socioeducativo, poderá ser uma alternativa para qualificar as intervenções e possibilitar ao adolescente, à família e à rede de atendimento das políticas públicas a ressignificação da MSE (AGUINSKY e CAPITÃO, 2008).

Em face do exposto, o objetivo desse trabalho é apresentar a JR como possibilidade tanto para enfrentamento da violência juvenil, quanto para acompanhamento de adolescentes que cometeram atos infracionais e encontram-se em conflito com a lei. Ainda pretende-se fazer uma correlação com as possibilidades das práticas restaurativas estarem contribuindo com as principais dificuldades encontradas no contexto do sistema socioeducativo.

Violência e Juventude

A temática da violência juvenil se torna relevante, uma vez que a violência é um problema que vem atingindo os mais diversos segmentos sociais, sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos (SOARES, 2005). A sociedade, porém, costuma dar algumas respostas, em diferentes níveis, para o problema da violência. Estes níveis vão desde o individual, no qual cada dia levanta-se mais os muros e investe-se em aparatos para “combater” a violência nas residências, até estratégias comunitárias e governamentais. No âmbito governamental, percebe-se investimento em pesquisas que forneçam dados para o desenvolvimento de programas de enfrentamento à violência. Um destes relatórios, fornecido pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, descreveu que às denúncias no Disque 100, entre janeiro e novembro de 2012, foram na sua maioria (77%) de situações de violência contra crianças e adolescentes. Isso corresponde a 120.344 casos relatados. O que significa dizer que, por mês, ocorreram por volta de 10.940 agressões, atingindo uma média de 364 denúncias por dia. Outro levantamento que apresenta dados de violência contra crianças e adolescentes foi realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano, com base no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. De acordo, com este relatório, há um crescimento de 346 % nos homicídios contra jovens, entre 1980 e 2010 (BRASIL, 2012). Além da realidade nas quais crianças e adolescentes são vítimas de violência, há aquela na qual podem ser autores de atos infracionais.

A internação de adolescentes e jovens que praticam ato infracional é uma realidade presente nas diversas regiões do país. No Brasil, há 345 mil pessoas cumprindo algum tipo de pena. Desses, 17,4 % são adolescentes com menos de 18 anos, distribuídos em 350 unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2013). De um total de 60 mil adolescentes que estão cumprindo MSE, 14 mil encontram-se em regime fechado e o restante em regime aberto (BRASIL, 2013). De acordo com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH, a reincidência ao ato infracional depois do adolescente cumprir MSE, é cerca de 70%. No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visitou praticamente todas as unidades socioeducativas do país. As unidades onde estes adolescentes cumprem MSE encontravam-se totalmente ultrapassadas, tanto na estrutura física, quanto na questão material e de recursos humanos. Ainda foi constatado que as pessoas que trabalham nessas instituições não se encontram preparadas para exercer suas funções (CNJ, 2013). A equipe ainda flagrou adolescente cumprindo MSE em delegacias de polícia e centros de internação para cumprimento de MSE funcionado dentro de quartéis de polícia. A superlotação foi uma irregularidade bastante comum encontrada nas visitas do CNJ, onde havia capacidade para 50 adolescentes foram encontrados números superiores a 150. Jovens amontoados num espaço completamente inadequado para ressocialização e convivência de qualquer ser humano (CNJ, 2013).

Breve histórico sobre a responsabilização penal de crianças e adolescentes

Os interesses da criança e dos adolescentes em determinados tempos históricos confundiam-se com os interesses dos adultos, pois em regra, esses interesses figuravam como complemento do direito dos adultos, nesse caso dos pais (PAULA, 2002; RIZZINI e RIZZINI 2004). Procurando entender em que tempo histórico crianças e adolescentes foram se tornado sujeitos de direitos durante a menoridade e deixando de ser agregado ao direito dos pais, propõe-se esse breve histórico sobre a legislação voltada à criança e ao adolescente. De acordo com Mendez (2000), a história da responsabilização penal juvenil pode ser dividida em três etapas: a de caráter penal indiferenciado, de caráter tutelar e de caráter penal juvenil. Fachinetto (2003) representa essa divisão na existência de três doutrinas básicas referentes à história da responsabilização penal de crianças e adolescentes, ou seja, Doutrina do Direito Penal do Menor; Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Para Mendez (2000), a etapa referente ao caráter penal indiferenciado vai do nascimento dos códigos penais com fins focados na retribuição século XIX até a primeira década do século XX, já para Fachinetto (2003) esse período corresponde à Doutrina do Direito Penal do Menor. Nesse período, os jovens “infratores” recebem tratamento com relação à lei da mesma forma que os adultos, sujeitos das mesmas penas, com pequeno diferencial em relação ao tempo de cumprimento da pena que eram menos duradouras. O espaço onde permaneciam restritos de liberdade era compartilhado com adultos caracterizando o período da indiferenciação. A exceção dessa norma se referia a crianças com idade inferior a sete anos que eram considerados absolutamente incapazes (MENDEZ, 2000). Nesse período, a infância e adolescência não eram concebidas com fase distinta da vida adulta, fato que só acontece em meados do século XX (ÀIRES, 1991; RIZZINI e RIZZINI 2004).

Nesse período, do caráter penal indiferenciado (MENDEZ, 2000), e da Doutrina do Direito Penal do Menor (FACHINETTO, 2003), o Brasil passava pelo fim do regime imperial e início do Brasil República. As normas que incidiam no Brasil, nesse período, com relação à reponsabilidade penal foram: Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603), que eram compilações das normas de Portugal (SARAIVA,

2013). As ordenações das Filipinas foram as únicas que tiveram efetividade no Brasil, pois apesar da ausência de proteção dada a criança nessa época, essa ordenação já apresentava gradações e distinções na punição para os indivíduos até 21 anos incompletos (SARAIVA, 2013).

A segunda etapa da divisão proposta por Mendez (2000), a qual denominou de caráter tutelar, teve sua origem nos Estados Unidos, no fim do século XIX, e surge com resposta da indignação à promiscuidade existente nos alojamentos onde crianças e adultos cumpriam pena. A partir da experiência Americana é que o direito começa a se especializar com relação à justiça penal de “menores” em toda América Latina. Segundo Saraiva (2013), nessa época, ou seja, fim do século XIX, um caso ficou registrado como precedente na luta pelos direitos da infância nos tribunais de todo o mundo. Esse caso ficou conhecido como caso “Marie Ane”, e se passou na cidade de Nova York. Marie Anne era uma criança de nove anos que sofria maus tratos de seus pais de forma tão intensa que o caso chegou aos tribunais (SARAIVA, 2013). Nesse período histórico, não havia garantia de direitos específicos às crianças no direito civil, logo os pais se julgavam donos dos filhos e os castigos praticados contra essa criança eram entendidos como método educativo.

Diante da falta de amparo legal para defender os direitos de Marie Anne, a Sociedade Protetora dos animais da cidade, que já defendia o direito dos animais, compara o tratamento dado àquela criança com os maus tratos a animais e consegue legitimidade para interceder em favor da criança (SARAIVA, 2013). Nascia então, segundo Saraiva (2013), o Direito de Menores e esse caso ficou registrado como primeiro processo judicial efetivo tendo como causa maus tratos causados pelos pais. Pode-se dizer que nesse período, não havia distinção entre uma criança e um cachorro em relação a seus direitos, sendo que os animais possuíam uma entidade preocupada com seus direitos, e as crianças não contavam com nenhuma proteção legal (SARAIVA, 2013). O “Caso Marie Anne”, contribuiu para a criação da *Save the Children of World*, um organismo internacional em defesa dos direitos das crianças originados pelos membros da sociedade protetora de animais da época (SARAIVA, 2013). Os ativistas e defensores dos direitos dos animais deflagraram uma falha quanto à proteção dos direitos de crianças e adolescentes e isso contribuiu para fomentar o debate sobre a importância de legislações específicas voltadas às crianças e adolescentes. Assim, em 1899, os Estados Unidos criam, de forma pioneira, uma Justiça Especializada para o menor infrator – O Tribunal de Menores de Illinois. (MENDEZ, 2000)

Ao analisar criticamente os movimentos que reivindicavam reformas surgidas nessa época, Mendez (2000) relata que o sistema penal antigo permanecia com profundo comprometimento com o anterior. As únicas alterações significativas encontradas foram com relação à promiscuidade existente no ambiente do cumprimento da pena (MENDEZ, 2000). Na caracterização de Fachinetti (2003), esse período compreende como o da Doutrina da Situação Irregular, e vai do início do século XX até o seu fim em meados da década de 80. Segundo o autor, esse período apresenta uma forte aliança entre a Justiça e a Assistência. De acordo com Saraiva (2013), as críticas dirigidas às políticas criminais tanto no Brasil, quanto no cenário internacional, durante esse período, apontavam para necessidade de criar uma legislação diferenciada para crianças e adolescentes, que se encontravam sob a tutela do estado. Já nesse período, a educação e a recuperação eram ações previstas em detrimento da punição (RIZZINI e RIZZINI 2004; SARAIVA, 2013).

Diversas discussões, em diferentes espaços geográficos, conduziram para a necessidade de um novo olhar sobre a infância e juventude. A realização do Congresso

Internacional de Menores, em Paris, em 29 de junho a 1º de Julho de 1911, a Declaração de Gênova de Direitos da Criança, adotada pela Liga das Nações em 1924, foram instrumentos pioneiros rumo ao reconhecimento dos direitos das crianças (SARAIVA, 2013). No reflexo destas discussões, surge no Brasil, em 1923, o Juízo de Menores, e era eleito o 1º Juiz de menores da América Latina. Em 1927, tem-se o primeiro Código de Menores do Brasil, ou Código Mello Matos, o qual marca o início de um domínio quase que exclusivo da ação jurídica sobre a infância brasileira (SARAIVA, 2013). O Código Mello Matos, em nome da proteção e da assistência, proporcionava às crianças pobres o mesmo destino das que praticavam violência. Ou seja, pela simples condição de pobreza, as crianças eram submetidas à ação da Justiça e da Assistência. Esse código consegue separar a criança e o adulto com relação à responsabilidade penal, mas não consegue superar a criminalização da infância pobre, uma vez que o estado desautorizava pais pobres do exercício de seu papel parental, (RIZZINI, 2004). Nesse sistema, as condições pessoais, familiares e sociais do “menor” é que o colocam numa situação de irregularidade. Nesse contexto, há clara distinção entre crianças com condições socioeconômicas favoráveis e os chamados menores. Para os menores era necessária a suposta proteção do estado diferente do tratamento dado a crianças bem nascidas (SARAIVA, 2013). Por fim, percebe-se que as previsões que norteavam a doutrina da situação irregular não obtiveram resultados satisfatórios em suas propostas de educar e acolher crianças e adolescentes. O tratamento dado a esses jovens, na maioria das vezes, despersonalizava-os e indeterminadamente os colocava numa situação irregular, ao invés de proporcionar condições para o seu desenvolvimento (VERONESE, 1999).

O terceiro marco fundamental proposto por Mendez (2000) é o de caráter penal juvenil, e o proposto por Fachinetto (2003) é a Doutrina da Proteção Integral. Essa etapa é da responsabilização penal dos adolescentes, que se inaugurou com o Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA) do Brasil, aprovado em 1990. Com a criação do ECA, em 1990, todo adolescente que comete um ato infracional (crime ou contravenção penal previsto no artigo 103 do Código Penal) cumprirá uma MSE. O ECA veio garantir ao adolescente em conflito com a lei as garantias processuais básicas do Direito Penal dos adultos. Diante disso, o adolescente que comete ato infracional depois de passar pelo devido processo judicial e uma vez comprovado o cometimento da infração, cumprirá uma das MSE prevista no art. 101, I a V. As MSE são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

A internação é a MSE mais grave e onerosa ao estado, devendo ser aplicada quando nenhuma das outras for possível, ou quando as outras já tenham sido aplicadas. Na sua aplicação, devem ser observados os princípios da brevidade e da excepcionalidade, respeitando concepção de que se trata de um sujeito em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990). Ainda na aplicação da MSE devem ser consideradas as características da infração e das circunstâncias sociofamiliares, pois a MSE deve propiciar meios ao adolescente para que este supere sua condição de exclusão através da reinserção na sociedade (BRASIL, 1990).

Outra providência importante para socioeducação foi a implementação da Lei 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esse documento prevê, em seu Art. 35 inciso III, que a execução das MSE reger-se-á por práticas ou medidas que sejam, prioritariamente, restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades da vítima (BRASIL, 2012).

Todo esse avanço histórico sobre a compreensão da infância e adolescência, em relação a seus direitos e deveres, proporcionou uma revisão sobre a efetividade das ações de responsabilização penal de crianças e adolescentes. O ECA e o SINASE representam a sistematização desse avanço e a JR pode se constituir como uma ferramenta para operacionalizar ações comprometidas à responsabilização e com socioeducação.

Justiça: da retribuição à restauração

A justiça parece ser um termo de difícil definição, uma vez que, talvez seja pouco possível definir com precisão o seu real significado. Apesar dessas dificuldades, muitos autores, ao longo dos tempos, descreveram o termo e atribuíram-no diferentes significados. Segundo Aristóteles (1992), o termo justiça denota, ao mesmo tempo, legalidade e igualdade. Portanto, é justo aquele que cumpre a lei, essa para o autor seria a definição da justiça no sentido estrito. Ainda é justo aquele que pratica a igualdade, que representaria a justiça em sentido universal (ARISTÓTELES, 1992). Para Aristóteles (1992), a justiça pode ser considerada uma das formas mais elevadas de excelência moral. A justiça parece ter sido, ao longo da história, um ideal a ser conquistado pelos homens, por representar a possibilidade de equidade de direitos. No entanto, esse ideal de justiça foi entendido de diferentes formas pelos povos. Os Gregos, por exemplo, através de Platão, davam um sentido ético à justiça, acreditando que era uma virtude suprema, harmonizadora das demais virtudes (BARBOSA, 1984). Na Idade Média, alguns fatores influenciaram para concepção da ideia de justiça. Entre esses fatores, destaca-se o surgimento do Estado Moderno, com os grandes descobrimentos, e ainda, o Renascimento Italiano e a Reforma Protestante. Devido a esses acontecimentos o Poder passou a ser concebido como expressão de uma soberania autossuficiente, em torno do qual a justiça se definia (BARBOSA, 1984). Como resposta à ordem monárquica existente, surge o liberalismo e há também o aparecimento das ideias de Marx que atribui à justiça a exclusão do direito positivo, nesse sentido a justiça se concretiza com a exclusão total do Direito (BARBOSA, 1984).

A justiça também pode ser entendida como forma de acesso aos direitos do ponto de vista de uma prerrogativa legal. Nesse sentido, a justiça apresenta diferentes modelos. Há autores que consideram que no Brasil existe apenas um modelo de justiça criminal, a Justiça Retributiva (SILVA e SILVA, 2013) Porém, outras classificações dos modelos de justiça penal brasileira apresentam a justiça Retributiva e a Distributiva (KONZER, 2012). A Justiça Retributiva, por ser a mais conhecida, é a que é utilizada para pautar os critérios do Direito Penal (CRUZ, 2013; NUCCI, 2008). O Direito Penal se utiliza do critério da retribuição ao crime, impondo o cumprimento de uma pena que quase sempre é a privação da liberdade ao culpado. Embora pareça contraditório, a punição tem como finalidade a pacificação social (CRUZ, 2013; NUCCI, 2008). Dessa forma, o Estado detém o poder punitivo, e no século XVIII, surge a privação de liberdade como a alternativa mais humana aos castigos, uma vez que anterior a isso, os castigos corporais e a pena de morte eram as penas aplicadas (CRUZ, 2013). Entretanto, poucos anos depois dessa implementação, as prisões passam a ser empregadas quase como forma exclusiva de instrumento punitivo do estado aos que cometiam crimes, contradizendo a intenção de que essa fosse utilizada apenas em último caso (CRUZ, 2013).

A Justiça Retributiva busca a punição do infrator, e esse inegavelmente sempre foi o objetivo do Direito e do processo penal, sendo assim, formas alternativas na resolução do conflito como conciliação e mediação não eram consideradas na órbita penal (MEGUER e COSTA, 2014). A prática de um crime pressupõe a existência de

um culpado. A justiça, por sua vez, é que define e impõe uma pena a ele. A violação da lei define o crime (PALLAMOLLA, 2009). No modelo de Justiça Retributiva, o estado chama para si o monopólio punitivo (BRANCHER, 2006; JACOUND, 2001; KONZER, 2012; PINTO, 2006; PINTO, 2007; ROLIM, 2006; SICA, 2007). Dessa forma, não há permissão para que alguns firam os interesses de outros sem que haja previsão da reparação, fato totalmente dissociado da vontade da vítima (NUCCI, 2008). Por fim, a meta do modelo de Justiça Retributiva é a punição do criminoso como se outros valores inexistissem (NUCCI, 2008).

As críticas à prisão e a ineficiência do sistema penal com foco na retribuição aparecem anunciando o fracasso da justiça penal (ADORNO, 2002; NASCIMENTO, 2003; PALLAMOLLA, 2009; PINTO, 2007; ROLIM, 2006; SICA, 2007), e apontando para entendimento, ainda que parcial, da inadequação apenas do uso da prisão no sistema penal. Esse reconhecimento começa a levar à busca de alternativas diferenciadas para justiça penal (PALLAMOLLA, 2009). Surgem, dessa forma, novos modelos de justiça acompanhando a globalização e tentando dar conta dessa possível falência do modelo atual. Porém, esses novos modelos não são excludentes e permitem a conciliação com atual modelo criminal. São eles: a Justiça Terapêutica, a Justiça Instantânea e a JR (SILVA e SILVA, 2013). A Justiça terapêutica, de acordo com Silva e Silva (2013), tem como finalidade a reintegração das pessoas dependentes de substâncias psicoativas e que cometeram delitos durante o tempo de dependência. A justiça instantânea surge com a necessidade de dar mais rapidez ao atendimento inicial criminal, agindo de forma rápida e eficiente (SILVA e SILVA, 2013). A justiça instantânea ainda (contempla) a necessidade de atendimento preferencial e Integrado ao adolescente em conflito com a lei (BRASIL 1990).

Por fim, a JR surge na tentativa de proporcionar a quem comete um delito ou ato infracional a possibilidade de restaurar e refletir sobre o dano causado e sofrido. Assim, oferece um tratamento diferente do atual modelo, em que sua principal característica é reparar o dano (SILVA E SILVA 2013).

A JR é um movimento que se inspirou em antigas tradições que se pautavam na busca de consenso por meio de diálogos pacificadores, oriundos de culturas africanas e das primeiras nações do Canadá e da Nova Zelândia (BRANCHER, 2006; JACOUND, 2001; KONZER, 2012; PINTO, 2007; ROLIM, 2006;). O termo “Justiça Restaurativa” foi utilizado por Albert Eglash, em 1977, num artigo que apontou a JR como uma possível resposta ao crime (CUSTÓDIO; COSTA; PORTO, 2010; ZEHR, 2008). Em 1995, através da promulgação da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995), começa a se disseminar a ideia de um acesso à justiça mais facilitado. Esta lei começa a permitir novas experiências no direito penal brasileiro, a JR é uma das novas possibilidades que começam a ser pensadas a partir dessa lei (BRASIL, 1995).

De acordo com Jacound (2001), o primeiro país a implantar as práticas restaurativas foi à Nova Zelândia. Contudo, somente em 2002 a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a orientar os países membros dessa organização a adotarem as práticas restaurativas, estabelecendo os parâmetros básicos, princípios e valores dessa prática. A ONU, na mesma resolução que orienta o uso da JR (2002/12 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas), definiu Processos Restaurativos como sendo os processos em que vítima, ofensor e demais indivíduos e membros da comunidade que tenham sido afetados pelo conflito, participem de forma ativa na resolução desse conflito. Ainda orienta que haja a participação quando necessária de um facilitador (ONU, 2012).

No Brasil, as experiências em JR são ainda recentes. Essas experiências foram desenvolvidas e testadas através de três projetos-pilotos financiados pelo Ministério da Justiça. Esses projetos tiveram seu início em 2005, nas cidades de Porto Alegre, São Caetano do Sul e Brasília. Foram desenvolvidas experiências nas escolas, no Judiciário, na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e nas comunidades (SOUZA e ZÜGE, 2011). No Rio Grande do Sul, duas experiências parecem ter sido pioneiras no uso dos preceitos da JR. Uma delas foi desenvolvida na 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre em um delito ocorrido em 04 de Julho de 2002, praticado por dois adolescentes. Este caso ficou conhecido como “Caso Zero” de experiência de aplicação de prática restaurativa (BRANCHER, 2005). A outra experiência que marcou a criação da JR no RS, foi a criação do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa na Escola Superior da Magistratura da AJURIS, em agosto de 2004 (BRASIL, 2005).

Outro aspecto importante sobre a JR são as possíveis diferenças existentes entre o modelo tradicional de justiça, o Retributivo, e a JR. No modelo Retributivo, o crime é um ato contra a sociedade que é representada pelo Estado, com isso, o interesse pela punição é público. A responsabilidade nesse modelo de justiça é da ordem do individual, e percebe-se que há o uso estritamente dogmático do Direito Penal com concentração no foco punitivo e voltado ao infrator (PINTO, 2007). A Justiça Retributiva acontece num cenário austero de um tribunal, em que vítima e o infrator são meio de provas, sem nenhuma participação. Ainda há, neste contexto de justiça, a mensagem implícita da necessidade de castigo quando se pratica um ato reprovável (MARSHALL; BOYACK; BOWEN, 2005).

No modelo da JR, o crime praticado passa a ser um ato contra a comunidade, contra a vítima e contra o próprio autor. O interesse em punir ou reparar o dano é das pessoas envolvidas no caso e há responsabilidade social pelo fato ocorrido (BRANCHER, 2006; KONZER, 2012; PINTO, 2007; ZEHR, 2008). Há ainda o uso alternativo e crítico do Direito Penal, no qual é permitido o uso de procedimentos informais e flexíveis, sempre com foco conciliador no conflito (MARSHALL; BOYACK; BOWEN, 2005). NA JR existe o predomínio da reparação do dano causado ou da prestação de serviços comunitários, e as penas são proporcionais e humanizadas, com foco de assistência voltado à vítima (PINTO, 2007, ZEHR, 2006). A JR ocorre num ambiente estruturado, informal, com respeito mútuo e dentro dos parâmetros constitucionais e legais, sendo que uma das principais preocupações é a reparação do dano causado a pessoas e comunidades (PINTO, 2007; ZEHR 2008). Em contraponto à Retributiva, a JR prevê deixar mais humanizada a resposta coercitiva e punitiva, tentando estabelecer acordos e compromissos com o futuro, ou ainda com aquilo que se poderá viver, dizer, fazer para que haja possibilidade de diminuir as consequências da violência (ADORNO, 2001).

Nessa tentativa de equilíbrio entre a coerção e a socioeducação proposta pela JR, principalmente no que diz respeito às ações judiciais dirigidas a jovens que cometem atos infracionais, há ferramentas importantes a serem utilizadas. Uma dessas ferramentas é a Comunicação Não-Violenta (CNV), criada pelo psicólogo Dr. Marshall Rosenberg. A CNV tem objetivo de resgatar o que há de mais genuíno nas pessoas, como emoções, valores e capacidade de expressão (ROSEMBERG, 2003). A linguagem assume fundamental importância na CNV, uma vez que, ao desenvolver as habilidades de falar e ouvir, pode-se estabelecer uma comunicação sem violência (ROSEMBERG, 2003). O desenvolvimento dessas habilidades pressupõe que as pessoas consigam expressar suas necessidades e angústias ao falar e escutar o outro. Para tal, quatro

componentes são fundamentais no espaço de diálogo proporcionado no encontro restaurativo, são eles: a observação, sentimento, necessidade e pedido. A observação proporciona espaço para identificar os sentimentos envolvidos e suas necessidades, e por fim, as ações concretas propostas vão dar conta do atendimento das necessidades (ROSEMBERG, 2003). De acordo com Rosemberg (2003), a CNV pode ser usada em escolas, nas comunidades, na segurança pública, nos grupos religiosos, nas empresas, entre outros. Os princípios da CNV são utilizados em diferentes projetos de JR, entre eles o Projeto Justiça Para Século 21: Instituinto práticas restaurativas(BRANCHER; TODESCHINI; MACHADO , 2008)

Outro ponto importante na JR são os modelos de práticas utilizados em diferentes contextos e lugares. No modelo pioneiro da Nova Zelândia, por exemplo, há a utilização de práticas restaurativas como, o diálogo entre o receptor e o autor, as conferências de grupo de comunidade e familiares, círculos de sentenças e painéis comunitários (MARSHALL, 2005). No Brasil, a sistematização e a estrutura das práticas restaurativas, de acordo com Brancher (2006), são aplicáveis às mais diversas situações. A estrutura do procedimento que compreende o pré-círculo, círculo e pós-círculo e ainda o passo a passo na realização desses, que são a compreensão mútua, autorresponsabilização e o acordo são os mesmo tanto para uma briga no pátio da escola, quanto para um homicídio. Em razão dos acontecimentos desses conflitos serem em diferentes locais, com diferentes pessoas, foram sendo sistematizadas algumas variações aos procedimentos, tais como: círculos restaurativos, familiares, de compromisso, de sentença, diálogos restaurativos (BRANCHER, 2006).

Os círculos restaurativos possuem a presença direta da vítima e ofensor, comunidade, e visa promover a confrontação dos envolvidos com perspectiva e possibilidade de responsabilização pelas consequências do seu ato. Nos círculos familiares não há participação da vítima, apenas o infrator, sua família e comunidade. Nesse encontro são propostas alternativas para reparação do dano causado. O círculo de compromisso é uma variação do círculo familiar e não há presença da vítima, nele há elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) para o adolescente que está cumprindo MSE. No círculo de sentença, pode haver ou não a participação da vítima, nele pode estar prevista a indicação de reparação ou compensação do dano causado pela infração. Por fim, os diálogos restaurativos são encontros mais informais, nos quais não há preparação e estruturação de passos prévios, esses costumam acontecer de forma mais rápida e superficial (BRANCHER, 2006).

O Sistema Socioeducativo carece de práticas exitosas, que desenvolvam princípios como os da JR de responsabilidade, autonomia, interconexão, respeito e participação. Com relação a isso, Aginsk e Capitão (2008) entendem que há uma necessidade de se agregar estes valores à socioeducação, como possibilidade de qualificação às intervenções atuais do sistema. O círculo de compromisso é um exemplo de prática restaurativa. É realizado com adolescentes em conflito com a lei, que estão internados na instituição, porém com possibilidade de saída em breve. O círculo de compromisso é dividido em três momentos, o pré-círculo, círculo e pós-círculo. No pré-círculo, o adolescente participa e informa as pessoas que serão fundamentais na sua vida no recomeço fora da instituição. O círculo é o momento em que se realiza o Plano de Atendimento Individual (PIA), no qual estarão reunidas as pessoas escolhidas pelo adolescente e as representantes de instituições, que os Técnicos considerarem necessário na vida do adolescente ao sair da privação de liberdade. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de

responsabilização administrativa, civil e criminal. O Pós-círculo será feito por instituições que acompanharão esse adolescente quando acabar o cumprimento de sua MSE (AGINSK e CAPITÃO, 2008). Há ainda uma recomendação através do Projeto de Lei nº 7006, de 2006, para que, preferencialmente, Psicólogos e Assistentes Sociais conduzam os círculos restaurativos (BRASIL, 2006).

Acredita-se que a JR está em plena confluência com o ECA, porque também traz a perspectiva de corresponsabilidade da sociedade como um todo, da promoção e da garantia dos direitos humanos, cidadania, da inclusão e da igualdade social. Por fim, entende-se que as intervenções normatizadas nos princípios da JR se fazem emergentes, uma vez que o SINASE e o ECA já preveem e indicam o uso destas práticas para o atendimento dos jovens. Pinto (2007) destaca que a JR baseia-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a ressignificação dos traumas e das perdas causados pelo crime. Outro aspecto importante é que a JR vem se caracterizando com uma prática em busca da teoria (SANTOS, 2012; SICA, 2007).

Ainda existem dificuldades para definir a JR, por ser uma teoria/prática ainda em construção. Como um paradigma novo, pode ser considerado inacabado, e sem conceito definido. Diante da grande diversidade de orientações práticas e fins, pode ser considerado como um modelo ainda em nascimento ou surgimento (PRUDENTE e SABATEL 2008; PALLAMOLLA, 2009). As dificuldades e complexidades encontradas na definição da JR são recorrentes, tanto no que diz respeito aos objetivos do modelo, quanto na ideia de que haja necessidade de que os atendimentos sejam feitos em um único procedimento restaurativo (PALLAMOLLA, 2009).

Por fim, acredita-se que a JR, no contexto de privação de liberdade de adolescentes, pode ser uma alternativa frente a um modelo de justiça pautado na punição, que tem apresentado poucas possibilidades de ressignificação desta experiência para vítimas e autores de atos infracionais. Entende-se ainda que as práticas restaurativas, uma vez efetivadas no sistema socioeducativo, podem ser caracterizadas como experiência exitosa, já que seus princípios e valores vão ao encontro de uma ressignificação e responsabilização do adolescente, pelo ato infracional cometido e pelos danos causados às vítimas. Há um longo caminho a ser percorrido, principalmente, no que diz respeito às práticas no sistema socioeducativo e com adolescente em conflito com a lei. Como o tema da JR é novo e ainda incipiente no cenário brasileiro, constata-se a necessidade de produções científicas que tratem desta temática.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. **Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit**. Frankfurt, Suhrkamp, 2001.

AGUINSKY, B; CAPITÃO L.; **Violência e Socioeducação: Uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa**. Rev. Katálysis v.11 n.2 Florianópolis. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS) 2008.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 2.ed. Brasília: UNB, 1992.

- ASSIS, S. G. D.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, 10(1), 81-90. 2005.
- BARBOSA, J. C. T. **O que é a justiça**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002
- BRANCHER, L. **Iniciação em Justiça Restaurativa – Subsídios de Práticas Restaurativas para a transformação de conflitos**. Porto Alegre: AJURIS, 2006.
- BRANCHER, L; TODESCHINI T.T.; MACHADO, C. (orgs). **Justiça para o Século 21: instituindo práticas restaurativas. Manual de Práticas Restaurativas**. Porto Alegre: Ajuris, 2008.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília – DF, 1990.
- BRASIL. **Lei dos Juizados Especiais**. Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: DOU, 1995.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde) 2006.
- BRASIL Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2012.
- BRASIL Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000.
- COSTA, A. C. G. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios**. Brasília/DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2006.
- CRUZ, R. A. **Justiça restaurativa: um novo modelo de justiça criminal**. Tribuna Virtual, Ano 01, nº 02 , p 71-83, mar. 2013
- CUSTÓDIO, A. V.; COSTA, M. M. M.; PORTO, R. T. C. **Justiça restaurativa e políticas públicas: uma análise a partir da teoria da proteção integral**. Curitiba: Multideia, p. 58. 2010.
- FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. D. **O contexto de exclusão social e vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias**. Estudos de Psicologia, 9(1), 157-166. 2004.

- GARMEZY, N. Stress-resistant children: the research for protective factors. In: J. E., Stevenson (Org.). **Aspects of Current Child Psychiatry Research**. Oxford: Pergamon. 1985.
- GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: A. Del Prette e Z. Del Prette (Orgs). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem** (pp. 21-60). Campinas: Alínea. 2003.
- GONCALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 538-553, set. 2007.
- JACOUND, M. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa. In: C. Slakmon; R. De Vitto, R. G. Pinto. (Org). **Justiça Restaurativa: coletânea de artigos** (p.19-39). Brasília: Ministério da Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2001.
- KONZEN, A. **A Justiça Restaurativa e Ato Infracional. Desvelando sentidos no itinerário da Alteridade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora 2007.
- KONZEN, A., A. Justiça juvenil restaurativa na comunidade: A prática do encontro antes de sua conformação jurídica. In: organizador **Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade: Uma experiência possível**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.
- MARSHALL, C. BOYACK, J. BOWEN, H. Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em Valores. In: C. Slakmon; R. De Vitto, R. G. Pinto. (Org.). **Justiça Restaurativa: coletânea de artigos** (pp-) Brasília- DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.
- MEGUER, M. F. B.; COSTA A. A. Arbitragem, conciliação e mediação: meios adequados de remoção de obstáculos à pacificação social? *Revista Âmbito Jurídico*, Nº 118 - Ano XVI p 1-14, mar. 2014.
- MENDEZ, E. G. Adolescentes e Responsabilidade penal: um debate Latino-Americano. Porto Alegre: AJURIS. ESMP-RS, FESDEP-RS, 2000.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2 ed. São Paulo : Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 2005.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação: Bauru, SP**, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.
- NUCCI, G.S. Manual de processo penal e execução penal: 4 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.15, n.4, p. 831-844, outubro-dezembro, 1999.
- OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no Inferno - A Violência Juvenil na Contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina. 2001.
- ONU. Conselho Econômico e Social. Resolução nº 2002/12. Tradução de Renato Sócrates Gomes Pinto. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0>>. Acesso em: 24 out 2013.
- PALLAMOLLA, R.P. **Justiça Restaurativa: teoria á prática**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

- PINTO, S. M. R. Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. Contexto internacional; Rio de Janeiro. vol.29, nº.2, p.393-421, Dez 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a05.pdf>. Acesso em agosto de 2013.
- PRUDENTE, N. M.; SABADEL A. L. Mudança de paradigma: justiça restaurativa. **Revista Jurídica Cesumar**, 8(1),49-62. 2008.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3 ed. rev. amp., São Paulo: Atlas, 2008.
- RIZZINI, I. **A Criança e a Lei no Brasil: revisitando a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 2002.
- RIZZINI, I. ; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROLIM, Marcos. Justiça Restaurativa: para além da punição. Disponível em: http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JR_MarcosRolim.pdf. Acesso em: 16 agosto 2014 .
- ROSEMBERG, M. B. **Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Editora Ágora, 2006.
- SANTOS, D. V.S Direitos humanos e cultura de paz: a justiça restaurativa como garantidora dos direitos humanos. **In Justiça Juvenil Restaurativa na comunidade: uma experiência possível** (p.15) 2012.
- SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- SICA, L. **Justiça restaurativa e mediação penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.
- SILVA, N. C. SILVA, P.M. A viabilidade de um novo modelo de justiça criminal: Justiça Restaurativa. The feasibility of a new model of criminal justice: Restorative Justice. **Ciência e Cultura: Revista Científica Multidisciplinar da UNIFEBE** v.10 p. 257, 271. 2013
- SOARES, L. E. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOUZA, E. L. A. ZÜGE, M. B. A. **Direito à palavra: interrogações acerca da proposta da Justiça Restaurativa**. Psicologia, Ciência e Profissão, 31 (4), 826-839. 2011.
- TAVARES, J.F. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- TAVARES, J. F. **Direito da Infância e da Juventude**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- TEIXEIRA, M. L.T. Até quando. IN: **Relatório Final do Projeto Medidas Sócioeducativas em meio aberto: O adolescente e o futuro: Nenhum a menos**. Banco Social de Serviços em Psicologia. Conselho Federal de Psicologia. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.
- VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Ltr, 1999.
- VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência IV: homicídios e juventude, no Brasil Brasília: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. 2013.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ZAPPE, J. G. RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, 22(2), 365-373. 2010.

ZEHR, Howard . **Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZEHR, Howard. Avaliação e Princípios da Justiça Restaurativa. In: Slakmon, Catherine; Machado, Maíra Rocha; Bottini, Pierpaolo Cruz (Orgs.). **Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006.

A JUVENTUDE FORA DA CASA: OS JOVENS EGRESSOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rosângela Teixeira Gonçalves

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho

RESUMO: O sistema socioeducativo brasileiro tem experimentado um significativo aumento no número de jovens cumprindo medidas socioeducativas de internação. Pois, mesmo diante das normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que apontam para a internação somente em último caso, as instituições socioeducativas de privação de liberdade se consolidaram no país e em maior número no Estado de São Paulo. Desse modo, nessa comunicação, busca-se apresentar a partir da perspectiva dos jovens egressos do sistema socioeducativo de internação, os impactos da medida de internação nas unidades da Fundação CASA, e da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, em sua vivência e em seu cotidiano a fim de pensar na elaboração de políticas públicas que contemplem suas demandas. Os dados apontam que os jovens inseridos no sistema socioeducativo vivenciam a condição juvenil de maneira semelhante aos demais jovens no país e que o aumento da medida de internação de jovens, não se deve a mudança no perfil, nem do suposto aumento dos atos infracionais cometidos por eles, mas a um arranjo policial-judicial que aumenta a criminalização dos jovens, sobretudo a guerra às drogas travada pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Medida Socioeducativa. Juventude. Políticas Públicas

ABSTRACT: The Brazilian childcare system has experienced significant growth in the number of young people fulfilling educational measures hospitalization. For even before the regulations of the Statute of Children and Adolescents and the National System of Socio-Educational Services, pointing to the only hospital in the latter case, social and educational institutions of detention were consolidated in the country and in greater numbers in the state of São Paulo. Thus, in this communication, we seek to present from the perspective of young graduates of the childcare system in hospital, the impacts of the detention units CASA Foundation, and socio-educational measure of Probation, in their experience and in their daily lives to think about the development of public policies that address their demands. The data indicate that young people entered the childcare system experience the juvenile condition similar to way too young in the country and increasing the detention of youth, is not due to change in the profile, or the supposed increase in offenses committed by them, but a police-court arrangement that increases the criminalization of young people, especially the drug war waged by the State.

KEYWORDS: Socio-Measure. Youth. Public Policy

Introdução

Grande parte da produção acadêmica sobre o sistema socioeducativo de internação pauta-se na categoria analítica adolescência, tendo como referência autores da área da psicologia¹⁶⁰. No Brasil, a adolescência é prioritariamente uma prática

¹⁶⁰ O livro “Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira (1999-2006): Educação, Ciências Sociais e Serviço Social” (1999-2006), (SPOSITO, 2009), capítulo III, “Adolescentes em processo de exclusão social”, aponta para um conjunto de trabalhos focados

jurídica, definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ¹⁶¹, documento normativo. Tal conceito foi inicialmente abordado e tematizado dentro do campo da psicologia, em estudos sobre o desenvolvimento humano, que conceberam a adolescência como uma etapa do ciclo humano da vida (OZELA, 2002; DIAS, 2011).

A adolescência é comumente compreendida pela psicologia como uma fase marcada por tormentos, conturbações, agressividade e rebeldia inerente ao ser humano e que ocorre necessariamente em qualquer condição social, cultural e histórica, na qual o indivíduo sofre uma série de mudanças psicológicas e biológicas a fim de adentrar no mundo adulto. Utilizando-se de uma relativização extrema, a psicologia pauta seus estudos em um único tipo de jovem: branco, urbano, pertencente a classes sociais abastadas, supondo assim uma igualdade de oportunidades entre todos os adolescentes, o que vem a ocultar as desigualdades presentes nas relações sociais, situando a responsabilidade das ações no próprio jovem (OZELLA, 2002).

Portanto, o paradigma da adolescência adotado pelo ECA e pelos pesquisadores do sistema socioeducativo, mesmo distinto do que o antecedeu – o da menoridade, demarca ainda um grupo social que “necessita de cuidados especiais” (MALVASI, 2012), concepção essa que facilmente se torna tutela nas práticas cotidianas dos profissionais que atuam no campo da infância e juventude e na constituição de políticas públicas para esse segmento, devendo ser superado.

Aliado às interpretações difusas do ECA pela jurisdição, por meio de entendimentos em geral contrários as normativas legais, que fundamentam a medida socioeducativa de privação de liberdade de maneira abstrata, fundada na pretensa defesa da sociedade e do indivíduo ou como um “direito do jovem” que tem por função protegê-los de si mesmo, do uso de drogas ou da família que não os “controla” (MINAHIM, 2010; MORO, 2013, GONÇALVES, 2013), o sistema socioeducativo brasileiro tem experimentado um crescimento significativo no número de jovens cumprindo medidas socioeducativas de internação, particularmente no estado de São Paulo, onde os números apontam para uma expressiva expansão das unidades de internação e do número de jovens internos¹⁶².

Por outro lado, as investigações empíricas que têm como proposta propor indicativos de elaboração de políticas públicas, em sua totalidade, referem-se apenas ao período de internação, voltando-se para unidades masculinas, restando pouco conhecimento sobre a questão de gênero e o cotidiano dos jovens egressos de unidades socioeducativas de internação.

Portanto, o presente trabalho busca superar o paradigma que insere as discussões sobre o sistema socioeducativo no campo da adolescência e compreender como a medida de Liberdade Assistida (LA) adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o jovem (art. 118 ECA)

nos adolescentes e em menor grau, trabalhos que se voltam à categoria juventude.

¹⁶¹ O artigo 2º do ECA considera criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

¹⁶² De acordo com o último Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, divulgado em 2010, para atender aos jovens que cumprem medidas socioeducativas, o estado de São Paulo conta com 108 unidades de internação, sendo o estado com o maior número de unidades socioeducativas de privação de liberdade, o segundo estado com o maior número de unidades é Minas Gerais e Santa Catarina, ambos com 19 unidades, seguida pelo Paraná com 18 unidades e por Rondônia com 15 unidades¹⁶².

geralmente aplicada pelo judiciário, depois de cumprida a medida de internação, vem sendo efetivada desde a promulgação da lei que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – (SINASE) (lei nº 12.594 de 18/01/12) e estabelece a municipalização das medidas, além de, a partir da perspectiva dos jovens egressos das unidades de internação da Fundação CASA, analisar quais os impactos do sistema de privação de liberdade, da medida socioeducativa de LA e das políticas públicas para os egressos (as) do sistema de privação de liberdade em sua vivência e seu cotidiano.

Metodologia

A pesquisa foi realizada nos anos de 2011 e 2012, no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), de um município com 220 mil habitantes, localizado no interior do estado de São Paulo¹⁶³. A fim de verificar como a medida socioeducativa de LA vem sendo efetivada após a promulgação do SINASE, foram realizadas visitas sistemáticas à instituição, análise de documentos¹⁶⁴ e entrevistas com os técnicos das medidas em meio aberto e com os antigos técnicos da Organização Não Governamental (ONG) que executava as medidas socioeducativas no período anterior à promulgação do SINASE, que vem primar pela municipalização das medidas e pela responsabilização dos municípios.

Foram ainda entrevistados 7 jovens, 4 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, egressos de diferentes unidades da Fundação CASA que cumpriam, no momento da pesquisa, a medida socioeducativa de LA no CREAS do município. O perfil desses jovens foi construído a partir dos dados coletados em entrevistas semi-estruturadas, mediadas por um roteiro com 43 questões, as quais foram divididas em cinco blocos temáticos: “perfil dos jovens internos”, “a trajetória geral”, “a trajetória institucional” e “a trajetória pós-institucional”.

Resultados e Discussão dos Resultados

O SINASE e a municipalização da medida socioeducativa de LA

Com a implementação do ECA em 1990 passa a ser determinado que as medidas em meio aberto, assim como os programas de assistência social, as políticas sociais básicas, os serviços especiais de prevenção devem ser municipalizados, ou seja, de responsabilidade dos municípios. No entanto, o ECA não deu maiores diretrizes sobre a execução da medida de LA, mencionando apenas a figura de um orientador, o que deixa margem para que os estados e municípios instrumentalizem, a sua maneira, as medidas socioeducativas.

Na busca de determinar diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas, diante das informações pouco precisas sobre a operacionalização do sistema pelo ECA, em 2006 foi apresentado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da República (SEDH) e pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) a proposta do SINASE. Aprovado como lei no ano de 2012, o SINASE traz uma série de normativas referentes às medidas socioeducativas.

No Estado de São Paulo, as medidas socioeducativas em meio aberto de LA e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) são, desde 1986, operacionalizadas pelos

¹⁶³ O nome do município foi preservado a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

¹⁶⁴ Documentos referentes ao período em que as medidas socioeducativas de meio aberto eram realizadas em parceria com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor FEBEM e ONGS.

técnicos da antiga Fundação Estadual do Bem-Estar-do-Menor (FEBEM). A partir do ano de 2002, teve início os convênios entre a FEBEM e ONGs para atender aos jovens inseridos nas medidas em meio aberto nos municípios do estado (Cf. Fundação CASA, 2012).

No município no qual a presente pesquisa foi realizada, as medidas socioeducativas em meio aberto passam a ser operacionalizadas através do convênio entre a FEBEM e a Cáritas Diocesana¹⁶⁵, no ano de 2002, e permanecem até o ano de 2007, quando são repassadas para a prefeitura, em uma primeira tentativa de municipalizar o sistema, de acordo com as normativas do ECA e do SINASE. Em 2008, as medidas em meio aberto são novamente repassadas para a Cáritas Diocesana através de um novo convênio entre a prefeitura e a ong. Em 2010, mediante promulgação da Resolução n° 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estabelece que o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Meio Aberto (LA e PSC) deve ficar sob a responsabilidade dos CREAS dos municípios, as medidas em meio aberto são repassadas novamente para o CREAS.

Ao analisar as diretrizes do ECA e do SINASE, no que se refere às medidas socioeducativas em meio aberto, é possível afirmar que tanto a Cáritas Diocesana quanto o CREAS seriam idealmente o local no qual os técnicos (assistentes sociais e psicólogos) buscariam conhecer a situação e as demandas dos jovens a fim de encaminhá-los para a rede de atendimento, com o objetivo de possibilitar o acesso às garantias legais do ECA e à rede de proteção social (FELTRAN, 2010).

No entanto, ao entrevistar os técnicos e gestores tanto da Cáritas Diocesana e do CREAS do município no qual a pesquisa foi desenvolvida, foi possível verificar que a rede de proteção e assistência não é articulada, porque na prática ela não funciona e não existe como tal. Ao realizar um encaminhamento, os técnicos encontram respostas como a não aceitação do jovem na instituição escolar, a ausência de tratamentos para a dependência química, a baixa escolaridade para inserção em curso profissionalizante, a ausência de recursos e repasses financeiros do município.

Esses encaminhamentos são realizados pelo meio burocrático, ou seja, você tem que escrever um ofício ou um documento mesmo, encaminhando o adolescente tal para que seja matriculado nesse mês, possui uma declaração escolar, etc, enfim você manda esse encaminhamento e a primeira coisa que um diretor de escola faz é perguntar o porque que ele tá vindo aqui com esse encaminhamento aí começa-se uma desconfiança sobre a razão pela qual ele usou um programa para encaminhar esse adolescente aí começa-se a desconfiar: ele praticou algum delito, alguma infração, não quero ele aqui. Se encaminha ele pra um CAPS a assistente social lá já fala ele tá vindo aqui meio que empurrado por esse encaminhamento, então o nosso trabalho leva-se em conta a vontade da pessoa já tá meio que prejudicada. Então as articulações são demoradas, são muito trabalhosas, elas são feitas com pessoas e quando as pessoas são retiradas dos seus cargos essas articulações morrem, por que não é uma política do serviço público, foi uma ação particular isolada

¹⁶⁵ A instituição se autodenomina como uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Fonte: <http://caritas.org.br/>

daquele diretor, daquele comandante e quando ele sai morre toda a parceria (Coordenador das medidas em meio aberto da Cáritas Diocesana).

Após a municipalização das medidas em meio aberto, foi constatado no município em que a pesquisa foi realizada que diminuiu o número de técnicos e os repasses financeiros antes geridos pelas ongs ficam agora sob o controle da Secretaria de Assistência social, o que faz com que os técnicos tenham dificuldades para aplicar os recursos.

Olha a gente não tem acesso aos financiamentos à gente não sabe muito sobre isso, até por que o setor de compras não funciona aqui dentro do CREAS ele é dá Secretaria de Assistência Social então não tem muito. A gente sabe que enquanto CREAS recebe uma verba grande né e que vem lanche, vem passe pro ônibus né, mais só. Existe também uma fala geral ai quando a gente participa de eventos da dificuldade geral de gastar esse dinheiro, falam até que é um dinheiro que jogaram dentro de um poço e que mandaram o CREAS ir buscar pra você ver a dificuldade de gastar. Então eu acho que poderia ser aberto pra cursos, eu acho que poderia ser aberto pra outras coisas sabe, pra tratamento, né, já que vem uma verba grande, né, eu acho que poderia ter um plano de aplicação diferenciado se viesse uma verba pra gente e eu fizesse dela o que eu quisesse eu poderia incluir ele (Lilian, Técnica das medidas em meio aberto do CREAS).

Ou seja, quase três décadas após a reabertura democrática, a consolidação do ECA e de um regime formalmente democrático a partir de um sistema ampliado de participação civil nas políticas públicas (FELTRAN, 2010), as medidas socioeducativas em meio aberto ainda não foram efetivamente implementadas no plano da funcionalidade, mas somente no plano formal, o que aliado à ausência de políticas públicas para a juventude que contemplem esse segmento e as concepções biologizantes do período denominado adolescência, amplia ainda mais a criminalização e o encarceramento dos jovens.

A juventude fora da CASA

Com relação ao perfil dos jovens entrevistados, três jovens do sexo masculino contavam 17 anos no momento da apreensão, enquanto um estava com 16 anos. Das três jovens internas, uma estava com 15 anos, uma com 16 e uma com 17, também no momento da apreensão¹⁶⁶. Com relação à cor/raça, 3 jovens são classificados pelo Boletim de Ocorrência como brancos, 2 pretos e em 2 não consta a informação. Todos eram moradores de bairros periféricos do município. Com relação ao ato infracional, três meninas e um menino foram acusados de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, enquanto os demais meninos estavam sob a acusação de ato infracional contra o patrimônio.

A situação familiar e econômica dos sete jovens é semelhante, são jovens provenientes de lares em que as figuras femininas são provedoras da renda e do sustento familiar; que declararam viver com renda inferior a um salário mínimo, que é adquirida por meio de atividades informais, como bicos e venda de objetos obtidos por meios ilegais, do trabalho doméstico realizado por suas mães e de programas sociais, como bolsa família. As três jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação, na Fundação CASA, declararam ter realizado trabalho doméstico, que consiste

¹⁶⁶ A informação sobre a idade dos jovens foi retirada do Boletim de Ocorrência.

basicamente na limpeza, arrumação da casa e cuidado com os irmãos mais novos. Nenhuma das jovens afirmou estar estudando ou trabalhando antes do cumprimento da medida. Com relação aos jovens entrevistados, um afirmou estar trabalhando antes da medida de internação em um serviço informal e fora da escola, enquanto os outros dois apenas estudavam.

Com relação à saída da instituição, a totalidade dos jovens quando questionados sobre a vivência de discriminações decorrentes da passagem por unidades da Fundação CASA, disseram que foram recebidos bem por seus familiares e por seus amigos e vizinhos no retorno ao bairro de origem. Moradores de regiões periféricas, os jovens afirmaram ser comum ter vizinhos e parentes presos, e para alguns jovens, a passagem pela unidade é operada como um símbolo positivo diante do grupo de amigos, ou colegas pertencentes ao tráfico, o que de acordo com eles, demonstra “resposta”, ou que “tirou cadeia na moral”. Ou seja, “trabalhar no tráfico é um símbolo de importância moral e, de certo modo, um modelo inclusivo, pelo qual os jovens obtêm bens de consumo e simbólicos – dinheiro, respeito, prazer, e uma lista ampliada de objetos” (MALVASI, 2012, p.247). No entanto, quando são encaminhados para algum serviço público, como na tentativa de retorno aos bancos escolares ou na busca de um emprego, a discriminação fica evidente.

De acordo com o Relatório Justiça ao Jovem¹⁶⁷, encaminhado à presidência em 2012, que teve como objetivo mapear a execução da medida socioeducativa de internação no país, o Estado de São Paulo ainda não está implementando nenhum programa de apoio ao egresso como determina o art. 94 do ECA, programa esse considerado de fundamental importância para a consolidação no processo de reinserção social desses jovens, com o objetivo de diminuir a reincidência ou a entrada no sistema penal. Ou seja, os jovens egressos enfrentam simultaneamente o desmonte do sistema de medidas em meio aberto e a ausência de políticas públicas específicas.

Quando questionados sobre a importância do cumprimento da medida de LA em meio aberto, a totalidade dos jovens afirmou serem os conselhos dados pelas técnicas para que eles frequentem a escola e não voltem à prática de atos infracionais, ou seja, a ausência de atividades e encaminhamentos é nítida aos olhos dos jovens que compreendem a medida como “vim assinar para o juiz”, ou “tem que vim senão volta pra Fundação”.

Com relação ao trabalho, no momento da entrevista, três jovens do sexo masculino estavam exercendo atividades informais, um estava trabalhando como garçom, enquanto um estava em um lava rápido e outro em uma oficina mecânica, no entanto, nas entrevistas alguns deixaram claras as interfaces com o tráfico, assim como o desejo em ganhar dinheiro rápido, mas também relatavam o medo da morte precoce e da prisão. Com relação às jovens, nenhuma delas estava trabalhando e apenas uma afirmou ter voltado para o tráfico de drogas.

Quando questionados sobre os cursos profissionalizantes realizados ao longo da medida socioeducativa de internação, os jovens do sexo masculino afirmaram ter certificados nos cursos de panificação, marcenaria, horticultura, já as jovens afirmaram ter realizado cursos de chocolataria, culinária, panificação, manicure e cabeleireira. Quando questionados se os cursos auxiliaram na saída da instituição, uma das meninas disse que pensava em vender salgados que havia aprendido na instituição com a mãe e

167

http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/relatorio_justica_ao_jovem_sao_paulo.pdf

outra afirmou que gostaria de trabalhar como cabeleireira, enquanto os demais disseram que ajudava a “passar o tempo”. Ou seja, os cursos possuem distinção de gênero, para as mulheres atividades restritas ao ambiente doméstico, do lar, e para todos atividades de caráter informal, em geral de baixíssima remuneração e ampla precariedade.

Entre os jovens de ambos os sexos foi comum o relato da constituição de famílias após a desinternação. Luan se tornou pai, Juliana e Mel mães, Camila esperava o marido sair da internação e Murilo havia ido morar com sua companheira que tinha dois filhos, apenas Mateus não constituiu família no período em que a pesquisa foi realizada.

Após cumprir a medida socioeducativa de internação, Luan mudou de cidade com os pais, Juliana mudou de bairro, Camila estava ansiosa pela entrega de uma moradia popular, localizada em outro bairro, pois só assim a jovem considerava que iria parar de traficar drogas. Ou seja, na ausência de políticas públicas efetivas, “a solução para a não reincidência foi tentar fugir da vulnerabilidade de suas quebradas” (MALSIVI, 2012, p.184).

As políticas públicas para a juventude

A fim de mudar o cenário em questão, que prima pelo investimento em políticas de encarceramento massivo dos jovens de 15 a 29 anos, é preciso primeiramente afirmar que é no contexto contemporâneo de vivência da condição juvenil na qual estão inseridos os jovens brasileiros que em algum momento foram capturados pelo sistema de justiça juvenil, sendo sujeitados por práticas discursivas e institucionais na condição de “adolescentes autores de atos infracionais”, vindo a cumprir uma medida socioeducativa e, em alguns casos, posteriormente, uma pena de prisão.

No Brasil dos anos 80 até recentemente, o termo adolescência foi predominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais, fruto de um importante movimento social alavancado em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que resultou na implementação do ECA. Desse modo, a categoria adolescente desencadeou uma série de ações, programas e políticas para este segmento, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos. A partir desse marco, as políticas públicas passaram a ter como público-alvo crianças e adolescentes, tendo relegado o termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, para o escopo da tematização social (ABRAMO, 2005). Desse modo, o ECA resume-se a falar da adolescência, até porque naquele momento a juventude enquanto perspectiva de atendimento não existia no Brasil (ABRAMOVAY, 2008).

Nos anos 90, há segundo Lunianelli (2005), uma onda jovem na qual as taxas de crescimento da população de 15 a 29 anos foram muito intensas. Esse fato, combinado com a questão do crescimento das taxas de desemprego, aliado à renovação tecnológica e à crise do Estado de Bem-Estar-Social, configurou uma situação explosiva. É nesse período que a juventude emerge para a sociologia no Brasil, aliada às dificuldades relacionadas à inserção e integração social marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho e do aumento da violência, que resultaram em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida (ABRAMO, 2005). Até então não havia um diagnóstico específico para esse segmento populacional, e a educação era a única política pública para a juventude. Política essa circunscrita às classes médias, já que os jovens das classes populares que entravam precocemente no mercado de trabalho deixavam de ser considerados jovens (NOVAES, 2011).

No entanto, entre os anos 80 e 90, com o desemprego e o inchamento das periferias urbanas, passam a surgir outras classificações como “os jovens que estão fora da escola e fora do mercado de trabalho” e “jovens como vítimas e promotores da violência”. Dessa forma, o desemprego juvenil e a violência entre jovens entravam no rol das preocupações tanto das instituições sociais como dos gestores públicos. É dessa forma que a juventude se insere no diagnóstico da questão social no Brasil, e é a partir desse “público alvo” e de “seus problemas”, que se começa a exercer diagnósticos específicos.

Segundo Novas (2011), as primeiras demandas em torno dos “problemas de jovens” foram levadas a público por organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, ONGs, organizações empresariais, setores de igrejas, sustentadas por um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. A favor da “juventude”, em um movimento de mão dupla, envolveram-se ainda instâncias do poder público e diferentes atores da sociedade civil. Contudo, nesse primeiro momento, ainda não se falava muito em “direitos”, a ênfase estava principalmente, na necessidade de contenção e prevenção. Para conter o desemprego e prevenir a violência, tratava-se de “ressocializar”, “promover o retorno aos bancos escolares”, “capacitar para o trabalho” “inserir em dinâmicas de integração social”, “fomentar o protagonismo e o voluntariado juvenil”. Nesse cenário, surgem nos anos 90, os “projetos sociais” voltados para jovens em “situação de risco” e os “jovens de projeto”, ou seja, moradores de periferias urbanas considerados pobres e violentos (NOVAES, 2011).

Nessa ocasião, no Brasil, registraram-se algumas iniciativas de criação de secretarias e coordenadorias municipais e poucas estaduais, sem se criar um espaço governamental nacional de juventude. Mesmo assim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), programas com o enfoque em adolescentes e jovens foram introduzidos em vários ministérios, com destaque para o Ministério do Trabalho, assim como as organizações da sociedade civil foram incentivadas a lidar com jovens, de até 18 anos, por meio de ações coordenadas pelo Programa Comunidade Solidária (NOVES, 2012). Sposito e Carrano (2003), ao analisarem a constituição das políticas públicas¹⁶⁸ para a juventude, no Brasil, nesse período, observaram que grande parte das propostas para atender a juventude carregavam mecanismos de controle social, como a ocupação do tempo livre, a formação de mão de obra, a busca pelo enfrentamento do problema juvenil e a contenção de um possível comportamento violento e disruptivo. O alvo das políticas públicas era o jovem pobre morador das periferias, o que deixava à parte, uma ampla faixa de jovens filhos de trabalhadores rurais e urbanos. A busca pela inclusão de jovens marginalizados refletia-se assim em políticas compensatórias ou na ampliação de possibilidades de integração no mercado de trabalho, que permanecia em um movimento imediatista e desarticulado (SPOSITO E CARRANO, 2003; ABRAMO, 2007).

¹⁶⁸ Sposito e Carrano (2003) associam a ideia de políticas públicas a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias.

Até o ano de 2002, o Brasil era considerado atrasado no que condiz a políticas públicas de juventude. Pois, era preciso afirmar que a juventude não se encerrava na adolescência, exigindo novos referenciais, além do que coloca o ECA, que concebem a juventude como sujeitos que necessitam de demandas específicas nos mais variados campos e não somente no da educação. No Brasil, diferentemente de outros países europeus e americanos, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado de crianças (ABRAMO, 2007).

A partir de 2005, no governo Lula, o Brasil constrói uma nova experiência no campo das políticas públicas de juventude. No âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, foram criados a Secretaria Nacional da Juventude (SNJUV) e o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens de 15 a 29 anos. Na mesma ocasião foi criado também o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que contempla jovens de 18 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental. Em seguida, foram realizadas a I (2008) e a II (2011) Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, envolvendo jovens de diferentes identidades e espaços de participação vindos de todas as regiões do país (NOVAES, 2011). Segundo Novaes (2012), nesse novo contexto, a linguagem dos “direitos” passou a organizar e ressignificar um conjunto de demandas (de distribuição, de reconhecimento e de participação) da juventude. O resultado desse progressivo “enquadramento semântico” na maneira peculiar de classificar e enunciar os “direitos da juventude” refletem, de acordo com a autora, a atual condição juvenil, na qual os padrões de passagem para a vida adulta encontram-se em profunda mutação.

Em 2010¹⁶⁹, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como a PEC da juventude. A Emenda incorporou o "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Essa conquista abriu caminho para a aprovação do projeto de Lei 4529/04 que dispõe sobre o Estatuto da Juventude, que estava em trâmite na Câmara desde novembro de 2004. Com o principal objetivo de garantir direitos fundamentais para o desenvolvimento e emancipação do jovem no Brasil, o Estatuto dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude, tendo sido aprovado em 16 de abril de 2013, quase 10 anos após sua criação. Há mais ou menos um ano após a sua implementação, ainda não é possível realizar um balanço efetivo de seus reflexos na sociedade.

De acordo com Paulo Carrano (2011), muito se avançou nesses últimos anos no fazer política de juventude, e em especial nas representações do jovem no Brasil, pois segundo ele, já não é possível no campo democrático conceber as políticas públicas de juventude reiterando discursos que enxerguem os jovens somente pela via dos problemas sociais que necessitam de enquadramento, controle social e tutela do tempo e espaço. Para Castro (2011), a maior conquista desse período foi a mudança de paradigma de juventude em “situação de risco” para a “juventude sujeito de direitos”.

Essa mudança imprime em primeiro lugar um importante simbolismo no debate público, propondo uma leitura distinta do binômio juventude-violência, que contribui para reificar a imagem juventude

¹⁶⁹ A PEC da juventude tramitou por 7 anos no Congresso Nacional. Fonte: <http://www.juventude.gov.br/marcos/2010-aprovada-a-pec-da-juventude>.

perigosa. As primeiras iniciativas de atender com políticas públicas a população jovem definiam como público alvo uma categoria perigosamente cooptável pela delinquência refrataria ao socorro do Estado e desinteressada em seu possível papel na sociedade. A consolidação da categoria juventude sujeito de direitos representa uma alteração de paradigmas, em que o público alvo passa de passivo a agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso e evidentemente pode sofrer recuos, aponta a possibilidade de consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e principalmente da juventude como agente nesse processo de construção do campo das políticas públicas de juventude, ou seja, percebe-se uma mudança no paradigma das políticas públicas de uma visão conservadora (CASTRO, 2011, p 283.).

Para Novaes (2011), a principal diferença entre a abordagem das políticas públicas dos anos 90 aos anos 2000 foi a incorporação da palavra “jovem” como sujeito de direitos, ausente da primeira fase dos projetos anteriormente voltados para os jovens excluídos. No entanto, lembra ainda que a expressão “jovens como sujeitos de direitos” também convive com outras como jovens em situação de risco, jovens como agente de desenvolvimento, jovens como janela de oportunidade, cunhadas em outros contextos, que, no entanto, disputam espaços teóricos e práticos.

Mesmo diante dos avanços referidos no plano das políticas públicas de juventude, para Carrano (2011), políticas nesse segmento ainda são frágeis, sendo grande o abismo entre demandas manifestas por jovens e a resposta na forma de políticas públicas efetivas. Pois, as políticas de juventude ainda não se constituíram em aporte suficiente para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo da juventude. As políticas são fragmentadas, há insuficiência de orçamentos, de recursos humanos e materiais, há inexistência de pesquisas de caráter nacional e de indicadores sólidos e comparáveis ao longo dos anos.

Uma das evidências do caráter fragmentário e pouco integrado das diferentes ações públicas dirigidas aos jovens, de acordo com Carrano (2011), diz respeito à focalização das diretrizes do que se pode denominar “jovem temático”, que surge com a expressão “público-alvo”. Nessa perspectiva, tem-se o “jovem-aluno”, o “jovem-filho”, o “jovem-infrator”, a “jovem-mãe”, “a jovem que não queremos que seja mãe”, o “jovem rural”. Como exemplo, pode-se mencionar o Ministério da Educação (ME) que trabalha com a concepção de estudantes e alunos, e não com sujeitos culturais para os quais a escolarização é apenas uma e não menos importante faceta da vida. O Ministério do Desenvolvimento Social trabalha com concepções para a integração familiar do jovem, ao contrário de estimular políticas que favoreçam a autodeterminação do jovem homem e da jovem mulher. O Ministério da Saúde centra suas ações no adolescente e não no jovem, o concebendo como sujeito de transito, instável e em crise de passagem (CARRANO, 2011).

No caso das políticas públicas destinadas aos jovens, nas últimas décadas, nota-se que elas se destinam muito mais a oferecer aquilo que se institui serem as necessidades dos jovens, e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem caminhos ou espaços e tempos de diálogos para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas. Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas, eles e elas querem dizer e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente (CARRANO, 2011).

Formular políticas públicas para a juventude exige reconhecer que em sua vida concreta os indivíduos não estão presos a limites etários bem definidos, sendo preciso superar conceituações psicológicas ou biológicas, pois os problemas compartilhados pelos jovens não são intrínsecos a sua idade, mas correspondem a sua inserção na sociedade. No caso dos jovens, sua inserção se faz paradoxalmente, através da exclusão. Exclusão da esfera produtiva, das instâncias de poder, da representatividade política. Falar em políticas públicas, nesse sentido, significa construir mecanismos que garantam a inserção dos indivíduos jovens na sociedade, com direitos específicos, espaço de participação política, garantia de formação técnica e intelectual para inserção na esfera produtiva e educacional.

A arena das políticas públicas de juventude precisa ser a possibilidade de explicitação das desigualdades que perduram e se multiplicam no Brasil e que incidem diretamente sobre os jovens pobres, principalmente negros, vitimados em grande escala, jovens mulheres, jovens mães, jovens portadores de deficiência, jovens de comunidades tradicionais, jovens moradores de áreas rurais, jovens em conflito com a lei. São esses jovens que sofrem com a estrutura econômica que produz os jovens com futuro garantido e os jovens de vida incerta. Como pensar em políticas públicas de juventude desconhecendo que são os jovens pobres e negros vítimas preferenciais das forças policiais e dos grupos de extermínio? Como omitir do debate público que são as jovens mulheres que ocupam os piores postos de trabalho, ainda que mais escolarizadas e que são presença majoritária no trabalho doméstico? (CARRANO, 2011). Portanto, as políticas de juventude não precisam optar entre serem universais ou focalizadas, elas devem ser focadas para todos os jovens e também orientadas para os que mais necessitam delas. Em suas agendas, as políticas públicas necessitam ter a capacidade de apoiar os jovens na vivência do tempo presente, assim como na realização de suas escolhas futuras, diante dos desafios que a sociedade contemporânea impõe.

Considerações Finais

Os dados referentes ao perfil desses jovens demonstram que as suas condições específicas marcam suas trajetórias de vida, que, no entanto, não estão distantes do que apontam as pesquisas recentes¹⁷⁰ sobre a condição juvenil no Brasil, ou seja, o desemprego, a baixa escolaridade, o medo da violência, a morte precoce, a constituição de famílias cada vez mais cedo e a maternidade para as jovens mulheres. A partir dos dados, o que não se pode negar é que as trajetórias juvenis no Brasil são marcadas por distintos caminhos, permeadas por múltiplas identidades e múltiplas maneiras de ser jovem, no entanto, tais fenômenos vêm se tornando parte integrante para certos segmentos da população juvenil, que passam a ser considerados problemáticos ou indesejáveis. Desse modo, esses jovens convivem cotidianamente com a repressão policial e a violação de direitos. Capturados pelo sistema socioeducativo, a privação de liberdade, traz, portanto, significados e implicações para esses jovens, como a discriminação e a violência que reforçam as perversões da desigualdade.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de uma rede de atendimento, apoiada no conceito de incompletude institucional para fortalecer o sistema de garantia de direitos, assim como a necessidade de políticas públicas

¹⁷⁰ A pesquisa “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros”, realizada entre abril e maio de 2013, sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência da República, divulgada em agosto de 2013 é o que tem de mais recente no campo das pesquisas que buscam conhecer as realidades, questões e opiniões da juventude brasileira.

universais, para todos os jovens e focalizadas, para aqueles que passam pelo socioeducativo. Assim como alerta para a profundidade do problema da punição na sociedade brasileira que marca e cria tensões no sistema socioeducativo entre educação, proteção e punição, conflitos permanentes de uma cultura do controle.

Referências Bibliográficas

ABRAMO. W. H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In Org. FREITAS. M. V. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais.** Ação Educativa. São Paulo. 2005

ABRAMOVAY. M. (Coord.). **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas da Rocha e Sujeitos Cabulosos.** Secretaria de Direitos Humanos – SDH. Brasília – DF. 2010

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, alterada pela lei 12.010 de 3 de agosto de 2010. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

_____. SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Brasília: Conanda/Unicef, 2006a.

CASTRO, G. E. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** Org. FREITAS, M.V; PAPA, F. C. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios na prática. In **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** Org. FREITAS, M.V; PAPA, F. C. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CNJ- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – Panorama Nacional. A Execução das medidas socioeducativas de internação. **Programa Justiça ao Jovem.** 2012. Disponível em www.cnj.jus.br. Acesso em 2012.

DIAS, F. A. O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2011

FELTRAN. S. G. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Revista Lua Nova,** São Paulo, n° 79, p. 201 – 2013, 2010.

GONÇALVES. T. R. A apreensão, o julgamento e a internação na Fundação CASA: a gestão biopolítica dos corpos. **Revista do Laboratório de Estudo da Violência da Unesp de Marília.** Marília, n° 12, p. 100-115. 2013.

LULIANELI. A. S. J. Juventude para além dos mitos. In **Jovens em tempo real.** Org. LUNIANELLI. J. A. S e FRAGA. P.C.P. Editora DPA. 1.ed. 2003.

MALVASI. A. P. Interfaces da vida loka. Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese. (Doutorado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012

MINAHIM. M. A. Eca: Apuração do ato infracional atribuído ao adolescente. **Pensando o Direito.** Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília. 2010

MORO, O. M. Adolescente “internável” e comércio de drogas: análise de processos, discursos, decisões e violações de direitos. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade,** 2013 (7): 92-113.

NOVAES, R. Entre juventudes e governos (e nada será como antes) In. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Org. FREITAS, M.V; PAPA, F. C. São Paulo: Peirópolis, 2011.

OZELLA. S. In **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas** /Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

SÃO PAULO. Fundação CASA (sp) **Medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA.

SPOSITO. M e CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED n° 24 Set/Out/Nov/Dez 2003.

PERCURSOS DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS - Daniel Dall'Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Carolina dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Este artigo tem como objetivo colocar em análise os modos como operam e se legitimam os percursos na internação compulsória de adolescentes, justificada por transtorno mental devido ao uso de drogas, em uma Unidade Psiquiátrica de um Hospital de Porto Alegre/RS, Brasil. Através de uma perspectiva foucaultiana, descrevemos e discutimos o processo de internação compulsória tendo como foco principal de análise os documentos que compõem os prontuários dos jovens internados no serviço. Para isso, utilizamos como eixo de pensamento a proposta do cuidado humanizado instituída na Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, através dos resultados, apontamos questões que sugerem a preocupação em práticas de cuidado focadas na singularidade dos sujeitos, que levem em questão seu contexto social e as limitações apresentadas atualmente pelas políticas e serviços públicos direcionados aos usuários de drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; internação compulsória; uso de droga; saúde mental.

ABSTRACT: This article aims to analyze how compulsory hospitalization of adolescents, justified by mental disorder produced by drug abuse, was conducted and legitimized in a mental health service in the city of Porto Alegre/RS, Brazil. Through a foucaultian perspective, we described and discussed the process of compulsory hospitalization with the analysis primary focus on the documents that comprised the medical records of youths internal in the service. For this, we used as a guide of thinking the proposal of humanized care instituted by the National Humanization Policy of the Brazilian Public Health System (SUS). Lastly, through the results, we point issues that suggest the concern in care practices that focus on the uniqueness of the subjects, considering the social context and the limitations presented nowadays by the policies and public services targeted to the drug users.

KEYWORDS: Adolescents; compulsory hospitalization; drug use; mental health.

Contextualizando o estudo

O presente artigo tem por objetivo colocar em análise os modos como operam e se legitimam os percursos da internação compulsória de adolescentes, justificadas por transtorno mental devido ao uso de drogas, em uma Unidade Psiquiátrica de um Hospital no Rio Grande do Sul. Neste texto, procuramos problematizar a relação entre os campos da saúde mental¹⁷¹ e do sistema de justiça¹⁷² como efeito do significativo aumento no número de internações psiquiátricas via ordem judicial.

Nas últimas décadas, diversos estudos vêm sendo realizados tendo como foco de investigação as práticas psicológicas na área da saúde mental e sua inserção na relação com a justiça (LARA, 2011; REIS, 2012; SCISLESKI et al., 2013; GUARESCHI et al.,

171 Entendida aqui não somente como o conjunto de serviços especializados no cuidado em saúde mental, mas também como uma série de produções teóricas e técnicas desse campo.

172 Da mesma forma, entendido aqui para além do conjunto dos órgãos que compõem o Poder Judiciário e o Ministério Público, mas ainda as produções do campo do Direito sobre o tema em questão.

2014). As produções científicas que articulam saúde e justiça vão adquirir maior visibilidade, principalmente, a partir de demandas como o afirmado aumento no número de usuários de drogas, a exposição da população às práticas de violência, a situações de risco e às vulnerabilidades sociais, situações nas quais a interferência do aparelho judicial, a serviço das instituições sanitárias, vem se tornando cada vez mais frequente (BENTES, 1999; CARVALHO, 2007; WACQUANT, 2009; SCISLESKI, 2010; SCISLESKI & GUARESCHI, 2011).

A intensão em estudar, especificadamente, a internação compulsória de adolescentes usuários de drogas, no contexto do Rio Grande do Sul, surge a partir da massiva campanha midiática intitulada “Crack, nem pensar” (ZERO HORA, 2009). O conteúdo discursivo da campanha que propagava uma estética da droga como “destruição do humano” vem a alarmar para um suposto aumento no número de “usuários-problema” no campo do uso de substâncias químicas, dando especial ênfase ao Crack. A partir de nossa aproximação com profissionais dos serviços de saúde, nota-se, através de seus relatos, que a demanda de atendimentos encaminhados aos serviços justificados pela problemática do uso de drogas, aumenta consideravelmente naquele período. Nesse encontro entre usuários e profissionais da saúde, visualizamos que a atenção básica e os serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) não sustentavam a grande demanda de atendimentos, especialmente para tratamento de crianças e adolescentes usuárias de drogas. Em Porto Alegre, por exemplo, existem somente dois Centros de Atenção Psicossocial¹⁷³ em modalidade específica para o atendimento em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, os CAPSi.

As poucas vagas disponíveis nesses serviços são ocupadas por crianças com os mais diversos tipos de diagnósticos psiquiátricos, não sendo os serviços direcionados unicamente para o atendimento à drogadição. Além desses serviços, existem alguns poucos espaços de apoio para atendimento em Saúde Mental que prestam retaguarda à rede básica de saúde, como equipes de matriciamento e ambulatórios, mas, em geral, atendem casos com menor nível de comprometimento psíquico do que aqueles acolhidos nos CAPSi. Para ter acesso às poucas vagas que a rede especializada oferece, é preciso que os pacientes¹⁷⁴ recebam encaminhamentos através das unidades básicas de saúde, pois geralmente os CAPSi não recebem pessoas que buscam atendimento espontaneamente. Além disso, o paciente precisa preencher determinados critérios definidos pelas equipes como perfil para dar início ao acompanhamento; muitas vezes, essa definição é feita de forma arbitrária, sendo excluídas de diversos serviços, por exemplo, pessoas que apresentem comorbidades, como o uso de drogas e a esquizofrenia.

No processo do estudo percebemos que a rede básica de saúde, que deveria dar continência e servir de referência para os problemas mais recorrentes na população, enfrentava um despreparo para atender pacientes usuários de drogas, tendo no encaminhamento para os serviços especializados uma resposta frequente para essas situações. A falta de serviços especializados, a dificuldade de construção dos fluxos de

173 CAPSi - Casa Harmonia e CAPSi do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014).

174 Optamos por utilizar o termo *paciente* em substituição ao termo *usuário*, mais largamente utilizado em produções científicas e por profissionais da saúde coletiva para referirem-se à pessoa que recebe atendimento na rede pública. Apesar das discussões sobre essas diferentes terminologias, a escolha do termo *paciente* deu-se para não causar confusões entre a referência ao usuário como sujeito que faz uso dos serviços da rede pública e a referência ao usuário como sujeito que faz uso de drogas.

encaminhamento na rede pública e o despreparo da atenção básica para dar continência a essas situações, somados ainda ao aumento concreto da demanda por atendimento à drogadição, não foi acompanhada pelo crescimento na oferta de serviços¹⁷⁵. Por fim, em função da grande lista de espera, quando as crianças e adolescentes conseguem ter acesso ao tratamento, a falta de comprometimento, a assiduidade do paciente e as diversas exigências impostas pelos serviços, se não cumpridas, acarretam-lhe a perda da vaga e seu desligamento do serviço (REIS, 2012).

Esses são exemplos de alguns dos limites encontrados na política de saúde para os usuários de drogas que têm levado a população a buscar a materialização de alguns de seus direitos constitucionais através de estratégias do campo jurídico. Hoje há famílias, usuários e até mesmo outros serviços da rede pública que não conseguem vagas para seus pacientes, que buscam no sistema de justiça uma forma de garantir o acesso aos serviços de saúde. Outras tantas crianças e adolescentes vão conseguir o tratamento para a drogadição quando chegam ao judiciário por outras vias, já mais agravadas como, por exemplo, no caso de jovens que se envolvem em atos infracionais, exploração sexual, exploração do trabalho infantil, abandono ou mendicância. Nessas situações, o direito à saúde acaba por ser somente um dos muitos direitos que já foram violados na vida deles.

Segundo noticiado pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 11/11/2010¹⁷⁶, existiam em torno de 112.324 processos em trânsito no Judiciário relacionados à garantia do direito à saúde; já no mês de abril de 2011, última atualização divulgada, esse número chegava a 240.980. Não se pode negar o impacto que as decisões judiciais podem ter em relação à condução das políticas de saúde, uma vez que oferecem respaldo a algumas determinações sobre a forma como a gestão pública deve ofertar serviços à população e acabam, com isso, direcionando parte dos investimentos da pasta da saúde para assegurar as demandas endossadas em suas decisões.

Além disso, se nos atentarmos para aquilo que é dito sobre a “adolescência drogadita”, facilmente observamos que esse assunto tem estado massivamente presente em produções acadêmicas, audiências públicas, debates políticos, publicações midiáticas, campanhas beneficentes, promessas eleitorais, reuniões de professores, sermões religiosos, assembleias de moradores, conversas de família, diálogos de taxistas, etc. Como pauta constante no cotidiano da sociedade, o uso de drogas por adolescentes tem sido utilizado, por exemplo, como quadro emblemático por atores contrários à Reforma Psiquiátrica para evidenciar a ineficácia dos serviços substitutivos frente às potenciais soluções oferecidas, segundo eles, pela internação psiquiátrica em hospitais e clínicas especializados. O efeito disso tem sido o significativo aumento da busca por serviços de internação como única possibilidade de resolução de um quadro de drogadição (REIS, 2012).

No Brasil, as mudanças ocorridas a partir da Reforma Psiquiátrica, em termos de legislação no campo do cuidado em saúde mental, reorientaram as formas de tratamento dos sujeitos, comprometendo a sociedade na construção de estratégias de cuidado e de promoção de vida, fora de uma lógica de institucionalização. Dentre os diversos documentos que regulamentam esse novo modelo de cuidado em saúde, destacamos o

175 As dificuldades no acesso e na manutenção do tratamento para drogadição de crianças e adolescentes são muito mais complexas e não podem ser reduzidas a uma listagem de fatores. Aqueles que optamos por ressaltar aqui servem mais para ilustrar o problema e não têm a pretensão de esgotá-lo.

176 Agência CNJ de Notícias (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011).

Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil (BRASIL, 2005). Neste documento, o Ministério da Saúde oficializa discussões técnicas fundamentais para que se efetivem ações estratégicas de reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, dentre os quais estão o direito de acesso à saúde e ao cuidado via SUS. Nos diversos aspectos levantados no documento, destacamos que *toda e qualquer ação voltada para a saúde mental de crianças e jovens precisa estabelecer parceria com outras políticas públicas como ação social, educação, cultura, esportes, direitos humanos e justiça* (BRASIL, 2005: 6).

Diante desse contexto, buscamos desenvolver essa pesquisa dando continuidade a outros estudos que discutem a intersecção entre saúde mental e os sistemas de justiça. Para isso, utilizamos como eixo de pensamento para a análise dos documentos estudados, descritos a seguir, a proposta do cuidado humanizado instituída na Política Nacional de Humanização do SUS (BRASIL, 2004). O objetivo deste estudo, derivado do projeto de pesquisa *A relação entre justiça e saúde mental no contexto de adolescentes usuários de droga*¹⁷⁷, é problematizar as formas como têm operado e se legitimado os percursos da internação compulsória de adolescentes internados por transtorno mental associado ao uso de drogas.

Processo de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida tendo como base os documentos de pacientes de uma unidade de internação para crianças e adolescentes de um Hospital Psiquiátrico do Rio Grande do Sul, os quais foram obtidos em duas etapas. A primeira etapa consistiu no mapeamento dos registros ocorridos entre o período de julho de 2008 a junho de 2011 no livro de baixas, onde se cadastram todas as internações do Hospital Psiquiátrico. Além disso, foi realizado o levantamento de todos os documentos presentes no processo de internação de usuários da unidade de internação, desde a entrada do jovem na instituição até o momento de obtenção da alta no serviço. A segunda etapa consistiu na leitura de todos os prontuários de adolescentes internados compulsoriamente durante o ano de 2010 que foram diagnosticados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID-10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003), especificadamente, as que associam transtornos mentais ao uso de drogas. Totalizamos a leitura e análise de 33 prontuários.

Na articulação e análise dos dados, buscamos problematizar os discursos que sustentavam as racionalidades em torno da compreensão, direcionamento e operacionalização do tratamento dos adolescentes usuários de drogas internados por medida judicial. Assim, no processo de discussão, objetiva-se colocar em evidência e questionamento os saberes naturalizados sobre o uso de drogas, a adolescência e os modos de intervenção nas práticas de cuidado dessa população. Essa ação visa entender como os discursos forjam e produzem os sujeitos de quem falam e, conseqüentemente, afetam o modo como as políticas públicas passam a ser pensadas, e a forma como os serviços de saúde propõem ações e reconhecem os sujeitos para quem disponibilizam seus serviços (FOUCAULT, 1984).

Resultados e discussões

As internações

Quando os adolescentes usuários de droga são encaminhados à internação psiquiátrica por seus familiares ou profissionais da saúde, vinculados às instâncias

177 Pesquisa financiada pelo Edital Universal MCTI/CNPq nº 14/2012 coordenada pela Prof^a Dr^a Neuza Maria de Fátima Guareschi.

jurídicas, entende-se que as outras possibilidades de atendimento na rede de saúde já foram esgotadas ou eram inexistentes. Ao chegarem ao serviço de internação aqui analisado, os jovens são recebidos na triagem, onde se centraliza o primeiro acolhimento. A triagem funciona 24 horas por dia, e nela é feita a avaliação dos sujeitos por um psiquiatra, que verifica a necessidade ou não de internação. Se indicada a internação, o psiquiatra estabelece um diagnóstico de pré-internação (passível de modificação após ingresso no serviço) ou orienta-se pelos diagnósticos estabelecidos nos encaminhamentos trazidos pelos adolescentes, que, de forma geral, se baseiam nos critérios da CID-10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003).

A psiquiatria oferece serviço 24h horas, e os outros profissionais, como assistente social e médico geral, participam das avaliações apenas durante o turno diurno e em determinados dias da semana. É importante destacar que nesse serviço não há internação de jovens com problemas de saúde física evidentes, devido à falta de estrutura do hospital. Para que os adolescentes tenham acesso a esse serviço do SUS, é obrigatório que os profissionais lhes atestem um diagnóstico, visto que, sem este, os jovens não podem acessar o serviço. O que justifica a internação é a existência de uma doença, e o diagnóstico serviria para afirmá-la como existente.

Na sua composição atual, a unidade oferece 10 leitos para internação. Caso não haja vagas, os jovens aguardam em uma fila de espera. Há prioridade aos adolescentes internados via ordem judicial, mas, mesmo nas internações compulsórias, a espera pela abertura de uma vaga é necessária; nesses casos, há uma lista de espera específica. Já para sujeitos maiores de 18 anos, quando não há vagas, é realizado o encaminhamento para a lista de espera da Central de Regulação Hospitalar de Porto Alegre, órgão responsável por organizar e distribuir os leitos em hospitais disponíveis. No caso dos adolescentes ou crianças, eles devem aguardar a abertura de vagas na unidade, visto que ela é o único serviço público do Estado do RS que oferece internação. Do contrário, os municípios precisam pagar por leitos em instituições privadas.

Após a indicação de internação, é feito um registro no *livro de baixa*. Neste material, há uma tabela com diversas colunas que solicitam informações sobre o sujeito que se cadastra: data de ingresso no hospital, data da baixa na unidade, número do leito em que o jovem ocupará temporariamente, nome do paciente, número do CID-10, sexo, idade, município, nome do acompanhante, se é primeiro ingresso na unidade ou se é regresso, número do prontuário, se é internação por ordem judicial ou não, se foi medicado na unidade ou não, nome da unidade em que será internado, nome do psiquiatra, do médico geral, da assistente social e do funcionário administrativo que atendeu o jovem.

A partir do *livro de baixas*, é possível termos um panorama simplificado do número de internações no hospital. Nele, fizemos um levantamento quantitativo das internações realizadas de julho de 2008 a junho de 2011. Apresentamos abaixo esses dados:

Tabela 1 – Número de egressos no Hospital Psiquiátrico durante o período de três anos.

	No Hospital Psiquiátrico (7 Unidades)	Na Unidade (total)	Na Unidade (por medida judicial, crianças e adolescentes)	Na Unidade (por medida judicial, adolescentes com diagnóstico de uso de drogas associado a transtorno mental)
2008.2	809	134	49	38
2009	1386	280	57	33
2010	1422	272	41	26
2011.1	712	148	23	10
Total (3 anos)	4329	834	170	107

Na primeira coluna, percebe-se que, no total das suas sete unidades, o hospital efetuou 4.329 internações entre o segundo semestre do ano de 2008 e o segundo semestre do ano de 2011. Nesses três anos, a unidade de internação de crianças e adolescentes obteve 834 internações. Dessas 834 internações, 170 foram devido a medidas judiciais (internação compulsória). Do total das 170 internações por medida compulsória (terceira coluna), 107 eram de adolescentes internados devido a transtorno mental associado ao uso de drogas (quarta coluna).

Após o levantamento das internações, efetuamos a busca por todos os documentos padrão da unidade presentes no processo de internação. Depois de ser encaminhado pelos profissionais da triagem, para iniciar o processo de internação, o adolescente é registrado no *livro de baixas*. Em seguida, recebe uma pasta, na qual ficarão centralizados todos os materiais referentes a ele (documentos jurídicos, exames de saúde, receitas de medicação, encaminhamentos dos serviços de saúde, etc.). Esses documentos, em sua maioria, são trazidos pelo responsável pelo adolescente nos atendimentos.

Além deles, o jovem recebe em sua pasta o chamado *kit* de internação. Esse *kit* é composto por seis materiais: 1) Ficha organizadora; 2) Cadastro individual; 3) Lista de problemas; 4) Plano de tratamento individual; 5) Evolução; 6) Guia de encaminhamento de egresso/nota de alta. Essa composição de documentos visa a servir como ponto de registro da vida do adolescente atendido e de seu processo de internação e de saída da unidade. É importante destacarmos aqui o processo de naturalização de um determinado sujeito, a que o adolescente passa a ser submetido a partir do momento em que se produzem discursos sobre ele. Tomamos a composição desses documentos não como algo estático e natural, mas como ferramentas que passam a configurar os caminhos de vida nos quais o jovem vai habitar no momento em que elas produzem discursos sobre ele (FOUCAULT, 1984).

Todos os seis documentos nomeados acima fazem parte da composição inicial dos prontuários. No processo de internação, o prontuário é responsável por centralizar todos os materiais que se referem ao jovem atendido. A centralização dos documentos

nessa pasta tem como objetivo disponibilizar aos profissionais do serviço uma via de acesso único à descrição documental da vida do sujeito. Em seguida, apresentamos o objetivo e a estrutura de cada um destes seis documentos.

Ficha organizadora

Apresenta o registro dos jovens (número do prontuário), a data de ingresso e o nome da unidade à qual eles foram encaminhados. A cada baixa no hospital, busca-se o prontuário do adolescente através do número que o identifica e que permanece cadastrado nessa ficha organizadora. A ficha organizadora possibilita acessar os discursos que vão sendo produzidos sobre os adolescentes através dos documentos e argumentos profissionais que compõe o prontuário. Destaca-se a forma como a interpretação dos jovens vai sendo constituída através da lente de sujeitos externos ao seu cotidiano, que passam a decifrar e direcionar as vidas dos adolescentes de acordo com seus próprios entendimentos. Nessa lógica, cria-se toda uma historicidade de internações, descolada do jovem, que compõe a vida do adolescente como se cada internação fosse uma sequência da outra, invisibilizando os acontecimentos ocorridos fora da instituição. Acontecimentos esses que são essenciais para compreendermos os contextos em que eles estão inseridos e sobre as possibilidades de vida que se apresentam além da internação.

Cadastro individual

Oferece espaço para a descrição de dados específicos do adolescente. No início do documento, pergunta-se o nome do adolescente, nome do município, ano de nascimento, número de internações anteriores, se o atendimento é por convênio de saúde ou pelo INAMPS¹⁷⁸, qual a unidade que ele foi encaminhado, nome do médico que o atendeu, qual o diagnóstico da CID que ele recebeu e como foi o processo de alta. Na alta, apresentam-se as opções de: curado, melhorado, inalterado, a pedido, administrativa, fuga, para complementar tratamento em ambulatório, por transferência para outro hospital, óbito (-48h) ou óbito (+48h). O final desse documento destina-se a descrever os possíveis destinos da alta. As opções possíveis de serem marcadas são: inexistência de dados, residência não necessitando prosseguimento, hospital dia, PAM (Plano de Assistência Médica), Médico credenciado ou Unidade Sanitária da SES, hospital geral para tratamento não psiquiátrico, Centro Comunitário de Saúde Mental ou Ambulatório de Saúde Mental, pensão protegida ou não recebeu alta.

Fica evidente como os processos de compreensão do sujeito atendido, neste documento, estão descontextualizados da nova política de humanização regida em nosso país (BRASIL, 2004). Há um cadastro realizado em documentos que não mais operam no campo da saúde, fazendo com que o entendimento do processo de alta se limite a serviços com caráter tutelar e não ampliam esse processo de saída do serviço dentro de uma ideia de rede intersetorial, onde estariam integrados serviços de educação, saúde, moradia, transporte, assistência social, entre outros.

Lista de Problemas

O terceiro documento, preenchido após o ingresso do jovem no serviço, é o da *lista de problemas*. Este arquivo apresenta um espaço superior no qual se descreve: nome do paciente, número do prontuário e nome da unidade. Abaixo, encontra-se uma

178 Embora com a criação do Sistema Único de Saúde e substituição do INAMPS, essa diferenciação não seja mais adequada, uma vez que, todos os pacientes que internam no hospital são atendidos pelo SUS, não recebendo mais atendimentos via convênios, ainda existem formulários muito antigos no hospital que mantém essas categorias.

tabela em branco. Esta tabela possui cinco colunas. A primeira coluna numera os problemas (1,2,3,etc.), a segunda solicita que se descreva os problemas atuais e os passados, na terceira deve-se descrever a data de início e, ao lado, a data de fim de cada problema. Na última coluna está um espaço em branco para observações. Neste documento, há uma priorização dos problemas como se estes devessem ser o foco do tratamento. Colocamos aqui a noção de integralidade, prevista nas políticas de saúde (BRASIL, 2004), para propormos que sejam pensadas as condições de vida dos jovens, e suas possibilidades de novas formas de existência, fora de uma lógica do problema. A integralidade sugere que o jovem seja compreendido a partir da integração dos diversos setores que envolvem sua vida, sem ser reduzido a categorias ou problemas. Entendemos que visualizar algo como problema também depende do ponto de vista no qual se interpretam as situações analisadas.

Plano de tratamento individual

O quarto documento tem o nome de *plano de tratamento individual*. Nele, diferentes profissionais realizam a avaliação do adolescente e desenvolvem um parecer sobre ele. A primeira avaliação é realizada pelo psiquiatra, em seguida pelo médico-clínico, o psicólogo, a enfermagem, a avaliação social e do terapeuta ocupacional. Ao final do documento abre-se espaço para a descrição de outras avaliações e tratamentos indicados e, abaixo, um espaço para o resumo do atendimento proposto ao paciente. Um ponto importante nesse arquivo é que, após cada avaliação dos profissionais, há um espaço chamado de *conduta*, no qual se deve descrever o comportamento do jovem, segundo a percepção de cada profissional.

Na abordagem deste documento há um foco de atendimento dentro de uma lógica dos “problemas de conduta”. Nisto, colocamos em questão a forma como a internação ainda permanece dentro de uma perspectiva da produção de corpos dóceis, numa lógica de controle através da conduta (FOUCAULT, 2005). Assim, apontamos a noção de singularidade, presente nas discussões sobre a Política de Humanização (BRASIL, 2004), como algo que deveria orientar os planos de tratamento, visto que cada adolescente tem um processo de vida diferenciado, no qual sua conduta deve ser sempre inserida na complexidade dos contextos e ser apenas mais um dos elementos a ser levado em consideração para uma avaliação integralizada.

Evolução

O penúltimo documento é o da *evolução*. Este documento é utilizado para descrever o cotidiano do jovem dentro da instituição. Nele, apresentam-se duas colunas. Na primeira, solicita-se a data em que se está escrevendo e, na segunda coluna, há um espaço em branco para o relato do profissional que preenche. Este arquivo pode ser preenchido por qualquer profissional envolvido no tratamento. Tem-se, por frequência, neste documento, a descrição do cotidiano do adolescente, sua interação com os outros jovens da unidade, sua inserção e forma de participação nas atividades da instituição, seu comportamento e reação às medicações utilizadas. Não há participação do jovem na descrição de seu processo.

Ao analisarmos os documentos de “evolução” dos 33 prontuários, percebemos que o diagnóstico será a primeira referência do profissional para se relacionar com aquele jovem que acessa a internação. Dessa forma, o que notamos nos relatos deste documento é que o adolescente passa a ser compreendido através da comparação de seu comportamento atual com o descrito anteriormente na avaliação de triagem como, por exemplo, “está menos agressivo” [sic] ou “já respeita mais as regras” [sic]. Nesse sentido, evidenciamos que a internação compulsória passa a construir o jovem doente a

partir do modo como os documentos vão sendo formulados, tendo como principal base os argumentos dos profissionais que se colocam a escrevê-los. Foucault descreve esse processo, a partir de sua discussão sobre a construção das disciplinas do conhecimento, como uma ação dos efeitos discursivos (FOUCAULT, 1984).

Outro ponto importante encontrado nos escritos do documento de “evolução” é que muitos colocam em evidência que o uso de drogas nem sempre é problemático na vida dos jovens internados. Encontramos relatos de profissionais que descreviam ter conversado com o adolescente e ele expôs que “experimentou crack apenas uma vez” [sic] ou “fumou um cigarro de maconha quando tinha 14 anos” [sic]. Ao conversarmos informalmente com uma das profissionais do serviço, ela relata exatamente sobre essa questão informando que, semelhante ao descrito anteriormente, em muitos casos o uso de drogas não é problemático na vida dos adolescentes, mas, como eles advêm de contextos de miséria e de violação de direitos, a internação acaba por funcionar como estratégia para permitir que, durante o período na instituição, eles tenham acesso à comida, higiene, moradia fixa e proteção tutelada, por exemplo.

Guia de encaminhamento de egresso e Nota de alta

O último arquivo é o *guia de encaminhamento de egresso/nota de alta*. Na parte superior desse arquivo, é solicitado descrição do sujeito: nome, idade, sexo, endereço, data da baixa, da alta e número de internações anteriores no hospital. Em seguida, encontram-se dois tópicos: aspectos psicossociais e aspectos médicos. Nos aspectos psicossociais, apresentam-se quatro pontos para serem preenchidos: 1) Síntese da dinâmica das relações familiares e/ou colaterais atuais (situação na família com quem mora, estado civil, relacionamentos, vínculos, quem compareceu durante a internação e nível de participação); 2) Atividades laborativas (trabalhou, inativo, capacitação. Prognóstico em relação ao trabalho); 3) Situação jurídica – previdenciária (tem ou não previdência, tem documentos, recebe benefício, aposentadoria); 4) Recomendações. Outros aspectos relevantes para um entendimento integral do jovem como, por exemplo, sua inserção na escola, em atividades culturais, de lazer, assim como os possíveis ou já existentes projetos de vida, não são levados em consideração nesse documento.

No segundo tópico, intitulado de aspectos médicos, há seis pontos que relatam sobre o percurso do jovem: 1) Motivos da internação; 2) Evolução na internação: registrar (medicação usada, medicação efetiva, doses, reações adversas tempo de resposta ao tratamento, grau de remissão da sintomatologia, socioterapia, participação em atividades socioterápicas, etc); 3) Fatores de risco: (família, aderência ao tratamento, situação socioeconômica, acesso ao tratamento ambulatorial, hospitalismo, benefício da hospitalização, etc.); 4) Intercorrências clínicas (a ser preenchido pelo Médico Clínico da Unidade); 5) Condições da alta; 6) Recomendações – Plano terapêutico. Ao final deste arquivo, existe um espaço em branco para a assinatura do psiquiatra da instituição. Neste documento, evidencia-se que a medicação, suas reações e conseqüências no comportamento do adolescente são foco de atenção.

Nessa parte do prontuário que, a princípio, define aspectos importantes na atenção à saúde desse jovem em longo prazo, as propostas de cuidado que mais se repetem são: “uso de medicação” [sic] e “encaminhamento para serviço de saúde mental” [sic]. Dos 33 prontuários analisados, trinta e dois dos adolescentes obtiveram alta com indicação de medicação (97%), dezenove foram encaminhados para outros serviços de saúde mental CAPS, CAPS-AD, psiquiatras ou psicólogos (62%), oito foram encaminhados para fazendas ou comunidades terapêuticas (26%), quatro indicavam a possibilidade dos adolescentes voltarem a estudar (12%) e dois sugeriram a busca por

curso profissionalizantes (6%). Em relação ao número de internações, percebe-se que, dos 33 jovens, vinte e três (23) estavam entre a primeira e a segunda internação (74%) e oito se encontravam entre a terceira e sexta (26%).

Os prontuários

Dos 33 prontuários analisados, destacamos três pontos que estão presentes em todos os materiais e são importantes para nossa discussão: 1) a ordem judicial; 2) a avaliação psiquiátrica; e 3) as nosografias (número do CID atribuído ao adolescente).

Os documentos da **ordem judicial** funcionam como um mandado do juiz para que seja feita a avaliação médica do adolescente na triagem do Hospital Psiquiátrico. Assim, o juiz elabora esse documento visando à condução do jovem para o serviço de saúde devido a uma suposta, mas não ainda “confirmada”, necessidade de internação hospitalar ou tratamento ambulatorial. As justificativas que embasam o documento apoiam-se na descrição obtida pelo juiz por meio de relato dos profissionais ou de familiares que estavam em contato com o adolescente antes do encaminhamento ao hospital.

De forma geral, as ordens judiciais utilizam-se da descrição e da exaltação do comportamento e da conduta dos adolescentes para embasar suas justificativas de encaminhamento, como, por exemplo: eles criam situações de conflito, não obedecem às regras, não obedecem às determinações médicas e utilizam drogas. Mesmo sendo um pedido de avaliação, a ordem judicial tem uma característica de medida de segurança. Essa medida surge como forma de “segregação de quem expõe a perigo a integridade de seus familiares e compromete a segurança da sociedade” (sic). Para sua efetivação, “se solicita força policial para fiel cumprimento da medida” (sic), assim como “permissão para o Oficial de Justiça/Proteção proceder arrombamento de obstáculos ou requisitar força pública” (sic). As ordens judiciais garantem o encaminhamento do jovem para o serviço.

A internação, em todas as suas modalidades, é uma medida prevista na Lei 10.2016, que deveria ser indicada apenas quando se mostrassem insuficientes os recursos extra-hospitalares (BRASIL, 2001). O que se percebe, na prática, é que ela tem servido para dar conta da falta de serviços de atenção primária ou de promoção de saúde no campo do uso de drogas, como uma estratégia para afastar o “problema” temporariamente ou pela própria dificuldade de o Estado dar conta de outros modos de vida, como, por exemplo, o dos moradores de rua, que possuem outras formas de habitar a cidade (REIS, 2012).

Assim, muitos dos casos chegam ao serviço por via judicial para agilizar o processo de internação e possibilitar uma ação mais eficaz do sistema sobre esses grupos citados acima. No contexto do serviço aqui em questão, antes de terem acesso à unidade de internação, os jovens passam por uma triagem com um psiquiatra. Nessa **avaliação psiquiátrica**, o profissional elabora um documento que descreve sua percepção de cada adolescente. Na análise desse material, evidencia-se que o relato do entendimento é muito sucinto.

Geralmente, o foco da descrição realizada pelo psiquiatra está nas ações e comportamentos do adolescente: uso de drogas, agressividade, agitação, realização de furtos e assaltos, descrição de situações de risco, suposto transtorno de conduta, risco de agressão, exposição moral, delinquência, heteroagressão e riscos para si e terceiros. Além dessas descrições, a avaliação psiquiátrica sempre descreve a necessidade de revisão dos medicamentos e se utiliza das categorias diagnósticas da CID para

classificar a suposta “doença” do adolescente. Na análise dessas classificações, nota-se que as **nosografias** estabelecidas para os adolescentes em questão se situam entre a CID F10 e a F19, que classificam todos os transtornos mentais associados ao uso de drogas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003).

No processo de análise dos materiais, verificamos que a avaliação psiquiátrica é algo mutável. O jovem é inserido no serviço sob a justificativa de, por exemplo, Transtorno Bipolar associado ao uso de drogas e obtém alta do serviço sendo classificado com Transtorno de Conduta associado ao uso de drogas. Nesse sentido, pelo fato de ser realizado em um tempo muito reduzido e embasar-se em uma avaliação superficial, sugere-se que esse diagnóstico inicial é efetuado pelo profissional apenas para que o jovem possa ter acesso ao serviço, sem real implicação desse profissional com a existência ou não daquela nosografia, mas sim por sua preocupação de acolher o adolescente.

Independentemente do objetivo da atribuição do diagnóstico, Aragaki (2006), em seus estudos, discutiu a forma como os diagnósticos psiquiátricos passam a cristalizar os sujeitos, restringindo sua circulação e reduzindo possibilidades de pertença a diferentes espaços sociais no momento em que definem, *a priori*, a existência de determinadas “essências” vinculadas a estereótipos comportamentais. O autor desenvolveu o estudo buscando entender quais seriam os impactos e consequências da pertença à categoria diagnóstica na vida de pessoas classificadas como portadoras de transtornos mentais e constatou que ela reduz as possibilidades de interações sociais e designa ao sujeito determinados lugares de pertença, muitos vinculados a espaços onde ele é considerado excluído ou deve ser submetido a regras específicas.

Na instituição analisada, visibilizamos que é ao receber o diagnóstico que os adolescentes se inserem no serviço para iniciarem o tratamento. É interessante evidenciar, a partir da análise dos prontuários, que, apesar de essas nosografias (números do CID), serem mutáveis, passíveis de transformar-se ao longo do processo de internação, elas passam realmente a afetar o modo como os processos de cuidado serão construídos no serviço. Assim, no momento em que os outros profissionais da equipe entram em contato com o adolescente, como descrito anteriormente, eles se utilizam dos documentos que compõem o prontuário para compreender o jovem. Dentre os diversos documentos, está a avaliação psiquiátrica, que prevê descrições sobre quem seria esse jovem e quais seriam seus comportamentos usuais.

No momento em que esses comportamentos se associam ao uso de substância e a uma categoria diagnóstica, passam a marcar no real algo que *a priori* não existia: uma doença. Só foi possível consolidar essa doença quando o profissional escreveu no documento da triagem que ela existia. Percebe-se, aqui, toda uma produção discursiva que passa a constituir o sujeito adolescente e a interferir no modo como ele é entendido pelos profissionais de saúde e na maneira como eles passam a relacionar-se com o jovem (FOUCAULT, 1984).

Em relação ao número de internações, percebe-se que, dos 33 jovens, 23 (74%) estavam entre a primeira e a segunda internação e oito (26%) se encontravam entre a terceira e sexta. Esses índices de reinternações fazem-nos colocar em suspensão o processo de internação compulsória e sua efetividade no que se propõe a realizar, já que evidencia a falência do processo de cuidado dentro do atual modelo. A compreensão a partir de um viés patologizante desses usuários que advêm de contextos de miséria, produz um acolhimento daqueles que não têm acesso a muitos dos direitos garantidos

em constituição federal, ao mesmo tempo em que os insere em todo um circuito de saúde mental.

O processo de internação compulsório, junto à categoria diagnóstica que o legitima e é atribuída ao adolescente, passa a administrar o cotidiano desses jovens no momento em que os declara como sujeitos que necessitam de um acompanhamento profissional para que possam circular livremente. Aragaki (2006) discute que, apesar de o diagnóstico de transtorno mental limitar espaços de circulação social dos sujeitos categorizados, há uma exceção. Esta é visualizada pela inclusão desses sujeitos em matrizes de especialidades da área de saúde mental, ou seja, por meio da obtenção do diagnóstico, o sujeito passa a participar de toda uma gama de serviços que estão ali colocados para atender o portador de transtornos mentais.

Assim, ao aproximarmos-nos do contexto de adolescentes internados por medida compulsória, percebemos que a internação tem efeito significativo para tornar produtiva a existência desses jovens. Produtiva porque faz operar toda uma rede de serviços, profissionais e insumos, por meio de mecanismos de investimento na vida desses jovens que os inserem na rede de saúde mental e de assistência social. Esses mecanismos passam a produzir determinados modos neoliberais de circulação social que vinculam o jovem a processos de movimentação econômica.

Questões finais

Os estudos sobre o processo e as configurações da internação compulsória de adolescentes usuários de droga já haviam apontado discussões sobre a forma como as práticas de cuidado e de direito a saúde tornam-se controversas e funcionam através de diversas ambiguidades. Scisleski e Maraschin (2008) discutem sob a perspectiva de pensar a ordem judicial como uma forma, tanto de fazer com que o sujeito tenha acesso aos serviços de saúde, como uma estratégia de punição desses adolescentes. Essa punição, viria articulada de toda uma tecnologia de saberes médicos e jurídicos a serviço de legitimar e constituir intervenções que, de certa forma, mantêm o jovem na sua condição de marginalidade social.

Através dessa pesquisa, nota-se que o processo de internação dos adolescentes está constituído por todo um engendramento de discursos, não apenas médicos e jurídicos, mas de todos os profissionais e sujeitos que compõe os contextos e serviços pelos quais o jovem obteve contato. A família, os saberes da psicologia, da psiquiatria, do serviço social, dos abrigos e da escola unem-se na produção desse adolescente. Todos participam da constituição dos discursos sobre esse adolescente. Um trabalho especializado realizado em equipe, na qual o próprio jovem em questão não tem participação. No momento em que esse jovem não participa da construção do seu próprio entendimento e das etapas do seu processo de cuidado, percebe-se uma invisibilização de toda a complexidade social na qual ele está inserido.

Ao olharmos para as condições em que emergem esses adolescentes, percebe-se que há toda uma negligência de direitos humanos básicos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e enfatizados no documento *Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil* (BRASIL, 2005), os quais deveriam amparar e proteger esses jovens. Negligência de cuidados e de acesso aos serviços de saúde que continuam atuando no momento em que esse adolescente se insere na internação, vindo de toda essa complexidade social, e tem sua situação diagnosticada e reduzida a uma categoria de transtorno mental.

No documento do Ministério da Saúde de 2005 já se discutia sobre como adolescentes e crianças ao longo dos processos históricos no Brasil tiveram suas vidas silenciadas no momento em que foram diagnosticados como portadores de transtornos mentais. Ao receberem esse rótulo foram colocados sob a rubrica de deficientes e, portanto, em situação de indiferença das políticas de cuidado, das estratégias de governo frente à omissão do Estado. Ao analisarmos o processo de inserção dos adolescentes no serviço de saúde mental aqui estudado, evidenciamos que a estratégia de patologização da juventude pobre continua funcionando como uma política de “apagar incêndios”, que se utiliza de patologias individualizantes para justificar a condição de vulnerabilidade em que eles se encontram (SCISLESKI E MARASCHIN, 2008).

Através da análise da avaliação psiquiátrica se percebe que, no caso dos adolescentes usuários de droga, os saberes *psi* operam como ferramentas argumentativas que auxiliam na construção do sujeito “doente”. Além disso, no processo de legitimação da internação compulsória o saber do especialista funciona como ferramenta para se produzir previsibilidades artificiais:

Narrou a psicóloga que o adolescente é portador de psicopatia e relatou o uso de maconha e cocaína, um conjunto de elementos que o tornam um perigo para si e para a sociedade, merecendo uma ação imediata no sentido de proporcionar-lhe tratamento. O relatório indica como medida adequada o encaminhamento para a FASE. Porém, a FASE não é uma entidade de tratamento, destinando-se ao acolhimento de menores infratores; ainda que tenham sido relatados pela médica a participação do adolescente em atos infracionais, não se tem notícia de expediente dessa natureza contra o adolescente (SIC, grifos dos autores).

A partir do fragmento acima, retirado de uma das ordens judiciais, percebe-se uma racionalidade construída em torno do elo droga, segurança e pobreza. O jovem ainda não cometeu atos infracionais legítimos, mas o discurso da psicologia afirma, a partir do “conjunto de elementos” (sic) que ela estabelece como importante, que esse jovem apresenta “um perigo para si e para a sociedade” (sic). Dentro da sua análise da situação, ela parte do princípio que, pelos elementos (sic) - uso de drogas, falta de recursos e supostas infrações - o jovem deveria sofrer intervenções “imediatas” (sic) como forma de proteger a sociedade. Assim, o saber da psicologia, e o próprio processo de internação compulsória, se oferecem como ferramentas para serem utilizadas nas estratégias de segurança. Essa ideia fica visível neste fragmento de outra ordem judicial: “Foi declinada pelo autor a desnecessidade de perícia psiquiátrica em razão da robusta conclusão do laudo psicológico. A Juíza disse cumpra-se a determinação para fins de efetivação da internação” (sic).

Em relação ao uso de drogas, é importante situarmos que as atuais políticas, no Brasil, nessa esfera, atuam em uma perspectiva antidrogas. Em 2005, o Conselho Nacional Antidrogas realinhou as diretrizes até então vigentes (BRASIL, 2005a). Em seu primeiro pressuposto, a política visa “buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”. Assim, o uso de drogas, especialmente as ilícitas, permanece como alvo de medidas punitivas, repressoras e de controle, que buscam como ideal social a perspectiva da abstinência.

Nesse sentido, aos produzirmos práticas de cuidado de crianças e adolescentes usuárias de drogas, em um país que criminaliza o uso, fica entendível o elo drogas, segurança e pobreza. Pobreza aqui pensada como uma categoria que, devido aos seus

poucos recursos, tem o uso de drogas como um campo sedutor que muitas vezes promete, especialmente pelo tráfico, o acesso a coisas que por outra via o adolescente não obterá (SCISLESKI E MARASCHIN, 2008). Segundo Brito, Ayres e Amen (2006), produzem-se categorias discrepantes que se atravessam como ruídos e interferem nas ações em saúde. Quando se fala em pobreza, a categoria “juventude em perigo” confunde-se com a categoria de “juventude perigosa” produzindo nos profissionais sentimentos contraditórios e, assim, abrindo possibilidades para intervenções produtoras de discriminação, punição e de manutenção das vulnerabilidades sociais.

Perguntamos-nos se a intervenção no campo das drogas funciona de forma homogênea para todos os grupos sociais. Os usuários de drogas que trabalham e estão inseridos em uma lógica da produtividade e do consumo teriam o mesmo método de intervenção do que aqueles adolescentes que são usuários de drogas e vivem em situação de rua, desemprego e miséria? Outras pesquisas deveriam ser realizadas para discutir essas questões, mas, no que se refere aos adolescentes desse estudo, percebe-se um distanciamento do cuidado proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que propõe a proteção dos sujeitos de forma integral, as práticas possibilita aos profissionais através das ferramentas que o Estado disponibiliza em termos de serviços e modos de operar esses serviços (BRASIL, 1990).

Os adolescente chegam à unidade do serviço advindo de um contexto de miséria. Após o “tratamento”¹⁷⁹, eles saem do serviço na mesma condição de miséria, tendo apenas a medicação, os serviços de saúde mental e as comunidades terapêuticas como seus próximos percursos e projetos de vida. O processo de internação compulsória, junto à categoria diagnóstica que o legitima e é atribuída ao adolescente, passa a administrar o cotidiano desses jovens no momento em que os declara como sujeitos que necessitariam de um acompanhamento profissional para que possam circular livremente, devido a uma suposta “doença” que estaria presente em seus corpos.

Assim, ao usarmos a Política de Humanização (BRASIL, 2004:7) nessa pesquisa como condutora do nosso pensamento, partimos do princípio de que *a saúde é direito de todos e dever do estado*. Esse conceito de saúde não se refere à ausência de doença, mas sim, ao acesso a uma vida de qualidade. Dentro dessa perspectiva, acreditamos que toda ação em saúde, especialmente no que se refere a crianças e adolescentes, deve vir pautada pelo acesso às políticas públicas de educação, cultura, esporte, alimentação, transporte, moradia e todas as outras ações sociais previstas pela noção de direitos humanos que embasa nossa constituição (BRASIL, 1988).

A utilização da medida judicial como forma de acessar aos serviços evidencia, não apenas uma escassa rede de cuidados em saúde mental dirigida aos jovens usuários de drogas, mas também a fragilidade da rede pública de forma geral que deveria dar conta do acesso a outras formas de obtenção de saúde. Todas essas questões evidenciam as profundas desigualdades socioeconômicas que ainda caracterizam o contexto social brasileiro (BRASIL, 2004). Além desses apontamentos, constatamos que a burocratização do atendimento em saúde de adolescentes usuários de droga fica evidente através dos mais de seis documentos presentes no “kit” de internação que, em sua maioria, são encontrados nos prontuários incompletos, rasurados, com informações superficiais e ilegíveis. É importante destacar que o atendimento na instituição analisada permanece funcionando através de documentos impressos, não há programas de

¹⁷⁹ Mantemos a palavra tratamento entre aspas para enfatizarmos nossas indagações sobre: Tratamento do que? Para quem? Com qual objetivo? Sob qual ponto de vista?

computador que funcionem em rede integrada a outros serviços de saúde. Muitos dos documentos ainda são escritos em máquinas de datilografar ou preenchidos a caneta. Há uma negligência e omissão do Estado frente à condição precária do serviço, o que sobrecarrega os profissionais e se reflete no atendimento aos usuários.

Durante os três anos de internação analisados, constatamos que, dos 4329 sujeitos internados, 20% correspondiam a crianças e adolescentes. Esse índice significativo evidencia a importância dos estudos que problematizem essa temática. Além disso, a relação entre justiça e saúde se torna um campo farto para pensarmos as produções em saúde e como essa relação acaba por evidenciar aspectos ainda presentes no contexto brasileiro e nas práticas de cuidado no âmbito do SUS. Por fim, propomos que as políticas em torno dos usuários de drogas pensem nesse sujeito contextualizando sua vida e situação social (BRASIL, 2004). Além disso, artifícios como, por exemplo, dentro de uma lógica da Redução de Danos, já oficializada como uma prática nacional possível (BRASIL, 2003), devem ser pensados como propostas de cuidado além do absenteísmo. Se o consumo de substâncias químicas se torna para o sujeito algo inadmissível é preciso que ele reconheça os serviços de saúde como possíveis aliados na produção do seu cuidado.

Referências Bibliográficas

ARAGAKI, S. S. O aprisionamento de selves em diagnósticos psiquiátricos. **Tese de Doutorado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, SP. 2006. Disponível em:

<http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2895> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BENTES, A. L. Tudo como Dantes no Quartel de A'brantes: um Estudo das Internações Psiquiátricas de Crianças e Adolescentes através de Encaminhamento Judicial. **Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva/FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Brasília: DF, 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm> Acesso em 08 de nov. de 2013.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde. **HUMANIZA SUS**. Caderno de textos. Cartilhas da Política Nacional de Humanização. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_textos_cartilhas_politica_humanizacao.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil/Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Brasília - Editora do Ministério da Saúde, 2005.

Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caminhos_politica_saude_mental_infanto_juvenil.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Resolução nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. **Aprova a Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: 2005a. Disponível em:
<<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/legislacao/326979.pdf>> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, DF, 2003. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2014.

BRITO, L; AYRES, L; AMEN, M. A escuta de crianças no sistema de justiça. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dez. 2006.

CARVALHO, S. A política da guerra às drogas na América Latina: entre o direito penal do inimigo e o estado de exceção permanente. **Panóptica**, 11, 2007. p. 164-177.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Agência CNJ de Notícias. **Estatísticas podem ajudar a reduzir demandas judiciais de saúde**. Brasília, 2011. Disponível em:
<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/17458-estatisticas-podem-ajudar-a-diminuir-demandas-judiciais-na-area-da-saude>> Acesso em 16 de agosto de 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 2005.

GUARESCHI, N. M. F; ECKER, D. D; SOUZA, F. M; GALARCA, L. G. **Saúde Mental e Justiça: Internação, Tratamento e Alta de Adolescentes Usuários de Drogas**. (In): SCISLESKI, A; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.), (no prelo). Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: da Psicologia as Políticas Públicas. 1ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LARA, L. O paradoxo das políticas públicas: entre o sujeito de direitos e o homo economicus. **Projeto de Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde**. 9ª ed. São Paulo: Ed. da EDUSP. 2003.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. SAÚDE. Políticas em Saúde. **Saúde Mental**. Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?reg=1&p_secao=686> Acesso em 16 de agosto de 2014.

REIS, C. dos. **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade. A naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória**. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional. 2012

SCISLESKI, A; MARASCHIN, C. Internação Psiquiátrica e Ordem Judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. **Psicologia em Estudo** Maringá, v.13, n.3, p.457-465, jul/set. 2008.

SCISLESKI, A. **Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei. Tese de doutorado.** Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

SCISLESKI, A; GUARESCHI, N. Pensando o governo: produzindo políticas de vida e de extermínio. **Athenea digital**, 11 (2), pp. 85-99. 2011.

SCISLESKI, A. C. C; REIS, C. dos; HADLER, O; WEIGERT, M. A. B. E; GUARESCHI, N. M. de F. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (UFRJ. 2003), v. 64, p. 19-34, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v64n3/v64n3a03.pdf>> Acessado em 16 de agosto de 2014.

WACQUANT, L. **Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity.** Durham: Duke University Press. 2009.

ZERO HORA. Caderno Geral. (30 de junho de 2009). Reportagem: Guerra ao crack – Um talk show para mobilizar o Estado. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, RS. pp. 33. 2009.

DOS ESPAÇOS DE IDENTIDADE AOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE - Mário Pires Simão

Observatório de Favelas do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar movimentos de visibilidade de jovens de origem popular, residentes em favelas cariocas a partir do seu espaço vivido. Parte-se da argumentação que estes têm construído estratégias para enfrentar a invisibilidade política, corpórea e conceitual que historicamente condicionam suas vidas. Discutimos as consequências do ordenamento moderno para a noção de juventude. Há uma cronobiologia que sustenta a construção de tipologias com o objetivo de homogeneizar estes sujeitos. Contudo, a juventude é uma categoria em disputa política. Assinala-se a invisibilidade de jovens oriundos de determinadas favelas da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se que existem diferentes modos de ser e estar jovem e, especialmente, estes jovens têm suas vidas marcadas pela desigualdade e pela distinção territorial de direitos. Em busca da visibilidade destes sujeitos, construímos uma análise sobre estes no espaço da vida, reunindo informações sobre trajetórias de vida e práticas culturais, a partir de entrevistas e grupos focais com jovens situados entre 15 e 29 anos, moradores de favelas cariocas. Ao final apontamos alguns movimentos de visibilização destes jovens, tais como: as novas representações estéticas que fazem de si e do espaço da favela em que vivem e as estratégias de comunicação e de construção de redes a partir das ferramentas da tecnologia digital

PALAVRAS-CHAVE: juventude, espaço, diferença, espaços populares.

ABSTRACT: This paper identifies visibility movements among youths of popular origins that reside in Rio de Janeiro's favelas. The primary argument is that these youths have developed strategies to confront the political, physical and conceptual invisibility that has historically conditioned their lives. We discussed the consequences of the modern-day for the notion of youth. There is a kind of chronobiology sustains the construction of typologies, in order to homogenize youth, surrounding the conceptual integrity of the term "youth". However, youth is understood as a politically disputed category. This thesis points to the invisibility of certain young favela residents in the city of Rio de Janeiro, highlighting that there are different ways of being, and living young – and that the lives of these youths in particular has been marked by inequality and differentiated territorial rights. As part of our search for the visibility of these individuals, this paper analyses them in the spaces within which they live. Collecting information of their life trajectories and cultural practices, through interviews and focus groups with youths aged 15 to 29 that reside in Rio's favelas. Finally, this paper highlights several visibility movements among these young people. These include: novel aesthetic representations of themselves and the space – the favela – within which they live and digital and technological communication and networking strategies.

KEYWORDS: young people, space, difference, popular spaces.

Introdução

Os jovens nos atraem, nos seduzem e nos mobilizam. Das teorias científicas modernas às práticas de sociabilidade cotidianas, os jovens são cercados de cuidados e de muito interesse. Em tempos de debate intenso sobre a ação

política e a despeito dos mais variados juízos sobre esta ação, os jovens são atores recorrentes no processo intenso de questionamento da ordem. Carregam bandeiras de luta, lideram movimentos de enfrentamento, transformam seus próprios corpos em instrumento de ação e comunicação e são portadores não simplesmente de questões, mas também de respostas, propostas e perspectivas.

Neste ensaio fomos buscar estratégias de visibilidade de jovens de origem popular que subvertem espaços e representações convencionais e dão emergência a novos sujeitos políticos na cena urbana. Em outras palavras, embora o jovem seja objeto de intenso processo de decifração, apareça como um tema altamente relevante e, geralmente, seja traduzido por traços identitários definidos e largamente difundidos, os jovens fogem à regra e, para sermos mais precisos, muitos jovens fogem às regras. Assim, as identidades esperadas são frustradas.

Mas nem por isso os jovens saem de cena, pelo contrário, a ocupam regularmente. Estão nas ruas, na imprensa, nos estudos, no imaginário coletivo. Esta visibilidade é, para nós, atravessada pela espacialidade, isto é, advém da relação intrínseca entre sujeitos e o espaço social que constroem. Os espaços de visibilidade são espaços da demarcação da diferença.

O caminho que vamos percorrer salientará a visibilidade de uma categoria social conhecida como juventude numa condição estabelecida pelo ordenamento espaço-temporal da vida. Contudo, há uma visibilidade atravessada por constrangimento, vigilância e espaços de identidades fixas, estendidas a todos os jovens. Em outras palavras, uma visibilidade que tende a gerar assujeitamento às regras sociais e, conseqüentemente, invisibilidade.¹⁸⁰

Com isso não queremos condenar a categoria e dizer que não se presta como uma ferramenta de análise da realidade. As categorias contribuem para um olhar fenomênico e, como tal, para a diversidade de elementos que constituem os objetos. Mas entendemos que esta visibilidade, embora reconheça e difunda esquemas modulares para traduzir os jovens de hoje, está assentada numa representação hegemônica de juventude. Assim, a tradução quase que genérica de juventude está organizada a partir dos seguintes elementos: o recorte etário, o comportamento social, os processos de desenvolvimento físico e biológico do corpo e os recortes com base na trama cultural em que estão inseridos. Mesmo que estas sejam legítimas tentativas de ordenamento da diversidade, temos nos deparado com trajetórias que efetivamente rompem com as tipologias e espaços prescritos aos jovens. Portanto, é fundamental extrapolar esta perspectiva de construção de tipologias de juventude, porque estas deixam escapar muitas experiências.

Neste sentido, as semelhanças e os espaços de identificação dos jovens não têm colaborado para dar visibilidade a uma vivência plural, basta que vejamos as políticas de empregabilidade direcionada para adolescentes e jovens oriundos de famílias mais vulneráveis. Para estes, o recorte etário não unifica o que é ser jovem. De outro modo também, como entender a noção de maturidade/imaturidade contida

¹⁸⁰Frederic Jameson (1994), utilizando-se principalmente da obra de Foucault, especialmente a *Microfísica do Poder* de 1979, destaca a visibilidade moderna sob o domínio da lógica capitalista, que perpassa todas as relações sociais, tende a des-historicizar a sociedade pelo poder do individualismo moderno centrado no consumo e na competição. Seria esta visibilidade uma pseudo-visibilidade, posto que afeta os sujeitos em suas condições objetivas e subjetivas, não favorecendo a sua visibilidade enquanto sujeito político.

na perspectiva da transitoriedade da experiência jovem, considerando trajetórias e possibilidades de acúmulo de capital social e cultural tão distintos entre os jovens brasileiros? Isso nos leva a defender a visibilidade a partir da diferença, do direito de diferir-se, o que em linhas gerais pode ser entendido como uma estratégia de afirmação de direitos, sobretudo para uma juventude como a que convivemos, atravessada por um discurso ético e estético majoritariamente negativo e condenatório.

Com base em nossa experiência de trabalho com jovens de origem popular, oriundos de diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro, nos deparamos com os relatos sobre suas vivências numa cidade produtora de desigualdades e distâncias sociais. Todavia, existem jovens em diferentes territórios populares construindo percursos de reconhecimento de si e de seus pares, através de estratégias territorializadas e mediadas por ferramentas de comunicação contemporâneas. Então, na mesma cidade das disparidades e da fragmentação, novos encontros dão relevo a diferenças que não devem ser apagadas.

Portanto, reunir duas categorias, juventude e cidade, nos mobiliza profundamente. A cidade é o espaço da multiplicidade. Nela se manifestam, se confrontam e se reconhecem diferentes juventudes. Ao mesmo tempo, é também nela que se pode anular, apagar ou invisibilizar tantos modos distintos de ser e de fazer juventude, algo que talvez as tipologias usuais não consigam captar.

Acompanhamos, desse modo, a filosofia da espacialidade de Doreen Massey, em seu compromisso de defender o espaço do seguinte modo: i. como produto de inter-relações; ii. como esfera da possibilidade de existência da multiplicidade e iii. como um processo de devir.¹⁸¹ Desta construção, advém nosso percurso de reconhecimento das estratégias desenvolvidas por jovens de origem popular para se fazer mais visíveis e sujeitos de sua própria vida. É no espaço que esta multiplicidade de experiências acontece, que o movimento permanente de conhecer, desconhecer e reconhecer se manifesta e que as diferenças se defrontam.

Percorremos este caminho durante a tese que defendemos, em dezembro de 2009, no Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. E agora, neste artigo, recuperamos os sujeitos concretos que pesquisamos durante o processo de construção da pesquisa, jovens residentes em seis espaços populares da cidade do Rio de Janeiro que compunham o público de projetos desenvolvidos por duas organizações da sociedade civil que atuam em favelas e outros espaços populares urbanos.

Finalmente, a partir destas trajetórias, queremos apontar novas cartografias tecidas por sujeitos que emergem como atores políticos importantes na cena urbana carioca, ainda que estas cartografias estejam tramadas no contexto de uma cidade marcada pela desigualdade e pela aniquilação da diferença.

Dos espaços da identidade

(...) a juventude nasce na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo

¹⁸¹ In MASSEY, 2004.

produtivo (e a permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil. (ABRAMO, 2008, p.41)

Este fragmento do texto da autora situa as bases de sustentação desta categoria juventude. Bourdieu (1983), questionado sobre a juventude, alerta que as fronteiras de idade são objeto de disputas em todas as sociedades. Com base na descrição de Abramo, é indispensável registrar que juventude é uma construção sociocultural e, como tal, está atravessada por uma teia de saberes e poderes que lhe sustentam como categoria social.

A juventude carrega as marcas e os valores de uma sociedade. Este espaço de identidade jovem que prevalece hoje é uma elaboração da sociedade moderna ocidental e, como tal, expressa os elementos centrais do ordenamento moderno que delimita a vida individual e coletiva.

Dois elementos nos parecem ser fundantes deste ordenamento moderno. O primeiro deles é que a era moderna assiste a uma consolidação do pensamento científico como paradigma dominante. Conforme nos aponta Santos (2003), em discurso proferido na Universidade de Coimbra em 1985/86, referindo-se a ciência moderna

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. (SANTOS, 2003, p.21)

Em outras palavras, o autor salienta como as construções da ciência vão se estabelecendo como a verdade absoluta sobre as coisas, remetendo as elaborações que lhe antecedem ao lugar do ultrapassado e consolidando um modo de pensar e de agir que rompem com estruturas anteriores do período da Renascença e dos tempos antigos, embora tenha se alimentado de alguns de seus postulados, uma ruptura que também extrapolará as clássicas fronteiras geográficas e culturais que antes dividiam as sociedades humanas.

Simultaneamente ao império da ciência em busca da objetividade do mundo, temos a construção de uma consciência moderna do homem, tornado sujeito racional a partir da filosofia kantiana. Este sujeito universal é o sujeito do conhecimento, que existe para ser descortinado e dominado.

Ambos tornam-se representações valiosas para o ordenamento da vida e a construção de uma esfera social moderna, como assinala Arendt (2009, p. 55). A autora descreve o caráter monolítico de toda sociedade, onde a conformação e a opinião única em nome da construção de uma unicidade prevalecem. Similarmente, em *Microfísica do Poder*, Foucault assinala a constituição do biopoder, como forma de disciplinarização dos corpos (1984, p. 20). Nas escolas, nas fábricas, nos hospitais, cada vez mais se visibiliza o sujeito ao olhar do outro, seja este outro um técnico – o professor, o médico – ou o outro esteja no mesmo patamar. Jovens indisciplinados, por exemplo, são progressivamente objeto de intervenção nas instituições de ensino. Suas dissonâncias com a escola são facilmente visibilizadas pelas regras estabelecidas no contexto escolar. Na produção das ciências não seria diferente. Os sujeitos se transformam em

população, os jovens em juventude, o espaço plural em espaço métrico e fragmentado.

De outro modo também, a fragmentação do ser pelos estudos das ciências, que criará pólos como sujeito-objeto e indivíduo-sociedade não vão colaborar para uma leitura mais dinâmica sobre as possíveis identidades humanas. Com isso também se reduz o sentido da diferença, restringindo-a a diferença entre as partes. Moreira (1999), em ensaio crítico sobre a dialética e a diferença na Geografia, coloca em evidência a diluição do espaço pela identidade e destaca que o discurso das ciências seguiu, a partir da filosofia moderna, o caminho da busca da unidade da identidade em detrimento da reflexão da diferença como marca inexorável da existência do ser. Esta empreitada científica de conceitos construídos em nome de uma objetividade, da unidade do real, é alicerce para categorias socialmente integradoras e homogêneas, como é o caso da juventude.

O principal suporte conceitual de juventude é a representação biocronológica da vida, ou seja, uma elaboração da organização da vida em ciclos, em que cada etapa da vida supõe uma estrutura biopsíquica e uma expectativa social sobre os sujeitos individuais e coletivos. Identifica-se uma concepção teleológica do tempo da juventude. Os jovens estariam sempre em trânsito, na espreita do futuro. Uma consequência disto é a tentativa do controle do seu tempo e do seu modo de agir e pensar. De certa maneira, o que se identifica também se pode controlar.

Apesar de descrições que podem ser antagônicas – o jovem como uma ameaça e o jovem como potencial - a tentativa de delimitar fronteiras, limites e caracterizações específicas dos jovens, derivando uma identidade do que seria jovem, é uma forma de estabelecer espaços prescritos para estes.

Estas estruturas conceituais e os saberes que a sustentam constituem-se, desse modo, como que mecanismos reguladores da vida social. São construções simbólicas que, progressivamente, se veem assimiladas e reproduzidas e também por aquilo que chamaremos de instituídos corpóreos, redundantemente “incorporados” aos sujeitos como parte essencial de sua constituição. Trata-se de um corpo que passa a consubstanciar uma forma construída e legitimada socialmente.

Não é um acaso que o espaço na modernidade seja representado como algo ‘naturalizado’, como um atributo objetivo das coisas (HARVEY, 1988). É o espaço receptáculo, um recipiente a ser preenchido. Esta compreensão encontrou na mecânica universal dos corpos de Newton condições para sua reprodução. (SMITH, 1988). Contudo, este espaço naturalizado que Harvey destaca (1988, p. 188), fracionado pelos estudos científicos sustentados pelos métodos das ciências naturais, deixa escapar sua dimensão social. A fragmentação esvazia a dimensão da totalidade do espaço em nome de estruturas conceituais parcelares. A exemplo, os padrões de identificação dos jovens a partir desta consciência de juventude, transformam-se em estruturas que uniformizam momentos e trajetórias muito particulares. Quando todos viram um é praticamente o mesmo que ser nenhum. Daí o jogo da visibilidade e da invisibilidade que requeremos há pouco. Enquanto as identidades dão visibilidade a um corpo, podem também invisibilizá-lo. De modo semelhante, o espaço traduzido por uma lógica matemática pode ser também lugar da invisibilidade de práticas, representações e formas.

É diante desta crítica e de uma disputa conceitual inerente à racionalidade científica que vemos como indispensável pensar a partir de outro lugar e descobrir que existem novas centralidades na formação dos sujeitos que subvertem conceitos e categorias consagradas.

Certamente o espaço que norteia este trabalho não é um container de objetos, populações, ideias e ações. O espaço é uma construção cultural e, inexoravelmente, só pode ser entendido como mediação, em sua estrutura relacional. Nele, sujeitos sociais se tornam visíveis. Ele é produto e produtor. É suporte das relações econômicas, culturais e políticas e, com base no movimento dialético que nos aponta Lefebvre (2000, p.50) é, por excelência, um espaço diferencial.

Se com o espaço diferencial de Lefebvre nos defrontamos com as disparidades, também somos impulsionados a romper com as dicotomias entre sujeito e objeto e reconhecer como as relações sociais são espacialmente manifestadas, isto é, a homogeneização do espaço caminhou paralelamente à uniformização dos comportamentos e a consolidação de modelos generalistas. Mas estas estruturas conceituais que uniformizam fenômenos diversos nos auxiliam a uma leitura mais contemporânea das trajetórias de jovens? Ou os espaços de identidade invisibilizam determinadas diferenças, invisibilizam sujeitos de direitos na cidade?

No âmbito da nossa pesquisa, buscamos trazer sujeitos concretos e suas práticas cotidianas, tentando escapar das estruturas genéricas que facilmente traduziriam o grupo apenas como jovens de favelas. Ser jovem de favelas ou outros espaços populares pode soar simplesmente como uma localização básica dos sujeitos a que nos referimos. O que diferencia este jovem de outro é seu endereço, mas ainda assim as questões da condição juvenil permanecem, ou melhor, salvo o reconhecimento das condições de estar desiguais, a experiência jovem é tratada de modo convencional.

Para nós, impõe-se o desafio de pensar a vida destes jovens atravessadas por duas dimensões socialmente comparadas, porém distintas, ou seja, a desigualdade e a diferença.

Regina Novaes (2006, p. 106)¹⁸² descreve que entre os jovens brasileiros, atualmente, a desigualdade evidenciada pela classe social é nítida. Uma breve abordagem sobre a condição juvenil no Brasil aponta realidades suficientemente desiguais a partir da origem, da classe social, da condição de gênero, do local de moradia, entre outros, sobre os jovens brasileiros.

Embora a realidade da desigualdade não se restrinja aos jovens e também não se localiza apenas nas favelas, cabe reconhecer que estes territórios e seus moradores vivem condições restritas em termos de acesso a direitos. A experiência de ser jovem de origem popular nos grandes centros urbanos é condicionada por um tecido urbano esgarçado e completamente desigual em termos de oportunidades e possibilidades. Morar em favelas, conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e outros espaços populares urbanos é conviver com restrições impostas por uma distribuição irregular de equipamentos e serviços.

¹⁸² ALMEIDA & EUGÊNIO, 2006

No entanto, além destas distâncias físicas, convive-se também com uma cidade cada vez mais fragmentada e hierarquizada. Os modelos de vida e, conseqüentemente, de juventude estão referenciados em determinados grupos sociais em detrimento de outros. Existem padrões culturais, estéticos e morais a serem seguidos. Escapar a estes padrões não é difícil e, muito menos, aceito. A distinção e a desigualdade territoriais operam conjuntamente na redução do tempo e do espaço de milhares de jovens de origem popular.

Contudo, esta distinção extrapola a dimensão física. Ela tem um caráter simbólico. Sobre os jovens de origem popular há um universo de narrativas, imagens, discursos, representações ativadas que se sustentam numa condenação da estética desta juventude. O resultado desta equação que reúne objetividade e subjetividade é a construção de traduções generalistas, simplórias, muitas vezes distorcidas, que tentam reforçar a noção de um jovem descompromissado com o futuro, envolvido com práticas socioculturais negativas e em permanente processo de colisão com a estrutura social. Especialmente sobre estes jovens a representação da ameaça e do perigo é permanente e tende a estigmatizá-los. A experiência de ser jovem negro, pobre, morador de favela, de circular em espaços geralmente precarizados, impõe a este sujeito uma condição subalternizada e desumana. Ao homogeneizar uma experiência tão diversa a partir de uma estética perversa e de identidades previsíveis, atuamos num processo de invisibilização.

O controle sobre seus movimentos e sobre seu tempo é a tônica de parcela significativa das políticas e proposições a eles dirigidas, uma vez que são consideradas estratégicas para evitar o envolvimento em atividades indesejadas, sobretudo as ilícitas. Há um cerceamento de suas práticas e de possibilidades de vivenciar o espaço de modo livre e autônomo.

Entretanto, as muitas trajetórias com que deparamos narram memórias e presenças a contrapelo destas narrativas hegemônicas. O desabafo de uma das jovens entrevistadas em relação a uma possível necessidade de permanecer na Rocinha é emblemático: *“Eu sou mais do que o lugar. Moro na Rocinha. E daí? Sou mais o quê além disso?”* O seu questionamento nos parece uma tentativa de distinguir-se. Soa como um posicionamento político frente às clássicas representações que insistem em traduzir a favela e seus moradores pelo singular.

As entrevistas e diálogos travados nos grupos focais revelam esta heterogeneidade. Os jovens frequentam diferentes circuitos, estabelecem redes de sociabilidades variadas. Concordamos com Barbosa quando aponta que a juventude além de desigual é fruto da diferença (2013). Segundo o autor,

Estamos diante de modos de viver; dos hábitos, dos costumes, das construções culturais, das preferências sexuais, das suas estratégias identitárias e das relações de pertencimento, que fazem do jovem uma experiência indivisível do Ser na Polis. (BARBOSA, 2013, p. 2)

No entanto, o reconhecimento da diferença tem ficado restrito ao universo cultural, quando não capitulado pela visão negativa, aquela que se projeta através da distinção e da construção de ideias e sujeitos marginais. Por outro lado, também a diferença tem sido pensada como forma de opor, numa perspectiva maniqueísta, o lado bom e o lado ruim das coisas ou o lado natural e o lado artificial delas. Assim, as identidades sociais são pensadas como numa relação de oposição, sendo assim temos o que de fato as coisas são e o que não se encaixa nisso é o outro.

Como processo e produto, a enunciação da diferença, processada em uma sociedade marcada por contradições e assimetrias como a nossa, opera sob tensão. As diferenças podem ser construídas negativamente, criando culturas de marginalização, ou podem ser traduzidas apenas pela lógica da diversidade, que embora enriquecedora e positiva, podem diluir a dialética das múltiplas significações que caracterizam os objetos. Um bom exemplo podemos extrair do relato de uma jovem do conjunto de favelas do Alemão que descreve experiência vivida no lançamento de um livro em Copacabana como algo “surreal”. Em outras palavras, é como se sentisse incapaz de acessar tais espaços ou surpresa com sua possibilidade de vivenciar esta experiência. Ela não domina os códigos de acesso a estes ambientes, o que gera certo estranhamento. Se isso fosse algo do seu cotidiano, talvez pudesse sentir-se segura, circulando num espaço ao qual pertence também. Há um universo de interditos que manifestam constrangimento, medo, sentimento de incapacidade que limitam a mobilidade dos jovens. Neste caso, as diferenças são percebidas a partir da ótica da desigualdade. As diferenças se pautam numa hierarquização da vida.

Efetivamente trabalhamos com a ideia de que a diferença produz a diferença, conforme nos apontou Pierucci, “ela provoca, no campo das relações de representação, a emergência de novas diferenças”. Em outras palavras há um movimento de diferir-se. O autor, sendo mais preciso, destaca

(...) quando os diferentes querem se apresentar e, importante isto, se representar com toda a sua diferença, quando eles tomam ‘para si’ sua diferença e nela se reconhecem como benevolência e auto-estima, desencadeia-se um processo que é ao mesmo tempo discursivo e material de afirmação de outras diferenças culturais já compartilhadas por indeterminado número de indivíduos, mas que eram, até então, socialmente invisíveis em seu valor (real ou imaginário) e inconcebíveis em sua legitimidade (social ou política). (PIERUCCI, 1999, p. 120)

Este movimento de diferir-se é uma busca pelo reconhecimento. Mas a questão não é uma essência. A diferença não é natural e por isso legítima. A diferença é uma produção espacializada. Diferença e identidade coabitam o espaço humano. Uma não se contrapõe ou dissolve a outra. Reivindicamos a diferença como dimensão central para o reconhecimento dos jovens de origem popular porque o espaço é por excelência a experiência da multiplicidade e, desta forma, uma manifestação desta dialética entre o que nos torna unos, em termos da identidade humana, mas ao mesmo passo, múltiplos, como sujeitos indivisíveis. É nesta tensão que o espaço ganha relevo. Ele é expressão da construção e afirmação da diferença.

Os jovens são diferentes e o são ainda mais diferentes na medida em que conseguem enxergar-se como sujeitos de direitos num espaço que lhes pertence e lhes torna mais humanos. É a dimensão espacial que garante ao jovem existir enquanto um ser ímpar. Em outras palavras, o que estamos querendo valorizar aqui é que os indivíduos para se tornarem efetivamente autônomos e livres precisam reconhecer sua própria dignidade e condição de sujeito. Esta é uma mediação que se dá no espaço com os outros. Quando reconheço minha própria condição, reconheço a do outro, que se humaniza diante de mim.

Pensemos então esta dimensão a partir da experiência da Polis. Numa realidade desigual como a nossa, como garantir reconhecimento e visibilidade para

os jovens de origem popular se suas possibilidades de apropriação da cidade e, portanto, do encontro com o diferente, são restritas?

Portanto, por mais que possamos falar dos abismos sociais de uma sociedade desigual como a nossa, se queremos construir pontes entre a realidade de hoje e uma utopia de justiça social e de direito à cidade, é preciso retomar a dimensão da diferença, reconhecê-la e defendê-la como forma de garantir que a vida dos jovens de origem popular não seja reduzida, mas ao contrário, afirmada como direito.

Como, então, os jovens que entrevistamos constroem espaços de visibilidade e de afirmação de direitos?

Aos espaços de visibilidade

Cabe recuperar um relato de uma jovem do Pavão-Pavãozinho que se autodescreve do seguinte modo: “Eu me vejo crescendo, tudo, tudo. Eu acho que me encaixo no estilo popular, aquele que cai em todas. Se tiver uma parada de forró, eu vou. Se tiver uma parada de hip-hop, eu vou.” Este reconhecimento de trajetória, de subjetivação e de práticas sociais no mundo vivido configura-se como um movimento em torno de uma visibilidade afirmada pela liberdade e pela afirmação do direito à diferença.

A despeito de uma reduzida mobilidade no espaço urbano, observa-se a produção de novas territorialidades que vão sendo tecidas a partir da afirmação de direitos e da busca do reconhecimento de uma pluralidade de modos de ser, pensar e agir. É uma recusa clara aos lugares prescritos e à representação hegemônica do jovem da favela.

Neste movimento, determinados elementos emergem de modo contundente. Acreditamos que o primeiro deles é a visibilidade política de um corpo historicamente estigmatizado. As diferenças tentam ultrapassar a superficialidade, as aparências. É superficial o olhar que estetiza perversamente os jovens pobres. O lugar comum é a vulgarização ou o lugar do exótico. Conteúdos desta estetização negativa também estão presentes na fala dos próprios jovens. Jovens do conjunto de favelas do Alemão ressaltaram a vergonha em frequentar baile funk, uma vez que “Muita gente não quer ser vista como favelado, que fala alto, que faz barraco”. Ao referirem-se às jovens que frequentam os bailes, utilizaram o termo “aquelas cremildas”, em outras palavras, “as meninas que passam muito creme no cabelo”. Ou o contrário disso, com o seguinte relato: “No Tabajaras é super bem visto(...) As pessoas são cheirosas, bonitas!”. Estes relatos são significativos como movimento de assimilação desta estética pautada na estereotipia e no preconceito.

Mas o corpo tornou-se instrumento potente para revelar disposições objetivas e subjetivas em favor do pertencimento. Investidos de uma indumentária, de um estilo, de formas variadas de cabelo, de unhas, o corpo físico busca libertar-se das representações do padrão de beleza. Reivindicam o corpo a todo momento, embora também se vejam enredados com representações estéticas perversas. Jovem do conjunto de favelas do Alemão desferiu uma crítica a programação de determinados equipamentos culturais da cidade dizendo: “É uma ‘chatirização’ da cultura. Você tem que ser culto e isso afasta as pessoas.” Para este, determinadas práticas culturais eliminam ou esvaziam o corpo, retiram-no da cena. A despeito da representação de cultura implícita na fala do jovem, evidencia-se a importância do corpóreo nas práticas de lazer. Talvez o que o jovem tenha mencionado é que

determinadas práticas culturais se constituem de temporalidades e espacialidades menos atrativas a seus pares.

Também nas redes sociais, os jovens têm trocado cada vez mais imagens sonoras e visuais que valorizam o corpo físico. Segundo jovem da Rocinha, entra no Facebook para “se ver”. “Se ver” é sinônimo de reconhecimento, de visibilidade. Entrar na rede não é só uma experiência de alcançar determinadas curiosidades, é também construir sociabilidades. É, no nosso entendimento, uma manifestação corpórea diante da construção da invisibilidade política e social destes jovens. Contudo, as trocas simbólicas não se restringem ao virtual, mas ao contrário, ganham as ruas. O movimento constante nas ruas da favela expressa sua pulsão. É um organismo vivo por onde transitam diferentes corpos. Estar nas ruas é a principal tática da visibilidade do corpo. Em tempos de intensas trocas simbólicas, as ruas da favela são frequentadas por indivíduos de diferentes procedências. A rua torna-se a comunicação permanente, difusa e rica, espaço para os corpos se encontrarem. E não tem como não se encontrar. Ao contrário da cidade dita formal, na favela a rua é uma extensão muito próxima do espaço privado da casa.

Apesar da representação de que o território da favela é inculto, incivilizado e inferiorizado, os jovens anunciam com seus corpos outros entendimentos. O corpo apresenta-se como uma tentativa de (re)apresentação autônoma, autêntica e multi-referenciada.

Outro elemento central desta busca pela visibilidade vem no bojo de mudanças significativas nas dimensões do tempo e do espaço proporcionadas pelo avanço da técnica, neste caso, da explosão da telemática. É crescente o contingente populacional que adere às novas formas de comunicação travadas nos ambientes virtuais da rede mundial de computadores. Poderíamos falar de algo que afeta enormemente o cotidiano das pessoas. É o uso da tecnologia digital como ferramenta contemporânea de produção de novas sociabilidades, posto que na esteira da rede internacional, circulam signos, mensagens, ideias, modos de pensar e agir. Neste vasto acervo cultural circulante, construído sob diferentes mídias, multiplicam-se, certamente, algumas contradições. Comportamentos e estilos de vida podem reforçar a cultura do consumismo. A multiplicação dos relacionamentos virtuais não necessariamente se desdobra numa cultura de maior reconhecimento da diferença, pelo contrário, pode ser acompanhada de mais isolamento e intolerância com os sujeitos de carne, osso e idiosincrasias. A despeito de todo o discurso de que tais ferramentas poderiam nos conduzir a um individualismo, observamos contextos de comunicação que impactam as relações sociais e tendem a ampliar, em certo sentido, o espaço e o tempo de jovens, especialmente os de origem popular.

André Lemos (1996, Apud Palácios, p. 92) classifica como “apropriação cotidiana da técnica” e “apropriação técnica do cotidiano” este avanço nas *redes telemáticas*. Isto seria mais uma ruptura com os referenciais da modernidade que promovem uma separação entre a cultura e a técnica. Para o autor, a cultura digital tem transformado os modos de enxergar as relações humanas. Um dos aspectos mais interessantes seria o desencaixe entre o sentimento de pertencimento e localização. Auxiliado pela noção de desencaixe dos sistemas sociais, elaborada por Anthony Giddens (1991, p. 24), o autor descreve que podemos encontrar relações de pertencimento tecidas a distância, superando as relações eminentemente face a face, típica das sociedades pré-modernas. O mais

contundente neste processo é o fato de que o pertencimento não é mais uma âncora que aprisiona os sujeitos ao seu local de origem, mesmo que as condições objetivas possam operar para isso. Isto é, a mobilidade física dos sujeitos pode ser restrita, mas há possibilidade de múltiplas inserções a partir das ferramentas da cultura digital.

Outra dimensão altamente valiosa ao nosso debate é como as relações no ambiente da tecnologia digital podem acontecer sem que os indivíduos necessariamente se apresentem integralmente como são. Isto nos remete à questão da imagem destacada por Palácios:

(...) as interações nas redes não se dão diretamente entre indivíduos, como na 'vida real' (IRL), mas entre imagens. É claro que na 'vida normal' todos nós projetamos imagens. Mas são imagens acopladas a um corpo físico, responsável por projetá-las. Na sociabilidade telemática estamos tratando de imagens desencarnadas, independentes de um corpo físico, existindo realmente enquanto 'puras projeções' no ciberespaço. (PALACIOS, 1996, p. 93-94)

Seriam, principalmente os jovens, interlocutores desta cultura cibernética. Nestes ambientes virtuais, temos assistido a uma proliferação absurda de comunicações visuais e sonoras entre grupos diversos de jovens. No caso específico dos jovens de origem popular, estudos têm apontado para a ampliação significativa do horizonte de experiências, vivências e narrativas que vêm se processando através das ferramentas da internet. *Blogs, twitters, sites* transformaram-se em fontes de informação principais para os seus conteúdos. *Msn, whatsapp, facebook*, entre outros, constituem-se como caminhos indispensáveis para ver e se fazer visto.

Recuperando a pesquisa com jovens de cinco territórios populares do Rio de Janeiro, Barbosa & Gonçalves apontam:

Apesar de circunscreverem fisicamente o espaço da moradia ou de uma lanhouse, os jovens exercem um papel ativo com a sua inserção em redes de sociabilidade mais amplas. E, com isso, adquirem capital social e simbólico em movimentos de trocas com outros jovens de diferentes lugares. Estamos diante de novas experiências de socialização de valores, práticas e interesses que forjam o sentido de pertencimento entre jovens. (BARBOSA & GONÇALVES, 2013, p.172)

Deste modo, o que os autores salientam é para novos repertórios socioculturais produzidos em ambiente e num contexto até então traduzidos como carentes e marginais. Aqui se estabelece uma tensão altamente produtiva para estudos futuros em relação ao consumo distintivo de bens simbólicos e a produção de novos imaginários sobre a periferia urbana e seus moradores. As redes virtuais acionadas (por telefone celular ou em computadores domésticos) revelam enorme capacidade de criação e recriação de valores constituídos de aportes socioculturais do território de suas vivências.

Evidentemente esta avalanche de ferramentas tecnológicas e sua consequente mudança de hábitos nas relações humanas, têm provocado intenso debate em todos os circuitos científicos e educacionais. Cabe, certamente, levantar elementos que nos permitam caracterizar estas novas relações, investigando o

potencial que estas ferramentas possuem para produção de relações menos assimétricas e para o reconhecimento de jovens como sujeitos de direitos.

As narrativas de reconhecimento e afirmação passam, sobretudo, pela possibilidade de auto-narrativas. Um jovem do Batan comentou: “Eu moro em comunidade, não sei montar, escrever, não sei detalhar. Sei fazer para mostrar.” Há um indicativo da ânsia por construir novos lugares através de ações, de atitudes ou da produção de um novo repertório cultural com imagens e sons distintos da representação usual sobre seus territórios de origem.

Um dos relatos mais convincentes de que estes jovens procuram libertar-se de determinadas amarras foi feito por um jovem do conjunto de favelas de Manguinhos. Ele menciona: “Só de abrir a porta eu já fico feliz!” “Ver o que está acontecendo na comunidade” também apareceu. De um modo particular de enxergar seu cotidiano, os jovens expressam o desejo de liberdade contido no ato de ir para a rua.

O visível desejo pela rua relaciona-se diretamente com o significado desta para os jovens. Estar na rua é, de certo modo, poder inventar um lugar para si, é a possibilidade de romper com instituídos concernentes ao ambiente doméstico. A dimensão que a rua ganha na vida dos jovens que entrevistamos é, sem dúvida, de grande proporção. Ela se apresenta como o lugar de possibilidades, lugar de encontros, lugar de visibilidade e não o lugar das convenções, do controle e da restrição.

Apontando alguns desafios

Na nossa ótica, estamos diante de um mundo de significados produzido à contramarcha de um processo de invisibilização deste corpo real e simbólico na cidade. É um mundo de significados que, como tantos outros, se constrói numa relação com os outros a partir de práticas comuns, a partir da comunicação com o diferente, a partir da circularidade permanente entre os sujeitos e o mundo que produzem.

É, portanto, uma resposta a uma acepção individualista e racional de sujeito que tende a promover o desaparecimento deste como um ser político e, como tal, mediado pela ação e pela liberdade. Da mesma maneira, é uma demonstração contundente de que as acepções recorrentes de espaço como receptáculo, como um vazio, como *res extensa* da perspectiva cartesiana, não conseguem traduzir a importância ou a incidência do espaço na reprodução da vida humana.

Torna-se indispensável reconhecer esta experiência de visibilidade como algo eminentemente mediado por um espaço vivo e dinâmico, e não por um espaço morto, apenas substrato para as relações humanas que mudam conforme o tempo. O que sustenta esta condição é o fato de que esta visibilidade é uma construção que se dá num movimento dialético e, desse modo, é social e espacialmente produzida.

É razoável alinharmos as rupturas que os jovens fazem com a lógica do espaço urbano fragmentado a partir de novas formas de apropriação e uso da cidade, com a perspectiva de um espaço mais dinâmico e sob diferentes cruzamentos. Os jovens reiteram que não são uma excrescência na cidade. Sinalizam que há uma interação dialética que produz lentamente o espaço do qual fazem parte e não estão alheios a isso. Mas, principalmente, o movimento de reinvenção de seu corpo na cidade, através dos ritmos, das roupas, das imagens, dos estilos que carregam em si, demonstram claramente dimensões do espaço vivido que justificam este universo

de sentidos ao qual nos referimos anteriormente. Trata-se, assim, de sentidos e de práticas que se materializam, que são espaciais.

Certamente, a cronobiologia que tenta inserir os jovens numa estrutura aparentemente homogênea acaba se tornando insuficiente para traduzir o mosaico de trajetórias e de vivências tão pouco valorizadas na cidade. Capturados, ortodoxamente, pela ideia das idades e por uma interpretação de juventude num viés psicológico, perdemos a dimensão política destes jovens que se colocam ávidos para construir ações concretas em suas vidas. É esta emergência, esta visibilidade que não pode mais ser abafada, posto que sinaliza para uma experiência de ser e de estar no mundo, desligando-se de vez das representações padronizadas aos quais sempre foram objeto.

Neste sentido, as estratégias de visibilidade ativadas pelos jovens de origem popular anunciam um espaço novo para si, como que rompendo as escritas predeterminadas no tempo que definem um futuro a ser alcançado que já está pronto e acabado. Este espaço não os desafia, apenas os reduz, os mantém reféns da luta pela sobrevivência cotidiana.

Os jovens explicitam em suas falas uma recusa a comportamentos previamente estabelecidos, a rótulos que tentam traduzir seu cotidiano e, efetivamente, a uma categoria que elimina o presente em nome de um futuro a ser conquistado. Encontram força para este movimento no encontro, da experimentação e na produção de novos significados, algo que se dá no espaço da vida.

Estes jovens não querem mais ser expectadores de um futuro que está sendo construído por outros. Querem falar por si mesmos nas redes sociais, querem construir dispositivos culturais que carreguem seus signos mais valiosos, querem ter o direito de mobilidade sem serem freados pela cultura hegemônica que defende uma cidade desigual, querem ser sujeitos políticos na polis sem necessariamente assumirem posições partidárias e suas históricas bandeiras de luta.

Assim sendo, diante do que percorremos até então, é preciso encarar o desafio de identificação das novas cartografias produzidas por estes jovens em seu contexto de vida contraditório e multidimensional. O movimento do reconhecimento que nos propomos não pode deixar-nos seduzir por interpretações intimistas, individualistas e diferencialistas, como se cada marca identitária tivesse significado por si mesma. Por outro lado, também não seria honesto e cientificamente razoável defender uma leitura otimista das relações sociais que se introjetam no espaço, isto é, que produzem territórios, uma vez que estas não são efetivamente harmônicas. O reconhecimento não deve operar para nos afastar. Contudo, deve reivindicar a dimensão política inerente a toda condição humana.

Não chegamos até aqui pretendendo fazer uma defesa dos jovens como se estes fossem vulneráveis e incapazes de representarem a si mesmos. O diálogo com estes jovens de origem popular foi permeado pela crença na singularidade e na pluralidade da existência destes como sujeitos potentes na criação de caminhos e alternativas para maior visibilidade política. O singular nunca constituiu como uma defesa da estratégia individual de busca de soluções. O plural não esteve a serviço da anulação das subjetividades que foram construídas por cada um deles. O espaço que operamos foi entendido com devir, como aberto no plano da utopia. Em síntese, o que nos propomos foi traçar sentidos, apontar horizontes que estão postos no universo destes jovens inseridos nestes projetos em seus territórios. São cartografias das trajetórias de vida que indicam um campo de possibilidades

políticas que estes jovens têm construído para se interpor a um contexto de invisibilidades e subvertê-lo.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

AYTKEN, S. C. **Geographies of young people. The morally contested spaces of identity**. London and New York: Routledge. Taylor & Francis Group, 2003.

ALMEIDA, M. I. M. & EUGENIO, F. (orgs) **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999.

ANSELL, N. & SMITH, F. Young people, care and social wellbeing. In: **Social Geographies**. S. J. Smith, R. Pain, S. A. Marston, J. P. Jones. London: SagePublication, 2010.

BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. **Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas**, 2013.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CASSAB, C. **(Re) Construir Utopias: jovem, cidade e política**. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto Geociências. Niterói: [s.n.], 2009.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CERBINO, M. **Jóvenes em la calle. Cultura y Conflicto**. Rubi (Barcelona): Antrophos Editorial, 2006

COIMBRA, C. M. B. & NASCIMENTO, M. L. **Jovens Pobres: o mito da periculosidade**. In: FRAGA, P. C. P. & LULIANELLI (orgs.), A. S. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

FAVERO, O. et al. (orgs). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000

GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker - São Paulo: Editora Unesp, 1991.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MAFESSOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

- MAGNANI, J. G. C. & SOUZA, B. M. (orgs.) **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontros e sociabilidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.
- MASSEY, D. Filosofia da Espacialidade: algumas considerações. In: **Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Ano VI – N. 12. Niterói/RJ, UFF/EGG, 2004.
- MOREIRA, R.A diferença e a Geografia. In: **Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Ano I, n.1. Niterói/RJ, UFF/EGG, 1999.
- PALACIOS, M. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para discussão. In: NETO, A. F. & PINTO M. J. **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. & LOURENÇO, A. Marcas do Tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, P. C. P. & LULIANELLI (orgs.), A. S. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- RICOER, P. **Percursos do Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- RORTY, R.A **filosofia e o espelho da natureza**. Tradução Antônio Trânsito; revisão técnica César Ribeiro de Almeida. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SILVA, J. S & BARBOSA, J. L. **Favela: Alegria e Dor na Cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio; [X] Brasil, 2005
- SIMAO, M. P. **Cartografias de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade** / Tese de Doutorado de Mário Pires Simão – Universidade Federal Fluminense - Niteroi: [s.n.], 2013
- VELHO, G. & DUARTE, D. F. D. (orgs.). **Juventude Contemporânea. Culturas, gostos e carreiras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

A JUVENTUDE TELEVISIONADA: REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÕES, DISCURSOS E A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME DE VERDADE SOBRE O SER JOVEM ATRAVÉS DO JORNALISMO - Gabrielli Siqueira Dala Vechia

Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Este artigo objetiva fornecer pistas para debater as imbricações entre comunicação e juventude, com vistas a destacar a importância e fomentar a discussão no que se refere à necessidade de articular este campo com a elaboração de políticas públicas específicas. Partimos do pressuposto de que as imagens, discursos, pautas, ditos e silêncios, enfim, todos os elementos através dos quais são forjadas as representações da juventude no telejornalismo – que é o objeto empírico para onde lançamos nosso olhar, mas poderíamos estender a discussão a objetos afins – têm papel decisivo na formação de um regime de verdade, nos termos *foucaultianos*, sobre o que é ser jovem, e é a partir dele que a juventude se percebe e será percebida em determinado contexto cultural. Isto se torna um problema quando detectamos, analiticamente, acompanhando os quatro principais telejornais da maior emissora do país durante um mês, que o discurso majoritário da academia, fruto de décadas de debate e amadurecimento, do entendimento do jovem como sujeito de direitos, é silenciado pela imprensa, que prefere retratar a categoria através do maniqueísmo algoz/vítima e construir relações discursivas perigosas e questionáveis entre juventude e criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, televisão, juventude, representações.

Introdução

Há muito que o campo da comunicação se apropria da juventude como sujeito ou objeto de seus produtos e investigações, atuando na construção e reprodução daquilo que se entende sobre ser jovem. Marialva Barbosa, no prefácio à obra *Comunicação, Cultura e Juventude* (2010), resultado da 33ª edição do Congresso INTERCOM – que teve temática homônima – condensa a importância de se pensar esta imbricação: “pensar a relação dos jovens com os meios de comunicação é destacar a emergência de novas formas de sociabilidades, relações particulares e refletir sobre a centralidade dos processos de comunicação no tempo presente, ao mesmo tempo em que lançamos olhares para o futuro” (p. 12).

O termo aqui convocado enquanto campo científico, a comunicação, porém, oferece *n* vieses para abordar a juventude: desde entendê-la como um aglomerado de pessoas que ocupam determinada faixa etária, possuem gostos e hábitos comuns e, portanto, formam um grupo consumidor em potencial; passando pela apropriação da juventude como valor desejável e passível de compra através do consumo de determinados produtos; chegando às abordagens que se preocupam com a centralidade dos processos comunicacionais na construção das identidades e dos sentidos sociais sobre a juventude. Esta última “vertente”, onde me localizo e para onde pretendo deslocar a discussão deste artigo, possui um âmbito político e caráter emancipatório, que se articula para pensar em que sentido os meios de comunicação estão atuando na construção das visões de mundo dos jovens sobre si e sobre seu contexto.

Aqui, partimos do pressuposto que, pelo menos desde *Juventude Transviada* (Rebel without a cause, EUA: 1955)¹⁸³, cinema, televisão, mídia impressa e, mais recentemente e com muita expressividade, as multimodalidades permitidas pela Internet pinçam, ressignificam, empacotam e distribuem para consumo diversos conceitos de juventudes.

Estes conceitos ou modos de ver, que chamaremos, aqui, de representações midiáticas, são imprescindíveis para se debater questões relativas aos jovens, visto que fornecem elementos a partir dos quais a juventude é significada em âmbito social e identitário. *Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.* (WOODWARD, 2000: 17-18).

Conceitualmente, é interessante e profícua, também, a aproximação com alguns princípios teóricos do filósofo pós-estruturalista Michel Foucault: se entendermos que as noções de telejornalismo e de juventude são constructos de determinadas conformações culturais e, portanto, distintas culturalidades promoveriam diferentes modos de pensá-los; e se considerarmos que a cultura é palco de produção e não só de reprodução social, conclui-se que estes conceitos estão em constante disputa, uma disputa discursiva, sobre o que se pode dizer e quem pode dizer. Esses ‘o que’ e ‘quem’, quando legitimados, conformam ‘regimes de verdade’ (FOUCAULT, 1979).

Argumenta-se, portanto, que o telejornalismo - que ainda ocupa *lugar de referência* (VIZEU, 2009) em nossa sociedade, enquanto ordenador da dinâmica cotidiana e ao cumprir uma função pedagógica – é um ente legitimado na contemporaneidade brasileira para falar e silenciar sobre a juventude, constituindo-se em um importante dispositivo na construção de quais tipos de discurso a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros – que, reiteramos, estão em constante disputa e transformação.

Entendendo que o telejornal tem sua possibilidade discursiva reconhecida socialmente, este artigo se ocupa em olhar, empiricamente, para alguns destes formatos industriais¹⁸⁴ e verificar quais são as falas hegemônicas construídas e reproduzidas ali, e, a partir delas, debater a necessidade de serem elaboradas políticas públicas que se insiram nessa discussão.

Nesse sentido, as páginas vindouras se preocupam mais em destacar a importância de se resgatar a discussão em torno da relação entre os jovens e meios de comunicação no Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras em Políticas de Juventude, do que, necessariamente, trazer uma contribuição inédita aos estudos de comunicação, já que é preciso observar e valorizar a multiplicidade de lugares de fala e a multidisciplinaridade agregadas no evento.

¹⁸³ A película é a mais conhecida de uma série de obras cinematográficas, notadamente estadunidenses e britânicas, que, lançadas no período pós-segunda guerra, reforçaram a ideia de juventude hedonista, moralmente duvidosa e irracional. FREIRE FILHO (2007) traz outros exemplos: *Where are your children?* (1944); *City across the river* (1949); *O selvagem* (1953); *O prisioneiro do rock* (1955); *Teen-age crime wave* (1955); *Sementes de violência* (1955); *Girls in prison* (1956); *Juvenile jungle* (1958), *High school confidential* (1958).

¹⁸⁴ Valemo-nos, aqui, do conceito cunhado por Jesús Martín-Barbero (2001), para elaboração do chamado ‘mapa das mediações’. O termo *Formatos industriais* se refere aos produtos, às materialidades, no caso, aos telejornais, passíveis de análise em um circuito da cultura. No caso deste artigo, optamos por um excerto do *corpus* já coletado para minha dissertação, referente aos quatro telejornais da Rede Globo, veiculados no mês de janeiro/2014.

Discursos sobre juventude: perspectiva diacrônica e centralidade midiática na contemporaneidade.

Diferentes conformações sociais e culturais concebem distintas verdades sobre a juventude, e o que entendemos como determinante do ‘ser jovem’, hoje, já teve outra dimensão se analisarmos as construções discursivas em uma perspectiva diacrônica/histórica.

Segundo DAYRELL (2005), o reconhecimento da juventude foi mais um dos adventos da modernidade, e se deu junto à evolução dos direitos humanos e às novas relações no campo de trabalho, em um cenário pós-Primeira Guerra. REGUILLO (2000: 24-5) concorda com Dayrell quanto aos fatores que levaram ao “aparecimento” dos jovens, como a mudança no discurso jurídico e no sistema produtivo. Além destes, a contribuição da autora se dá no sentido de acrescentar a oferta e o consumo cultural como um dos padrões contextuais que delinearão a manifestação da ideia de juventude.

Para REGUILLO (2000), o *aparecimento* dos jovens na cena pública da América Latina se deu através dos movimentos estudantis em fins da década de 1960, fazendo com que a noção primária de juventude estivesse ligada a indivíduos com vínculo com a educação formal, a maioria universitários, descontentes com determinadas decisões do Estado e politicamente organizados, no sentido institucionalizado de filiação político-partidária – noção, esta, já bastante excludente das condições juvenis, já que, à época, apenas 1% dos jovens em idade universitária – 18 a 24 anos – estava matriculado em instituições de ensino superior, porcentagem que, atualmente está em 17%¹⁸⁵.

Em seu esforço de entender as concepções de juventude em uma perspectiva diacrônica, no âmbito latino, Reguillo observa que, a partir dos anos 1980, a noção de juventude cunhada no auge dos movimentos estudantis, das duas décadas anteriores, se transforma, ganhando outra dimensão de acordo com novas conformações societárias:

Enquanto se configurava o "novo" poder econômico e político que se conheceria como neoliberalismo, os jovens do continente começaram a ser pensados como os "responsáveis" pela violência nas cidades. Desmobilizados pelo consumo e pelas drogas, aparentemente, os únicos fatores "aglutinantes" das culturas juvenis, a juventude tornou-se visível como um problema social. (Reguillo, 2000: 20, tradução nossa¹⁸⁶)

Na transposição dos anos 1980 aos 1990, a autora nos atenta para uma nova operação semântica acerca da juventude: sob o signo das drogas, a última década do século XX foi marcada por um imaginário coletivo que entendia os jovens como

¹⁸⁵ Dados da União Nacional dos Estudantes (UNE), com base no último Censo da Educação Superior, de 2011. Disponível em <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/03/uniao-nacional-dos-estudantes-e-cara-do-movimento-estudantil-hoje.html>.

¹⁸⁶ No original: “Mientras se configuraba el ‘nuevo’ poder económico y político que se conocería como neoliberalismo, los jóvenes del continente empezaron a ser pensados como los “responsables” de la violencia en las ciudades. Desmobilizados por el consumo y las drogas, aparentemente los únicos factores “aglutinantes” de las culturas juveniles, los jóvenes se volvieron visibles como problema social”.

delinquentes e violentos. Já na transição para o século XXI, emerge uma nova concepção, em que os jovens adquirem status de “sujeitos de discurso” (REGUILLO, 2000:36), ou seja, agentes sociais capazes de se relacionarem com objetos sociais, simbólicos ou materiais. Nesse aspecto, é preciso cuidado para que não nos deixemos cair na falácia de que os discursos sociais sobre a juventude *evoluíram* ao longo das décadas, até chegarem ao entendimento do jovem como sujeito de direito. Opaco nesta conclusão está o ‘descobrimento’ destes indivíduos como consumidores potenciais:

Com tempo livre e algum dinheiro no bolso, a “nova geração” passou a ser conceituada e assediada, pelos agentes do mercado, como um público-alvo crucial. Formas e locais de entretenimento, roupas, comidas e bebidas confeccionadas especificamente para satisfazer as “necessidades” dos adolescentes se expandiam com notável mudança. (FREIRE FILHO, 2007:29)

Cronologias dos discursos públicos hegemônicos do que seria a juventude, a exemplo do que fez Reguillo, são bastante comuns na bibliografia do assunto, publicada até início dos anos 2000, e costumam ter correspondências interessantes. Enquanto esta autora se preocupou com o contexto latino, ABRAMO (2005) segue a mesma linha de raciocínio para falar sobre jovens brasileiros: ela propõe um panorama de como os paradigmas relacionados às interpretações sociais de juventude estão ligados ao processo de desenvolvimento recente do país. A autora identifica que nos anos 1950 a juventude é corporificada pela figura dos ‘rebeldes sem causa’, como se a transgressão e a delinquência fossem predicativos inerentes ao jovem. Já nos anos 1960, o surgimento e atuação do movimento estudantil, o aparecimento dos *hippies* e da contracultura e o envolvimento do cenário jovem na luta contra regimes autoritários, foram os aspectos que contribuiram para que a juventude da época fosse sinônimo de utopia. Na década seguinte, 1970, foi o acesso à educação formal e a integração ao ambiente escolar que caracterizou a juventude, o que excluía indivíduos de classe popular que passavam da infância para a idade adulta ao ingressarem no mercado de trabalho precocemente. Por último, em 1980, tem-se a concepção da “juventude alienada”: individualista, consumista, conservadora e apolítica.

Em um levantamento preliminar, em que também tentamos esboçar uma perspectiva cronológica sobre a juventude, analisamos todas as ocorrências do termo em 43 anos de circulação da revista *Veja*¹⁸⁷, de forma a verificar sob que vieses e em que circunstâncias os jovens viraram notícia nestas quatro décadas. Nos anos 1960 e 1970, observamos, o jovem é noticiado sob o enfoque de manifestações públicas, especialmente no que se refere àquelas de cunho político-partidário, o que nos dá boas referências sobre o que era definidor da juventude à época. Já nos anos 1980, percebemos alguns deslocamentos na perspectiva dos valores-notícia que levavam os jovens às páginas da revista: essa é a década em que se cria um interesse em *entender* a juventude que, segundo a revista, não pensa nem se comporta mais quanto antes. A partir da necessidade de construir esse conhecimento, iniciando nos anos 1980 e passando pelos anos 1990, longas reportagens e, até mesmo, edições especiais vieram para ‘responder’ a questões

¹⁸⁷ O levantamento foi realizado em 2011, sendo possibilitado pelo fato de todas as edições estarem disponíveis, na íntegra, para consulta online e com ferramenta de busca avançada. Foram encontradas mais de 2 mil ocorrências do termo ‘juventude’.

como *quem são nossos jovens?, o que pensam?, no que estão interessados?*, cujo enfoque estava nas diferenciações e especificidades culturais do grupo etário.

Já os anos 2000 trouxeram uma abordagem diferenciada das décadas anteriores, em que a juventude se deslocou das editorias de política e polícia para as comportamentais e de saúde, sendo que, nas edições mais recentes, a publicação se tornou um guia didático sobre como manter-se jovem ou como a juventude seria o troféu daqueles que estivessem dispostos a investir tempo e dinheiro em sua obtenção. Com matérias intituladas ‘Receitas da ciência para manter-se jovem aos 30, 40, 50 e 60 anos’ (capa, 11/06/03, edição 1806), ‘A hora é agora – eles já passaram dos 65, mas continuam saudáveis e bem dispostos: são os jovens-idosos’ (comportamento, 07/1/09, edição 2094); e ‘Juventude prolongada: nós desvendamos’ (saúde, 15/7/09, edição 2121) são bons exemplos de como a mídia se apropria e ajuda a construir o discurso de que a juventude é um valor a ser desejado e cultuado, independentemente da idade biológica.

Saindo das perspectivas históricas, concordamos que a conformação societária contemporânea está marcada por um desordenamento cultural, catalisado, radicalizado e reforçado pela televisão, que permite aos jovens estarem presentes em interações e assuntos que, historicamente, foram circuncidados pelas grades daquilo que é construído como sendo da seara da vida adulta. Este é o pensamento do colombiano Jesús Martín-Barbero, referência obrigatória para o debate dos meios de comunicação enquanto mediadores e mediados pela cultura, e que em diversos momentos de sua trajetória acadêmica, se debruçou sobre as questões afetas à juventude.

Nesse momento de deslocamento e desencaixe, em que “nem os pais constituem eixo norteador das condutas, nem a escola é o único lugar de saber, nem o livro é o centro que articula a cultura” (MARTÍN-BARBERO, 2002:11), a mídia – e não apenas a TV, embora ela seja, aqui, nossa bússola empírica – adquire status de protagonismo na conformação de um discurso hegemônico, ou de um regime de verdade – para nos valer do vocabulário *foucaultiano* supracitado – sobre a juventude.

(...) o ecossistema bidimensional, que se resumia, centralmente, na aliança família-escola, está esgotado e entre uma e outra instituição há um conjunto complexo de dispositivos mediadores, entre eles, os meios de comunicação, que possibilitam ao jovem acesso simultâneo a distintos mundos possíveis. (REGUILLO, 2004:62, tradução nossa¹⁸⁸)

Juventude e telejornalismo: alguns olhares

A preocupação acerca das imbricações entre telejornalismo e juventude, no que se refere, principalmente, à construção e reprodução de discursos ou à leitura feita pelos jovens a respeito de determinadas falas ou silenciamentos, já foi objeto de pesquisas que merecem resgate.

FEITOSA (2007), em dissertação defendida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entrevistou 20 jovens rurais

¹⁸⁸ No original: “(...) el ecosistema bidimensional, que descansaba centralmente en la alianza familia-escuela han sido esgotado, y que entre una e otra institución hay un conjunto complejo de dispositivos mediadores, entre ellos de los medios de comunicación, que possibilitan al joven el acceso simultáneo a distintos mundos posibles”.

moradores do Assentamento Capela, localizado em Nova Santa Rita (RS), a partir de duas constatações: a primeira é que a mídia, especialmente a televisão, ocupa em nossa sociedade um lugar referencial na construção de sujeitos, a segunda é que a maior parte dos discursos midiáticos é endereçada aos jovens. A partir disso, a autora foi a campo e observou que os jovens são capazes de elaborar críticas à televisão, porém são subjetivados pelos saberes e discursos ali construídos ou reproduzidos: “(...) Tantos outros ditos veiculados cotidianamente pela TV são tomados pelos sujeitos jovens do Assentamento como ditos seus. Tomam certos discursos da televisão como *discurso verdadeiro*” (FEITOSA, 2007:161). A autora, que conduz sua investigação empírica através das contribuições de Jesús Martín-Barbero e Foucault, conclui que os sujeitos jovens valem-se, na contemporaneidade, de discursos televisivos para compor ou cobrir de sentidos diversos aspectos da sua constituição.

MAIA (2009) fez um trabalho semelhante em dissertação defendida pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas em vez de jovens rurais, seu foco esteve em ouvir jovens da periferia. Em um estudo empírico qualitativo de audiência, Maia investigou como as mensagens veiculadas no Jornal Nacional agem na construção identitária da juventude suburbana, na percepção do que este grupo entende por realidade e na valorização da cidadania. Em pesquisa quantitativa prévia que objetivava levantar dados sobre os hábitos de audiência dos jovens, a autora aplicou um questionário a 300 estudantes de ensino médio de uma escola na periferia de Juiz de Fora (MG), e o resultado apontou que 68,2% dos entrevistados assistem, frequentemente, ao principal telejornal da Rede Globo. Maia conclui que os jovens confiam ao JN a tarefa de mantê-los informados sobre assuntos como política, esporte e conflitos internacionais, mas muito pouco no que diz respeito a sua vivência cotidiana:

O JN seria uma espécie de *ferramenta útil* aos adolescentes, contudo, dificilmente se configuraria como uma pintura ou retrato da realidade juvenil. Enquanto jovens brasileiros, as mensagens veiculadas no telejornal de maior audiência no país tendem a colaborar para a percepção do que este grupo entende por realidade nacional. Mas enquanto jovens moradores da periferia, pouco, ou nada, do que é mostrado teria interferência direta em seu dia-a-dia (MAIA, 2009:145).

Já TRAVANCAS (2007), em seu trabalho de pós-doutorado, realizou um estudo de etnografia de audiência com 16 jovens universitários de quatro cursos distintos, para entender sua relação especificamente com o Jornal Nacional. Para a autora, a partir da observação empírica, ficou claro que para todos os sujeitos de pesquisa o JN é, sim, uma referência no que tange às suas percepções da realidade, porém, não é a única. Há o desejo de os jovens se mostrarem críticos em relação às formas e conteúdos e a necessidade de cotejarem as informações com o que é pinçado de outras fontes.

Eu me perguntava, no início deste trabalho, se os jovens assistiam ao Jornal Nacional e o que eu faria se, durante a pesquisa, descobrisse que eles não o veem. Mas, aos poucos, não só fui confirmando o quanto o JN é uma referência também para eles, como é fonte de sentimentos os mais variados, que vão do amor ao ódio. Jamais de indiferença (TRAVANCAS, 2009:88).

Análise empírica: o que é a juventude para o telejornalismo da principal emissora de TV do país?

Para podermos chegar ao cerne da discussão a que se propõe este artigo - qual seja, localizar as imbricações entre juventude e comunicação, principalmente no âmbito do jornalismo televisivo, dentro do debate em prol da elaboração de políticas públicas voltadas aos jovens – faz-se necessário um exercício analítico que nos forneça argumentos empíricos atualizados.

Desse modo, olhamos para os quatro telejornais de caráter nacional da principal emissora de televisão do país, a Rede Globo, durante o mês de janeiro de 2014: Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. Ao todo, foram coletadas e analisadas, aproximadamente, 77 horas de telejornalismo.

Em relação à metodologia utilizada, item no qual não nos deteremos, visto que este artigo não se destina a problematizá-la, em coerência com as bases teóricas delineadas até aqui, resgatamos a noção de *formação discursiva*, de Foucault. O conceito, que trabalha em articulação com a noção de regime de verdade, já pincelada nas páginas anteriores, foi construído, inicialmente, na obra *Arqueologia do Saber* (1969). É possível defini-lo como um conjunto de regras históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e em configuração cultural específica, que condicionam o exercício da função enunciativa.

Assim, nosso intuito é olhar às materialidades empíricas, no caso, os telejornais escolhidos, credíveis, em nossa organização societária brasileira como *locus* da verdade, e verificar que pistas nos fornecem sobre qual a formação discursiva hegemônica sobre a juventude brasileira hoje. O que se pode dizer, afinal, sobre a juventude?

Dois pontos precisam ser explicitados antes do mergulho no campo empírico: 1) silêncios e omissões também falam; 2) a juventude enquanto categoria e os jovens enquanto sujeitos aparecem, sim, nos nossos telejornais – se é que @ prezad@ leitor(a) também está se questionando sobre a mesma dúvida que me acometeu nos idos de 2009, quando iniciei meu interesse em investigar esta relação. Não necessariamente da forma como imaginaríamos que deveria aparecer ou nas pautas que cogitaríamos, mas a juventude está lá.

Um dos assuntos que, no mês analisado, mais pautou o jornalismo da Rede Globo em relação à juventude, foram os *rolezinhos*, ou melhor, as disputas entre o poder econômico dos shoppings, o poder coercitivo policial e o direito dos jovens em ocuparem estes espaços. Uma das matérias¹⁸⁹ sobre o assunto prezou pela construção de um texto com elementos que objetivavam costurar uma narrativa imparcial, como dar voz a fontes favoráveis e contrárias à liminar que alguns shoppings haviam obtido na justiça para impedir a entrada de menores desacompanhados. Nenhum jovem, porém, ganhou voz, apenas faces confusas correndo da polícia (Figura 1). Outro aspecto que chama a atenção é quanto à redação do *off* sobre a reação dos dirigentes dos shoppings face aos eventos: “os shoppings decidiram se *proteger*”, diz a repórter.

O telespectador que vê a matéria tem à disposição imagens de tumulto, indivíduos argumentando se os jovens deveriam ou não ter acesso a estes espaços,

¹⁸⁹ Veiculada pelo Bom Dia Brasil, em 13/1/14.

mas não lhe dão ferramentas para entender o fenômeno. Em outra reportagem, no mesmo telejornal, três dias depois, alguns organizadores dos *rolezinhos* ganham o poder da fala. Afirmam que o objetivo dos encontros é conhecer pessoas e beijar na boca (sic); no texto da matéria, diz-se que “os organizadores não querem confusão”. O repórter, então, passa a perguntar sobre a importância da aparência nestes encontros. O jovem, identificado no crédito como chapeiro, diz que seu salário é de R\$ 800 e seu gasto com roupas, de R\$ 600, e ri. Em suma, o telejornal abre seu microfone aos protagonistas da notícia, mas esvazia os sentidos de debate e crítica que estavam sendo fomentados pelos *rolezinhos*, retratando seus organizadores como superficiais e financeiramente inconsequentes.

As informações passadas pelo jovem entrevistado, de que esses encontros sempre aconteceram em locais públicos, como praças, e foram deslocados para os centros de compras devido ao abandono pelo poder público e ocupação desses espaços por consumidores de drogas, passaram quase despercebidas. Porém, para nós, preocupados com as questões relativas à juventude, o fato de os *rolezinhos* terem invadido a imprensa, mesmo que na maioria dos eventos não tenham sido relacionados roubos ou depredações, deve indicar a incapacidade social contemporânea de aceitar a inserção de jovens, e mais, jovens pertencentes às classes populares, suas identidades e hábitos, em um espaço que, historicamente, pertenceu às classes mais altas. Em suma, os holofotes da mídia se voltam à juventude quando ela reivindica participação em novos contextos, mas o enquadramento dado a tal reivindicação é, geralmente, o “mal-estar” que ela causa. Protestos causam lentidão no trânsito e *rolezinhos* assustam os lojistas e frequentadores do shopping; simples assim.



Figura 1: imagem mostra segurança puxando jovem pela roupa, durante *rolezinho* em shopping paulista.

Outro aspecto que se mostrou relevante neste exercício empírico diz respeito aos termos e às visualidades convocadas para noticiar infrações cometidas por jovens menores de 18 anos. BARBEIRO & LIMA (2002), no capítulo destinado à ética de um dos principais manuais de telejornalismo brasileiro, afirmam que

A lei proíbe a divulgação de nome, apelido, filiação, fotografia, parentesco e residência de menores de 18 anos envolvidos em atos infracionais. Também não é recomendável a divulgação de nomes de crianças e

adolescentes em situação de constrangimento. A palavra “menor” não deve ser usada porque contém sentido pejorativo. A própria mídia criou o termo “menor infrator”, o que acabou generalizando crianças e adolescentes abandonados. (BARBEIRO & LIMA, 2002: 24-5).

A lei a que se referem os autores é a de número 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente o artigo 247 e seus dois incisos, que preveem multa para os casos de infração.

Apesar do aparato legal e das observações no manual de jornalismo televisivo, os “menores” suspeitos, acusados e culpados de atos criminosos são personagens frequentes nos telejornais analisados, mesmo no curto período de análise proposto neste artigo.

A participação de crianças e adolescentes em atos infracionais, e o número de que a cada três crimes cometidos no Distrito Federal, um tem a participação de menores de idade é a abordagem proposta em reportagem, novamente pelo Bom Dia Brasil¹⁹⁰. Já da bancada do telejornal, Ana Paula Araújo, que faz dupla com Chico Pinheiro na condução do noticiário, chama a matéria com a afirmação de que “a violência envolvendo menores tem assustado os moradores” e a “participação de adolescentes em crimes é cada vez maior”, mesmo que não apresente dados concretos que corroborem com a assertiva.

A matéria relata casos recentes de crimes cometidos por menores, as taxas de reincidência, e quais principais tipos de crime, sendo encerrada com a declaração de uma fonte, creditada como especialista em segurança pública, que arrisca uma explicação para os dados resgatados na matéria: o alto consumo de drogas. Em nota pé, o Governo do Distrito Federal, que foi procurado para comentar a matéria, não fala sobre políticas públicas, emancipação e inserção da juventude, não tenta explicar o porquê de a drogadição ser tão comum a estes sujeitos; afirma que até o final de 2015 serão construídas sete casas de internação para menores viciados em crack. Em suma, se estes jovens estão incomodando nas ruas, vamos interná-los. Quando a câmera volta para Chico Pinheiro, ele tece o seguinte comentário: “Droga e criminalidade juvenil são desafios da sociedade brasileira”.

Também encontramos, no *corpus* selecionado para este exercício, notícia sobre “um aluno menor de idade” que foi detido sob a acusação de que ele havia planejado ação de depredação na escola onde estuda¹⁹¹. Enquanto a repórter narra os acontecimentos, uma imagem dos jovens detidos, de cabeça baixa em uma delegacia de polícia, atua na construção de um imaginário social estigmatizado em relação à juventude (Figura 2). Chama a atenção, também, o descuido linguístico em relação aos termos utilizados e suas implicações jurídicas: detido, preso, apreendido, acusado, culpado, suspeito: variações que têm sido, perigosamente, usadas como sinônimo nos casos analisados.

¹⁹⁰ Edição de 14/01/14.

¹⁹¹ Jornal Hoje, edição de 16/01.



Figura 2: Imagem dos jovens detidos por vandalismo em escola.

Em determinados casos observados, a juventude é convocada sem justificativas noticiosas aparentes e sem acréscimo de informativo, o que acaba corroborando para a construção de um discurso que atrela os jovens enquanto categoria social, e não um ator específico, a determinados comportamentos indesejáveis. Em uma nota coberta – formato noticioso em que há a leitura da notícia pelo próprio apresentador e imagens ilustrativas ‘cobrindo’ estas falas – sobre um arrastão em dois restaurantes, Rodrigo Bocardí, apresentador da praça de São Paulo do Bom Dia Brasil¹⁹², afirma que os responsáveis pelo crime foram três assaltantes *bem jovens*”. Em outro momento, na cobertura de um protesto na capital paulista contrário à realização da Copa do Mundo no Brasil, a matéria nos diz que “135 pessoas foram detidas, e destes, 12 são menores”.

Que tipo de significados abordagens como estas ajudam a construir? Que sentidos são atribuídos quando, a partir de um lugar legitimado de fala, ouvimos que os assaltantes eram ‘bem jovens’?

E se fosse dito que dos 135 detidos, 12 são negros? Estaria, obviamente, reforçando um discurso preconceituoso e racista que vimos lutando para sobrepujar. A questão é que nesta segunda formulação, conseguimos perceber, de imediato, a construção frasal maliciosa e o que ela está querendo convocar, ao passo que, em relação aos menores, aos jovens, parece que não nos causa estranhamento essa associação com a criminalidade.

A afirmação de que os assaltantes eram *bem jovens* também não acrescenta informação jornalística, mas ajuda a lapidar um regime de verdade a partir do qual os jovens vão se ver, forjar suas identidades, e serem vistos socialmente, portanto, tais abordagens discursivas precisam ser alvo de debate, com vistas à transformação.

¹⁹² Edição de 14/01. O telejornal é apresentado do Rio de Janeiro, por Ana Paula Araújo e Chico Pinheiro, as praças de São Paulo e Brasília participam, ao vivo, em todas as edições, com a apresentação de Rodrigo Bocardí e Giuliana Morrone, respectivamente.

Considerações finais e discussão: o que as políticas públicas têm a ver com isso?

Em fins de 2010, concluí o curso de Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com um trabalho intitulado *Aquele não sou eu: um estudo de recepção entre jovens estudantes sobre as representações da juventude no telejornalismo*. À época, entrevistei estudantes de ensino médio de classe popular e alta sobre a importância do papel do telejornal em suas concepções e noções de mundo e sobre sua identificação com a juventude ali representada. O jornalismo televisivo, de fato, se mostrou um importante balizador da construção do conhecimento daqueles entrevistados, e, pelo menos nesse grupo, gozava de prestígio e credibilidade e andava de mãos dadas com instituições consagradas, como família e escola, na formação daqueles jovens, em diversos aspectos: construção das visões de mundo, valores, noções de certo e errado, etc.

A segunda questão basilar que me propunha a responder naquela investigação, porém, trouxe inquietações. “Não tem jovem no telejornal”, diziam. Já frustrada com a repetição destas negativas que, cheguei a acreditar, não me davam pistas para a pesquisa, entendi o que aquela resposta significava. De fato, o que aqueles jovens entendiam, a partir de suas experiências de vida e identidades, como sendo característico da juventude, não era retratado – e ainda não é – em nosso telejornalismo televisivo. E isso incomoda, enquanto jornalista e enquanto jovem.

Frente a esta sub-representação da juventude na mídia e a tendência a construções discursivas que atrelam criminalidade à condição juvenil como uma simples relação de causalidade, já explicitada em outras investigações anteriores que buscamos resgatar aqui, argumentamos e defendemos que deve haver intervenção estatal em buscar soluções para a transformação deste cenário.

Ignorar o poder da televisão em reproduzir, construir ou reforçar determinadas *verdades* ou sua estreita relação da juventude, que constrói sua identidade em uma sociedade cada vez mais fortemente midiaticizada, significa estar alheio às dinâmicas da contemporaneidade.

Nesse sentido, faz-se obrigatório debater possibilidades e soluções que permitam o deslocamento do conceito hegemônico de juventude para a noção de sujeitos de direito, com capacidade de posicionamento e de exercício de sua cidadania. E esse deslocamento passa, necessariamente, pela transformação no discurso que os entes legitimados, entre eles a mídia, elegem para representá-los.

O empoderamento dos jovens, através do acesso aos instrumentos de legitimação, de forma que eles possam narrar suas próprias culturalidades multifacetadas, pode ser uma solução. Mas este é um debate para outro momento.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, W. H. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BARBEIRO, H.; LIMA, P. **Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. São Paulo: Campus, 2002.

BARBOSA, M.; MORAIS, O. (Orgs.). **Comunicação, Cultura e Juventude**. São Paulo: INTERCOM, 2010.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber.** 7ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

FREIRE FILHO, J. **Reinvenções da resistência juvenil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MAIA, C. S. A. **Telejornalismo e Identidade: estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens da periferia de Juiz de Fora – MG.** Dissertação – Faculdade de Comunicação Social – UFJF. Juiz de Fora, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. **Jóvenes, comunicación y identidad.** Pensar Iberoamerica. Revista de Cultura, nº 0, fevereiro, 2002.

REGUILLO, R. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto.** Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.

TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. In: **Revista Famecos**, dezembro/2009, p. 77-83.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ARTE, CULTURA E POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: UMA COMBINAÇÃO NECESSÁRIA - Renato da Silva Della Vechia

Universidade Católica de Pelotas

RESUMO: Este artigo busca resgatar algumas experiências de articulação entre a arte e cultura com a atuação de entidades vinculadas ao movimento estudantil. Analisa o papel que o Centro Popular de Cultura da UNE desempenhou durante o conturbado período que antecedeu ao golpe militar no Brasil, alguns debates relacionados a concepções sobre o papel da arte, bem como algumas tentativas de utilização de expressões artísticas como forma de romper o isolamento a que as entidades estudantis foram submetidas após a intervenção militar no país. Por fim, resgata o papel que a questão cultural desempenhou no processo de redemocratização no contexto do movimento estudantil gaúcho a partir da organização de um grande encontro em Caxias do Sul, denominado Cio da Terra e organizado pela União Estadual de Estudantes do RS (UEE/RS).

PALAVRAS-CHAVE: movimento estudantil – arte – cultura - cpc – cio da terra

ABSTRACT: This article seeks to analyse some political experiments where art and culture have been linked within the context of the Brazilian Student Movement organizations. It examines the role that the Popular Culture Centre (CPC), cultural-political body directed to related to the National Student Union (UNE), played during the troubled period preceding the military coup d'état in the country. It focuses on some specific heated debates carried out by the members of those organizations about the different perspectives of the political role of the art. Also, it depicts some initiatives from the Centre which attempted to use artistic expression as a way to break up the political isolation that student bodies were submitted as a result of the military intervention in Brazil. Lastly, it emphasizes the role that the cultural issue played in the Brazilian re-democratization process, specifically within the context of the Gaucho Student Movement, following the set-up of a large meeting in Caxias do Sul city named “Cio da Terra”, organized by the Union of Students of Rio Grande do Sul (UEE / RS).

KEYWORDS: student movement – art – culture - cpc – “cio da terra”

Introdução

A articulação entre arte e política não é algo comum no campo da política, ao menos não enquanto espaço de construção de novas relações sociais. Muitas vezes a arte foi utilizada de forma instrumental ou de forma pontual. Quando trabalhamos especificamente com o movimento estudantil enquanto um espaço específico de luta política, essa questão também não é muito diferente. No entanto, pela própria condição de seus atores (juventude), em alguns momentos essa relação pôde ser trabalhada de forma distinta.

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é o de examinar a relação que em alguns momentos se constituiu entre as entidades representativas de estudantes (UNE, UEEs e DCEs) e a constituição de espaços culturais onde a juventude estudantil (notadamente universitários) pudessem se expressar.

Especificamente, buscamos analisar o papel que o Centro Popular de Cultura (CPC) cumpriu no período anterior ao golpe militar no Brasil; bem como algumas outras experiências mais localizadas durante o período militar e, por fim, analisar o papel que o 1º Encontro da Juventude Gaúcha, (Cio da Terra), desempenhou durante o processo de redemocratização no contexto do Rio Grande do Sul, através de uma iniciativa da União Estadual de Estudante (UEE/RS).

Para alcançarmos os objetivos propostos, buscamos documentos e bibliografia referentes ao tema, bem como reportagens, blogs e informações on line. No entanto, a base principal desse artigo é parte constituinte da tese de doutorado do autor, intitulada “O Ressurgimento do Movimento Estudantil Gaúcho no processo de Redemocratização: As Tendências Estudantis e seu papel (1977/1985)”, a qual foi apresentada no PPG de Ciência Política da UFRGS em 2011.

O artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, analisamos o papel que o Centro Popular de Cultura da UNE desempenhou no período anterior ao golpe militar no Brasil que se instaurou em 1964. Na segunda parte, buscamos apresentar algumas das concepções presentes sobre o papel da arte no processo político em curso na época. A terceira apresenta algumas experiências localizadas em que o movimento estudantil brasileiro ainda tentou resgatar o papel da arte enquanto um instrumento de mobilização política dentro dos limites possíveis no contexto do período militar. Por fim, na última parte, buscamos apresentar a experiência da organização do 1^o Encontro da Juventude Gaúcha (Cio da Terra), experiência que aconteceu na cidade de Caxias do Sul/RS, durante o período da redemocratização do Brasil.

A Experiência do CPC da UNE

No quadro do movimento estudantil brasileiro, possivelmente a experiência melhor sucedida no que diz respeito à relação entre movimento estudantil e arte e cultura, e que também maior impacto trouxe às futuras gerações, tenha sido a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

Pode-se dizer que o Centro Popular de Cultura foi um movimento cultural que surgiu a princípio no Rio de Janeiro e que se espalhou por todo o país. Surgiu através de jovens intelectuais, na sua maioria estudantes, e que viam a necessidade de criar uma cultura popular, ou seja, uma cultura engajada, que fosse um instrumento de politização para o povo, uma cultura que pudesse se contrapor às das classes dominantes.

Embora a criação formal do Centro Popular de Cultura tivesse ocorrido em dezembro de 1961, somente em 8 de março¹⁹³ de 1962 é que seu regimento interno foi submetido a uma Assembléia Geral. O CPC, que era o órgão cultural da União Nacional dos Estudantes, possuía autonomia administrativa e financeira. Essa autonomia não ocasionou problemas maiores enquanto o movimento estudantil era coeso, mas com o surgimento de diversas organizações político-partidárias e a consequente divisão do movimento estudantil, surgiu com mais força a luta pela hegemonia do movimento, o que provocou conflitos entre a UNE e o CPC.

Em termos financeiros, o CPC sobreviveu de contribuições individuais; de recursos governamentais (Serviço Nacional do Teatro, MEC, etc.); de doações de empresários e políticos e, principalmente, de pagamentos contra a prestação de serviços, além de recursos resultantes de contratos políticos para shows em comícios. Somente o teatro de rua e o teatro para camponeses eram apresentados gratuitamente, nas demais atividades do CPC era cobrado ingresso.

O CPC era dividido em departamentos: departamento de teatro; de cinema; de música; de arquitetura; de artes plásticas; de administração; de alfabetização; de literatura e de relações, com funções específicas, como veremos abaixo:

Departamento de Teatro:

¹⁹³ Dia Internacional da mulher.

O Departamento de Teatro, que reunia entre outros nomes, Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Arnaldo Jabor, Flávio Migliaccio, Claudio Cavalcanti e Cecíl Thiré,¹⁹⁴ foi responsável pela construção de um teatro e ampliação da sede do CPC no prédio da UNE; pela construção e instalação elétrica e sonora de uma carreta rebocada por um jipe e transformável em palco para espetáculos de teatro de rua e pela produção e montagem de no mínimo 19 peças (número extra-oficial) que foram apresentadas inúmeras vezes e em diversos locais do país.

Departamento de Cinema:

O departamento de Cinema, que reuniu nomes como Leon Hirzman, Carlos Diegues, Marcos Farias, Glauber Rocha, Ruy Guerra e Nelson Pereira dos Santos, foi o responsável pela realização do filme longa-metragem “Cinco vezes Favela”, o qual foi distribuído em todo o Brasil, além de ser o responsável pela realização de diversos documentários, rodados durante a UNE-Volante.

Departamento de Música:

O departamento de música, que reuniu nomes como: Carlos Lira, Geraldo Vandré, Milton Nascimento, Chico Buarque e Carlos Castilho, gravou e distribuiu um long-playing¹⁹⁵ intitulado “O povo canta”, o qual induzia as pessoas a perceberem as causas das dificuldades pelas quais passavam; gravou o disco “Cantigas de eleição”, o qual denunciava a corrupção do poder econômico no processo eleitoral; realizou a Iª Noite de Música Popular Brasileira, apresentada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de diversos intérpretes e compositores populares, além de ser responsável pela realização de diversos shows musicais em praças e teatros de bairros do Rio de Janeiro e participação nas duas UNE-Volantes.

Departamento de Literatura:

Este departamento foi o encarregado da publicação dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, que falavam de temas como a reforma agrária; greves; revolução brasileira; imperialismo, etc. No livro “Centro Popular de Cultura”, de Manoel T. Berlink (1984), consta existir 24 números desta coleção, mas ele reconhece que podem existir mais alguns que ele desconheça. Além dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, também foram publicados outros livros, na sua maioria cordéis.

Além das obras produzidas nos departamentos já citados, o CPC também foi responsável por outras atividades, e entre elas se destacam:

- 1 – A criação de cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia;
- 2 – A participação na primeira UNE-Volante, excursão que durou três meses e que foi a todas as regiões do país. Durante a excursão, o CPC apresentava shows, peças de teatro, filmes, documentários e exposições gráficas e fotográficas sobre reforma agrária, remessa de lucros, política externa independente, voto do analfabeto e Petrobrás;
- 3 – Criação de CPCs nas principais cidades do país;
- 4 – Fundação da PRODAC, que era uma rede nacional de distribuição de discos, livros e revistas. A PRODAC tinha representantes em mais de 50 cidades e distribuía para todo o Brasil, além das publicações do CPC, as obras das Editoras Civilização Brasileira, Universitária e Fulgor;

¹⁹⁴ Todos eles posteriormente foram grandes nomes da dramaturgia e da TV brasileira.

¹⁹⁵ Disco de vinil grande.

5- Realização do Iº Festival de Cultura Popular;

6 – Produção de peças, músicas, e cartazes para os CPCs estaduais

Debates sobre a relação entre Arte e Política

O CPC nasceu em um momento político bastante conturbado de nossa história, quando a ideologia nacionalista transpassava a sociedade e consolidava a ideia de um bloco nacional que abrangia todas as classes sociais. É a efervescência política da época que permitiu o surgimento do CPC como ação revolucionária-reformista dentro da cultura.

Os integrantes do CPC dividiam a arte em três tipos: arte do povo, arte popular e arte popular revolucionária.

A arte do povo, segundo Carlos Estevam,

é predominantemente um produto das comunidades economicamente atrasadas e floresce de preferência no meio rural ou em áreas urbanas que ainda não atingiram as formas de vida que acompanham a industrialização. O traço que melhor a define é que nela o artista não se distingue da massa consumidora. Artistas e público vivem integrados no mesmo anonimato e o nível de elaboração artística é tão primário que o ato de criar não vai além de um simples ordenar os dados mais patentes da consciência popular atrasada (...) é tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênua e retardatária e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento (BERLINCK, 1984, p. 43-44).

Para Estevam, a arte popular se distingue da do povo

Não só pelo seu público que é constituído pela população dos centros urbanos desenvolvidos como também devido ao aparecimento de uma divisão do trabalho que faz da massa a receptora improdutiva de obras que foram criadas por um grupo profissionalizado de especialistas. Os artistas constituem assim um estrato social diferenciado de seu público, o qual se apresenta ao mercado como mero consumidor de bens cuja elaboração e divulgação escapam ao seu controle. A arte do povo e a arte popular, quando considerados de um ponto de vista cultural rigoroso, dificilmente poderiam merecer a denominação de arte, por outro lado, quando considerados do ponto de vista do CPC, de modo algum podem merecer a denominação de popular ou do povo (Ibidem).

Ainda se referindo à arte popular, Carlos Estevam a considera

Mais apurada e apresentando um grau de elaboração técnica superior, não consegue, entretanto, atingir o nível de dignidade artística que a credenciasse como experiência legítima no campo da arte, pois a finalidade que a orienta é a de oferecer ao público um passatempo, uma ocupação inconseqüente para o lazer, não se colocando para ela o projeto de enfrentar os problemas fundamentais da existência (Ibidem).

Para os integrantes do CPC, a única arte legítima era a arte política, engajada, aquela que possui conteúdo revolucionário. Para Estevam, a cultura desalienada admite que “desempenha um papel revolucionário na sociedade pelo simples fato de existir

como cultura não falsificada” (Ibidem, pg.57). Ainda segundo Estevam, “só há cultura popular onde se produz o processo que transforma a consciência alienada em consciência revolucionária ativamente engajada na luta política” (Ibidem, pg. 68). Para Vianinha, “o teatro tinha de servir à luta do povo, como instrumento de sua conscientização e meio de sua organização” (Ibidem, pg. 21). Em 1959, Guarnieri afirmava que “não vejo outro caminho para uma dramaturgia voltada para os problemas de nossa gente, refletindo uma realidade objetiva, do que uma definição clara ao lado do proletariado, das massa exploradas”(Ibidem, pg. 17). Arnaldo Jabor, revendo sua participação na época, afirmou que “a gente pensava que a fome era um caso de informação: se o povo fosse bem informado, aconteceria a revolução, sem nos darmos conta da extrema complexidade do problema” (HOLANDA, 1981 p. 26).

Estas afirmações vindas dos expoentes do CPC, refletem claramente uma visão que dava uma grande importância à arte política como um instrumento revolucionário.

O Centro Popular de Cultura, embora tivesse tido uma grande importância na nossa produção cultural, cometeu alguns equívocos, os quais precisamos resgatar no sentido de evitar que os mesmos sejam repetidos.

O primeiro deles foi o excessivo valor dado à arte como um instrumento revolucionário. Segundo o próprio Arnaldo Jabor, “o que ficou foi esta inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte como força política, no mundo” (Ibidem, pg. 28). Outra crítica que é feita se refere à afirmação de Carlos Estevam, de que “fora da arte política, não há arte popular” (Ibidem). Para Renato Ortiz, esta afirmação “não somente empobrece a dimensão estética, como distancia o autor dos interesses populares, posto que todo aspecto não imediatamente político é eliminado” (ORTIZ, 1979). Ainda segundo Ortiz, podemos notar uma incoerência teórica do CPC, pois quando entra em discussão a questão do imperialismo cultural, o folclore, antes considerado “falsa cultura”, passa a ser “veracidade” nacional, ou seja, em contraposição ao Rock, por exemplo, é apresentada a música folclórica como legítima representante de nossa cultura (Ibidem).

Para Sebastião Uchôa Leite, o CPC, “ao considerar os fenômenos populares enquanto alienação, se aliena a esse mesmo conceito”, pois “definir as manifestações populares como falsa consciência implica necessariamente elegerem-se arbitrariamente valores da veracidade e de autenticidade cultural” (Ibidem).

Outra observação feita por Renato Ortiz é quanto à relação intelectual-massa. Segundo ele, na visão do CPC, “são os intelectuais que levam cultura às massas. Fala-se sobre o povo, para o povo, mas dentro de uma perspectiva que permanece sempre como exterioridade”(Ibidem).¹⁹⁶ Relacionado a isto, Manoel T Berlinck afirma que

seus membros, por não pertencerem às classes populares e por viverem numa sociedade autoritária, onde a distância entre as classes é muito grande, tinham uma visão exterior e isolada tanto da consciência popular como das possíveis maneiras de alterá-las (BERLINCK, 1984, p.108).

Para Heloisa Buarque de Holanda, o CPC “ao reivindicar para o intelectual um lugar ao lado do povo, não apenas se faz paternalista, mas termina – de forma adequada à política da época – por escamotear as diferenças de classes, homogeneizando

¹⁹⁶ Essa concepção possivelmente é decorrente da concepção leninista (que por sua vez vem de Kautski), presente nas organizações de esquerda da época, quando afirmavam que a consciência de classe vem de fora da classe para dentro.

conceitualmente uma multiplicidade de contradições e interesses” (HOLANDA, 1981, pg.19). Não podemos afirmar aqui qual o sentido dado à palavra “povo” pelos integrantes do CPC. Se o mesmo se referia ao “conjunto dos habitantes de um determinado país ou região”, a crítica feita por Heloísa tem fundamento. Caso contrário, ou seja, se o sentido de povo for o mesmo que Lênin definiu como “o conjunto dos explorados e oprimidos de uma dada formação social” (Revista Brasil Revolucionário, s/ ano, pg. 57), esta crítica então perde seu sentido de ser.

Debates conceituais à parte, no que tange ao papel desempenhado pelo Centro Popular de Cultura nessa conjuntura, lembramos que em 1962, os estudantes universitários brasileiros deflagraram uma grande campanha por um outro modelo de universidade, momento em que o CPC teve um papel fundamental.

Os estudantes se posicionaram em defesa das liberdades democráticas nos campos social e econômico; engajavam-se na resistência ao golpe; preparavam-se para a possibilidade de uma guerra civil; abriam o debate para a problemática da universidade; apoiavam todas as reivindicações populares contra pobreza, baixos salários, políticas inflacionárias; e buscavam o trabalho político com base na cultura popular, criando o CPC (Centro Popular de Cultura), que disseminava, por meio do teatro e da propaganda, os debates dos seminários estudantis (Souza, 1999, pg. 39).

O instrumento utilizado para esta campanha (reforma educacional), foi a criação da UNE-Volante, que era uma caravana de 20 a 25 pessoas, composta pela diretoria da UNE e membros do CPC, que percorreu todas as regiões do país. A caravana, que se deslocava de avião, tinha o objetivo político de levar as proposições do Seminário de Curitiba para os estudantes, abrindo um amplo processo de discussão acerca da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados.

A diretoria da UNE visitou cerca de 250 faculdades, participou aproximadamente de 200 assembleias gerais e realizou inúmeras reuniões com dirigentes estudantis em todo o país.

Para sensibilizar os estudantes mais despolitizados, que não participavam das assembleias, o CPC da UNE fazia apresentações de peças teatrais que tinham como eixo a Reforma Universitária, além de tratar de questões como a luta anti-imperialista, a reforma agrária, etc.

A discussão a este respeito não ficou restrita aos limites da universidade, pois os setores conservadores, ao notarem que a campanha estava ganhando corpo, começaram a fazer uma violenta campanha contra a UNE. Esse ataque dos conservadores fez com que outros setores sociais se colocassem ao lado da reivindicação dos estudantes.

Ao final da excursão UNE-Volante, reuniu-se em São Luis do Maranhão o Conselho Nacional dos Estudantes, que avaliando o espírito de luta em que se encontravam os estudantes (em duas universidades os estudantes já estavam em greve), resolve dar um prazo às autoridades para que fossem atendidas as reivindicações. Esgotado o prazo e sem resposta por parte das autoridades competentes, é decretada uma greve geral em junho de 1962.

A greve por 1/3 foi a maior já registrada pelo movimento estudantil brasileiro até aquele momento, atingindo cerca de 40 universidades, o que representava mais de 90% dos estudantes na época. Durante o seu curso, os estudantes permaneceram mobilizados, participando de manifestações e discutindo a problemática da

universidade. Se não conseguiu que todas as reivindicações fossem atendidas, serviu como referência à disputa pela construção de um outro modelo de universidade.

Outras experiências culturais no Movimento Estudantil Brasileiro

As “marcas” do CPC não se fizeram presentes apenas enquanto um instrumento de mobilização por parte da diretoria da UNE. Seja por ter se “enraizado” no movimento estudantil de forma mais geral no país, seja pelas questões levantadas e que continuaram a ter repercussão, mesmo após o golpe militar de 1964. O movimento estudantil de Natal, no Rio Grande do Norte, também construiu seu espaço cultural/estudantil, bem como outros estados também o fizeram

a exemplo do que ocorria em vários Estados do Brasil, nasceu em Natal, no dia 19 de novembro de 1962, o Centro de Cultura Popular (...). O CCP nasceu por inspiração da UNE, que na época defendia por todo o Brasil a idéia de criação de Centros Populares de Cultura, experiência iniciada no Rio de Janeiro por um grupo de atores profissionais, fruto de uma idéia surgida durante excursão do Teatro de Arena de São Paulo (Silva, 1989, pg 102).

O golpe militar instaurado no Brasil buscou acabar com essas experiências culturais que tinham um forte conteúdo político naquele contexto. Não só o CPC da UNE foi extinto, também iniciativas locais sofreram as consequências do autoritarismo estatal.

Através de um trabalho contínuo realizado em acampamentos escolares e junto a entidades ou instituições representativas dos trabalhadores, o CCP contribuiu para a discussão de temas relevantes da sociedade brasileira, mas teve vida efêmera. Em abril de 1964, sem completar dois anos de existência, suas atividades foram encerradas (SILVA, 1989, pg. 104).

No entanto, embora entidades estudantis e até mesmo entidades de cunho cultural tenham sido “fechadas” a partir do momento em que foram consideradas ilegais (entidades estudantis) ou até mesmo em função de temor a possíveis represálias, o elemento cultural presente no imaginário da juventude da época continuou sendo um fortíssimo componente da luta por transformações políticas e culturais em nossa sociedade. Para Vladimir Palmeira,

Se não fosse o golpe, se tivéssemos conseguido redemocratizar o país em 67-68, teríamos feito uma revolução cultural maravilhosa, uma segunda Semana de Arte Moderna, um turbilhão de criatividade. Por isso digo que a geração de 68 foi um estado de espírito. Embora tenhamos sido derrotados politicamente – a ditadura continuou firme por muito anos -, nós mudamos a cara do país. Porque o movimento estudantil também era música, teatro, cineclube... era cultura, linguagem, propostas inovadoras: não haveria o cinema novo sem o movimento estudantil e seu público, nem o teatro de vanguarda, a música popular, as artes plásticas. Toda a produção cultural e artística do Brasil, tal como a conhecemos hoje, seria outra sem aquela extraordinária explosão de criatividade (Vladimir Palmeira, in: Dirceu, pg. 26).

Como vimos, mesmo após o golpe militar, muitas experiências culturais se mantiveram articuladas com as entidades estudantis. Em São Paulo, dois teatros universitários tiveram um papel importante na vanguarda cultural: o TUCA e o TUSP (um vinculado à Universidade Católica de São Paulo e o outro vinculado à USP). Os

diversos teatros de Arena, embora não diretamente vinculados à entidades estudantis também foram importantes espaços dessa disputa. Em Alagoas, o movimento estudantil construiu o Teatro Universitário de Alagoas, em 1968. Nesse mesmo ano, organizaram o I Festival Universitário de Música Popular Brasileiro, sendo que o II Festival de MPB foi realizado em junho de 1970 e o III (e último), em dezembro de 1971. Os estudantes de Alagoas também organizaram a I Caravana da Cultura, inspirados no CPC.

Da mesma forma que os estudantes alagoanos, os recifenses organizaram o Festival Universitário Regional de Música Popular Brasileira, de caráter regional, no Teatro Santa Isabel, em novembro de 1970. Similar a essas experiências, esse período foi muito rico no universo da cultura e das artes no país inteiro. No entanto, na medida em que a repressão se intensifica, as manifestações artístico-culturais conhecidas como “contracultura” precisaram ser muito criativas para “burlar” a censura. Músicas com letras de duplo sentido, codinomes de autores e ou músicos muito conhecidos, etc.

Percebemos também que à medida em que a repressão política se intensificou, os espaços públicos de festivais e atividades públicas começaram a diminuir de importância, seja pela dificuldade de realizá-los, seja pelo contexto da luta armada que mobilizou parcela significativa da juventude que atuava no movimento estudantil.

os *festivais* são uma forte expressão cultural mas principalmente, um canal de manifestação política dentro da legalidade possível (...) procurava-se não só o envolvimento dos universitários, mas do papel maceioense. Era como se os membros dos Diretórios e do Teatro Universitário Alagoano procurassem evitar – conscientemente ou por intuição – conduzir a prática estudantil para o isolamento trazidos pelas propostas de luta armada como forma de enfrentar o Regime Militar” (Oliveira, 1994, pg. 98).

Mesmo não havendo mais espaços livres para grandes manifestações culturais por parte da juventude brasileira, principalmente aquelas vinculadas à contracultura e ligadas a movimentos políticos de contestação direta ao regime, durante todo o período militar, a cultura e a arte mantiveram algum espaço, mesmo que marginal, como instrumentos de contestação não só ao regime autoritário, mas à cultura de massas que tentava se implantar e a alguns valores próprios de uma sociedade conservadora. Não é apenas coincidência que o movimento conhecido como Tropicália era tão temido pelo regime da época. A preocupação não era com o conteúdo das letras musicais, mas fundamentalmente com questões comportamentais difundidas pelo movimento (cabelos compridos, barba, roupas coloridas e extravagantes para os costumes da época, amor livre, etc). Esse debate/embate cultural/ideológico acompanhou todo o período militar e foi elemento importante no período da redemocratização do país.

Cio da Terra: O “Woodstock Gaúcho” no período da Redemocratização

No contexto da redemocratização, em que pese a continuidade de uma forte vinculação dos estudantes com as questões culturais, o evento que mais impactou o movimento estudantil gaúcho, a partir da perspectiva de vincular o movimento estudantil com a produção da arte e cultura, foi a realização do Cio da Terra¹⁹⁷. Esse foi o nome de um evento cultural organizado pela UEE/RS, em outubro de 1982, em Caxias do Sul, e que até hoje é lembrado por quem participou ou até mesmo por pessoas

¹⁹⁷ Para maiores informações, matérias de jornais, depoimentos e fotografias sobre o Cio da Terra, ver o blog no endereço <http://ciodaterra1982.blogspot.com> ou a comunidade Eu fui ao Cio da Terra no orkut. Ainda existem pequenos vídeos (documentários) possíveis de serem localizados 0063 na internet.

que não chegaram a participar, mas que tiveram conhecimento do evento na época. Para Pepe Vargas, militante do movimento estudantil de Caxias do Sul e um dos responsáveis pelo núcleo de apoio no município,

O Cio da Terra foi uma espécie de acampamento da juventude do Fórum Social Mundial com vinte anos de antecedência. Abriu um processo de discussão para além das pautas políticas em sentido estreito. Várias dos temas que pautou se constituíram em movimentos sociais reconhecidos anos depois, mas não tinham ainda este status na época (Entrevista por email com Pepe Vargas em janeiro de 2011).

A condição de algo inédito era percebido por muitos dos que participaram do evento e que tinham participado em algum momento do movimento estudantil, como João Carlos Gastal que nesse momento estava saindo da universidade:

foi um evento muito marcante, caracterizando algo até então inédito no movimento estudantil das décadas de 1970 e 1980, pois, até aquele momento, nenhuma iniciativa do movimento no âmbito cultural tivera dimensão e repercussão sequer longinquamente semelhante. O Cio da Terra constituiu um rompimento com posturas mais ortodoxas até então francamente hegemônicas no seio da esquerda como um todo e do movimento estudantil em particular, ao colocar em destaque temas alternativos de grande interesse para a juventude, como sexualidade, drogas, cultura, e prazer. (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior, janeiro de 2011).

Até mesmo quem não participou diretamente do evento tem opinião sobre o mesmo. Para Abner Gomes,

Quem foi e me contou, me deixou a impressão que foi realmente um acontecimento perturbador, criativo, que alimentou a construção de novos valores para a vanguarda daquela época. - novas estéticas para os movimentos - novos movimentos novos encontros. Não acho que tenha tido um produto objetivo, acho que teve vários produtos disseminados - uma influência de longo prazo. Acho que não teve um segundo porque não tinha como haver (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes em janeiro de 2011).

Também conhecido como o “*woodstock gaúcho*”, expressão utilizada por parte da mídia na época, contou com um número de participantes e espectadores que ficou entre os 10 a 15 mil. Não existem informações seguras, ficando a critério de cada observador a estimativa. A própria diretoria da UEE perdeu o controle sobre a quantidade de pessoas que participaram. Centenas de pessoas entraram nos pavilhões onde anualmente é realizada a Festa da Uva, em Caxias, através da cerca, sem pagar ingressos. A equipe de seguranças contratada para acompanhar o evento (80 pessoas) não foi suficiente para cobrir toda a área do local. Até mesmo pelo fato de os seguranças entrarem em greve na primeira noite do evento em função da má qualidade da alimentação que a empresa contratada ofereceu.

Fato curioso é o imaginário que o evento deixou até mesmo em pessoas que eram crianças na época e não participaram, mas que hoje fazem questão de opinar sobre o evento. Em um site do Orkut, existem depoimentos como o de uma pessoa que afirmou que “*moro e trabalho a uma quadra dos Pavilhões, toda vez que olho pra aquele morro, me dá uma nostalgia do que nunca vivi - infelizmente nasci tarde (1972)*”. Ou então outra pessoa que se apresenta como Souza e que disse que:

Moro há 2 anos aqui em Caxias, moro ao lado dos pavilhões. Ouvi falar da existência desse festival através de um vizinho aqui do condomínio, um quarentão que não dispensa um baseadinho. Sou careta com orgulho, mas não deixei de ficar fascinado com a descrição dele do evento. Quem diria que nosso estado já teve um Woodstock e ele foi do lado do meu condomínio. 1982 foi um ano mágico pra mim, tinha 10 anos e só sabia andar de monareta e colecionar figurinhas da Copa da Espanha (Orkut, comunidade Eu participei do Cio da Terra).

De forma similar, A. Sarah, criou um blog sobre o Cio da Terra (poetadeguardanapo.blogspot.com.br), onde mostra surpresa por ser moradora de Caxias e não ter tido conhecimento antes a respeito do evento. Afirma que

para você ver como às vezes a gente mora numa cidade há um tempão e não sabe nada sobre ela: faz muito pouco tempo que eu descobri que Caxias tinha sido palco de um woodstock (poetadeguardanapo.blogspot.com.br).

A comemoração dos 25 anos da realização do Cio da Terra, em 2007, no município de Caxias, bem como reportagens na mídia local, em 2012, quando dos 30 anos do evento, demonstram o impacto que o mesmo gerou no município.

O grande fluxo de jovens no evento, superando as expectativas iniciais, fez com que a estrutura de alimentação planejada não fosse suficiente, sendo que muitas pessoas saíam da área atrás de alimentos. Os armazéns da redondeza também não davam conta, sendo que frutas, queijo, salame, etc. também começaram a faltar nos locais próximos ao evento. A fila para os banheiros tinha uma duração média de 2 horas, sendo que alguns se deslocavam para um riacho próximo para tomar banho sem ter de enfrentar as filas.

Havia algum tipo de evento durante as 24 horas do dia, pois os shows acabavam na madrugada (perto das 5, 6 horas) e logo cedo outros estavam acordando e iniciando atividades como dança, capoeira, etc.

Apresentaram-se nos shows diversos nomes de diferentes estilos da área musical do país, como: Ednardo, Sivuca, Itamar Assunção, Jorge Mautner, Geraldo Azevedo, Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro, Vitor Ramil, Giba Giba, Grupo Tarancón, Grupo Saracura, Cenair Maicá, Nei Lisboa e outros.

Além dos shows musicais, houve exibição de filmes com debates; apresentação de peças de teatro, danças e debates dos mais variados temas como sexualidade, drogas, sindicalismo, revolução, educação, etc.

Para dar conta da limpeza, os DCEs que davam sustentação política à diretoria da UEE na época, definiam uma equipe de militantes que se revezavam duas vezes ao dia limpando o pátio, recolhendo papéis, copos plásticos, etc.

Foi construída uma verdadeira *cidade de barracas*, onde as pessoas se revezavam entre dormir, ficar se aquecendo ao fogo à noite ou participando dos eventos. Como nem todos foram precavidos com barracas, alguns tinham barracas coletivas, onde se revezavam nos horários para dormir.

A segurança contratada foi instruída a garantir a segurança dos presentes, mas não agir de forma repressora nas questões ligadas a pequenos problemas, geralmente de caráter moral, como pessoas que andavam nus ou uso de maconha.

Esse tipo de situação criou condições para que parte da mídia local denunciasse o evento como sendo um espaço de promiscuidade, onde a única preocupação seria com sexo e drogas. Radialistas locais faziam chamadas pedindo aos pais que não deixassem os filhos participar do evento ou que fossem ao local para retirá-los. Alguns chegavam a rotular o evento como “festival de maconheiros”.

Claro que em um evento dessa natureza e com a quantidade de pessoas que participaram, poderia haver situações difíceis de controlar. No entanto, desde o início a preocupação da diretoria da UEE e da Comissão Organizadora do evento foi garantir um espaço amplo e democrático, onde todas as formas de expressão estivessem presentes, desde a contestação a padrões comportamentais até debates de caráter político-ideológico. Pelo que se sabe, não houve nenhum registro de brigas ou acidentes no local.

Para Ednardo, um dos músicos mais esperados e que encerrou o encontro com seu show,

Passeamos entre as barracas do imenso acampamento e vimos muita gente linda, que nos convidava pra cantar um pouco e escutar suas músicas, tomar chimarrão, vinho, rolava em alguns cantos charos(?) dos bons, mas não vi nenhum desbunde de coisas pesadas. A juventude estava ali para mostrar que sabia se organizar por conta própria (Ednardo - <http://zecazines.blogspot.com.br/2007/10/cio-da-terra-25-anos.html>).

Ednardo também lembra de em um show que tinha feito em Porto Alegre, em 2001, quando um casal veio dizer a ele que tinham um filho com seu nome – Ednardo – em função de ter sido gerado no Cio da Terra.

No mais recente show que fiz em Porto Alegre, em 2001, muitas pessoas vieram falar comigo se referindo ao Cio da Terra. Entre elas, chegou um casal com um filho de 19 pra 20 anos, dizendo que ele foi gerado no dia do meu show. Fiquei super honrado e feliz com este fato, que representa que minhas músicas fazem parte efetiva da trilha sonora e existencial de muitas pessoas (Ednardo <http://zecazines.blogspot.com.br/2007/10/cio-da-terra-25-anos.html>)

Mas o sucesso do evento não significou que a organização do mesmo não tivesse tido grandes problemas. Inicialmente o Cio da Terra estava marcado para os dias 1 a 3 de outubro. Diversos contratos já haviam sido assinados com artistas e o material de divulgação já estava circulando quando a direção da UNE remarcou a data do Congresso da entidade para os mesmos dias.

Inicialmente, o III Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), realizado dias 16 a 19 de julho de 1982 em Belo Horizonte, tinha marcado o Congresso da UNE para os dias 24 a 26 de setembro. Caberia à direção da UNE convocar um CONEG para preparar o mesmo. A diretoria da UNE não marcou o CONEG previsto e remarcou a data para uma semana após (1 a 3 de outubro, justamente os dias em que estava marcado a realização do CIO DA TERRA)¹⁹⁸. Sem o chamamento do CONEG, a UEE/RS e as entidades estudantis gaúchas ficaram sem a opção de ter uma instância que pudesse reverter a data. Diante desse quadro, a diretoria da UEE teve de remarcar o evento para os dias 29, 30 e 31 de outubro de 1982, com muitos prejuízos, o que iria

¹⁹⁸ A delegação gaúcha normalmente era uma das maiores em quantidade de delegados nos Congressos da UNE e normalmente a imensa maioria dos mesmos eram de oposição à direção da entidade.

refletir-se na próxima gestão, a qual herdou parte das dívidas. A remarcação da data tinha um forte conteúdo político, pois a delegação do Rio Grande do Sul, além de numerosa, era composta fundamentalmente de delegados que faziam oposição à direção da UNE à época. Possivelmente tivesse sido a delegação com maior número de delegados de oposição, sendo inclusive que Aldo Fornazieri, presidente da UEE/RS, foi quem encabeçou a chapa de oposição em um processo de eleição congressional.

O problema da falta de datas no fim do ano gerou uma situação curiosa. Quando ocorreu o evento, já havia sido escolhida a nova direção da UEE, embora o evento estivesse sob responsabilidade da primeira gestão da Travessia. A eleição para a nova direção da UEE ocorreu uns 10 dias antes da realização do Cio da Terra, dias 20 e 21 de outubro de 1982, mesmos dias das eleições para o DCE da UFSM, da UPF e da UFPEL, sendo que em todos esses DCEs a Resistência (uma das correntes estudantis que compunha a diretoria da UEE) foi a chapa vencedora (Cláudio Ritter Alves, Paulo Zílio e Gerson Madruga, respectivamente foram eleitos presidentes dos DCEs). Em outras universidades (UFRGS, Unisinos), as chapas vencedoras eram vinculadas ao jornal *Em Tempo*, articulador de uma outra corrente estudantil (Peleia) que compunha a direção da UEE/RS.

Somente em Santa Maria, a chapa vitoriosa para a UEE/RS (Travessia)¹⁹⁹ teve 5.234 votos. Essa chapa foi eleita tendo Flávio Silveira (*Em Tempo*) como presidente, José Eduardo Utzig (Resistência) como vice e Nara Magalhães (Resistência) como Secretária Geral²⁰⁰. A outra chapa que concorreu foi a chapa Alicerce, vinculada à Convergência Socialista. O resultado para as eleições da UEE, em Pelotas, foi: Travessia, 2.196 votos e Alicerce 364.

Embora não tenhamos os números finais exatos, esses dados (Santa Maria e Pelotas) já indicam a grande diferença de votos entre as duas chapas que disputaram a entidade.

A grande votação que a chapa Travessia teve junto aos estudantes gaúchos, em grande medida era o reflexo do processo de mobilização envolvendo a organização do Cio da Terra. A busca de recursos para a organização do evento, bem como para a organização de caravanas locais que se deslocariam até Caxias, mobilizou o conjunto das entidades estudantis gaúchas por praticamente todo o ano de 1982. Em função da remarcação da data, e na medida em que alguns contratos já estavam assinados (Grupo Tarancón, Cida Moreira, Premeditando o Breque, etc), não restou outra alternativa senão a organização de um conjunto de shows com esses artistas nas principais cidades do estado (Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria entre outros).

Embora o Cio da Terra tenha tido uma enorme repercussão no movimento estudantil gaúcho, não podemos colocá-lo na condição de uma atividade inédita no movimento estudantil brasileiro. Nos anos de 1979 e 1980, foi realizado algo semelhante em Fortaleza, denominado de Massafeira Livre. No ano seguinte, 1981, houve o Encontro da Juventude Mineira, também atividade que teve características muito parecidas. Segundo o blog Zeca Zines, administrado por Aura Edições Musicais, referindo-se a esses eventos, afirma que

¹⁹⁹ A gestão 82/83 também adotou o nome de Travessia e era composto majoritariamente pelos dois setores que compuseram a gestão anterior (Resistência e Peleia) com mais algumas tendências que se juntaram à chapa

²⁰⁰ Existe dúvida em relação ao cargo ocupado por Nara. Outro nome citado como Secretário Geral nessa gestão é o de Renato Azambuja, estudante de medicina da UFRGS.

Cada um destes eventos, expõe e resalta características próprias de cada região, e reúne multidão de pessoas de todas idades em um palco/platéia aberto às expressões de todos, às premências da “juventude” de diversas faixas etárias querendo se expressar, após abafado período de silêncios impostos pela ditadura. (http://zecazines.blogspot.com.br/2007_10_01_archive.html)

E especificamente no que diz respeito ao Cio da Terra, lembra que

Nos debates que aconteceram no Cio da Terra, assim como nos outros eventos, tinham vários itens: Música, Teatro, Cinema, Dança, Literatura, Poesia, Artes Plásticas, Cultura Popular, Cultura Alternativa, Folclore, Artesanato, Comidas Típicas, etc. No Cio da Terra os debates foram ampliados incluindo temas sobre Ecologia, Educação, TV, Negros, Índios, Mulheres, Alimentação Natural, Camping, Drogas, Política, Sexualidade, etc. (http://zecazines.blogspot.com.br/2007_10_01_archive.html)

Podemos perceber que muitos dos debates realizados no Cio da Terra ainda são atuais. No entanto, não podemos de forma apressada dizer que nada mudou daquele momento para hoje ou que as reivindicações permanecem as mesmas. É necessário uma contextualização histórica para compreendermos até mesmo o impacto que o evento exerceu sobre aquela geração. Se é verdade que a discussão sobre liberação da maconha esteve presente nos debates organizados pelo evento, por exemplo, não podemos esquecer que, na época, o uso da mesma era considerado crime sujeito à prisão. De forma similar, a luta das mulheres por igualdade de condições, ainda presente em nossa sociedade, tinha barreiras bem maiores que as atuais. Como exemplo, podemos lembrar de uma ocupação de mulheres à Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFPEL, onde as mesmas não podiam nem mesmo entrar, muito menos residir. O fato gerador da ocupação foi a proibição da mãe de um aluno do curso de Veterinária entrar na CEU, que queria visitá-lo, pois seu filho tinha quebrado a perna, e mesmo assim foi impedida pela segurança da casa.

A discussão a respeito da liberdade em um contexto de rompimento com a ditadura foi considerada como um dos elementos centrais que permitiu que o Cio da Terra se realizasse naquele contexto e com a força que teve.

aquilo era uma grande conquista para a juventude. Cada geração tem a sua tarefa. A daquela era decidir se queria ser livre ou seguir os valores que a ditadura havia incutido. Acho que falta para a juventude de hoje, controlada pelo marketing, mas que clama por uma ideologia, ter essa discussão básica. Para onde ir?(Nelson Coelho de Castro – O Caxiense, 19/out/2012, pg 17)

As características de um modelo de sociedade que beirava ao fascismo não estavam presentes apenas nas estruturas militares ou nos aparatos coercitivos do Estado. Culturalmente vivíamos um período de grande repressão sexual. No fim dos anos 70 e início dos anos 80, ainda era comum homens que mataram suas mulheres e ou companheiras serem inocentados nos tribunais alegando serem “crimes de honra”. O controle do corpo, da sexualidade, era um ingrediente político importante do controle da sociedade. Até mesmo uma obra de Picasso foi proibida no Brasil por ser considerada pornográfica. A censura não se preocupava apenas com questões políticas, mas também com questões comportamentais ou morais. Frequentemente as prostitutas eram levadas em camburões da polícia em São Paulo e cidades maiores em nome de uma “limpeza moral”.

É nesse contexto de repressão cultural e dentro do processo de expansão de uma indústria cultural massiva e alienante que vinha se instalando no país, rapidamente, no fim da década de 70, que também surge aquilo que era designado como “cultura marginal”, “arte marginal”, “contracultura” ou “cinema marginal”. A busca de alternativas vinculadas à liberação de costumes, à construção de uma nova sociabilidade, onde movimentos pacifistas, ecologistas e ambientais se articulam com lutas políticas e com movimentos que buscam a livre expressão e organização da sociedade (mulheres, negros, gays, etc.). Somente nesse contexto é que pode ser entendido o I Encontro da Juventude Gaúcha. E também nesse contexto é que talvez possa ser melhor compreendida a fala de Abner Gomes, (referindo-se ao Cio da Terra), de que “...acho que não teve um segundo porque não tinha como haver”.

Referências bibliográficas

BERLINCK, T. M. O **Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas. Editora Papyrus, 1984.

DIRCEU, J.; PALMEIRA, V. **Abaixo a Ditadura: O Movimento de 68 contado por seus líderes**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 1998.

HOLLANDA, B. H. **Impressões de Viagem**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, S. A. J. **A Mitologia Estudantil**. Alagoas, Maceió, SERGASA, 1994.

REIS Fl. A. D., MORAES, P. **68: Abaixo a Ditadura: A Paixão de Uma Utopia**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1968.

SILVA, A. I. J. **Estudantes e Política: Estudo de um movimento (RN 1960-1969)**. São Paulo. Cortez Editora, 1989.

SOUSA, T. P. J. **Reinvenções da Utopia: A militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo. Hacker Editores, 1999.

VÁRIOS Autores. **Brasil Revolucionário**. Nº 1, março/abril/1983

VECHIA, D. S. R. **O Ressurgimento do Movimento Estudantil Gaúcho no processo de Redemocratização: As Tendências Estudantis e seu papel (1977/1985)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<http://zecazines.blogspot.com.br/2007/10/cio-da-terra-25-anos.html> (04/08/14)

http://zecazines.blogspot.com.br/2007_10_01_archive.html (04/08/14)

poetadeguardanapo.blogspot.com.br

Entrevista ao autor, por email, com Abner Jandir Pífero Gomes em janeiro de 2011

Entrevista ao autor, por email, com João Carlos Gastal Junior, janeiro de 2011

Entrevista ao autor, por email, com Pepe Vargas em janeiro de 2011

Revista O Caxiense, 19/out/2012, pg 1

JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM PALMAS/TO - Edisselma dos Santos Alecrim

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO: Este artigo propõe discutir o consumo cultural das juventudes da cidade de Palmas, capital do Tocantins, voltando-se para os programas que visem atender a esse público o qual, ainda, encontra-se bastante desassistido, principalmente, os oriundos de classes mais baixas. Para tanto, será estudado o histórico das políticas públicas para as juventudes, como também, refletir sobre o acesso aos bens culturais com vistas a identificar, por meio das políticas de cultura, aspectos relevantes de fomento à cultura para as juventudes palmenses, por meio da gestão municipal.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; cultura; juventudes; palmas.

ABSTRACT :This article aims to discuss the cultural consumption of the youths of the city of Palmas, capital of Tocantins, turning to programs that aim to cater to this audience which also is quite unattended, especially those from the lower classes. Thus, the history of public policies will be studied for the youths, but also reflect on access to cultural assets in order to identify, through the political culture, relevant aspects of fostering culture for palmenses youths through municipal management.

KEYWORD: public policies; culture, youths, palmas.

Introdução

A juventude brasileira tem ganhado mais visibilidade nos últimos anos, especialmente, a partir de 2005 quando foi criada a Secretaria Nacional de Juventude/SNJ e, posteriormente, o Conselho Nacional de Juventude/CONJUVE, neste mesmo ano, quando passou a ser vista com maior envolvimento social e protagonismo, o que desmitifica a ideia de que carece de tutela do estado. O debate sobre a juventude propiciou o amadurecimento do tema, o qual passa a ser encarado com uma abrangência que dá destaque à diversidade e a perspectiva do jovem como sujeito de direitos. Neste sentido, quando se aborda sobre políticas públicas para os jovens, já não se pode limitar como referência uma única juventude, mas sim, as juventudes, uma vez que a amplitude desse debate engloba diversos perfis, vivências, regionalidades e comportamentos que as caracterizam.

Segundo Pochmann (2009), *ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todos. O modo de ser jovem difere muito, principalmente, quando há diferenças significativas entre os estratos de renda da população.*

Nesse mesmo entendimento, Castro e Abramovay (2002) reforçam que

advoga-se a definição da juventude a partir da transversalidade contida nessa categoria. Ou seja, recortes cronológicos, implicam vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça, etc. Na realidade, essa transversalidade traduz que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida, ou seja, uma só juventude.

Para Bourdieu apud Castro e Abramovay (2002), “seria um abuso de linguagem referir-se a uma juventude, quando os universos culturais de distintos jovens são tão diferentes”, o que reforça o pensamento de que os jovens não devem ser enquadrados em um perfil, ao contrário, há que se respeitar suas especificidades para compreender este universo tão plural, o das juventudes.

O Estatuto da Juventude, aprovado em 7 de julho de 2013, em seu Art. 1º § 1º, define que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Este período se divide em três fases: adolescente jovem, compreendendo a faixa-etária de 15 a 17 anos; o jovem jovem, com idade de 18 a 24 anos e o jovem adulto, que possuem faixa-etária de 25 a 29 anos. É um período razoavelmente extenso, em que o indivíduo sai da adolescência e entra na fase adulta, percorrendo uma trajetória de inúmeras descobertas e experiências que poderão influenciar fortemente suas vidas. Durante este período, poderá experimentar várias formas das juventudes, determinadas pelas vivências ao longo dos anos. Há, ainda, as influências culturais, territoriais, religiosas e financeiras que refletem diretamente com qual configuração das juventudes o sujeito melhor se identifica.

Além disso, é nesta fase que os jovens iniciam suas participações no mercado de trabalho, reforçam os laços afetivos, sexuais e direcionam suas trajetórias acadêmicas. Considerando a importância desse período na vida dos jovens, é relevante atentar ao fato de que, devido a condições financeiras e socioculturais, nem todos os jovens desfrutam desta etapa de suas vidas com oportunidades razoavelmente iguais, reforçando estigmas negativos aos oriundos de classes menos favorecidas e constituindo-se status e relações sociais marginalizados por outros grupos de jovens provenientes de classes mais favorecidas.

Nesse sentido, buscar alternativas de combate às desigualdades por meio de políticas públicas torna-se vital para se quebrar o ciclo de marginalização que se perpetua para com os pobres. Para tanto, investimentos em saúde, educação, cultura, lazer e profissionalização apresentam-se como alternativas importantes para o cultivo de hábitos e práticas saudáveis para o desenvolvimento dos jovens.

Considerando que o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude nascem do reconhecimento das desigualdades entre os jovens, como forma de corrigir distorções socioculturais e financeiras, além de oportunizar aos menos favorecidos acesso a bens culturais, este artigo tem como objetivo estudar o consumo cultural das juventudes da cidade de Palmas, buscando identificar ações da gestão municipal que contribuem diretamente para o acesso delas aos bens culturais, atentando, principalmente aos jovens oriundos de classes sociais menos favorecidas. Para tanto, será estudado o histórico das políticas públicas de juventudes, como também, refletir sobre os aspectos relevantes de fomento à cultura palmense, por meio das políticas de cultura, um dos principais mecanismos de oportunizar aos jovens pobres acesso a cultura, se não, o único. Além disso, busca refletir sobre as contribuições, ainda que indiretas, das políticas públicas, para o combate à pobreza e desigualdade entre os jovens palmenses, com vistas a promover equalização do acesso à formação acadêmica, profissional e, ainda, oferecer cultura e lazer a este grupo ainda pouco assistido.

A metodologia se apoiou no estudo qualitativo baseado em entrevistas não estruturadas e na investigação das políticas culturais voltadas para os jovens,

principalmente, das classe menos favorecidas que são o público alvo das políticas públicas de cultura em Palmas. Os métodos predominantes desta investigação foram a pesquisa documental e a bibliográfica, tomando como base a coleta de dados, na Fundação Cultural de Palmas, na Secretaria Estadual da Juventude/TO e na Coordenadoria da Juventude do município de Palmas/COOJUV. Ressalta-se que esta pesquisa encontra-se em andamento que resultará na dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins/UFT.

Políticas públicas de juventudes, um desafio.

Partindo-se do pressuposto de que houve uma demanda para a criação de um do Plano Nacional da Juventude, assim como um Estatuto para a Juventude, além de programas direcionados aos jovens, constata-se a necessidade de se implantar políticas públicas que melhor assistam aos jovens. As Conferências Nacionais de Juventudes ocorridas nos anos de 2008, 2011 são resultados positivos da mobilização dos jovens que, de forma articulada, apresentaram propostas de políticas públicas de juventudes, afirmando uma legitimidade até então privada a eles.

Reconhecer os jovens como sujeitos de direitos faz-se primordial para que os governos possam melhor direcionar as políticas voltadas a este grupo. Perante a sociedade, a imagem dos jovens está diretamente ligada ao fator violência, seja como vítima ou como agressor. Nessa perspectiva, reforçam-se os estigmas de relação entre eles e a marginalidade, principalmente, os jovens pobres. Buscar alternativas para romper com essa visão é um processo que deve ser construído com uma gestão mais social, onde a participação dos jovens deve ser incentivada. Embora, a partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio da Silva/Lula, políticas com a participação social tenham sido construídas, ainda há muito a ser feito para que se atinja um patamar de oportunidades iguais aos jovens.

É importante destacar que a visão da vulnerabilidade dos jovens não está apenas relacionada ao fator violência, embora ela seja pontual, mas também, à cor, opção sexual, religião, escolaridade e ocupação. Além disso, estigmas como, ainda não possuem maturidade suficiente para direcionar seus caminhos e/ou decidir sobre políticas direcionadas para si próprios, adiam e, até mesmo, prejudicam, questões essenciais para seu reconhecimento enquanto cidadãos, dentre elas, ingressar no mundo do trabalho, por exemplo.

Outro fator agravante que inibe uma trajetória de desenvolvimento do jovem no Brasil é a desigualdade social. É possível que, por meio das desigualdades sociais, as juventudes sejam marcadas pela limitação de oportunidades. Isso, devido às privações de acesso à educação, bens culturais, lazer e orientações desejáveis, reforçando os estigmas de disparidades entre ricos e pobres, brancos e pretos, áreas urbanas, suburbanas e rurais. Logo, torna-se considerável que as políticas públicas de juventudes estejam atentas a esses fatores e busquem corrigir essas adversidades.

O texto base da 2ª Conferência Nacional da Juventude²⁰¹, por exemplo, afirma que as políticas públicas de juventudes “devem buscar a estruturação de

²⁰¹ A segunda Conferência Nacional da Juventude aconteceu em 2011; é um evento que visa reunir os jovens de todo o País para dialogarem com o Governo Federal. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conferencia/arquivos/texto-base> acesso em 11/jul./2013.

mecanismos de suporte adequados para que os jovens possam desenvolver sua formação, processar suas buscas, construir seus projetos e percursos de inserção na vida social”. E segue defendendo que, “nas políticas públicas de juventude, portanto, a participação (dos jovens) é de suma importância, pois o olhar dos jovens sobre elas é uma condição essencial para sua eficácia e eficiência”.

Dentro desta perspectiva, as políticas públicas de juventudes devem englobar ações de interesse dos jovens, oportunizando o processo de interação, protagonização, fruição e construção identitária, tão inerentes ao desenvolvimento cultural destes. Quando englobamos a formação cultural para as juventudes, devemos considerar o dinamismo e a pluralidade que elas estão envoltas. Nesta direção, Barbosa e Araújo (2009) argumentam que *a descrição das culturas juvenis deve levar em consideração a complementaridade das abordagens, a necessidade de políticas que as reconheçam simultaneamente e desenvolvam ações de promoção e reconhecimento das diferenças*.

Gomes (2012) ressalta o papel do Estado enquanto promotor de ações que visem à mudança social, do qual se espera adoção de medidas, alocação de recursos e intervenção social em defesa de jovens enquanto sujeitos de direitos. A autora destaca que, *no Brasil, ainda não há uma política pública que atenda em totalidade aos jovens*. Neste sentido, *estruturar políticas públicas tem se tornado um grande desafio para os governantes. Entretanto, reforça a necessidade de implantação de políticas públicas de juventudes, que ainda se encontram bastante desamparadas*. Ademais, Gomes, ratifica que a participações dos jovens na estruturação das políticas públicas para si faz-se vital para que elas possam atender efetivamente suas demandas.

A PNAD (2008) considera que, no Brasil, *por se tratar de um país com enormes desigualdades sociais, é natural e importante que a política de juventude privilegie os jovens excluídos e conduza ações mais voltadas para sua inclusão*. Souza (2009) alerta que *o processo primário de introjeção naturalizada desse critério legitimador de desigualdades se dá a partir da herança cultural familiar e da escola em todos os seus níveis*. Deste modo, investimentos em saúde, educação, cultura, lazer e profissionalização apresentam-se como alternativas importantes para o cultivo de hábitos e práticas saudáveis para o desenvolvimento dos jovens.

Considerando a importância da cultura para o desenvolvimento social, faz-se importante repensar uma melhor consolidação de políticas no sentido de fomentar ações de empoderamento e legitimação social. Nota-se que os jovens, enquanto parte que integra sociedade civil, ainda possui poucos mecanismos de acesso aos bens culturais, principalmente, os de classes mais pobres, quando se trata de limitado poder econômico. Isso ocorre tanto pelo processo histórico e de pouca valorização da cultura nesse país como pelos altos custos dos bens culturais.

Entender a cultura como parte de um processo para a construção de um caráter emancipador social faz-se importante para a difusão deste bem. No entanto, para que ela seja mais bem difundida, são necessários investimentos sólidos de recursos por parte do governo às políticas públicas e de cultura, priorizando-as como necessidade básica da sociedade civil e não o contrário, como privilégio de poucos, onde estes perpetuam o domínio sobre os demais, devido à apropriação do capital cultural em detrimento do capital econômico que possuem.

A cultura tem caráter enriquecedor na vida do ser humano. Por meio dela reconhecemos as identidades dos povos, refletidas em características, fatores

climáticos, geográficos financeiros, crenças, entre outras. Ter acesso a uma rica gama cultural proporciona ao indivíduo uma melhor formação social, pessoal e profissional, “desencadeando processos de autonomia, protagonismo e empoderamento criativo e social” (TURINO, 2013).²⁰²

Vilutis (2009) defende que

a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos da pluralidade da criação cultural. É nesse contexto de interculturalidade que os agentes mediadores de cultura assumem papel relevante para o desenvolvimento da ação cultural, pois são sujeitos que circulam por diferentes espaços, transitam em contextos variados e participam de iniciativas diversas. A prática educativa dos jovens estudados se constituiu em uma ação problematizadora e organizadora da experiência cultural que potencializa as escolhas dos jovens em termos de seu trabalho e da expressão de sua identidade.

Neste sentido, compreender que a cultura apresenta-se como um relevante mecanismo de desenvolvimento dos jovens, que facilita as interações pessoais, sociais, profissionais e o reconhecimento identitário é primordial para o fomento das políticas de cultura.

No entanto, o acesso à cultura no Brasil ainda é privilégio dos mais favorecidos economicamente, além de seu elevado custo, não é entendida pela sociedade como necessidade imediata. Assim, a cultura²⁰³ está diretamente relacionada ao consumo e, é notável, que nem todos possuem os “instrumentos necessários” a sua apropriação, sendo visível a perpetuação de certa *coerência entre os lugares onde os membros de uma classe e até de uma fração de classe se alimentam, estudam, habitam, passam férias, naquilo que leem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros* (CANCLINI, 2008: 62). Logo, é imprescindível mobilizar forças para romper esse ciclo que reforça essa desigualdade entre as classes, para isso, é importante que a sociedade civil tenha apoio do governo e, por meio dos movimentos sociais busque articular maneiras de corrigir esse processo tão prejudicial ao desenvolvimento desse país.

Barbosa e Araújo (2009) endossam que *os bens culturais consumidos aproximam ou afastam pessoas e grupos; permitem compartilhar semelhanças e assinalar diferenças de origem e trajetórias sociais; traçam linhas de um sistema de inclusão e exclusão. Afinal, do convívio dos grupos fazem parte aqueles que carregam semelhanças*. Canclini (2008) chama a atenção para o consumo cultural na sociedade contemporânea e a partir da globalização. De acordo com Canclini, o

²⁰² TURINO, Célio é Historiador e Servidor Público, idealizador do Programa Cultura Viva. Apresenta uma leitura do atual conjuntura do Programa Cultura Viva no artigo “O desmonte do Programa Cultura Viva e dos pontos de Cultura no Governo Dilma”. Disponível em (<http://revistaforum.com.br/brasilvivo>) acesso em 7/jul./2013.

²⁰³ A cultura material pode ser entendida como um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Já, a imaterial entende-se é o conhecimento que não foi ensinado por meio de livros, registros formais ou ensinamentos sistemáticos, mas sim, o conhecimento transmitido na prática, na forma oral ou por meio de gestos, de geração para geração. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais> acesso em 11/8/2014.

consumo cultural está diretamente relacionado ao poder econômico e, os que desfrutam de capital financeiro, são os principais consumidores, onde, na verdade, o mercado já produz seus produtos pensando nesse tipo de consumidor, em que “o direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens se restringe novamente às elites” (CANCLINI, 2008, p. 42).

Nesta mesma vertente, Pizzio (2013), apresenta uma discussão interessante acerca do trabalho enquanto mantenedor do acesso aos bens de consumo. Segundo Pizzio, o trabalho é visto como “um bem de acesso. O trabalho como atividade produtiva, além de propiciar meios de subsistência, permite o acesso a outros bens, materiais ou simbólicos, por meio das possibilidades abertas ao consumo”. Isso confirma o que Bourdieu já pregava muito sabiamente, consome quem tem os mecanismos para dele se apropriar, ou seja, dispõe de capital econômico. Portanto, entender a força do trabalho como propiciador tanto de acesso a bens materiais como dos imateriais, com vistas a corrigir distorções sociais, ainda muito presentes em nosso meio talvez seja um caminho a ser fomentado pelas políticas públicas de juventudes.

Ainda, seguindo essa linha de pensamento, Fraser (2008) desperta a reflexão sobre a justiça nos dias de hoje. Para a autora, a justiça requer tanto a redistribuição de bens e riquezas sociais, como o reconhecimento valorativo-cultural das diferenças, com vistas a promover a todos condições iguais. Fraser reforça que “*superar la injusticia significa dismantelar los obstáculos institucionalizados que impiden a algunos participar a la par con otros, como socios con pleno derecho en la interacción social*”. Quando trazemos essa abordagem para o Brasil e, especialmente, para o caso de Palmas, compreende-se a necessidade de se adotar mecanismos que visem oportunidades sociais, culturais e financeiras mais equitativas entre as classes.

Nesse sentido, Durand (2013) reforça o papel do governo enquanto promotor de cultura e alerta que no Brasil a cultura ainda é pouco promovida, principalmente, pela ausência de centros especializados para tratar questões relacionadas à cultura. Segundo ele, *cabe à gestão federal de cultura uma intervenção proativa nessa frente, identificando carências de qualificação e prioridades de conhecimentos em socioeconomia e gestão cultural* (DURAND, 2013:173). Portanto, há que se fomentar ações que propiciem qualificações e promoção do mercado cultural brasileiro, para que sua expansão seja melhor difundida e acessada em todos os estratos sociais, contribuindo, assim, para ao fortalecimento de ações que promovam o desenvolvimento e protagonismo dos jovens.

A exemplo de protagonismo juvenil brasileiro, podem ser citados o diversos atos de protestos ocorridos, durante os meses de maio a julho de 2013, em todo o país. Os jovens, assim como os demais cidadãos, não estavam satisfeitos com a qualidade da educação, saúde, cultura, altas taxas de impostos, corrupção, entre vários outros agravantes nesse país. Assim, mobilizaram toda a sociedade, que viveu um momento histórico em que grandes mudanças foram [e são] almejadas pela população, a qual manifestou-se e protestou por diversos motivos, o que contrariou o senso comum que definia as juventudes como passivas e adormecidas, que suas manifestações eram apenas através da tela do computador/celular. *Os manifestantes realizaram um evento político: disseram não*

ao que aí está, contestando as ações dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, assim como as do poder legislativo nos três níveis (CHAUÍ, 2013).²⁰⁴

Endossando o protagonismo juvenil, Macedo²⁰⁵ (2014) relata a participação dos jovens em prol de melhorias para sua comunidade, Município, Estado e País. A autora apresenta uma análise das ações e mobilizações das juventudes durante os diversos atos de manifestações e reforça que os jovens brasileiros foram “protagonistas de conquistas importantes ao longo de 2013. Em junho, vimos milhares de jovens saírem às ruas para exigir mais direitos e maior participação na vida política do país. Esse movimento, além de mostrar o compromisso de um país melhor, trouxe resultados positivos para a agenda juvenil²⁰⁶”, o que reforça a ideia de que os jovens não são passivos, o que lhes faltam são oportunidades. Outro fator positivo, muito cobrado durante as manifestações, foi a aprovação do Estatuto da Juventude, que vinha sendo tramitado desde 2004; sua regulamentação é uma grande conquista para os jovens, uma vez que normatiza seus direitos, princípios e propõe diretrizes às políticas públicas de juventude.

A mobilização surtiu efeitos positivos, levando os jovens a se unificarem e conquistar espaço. Embora as mudanças não tenham sido suficientes, o fato das juventudes entrar na pauta, conseguir reforçar o diálogo com o governo, que vem se fortalecendo desde a criação da SNJ e, com isso, conseguir maior abertura para apresentar suas demandas/anseios foi um passo importante para a consolidação das etapas posteriores; mas é preciso atentar ao fato de que a transversalização continua sendo um grande problema para a ampliação da política. Portanto, é importante que sejam estabelecidos diálogos e parcerias, tanto do governo com os jovens, como entre as Secretarias e Conselhos, isso facilitará significativamente o fortalecimento das políticas públicas de juventudes.

²⁰⁴ CHAUÍ, Marilena é filósofa e professora na USP. Apresenta seu ponto de vista sobre as manifestações de 2013 no artigo “O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação”. Disponível em <http://www.viomundo.com.br> acesso em 11/jul./2013).

²⁰⁵ Atual Secretária Nacional da Juventude. De 2005 a 2009 integrou o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e se destacou como a conselheira mais jovem da primeira gestão. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/secretaria> acesso em 9/8/2014.

²⁰⁶ O movimento social de juventude, 2013 marcou a jornada unificada de lutas, que reuniu mais de 30 organizações juvenis, empenhadas em apresentar novas propostas para o desenvolvimento do Brasil. A pauta foi entregue pelos próprios jovens à presidenta Dilma Rousseff. Além da unidade, o movimento conseguiu incorporar a diversidade das bandeiras juvenis, com reivindicações mais amplas, como é o caso da reforma política e das comunicações, da redução da jornada de trabalho, da reforma agrária e da luta pelos direitos humanos com pautas específicas da condição juvenil, incluindo a oposição às propostas de redução da maioria penal e o enfrentamento à violência contra a juventude negra e da periferia. A jornada foi mais uma demonstração de que os jovens não se encontram distantes da política ou dos grandes temas.

Além disso, foram expandidos o Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra/Juventude Viva e o programa Estação Juventude; houve a criação do Participatório, um portal interativo que, inspirado nas redes sociais, já reúne mais de 10 mil cadastrados para promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados à juventude.

No que tange à institucionalidade da política pública de juventude, em 2013 foi realizado o 1º Encontro de Gestores Públicos de Juventude e o IV Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, além da criação de um novo grande espaço para a agenda juvenil, o Comitê Interministerial da Política de Juventude.

No cenário internacional, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) investiu esforços para que a agenda juvenil ganhasse corpo e espaço, com destaque para os fóruns da ONU e da Organização Iberoamericana de Juventude.

O fortalecimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) também foi ampliado. Ainda na educação, outro passo importante dado esse ano foi a implantação do sistema de cotas nas nossas universidades federais (SEVERINE, 2014).

A Promoção da cultura em Palmas

Evidencia-se, no país, uma discussão mais avançada em prol de uma gestão mais participativa em que se mostra, sob vários aspectos, a valorização e incentivo às políticas culturais com fins a oportunizar as classes mais pobres acesso a bens culturais até então pouco desfrutados por elas, uma vez que a cultura pode ser considerada um importante elemento no desenvolvimento humano de uma nação. No país, desde o governo Lula (2003), uma agenda voltada para as políticas culturais foi sendo estruturada. Já, no Estado do Tocantins, as políticas de cultura têm caminhado lentamente e recebido pouco incentivo do poder público. Em 2003, o Estado aprovou a Lei nº 1.402, que institui o Programa de Incentivo à Cultura no Tocantins, apenas em 2007 teve a aprovação da Lei 1.804, que estabelece o Conselho Estadual de Cultura e, somente em 2010, o Estado do Tocantins aprovou o decreto nº 3. 929, que regulamenta o Programa de Incentivo à Cultura, o Pró-Cultura. Entretanto, poucas ações de estímulo e valorização da cultura foram feitas. Quando se fala em equipamentos, museus, bibliotecas, galerias fica visível a carência de atenção para esta área.

Embora haja investimentos em editais, de acordo o MinC, o Tocantins aparece entre os últimos colocados quando se trata de cultura, equipamentos, grupos artísticos, orquestras, bandas musicais, grupos de coral, artes plásticas e visuais, concentrando suas atividades culturais predominantemente na capital, Palmas. Percebe-se uma pequena melhora quando se trata de cultura popular e artesanato, no entanto, mais por intervenções do Sebrae do que apoiados pelo poder público.

Com vistas a corrigir algumas instabilidades e direcionar um caminho para que as políticas de cultura ganhem maior consistência no Tocantins, o Estado e a União têm buscado, por meio da Secretaria de Cultura, elaborar o Plano Estadual de Cultura, a partir de conferências, reuniões e participação coletiva, o qual tem se balizado no Plano Nacional de Cultura (PNC).

Quando nos voltamos para o acesso aos bens culturais pela população de Palmas, a capital do Tocantins, percebe-se uma precariedade de investimentos voltados para essa área no Estado, onde as políticas de cultura ainda possuem uma acentuada dependência do governo federal. Considerando que Palmas possui uma população de 257.904²⁰⁷, onde aproximadamente 34% da população são compostas por jovens entre 15 e 29 anos²⁰⁸, também não se constatou grandes incentivos à promoção de cultura para este público, por parte da gestão municipal, confirmando que as ações de políticas culturais voltadas para as juventudes ainda são bastante incipientes.

O perfil dos jovens palmenses, de acordo o Censo/IBGE (2010)²⁰⁹, está distribuído em 36.559 (47,6%) estudantes, destes, 17.943 (49,07%) são estudantes universitários; 12.270 (33,56%) são estudantes do Ensino médio; 4.508 (12,33%) são estudantes de EJA (Educação para Jovens e Adultos) ou supletivos; 1.838 (5,04%) são estudantes de especializações e/ou mestrados. Sobre a empregabilidade, o CENSO/IBGE (2010) apresenta que dos 50.181 jovens

²⁰⁷ Disponível em: http://www.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/a-cidade/ acesso em 21/jul./2014.

²⁰⁸ Disponível em: http://portal.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/DOCUMENTO_REFERENCIA_PLANO_MUNICIPAL_DE_EDUCACAO.pdf acesso em 21/jul./2014.

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/> acesso em 21/jul./2014.

entrevistados, (65,35%), de um total de 76.789 de jovens residentes na capital, dizem ser economicamente ativos, ou seja, possuem emprego ou renda; 13.324 pessoas (17,35%) dizem ser economicamente inativas, ou seja, não têm renda, nem emprego e 13.284 pessoas (17,3%) não quiseram ou não souberam responder.

Segundo o relatório (2013) da Coordenadoria de Juventude de Palmas/COOJUV, há os seguintes programas voltados para os jovens de Palmas: 1) Cartão do Estudante, o qual visa beneficiar, com um quantitativo entre 22,50 e 45 reais, a compra de passagens de transporte urbano de estudantes que cursam graduação ou ensino técnico, regularmente matriculados em instituições de ensino de Palmas; 2) Arena Jovem, que visa o fomento ao lazer, prática esportiva, cultura, socialização e integração de jovens e famílias na temporada de praia na capital; 3) Cursinho Pré-Vestibular, que, em parceria da Universidade Federal da Tocantins/UFT, oferece pré-vestibular a alunos provenientes de escolas públicas; 4) Estação da Juventude, que, em parceria com a SNJ, busca fomentar políticas públicas para as juventudes; 5) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Pronatec, o qual, em parceria com o SENAC, SENAR, SENAI (Sistema S), Rede Federal e Estadual de ensino oferece qualificação da mão de obra com vistas a direcionar os jovens ao mercado de trabalho; 6) Programa Juventude Viva, que, em parceria com a SNJ, busca prevenir a violência contra os jovens negros e combater a banalização da violência no Brasil; 7) Projeto de Apoio à Cultura Juvenil, 8) Projeto de Protagonismo Juvenil; 9) Acorde – Festival de música para jovens; e 10) Projeto de Empreendedorismo Juvenil (em desenvolvimento).

Não foi possível obter maiores informações sobre os programas devido às poucas informações disponibilizadas pela COOJUV. Quando questionada sobre dados mais aprofundados, a Coordenadoria informou a grande dificuldade em se manter um arquivo com informações e documentos, principalmente, quando se troca o governo, acrescentando que conseguir juntar informações e documentos também é um desafio para a Coordenadoria.

Embora poucos destes programas se voltem exclusivamente para o acesso a bens culturais, contribuem, ainda que indiretamente, para o acesso a eles, uma vez que buscam oferecer a comunidades de baixa renda, atividades recreativas, culturais e instrutivas, além de mecanismos de acesso à educação, que, conseqüentemente, direciona para o acesso cultural; corrigindo assim, distorções socioculturais e financeiras, ratificando a importância do incentivo e financiamento de ações como estas. Portanto, voltar o olhar para ações dessa natureza faz-se extremamente relevante, uma vez que incentiva e busca difundir a democratização cultural.

Além destes programas, foi identificado, vinculado à Fundação Cultural de Palmas, o Programa Arte Cultura e Cidadania/Cultura Viva, do Ministério da Cultura /MinC, que se destaca em Palmas pela assistência que presta às juventudes, apesar de não ter sido pensado apenas para atender este público. O Cultura Viva é regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 6 de julho de 2004 e nº 82, de 8 de maio de 2005.

Criado em 2004, o Cultura Viva potencializa iniciativas culturais já existentes, transformando-as em pontos de cultura, que funcionam como locais de recepção, articulação e disseminação de iniciativas culturais e não possuem um modelo único de atividades, nem de instalações físicas. A gestão dos pontos de cultura é compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. Para se tornar um Ponto

de cultura é necessário participar dos editais lançados pelo MinC, pelos governos do estado ou municípios e, eventualmente, por outras instituições públicas (MinC, 2014)²¹⁰.

Com vistas a uma melhor difusão do programa Cultura Viva, a partir de julho de 2014, ele passou a ser política de Estado, regulamentada pela Lei nº 13.018/2014²¹¹, que busca garantir o compromisso do Estado brasileiro, no esforço de uma parceria entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil, no intuito de ampliar, por meio dos pontos e pontões de cultura a acesso da população aos bens culturais.

Com a nova lei, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) passará a ter uma política de base comunitária que possibilitará a ampliação do exercício dos direitos culturais no Brasil. O Cultura Viva terá garantia de longevidade e de mais recursos para serem ampliados no fomento de novos pontos de cultura. Além disso, o repasse dos recursos será simplificado. A transformação em política de Estado também fortalece a meta do Plano Nacional de Cultura (PNC), de chegar a 15 mil pontos de cultura até 2020. Hoje, são cerca de 4 mil, distribuídos para mais de mil municípios de todas as Unidades da Federação (MinC, 2014).²¹²

Dentre os projetos do Cultura Viva, está o ponto de cultura que busca oferecer a comunidades de baixa renda oficinas de atividades recreativas, culturais e instrutivas; corrigindo, distorções socioculturais e financeiras, ratificando a importância do incentivo e financiamento de ações voltadas para a cultura. De acordo com o MinC, o Programa Cultura Viva busca “fortalecer o protagonismo cultural na sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais, grupos e comunidades, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais”. Para Leite (2012), apresenta “com um desenho inovador e uma visão da cultura como geradora de processos criativos nas comunidades”, o que sem dúvida incorpora a juventude, portanto, voltar o olhar para ações nessa perspectiva, faz-se extremamente relevante, uma vez que incentiva e busca difundir a democratização cultural.

Embora o programa Cultura Viva não seja destinado apenas aos jovens como, também, não ter foco na juventude, seu público é predominantemente composto por esta faixa etária, uma vez que se identificam com suas propostas, já que estão em processo de formação acadêmica, profissional, cultural e, em alguns casos, não se encontram em nenhum destes perfis, dispondo de vasto tempo ocioso, os quais são vistos como “nem-nem” (nem estudam nem trabalham). Assim sendo, é importante que os governos promovam ações que se voltem para os jovens, com vistas a melhor direcioná-los em suas trajetórias de vida.

De acordo com a Fundação Cultural, em Palmas, há 10 pontos de cultura ativos vinculados ao município, oferecendo à população diversas atividades como teatro, violão, teclado, dança de rua, percussão, bateria, dança popular, violino, quadrilha, cinema, leitura, redação, artesanato, reciclagem, entre outras. O acesso a essas atividades promove aos jovens interação social, formação sociocultural, instrutiva e, possivelmente, financeira, oportunizando, principalmente aos menos

²¹⁰ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/> acesso em 31/jul./2014.

²¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm acesso em 31/jul./2014.

²¹² Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/> acesso em 31/jul./2014.

favorecidos, construir trajetórias e projetos de vida, conforme prega Sen (2010), “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e (mais) ajudar uns aos outros”.

Diante da pouca disponibilidade de informações pela COOJUV sobre os programas desenvolvidos por essa Coordenadoria, nesse momento, embora se reconheça a relevância deles, é difícil apontar a contribuição que eles trazem para os jovens, uma vez que não há dados consistentes que comprovem suas abrangências, nem mesmo quais deles são desenvolvidos continuamente ou se são pontuais.

Quanto ao Cultura Viva, foi possível identificar uma melhor organização das informações. Entretanto, houve uma grande dificuldade em se localizar os pontos de cultura. Embora alguns gestores dos pontos de cultura se mostrassem bastante receptivos, houve resistência por parte de outros para visitação aos locais e, alguns, não foram possíveis localizar, pela falta de atualização dos contatos; assim, não se conseguiu conhecer todos os pontos de cultura de Palmas. Mas dos que foram visitados²¹³, pode-se registrar que a participação dos jovens nas atividades desenvolvidas é predominante; as atividades são desenvolvidas em parcerias com associações, igrejas e comunidade; que há uma preocupação em incentivar a permanência dos participantes nas escolas, embora não haja exclusão dos que não estão estudando; a maioria das atividades é destinada a crianças e jovens de até 18 anos, a oferta de atividades a outras faixas etárias ainda é tímida.

Está claro que, em Palmas, os meios de acessos à cultura, principalmente, as de cunho não oneroso, são bastante limitados. Quando nos voltamos às periferias, o problema se agrava. Foi possível identificar que a concentração de pobres em Palmas fica distribuída tanto na região sul, como na norte, fora do plano diretor (região central) desta capital. Considerando que a concentração dos principais pontos de acesso à cultura e lazer está localizada no plano diretor de Palmas, os jovens de estratos sociais mais baixos não conseguem acessá-los integralmente, assim, a frequência desse público aos bens culturais como cinema, teatro, parques, museu, shows, eventos, entre outros, é praticamente nula. Nesse sentido, é interessante que os governos busquem corrigir estas distorções para melhor atender essa população ainda bastante desassistida.

Embora em nível nacional os jovens tenham conseguido entrar na pauta, solidificando um processo de dialogicidade com o governo, em Palmas este processo ainda está bastante aquém do esperado. Nota-se que não há uma agenda estruturada, não há transversalização nem uma parceria sólida entre o Estado e Município, onde suas intervenções sociais, geralmente, ocorrem isoladas das demais esferas. Portanto, é importante que sejam estabelecidos diálogos e parcerias, tanto dos governos com os jovens, entre as Secretarias e Conselhos, isso facilitará significativamente o fortalecimento das políticas públicas de juventudes palmenses, além de consolidar etapas posteriores.

Possíveis alternativas de políticas públicas de juventudes em Palmas

Bourdieu (2007) propõe à sociedade construir um caráter emancipador social, em que a cultura seja vista como necessidade básica da sociedade civil e não o contrário, como privilégio de poucos, onde estes perpetuam o domínio sobre os

²¹³ Foram visitados quatro pontos de cultura entre os dias 14 e 25 de maio, sendo eles: Arte Fato, Cabana Cultural, Cordas do Tocantins e Ideia Cultural.

demais, devido à apropriação do capital cultural em detrimento do capital econômico que possui. Ele alerta que,

o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores pertence realmente aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer que, os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia de instrumentos de apropriação. Em suma, o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, isto é, a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos.

As teorias bourdianas permitem uma melhor compreensão das divisões assimétricas das classes sociais, apresentando uma visão mais aprofundada de como o capital econômico contribui para a fruição do capital cultural, além de reforçar estigmas hierárquicos entre as classes.

Corroborando com essa discussão, Amartya Sen (2010) defende que para se chegar a um contínuo processo de desenvolvimento, há que se “remover as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos”. Para Sen, o regime democrático deve beneficiar, principalmente, as pessoas comuns. Em linhas gerais, ele defende que o desenvolvimento econômico, sociocultural, de expectativa e qualidade de vida de uma nação requerem uma mudança cultural e política no país, com investimentos em uma democracia multipartidária e investimentos sociais, onde a política de emancipação da sociedade deve ser promovida constantemente.

Ao direcionar essas perspectivas às políticas públicas de juventudes, promovidas pela gestão municipal de Palmas, depara-se com um cenário ainda bastante carente de assistências aos jovens. Nota-se que não há uma política intensiva de combate às desigualdades, tampouco uma preocupação em formular políticas que atendam suas especificidades. As ações de incentivo aos jovens a ingressarem no mercado de trabalho, são praticamente nulas, considerando que este público possui dificuldades sérias de conseguir o primeiro emprego. Nota-se que grande parte das políticas é global, sendo propostas do governo federal que muitas vezes não atendem às demandas locais. Além disso, a Coordenadoria da Juventude de Palmas enfrenta dificuldades relacionadas à estrutura física, carência de bens materiais e de pessoal e aporte financeiro para pasta.

Atenta à pouca importância direcionada aos jovens, Freitas (2005) alerta que é preciso “fomentar o debate em torno das concepções de juventude e de adolescência que vêm orientando os diversos atores e sua articulação com as políticas”; neste sentido, discutir o processo de protagonismo das juventudes, assim como os desafios enfrentados para se direcionar políticas públicas para um grupo tão plural como o dos jovens, é parte importante para se melhor direcionar ações e projetos que os contemplem. Assim,

é imperioso avançar no sentido de oferecer oportunidades concretas de experimentação e inserção social à juventude,

atrativas e significativas no contexto atual, favorecendo efetivamente a construção de sua identidade e sua integração nas várias esferas da vida do país experimentam (ANDRADE, 2009 apud PNAD/IPEA 2011).

Nesta vertente, Turino (2010) alerta, também, que as políticas públicas de juventudes devem ir além de abrir espaço na agenda, para ele,

ouvir a demanda, porém, é insuficiente. É preciso ouvir como fazer, assegurar voz e autonomia, respeitar o protagonismo, empoderar. Para que esta relação entre Estado e os agentes da sociedade não seja aparente e aconteça de forma unidirecional, com diálogos desiguais (em razão do desnivelamento de informação e poder), é necessário urdir redes; muitas redes, redes intermediárias, por afinidades, territórios, públicos, linguagens, interesses; redes que se interconectam. Em rede a sociedade ganha força.

Pensar em políticas de cultura para as juventudes requer a legitimação do pluralismo e dinamismo dos jovens, os quais se encontram em processo de formação, em que as interações, trocas, experimentações são partes importantes para o reconhecimento identitário. Neste sentido, Barbosa e Araújo (2009) defendem que “a descrição das culturas juvenis deve levar em consideração a complementaridade das abordagens, a necessidade de políticas que as reconheçam simultaneamente e desenvolvam ações de promoção e reconhecimento das diferenças”.

Portanto, mais que esperar apenas ações dos governos, é relevante que os jovens palmenses, assim como os demais, em meio a esta nova conjuntura, em que “acordaram” para lutar por seus direitos, não deixem que as conquistas e os anseios se percam, que continuem buscando reconhecimento de uma nova autonomia “com atos concretos de participação e afirmação social; protagonista, articulada em rede, modificando relações de poder e gerando empoderamento social como exercício de liberdade” (TURINO, 2010, p. 68).

Considerações Finais

Entende-se que o conceito de juventudes tem se firmado com mais consistência, sustentando a tese de que há um universo plural que as rodeiam. Apresentar um julgamento enquadrando e/ou delimitando o jovem revela a falta de reconhecimento do jovem como sujeito de direitos.

As políticas públicas e as políticas de cultura, tanto em nível nacional como local, ainda não atendem integralmente aos jovens. Há que se reconhecer que, na última década, houve avanços significativos, mas, ainda longe de atingir o ponto ideal. Quando tratamos de políticas públicas e de cultura para as juventudes, faz-se necessário compreender que os debates precisam ser intensificados levando em consideração que elas são plurais, dinâmicas e estão em formação; portanto, seu contexto deve ser considerado, pois uma política que deu certo em uma terminada região pode não apresentar sucesso em outra.

Nota-se uma dependência muito grande do governo para que as ações sejam implementadas e continuadas. Portanto, é considerável repensar uma melhor consolidação das políticas no sentido de proporcionar ações de empoderamento e legitimação das juventudes. Além disso, ficou clara a dificuldade de transversalização das políticas em Palmas. Implementá-las sem um planejamento, sem conversa e parceria entre os Conselhos, Secretarias, governos e jovens seria

um caminho um tanto arriscado. Logo, é importante incentivar o aprendizado do “fazer políticas” como um ponto indispensável para uma melhor construção destas.

O reconhecimento tanto pelo governo como pela sociedade civil de que mudanças na organização política são necessárias foi um passo importante para a atual conjuntura brasileira, mas isso não é o suficiente. Em Palmas, principalmente, o diálogo precisa avançar no sentido de legitimar um novo regime democrático, buscando incentivar projetos e programas de acesso aos bens culturais incentivando as potencialidades de jovens de classes menos favorecidas. Uma vez que fica constatado que, nessa capital, as ações que contribuem para o acesso dos jovens aos bens culturais, ainda são tímidas. Quando se trata das áreas periféricas, então, elas praticamente não existem. Além disso, não foi identificado nenhum projeto que vise corrigir esta distorção de desvantagem dos jovens das periferias, assim, o fomento à cultura é algo que se mostrou pouco relevante.

Entretanto, em Palmas, é possível a construção de um caráter emancipador social, dada a constatação que esta capital ainda é razoavelmente pequena, ficando mais fácil para os gestores melhor articular uma agenda cultural que contemple todas as classes que a juventude permeia. Para tanto, há que se investir em políticas públicas de cultura, priorizando-as como necessidade básica da sociedade civil. E, com isso, legitimar a ideia, como bem canta Titãs²¹⁴ apud Castro e Abramovay (2002), de que “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”, em que nossas necessidades vão além do imediatismo de sobrevivência (comer e beber), mais que isso, precisamos viver, e, em sentido mais amplo.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, F. e ARAÚJO, E. H. Juventude e Cultura. Em: CASTRO, A. J.; AQUINO, C. M. L.; ANDRADE, C.C. (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, A. J.; AQUINO, C. M. L.; ANDRADE, C. C. de (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, G. M. e ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas de/para/com juventudes**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, nº 2, jul./dez. 2002.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo. Editora Cortez, 1998.

Diário Oficial da União. Seção 1 nº 97, de 23 de maio de 2005.

DURAND, C. J. **Política cultural e economia da cultura**. Cotia/SP: Ateliê editorial, 2013.

FERREIRA, W. **Justiça e reconhecimento em Nancy Fraser: interpretação teórica das ações afirmativas no caso brasileiro**. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero4/Artigos/wallace.pdf acesso Em 7/7/2014.

²¹⁴ Titãs é uma banda de rock brasileira formada em São Paulo em 1981, a música Comida foi lançada em 1987 como forma de protesto à ausência de valorização da cultura e arte no Brasil. Disponível em <http://www.titas.net/historia/> acesso em 16/jul./2014.

FREITAS, M. V. (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf> acesso em 15/7/2014.

FREITAS, V. M.; PAPA, C. F. (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

FRASER, N. **Escalas de justiça**. Tradução Antoni Martínez Riu, Barcelona: Heder editorial, 2008.

GOMES, F. L. **Políticas Públicas para a juventude: a participação do jovem em sua construção**. Dissertação de mestrado defendida em 2012, 119 fls. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC – SP: São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14180 acesso em 8/8/2012.

IPEA, Coordenação de Cultura. **Cultura viva: as práticas de pontos e pontões**. Brasília: Ipea, 2011.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A gramática Social da desigualdade brasileira**. *RBCS Vol. 19*, nº 54 fevereiro de 2004.

LAHERA P.E. Política y Políticas Públicas. **Revista CEPAL - Série Políticas sociales**. Naciones Unidas, Santiago de Chile v. 95 p. 2004.

LIMA, C. e SANTINI, M.R. **Código aberto e produção colaborativa nos pontos de cultura**. Revista de Comunicação e Cultura, 2007, Vol.5(1-2), p.1. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br> acesso em 12/7/2014.

LIMA, S. T. C. ; MIOTO, T. C. R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007.

MACEDO, S. **O protagonismo da juventude brasileira em 2013**. SNJ, 2014. Disponível em: http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/01/10-01-2014-artigo-o-protagonismo-da-juventude-brasileira-em-2013-severine-macedo-1 acesso em 8/9/2014.

PEREIRA, R. M. G. **A miséria do mundo e as faces da exclusão social e escolar**. Publicado em: Atos de pesquisa em educação PPGE/ME – FURB. ISSN 1809– 0354 v. 3, nº 1, p. 89-101, jan./abr. 2008. Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/802/644> acesso em 15/7/2014.

PIZZIO, A., A esfera do trabalho como lócus de justiça social. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6 ISSN 1413-2478 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2013. Disponível em: [Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - Furb](#) acesso em 15/6/2014.

Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6 ISSN 1413-2478 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias, Porto Alegre**, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> acesso em 28/6/2013.

Relatório de atividades da Coordenadoria de Juventude de Palmas/COOJUV, 2013.

TURINO, C. **Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi: 2010.

VILUTIS, G. L. **Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação de mestrado defendida em 18/3/2009, 192 fls. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-132908/pt-br.php> acesso em 8/8/2014.

WACQUANT, J. D.L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Rev. Sociologia Política, Curitiba**, 19, p. 95 - 110, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14625.pdf> acesso em 15/7/2014.

<http://mais.cultura.gov.br/2009/02/09/410/> acesso em 16/7/2014.

<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/> acesso em 16/7/2014.

www.juventude.gov.br/conjuve/ acesso em 16/7/2014.

A GERAÇÃO DIGITAL ESPELHADA NOS BLOGS: COMBINAÇÕES E IMAGENS - Marilene Alencastro da Silva

Universidade do Federal de Santa Catarina

RESUMO: Esta pesquisa objetiva investigar o uso político do *blog* por jovens. Para tanto, selecionamos dez jovens blogueiros com idade entre 16 e 23 anos. A pesquisa mostra que o imaginário desses jovens apresenta uma feição de engajamento político e ação interativa inserida no contexto universal da comunicação. Revelam no emaranhado de imagens, ícones e facetas, rostidade de jovens que negam o conceito cristalizado de que a geração digital é alienada ou apolítica. Assim, foi possível perceber as fendas, os pontos de tensão e de ruptura, pois, para além de uma atividade despreocupada de também passar o tempo, percebemos uma prática política e cultural de jovens deste tempo, que encontram nos *blogs* uma forma de inscrição de estar no mundo. É deste platô que escrevemos.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, blogs e política.

This research investigates the use of blogs by youths as an expression of their political thinking. To perform this study we selected ten bloggers with ages between 16 and 23. The study performed on the blogs showed the face of political engagement using modern media tools. We were presented with the fight against the claims that this digital generation has no political awareness. Studying those blogs helped us understanding the ruptures and tensions points of this universe. Besides this apparent disguise of a hobby, the blogs can help us conceive the political and cultural engagement of this generation. With the blogs they have found a way of being a part of the world and from this plateau that we write.

Introdução

Pensar sobre um problema da juventude como um espaço específico, concebido como lugar praticado, caracterizado pelo movimento e pelas relações frequentemente efêmeras, mas, ao mesmo tempo, melancólicas, intensas e divertidas, é o que pretendemos nesta introdução. Um território no qual nos projetamos através de certas familiaridades e fantasias, onde “às vezes nos reconhecemos, e, noutras, constatamos que jamais poderemos visitar”. Falando de heterotopias²¹⁵, Foucault (2001), historiador da descontinuidade, refletiu tratar-se de espaços que merecem atenção.

Espaços da nossa impressão primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões, possuem, neles mesmos, qualidades que são como intrínsecas, é um espaço leve, etéreo, transparente, ou, então, é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como uma pedra ou como um cristal (p. 413).

Em outro texto, o mesmo autor referiu-se, também, a um outro espaço, um lugar que desperta uma intensa curiosidade, porém uma curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação, porque “de que valeria a

²¹⁵ Michel Foucault chama de heterotopia os “espaços diferentes desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos” (2001: 416).

obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (Foucault 1997:13). Assim, tentamos sobrepor os espaços físicos e materiais, como cartografias de lugares vividos ou imaginados, a perigos e aventuras, caminhos e derivas produzidos pelo conhecimento e pela curiosidade.

Realmente, talvez a única explicação seja a curiosidade investigativa pela qual somos atraídos em algum momento da vida e que lança os indivíduos, de certa forma, para fora de seu território ².

Sentimos a necessidade de sair do sempre “o mesmo”. É Foucault quem nos ajuda a confirmar esta vontade de tomar outra direção quando escreve, pois

existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir (1997:14).

Reconhecendo as inquietações

Na temática da juventude e, mais especificamente, no imaginário dos jovens, a curiosidade encontrou motivação suficiente para caminhar por esse território, pelo qual todos passamos um dia e ao qual desejaríamos retornar em algum momento da vida, pelos mais diversos motivos. Assim, fruto de aproximação e diálogos de uma educadora com os fenômenos do tempo presente, as reflexões aparecem na tela das preocupações educacionais e da história das sensibilidades e percepções. Tal afinidade com a história da contemporaneidade também se mescla às perspectivas de uma educadora, mãe de jovens, interessada afetiva e intelectualmente por esses protagonistas. Afinal, como deixar de observá-los se moram na mesma casa e estão inseridos cotidianamente pelos espaços do *shopping*, da publicidade, da praia, das ruas, da universidade ou nos projetos sociais que atuamos?

Entretanto, mais especificamente, o interesse surgiu a partir do momento em que constatamos que já virou mania entre os jovens deste tempo o uso dos espaços virtuais para a comunicação, lazer, pesquisa ou apenas passar o tempo. A *web* democratizou a comunicação para um segmento da sociedade que tem acesso a *www*, via *site*, *orkut*, *blog*, *e-mail*, lista de discussão e comunicadores instantâneos. A gratuidade da maioria dos provedores pode ser a estratégia facilitadora para acesso e adesão de tantos usuários. Para se ter um *blog*³ ou ser um *blogueiro*⁴ só é preciso escolher um provedor, disponibilizar textos curtos e algumas fotos e, na medida do desejo, ir substituindo-os periodicamente. Talvez seja por isso o grande sucesso dos *blogs* na rede mundial.

É preciso considerar que os conectados, no caso os jovens, principalmente, fazem parte de uma minoria privilegiada, mas o número cresce a cada dia. A rede,

² A noção de território, tal como define Guattari (1986), aqui é entendida *num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos* (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).

³ Espaços virtuais para colocar fotos e textos que podem ser acessados por qualquer usuário que tenha acesso à internet. São elaborados, por exemplo, utilizando *softwares* como o Wordpress e/ou Blogspot.

⁴ São indicados como blogueiros aqueles que mantêm um *blog*, neste caso os nossos pesquisados.

em forma de espiral em ascendência, mostra a potencialidade desta tecnologia. Assim, quando pensamos, por exemplo, numa ferramenta como o hipertexto, Lèvy (2000) nos mostra que a possibilidade é uma “rede/teia” ou conjunto de nós ligados por conexões.

Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular, sem fim.(LÈVY:2000.24)

Navegar, portanto, adquire uma dimensão desproporcional a qualquer outra coisa que se imagina. Navegar significa desenhar um percurso qualquer em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó, por sua vez, pode conter uma rede inteira.

Por outro lado, também ouvimos um discurso muito frequente dizendo que "os jovens desta geração estariam preocupados somente com o umbigo, identificando-os como céticos em relação a tudo" (COSTA, 1999; KANITZ, 2001; MATHEUS,2002). Seria uma geração de jovens individualistas, que não escrevem, que não se comunicam, que não participam da vida pública e que passam horas em frente ao computador, indiferentes, alheios ao mundo que os cerca.

Mark Bauerlein (apud Maicon Tefen: Caderno Donna: 2008.18) escreveu um livro com o título: *The Dumbest Generation*, em português *A geração mais idiota*, no qual discute como a era digital “embasbaca os jovens americanos e põe em risco o futuro”. Acredita-se que este seja um julgamento aligeirado a respeito desta geração.

Estas são colocações não muito diferentes daquelas que ecoam pelas escolas de ensino médio, pelas universidades, pelos partidos políticos, nas famílias e assim sucessivamente. No entanto, por mais que se afirme que os jovens estão alienados, apáticos perante a vida ou indiferentes aos problemas deste tempo, acompanha-nos dúvidas e desconfortos produzidos pelas premissas que insistem em retratar e naturalizar um tipo de jovem, concebido como alienado, apático, individualista, despolitizado ou idiotizado pelo uso da internet. Certamente essas desqualificações sejam concebidas mais pelos olhos e ou expectativas de quem os vê do que por eles próprios.

A opção por estudar a temática da juventude, ao invés de ficar indiferente ou reforçar essas posições, consiste num caminho que julgamos necessário, enquanto pensamos essa construção que se visualiza pelas mais diversas instituições, inclusive educativas. Trata-se de procurar desnaturalizar as críticas que se entrecruzam nos conformismos e nas rebeldias alojadas no imaginário contemporâneo, produzido por e para um contingente urbano, escolarizado e plugado. Nosso olhar busca pensá-los para além do senso comum, daquilo que é reforçado em colocações convencionais, generalizadas e estereotipadas, superando esse perfil homogêneo como sendo uma característica de jovens de nosso tempo. A temática deste estudo remete ao imaginário de jovens e a sua atividade na elaboração dos *blogs* e convida pesquisadores, educadores e pais a perceberem tais jovens na vida pública, a partir de suas colocações, suas sensibilidades e seus esforços simples para buscar novos modos de estar e de se comunicar no mundo. Assim, e a partir disso, a curiosidade tomou corpo para pensarmos quem são os

jovens da contemporaneidade e como eles se colocam na esfera pública a partir da elaboração dos seus *blogs*. A idiotização, alienação, indiferença, de fato, existem?

Aos poucos, os protagonistas desta pesquisa foram se constituindo pelos contornos urbanos, marcados pela mídia, por informações em tempo real e pela lógica do consumo, valores que fazem com que as escolas/universidades públicas ou privadas reconheçam a necessidade de apropriação de conhecimentos institucionalizados para obter melhor colocação no mercado de trabalho. Enfim, jovens em tempos de globalização, que presenciam o esboroamento das fronteiras geográficas e ideológicas, testemunhas de um tempo de mudanças velozes e de experiências instáveis em todas as dimensões da vida, em proporções jamais pensadas.

Avistando as paisagens e escolhendo facetas

Antes de prosseguir, convém lembrar que, concebendo a juventude como uma experiência histórica e socialmente definida, cujas fronteiras biológicas e cronológicas estão também limitadas por telas culturalmente elaboradas, podemos inferir que nunca as imagens sobre juventude se alastraram por tantos territórios como na atualidade. Reconhecendo a juventude como objeto de inveja, desejo e cobiça, o *marketing* e a mídia souberam explorar este tempo de ser e de estar jovem. A indústria do *botox* e dos cabelos tingidos nos mostra que quase todos querem remoçar, rejuvenescer, e a estética cultural da nossa época tem no corpo jovem o modelo ideal de moda e de costumes. Paralelamente a isso, a rebeldia que inventa a transgressão é inspiradora e modelar, e os adultos cultuam o território juvenil para além de uma faixa etária e passam a representá-lo como um estado, um território, ou seja, uma espécie de heterotopia.

Esse território cronológico, por um lado, é uma etapa biológica marcada pela transitoriedade, pela efemeridade, ou seja, não se refere mais à infância, mas também não é a idade adulta, nem ainda a maturidade. Por outro lado, é bom não esquecer que esse território cronológico não é como um rótulo impresso que pode ser colado do mesmo modo e obrigatoriamente para todo mundo. Esse território possui variações históricas, pois, em algumas sociedades, parece não existir juventude como um período, o que pode ser exemplificado na cultura indígena, em que o índio passa diretamente da infância para a vida adulta. Existem, também, as variações econômicas, nas quais o conforto ou o desconforto da situação financeira das famílias será fator determinante para alongar ou encurtar a juventude de seus membros. Nesse sentido, é provável que o menino ou menina que vive numa família com menos posse não tenha asseguradas as mesmas possibilidades, por exemplo, que tem o menino ou menina da família rica, a qual poderá sustentá-lo até o fim de seu percurso universitário.

As variações históricas também podem ser consideradas na dimensão da aparência, como é o caso das fotografias que retratam os imigrantes no início do século XX. Na maioria das vezes, percebemos que a aparência não condiz com a idade que hoje indicaríamos como sendo a de jovens. Parte dessa concepção chega até Sartre, que não gostava de parecer jovem, pois, afinal, isso não lhe dava a credibilidade necessária em relação aos seus conhecimentos. “Os retratos de Sartre, Raymond Aron e Simone de Beauvoir, aos vinte anos de idade, mostram a pose grave com a qual seus modelos pretendem dissipar qualquer ideia de imaturidade” (SARLO: 2000.37). Hoje, ao contrário, existe uma necessidade de se mostrar jovem, de ser jovem.

Tais considerações se destinam ao entendimento de que tal território é variável, uma vez que essas mesmas efemeridades e transitoriedades também estão inscritas num território simbólico, podendo se considerar jovens os *teens* de quatorze a vinte e quatro anos; porém isso vale para uma classe social determinada, para uma época específica, para um universo particular. Assim, essa classificação, mesmo que aparentemente seja cronológica, está revestida de significados culturais, sentidos específicos que ligam a visibilidade do corpo biológico à invisibilidade de certos atributos que extrapolam e variam. Como exemplo desta questão, poderíamos citar meninas que viveram no século XIX e que, aos treze, quatorze ou quinze anos, eram consideradas aptas para a maternidade e o casamento, sem que se problematizassem questões referentes à maternidade precoce ou a imaturidade para a vida conjugal. É, também, curioso assinalar que nos anos 60, década por excelência dos cânones da contestação e da rebeldia ocidental, a questão dos jovens encontrou seu auge, colocando em perspectivas culturais e políticas os protagonistas dessa faixa etária, sendo precisamente nessa mesma década que se destacaram inúmeros estudos teóricos no campo da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia sobre a puberdade e a adolescência.

E hoje, como se constitui a identidade do jovem deste tempo? Quem é esse jovem?

Identificando interlocutores

Nosso interesse consiste em compreender como a juventude concebe o mundo na atualidade, em suas dimensões políticas, por meio de um recorte metonímico. Isso significa poder conceber certo fenômeno como um fragmento ou microrealidade, mas tentando capturar suas intensidades e percebendo os tensionamentos que se colocam para além desse mesmo fenômeno ao observarmos os *blogs* de um grupo de jovens.

Esse, nos parece ser, um dos caminhos para estabelecer reflexões e potencializar inserções através de aproximações e afinidades relativas às sensibilidades e às percepções próprias do tempo presente, reconhecendo permanências e rupturas em relação a essa heterotopia chamada juventude. Não é a particularidade pela particularidade ou um simples estudo de caso de uma dada realidade, mas uma pesquisa que pretende refletir sobre os lugares e os significados que são atribuídos à vida desses jovens, quer se reconheçam por referências de natureza cronológica, quer simbólica.

Por outro lado, a escassez de pesquisa⁵ ou de literatura mais específica sobre o assunto mostra a pouca importância com que tem se tratado as questões da juventude e das mídias eletrônicas. Poucos têm sido os teóricos preocupados com a discussão sobre mídia eletrônica e juventude, mas muitos são os que criticam o tempo que os jovens passam no computador, no *smartphone*, por exemplo.

Localizamos as propostas teóricas de Calligaris (1996), Kehl (2000), Lèvy (1996 - 2001), Verton (2002), Sarlo (2000), Santaella (2005), Primo (2003 a 2008) e Murray (2003), tratando não especificamente de jovens e *blogs*, porém escrevendo sobre jovens e mídia, de um modo breve, geral, mas que vieram nos trazer subsídios para pensar este assunto.

⁵ Levantamento de pesquisa no Portal da Capes – Mestrado e Doutorado -, nos últimos cinco anos, indicou apenas três trabalhos a respeito de jovens e *blogs*. (pesquisa realizada em 24.09.09) <http://servicos.capes.gov.br/capes>.

Durante nossas pesquisas, descobrimos três autores que pesquisaram os *blogs*. Lemos (2002:44), por exemplo, classifica-os como *ciberdiários*, tal como Schittine (2004:13). Esta última trata os *blogs* como espaços para a escrita íntima na *internet*, porém analisa a prática a partir das regras clássicas da comunicação, ou seja, uma mensagem que circula entre um emissor e o receptor. Particularmente, acreditamos que não seja tão somente isso que os jovens fazem ao utilizar os *blogs*. Recuero (2007), em seus estudos, analisa os *weblogs* enquanto comunidades virtuais, ou seja, “grupo de pessoas que estabelecem entre si relações sociais” (p.5). Os estudos de Recuero são interessantes e inspiradores, já que ela mapeia, classifica e ordena os *blogs* estudados por grupos de interesse, como jornalismo, cinema e design, entre outros. No entanto, é focado em blogueiros profissionais, diferentemente do que buscamos, isto é, *blogs* de jovens que não atuam profissionalmente.

Em nossos estudos pretendemos propor diferentemente do que Shittine (2004) argumenta, pois acreditamos que a comunicação no *blog* vá além da perspectiva do emissor e receptor. Nessa ótica, nos amparamos na proposta teórica de Primo (2007), que trata das interações mediadas por computador ou, melhor, das inter-relações na *web*. Primo vai analisar a comunicação, no contexto da cibercultura, a partir da interação, assim ele procura fugir do conjunto binário da comunicação clássica que percebe somente o emissor e o receptor. A lógica é a interação todos/todos, inteligência coletiva que busca resgatar a teoria da comunicação interpessoal do processo dialógico.

Assim, partimos do pressuposto de que os jovens estariam construindo e produzindo novas possibilidades que nosso olhar pretende visualizar a partir do uso dos *blogs*. Nossa tentativa é buscar perceber que novas arquiteturas estão sendo construídas na rede a partir dos *blogs*. Trata-se de analisar mais detidamente que reinvenções estão sendo tecidas pensando, principalmente, a política. O objetivo é perceber que para além de uma diversão, ou de passar tempo, o espaço virtual tem sido utilizado como um modo de marcar o jeito atual do jovem de estar no mundo. A proposta é a de perceber como, ou de que modo, tem se dado estas inter-relações, é compreender as manifestações políticas de jovens deste tempo, que são usuários da rede ou, apenas, suas singularidades.

Além disso, pretendemos seguir discutindo os elementos e os valores reconhecidos nesse âmbito. Este estudo levanta as principais representações sobre aquilo que consideramos práticas de jovens, que compõem e integram um imaginário contemporâneo, urbano, escolarizado e conectado. Trata-se de dar voz aos atores dessa história, principalmente quando percebemos que alguns pais, professores e especialistas - seus porta-vozes oficiais - resumem em esquemas estereotipados e caricaturados a maneira jovem de ver e de estar no mundo e ignorando o fato de como as sensibilidades e as percepções de nosso tempo tornaram esses limites porosos e borrados.

Assim, procuramos olhar o fenômeno da juventude para além de seus rótulos classificatórios, das relações de poder/saber, para além da indicação e dos enquadramentos em que se pode dizer que este é o jovem, esta é a classe, esta é a idade, assim é a escola ou universidade pública ou assim é a escola ou universidade privada. As contribuições de Foucault (1997) mostram, justamente, como desconstruir, reconhecer essas taxionomias que indicam esse tipo de jovem alienado, indiferente num campo específico, no qual são elaboradas as relações e as

estruturas culturais, psíquicas ou sociais e que, por sua vez, muito dizem sobre os limites intelectuais e cercanias cognitivas de quem as estão classificando.

Desse modo, compreendendo que as fronteiras conceituais rígidas foram ultrapassadas, os diálogos intelectuais e teóricos atuais buscam a transdisciplinaridade, e é por isso que os conceitos aparecem apenas na proporção da necessidade e do ritmo do próprio discurso, pois, conforme afirma Baczko (1985:308), “a época das ortodoxias parece, pois, ultrapassada; vivemos, muito felizmente, na época das heresias ecléticas”.

Se a ortodoxia teórica parece estar ultrapassada, nada mais lúcido do que recorrer às ideias de autores e aos conceitos sem rigidez excessiva, mas apenas como balizas ou palheta de cores. Vamos colorindo as ideias na medida em que permitem burilar melhor certos planos e abstrações, pois, assim,

é mais fácil verificar a complementaridade das questões que as orientam do que integrar num conjunto coerente as respostas hipotéticas avançadas. O ecletismo que caracteriza este domínio é, talvez, revelador do estado atual das ciências humanas (BACZKO: 1985.308).

Buscando um modo de favorecer um diálogo a respeito dos fenômenos relacionados à juventude, recorreremos à abordagem da adolescência pela psicanálise, através de Contardo Calligaris (2000), o qual a concebe como sendo uma das formações culturais mais poderosas do século XX, e discute como os jovens se acomodam ou não nesse lugar. Calligaris trata de um tipo de jovem de classe média, localizado em determinado contexto político e social, mas que pode perfeitamente nos auxiliar quando pensamos o fenômeno da juventude em outros momentos e lugares. Assim, percebemos nessas leituras, que os jovens dos anos 60 procuravam imitar os adultos, mas, na contemporaneidade, parece haver uma inversão desse esforço: hoje, são os adultos que, a cada dia, querem parecer jovens:

Os jovens pedem “reconhecimento e encontram no âmago dos adultos um espelho para se contemplar. Os jovens pedem uma palavra para crescer e ganham um olhar que admira justamente o casulo que eles queriam deixar” (CALLIGARIS: 2000.74).

Nessa reflexão, para além de uma idade, o conceito de juventude diz respeito a um ideal cultural, um estado de espírito que está sendo extremamente valorado. Calligaris (2000:72) explica que

aos poucos os adolescentes se tornaram ideal dos adultos. Logo, ao interpretar o desejo dos adultos e procurar descobrir qual seria o sonho deles atrás de seus eventuais pedidos de conformidade, os adolescentes se depararam com sua própria imagem. O ideal, escondido dos adultos, eram eles mesmos.

Sob essa perspectiva, o psicanalista questiona: “Como satisfazer aos adultos, senão sendo mais adolescentes ainda do que já eram?” (CALLIGARIS: 2000.72). Hoje, de certa forma, há um deslocamento da autoridade, que é trabalhada pelo historiador Richard Sennet, levando a pensar que, ao desconsiderar a autoridade, os jovens poderiam encontrar o seu lugar no mundo. Se, porém, antes, um pai servia de modelo para toda uma constituição institucional, na contemporaneidade observamos o esfacelamento dessa que foi até pouco tempo um dos alicerces da sociedade. Hoje, encontramos múltiplas fases da autoridade na vida pública ou na vida privada. Sennet (2001:172) acredita que “a ideia de

autoridade é renovada por crises periódicas”. Se hoje estamos em um tempo de crise que esfacela a autoridade do pai, o que dizer das outras instituições?

Assim, compartilhamos com os jovens esse lugar de ressignificações como alguém que vive um tempo em que as fronteiras se foram, novas territorialidades são traçadas, e a velocidade e a cambiança parecem apontar uma nova estilística da existência. Podemos perceber que realidades vão se configurando a partir da observação das suas escrituras no *blog*, revelando emoções, sentimentos, valores e expectativas do grupo pesquisado. Por isso, outros interlocutores são fundamentais para sustentar os diálogos disciplinares, assim como também existe uma necessidade de ultrapassar os teóricos, buscando, na história do presente, pela via dos jornais, revistas e televisão, complementos importantes para compreender os fenômenos da contemporaneidade, na tentativa de fugir da rigidez das armadilhas teóricas.

Como pensar o novo se ficarmos eternamente presos ao passado ou se não envidarmos um esforço para perceber algo diferentemente do que já pensamos e fazemos?

Para tanto, seria impossível “compreender o que foi, ou o que é a história humana, fora da categoria do imaginário”, já nos alertou Castoriadis (1982:192). Para esse filósofo grego, radicado na França e contemporâneo de Foucault, as estruturas simbólicas são o fator unificante de uma sociedade, “sendo que não é verdadeiro nem falso e, no entanto, é da ordem da significação, e que é a criação imaginária da própria história”. Assim, voltamos a afirmar que não é apenas uma idade ou uma condição social que define o território por onde os jovens circulam; há um imaginário mais amplo que solda coletivamente esse universo. Se acreditarmos que é o imaginário que faz os indivíduos existirem, como também é a instância na qual uma coletividade elabora representações de si e do outro, é esse mesmo imaginário que define quem são os jovens, lugar que Foucault poderia definir como heterotopia, e também é esse lugar que poderíamos indicar como um lugar onde nunca estivemos. Sim, fomos jovens como a geração desses nossos jovens, mas nunca fomos jovens como eles o são, no período final do século XX para o começo do novo milênio e com as possibilidades que se apresentam, principalmente quando pensamos as tecnologias que subvertem tempo e espaço. Por isso o perigo nas comparações daqueles com estes jovens.

Esse território simbólico ou imaginário pressupõe características que são atribuídas à juventude, ou seja, ritmo, leveza, movimento, velocidade, agilidade. São características atribuídas não apenas a uma faixa etária, mas a um estado de juventude elevado à condição de valor de um tempo. Agora, para pensarmos o virtual e a cibercultura, utilizamos os principais argumentos de Lèvy no livro *O que é virtual?* (1996). As inferências do autor são fundamentais para aprofundarmos as questões sobre virtualidade, principalmente sobre as alterações que ela traz nas concepções do espaço e do tempo. Ele sugere que o virtual usa novos espaços e novas velocidades, que possibilitam problematizar e reinventar o mundo, a proposta é apostar no compartilhamento de tudo. Também é preciso repensar as questões que perpassam o que é público e o que é privado, análise que pode ser enriquecida com a discussão de Arendt (1995), quando trata das esferas pública e privada. Os *blogs*, por exemplo, não são sujeitos à restrição de um espiar, ao contrário, bisbilhotar é possibilidade ampliada e multiplicada a partir da criação do *word wide web*, sem esquecer que estamos em tempos de voyeurismo - o *facebook*

que o diga - seja a partir das câmeras de vigilância ou do grande irmão - *big brother*.

Além disso, a importância da discussão sobre este tema se impõe principalmente pela ascendência de usuários no mundo todo e, mais especificamente, pela necessidade que se apresenta em compreender como se dão estas relações dos jovens com o espaço virtual.

Assim, a discussão teórica toma corpo através das inferências sobre o espaço virtual elaboradas por Lèvy (2001), em seu livro *Cibercultura* no qual, talvez, possamos compreender as práticas midiáticas que estão sendo utilizadas pelos jovens como uma forma de estar no tempo presente. A possibilidade é a de perceber que os mundos virtuais eventualmente podem ser “enriquecidos e percorridos coletivamente. Tornam-se um lugar de encontro e um meio de comunicação entre seus participantes”. (LÉVY: 2001.145)

Segundo o autor, num dado momento histórico, parece tratar-se de uma nova maneira de comunicação representada principalmente pela utilização de imagens como uma representação que pode ou não ser legendada, assim como pode ou não sofrer inferência de quem a visita.

Acreditamos que um destes conceitos que precisa ser discutido no espaço virtual é o que trata dos não-lugares aos lugares de que Marc Auge (1994) nos insere ao discutir a antropologia da supermodernidade. No lugar da solidão, da privação de não ter estado no lugar em que todos os outros estiveram, os jovens se permitem interferir na foto colocada no *blog* pelos amigos. Colocar-se, inserir-se no lugar é uma possibilidade de se expor como protagonista de um lugar onde nunca se esteve. Talvez encontrar o não lugar do espaço visitado pelo grupo de amigos possa ser uma estratégia de “encontrar o lugar da liberdade” (Auge:1994.107) e de pertencimento.

Mas é como espaço nômade que ele adquire um grande número de possibilidades. As telas do computador, abertas em vários *blogs*, visitados quase ao mesmo tempo, são uma evidência do nomadismo experimentado pelos jovens. Estar neste lugar e experimentar tudo o que o espaço tem a oferecer e em seguida poder experimentar as derivas do ficar e do partir numa proposta nômade infinita. Seria como pensar a partir do que Mafessoli (2001) indica como “errante”, do que “passeia sem destino, do nomadismo dos grupos de amigos, das tribos diversas que passam de um a outro lugar, tudo isso proporciona um vasto fluxo a uma órbita indefinida” (p. 91) na cibercultura.

Na linha crítica dos novos processos culturais, e sob o olhar curioso na análise de novos fenômenos da contemporaneidade, recorreremos, também, à crítica cultural argentina Beatriz Sarlo (2001) para pensar cenas da pós-modernidade, época em que encontramos os jovens como principais protagonistas num de seus espaços preferidos, as catedrais contemporâneas chamadas de *shoppings*, territórios que parecem se mostrar adequados a um tipo de nômade. O *shopping* é um “tabuleiro para a deriva desterritorializada, espelho de uma crise do espaço público onde é difícil construir sentidos” (SARLO: 2001.23), é lá que encontramos um dos seus espaços preferidos e cheio de sentidos: as *lan houses*⁶, territórios à deriva.

⁶ O conceito de *LAN house* chegou ao Brasil em 1998, pelas mãos do empresário Sunami Chun, fundador de uma das redes de *LAN houses* mais conhecidas, denominada MONKEY, que já tem 58 lojas em onze Estados. Nessas casas, os jovens jogam em computadores de alta performance, conectados em rede. Neste caso, reúnem-se em

É importante também discutir aquilo que vemos muito comumente nas pessoas que interagem na rede mundial de computadores, concordando que os *blogs* são um meio democrático e barato de se compartilhar imagens e mensagens na rede. Sua expansão é impressionante, a cada piscada de olhos um *blog* foi criado em algum lugar (REVISTA INFO: 2008.39).

Os *blogs* viraram febre entre jovens de todo o mundo e também mania entre alguns adultos, como podemos constatar quando se faz uma breve pesquisa nos provedores da rede. Mostram-se como mídias extremamente significativas, utilizadas por profissionais de todas as áreas. Eles interferem na cultura, na economia, nas empresas, na política, nas mídias, enfim, em todas as áreas da vida, porém é pelas mãos dos jovens que eles têm se disseminado com uma força surpreendente e com uma velocidade espantosa, deixando perplexo seu criador, Tim Berners Lee, que não imaginava que tomassem essas proporções. O interessante é que, além das fotos ou imagens que podem ser elaboradas com certo cuidado (ou não), os blogueiros podem introduzir textos para legendar as imagens ou inserir filmes. Os visitantes, que podem ser amigos, conhecidos ou desconhecidos, têm a possibilidade de interferir na página, inserindo mensagens, opinando sobre o material exposto ou fazendo alguma interferência, tal como Marcel Duchamp, pintor e escultor francês, criador da arte moderna, fazia nas telas de alguns pintores, como Da Vinci. A interferência de Duchamp quando inclui bigode e cavanhaque em reprodução do famoso quadro de Da Vinci, a *Monalisa*, é modelar desta prática. Qualquer pessoa pode entrar e deixar uma mensagem ou deixar a sua marca, assim, a tentativa é dar amplitude e profundidade ao nosso campo de visão ao lermos as imagens que os jovens disponibilizam em seus *blogs*.

Nesse sentido, a proposta é perceber nas fotografias, imagens e filmes, narrativas embrionárias. Isso parece possível, na perspectiva de Manguel (2001:19), teórico do olhar sobre a arte, quando indica que a linguagem humana é feita de palavras que se traduzem em imagens e de imagens que se traduzem em palavras.

A tentativa é a de ler as imagens como quem lê palavras. Assim, essas imagens disponibilizadas nos *blogs* escolhidos foram examinadas como propõe Manguel (2001). Ao ler as obras de arte (a fotografia que o jovem expõe não deixa de ser uma obra), percebemos que as imagens ligam as circunstâncias de sua criação à vida pessoal do seu autor. Desse modo, como narrativas embrionárias ou como histórias à espera de um narrador, vamos contando as curiosidades, as particularidades que o autor traz na sua obra. Por isso, a possibilidade é também de aguçar o olhar para *ler* as imagens e os vídeos percebendo a história de jovens deste tempo.

A partir desse novo território, povoado pelos jovens e tratado por Mafessoli (2001) como um fenômeno, denominado “nomadismo”, registramos uma visão de que as coisas estão em eterna mudança, visões imbricadas à ideia de juventude como um estado de espírito, um território ágil no qual as pessoas lutam para se colocar, tencionando o efêmero e o fugaz com aquilo que desejariam fazer durar para sempre. Para esse sociólogo, trata-se de um lugar flutuante, cuja

grupos e passam horas jogando com os amigos; estão ligados pela rede, mas cada um joga no “seu” microcomputador. No Brasil, estima-se que existam hoje 90 mil dessas casas em todo o território nacional, sendo que cerca de 50% delas instaladas em São Paulo, segundo a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital – ABCID (Consulta realizada no site www.abcid.com.br, em 27.09.09) A LAN que reuniu os jovens para a disputa citada neste trabalho é a Adrenaline, e as informações foram fornecidas por um dos proprietários.

pluralidade de identidades habita o âmago de uma mesma pessoa. Assim, os jovens de hoje parecem não se sentir pressionados por nenhuma obrigação, seja sexual, profissional ou social, mas é esse transitar por vários territórios que permite certa sensibilidade para compreender e subverter as sociedades homogêneas. “Estar aqui e ali, o desejo e a insatisfação, a dialética constante contra a estática e a dinâmica” (MAFESSOLI, 2001.77). A geração do *mouse* e do controle remoto, se não pode mudar as coisas que estão postas, muda a identidade, por isso podem ser *blogueiros*, *rockeiros*, *rappers*, surfistas, *skatistas*, *nerds* ou muito disso, quase ao mesmo tempo, no mundo digital, numa dialética sem conciliação entre o “fechamento da cerca e o indefinido da liberdade” (MAFESSOLI: 2001.80).

Observando o fenômeno da juventude de um movimento constante de pertencimento ou não a um determinado território, a identidade e a territorialidade tornam-se incertas. Buscando diálogo com Baczko (1985), teórico do imaginário, ele concebe o imaginário como uma espécie de solda, que faz uma coletividade reconhecer o “nós” e o “eles”. Para entender melhor como se dá essa solda, é preciso que compreendamos que cada geração traz consigo certa definição de homem, “simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo em que adota a partir dela, uma determinada ideia de imaginação, daquilo que ele é ou daquilo que deveria ser” (BACZKO: 1985.309). Cada época, portanto, vai idealizar um determinado tipo de homem e de sociedade que irá “reproduzir e renovar este imaginário”. Sob essa perspectiva, o autor explica como uma coletividade elabora ou designa a sua identidade ou a representação que faz de si.

Estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores [...] produzindo, assim, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO: 1985.309).

Com o filósofo Gilles Lipovetsky (1983), encontramos as pistas para a compreensão de outro fenômeno relacionado mais especificamente à construção do indivíduo contemporâneo, pensando sobre as sensibilidades que estão postas e seu processo de fragmentação. Se, algumas vezes, o autor visualiza com certo pessimismo essa fragmentação ou dessubstancialização, noutras observa a construção de possibilidades através da diversificação dos modos de vida, das crenças e dos papéis sociais. Lipovetsky trata do individualismo ocidental com “o mínimo de coação e o máximo possível de opção, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão (1983:09)”.

Podemos pensar nisso, evocando um exemplo de uma jovem que mora na periferia de uma grande cidade, mas deseja ter a mesma bolsa que a menina da classe alta, reconhecendo-se como parte de um segmento que se caracteriza, entre outros aspectos, pela ostentação de grifes. Até porque a bolsa *Louis Vitton*, que custa quatorze mil reais na loja do *shopping*, pode hoje ser adquirida com preço irrisório, e com efeito muito semelhante, no camelódromo de qualquer capital. A tentativa é pensar como essas conexões tornam-se possíveis, não de forma comparativa, mas de modo a acolher e a compreender, ao menos em parte, as complexidades do mundo contemporâneo. Ou seja, podemos perceber, na jovem da periferia, “desejos de realização do eu, não para além do consumo, mas para além

da apoteose, à da imagem e do devir do ego” (LIPOVETSKY: 1983). Trata-se de avistar essa forma de hedonismo, não como forma mercantil, mas, antes, como necessidade ou desejo de grupos de jovens em assemelharem-se nas suas representações, que partem do consumo, mas tentam ultrapassá-lo.

A esta pesquisa, também comparece a história política percebida através da história do presente desses jovens que acompanhamos e de como eles estão constituindo o seu fazer político, suas representações e suas referências ideológicas, integrados nas práticas e nas experiências cotidianas. Dentro dessa concepção, que busca sintonia com os fenômenos contemporâneos relacionados às sensibilidades políticas, é importante destacar o uso mais ampliado possível das fontes de informação, para tanto nos utilizamos das notícias veiculadas na mídia - recortes de jornais, revistas e programas de televisão - como mais um argumento para traçar a história política do presente, a partir desse grupo de jovens, reforçando as suas falas e as suas atitudes, mas procurando concebê-los, não como um fenômeno de apenas um pequeno grupo de jovens pesquisados, mas como grupo que pode expressar sensibilidades e percepções mais abrangentes, integrando uma realidade que é maior e mais complexa.

Publicamente, os jovens parecem assumir que não querem ser herdeiros políticos das gerações que os antecederam ou que, como ouvimos algumas vezes, estão pouco “se lixando” se existe o candidato A ou B.

A respeito da política, é preciso esclarecer que não pretendemos discorrer ou aprofundar conceitos. Todavia é importante dizer que nos afastamos do conceito clássico aristotélico de “política como teoria do Estado” (ABBAGNANO: 1998.775). Embasamo-nos, principalmente, na fala de Ortega (2000), encorajado nas leituras de Arendt, Derrida e Foucault quando sugerem:

Tenha coragem! Atreva-te a ganhar a esfera pública sem consideração pelos partidos ou programas políticos! Lute por um novo conceito relacional que possibilite a criação de novas formas de existência!(p.42)

Procuramos perceber novas práticas que vão para além de uma política partidária, burocrática e estatal para fazer a leitura daqueles que tratam os jovens de hoje como despolitizados. Assim, esse conceito se aproximaria do político compreendido como *atividade de criação e experimentação* (ORTEGA: 2000.23).

O apelo de Ortega (2000) é perceber a política como novas formas de sociabilidade. Para isso, precisamos estar atentos aos acontecimentos e recusar qualquer modelo, imagem ou metáfora que, pré-estabelecidos e impostos por tradição política absoluta, faça-nos seguir a caminhada com um “corrimão”. A proposta é fugir do normativismo renunciando àquilo que se prescreve ou se universaliza no conceito de político. Para tanto, Ortega (2000.41) nos convida a “relativizar a validade e o alcance dos vínculos orgânicos que garantiam a coesão das sociedades tradicionais: religião, família, trabalho, comunidade” para assim, talvez, compreendermos as práticas realizadas por jovens na contemporaneidade, ou seja, no nosso caso, o uso dos *blogs* como uma prática política.

Seguindo o raciocínio filosófico de Lyothard (2000), quando trata sobre novos espaços onde ainda não há um “lugar por si”, podemos pensar a mudança, o simultâneo, o disperso, o justaposto, o vazio, a velocidade e tantas outras interrogações que rondam os discursos desse tempo e que não nos permitem, ainda, ter uma posição definitiva e acabada. Tal terreno apresenta-se cada vez mais

flutuante, poroso, não há lugar para fixidez, pois “o sólido não é mais sólido, e os espíritos erram e vagabundeiam”, complementaria o sociólogo francês Michel Mafessoli (2001: 93).

Assim, no quadro geral deste problema, devidamente dimensionado por um grupo escolhido a partir do interesse que os une, ou seja, o *blog* disponibilizado na rede, buscamos compreender de que modo essas práticas interferem ou são significativas para indicar práticas políticas de jovens deste tempo e de que modo eles se colocam nesse espaço público. Queremos pesquisar que elementos podem ser levantados para uma análise acerca desse lugar.

O uso dos *blogs* e seu estudo teórico é uma proposta atual que afeta a cultura, a educação, a arte, a política, as relações sociais e são também afetados por ela e, deste modo, possibilitando abrir-se num leque à deriva.

Definindo caminhos e arriscando percursos

A escolha do caminho metodológico parte do interesse de ler a história do tempo presente pela voz e pelo testemunho dos seus protagonistas. Interessa dizer que produzir conhecimento implica estabelecer diálogos entre os afetos explicativos, que recorrem às noções e aos conceitos, e à plausibilidade histórica que pressupõe atenção aos testemunhos e depoimentos, além do acompanhamento dos escritos e impressões visuais, neste caso localizados nos *blogs* dos pesquisados.

BAUER e GASKELL (2002) escrevem sobre a importância da metodologia com a observação sistemática dos acontecimentos, quando tratam da pesquisa qualitativa, ou seja, a necessidade de “inferir os sentidos dos acontecimentos das (auto) observações dos atores e dos expectadores bem como levar em conta os vestígios materiais deixados por esses (p.19).

Desse modo, é importante dizer que realizamos observação participante evidenciada no acompanhamento dos *blogs*, foco principal para a geração de dados escolhidos, a partir da principal característica que torna um *blog* atrativo, ou seja, a postagem frequente que gera a curiosidade dos seguidores. A esse respeito, descrevemos como foi o nosso primeiro contato com *blogs* e blogueiros.

O contato foi muito simples, digitamos a palavra *blog* no *Google*, escolhemos a opção ‘páginas no Brasil’ e, então, caímos inicialmente nos *blogs* do site *Blogger*, que atualmente foi arrematado pelo *Google*, alterando o antigo endereço para *Blogspot.com*. A partir daí, não foi difícil chegar ao endereço do *Insanus.com* (2003 – 2007). O *blog* era um coletivo de mais ou menos 15 outros *blogs*, entre eles: *Parada*, *Verdes Fritos*, *A Nova Corja* e *Garfada*, criados, na sua maioria, por estudantes gaúchos, principalmente do curso de jornalismo. Seu idealizador, Gabriel Pillar, um jovem estudante de jornalismo, na época com 21 anos, escreveu no *blog*:

O *Insanus* é um coletivo de *blogs* aglutinado por amizade, onde um não é responsável pelo que o outro escreve, mas está pronto e disposto a zelar pelo bem intelectual comum do que é produzido aqui, ou quase isso. Exagerar seria dizer que não existe unidade, forçar seria chamar de um projeto coletivo. O *Insanus* é uma rama de gramíneas cibernéticas que causam efeitos diferentes ao consumo humano – ou seja, mais ou menos como as *Coréias*, que

ficam se alfinetando e depois jogam a olimpíada juntas. Ou quase blogs (disponível em www.insanus.org. Acesso em 01.08).

Essa era a definição de seu idealizador sobre o espaço. A poucos dias de sua formatura, Gabriel Pillar se envolveu em um acidente de carro, tendo morte imediata. Até hoje, e de forma esporádica, o *blog* ainda é mantido como um arquivo permanente em memória de seu idealizador. O jornalista Emmanuel Mattos organizou uma compilação em homenagens ao blogueiro, além da postagem da sua obra fotográfica e *portfólio* que podem ser visitados no endereço <http://www.insanus.org>.

A curiosidade em estudar os *blogs* aconteceu a partir do Insanus. Achei genial a proposta do *blog* e do blogueiro que era articulado e inteligente. Gabriel, aparentemente, agregava, tinha posicionamentos estéticos e políticos bem definidos. E, embora tivesse pouca idade, sua escrita era instigante! Porém, passado algum tempo, quando pensamos o projeto e iniciamos os primeiros contatos, descobrimos que os meninos haviam crescido, deixaram de ser incendiários, ou seja, estavam prestes a se formar e Gabriel havia falecido. Tivemos que sair à procura de outros blogs. O critério da escolha tinha como foco a idade do blogueiro, exclusão dos *blogs* profissionais e daqueles com postagens muito esporádicas.

O momento da escolha é ao mesmo tempo simples e complexa. Como escreveu Gabriel: no momento em que entramos num *blog*, as opções que se abrem são como “rama de gramíneas cibernéticas” que se espalham infinitamente. A escolha pode ser tal como o crescimento da gramínea que se espalha multiplicando por todas as direções. Dessa forma, a nossa escolha resultou em dez *blogs* selecionados como um grupo piloto.

Assim, o material empírico e a fonte documental básica para o estudo foram obtidos através de entrevista elaborada, a princípio, por 23 perguntas. O material se configurava em breve apresentação sobre do que se tratava, e convidava os blogueiros a participarem com um pequeno texto de abertura.

Essa entrevista, utilizada como um pré-teste, foi encaminhada ao e-mail dos 10 blogueiros selecionados. Destes, sobraram três. A partir das impressões desse grupo, alteramos a entrevista, algumas questões foram retiradas outras reformuladas, o que acabou resultando, finalmente, em um questionário com 11 questões sobre alguns eixos norteadores que focavam os seguintes dados básicos de identificação do blogueiro, sexo, idade, cidade e estado, grau de escolaridade, área cursada, além de identificar se a instituição era pública ou privada. O segundo bloco de perguntas solicitava a opinião deles sobre quem são os jovens e como são os jovens hoje.

A terceira pergunta questionava com que objetivo o blogueiro havia criado o *blog* e o tempo em que o *blog* estava disponível na rede, de modo que fossem indicados meses ou anos (se fosse o caso) e se eles assinavam ou usavam um pseudônimo.

Outra questão tratava da frequência com que o *blog* era atualizado e o tempo gasto pelo blogueiro para a realização desta atividade. O questionário foi elaborado com um misto de respostas fechadas e abertas para que eles colocassem outros temas não contemplados na questão.

Tínhamos o interesse em saber, também, em qual categoria o blogueiro incluía o seu *blog*. Esta era uma pergunta fechada, para marcar com um “x”, mas se não houvesse opção oferecemos opção de resposta aberta para que o blogueiro indicasse a sua categoria. Aqui, também finalizamos a questão com a oportunidade para que o blogueiro expressasse a sua categoria, se já não estivesse indicada acima. A outra questão era se eles tinham preocupação com o número de visitantes, com as postagens e comentários.

Finalizando a entrevista, questionamos qual a representação do *blog* para seus autores, oferecendo algumas alternativas como: um meio para estar atualizado; local para colocar as suas ideias; diário íntimo; uma prática política; mídia passageira e, enfim, uma pergunta aberta para que o blogueiro indicasse qual seria essa representação.

Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram resultados de uma combinação de diferentes instrumentos qualitativos de pesquisa de caráter exploratória de um estudo de caso, tendo como objetivo compor um conjunto de informações amplas e genéricas. O material empírico e a fonte documental básica foram obtidos através de fontes bibliográficas que sustentaram as principais conceituações teóricas.

A escolha do estudo de caso (ROESCH: 1999.197), como estratégia de pesquisa que permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro do seu contexto, foi a proposta que julgamos mais adequada. Sendo assim, utilizamos tanto a coleta de dados quantitativos como qualitativos. A pesquisa empírica buscou combinar vários métodos de coleta de dados. No nosso caso, usamos a entrevista, a observação participante e dados secundários que surgissem durante o acompanhamento do *blog*. Todavia, a ênfase esteve localizada na utilização dos dados qualitativos, objetivando explorar “os novos processos ou comportamentos” (ROESCH: 1999.198). Aspectos que, a nosso ver, não podem ser revelados por meio de apenas um contato breve, como a entrevista ou mensagem de *email*.

Nossa proposta não era a construção de uma teoria, mas estender o fenômeno. O propósito é o interesse intrínseco em um grupo de blogueiros e suas práticas.

Desse modo, o Discurso Coletivo (DC) foi desenvolvido como uma metodologia, dentre tantas outras, mas a que consideramos interessante para trabalhar com as respostas dos pesquisados. A técnica de tratamento qualitativo sem que seja reduzida a quantidade, ou seja, não existe como condição prévia necessária, “que os elementos a serem somados sejam idênticos ou tornados idênticos, como acontece na soma quantitativa” (LEFÈVRE; LEFÈVRE: 2004). Por outro lado, o DC também expressa uma qualidade e uma quantidade coletivas, na medida em que a dimensão qualitativa refere-se a uma coleção de conteúdos, pensamentos, opiniões, discursos, etc., sobre uma dada realidade, e a dimensão quantitativa diz respeito aos depoimentos de conjunto de indivíduos, representativos de um determinado contexto (LEFÈVRE; LEFÈVRE: 2004).

Quanto aos nossos protagonistas, é importante lembrar, que são jovens, blogueiros, com idade entre 16 a 23 anos, brasileiros, estudantes do ensino médio ou universidade e que retornaram nosso contato inicial e estão com seu *blog* hospedado no *blogspot*.

Contrariando a premissa de que os jovens não gostam de escrever, observamos o imenso prazer com que escreviam textos para exporem suas sensibilidades. A esse respeito, cabe uma outra reflexão sobre as narrativas alteradas no mundo digital. Murray (2003), por exemplo, mostra-nos, em suas pesquisas, como a literatura impressa, o cinema e a televisão precisaram alterar o modelo linear a partir da tecnologia da comunicação digital. De uma atitude passiva, passamos para uma atividade imersiva e interativa. A narrativa passa a ser multiforme. Nesse caso, nossos pesquisados, ao que parece, não se interessam apenas em acompanhar narrativas lineares, desejam interagir, intervir nestes novos formatos que a internet possibilita.

A promessa é um novo meio de expressão. A narrativa computadorizada está pressionando os limites da narrativa linear. Murray (2003) escreve que, no *holodeck*, observamos histórias que assumem múltiplas formas e forçam fronteiras, tentando escapar de uma moldura, a este respeito a educação precisa urgente observar estes fenômenos atuais.

Além disso, a possibilidade seria trabalhar a partir do conceito de rostidade, definido por Deleuze e Guattari no livro *Mil Platôs*. Ou seja,

Os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade, que irá produzi-los ao mesmo tempo em que der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro. O sistema buraco negro-muro branco não seria então já um rosto, seria a máquina abstrata que o produz, segundo as combinações deformáveis de suas engrenagens. Como pensar a vida e/ou o mundo se essa consciência se dissolve, perde seu estatuto de verdade, ou seja, se o sujeito não mais existe enquanto “estrutura-ego” – forma necessária de construção da realidade e seus jogos de significante e significado? Não esperemos que a máquina abstrata se pareça com o que ela produziu, com o que irá produzir (DELEUZE E GUATTARI: 1996. 33).

A proposta que se busca é uma linha de fuga como o rosto que desvia o olhar; ponto de fuga nômade, desterritorializações, para escapar do centro, na busca de outro trajeto, sinuoso, criativo, riscos à deriva, talvez. Assim, atendendo ao convite dos teóricos, a proposta foi abrir-se a conexões, fluxos em busca de novas formas de compreender o fenômeno dos *blogs* e da juventude. Experimentar ao invés de significar, interpretar, abrindo-se à multiplicidade, tentando um novo olhar sobre o já visto.

Mesmo que começando por um minúsculo riacho, que corre entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização. Os profundos movimentos que agitam uma sociedade e apresentam assim, ainda que sejam necessariamente representados como um afrontamento de segmentos molares (...) uma sociedade se define por suas linhas de fuga que afetam massas de toda natureza (...) uma sociedade, mas também um agenciamento coletivo, se definem, antes de tudo, por suas pontas de desterritorialização, seus fluxos de desterritorialização (DELEUZE e GUATTARI: 1996. 94 –158)

Possibilidade que se abre em busca de um outro caminho. Vamos localizar-nos na ruptura, deslocamentos do centro. Na rostidade, “meu rosto me leva sempre ao conhecido”, busco a “linha de fuga”, duplo desvio no qual temos a possibilidade de desfazer o rosto e as rostificações na busca do devir Deleuziano. A

proposta é não se fixar, a necessidade é perceber o movimento, descobrir trajetos ao caminhar.

Esses devires, ultrapassam muros, saem por “buracos negros”. Os próprios traços desta rostidade se subtraem, ou seja,

não se deixam subsumir pelo rosto, sardas que escoam no horizonte, cabelos levados pelo vento, olhos que atravessam ao invés de olhá-los no morno face a face das subjetividades significantes. “Eu não olho mais nos olhos da mulher que tenho em meus braços, mas os atravesso nadando, cabeça, braços e pernas por inteiro, e vejo que por detrás das órbitas desses olhos se estende um mundo inexplorado, mundo de coisas futuras, e desse mundo toda a lógica está ausente. (...) Quebrei o muro. (DELEUZE e GUATTARI: 1996. 36)

Se o rosto produzido pode ser considerado uma máquina política, desfazê-lo será uma prática política, “acreditar no impossível, no impensável, que, no entanto, só pode ser pensado” (DELEUZE e GUATTARI: 1996. 36).

O que pedimos é um pouco de possível na análise dos dados, já que não conseguimos conceber de que maneira inserir as respostas desses jovens e desse assunto, cuja abordagem caminha pela história das sensibilidades, e o fazer de tal forma que isso possibilite o ecoar de novos significados, sobretudo se os dados forem distribuídos em gráficos, codificados e quantificados em percentuais. Não foi essa a nossa proposta, por isso a pesquisa qualitativa.

Antes e durante a observação dos *blogs* e a aplicação da entrevista, pensamos auscultar e perscrutar os novos ruídos, como uma pesquisadora em busca de sintomas culturais, preocupada muito mais com as sensibilidades e percepções, do que indicar a necessidade de ordenar os dados em classificações numéricas ou taxionômicas.

Desse modo, fomos percebendo as feições deste rosto de jovens que responderam a entrevista, percebemos que a maioria havia sido respondida por jovens na faixa etária entre os 16 e os 23 anos; a escolaridade variava entre o ensino médio e o "terceirão", como é chamado o curso intensivo pré-vestibular; na totalidade, eram solteiros e residentes de seis estados brasileiros.

As respostas foram analisadas, agrupadas de acordo com similitudes ou contraposições, para compor a construção desta narrativa monográfica.

Se, no entanto, este estudo, no transcorrer da sua leitura, apresentar “uma aparência fortemente eclética pelo fato de abranger as divisões entre os territórios estético, político e ético”, ousou pleitear, assim como Lyotart (2000, p. 17), que “não é devido a uma inclinação que se tenha pela confusão”, pela desorganização, pela falta de metodologia científica, ou descaso. É que, “em geral não há lugar. O lugar toma lugar por si, na contemporaneidade” (LYOTART, 2000, p.17-18).

Marcando o trajeto

Com este estudo, pretendemos compreender que algumas concepções mais rígidas e localizadas talvez tenham se deslocado para múltiplos territórios e, se estivermos atentos, poderemos perceber, nas faces destes jovens, que se enunciam mudanças. Assim, se estar no mundo e juventude são fenômenos que se modificam historicamente, trata-se de tentar refletir quais as mudanças contemporâneas que se operam nesses territórios. Convém lembrar que as respostas encontradas nesse

contingente não formam uma síntese, um perfil que apresenta o jovem, mas, sim, um tipo de jovem, que se reconhece na atualidade urbana, escolarizada, formatada pela tecnologia, pela mídia e pela publicidade, cujos vetores ultrapassam o próprio universo pesquisado.

Pretendemos identificar as experiências vividas no universo de um grupo de jovens através do modo como se colocam em seus *blogs*, suas imagens e mensagens. É importante ressaltar que se trata de uma oportunidade de repensar o modo pelo qual os jovens se colocam neste espaço utilizando a ferramenta virtual. Desse modo, oportunizar que pais, educadores e intelectuais possam refletir sobre o assunto e esse novo modo de estar no mundo nas práticas culturais de jovens deste tempo. Oportunidade que também passa por se perceber e aprender como lidar com estas ferramentas e potencializar práticas docentes renovadas.

Nosso estudo parte de uma experiência única, mas remete ao difícil exercício de manter a lucidez sobre aquilo em que estamos mergulhados de modo tão passional.

Em última instância, deseja compreender as mudanças sem lamentos numa espécie de luto infinito. Procura aceitar as diferenças e as variações, menos como riscos e mais como raios que atravessam carregados de energia nosso cotidiano. Talvez assim possamos testemunhar em nossa vida, sobretudo na relação com os nossos jovens, o nascimento de novas condutas cognitivas que ultrapassam a repetição para buscarmos alternativas mais criativas e ousadas.

Considerações finais

Este estudo objetivou perceber as feições dos jovens da contemporaneidade e como eles se colocam na esfera pública a partir da utilização dos seus *blogs*. Buscamos problematizar quem são os jovens deste tempo? Como estão utilizando os *blogs*? Estão indiferentes às questões políticas?

A princípio, em suas respostas à entrevista e observação nos *blogs*, percebemos que estes jovens, em alguns momentos, pareciam herdeiros das gerações que os antecederam, em outros vivenciavam rupturas. Mas suas respostas evidenciaram que a juventude está diretamente relacionada a um tempo e um espaço específico. Na realidade, eles concordaram que a juventude se apresentaria como um território variável e simbólico tal como estudou Calligaris(2001) a respeito da juventude.

Assim, após o levantamento dos dados das entrevistas, observando os *blogs* e estudando os teóricos que embasaram a pesquisa, observamos o quanto a internet vem se democratizando rapidamente e serve para pensarmos esses novos fenômenos de engajamento, participação ou resistência política em relação à juventude, especialmente a blogueira.

Se, antes, era preciso organizar barricadas e fabricar coquetel *molotov* para as manifestações de protesto e resistência, hoje os jovens podem manifestar a sua insatisfação política diretamente do seu quarto de dormir, quem sabe, inclusive, deitados, confortavelmente, em suas camas.

De um lugar aparentemente seguro, conhecido e aconchegante, eles podem manifestar seu poder contestatório por intermédio do *blog*, mas, também, pelo *whatsApp*, e-mail, *facebook*, *ICQ* ou *chat*, conseguindo mobilizar milhões de pessoas no mundo todo.

Então, a hipervelocidade e a hiperinércia (CRITICAL ART ENSEMBLE: 2001.21) cruzam-se e não estão limitadas por fronteiras geográficas, conectando indivíduos, instituições e empresas, trabalhadores, estudantes e empresários dos mais variados setores e lideranças do mundo todo pelos mais insólitos motivos, pelas mais diversas razões e nos momentos mais impensáveis.

Os jovens experimentariam, com isso, novas relações políticas e sociais, formulando novos padrões cujas posições e informações cruzam-se, circulam, trocam, armazenam, colam, deletam e processam. No ciberespaço, os jovens “abarcam o mundo. Embora não possam se mover realmente pelo espaço físico, simulam estando em toda a parte ao mesmo tempo” (DISTÚRPIO ELETRÔNICO/CRITICAL ART ENSEMBLE: 2001.36-37).

Esse nômade pós-moderno também pode transformar o poder, a informação e o próprio ativismo político. A vantagem de ser um ativista virtual reside no fato de não ser localizado, pois sempre existe a oportunidade de manter uma posição de invisibilidade, de não-localização. Nesse caso, não é preciso montar barricadas e muito menos preparar bombas para lançar sobre o inimigo. Os *hackers* são, hoje, um exemplo para pensarmos a cibermilitância, em que se afirmaria uma nova postura político cultural na contemporaneidade. A literatura tem identificado a ação dos *hackers* como transgressões de um grupo de internautas preocupados

apenas com fraudes bancárias ou invasão eletrônica ou como um grupo de entendidos em computadores que frequentemente, mas não sempre, trabalham em oposição às necessidades da estrutura militar-corporativa (CRITICAL ART ENSEMBLE: 2001.34).

Excluindo os rótulos de "bons" ou "maus", esses indivíduos servem de modelo exemplar para pensarmos sobre o poder contido na apropriação da informação ou do conhecimento, na contemporaneidade, no modo digital. Essa apropriação torna-se imaterial, uma vez que não existe, pois é desterritorializada. O poder que poderia haver na materialidade da "coisa", que pode aqui ser designada como conhecimento ou informação em si, pulveriza-se. Não é possível tomar ou reter o conhecimento ou a informação, pois, de certo modo, elas se democratizariam por intermédio do *mouse* dos *hackers*, que, na maioria das vezes, são identificados como vândalos, quer por diversão, espionagem politicamente mal orientada, ou vingança pessoal contra uma fonte particular de autoridade (CRITICAL ART ENSEMBLE: 2001.34), destroem ou embaralham determinadas informações pelo desafio de conseguir chegar à vulnerabilidade de certos sistemas. O processo do qual o *hacker* faz parte poderia ser comparado a um jogo de vídeo *game* em que ganha quem supera o maior número de fases.

Para além de uma ação oportunista de um indivíduo ou grupo a que pertençam os *hackers*, nos blogueiros, podemos avistar um outro modo de ativismo político, nova modalidade para o exercício da palavra e da cidadania. Assim, por exemplo, na semana que antecedeu à guerra dos EUA contra o Iraque, todos aqueles que tinham acesso à *internet* puderam participar, ou não, de vários abaixo-assinados por e-mail, em manifestações contra a guerra, enviados diretamente a George Bush, Presidente dos EUA, através de seu correio eletrônico. Do mesmo modo, o caso noticiado pela mídia a respeito da nigeriana Amina Lawal, que foi condenada à morte por apedrejamento pelo tribunal religioso de Funtua, norte da Nigéria, pelo fato de ter engravidado fora do casamento, oportunizou uma campanha em favor dessa mulher e contra a pena de morte, mobilizando uma multidão de pessoas pelo

mundo através do correio eletrônico, além de viabilizar uma mensagem direta ao Presidente ou ao Ministro da Justiça nigeriano, em favor da nigeriana que, alguns meses depois, foi julgada e considerada inocente, abrindo um precedente jurídico que favorece a todas as outras nigerianas.

Em outro caso, próximo dos nossos estudos e muito parecido com a mobilização dos jovens citados acima, durante a última enxurrada que castigou a capital catarinense, uma pedra ameaçava desmoronar em uma rua muito movimentada, no caminho para um Programa que atende jovens em situação de vulnerabilidade social no seu Programa “Campeões nas quadras e na vida” - FUCAS⁶, localizado no Morro da Caixa, área Continental de Florianópolis, no qual atuamos profissionalmente.

A ação dos jovens que participam do Projeto foi encaminhar ao Secretário de Obras do Continente a seguinte mensagem, aproveitando a poesia de Carlos Drummond de Andrade:

Tinha uma pedra no meu caminho, no meu caminho tinha uma pedra. Prezado Vereador e Coordenador de Obras, eu, Pedro, e minha família solicitamos a detonação da pedra que está na calçada e impossibilita que nós possamos exercer o direito de todo cidadão, ou seja, o de ir e vir livremente pela calçada da rua Ivo Silveira.

A estratégia dos jovens foi congestionar a caixa de *emails* do vereador. A prática de ativismo virtual deu certo. O Secretário retirou a pedra do caminho, melhorando a circulação das pessoas da comunidade que se colocavam em risco de atropelamento, já que utilizavam a rua em função da pedra no meio da calçada.

Em outras palavras, conectados em rede, os jovens encontram maiores possibilidades de contestação, mobilização, argumentação e deliberação no que diz respeito a qualquer tipo de ativismo. Isso dimensiona uma nova maneira de pensar o político como um fenômeno global, para além de qualquer fronteira geográfica que possamos supor, além do que traz novas possibilidades de um fazer cooperativo. A imaterialidade da *internet* possibilita transitar no território político e social de maneira menos visível, como um nômade cibernético, um ativista intergaláctico, porém sem sair de casa. No jogo virtual *Counter Strike*, os jovens só precisam que funcionem os órgãos vitais. Um sequestro do corpo, alguém poderia dizer, mas, ao mesmo tempo, uma viagem por territórios desejados, em que os jovens possam ser o que quiserem, abalando qualquer combinação binária que visualize somente um ou outro ponto de vista.

Neste caso, pode-se assim ser,

Simultaneamente, cosmopolita e regionalista, racionalista no trabalho e discípulo intermitente de certo guru oriental, viver numa época permissiva e respeitar, escolhendo-as à lista, as prescrições religiosas (LIPOVETSKY: 1983.39-40).

Como ciberativistas, articula-se contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), contra a devastação da Amazônia, em favor do passe-livre no transporte urbano ou contra a produção de transgênicos. Além disso, brincam com

⁶ Organização fundacional privada de assistência social cujas atividades assistenciais são realizadas por intermédio de dois programas: “Campeões nas quadras e na vida” que atende jovens com idade entre 12 e 18 anos em varias oficinas como dança, circo, informática, judô, entre outras. Para conhecer melhor a instituição acesse o site www.fucas.org.br.

uma cambiança de identidade em que outros possíveis entrecruzam-se como numa brincadeira de esconde-esconde que Luis Carlos Borges invejaria.

Desse modo, esses blogueiros que pesquisamos e outros tantos podem ser homens e mulheres, feios e bonitos, altos e baixos, criando uma infinidade de outras identidades, de acordo com o momento, criação de outros possíveis, para além de uma ciberpercepção, na qual cada um se situa no "seu" grupo, mas, também, no grupo de blogueiro, *rap*, de *skatistas*, de grafiteiros, de tatuados, de surfistas, de internautas. Transitam por todos esses lugares como uma rede que é traçada unindo os fios em diversas direções, mas, ao mesmo tempo, preservando o estilo de viver de cada um: a raça, a galera, como eles se autodefinem.

Os amigos podem ser escolhidos e cultuados e podem dizer: somos iguais porque somos diferentes. Eu sou blogueiro, você é grafiteiro, mas isso não os afasta, aproxima-os. Parece tratar-se de certo código de tolerância, mas com novas regras. Derrida (citado por ORTEGA: 2000.67) diria que, temos uma “nova ordem de fraternidade, ou um discurso filosófico de amizade que se contrapõe ao de fraternidade, a qual pode ser muito destrutiva, uma vez que é em nome das fraternias que se declarou a guerra”.

Ortega (2000: 67) remete a uma nova política da amizade, aquela que permite formar uma comunidade imaginária em contraposição ao que representa a intolerância, solidão e abandono. Os jovens parecem já ter aprendido isso, ao demonstrar que a autonomia não precisa estar "amarrada" a determinado espaço institucional, sendo necessário garantir a individualidade de cada um, pensando a organização social menos pela sua forma e mais por um modo horizontal, ou seja, em redes que se entrecruzam como um espaço de iguais.

Talvez possamos pensar essas práticas como construções de novas polis, novos espaços e lugares, na qual a palavra e a reflexão geram novas dimensões, proporções, perspectivas e desdobrem-se como novos exercícios para retrair e reinventar práticas políticas, por exemplo, através da amizade, do *blog*, do *facebook*.

Encontrar alguns “ruídos” é tarefa de quem trabalha ou convive com os jovens, inquietações que poderiam nos mobilizar a visualizar outros lugares possíveis. Até porque é preciso refletir sobre o discurso do blogueiro pesquisado Vinicius, 21 anos, que escreve sobre os jovens deste tempo.

Esse jovem é diferente, pois perdeu a característica política e combativa de outrora, como os jovens de 68, ou mesmo os caras-pintadas, para assumir uma postura mais passiva em relação ao mundo que o cerca, embora isso não se reflita em ignorância, mas sim como uma consequência da imensidão que o mundo assumiu para ele, com seus aspectos reais e virtuais, suas democracias formais, com o cansaço da manipulação política por parte da mídia. É um ser segmentado em tudo: das comunidades do site de relacionamento que frequenta, até as roupas que veste, passando pelo estilo musical que escuta.

Concluindo, nossa maior descoberta consiste em compreender que estão ocorrendo “ruídos silenciosos”, transformações significativas, intensas e radicais nas relações políticas, mas também nas relações afetivas, sociais. Foram as novas sensibilidades e as novas percepções que estivemos tentando captar. Vestígios nem

sempre discerníveis de sintomas culturais compartilhados, de sentimentos, expectativas, atribuições.

O que parece, ao acompanhar os blogueiros e seus *blogs* é que os jovens estão inventando outras formas para pensar o político, desfocado da esfera institucional ou meramente ideológico-partidária.

Este estudo demonstrou que o imaginário dos jovens blogueiros apresenta uma feição de engajamento político e ação interativa inserida no contexto universal da comunicação. Revelam através do emaranhado de imagens, ícones e facetas, uma feição, rostidade de um jovem que refuta o conceito cristalizado que a geração digital é alienada, apolítica e aculturada.

E se não conseguimos perceber esse enredo, talvez seja porque existe um movimento, um deslocamento, mobilizações por novos territórios, outras resistências, novas experimentações, tais como a expressão pelo *blog*, *whatsapp*, *face*, *rap*, *o surf*. *Ou então pelo skate*, nas relações afetivas, nos grafites, nos esportes radicais, na internet.

No entanto, para

ser sensível à sua qualidade de acontecimentos é preciso conseguir escutar um timbre singular que eles têm, aquém de seu silêncio e de seu ruído. Devemos ser sujeitos ao "acontece" mais do que a "o que acontece". E isso exige, afinal, muita sutileza na percepção das pequenas diferenças (LYOTARD: 2000.35).

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, W. H. **Cenas juvenis. Punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AUGÉ, M. **Não-Lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAZCKO, B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Inaldi. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BEY, H. T. A. Z. **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad Livros, 2001.
- BLISSET, L. **Guerrilha Psíquica**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001. (Coleção Baderna)
- BURATTO, O. L. A. **A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola**. Porto Alegre: Artes, 1998.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. **Tocando o Futuro: "Screenagers" encaram o caos**. Folha de São Paulo, 6 de outubro de 1996.
- CANCLINI, G. N. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARMO, S. P. **Culturas da rebeldia – A juventude em questão**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano – A arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES, J. **“Ficar com” um novo código entre jovens**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DELEUZE, G. **Clínica e crítica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- _____. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1991.
- _____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- _____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência – Gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- EISENBERG, J.; CEPIK, M. (orgs.) **Internet e política**. Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- _____. **Ditos e Escritos I**. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. **Ditos e Escritos III**. Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. **Isto não é um cachimbo**. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREITAS, V. M.; SPÓSITO, P. M. (Orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GARCIA, W. **Territórios virtuais**. In Revista Educação e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Ed. Junho/julho, 2002.
- GROPPO, A. L. **Juventude** - ensaio sobre a sociologia e história de juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GUARNACCIA, M. **Provos** - Amsterdam e o nascimento da contracultura. São Paulo, Imaginário, 2001. (Coleção Baderna)
- GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 6ª edição. 2000.
- I.S. Situacionista - **Teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. (Coleção Baderna)
- KEHL, R. M. **Função fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- KRISCHKE, P. **Juventude, ecologia e cultura política**. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

- KROPOTKIN, Piotr. **A anarquia** – Sua filosofia, seu ideal. Imaginário: São Paulo, 2000.
- LEVI, G.; SCHMITT, J.C. **História dos jovens**. Volumes I e II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'Água, 1983.
- LEFÈVRE, F.: LEFÈVRE, C.M. A. **Pesquisa qualitativa levada a sério**. 2003. Disponível em endereço <http://www.fsp.usp.br/~flefevre/>. Acessado em 08.02.08.
- LEFÈVRE, F.: LEFÈVRE M. C.A.; MARQUES, C. C. M.. **Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização**. 2007. Disponível em endereço http://www.abrasco.org.br/ciênciaesaudecoletiva /artigos_int.php?id_artigo=622>. Acessado em 09.02.08.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE M. C. A. ; TEIXEIRA, J. (Org.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa quantitativa**. Caxias do Sul. EDUCS, 2000.
- LUDD, N. **Urgência das ruas - Black block, reclaim the streets e os dias da ação global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. (Coleção Baderna)
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo** – Vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MANGUEL, A. **Lendo imagens**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MATHEUS, C. T. **Ideais da adolescência: Falta (d)e perspectivas na virada do século**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDES, S. L. (Trad.) **Distúrbio eletrônico**. São Paulo. Conrad Editora, 2001. (Coleção Baderna)
- MURRAY, J. H. **Hamlet no holodeck**. O futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo. Itaú Cultural. Editora UNESP, 2003.
- ONFREY, M. **A política do rebelde** – Tratado de resistência e insubmissão. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- ORLANDI, P. E. (Org.) **Discurso fundador** - A formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993.
- ORTEGA, F. **Para uma política da amizade**. Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2000.
- PELLANDA, Nize; MORIYA, Elisa. **Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas – Cognitivas**. Rio de Janeiro: Editora DPA, 2005.

- PIGOZZI, V. **Celebre a autonomia do adolescente: Entendendo o processo de iniciação na vida adulta**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- PRIMO, A. **Interação mediada por computador**. Comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- RAMAL, C. A. **Educação na cibercultura**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RAMOS, C. A. M. **Teorias das tatuagens: corpo tatuado: uma análise da loja Stoppa Tattoo da Pedra**. Florianópolis: UDESC, 2001.
- RECTOR, M. **A fala dos jovens**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- RECUERO, C. R. **Comunidades virtuais**. Disponível em endereço [HTTP://www.pontomídia.com.br/raquel/teorica.htm](http://www.pontomídia.com.br/raquel/teorica.htm). Acesso em 23.05.2007.
- _____. Disponível em endereço <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2666/RonaldoLemoseVivianArtetecnologiailegalidadefuturodacriatividade.pdf?sequence>. Acesso em 12.10.09
- RUSHKOFF, D. **Um jogo chamado futuro: como a cultura dos garotos pode nos ensinar a sobreviver na Era do Caos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.
- SANTAELLA, L. **Estética. De Platão a Peirce**. São Paulo: Experimento, 1994.
- _____. **Navegar no ciberespaço**. O perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- SANT'ANNA, B. De.
- SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- SCHITTINE, D. **Blog: Comunicação e escrita íntima na internet**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- SENNET, R. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, T. C. A. **Juventude de papel - Representação juvenil na imprensa. Maringá: ADUEM, 1999.**
- SULLOWAY, F. **Vocação rebelde – Ordem de nascimento, dinâmica familiar e vidas criativas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- TAPSCOTT, Don. **Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999.
- TURKLE, S. **A Vida no Ecrã: a identidade na era da internet**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1997.
- VANEIGEM, R. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002. (Coleção Baderna)
- VELOSO, C. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- VERTON, D. **Diário hacker - Confissões de hackers adolescentes**. São Paulo: Editora Berkeley, 2002.
- VEYNE, P. Do ventre materno ao testamento. In: ARIES, Philippe S. Duby, Georges (Org.) **História da vida privada**. Do Império Romano ao ano mil. v. IV.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania** - A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

VIRÍLIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

WALTER, N. **Do anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2000.

JUVENTUDES EM CÂMERA E AÇÃO QUANDO É PRECISO FOMENTAR O ROTEIRO DA PRÓPRIA HISTÓRIA - Ed Anderson Mascarenhas Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO: Este artigo desenvolve uma visão crítica sobre processos culturais na vida moderna que envolvem produções e práticas culturais, mais precisamente o cinema e o imaginário das juventudes em sua relevância cultural e histórica. Visa observar a presença de jovens transgressores na sociedade contemporânea, sob a ótica do cinema nacional, em duas produções realizadas em épocas distintas – *Pixote: a lei do mais fraco* (Hector Babenco, 1980) e *Meu nome não é Johnny* (Mauro Lima, 2008).

PALAVRAS-CHAVE: cinema; juventude; metrópole; transgressão

ABSTRACT: This article developing a critical view on cultural projects in modern life, encompassing productions and cultural practices, more precisely the movies and the imagination of youth in their cultural and historical relevance. Its purpose is to observe the presence of young trespassers in nowadays society under the scrutiny of 2 Brazilian movie productions made decades apart: Hector Babenco's *PIXOTE: A LEI DO MAIS FRACO* (1980) and Mauro Lima's *MEU NOME NÃO É JOHNNY* (2008).

KEY-WORDS: cinema; youth; metropolis; transgression.

Introdução

Com o intuito de refletir sobre as formas de sociabilidades contemporâneas presentes no ambiente urbano, foi desenvolvida, neste artigo, uma concepção crítica sobre processos culturais na vida moderna que amalgama produções e práticas culturais, mais precisamente o cinema e o imaginário das juventudes. Apresenta também, como meta, a observação do envolvimento de jovens transgressores no mundo contemporâneo, sob a ótica do cinema nacional, sua relação com a modernidade e a visão do seu comportamento através das telas de cinema. Entende-se, aqui, como transgressor, o agente solitário que opera a superação de si mesmo na ruptura com o mundo que o cerca, longe de formas icônicas. Ao buscar, ao inventar, ao tentar o ainda-não-ousado, o novo, o indivíduo incorre em transgressão, não apenas como subversão das leis, mas como implementação de um novo estado de espírito em confronto com a sociedade existente.

Ao se considerar que o homem não vive sem conexões com as ordens simbólicas e imaginárias e com os rituais em suas trajetórias de inserção social, torna-se necessário exemplificar algumas questões sobre o herói, a sua aventura e a relação entre mito e sociedade, por meio da análise de jovens protagonistas abordados nas telas. Esta pesquisa caminha por uma trilha de investigação que acalenta anseios de registrar a presença de instintos transgressores em sociedades, e a sua influência no imaginário das juventudes, seguindo um referencial revisitado de *grandeza heroica* e tendo como base o cinema e seu caráter imagético a aguçar a capilaridade de registros da presença de sujeitos anômalos, em trânsito pela metrópole, em duas produções realizadas em épocas distintas – *Pixote: a lei do mais fraco* (Hector Babenco, 1980) e *Meu nome não é Johnny* (Mauro Lima, 2008).

Procedimentos metodológicos

O projeto de pesquisa de caráter exploratório foi estruturado em três etapas:

Na primeira, foi realizada uma revisão da bibliografia nacional e estrangeira; pesquisas em artigos jornalísticos, livros, resenhas e estatísticos (mídia impressa, internet); análise dos filmes *Pixote* e *Meu Nome não é Johnny* e de outras produções que dialogam com o tema; pesquisas em resenhas e na fortuna crítica dos filmes, sua receptividade na mídia, participação em festivais, prêmios e número de espectadores.

Na 2ª etapa, constou como destaque especial para a metodologia dessa pesquisa os procedimentos teóricos e metodológicos da teoria das mediações proposta por Jesús Martín-Barbero (1997), aqui especialmente centradas nas mediações da produção fílmica e da construção da narrativa²¹⁶.

Outro autor que norteou a pesquisa e serviu como referência para a definição do protocolo metodológico foi Edgar Morin (1977, 1984, 1997), em especial com as concepções de imagem e imaginário:

[...] Para mim, o cinema despertava a interrogação-chave de toda a filosofia e de toda a antropologia: o que é isso a que chamamos de espírito, se nos referimos à sua actividade, e cérebro, quando o concebemos como órgão-máquina? Qual é a sua relação com a realidade exterior, dado que o que caracteriza o homo, não é tanto que ele seja *faber*, fabricante de instrumentos, *sapiens*, racional e “realista”, mas que seja também *demens*, produtor de fantasmas, mitos, ideologias, magias? (1997: 14).

A pesquisa de campo esteve centrada no mapeamento histórico do campo cinematográfico relacionado ao momento da produção e divulgação dos dois filmes selecionados e do desenvolvimento de protocolos metodológicos para etnografia de produção e das narrativas focadas nas temáticas do imaginário adolescente/juvenil e da presença do *jovem transgressor*, no contexto da aventura.

Análise

É pertinente avaliar a associação do cinema com a juventude – seja por seu caráter farsesco ao ludibriar imagens e dilatar a noção de tempo e espaço seja pela capciosa ótica de difundir ideias e corroborar conceitos –, que, segundo Groppo (2000), vem a ser “uma concepção, uma representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuída”.

Porém, ao acurar o nosso pensamento lúcido de questionamentos, percebemos que não deveria caber à arte do cinema ser repetidora de expressão da cultura de esfera retificadora que tem por objetivo puramente encaminhar a população para o consumo como símbolo de *status*, sem dialogar com o que ela oferece. Aguçar o descartável, o instantâneo, não colabora para o crescimento crítico do espectador, principalmente dos jovens – que se extasiam quando existe a possibilidade de se verem retratados na tela, seja por seu habitat, linguajar ou postura – e nem favorece o exímio trabalho, que é produzir para grandes massas, atentas para serem cativadas em catarse por apenas duas horas que sejam.

Considerando a sétima arte como uma fonte de registro e questionamentos da realidade, qual seria a relação entre a juventude e o cinema? Além de abarcar fatores

²¹⁶ Intelectual com uma trajetória acadêmica diversificada, iniciada na filosofia, passando pela semiótica até sua atuação na área de comunicação e cultura, o autor tem trabalhado com estudos dos processos de comunicação e cotidiano, como, por exemplo, os projetos de pesquisa e recepção de telenovelas na Colômbia.

culturais, pode-se dizer, em primeira instância, ser oportuno ao jovem observar a forma como ele é retratado sob os olhos de outrem, por mera curiosidade ou, de modo coerente aos seus hormônios, para incitar questionamentos que emergem em outros níveis palatáveis. A arte cinematográfica apresenta a propriedade de registrar momentos e dissonâncias de uma sociedade em ebulição e fomentá-los com voz crítica perante a abrangência capciosa das suas lentes, agudizando, oportunamente, o potencial valor do seu foco. A película estabelece-se, então, como um representante – em forma intrínseca de pensamento e mediação – capaz de reverberar suas possíveis verdades, presentes em suposta ficção, para além das salas de cinema, em analogia ou discrepância com os ruídos cotidianos, reverberantes ou velados, da cidade que se pronuncia como cenário mobilizador.

Toda adolescência²¹⁷ abrange, além da característica individual, uma relevância cultural e histórica. Apesar de marcado pela turbulência, esse período retrata uma fase de busca de autoafirmação, atitudes e *expertise*. Fatores como rebeldia, vulnerabilidade, paqueras, instabilidade afetiva, acesso às seduções da mídia e contradições de comportamento podem ser consideradas metas necessárias para a construção de uma identidade própria, fomentando a estruturação de um discurso próprio, muito embora isto venha a acontecer por toda a vida. Segundo Gramsci, “toda linguagem carrega uma concepção de mundo e de cultura”. Ao considerar que tanto o ser humano quanto suas representações são envolvidos por um imaginário (agregando sentimentos, imagens, visão do real, lembranças) que canaliza a vivência e o seu comportamento social, este estudo parte de uma percepção acerca do imaginário sobre jovens transgressores contemporâneos apresentados através de produções cinematográficas brasileiras. Observemos o que diz Morin:

A adolescência não constitui uma categoria antropológica constante, mas uma categoria histórica. Há civilizações *sociologicamente sem adolescência*. Nas sociedades arcaicas, os mecanismos sociais da iniciação, prova ritualizada, cruel e longa em que a criança deve morrer para nascer adulto, operam uma mutação, impedindo a visão das transições psicológicas da adolescência. [...] seria a fase em que o jovem humano, já meio desligado do universo da infância, mas não ainda integrado no universo do adulto, sofre indeterminações, biterminações e conflitos. Por conseguinte, só pode haver adolescência onde o mecanismo de iniciação, transformando a criança em adulto, se deslocou ou decompôs-se, e onde se desenvolveu uma zona de cultura e de vida que não está engajada, integrada na ordem social adulta (MORIN, 1977:137).

De modo geral, ao rondar por um cotidiano de discontinuidades, é constante a preocupação de alguns jovens com o seu futuro, tendo, como foco imediato, a sua inserção no mercado de trabalho, o que pode ser constatado tanto em famílias pobres como nas de classe média, numa forma de ancoragem em um pertencimento social e possível autonomia longe da casa dos pais, símbolo de dependência, autoridade e coerção. Ao mesmo tempo, boa parte do seu tempo é dedicada ao culto da boa aparência, visibilidade, idolatria e modismos, numa prática de consumismo e de procura

²¹⁷ “Etapa evolutiva peculiar ao ser humano. Nela culmina todo o processo maturativo biopsicossocial do indivíduo. Por isso, não podemos compreender a adolescência estudando separadamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais. Eles são indissociáveis e é justamente o conjunto de suas características que confere unidade ao fenômeno da adolescência”. (OSÓRIO, 1989: 10).

de identidade. Estamos cercados de jovens aspirantes a Apolo, uma das doze divindades gregas do Olimpo, conhecido, primordialmente, como uma divindade solar, que também representou o ideal grego da jovem beleza masculina e era o deus dessa juventude, ajudando na transição para a idade adulta.

Para Carrano (2007), a maneira mais simplista de uma sociedade definir o que é um jovem é estabelecer critérios para situá-lo em uma determinada faixa de idade, na qual estaria circunscrito o grupo social da juventude, sendo os estudos antropológicos capazes de mostrar que os sentidos dos relacionamentos entre as gerações se distinguem nos tempos e espaços das sociedades.

Vejamos o que diz Groppo:

Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social [...] Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Na verdade, outras faixas etárias construídas modernamente poderiam ser definidas assim, como a infância, a Terceira Idade e a própria idade adulta (GROPPO, 2000:7-8).

Apesar do surgimento de outros aparatos tecnológicos, parece ser ainda grande a audiência dada pelos jovens à televisão - principalmente a programas populares, desde os que pregam a cultura *trash*, aos que justificam o humor sarcástico e a violência no estilo “a vida como ela é” - como forma de apropriação da vida em doses destiladas de excesso de imagens redundantes e fanfarras. O uso desregrado de equipamentos eletrônicos (computador, celular) é cada vez mais propagado; a realidade virtual surge como possibilidade de fuga do real, mas também como meio de fragmentada comunicação e criação de *laços frouxos* - como cita Bauman (2004) -; as inconstâncias em regimes de afeto e sociabilidades parecem fazer parte de uma regra, como ode a um sentimento de vazio que pode ser explicado, talvez, pela falta de perspectivas no mundo público e pelas inseguranças pessoais:

A proximidade virtual e a não virtual trocaram de lugar: agora a variedade virtual é que se tornou a “realidade”, segundo a descrição clássica de Émile Durkheim: algo que fixa, que “institui fora de nós certas formas de agir e certos julgamentos que não dependem de cada vontade particular tomada isoladamente”; algo que “deve ser reconhecido pelo poder de coerção externa” e pela “resistência oferecida a todo ato individual que tenda a transgredi-la”. A proximidade não virtual termina desprovida dos rígidos padrões de comedimento e dos rigorosos paradigmas de flexibilidade que a proximidade virtual estabeleceu. Se não puder imitar aquilo que esta transformou em norma, a proximidade topográfica vai se tornar um “ato de transgressão” que certamente enfrentará resistência. E assim se permite que a proximidade virtual desempenhe o papel da genuína e inalterada realidade real pela qual todos os outros pretendentes ao status de realidade devem avaliar e ser julgados (BAUMAN, 2004:82-83).

Nos mais variados recortes de juventude, é referência à grande parte dos jovens a apatia por questões políticas; o exercício do poder de voto a partir dos 16 anos e a participação em fóruns de discussões mundiais são ainda incipientes. São visíveis,

ainda, alguns grupos de jovens pertencentes a iniciativas de ordem religiosa (caminhadas públicas, festivais de músicas e retiros ou encontros). Porém, as formações sociais envolvem aglutinações de culturas juvenis performativas que produzem traços falantes e provocativos em outra ordem e que se apropriam de espaços públicos para difundir suas ideias em outros códigos comunicativos, como o movimento hip hop, o rap e o funk, característica presente em igual poder de manifestação no grafitismo, com sua *ilegitimidade* contestada, através de traços demarcados nas ruas, acordando com Certeau (2008), que define o *lugar* como uma configuração instantânea de posições, implicando uma indicação de estabilidade e o *espaço* como um cruzamento de móveis.

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente [ou de um tempo], e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 2008:202).

Sobre a circulação pela cidade, com potencial de apropriação, com práticas e usos de espaços urbanos pela juventude, por trabalho, lazer ou puramente (re) conhecimento do espaço através da sua mobilidade, Borelli e Rocha (2004) abordam a questão do nomadismo como algo peculiar à condição juvenil contemporânea:

São nômades porque tomam conta da cidade, numa circulação transversal e desordenada, que explode os limites da espacialidade urbana. [...] São nômades também na percepção sobre diferentes temporalidades e depositários de uma sensibilidade capaz de dar conta de múltiplos influxos – sons, imagens, leituras – de forma alternada (BORELLI e ROCHA, 2004:155-159)

Toda percepção apresenta em si certo fator de parcialidade, pois parece ser oscilante e leviana qualquer definição precisa de juventude, até porque esta abarca a relação social com o meio em que se insere o jovem em o seu caráter único na busca da sua tão esperada identidade. Em entrevista, na década de 70, Pierre Bourdieu (1983:113) coloca a juventude como apenas uma palavra incapaz de abarcar universos distintos, principalmente ao se considerar a questão da classe social:

A idade é um dado biológico socialmente manipulável; é que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para encurtar, entre as duas juventudes (BOURDIEU, 1983:113).

Segundo Benjamin, *todo conhecimento não deve persistir na dualidade. Uma coisa permeia a outra*. Na primeira fase de sua obra, em textos como *Erfahrung*²¹⁸ (*Experiência*), de 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o jovem autor aborda a sua relação com o posicionamento crítico da juventude e o conhecimento, e expressa a sua decepção com o modo de vida adulta, considerada como uma experiência vazia por

²¹⁸ In: *La Metafísica de la Juventud*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993. p. 93-97.

estar limitada a uma experiência individual isenta de responsabilidades, repetindo a história, a caminho de um progresso que não coopera para o aprimoramento do indivíduo, uma vez que, *na estrutura do mundo, o sonho mina a individualidade, como um dente oco.*

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos (BENJAMIM, 1994:118).

Os trajetos da juventude tendem a aparecer confinados às características do espaço que os determinam. Segundo Canclini (1999), o rádio e o cinema contribuíram, na primeira metade deste século, para a organização dos relatos da identidade e do sentido de cidadania nas sociedades nacionais. Agregaram às epopeias dos heróis e dos grandes acontecimentos coletivos, a crônica das peripécias cotidianas. Segundo Jesus Martin Barbero,

os *habitus de classe* atravessam os usos da televisão, os modos de ver, e se manifestam – observáveis etnograficamente – na organização do tempo e do espaço cotidianos: de que espaços as pessoas veem televisão, privados ou públicos, a casa, o bar da esquina, o clube de bairro? E que lugar ocupa a televisão na casa, central ou marginal? Preside a sala onde se leva a vida “social”, ou se refugia no quarto de dormir, ou se esconde no armário, de onde se retiram apenas para ver algo muito especial? (MARTIN-BARBERO, 2009:302).

A análise da concepção de identidade do sujeito pós-moderno, de Stuart Hall (2001), dá pistas sobre a juventude contemporânea. As estruturas mudam e o sujeito acompanha essas transformações. Sua identidade é fragmentada. O jovem que anda pelas ruas convive com diversos estilos de vida e aponta que não existe uma moldura só, mas várias, sempre em movimento e mutável. As velhas identidades estão em declínio – assegura Hall – fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, antes considerado sujeito unificado:

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2001:13).

Sobre esta questão, Birman (2008), em seu ponto de vista, afirma que a condição adolescente sofreu uma transformação crucial, pois a duração da adolescência, rigorosamente, se estende cada vez mais, de maneira a se identificar com o que, no passado, se denominava jovens adultos. Para este autor, a adolescência:

[...] tende a começar em uma época cada vez mais precoce, estreitando a duração do que antes era denominado de infância. Assim, a infância se estreita atualmente em decorrência dos imperativos de performance impostos às crianças desde muito cedo, diminuindo bastante o espaço e o tempo dos jogos e brincadeiras infantis, incidindo então

diretamente sobre o imaginário infantil. Em contrapartida, a adolescência se prolonga excessivamente, como consequência da impossibilidade da inserção social dos jovens no mundo do trabalho e nos impasses para a constituição de um novo núcleo familiar. Esticada nos dois polos que a delimitavam como uma das idades da existência, a adolescência rompe agora de forma radical com a cronologia outrora estabelecida, evidenciando como ela não passava de um artefato fundado em certas normas sociais, sem qualquer consistência teórica nos registros biológicos e psicológicos. Ao contrário, o que definia anteriormente a dinâmica das diferentes idades da existência, em suas durações e sequências bem delimitadas, era um paradigma da ordem social regulado pelo horizonte de inserção da juventude no mercado de trabalho e no limiar de poder construir um outro núcleo familiar, de maneira a delinear certas possibilidades simbólicas e definir seus limites estritos (BIRMAN, 2008:81).

Para Singer (2005), os jovens que se engajam no ideal de um mundo melhor a ser construído por eles, pensam, em geral, em termos de sustentabilidade ambiental e justiça social. O mundo *realmente existente* é rejeitado pela maneira como as grandes potências destroem recursos não-renováveis e pela volta do desemprego e da pobreza a países que já os haviam abolido. Hall afirma que a juventude experimenta inúmeros estilos de vida.

Ela trafega por diferenciações sucessivas, mas que buscam sempre quebras de paradigmas a fim de construir “mundos melhores”. O movimento juvenil que está sendo delineado nesse início do século XXI é direcionado para identidades abertas, contraditórias, fragmentadas, negociadas (HALL, 2001:46).

As mudanças ocorridas a partir da metade do século XX, pós-Revolução Industrial, fomentaram uma nova lógica de consumo nas sociedades ocidentais. A juventude foi motivo de atenção e distinguida em especificidade por alguns escritores, filósofos e/ou sociólogos do século XX. O escritor Jorge Luis Borges (1899-1986) já afirmou, entre o seu emaranhado de textos que destacavam a presença de *espelhos* e *labirintos*, que “o tempo não existe, é apenas uma convenção”. O termo *juvenilidade* foi descrito por Morin (1977) como uma dinâmica ambivalente entre a integração na indústria cultural e a absorção de elementos de revolta; o sociólogo Groppo (Ibidem:284) cunhou o termo *juvenilização* para traduzir e expressar a juventude como uma categoria social determinante para o estabelecimento de uma nova ordem de consumidores. Segundo o autor, o juvenil é *juvenilizado*, desvinculando-se da idade adolescente e tendo retirado de si conteúdos mais rebeldes, revolucionários ou meramente disfuncionais. Michel Maffesoli, por sua vez, definiu como *juvenismo* e propagou o termo *tribos urbanas*.

Certamente, a diferença entre “condição juvenil” e “situações juvenis” permanece, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos atrás todos começavam os seus textos a respeito do tema juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessaram esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre

situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida (ABRAMO, 2005:43-44).

Recentemente, foi reconhecido em algumas condutas sociais, o termo *adultescente*²¹⁹, para incluir pessoas que apresentam a idade de atingir a maturidade, mas preferem manter um estilo de vida próprio do adolescente, criando novas redes de sociabilidades. Calligaris (1998) traz à reflexão o neologismo "adultescência", um adulto que mantém um estilo de vida próprio de adolescente. Por ser o ideal do tempo da liberdade de escolher, a adolescência, como símbolo da modernidade, seria inevitavelmente o ideal, também, da vida adulta. Assim: "estar adolescente é um traço normal da vida adulta moderna. É uma maneira de afirmar a possibilidade de ainda vir a ser outro".

Ao referir a relação do homem com o espaço, Augé (2001:32) analisa também a questão da identidade e da coletividade. Ele designa como *não-lugar* todos os dispositivos e métodos que visam à circulação de pessoas, em oposição à noção sociológica de *lugar*. Em termos descritivos, os *não-lugares* são identificados pelas vias aéreas, ferrovias, rodoviárias e portuárias, os domicílios móveis considerados *meios de transporte* (aviões, trens, ônibus, navios), as grandes cadeias de hotéis, parques de lazer e as redes de cabo que mobilizam a comunicação global. Ao analisar as relações entre o homem e o seu grupo social, o autor alerta para o fato de que a organização e a constituição de lugares são um dos desafios das práticas coletivas e individuais.

As coletividades têm necessidade de pensar, simultaneamente, na identidade e na relação e de simbolizar os constituintes das diferentes formas de identidade: da identidade partilhada pelo conjunto de um grupo; da identidade particular de um grupo ou de um indivíduo ante outros; e da identidade singular, naquilo em que um indivíduo ou grupo difere de todos os outros. Segundo Augé (2001:102), "o *não-lugar* é o contrário da utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica".

Em tempos de tecnologias virtuais cada vez mais acessíveis, é necessário repensar os padrões de sociabilidade relativos ao deslocamento acelerado. Segundo Virílio (1993:53): "o valor estratégico do não-lugar da velocidade definitivamente suplantou o do lugar". Para Appadurai (2004), não é mais possível analisar as configurações sociais e subjetivas sem uma ampla "sociologia do deslocamento"; então, propõe pensar as formas culturais na contemporaneidade como dotadas de *fronteiras* e aplica o termo desterritorialização, referente a objetos ou processos que favorecem a transcendência de limites territoriais e identidades específicas. Maffesoli (2000b:152-153) refere-se a um mundo *estranho/estrangeiro* quando os jovens se enveredam na relação de nomadismo/gregarismo através de uma inserção contraditória: em momentos organizados e programados em contexto comunitário e familiar (condição gregária) e em momentos desordenados, em que existe a recusa de imposições, favorecendo a autoorganização.

²¹⁹ "Neologismo surgido na imprensa britânica em 1997, que mistura as palavras *adult* (adulto) e *adolescent* (adolescente), será utilizada para definir um adulto que se faz de adolescente, quem sabe para remoçar, mas também é um adulto que tenta atingir sua própria idade: a maturidade. Serve para definir uma pessoa adulta que mantém um estilo de vida próprio de adolescente.

Nesta pesquisa, em que se destaca o termo *transgressor* atribuído ao jovem, o significado adotado para este vocábulo não é o de jovem imerso e limitado por faixa etária, mas sim um sentido determinado por um critério sociocultural. Os jovens são, aqui, identificados pelo tipo de comportamento e apropriação de espaços, por acreditarmos que, ao ser analisado um período de tempo fragmentado da vida de um sujeito, o resultado beira o vago e arbitrário. Convém lembrar que Bauman (2009) sinaliza que, no espaço público, nenhum *passé* é exigido e não se restringem entradas e saídas. Por isso a presença no espaço público é anônima, e os que nele se encontram são estranhos uns aos outros. Consta-se, então, a presença do personagem João Guilherme, de *Meu nome não é Johnny*, apropriando-se de um terreno supostamente *livre* para suas possíveis transgressões e do garoto de *Pixote*, inserido num *espaço* aparentemente *proibitivo* à sua passagem, ou talvez - considerando determinadas passagens do filme - tentando interagir com o *não lugar* mencionado por Augé.



Imagem 1 - Pixote, João e os alucinógenos.

A inquietude e não linearidade espacial da juventude é constantemente associada ao termo modernidade que, em sua amplitude, abrange mudanças, renovação e descontinuidades, gerando incompletudes em seus valores sociais universalistas e favorecendo as iniciativas de agregações informais. Groppo pontua a definição de modernidade:

[...] um processo contínuo de transformações é certamente correta, porém incompleta. Parece que falta ainda captar ou decifrar o sentido e o conteúdo dessas transformações ininterruptas e grandiosas, tarefa que foi tentada por todos os grandes cientistas sociais. Mas parece que nunca se chegou a um acordo, nem a uma resposta totalmente convincente (GROPPO, 2000:32).

Sobre momentos existenciais na condição de juventude, em recente artigo²²⁰, Birman (2011) discorre sobre a possibilidade de experimentação como característica da adolescência e afirma que a incerteza é o que se delinea efetivamente como o futuro real para os jovens, em todos os quadrantes do mundo:

Na atualidade, a imagem da juventude está marcada ao mesmo tempo pela ambiguidade e pela incerteza. Digo ambiguidade, pois se, de um lado, a juventude é sempre exaltada na contemporaneidade, cantada que é em prosa e verso pelas potencialidades existenciais que condensaria, por outro, a condição jovem caracteriza-se por sua

²²⁰ *Ser ou não ser*. Artigo publicado pela revista *Cult* n. 157. 2011.

posição de suspensão no espaço social, que se materializa pela ausência de seu reconhecimento social e simbólico (BIRMAN, 2011:23).

O fato cabal de a expansão midiática ser reconhecida como fonte estratégica para a implementação da dominação hegemônica, vinculada a interesses econômicos e políticos, marcadamente de classe social, caracteriza-a como uma das principais fontes de memórias e identidades sociais, num jogo que acarreta reconhecer seu lugar chave na formação do mundo contemporâneo, sem negar o perfil manipulador das suas ações, presente na submissão da programação, forma e conteúdo dos meios de comunicação à lógica do espetáculo. A mídia apresenta-se, portanto, como um vigoroso instrumento político de dominação, um lugar de ideologia e hegemonia. Para Singer (2005), essa situação vai além dos *conflitos de gerações*:

[...] O mundo em que vive a atual coorte de jovens é o resultado de uma evolução histórica que as coortes de seus pais e avós construíram. A história sempre é feita por coortes. Embora elas se misturem em festas ou comemorações cívicas, nas famílias e no trabalho, a história, em cada período, é o resultado de coortes de adultos e velhos que desfrutam de poder político e/ou econômico, sendo desafiadas por coortes de jovens que deles dependem. Este foi um fato comum nos séculos das revoluções, que começaram em 1789 com a Revolução Francesa e terminaram 200 anos depois, com a queda do Muro de Berlim (SINGER, 2005:28).

Em tempos de grande fluxo de mensagens com informações abreviadas e práticas de *bricolage*, como é possível assimilar o discurso de contestação dos jovens em tempos atuais? Lévi-Strauss (2006) assegura que o *bricoleur* é “aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparados aos do artista [...]. Ele se apresenta, assim, como uma espécie de bricolage intelectual, o que explica as relações que se observam entre ambos”. Este discurso apresenta um caráter genuinamente justificável, passível de veracidade, ou não passa de capciosa ilusão sendo uma mera fabricação da mídia?

A filosofia da linguagem do russo Mikhail Bakhtin (1998) afirma o dialogismo do discurso pela postura ativa de construção em relação ao mundo – todo discurso é ideológico, porque constrói o mundo e não somente o espelha – mas essa construção não é monodiscursiva, ao contrário: todo discurso é composto de múltiplas vozes (polifônico) e dialoga no tempo e no espaço com múltiplos discursos, antecessores e sucessores (dialógico). Toda prática discursiva é ideológica, por propor representações de mundo que se querem hegemônicas (inclusive a mídia), sendo resultado de um embate entre as vozes da polifonia e os discursos dialógicos.

Em sua linha de pensamento, o italiano Antonio Gramsci (1978) defende, em seu pensamento, que toda hegemonia implica uma contra-hegemonia: a dominação vai além da ação dos mais fortes, passa por processos de interação (disputa ou aceitação) com os *dominados*, estabeleceram grande parte do percurso de alguns dos grandes pesquisadores da comunicação contemporânea, como Stuart Hall e Jesús Martín-Barbero, que dignificaram o discurso como lugar de disputa pelo direito de significar. Portanto, favorecer as práticas discursivas é parte de um intenso jogo que abarca acirradas disputas e negociações, muito além de mero espaço de exercício de poderes de manipulação e dominação. Bakhtin afirma:

[...] Não se deve, porém, imaginar o domínio da cultura como uma entidade espacial qualquer, que possui limites, mas que possui

também um território interior. Não há território interior no domínio cultural: ele está inteiramente situado sobre fronteiras, fronteiras que passam por todo lugar, através de cada momento seu, e a unidade sistemática da cultura se estende aos átomos da vida cultural, como o sol se reflete em cada gota. Todo ato cultural vive por essência sobre fronteiras: nisso está sua seriedade e importância; abstraído da fronteira, ele perde terreno, torna-se vazio, pretensioso, degenera e morre (BAKHTIN, 1998:29).

Com o seu processo de percurso social, a cultura tornou-se o cenário de várias especulações em diferentes matizes. Com a crise do capitalismo, surge o agravamento de suas tendências de origem: o monopólio e a dominação hegemônica – surge o homem e a natureza como reféns da arrancada lucrativa dos empreendedores. A indústria cultural, hoje, domina a mídia e expõe as suas vontades – põe no caldeirão a mistura de ética e estética – barateia custos do produto, valoriza a sua expansão e, indiretamente, obtém o controle da informação ante o olhar atônito de um indivíduo anestesiado por letreiros luminosos.

Atualmente, nas grandes metrópoles como São Paulo, as ruas congestionadas – antes mero lugar de passagem e contemplação – são tomadas por um espaço urbano heterogêneo, por vezes belicoso, disponível para diversas manifestações de grupos sociais ou *tribos urbanas* – termo criado pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (2000), que lhe confere um uso metafórico para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na *sociedade pós-moderna* nos anos 80:

[...] Essa nebulosa “afetual” permite compreender a forma específica assumida pela sociedade em nossos dias: o vaivém massas-tribos. Com efeito, a diferença do que prevaleceu durante os anos setenta – com esses marcos que foram a contracultura californiana e as comunas estudantis europeias – trata-se antes do ir-e-vir de um grupo a outro do que da agregação a um bando, a uma família, a uma comunidade. É isso que pode dar a impressão de atomização. É por isso que se pode falar, equivocadamente, de narcisismo. De fato, ao contrário da estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão (MAFFESOLI, 2000:107).

Quanto maior a heterogeneidade, maior é o campo de liberdade de expressão e sua impetuosidade móvel. Toda homogeneidade assusta por não favorecer a contradição do discurso. Porém, por os jovens viverem também sobre o olhar externo, é impossível evitar a existência de rótulos e preconceitos para algumas formas de comportamento escapatório que se contrapõem a um caráter de normalidade pré-estabelecido. Segundo Abramo (2005),

É forçoso, embora repetitivo, lembrar que os conteúdos, a duração e a significação social destes atributos das fases da vida são culturais e históricos, e que a juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada. Tal como foi consolidado no pensamento sociológico, a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (escola), implicando a suspensão do modo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição

escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil (ABRAMO, 2005:41).

Discussão dos resultado

O presente artigo, ao iniciar uma pesquisa que tratasse de determinadas posturas e relacionamentos juvenis, não reconhecidos dentro de um pacto social e sujeitos a aleivosias em sua conduta, tendo a cidade como cúmplice de ações e alicerce de contatos, assumiu um contato mais aprofundado com esse universo em movimento feérico e, assim, tentou perceber o que motiva as ações do jovem indivíduo, em trânsito na busca incessante por ordenar o equilíbrio entre os seus valores (nem sempre reconhecidos) e as ordens impostas (nem sempre obedecidas), que assume, por vezes, um comportamento alquebrado e passível de transgressões.

No decorrer do processo, buscou-se compreender as noções de *adolescência e juventude* com suas características individuais ainda indeterminadas, inquietas formas de iniciações e concepções de mundo embrionárias. A juventude, como questão social no Brasil, no início do século, era concebida como etapa problemática da vida; no meio do século, passou a ser considerada fase transitória para a vida adulta; a partir dos anos 80, assumiu o *poder de voz* como ator estratégico para o desenvolvimento e, finalmente, ao final do século, assumiu o posto de sujeito de direitos. Perceber as relações sociais e as transformações na cidade, nesse período, favoreceu a tentativa de justificar a presença dos *jovens transgressores* nos filmes em questão, híbridos de gêneros – entre drama, melodrama, denúncia social e aventura – com o seu caráter de denúncia social e o cruzamento de indivíduo e sociedade, abarcando, em análise detalhada, momentos de aproximação e distanciamento em forma e conteúdo.

Com a identificação dos símbolos e os trâmites sociais presentes no enredo dos protagonistas, torna-se relevante investigar o cinema enquanto explorador de um fato real e a sua imposição enquanto linguagem artística, em sua capacidade de balancear imagens e instigar o pensamento para além da tela. A forma aberta e errática que a narrativa adensa a trajetória dos personagens secciona também outras possibilidades de destinos.



Imagem 2 - Alguns dos planos finais de *Pixote* e *Meu nome não é Johnny*

Conclusões

O ângulo de abordagem entre os dois filmes pesquisados (*Pixote* e *Meu nome não é Johnny*) – de valores próprios e méritos distintos –, que a princípio poderia provocar contradições, suscita múltiplas facetas instadas em um mesmo caminho de captação de uma realidade urbana, quando centrado no potencial que o cinema apresenta aliado ao poder de representar uma época, uma geografia, além do fator onírico, sonhador, levado à nossa alma coletiva, desafiando a plateia a conhecer, neste caso, a trajetória pusilânime de uns *quase heróis* de qualidades recônditas, uns certos transgressores em fita nacional e, portanto, mais próximos de nossos costumes e problemas – verdadeiros, impetuosos, frágeis, comezinhos em atitudes – que bem poderiam ser moradores de nossa esquina. Desse plano imaginário emerge também, pela lente da câmera, um novo olhar para a realidade de relações trôpegas de rua, de uma cultura de medo e violência, conceitos reducionistas, uma classe média perdida em valores e um submundo agonizante.

Um tanto de questões e premissas emergiram no percurso desta pesquisa, em que um universo labiríntico se enunciava cada vez mais entre juventudes, heróis, metrópole, panorama cultural e políticas públicas, mas, por questões metodológicas, brevidade de tempo e limites diversos, nem toda a curiosidade pôde ser contemplada com elucidações; o que se apresentou aqui foi uma tentativa de desbravar vontades em um recorte pelo olhar da antropologia e do cinema. Nesta conclusão, algumas dúvidas se dissiparam e outras tantas persistem. Permanece, então, a vontade de dar continuidade a este caminho em etapa futura, não muito distante.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, W.H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In, ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto de Cidadania, 2005.
- APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.
- AUGÉ, M. **Não- lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Trad. Lúcia Mucznik, Lisboa: Bertrand Editora, 1994.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Editora UNESP, 1998
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Obras escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte e São Paulo: UFMG/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BIRMAN, J. Adolescência sem Fim? Peripécias do sujeito num mundo pós edipiano in BORELLI, S. S. H. (org.). **Gêneros ficcionais, produção e cotidiano na cultura popular de massa**. São Paulo, Intercom/CNPq/FINEP, 1994.
- _____, ROCHA, M. L. R. **Urbanas juvenilidades: modos de ser e de viver na cidade de São Paulo**. Revista Margem, Educ/Fapesp nº 20, dez. 2004.

- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.
- FIUZA, G. **Meu nome não é Johnny**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GRAMSCI, A. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GROPPO, L. A. **Juventude – Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- LOUZEIRO, J. **Pixote, a infância dos mortos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MORIN, E. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.
- _____. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1994.
- _____. **O cinema ou o homem imaginário**. Lisboa: Moraes, 1970.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- _____. **Amor, poesia, sabedoria**. Lisboa: Editions du Seuil, 1999.
- NAGIB, L. **O cinema da retomada - depoimentos de 90 cineastas dos anos 90**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. **A utopia no cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- PRYSTHON, Ângela e CARRERO, Rodrigo. Da periferia industrial à periferia fashion: dois momentos do cinema brasileiro e a espetacularização da cultura. **Revista Eco-pós** – v.5, n.2, PP. 56-67. UFRJ, 2002.
- ORICCHIO, Z. L. **Cinema de novo. Um balanço crítico da retomada**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2003.
- ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D' água, 2005.
- RAMOS, F. (org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.
- _____. **Cinema Marginal (1968/ 1973) A representação em seu limite**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- SINGER, P. A juventude como coorte. In ABRAMO, W. H.; BRANCO, M. P. P. (Orgs.). **Retratos da Juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto de Cidadania, 2005. p. 27-35.

OLHARES CULTURAIS: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E MÍDIA - Stelamaris Rosa Cabral e Sônia Lucas

Rede Municipal de Educação RJ

Secretaria Estadual de Educação RJ

RESUMO: Nesse estudo apresentamos algumas reflexões sobre juventude, violência, educação, com os aportes da mídia e sua função social. Propomos analisar sob a ótica da cultura, a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, que na atualidade se vê impregnada de acontecimentos veiculados pelos canais de comunicação. Dessa forma, busca apresentar subsídios mediadores para o entendimento desse fenômeno que circunda a sociedade, degenera a juventude e fere os princípios educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, cultura, educação e mídia.

SUMMARY :In this study we present some reflections on youth, violence, education, with contributions from the media and its social function. We propose to analyze the perspective of culture, urban violence in the city of Rio de Janeiro, which now finds himself imbued with events conveyed by communication channels. Thus, it seeks to present mediators contributions to the understanding of this phenomenon that surrounds the society degenerates youth and hurts the educational principles.

KEYWORDS: youth, culture, education and media.

Olhares culturais: juventude, educação, violência e mídia.

Inúmeras e marcantes mudanças se processam na contemporaneidade e, de modo contundente, vão impondo reflexões no sentido de buscar novos encaminhamentos pedagógicos que, de alguma forma, selem as fendas que se formaram pelas transformações sociais em curso.

Basta um olhar mais determinado para perceber que vivemos em uma rede complexa de processos de globalização e de mundialização, que nos remete a novas construções identitárias. Do ponto de vista da educação, essa constatação, nos coloca frente a frente com novas questões e com outros modos de ver e entender o mundo das relações que se estabelecem entre escola e aluno, entre família e cotidiano escolar.

A velha escola, criada dentro dos princípios iluministas, que se colocava para a sociedade como formadora das novas gerações e como a única porta aberta para a ascensão social, na atualidade, tem o compromisso de corresponder, de modo eficaz, às mudanças geradas nos últimos tempos, assim como responder, com práticas diversificadas, aos contextos desafiadores que colocam em xeque seus fundamentos, principalmente, em relação à igualdade, tão prenunciada desde a modernidade.

Nessa perspectiva, apontamos para a escola e para a diversidade de desafios que seus profissionais têm acolhido em seus espaços de ação, no intuito de estarem atualizados e prontos para responder, com práticas inovadoras, a essa “mudança social contemporânea”²²¹.

A humanização de políticas públicas e a implementação de propostas educacionais direcionadas para as demandas sociais menos favorecidas, nos direcionam a acreditar que o poder público está em busca de melhorias nas suas ações com relação

a problemas centrais que enfrentamos em nossa sociedade nos dias de hoje – a desigualdade social, a violência no entorno escolar e o fracasso/evasão escolar, que acaba por desconstruir, pouco a pouco, a seguridade, os ideais da escola em ser considerada como um lugar onde se produz conhecimentos, e um direito constituído para todas as gerações de brasileiros.

O problema da desigualdade está posto no momento em que refletimos sobre as condições de vida dos alunos das comunidades onde atuamos como professoras. Locais que aliam a conflagração da violência e da pobreza extrema no dia a dia de nossas escolas, onde são acolhidos. Que ressentem de estratégias que garantam o processo educacional do trabalho escolar de maneira plena.

Propomos analisar sob a ótica da cultura, a violência urbana que atravessa a educação na atualidade, e a importância da mídia no contexto desse breve estudo que apresenta subsídios mediadores para o entendimento desse fenômeno que circula pela sociedade.

Fatos violentos se reproduzem através de lógicas perversas inscritas como experiências pós-modernas, sustentadas pelo individualismo deflagrado em indiferença social, banalizando essas violências.

Como fenômeno social, a violência urbana aparece de acordo com certos contextos histórico-culturais e cria lacunas em espaços fecundos para a criminalidade, onde a dinâmica social é invertida pelas ações violentas generalizadas que (re) significam, constantemente, núcleos problemáticos dentro de nossa sociedade, onde não se efetivam práticas positivas e espaços de negociações consensuais.²²²



Por que tanta violência? Perguntamos quando percebemos que eventos violentos estão a nossa volta durante quase todo o tempo, é “a violência nossa de cada dia”, que vem adentrando os lares, as escolas, as ruas. Parece haver uma sinistra relação entre o homem e a violência. Estamos perplexos e presenciamos a falta de respeito generalizada, em que vidas são perdidas pelos acasos intempestivos desse mal que assola os dias atuais, e que pouco a pouco, nos transforma em objeto de sua própria barbárie, uma barbárie que vem se desenvolvendo na cidade, de maneira insensata e incontrolável.

²²² http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091019_rio_press_pu.shtml acesso em 23/04/2013.

Podemos dizer que estamos marcados pelos medos, pelas inquietações e angústias que se multiplicam no interior da esfera social. Dessa forma, o clima de insegurança altera os comportamentos humanos, no dia a dia da grande cidade, e a violência urbana, se mostra pelos discursos de terror, alardeados pela mídia diária através dos meios de comunicação. Como a nos mostrar, a partir de sua veiculação, a vulnerabilidade a que estamos expostos em todo momento e em qualquer lugar.

Quanto mais a luta pela sobrevivência se acentua, mais esta “cultura da violência” se desenvolve. No caso brasileiro, é possível afirmar que uma cultura marcada pela violência acompanha toda sua história, multiplicando-se, ao longo do tempo, as formas de autoritarismo, exclusão, discriminação e repressão. Não se trata, portanto, de uma realidade nova, mas sim da complexificação de um componente estruturante da nossa história.

Nesse sentido, a lógica da cultura da violência vem se firmando a partir da necessidade de sobrevivência, alimentada por um sistema público ineficiente e incapaz de viabilizar condições de educação, trabalho, moradia e saúde para uma população, cada vez mais à margem e carente de oportunidades de melhorias de vida. Para completar, ainda sofremos com outra lógica, a da competitividade própria dos tempos neoliberais, gerando um círculo vicioso de reprodução dessas lógicas.

Dessa forma, SANTOS (2008) salienta que “A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência”. (p.57). Além disso, existe em nossa sociedade, uma impunidade generalizada e que se materializa também, a partir de um processo cíclico e ininterrupto, responsável por efeitos violentos de transgressão social que perpassam a totalidade do tecido social, estimulando culturalmente, como formas de expressão, práticas violentas.

Nesse caso, a violência pode ser analisada como padrão cultural, produzido pelas e nas práticas sociais e que faz parte de uma gama de fatos circunscritos historicamente, que vêm sendo reproduzidos em múltiplas dimensões culturais de linguagens e códigos, caracterizando assim, a manutenção de sua própria existência. Nesse caso, culturalmente constituída.

A partir dessa perspectiva, propomos a existência da cultura da violência deflagrada nos espaços sociais, como projetos de violências de determinadas identidades, abarcados por uma formação histórica, cultural, e por contextos político-econômicos. Nesse ponto, a categorização construída por GEERTZ (1989) nos ajuda a aprofundar essa análise, a partir de sua definição sobre o que é a cultura, entendida como “teia de significados”, tecida pelos sentidos que os homens lhe dão, a partir de suas ações. Em seguida, nos possibilita uma aproximação analógica entre esses sentidos e os tecidos pelas práticas violentas que, *a priori*, possuem significados próprios, porém, manipulados pela insensatez, e que servem de base para estruturar essa cultura formada pelo fenômeno da violência.

Sem dúvida, podemos dizer que a cultura da violência manipula estâncias sociais, desafiando ordens de costumes e convenções pré-estabelecidas tradicionalmente, transfigurando em novas composições sociais, o tecido social da qual fazem parte.

Contudo, sabemos da dificuldade de discutirmos o termo ‘cultura’ no singular, pois devemos levar em conta que, além de ter sua característica polissêmica, a cultura não é alguma coisa fixa, estática, e tal qual como um texto pode ser escrita e

interpretada de acordo com uma só memória. Pelo contrário, histórias orais são transmitidas de diversos pontos de vista, em que se configuram unidades culturais entendidas como saberes, crenças e valores que vão sendo transmitidos de gerações a gerações, incorporados nas múltiplas identidades compartilhadas por toda uma comunidade.

LARAIA (1999), a partir de seus estudos antropológicos sobre cultura, nos assegurou que:

o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (p.70).

Afinal, estamos falando de dimensões simbólicas de múltiplas instâncias, construídas nos contextos sociais que expressam os domínios, as dinâmicas e os limites das dimensões de vidas, que produzem significados e sentidos formados pelos grupos sociais. CANCLINI (2005) afirma que

a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social. (p.41).

Desse modo, apontamos para diferentes repertórios culturais que se apresentam nos locais de vivências e experiências socioculturais, como nas escolas, nas comunidades, nos bairros, e nas cidades, onde a reprodução de determinada cultura, se faz de maneira dinâmica e cíclica, tornando esses espaços sociais, em espaços de (re) significação e identificação constante, portanto, complexos.²²³



Além disso, chamamos a atenção para o fator simbólico da instituição escolar, que determina a imbricação entre o social e o cultural, em seus cotidianos transformados em territórios onde ocorrem deslocamentos imprevisíveis entre as

²²³O documentário A Batalha do Passinho, de Emílio Domingos, retrata esse fenômeno do funk. Descobre como a cultura ao redor do mundo funk se expandiu para além dos bailes, DJs e polêmicas já conhecidas – criando asas virtuais, conectando as imagens e os imaginários desses jovens. O passinho não é apenas uma moda ou diversão gratuita da juventude carioca. Ele é também o retrato de uma geração que se tornou criativa e independente do senso comum sobre sua própria cultura. Inventam os passos e também inventam novas formas de sociabilidade e circulação de suas criações e ideais. Como no funk, o passinho se torna um novo mundo para entendermos alguns pontos fundamentais da atual sociedade carioca. <http://abatalhadopassinhofilme.wordpress.com/about/> acesso 18/01/2013

diferenças e a pluralidade cultural. Nesse sentido, trazemos a colaboração teórica de CANEN E MOREIRA (2001) quando asseveram que:

As situações de violência real devem-se acrescentar os efeitos da violência simbólica decorrentes do processo de globalização excludente que, ao procurar homogeneizar manifestações culturais, termina por anular vozes e experiências de grupos oprimidos. As reflexões multiculturais que sugerem estratégias de resistências e de afirmação identitárias acabam, nesse contexto, significativamente estimuladas. (p.25).

Nesse caso, podemos utilizar para essa construção analítica, a perspectiva multicultural, que nos possibilita observar os comportamentos dos atores escolares, vistos como sujeitos portadores de múltiplas culturas que circulam em contextos plurais (CANEN & CANEN, 2005). Principalmente, na instituição escolar, lugar privilegiado e mediador para o exercício da cidadania e da plena convivência entre as diferenças. Esse mesmo olhar multicultural teoriza o viés das interseções, das conexões, além de suas desconexões, sem contar com a pretensão de abarcar a totalidade de seus universos, visto que, estão sempre em movimento, e que ainda carregam o caráter provisório.

É difícil, a partir de uma primeira análise, delimitar quais são as múltiplas ações desses atores escolares, arriscando dessa forma, reduzir a complexidade de suas ações, ao não levar em conta que projetos de identidades estão em jogo, além da importância multicultural das redes formadas por essas relações, ricas de possibilidades.

Tendo em vista que a grande diversidade de tantas visões de mundo dentro do espaço escolar, revela sua responsabilidade social e formativa no projeto de conscientização de todos e sobre a complexidade dessa realidade vivida em comunhão. A juventude, de há muito, vem sendo concebida como problema social, sobretudo na escola, onde muitas vezes é percebida como aqueles que não querem nada com os estudos e, conseqüentemente, com a vida, irresponsáveis. Esta concepção é reforçada pelas mídias e seus veículos de informação, e se mesclam aos mitos da juventude consumista, desencantada e passiva.

A idéia de formar uma juventude passiva e disciplinada sempre fez parte das metas das políticas educacionais, esta ideia é absorvida como objetivo pedagógico, e se desenvolve no cotidiano escolar sob o pretexto de garantir a eficácia da práxis educativa. Contudo, no espaço escolar da atualidade, essa pedagogia da submissão tem acirrado um barulhento embate entre jovens e escola.

Partindo de uma concepção geral, muitos desses jovens estudantes do Ensino Médio, vivem nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, em condições de pobreza e risco. Segundo (CABRAL & LUCAS, 2010), para alguns, a violência que se efetiva no entorno de suas vidas congrega mecanismos perversos de preconceito, exclusão e discriminação, promovendo o espaço do oprimido, das comunidades excluídas. Recentemente, muitas dessas comunidades passaram a conviver com as UPPs²²⁴, a fim de recuperarem o dinamismo mais fluido da vida cotidiana.

Nesses espaços de convivência, as comunidades constituem-se em micro cidades no interior da grande metrópole, com comércio, rádios locais, formas de lazer e culturas bem próprias, e grande parte dessa dinâmica cultural é produzida pelos jovens. Ainda com (CATANI & GILIOLI, 2008), para esses jovens pobres, além de educação, emprego e saúde faltam alternativas de lazer e de consumo, o que faz com que eles

²²⁴ Unidades de Polícia Pacificadora

criem com autenticidade, expressões culturais particulares com seus escassos recursos e oportunidades.

Recorremos a (CANEVACCI, 2005) quando afirma que as mídias e seus veículos de informação não têm o alcance necessário para “dar o sentido, a pulsação, o ritmo da contemporaneidade” (p.7), busca esboçar os múltiplos aspectos e abrangência das culturas juvenis, uma vez que os veículos de informação acabam criando os rótulos de juventude problema, que se coadunam com os mitos de juventude passiva e desencantada.

Então é pertinente pensar com (PAIS, 2008, p. 247), que “(...) as aparências podem não mostrar o que expressam” e o que se compreende como desencanto e passividade, nos jovens, pode ser traduzidos como: busca de significados, pois, o sentido da educação é o sentido da vida, pela via da construção do sujeito humano no seu tempo histórico e espaço social, com sua face ética e política, um ser individual participante de um universal e coletivo. Ou, toda essa gama de comportamentos expressos pode aparecer sob a forma de resistência.



225

Embora, entendamos que a cultura escolar também apresenta um aspecto de ambiguidade que enreda de maneira contraditória, conflitos e até possibilidades de confrontos violentos; reconfigurando dessa maneira, o seu próprio espaço intercultural, em terreno monolítico e reduzido por uma só visão, onde imagens de violências podem aparecer e descaracterizar a mobilidade plural.

Portanto, tais considerações nos orientam para a complexidade da construção social abarcada no espaço escolar, *lôcus* cultural com suas singularidades positivas e negativas que afloram comportamentos que demonstram múltiplas subjetividades que se constroem, e se entrecruzam, a partir das convivências entre as diferenças.

Quando a amplitude dos dissensos extrapola os limites de respeito mútuo, esse mesmo espaço escolar se torna demarcado por ações violentas reforçadas pelos fragmentados dos embates entre grupos que se dividem, mas também, que se agregam, enfatizando as relações conflituosas que contribuem para a reprodução da cultura da violência dentro do espaço escolar. E que atravessam, até mesmo, o senso comum com de seus discursos violentos, ao serem utilizados ditados populares, como por exemplo:

²²⁵ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091019_rio_press_pu.shtml acesso em 23/04/2013.

“olho por olho dente por dente”; “fazer justiça com as próprias mãos”. Além disso, fora das escolas, ainda existem as práticas violentas incentivadas pela própria população, como acontece quando criminosos são espancados e linchados nas ruas das cidades, pelos cidadãos inconformados.²²⁶



Os jovens acabam por reproduzir, na escola, ações agressivas, como formas corriqueiras de resolver suas diferenças. Outras práticas como o bullying e o cyber bullying também estão presentes no rol de suas manifestações. Visto pelo seu aspecto culturalmente deformado, o bullying começa como uma brincadeira de mau gosto, mas carrega estereótipos que constroem preconceitos dos mais variados que afastam, em forma de conflitos violentos, aqueles que são considerados como diferentes.

Enquanto professores, é possível que tenhamos nos acostumado a perceber o cotidiano escolar como uma tela em branco, ou vemos apenas as imagens que nos fazem sentir bem, negando o olhar para aquilo que nos desagrada? O olhar crítico se perdeu em nossa prática e a enxergamos apenas em preto e branco? Sabemos que o mundo social comporta um manancial de cotidianos imagéticos nem sempre coloridos, mas o mundo escolar não pode ser desbotado.

Tantas leituras podemos fazer do movimento intenso que se amplia ante os olhos, e se mostram fugidios, mas claramente dentro da sala de aula. Os abraços carinhosos e receptivos na entrada e na saída da escola, seja ela qual for, os corredores inundados de belos murais temáticos, o ir e vir constante das crianças nas rampas rumo ao refeitório em alegre cantoria; ou seja, na dinâmica ordinária do cotidiano de cada escola, acontecimentos se dão sem serem realmente vistos.

Um filme que retrata essa situação é “Mãos talentosas” - baseado em fatos reais. Esse filme retrata a vida de um menino que se considerava “burro” por tirar notas muito baixas. Na escola, todos zombavam dele por causa disso. Porém, ele tinha uma mãe que sempre o incentivava, e isso deu a ele tanta força de vontade, que o fez chegar a ser o melhor aluno da sala²²⁷. Podemos pensar que não é a violência que instaura a diversidade, e sim, a falta de consciência da importância do respeito às diferenças.

²²⁶ <http://extra.globo.com/noticias/rio/briga-entre-alunas-de-escola-do-rio-flagrada-em-video-vira-caso-de-policia-8202353.html> acesso em 12/03/2013

²²⁷ <http://www.cineclick.com.br/filmes/ficha/nomefilme/maos-talentosas-a-historia-de-benjamin-carson/id/16662> acesso 22/04/2013

Na contramão, a intolerância se caracteriza em um processo desumano e responsável pela maioria das manifestações violentas que desmascaram preconceitos que não estão conectados com os valores morais que a escola preconiza. Nesse caso, deve ser a escola como um todo, o ponto de partida para que ações positivas consigam chegar às novas gerações, ampliando seus horizontes, através da educação, na chamada para a responsabilidade social.

A escola precisa ser objetiva, falar aberta e diretamente com seus alunos, sem rodeios, sobre a existência de uma cultura da violência, que de maneira aviltante desestrutura todas as ações fundamentadas nos princípios norteadores da educação democrática, que valoriza a ética social, acima de tudo.

A partir do estabelecimento de normas de convívio elaboradas por todos que fazem parte da comunidade escolar, baseadas numa gestão democrática e participativa, na criação de projetos elaborados com ajuda dos próprios estudantes, talvez, assim, seja possível reduzir, e por que não dizer, pôr fim, às práticas violentas nas escolas e a reprodução de sua cultura.

Chegar a um consenso de que é proibido reproduzir na escola, espaço de união e de solidariedade, práticas violentas contrárias à convivência harmoniosa, em busca da cultura da não violência e de paz, não nos parece ser utopia, e sim, possibilidade.

A problemática da cultura da violência apresenta, portanto, seu caráter desafiador, no que diz respeito às deformidades sociais que produzem preconceitos em torno das desigualdades, como nos auxilia VELHO (2004), quando debate:

Nesse sentido, a violência não pode ser reificada e vista como uma praga pairando sobre a sociedade. A violência existe ao nível das relações sociais e é parte constituinte da própria natureza desta sociedade cujo universo de representações não só expressa como produz desigualdade e a diferença.(p.148).

Consideramos que as violências intensificadas em todas as instâncias das relações humanas vão se manifestar, também, dentro das escolas, de diversas formas, pois expressam tensões e inconsistências das próprias convivências sociais de seus alunos dentro dos ambientes escolares onde encontramos aglutinações de vários segmentos sociais, que ao interagirem, externam novos tipos de comportamentos que caracterizam conflitos culturais compreendidos nas manifestações e reações de grupos, ou de indivíduos que materializam múltiplas formas de ver o mundo, porém em forma de desavença.

Essas violências podem acontecer de maneira contingente, estabelecendo uma espécie de precariedade do cotidiano escolar, abrindo brechas no equilíbrio das relações interpessoais, e desassociando, em muitos casos, identidades que pretendem sempre se consolidar e demarcar espaços. Nesse caso, a escola se torna o espaço de negociações bastante promissor pela sua diversidade, porém, correndo riscos, quando essas negociações não conseguem chegar a consensos.

Como educadoras, ficamos perplexas com as violências que se instauram no cotidiano das escolas que a cada dia deformam esses ambientes, antes seguros, em locais de insegurança social, e que acabam por afastar as possibilidades reais de uma escolarização de qualidade para todos.

Entre os muros escolares, situações adversas de violências e agressividades constituem um novo cotidiano, onde momentos de silêncio são impostos, brigas, palavras ofensivas, gestos de defesa e ataque, e até mortes acontecem. CABRAL &

RIBEIRO (2006) refletem que “a escola se torna estratégia de risco ao entrar em contato com comunidades onde a violência já se infiltrou na vivência de seus cidadãos de forma mais efetiva.” (p.6).

A escola deixa então, de ser aquele lugar tranquilo, previsível e controlado para tornar-se um espelho do contexto sociocultural, conturbado e estupefato com os diários acontecimentos que fazem da violência, seu lugar comum. SOUZA (2005) nos ensina que “a violência surge como efeito de sociedades que convivem cruelmente com desigualdades, com cenas cotidianas de humilhação social e com formas perversas de governabilidade.” (p. 23).

Nesse âmbito, a mídia portadora da informação exerce sobre a sociedade o seu papel de formadora de opinião e denúncia. Engloba os fatos marcantes e nos leva a refletir na potencialidade dessas repetições, e da falta de ações positivas no sentido de conter a onda violenta, sem, contudo formar um tsunami devastador, pois, não podemos esquecer que violência gera violência. ARENDT (2001) interpreta que “A prática da violência, como toda a ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento.” (p.101).



No entanto, entendemos que o discurso sobre a violência não compreende somente o que é dito em seus enunciados, é também, o não dito, o que é silenciado, mas que garante a circulação de imagens reais e imaginárias sobre o que é a violência. As violências veladas, entretanto, são as invasões sutis que não podem ser vistas facilmente, tratando-se de um processo silencioso com o poder de minar a subjetividade humana e privá-la de sua autonomia.

O discurso sobre a violência é como o leito de um grande rio, cujas margens/marcas da ambiguidade estão presentes no seu curso/estudo. No entanto, o discurso de intervenção política direta que abarque tal problemática, não pode ser exclusivo e único, por conta da dinâmica multifacetada do fenômeno, ainda que a revisão dos fatos acontecidos seja determinada a partir do tempo e da ação violenta, para que enfim, as práticas das intervenções afirmativas sejam levadas a cabo; caso contrário, estará andando em círculos e sem perspectivas de que tantos pensamentos e teorias nunca consigam se firmar nessas possíveis práticas. Práticas educativas que se efetivam nos cotidianos escolares, vistos como *lócus* culturais e espaços de representações sociais.

Nesse sentido, observamos essas práticas, pela ótica cultural como fonte primeira de elaboração e desenvolvimento de projetos, pela consistência cotidiana de apropriações dessas ações e pelas representações sociais. VELHO (2004) nos aponta:

A ideia de que existe uma produção simbólica e um sistema de símbolos que dão as indicações e contornos de grupos sociais e sociedades específicas parece-me que pode ser bastante reveladora e eficaz. Entender cultura como código, como sistema de comunicação, permite retomá-la enquanto conceito sociológico, propriamente dito. Não mais um repositório estático de hábitos e costumes, ou uma coleção de objetos e tradições, mas o próprio elemento através do qual a vida social se processa – a simbolização.

São essas ações e reações dos sujeitos marcados pela violência social, que fazem insurgir as distorções vividas nos cotidianos das escolas, e nessa perspectiva, focamos nosso olhar para a reprodução da violência urbana que se efetiva cada vez mais, dentro das salas de aula, nos corredores, nos pátios, enfim, em todos os espaços relegados para a educação; além de chamarmos a atenção para o perigo de vermos nossos jovens internalizando as práticas violentas que se disseminam nos cotidianos urbanos e escolares.

Nossa preocupação aponta para as reações dos sujeitos escolares, vistas como formas de defesa às situações desafiantes que transmitem o que não pode virar tradição, a cultura da violência. A escola como espaço de transformação tem função multiplicadora, porém, multiplicar para a violência é um perigo que pode ocorrer, caso ela não se fortaleça e proíba a reprodução da cultura da violência, que se torna desafio para os parâmetros de socialização, uma vez que os conflitos que se engendram no espaço escolar conseguem “enunciar a existência de um sistema de produção de violência que estaria integrado no campo da cultura” (BIRMAN, 1994, p.181), e que não deve fazer parte da cultura escolar.

Portanto, essa discussão nos faz refletir sobre o complexo debate fundamentado nas questões de identidades, que se relacionam nos espaços e tempos escolares, “como totalidades sociais que expressam experiências coletivas unitárias”. (BHABHA, 2005, p.203), mas que no cotidiano escolar oferece uma dinâmica de possibilidade, quando as diferenças se confrontam.

Possivelmente esta constatação reflita a atualidade do momento e as possíveis causas dos percalços que a escola e seus atores vêm enfrentando em nosso país, além de questões que suscitam um novo enquadramento da educação escolar, no que tange a uma crescente desvalorização do ensino escolar público, de seus profissionais, e consequentemente, pela desvalorização social da juventude, que é encarada de maneira errônea e generalizada.

No entanto, os jovens que tentam se afastar dessas visões estereotipadas, de que são sujeitos irresponsáveis, fragmentados e que carregam violência por onde passam, sofrem esse tipo de preconceito. Parece que nesse momento a própria sociedade se esquece, que ela própria está em crise, com seus valores deturpados, e que não dá conta de tamanho caos social e cultural, deflorados pelos acontecimentos violentos e incontroláveis em seu âmbito. Nesse ponto, CANCLINI (2005) enriquece nossa discussão com seus estudos que nos fazem, mais uma vez, refletir sobre nossa própria condição de fazer parte de um mundo fora de ordem, onde:

A acumulação de desencantos atuais não só gera ceticismo. Também nos deixa num mundo fragmentado, despedaçado e sem continuidade histórica. Muitos pensam que isto

é mais evidente nas culturas juvenis. De novo, devemos dizer que os jovens não têm a exclusividade e, ao mesmo tempo, investigar em qual sentido configuram um modo extremo ou distinto de uma experiência geral. (p.216).

Acreditamos que a escola enquanto instituição social não pode ter uma posição passiva diante dos problemas sociais que enfrenta, já que é responsável pela escolarização e pela formação plena de crianças e jovens. A educação como política pública deve combater “*as violências nas escolas*”²²⁸. Esse fenômeno acaba por promover, de maneira sistemática, a escola como uma arena de lutas que impõe novos hábitos e atitudes. E pode, assim, estar incentivando a reprodução cultural da violência em seu próprio espaço.

A escola deve valorizar as bagagens culturais trazidas pelos jovens, suas necessidades, seus anseios, e acabar por fortalecer um processo de desraizamento e despertencimento abarcado pela negação dessas identidades juvenis, em constante processo de questionamento e que não precisa do tratamento que distancia e exclui.

Na escola, o jovem não deve ser tratado como o ‘outro’, como um estranho, como um estrangeiro, que não faz parte de seu próprio contexto. Pelo contrário, enfatizamos a ideia de que a escola precisa ser o lugar privilegiado do reconhecimento das diferenças, lugar de hospitalidade, onde todos possam atuar de maneira democrática, coerente com o valor da igualdade, e lutando contra todas as formas de preconceitos e discriminações possíveis. Que não consigam desencadear o processo de decadência de seu papel primordial. WERNECK (1984) diz que: “na educação há sempre a transmissão de uma cultura existente num processo de conservação dos valores sociais e uma necessidade de renovação com a inovação, a criação de novos valores culturais que vão transformar a sociedade.” (p.77).

Nesse sentido, a escola tem a responsabilidade de participar na construção do projeto de desenvolvimento de todo país, que se diz democrático, e que a partir de sua ação crítica, consiga neutralizar os efeitos negativos nas vidas de todos que passam por ela.

A escola não é, e não pode ser, uma ilha. Por outro lado, ela faz parte da vida, porém, não é a vida em si mesma. A vida não pode penetrar com todos os seus efeitos, para dentro dos limites da escola, principalmente, sendo esses provenientes da violência humana, como afirma MATTÉI (2002):

“A escola não tem que se abrir à vida; muito pelo contrário, ela tem que se abrir ao mundo; e para se abrir ao mundo permanente das obras que a história nos lega e ao mundo comum dos homens que o espaço público nos oferece é preciso que a escola permaneça um lugar à parte.” (p.187).

É comum vermos a sociedade na contramão da razão, naturalizando e por vezes, banalizando os casos de violências nas escolas, menosprezando-os, desculpando-os e por muitas vezes, mascarando-os. Mais uma vez, vemos o papel da mídia como a desveladora desses eventos, muitas vezes, isolados, e alguns, espetaculares. Indagando-nos, enquanto sociedade, qual o nosso papel diante dessa cultura que vai sendo forjada diariamente em âmbito mundial.

Desse modo, aproximamos o conceito de cultura da violência, com o termo violências nas escolas, no intuito de construirmos um campo de diálogos destacado pela

²²⁸ Termo cunhado por CABRAL & LUCAS (2010) *Violências nas Escolas: desafio para a prática docente?*

ótica cultural, para que possamos continuar o desenvolvimento reflexivo sobre esse fenômeno que se alastrou pelas escolas em todo o mundo, a partir da modernidade.

Para BIRMAN (1994), a cultura da violência é a própria violência inerente a qualquer cultura, que deflagra o aspecto da impossibilidade de manter a reprodução da ordem social. Uma cultura que produz violência nutre-se dela.

A cultura da violência indica a crise dos valores das relações sociais, como resposta a uma sociedade fragmentada pela desconstrução dos arcaísmos que a sustentavam, deixando espaços vagos, que propiciam e facilitam a reprodução dessa cultura, traçando esboços de novas construções de identidades mais jovens, que ainda não estão sustentadas em suas estruturas, pelo peso de valores que consigam manter a ordem social.

Entendemos a cultura escolar como rede de significados que elege sistemas de comunicações específicos na valorização de determinadas visões de mundo, onde a existência humana se concretiza pela via do simbólico, por um conjunto de códigos que permitem as relações interpessoais dentro do contexto de saberes e fazeres, que circunda e alimenta essas relações. A eficiência da operacionalização dos processos culturais estabelece a qualidade de relações sociais ao aproximar os projetos de vida dos indivíduos que fazem parte de uma determinada cultura escolar.

Lembramos o fato de que cada escola tem sua cultura construída em seu cotidiano, que determina as características de seu contexto, ou seja, cada estabelecimento de ensino tem as suas peculiaridades, determinadas por sua cultura escolar. Como espaço cultural de negociações, a escola se transforma em um espaço onde a diversidade cultural está estampada e espelha a sua própria condição social.

Cabe sublinhar que entendemos as violências nas escolas, como fenômeno social com origens históricas e muito complexas que nos afasta de compreensões superficiais, na tentativa de conseguirmos responder a tantas questões urgentes.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2001.
- _____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1983.
- BIRMAN, J. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1994.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CABRAL, S. R. e RIBEIRO, S. **Escola - Uma Estratégia de Risco**. Comunicação no I Seminário Internacional Direitos Humanos-Violência e Pobreza. Rio de Janeiro: PROEAL-UERJ, 2006.
- CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CANEN, A. & CANEN, A. G., **Rompendo Fronteiras Curriculares : o multiculturalismo na educação e outros campos de saber, Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre – RS, v.5, n.2, p.40-49, 2005a.
- CANEN, A. G. ; CANEN, A. . **Organizações Multiculturais**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005b.
- CANEN, A. e MOREIRA, A. F. B. (org.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001.

- CANEVACCI, M. **Culturas e Xtremas, mutações juvenis nos corpos da metrópoles.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CATANI; GILIOLI. **Culturas juvenis, múltiplos olhares.** São Paulo, UNESP, 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- LARAIA, R. de B. **Cultura. Um conceito antropológico.** 12º e. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- MATTÉI, J. F. **A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno.** São Paulo: SP: Editora UNESP, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 17º ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SOUZA, M. L. R D de. **Violência. Clínica psicanalítica.** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.
- VELHO, G. **Individualismo e Cultura. Notas para uma sociedade Contemporânea.** 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- WERNECK, V. R. **A Ideologia na educação. Um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.